

MIGRAÇÕES INTERNAS  
NOS DECÊNIO 1990 E 2000  
EM UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
SELECIONADAS: MUDANÇAS  
E CONTINUIDADES



Isaac Aroucha Coimbra Lou, Marisa Valle Magalhães  
(orgs.)

SEI

98

*Série Estudos e Pesquisas*

publicações  
**SEI**

SALVADOR  
2014

MIGRAÇÕES INTERNAS  
NOS DECÊNIOS 1990 E 2000  
EM UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
SELECIONADAS: MUDANÇAS  
E CONTINUIDADES

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia  
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento  
José Sergio Gabrielli

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas (SEI)  
Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação de Pesquisas Sociopopulacionais (SEI)  
Isaac Aroucha Coimbra Lou

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)  
Sergei Suarez Dillon Soares

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
(Ipardes)  
Gilmar Mendes Lourenço

Fundação de Economia e Estatística (FEE)  
Adalmir Antonio Marquetti

Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan)  
Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Ficha Técnica

Organizadores

Isaac Aroucha Coimbra Lou (SEI)  
Marisa Valle Magalhães (Ipardes)

Colaboração

Andre Luis Melo de Oliveira (SEI)  
Gabriela Mercuri de Almeida Bastos (SEI)  
Herton Ellery Araújo (IPEA)  
Lívia Silva Sousa (SEI)

Coordenação de Biblioteca e Documentação

Normalização  
Eliana Marta Gomes Silva Sousa  
Isabel Dino Almeida

Coordenação de Disseminação de Informações

Ana Paula Porto

Editoria-geral

Padronização e Estilo  
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão de Linguagem

Calixto Sabatini

Editoria de Arte

Ludmila Nagamatsu

Design Gráfico

Elisabete Barretto  
Julio Vilela

Editoração

Rita de Cássia Assis

Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em unidades da Federação selecionadas : mudanças e continuidades / Isaac Aroucha Coimbra Lou ; Marisa Valle Magalhães (orgs.). – Salvador : SEI, 2014. 386 p. il. (Série estudos e pesquisas, 98).

ISBN 978-85-8121-014-8

1. Migração – Brasil. I. Isaac Aroucha Coimbra Lou. II. Marisa Valle Magalhães. III. Série.

CDU 314.72(81)

Impressão: EGBA  
Tiragem: 800 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 435, 2º andar – CAB – CEP 41750-002 – Salvador – Bahia  
Tel.: (71) 3315-4822 / 3115-4707 – Fax: (71) 3116-1781  
www.sei.ba.gov.br – sei@ba.gov.br





## ■ SUMÁRIO

7	<b>APRESENTAÇÃO</b>
9	<b>PARTE I</b>
	<b>PENSANDO A MIGRAÇÃO NO BRASIL</b>
11	A QUESTÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL RECENTE <i>José Irineu Rangel Rigotti</i>
19	COMO MUDARAM OS FLUXOS MIGRATÓRIOS MESORREGIONAIS BRASILEIROS NA VIRADA DO MILÊNIO <i>Herton Ellery Araújo</i> <i>Ana Luiza Machado de Codes</i> <i>Larissa de Moraes Pinto</i> <i>Agnes de França Serrano</i>
35	LOCALIDADES QUE MAIS ATRAEM NORDESTINOS SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE <i>Larissa de Moraes Pinto</i> <i>Ana Luiza Machado de Codes</i> <i>Herton Ellery Araújo</i> <i>Agnes de França Serrano</i>
69	<b>PARTE II</b>
	<b>A BAHIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOPOPULACIONAIS</b>
71	MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS NA BAHIA ENTRE OS PERÍODOS 1995-2000 E 2005-2010: UMA ANÁLISE DA MIGRAÇÃO DE DATA FIXA <i>Isaac Aroucha Coimbra Lou</i> <i>Lis Helena Borges</i> <i>Roberta Pimenta</i> <i>André Luís Melo de Oliveira</i>
85	MIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DA BAHIA: UMA ANÁLISE DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE E MUNICÍPIOS A PARTIR DOS CENSOS DE 2000 E 2010 <i>Isaac Aroucha Coimbra Lou</i> <i>Lis Helena Borges</i> <i>Roberta Pimenta</i> <i>André Luís Melo de Oliveira</i>
125	UMA BREVE ANÁLISE DA MIGRAÇÃO DE DATA FIXA NA BAHIA À LUZ DO CONCEITO DE ROTATIVIDADE MIGRATÓRIA <i>Isaac Aroucha Coimbra Lou</i> <i>Lis Helena Borges</i> <i>Roberta Pimenta</i> <i>André Luís Melo de Oliveira</i>
141	<b>PARTE III</b>
	<b>CONTEXTOS SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS DA REGIÃO SUL</b>
143	O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ NAS DÉCADAS RECENTES <i>Rosa Moura</i> <i>Liria Yuri Nagamine</i> <i>Paulo Roberto Delgado</i>
173	MIGRAÇÃO DE DATA FIXA NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ: 1995-2000 E 2005-2010 <i>Marisa Valle Magalhães</i> <i>Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra</i> <i>Thiago de Angelis</i>

- 199 | PERFIL DOS MIGRANTES DE DATA FIXA NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO PERÍODO 2005-2010  
*Paulo Roberto Delgado*  
*Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra*
- 227 | MIGRAÇÃO EM SANTA CATARINA: ESPAÇO ATRATIVO NO SUL DO PAÍS  
*Marley Vanice Deschamps*
- 255 | UMA ANÁLISE DE FLUXO MIGRATÓRIO NO RIO GRANDE DO SUL E SUAS MESORREGIÕES  
*Marilene Dias Bandeira*  
*Pedro Tonon Zuanazzi*  
*Marilyn Agranonik*  
*Vinicius Rauber e Souza*
- 281 | PERFIL DOS MIGRANTES DO RIO GRANDE DO SUL E SUAS MESORREGIÕES NO PERÍODO 2005-2010:  
HIPÓTESES PARA AS MOTIVAÇÕES DO DESLOCAMENTO  
*Marilene Dias Bandeira*  
*Pedro Tonon Zuanazzi*  
*Mariana Recena Aydos*  
*Marilyn Agranonik*  
*Vinicius Rauber e Souza*
- 323 | PARTE IV**  
**DINÂMICA POPULACIONAL NO DISTRITO FEDERAL**
- 325 | EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL DESDE SUA CRIAÇÃO EM 1956  
*Mirna Augusto de Oliveira*
- 349 | A DINÂMICA MIGRATÓRIA NA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA (AMB) ENTRE 1991 E 2010  
*Lucilene Dias Cordeiro*  
*Mônica de Oliveira Marques França*
- 363 | PERFIL DOS MIGRANTES DE DATA FIXA NO DISTRITO FEDERAL  
*Mônica de Oliveira Marques França*  
*Lucilene Dias Cordeiro*



## APRESENTAÇÃO

Há praticamente um século, a evolução do conjunto da população brasileira se deve quase que exclusivamente ao componente vegetativo, uma vez que as migrações internacionais têm sido irrelevantes nesse processo. Portanto, entender os fatores subjacentes ao crescimento demográfico do país nesse período significa compreender as tendências das variáveis mortalidade e natalidade, suas mudanças e interações.

Sob o prisma intranacional, contudo, para além do crescimento vegetativo, o componente das migrações internas vem desempenhando um papel fundamental na determinação dos contingentes populacionais das regiões, estados e municípios, em particular a partir de meados do século passado. Esses deslocamentos também têm influenciado a redistribuição espacial da população, marcada durante décadas pelos movimentos rurais-urbanos e, em paralelo, pela expressiva concentração urbana e metropolização no centro-sul do país.

Nos últimos 30 anos, no âmbito interno, tornou-se relevante a ocorrência de fluxos migratórios de curta distância, os movimentos intrarregionais e intraestaduais, o aumento das etapas migratórias, as reemigrações, entre as quais se incluem as migrações de retorno, e os movimentos pendulares. Alterou-se o padrão do ir e vir das pessoas porque cresceram as incertezas, que sempre existiram, mas que se defrontam atualmente com um leque muito mais amplo de dificuldades no campo do emprego, da moradia, do acesso aos serviços sociais básicos e dos transtornos relacionados aos transportes, poluição, estresse e violência.

A necessidade de compreensão das características e tendências recentes associadas a esse novo padrão migratório brasileiro – a fim de fornecer elementos importantes para o exercício do planejamento das distintas esferas de governo, bem como do setor privado – desencadeou uma rede de parcerias entre algumas das principais instituições de pesquisa do país. Como marco oficial, surgiu a chamada pública simplificada IPEA/Proredes, em meados de 2011, com o intuito de selecionar propostas institucionais para a formação da Rede IPEA-IPES e para o apoio ao desenvolvimento de pesquisas. Tal chamada resultou na formação de parcerias entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – representante nacional do projeto – e as instituições que já desenvolviam estudos e pesquisas relacionadas ao tema das migrações internas: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) – coordenador do projeto –, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (Codeplan) e Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Essa união culminou com a publicação da Série de Estudos e Pesquisas dedicada à reflexão sobre os movimentos migratórios que configuram a dinâmica demográfica do país.

Além de contextualizar aspectos sociais e econômicos, o projeto teve como finalidade geral analisar as tendências migratórias interestaduais e intraestaduais em cada uma das UFs nas quais estão localizadas as instituições parceiras. Buscou-se identificar e comparar os volumes de imigrantes e de emigrantes; os saldos migratórios; as direções dos fluxos, em termos de origem e destino; as regiões no interior dos estados que mais perdem e as que mais ganham população; o peso dos movimentos interestaduais e intraestaduais na dinâmica migratória das regiões de cada UF; a ocorrência de migração de retorno; e a caracterização do perfil dos migrantes. Para isso, foram utilizados como fontes primárias os microdados da amostra dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Adotaram-se dois conceitos de migrantes: para a análise interestadual, considerou-se como migrante o indivíduo que há cinco anos encontrava-se residindo em outro estado que não aquele da data do recenseamento; e para a análise intraestadual, entendeu-se como migrante o indivíduo que há cinco anos residia em outro município (ou região) que não aquele da data do recenseamento. Foram desconsideradas as informações sobre migração internacional.

Além desta breve introdução, a publicação conta com mais quatro seções, contemplando 15 textos. Na Parte I, é realizada uma reflexão sobre o panorama recente da migração no Brasil e são apresentadas as principais localidades de atração populacional do país. A Parte II conta com uma breve contextualização da Bahia diante das principais transformações sociais e demográficas das últimas décadas. Na Parte III foram traçados aspectos socioeconômicos e demográficos dos três estados que formam a Região Sul do país. Por fim, na Parte IV, desenvolve-se um panorama da dinâmica populacional do Distrito Federal, sua evolução e os recentes movimentos migratórios na área metropolitana de Brasília.

**PARTE I**

SESP

98

*Série Estudos e Pesquisas*

**PENSANDO  
A MIGRAÇÃO NO BRASIL**



## A QUESTÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL RECENTE

*José Irineu Rangel Rigotti\**

### ANTECEDENTES

Normalmente, os estudos de migração associam este fenômeno demográfico ao processo de urbanização. No Brasil, o grande êxodo rural que se verificou a partir de meados do século passado transformou, em duas décadas, um país essencialmente rural em predominantemente urbano. Este momento coincidiu com os primeiros estágios da transição demográfica, quando a mortalidade começara seu declínio, mas a fecundidade persistia em níveis elevados. A alta natalidade sustentou imenso êxodo de jovens migrantes rumo aos grandes centros urbanos, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, em escala nacional, mas também procedentes de pequenas localidades para as capitais dos estados. O resultado foi que a população urbana passou de 36,2% para 56,0% da população total, entre 1950 e 1970. Um acréscimo superior a 32 milhões de pessoas residindo em áreas urbanas reflete, evidentemente, profundas mudanças socioeconômicas e culturais, contemporâneas ao período do governo militar. As pressões de movimentos sociais urbanos, que se fortalecem e se difundem nas grandes cidades, geraram preocupações de cunho geopolítico, que consideraram a Amazônia uma válvula de escape para a concentração fundiária em curso. Evidentemente, em um país gigantesco e desigual como o Brasil, fenômenos de tal magnitude, força e profundidade são por demais complexos para serem sintetizados em poucas linhas, mas em uma época de Estado interventor e planejamento centralizado ficava mais nítida a polarização rural-urbana.

O fim do regime militar e o enfraquecimento do papel intervencionista do Estado, bem como das políticas centralizadoras, foram acompanhados por grave crise econômica, expressa em baixo crescimento do PIB, aumento da dívida pública, altas taxas de inflação e de desemprego. Os grandes centros urbanos, que até poucas décadas atrás exerciam o papel de catalisadores do crescimento demográfico nacional, sofreram os impactos da crise, que se manifestou também na diminuição da capacidade de atração das metrópoles. As deseconomias de aglomeração que nelas se instalaram e fatores como problemas fundiários urbanos, poluição, congestionamentos e violência complementam o quadro.

Estes fatos, provavelmente, formam a principal força motriz da redistribuição espacial da população brasileira entre o final do século passado e início do atual, mas também é preciso

\* Doutor e mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor adjunto da UFMG. rigotti@cedepiar.ufmg.br

contextualizá-los frente às transformações demográficas. Nesse sentido, a diminuição sustentada da fecundidade e, conseqüentemente, do crescimento natural é uma realidade que teve início em meados dos anos 1960. De lá para cá, as taxas de crescimento despencaram de quase 3,0% ao ano para pouco mais de 1% ao ano, entre 2000 e 2010, segundo dados censitários.

Com o rápido declínio da natalidade e, conseqüentemente, do ritmo de crescimento demográfico, as migrações adquirem particular relevância para a compreensão das tendências da distribuição espacial da população. Como os movimentos migratórios passaram por um momento de transição nos anos 1980, vale a pena chamar a atenção para os principais deslocamentos populacionais que se seguiram.

Dados do Censo Demográfico (2014a) permitem inferir que a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) foi a grande responsável pela reconfiguração dos fluxos migratórios brasileiros no período 1986-1991. As principais rotas migratórias do país continuavam do Nordeste em direção a São Paulo, embora também houvesse outros fluxos de São Paulo para o oeste do próprio estado, alcançando o Mato Grosso do Sul e até mesmo Rondônia, além do sul do país, especialmente o Paraná (RIGOTTI, 2006).

No período 1995-2000, o intercâmbio com a Região Nordeste continuou sendo um grande destaque, juntamente com as trocas líquidas mais próximas da RMSP. Os fluxos com o Nordeste foram muito significativos, mas perderam força e sofreram uma diminuição do leque de regiões de origem. A maioria dos saldos inter-regionais foi positiva para São Paulo, mas se perceberam algumas regiões do Nordeste com ganho líquido, nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, relacionados à migração de retorno (RIGOTTI, 2006).

Por outro lado, a RMSP continuou com perdas populacionais líquidas nas direções oeste e sul do país, embora neste período tenha ocorrido um encurtamento das distâncias dos fluxos. Nota-se que, entre os dois períodos, a RMSP apresentou certo arrefecimento de suas trocas populacionais, apesar de ainda ter sido a maior área de redistribuição espacial da população do Brasil.

Quando se consideram os fluxos migratórios do restante do país (excluindo-se a RMSP) ocorridos no período 1986-1991, verifica-se que as principais trocas populacionais envolviam as regiões das capitais estaduais ou polos regionais importantes. Em grande parte, estes saldos são favoráveis aos polos, constituindo “fluxos regionais” (RIGOTTI, 2008). Este padrão estava presente em praticamente todo o país e continuou no período 1995-2000. Geralmente, esses centros urbanos emergentes são áreas dinâmicas do ponto de vista econômico, muitas vezes associados à exploração de recursos naturais, como terras agricultáveis e água, minérios, petróleo e gás, alterando substancialmente o uso do solo e trazendo novos desafios socioambientais.

Ainda que este padrão espacial esteja espalhado pelo território nacional, deve-se chamar a atenção para o aumento considerável do poder de atração das regiões de Goiânia e do Distrito Federal, quando comparadas ao período anterior. Assim, os dados dos fluxos migratórios dos censos demográficos de 1991 e 2000 reforçam a hipótese de uma tendência espacial em

**Tabela 1**  
**Grandes regiões e unidades da Federação do Brasil: população total, imigrantes, emigrantes, saldos migratórios e taxas líquidas de migração**

Unidades da fundação	1986-1991					1995-2000					2005-2010				
	Pop. (1991)	Imig.	Emig.	SM	TLM	Pop. (2000)	Imig.	Emig.	SM	TLM	Pop. (2010)	Imig.	Emig.	SM	TLM
Rondônia	1.132.692	127.061	94.462	32.599	2,96	1.380.952	83.325	72.734	10.591	0,77	1.562.409	65.865	53.639	12.226	0,79
Acre	417.718	12.981	14.344	-1.363	-0,33	557.882	13.635	16.069	-2.434	-0,43	733.559	13.879	14.747	-868	-0,12
Amazons	2.103.243	59.366	44.287	15.079	0,72	2.817.252	89.626	58.658	30.968	1,11	3.483.985	71.450	51.302	20.148	0,58
Roraima	217.583	35.346	6.693	28.653	15,17	324.397	47.750	14.380	33.370	11,47	450.479	25.555	11.207	14.348	3,29
Pará	4.950.060	212.437	183.197	29.240	0,59	6.195.965	182.045	234.235	-52.190	-0,84	7.581.051	162.005	201.832	-39.827	-0,52
Amapá	289.397	23.641	7.149	16.492	6,04	477.032	44.582	15.113	29.469	6,58	669.526	37.026	15.226	21.800	3,37
Tocantins	919.863	82.327	71.804	10.523	1,16	1.157.690	95.430	82.513	12.917	1,13	1.383.445	85.704	77.052	8.652	0,63
<b>Norte</b>	<b>10.030.556</b>	<b>553.159</b>	<b>421.936</b>	<b>131.223</b>	<b>1,33</b>	<b>12.911.170</b>	<b>556.393</b>	<b>493.702</b>	<b>62.691</b>	<b>0,49</b>	<b>15.864.454</b>	<b>461.484</b>	<b>425.005</b>	<b>36.479</b>	<b>0,23</b>
Maranhão	4.930.253	103.447	237.929	-134.482	-2,66	5.657.552	100.820	274.470	-173.650	-2,98	6.574.789	105.682	270.663	-164.981	-2,45
Piauí	2.582.137	72.949	139.447	-66.498	-2,51	2.843.428	88.736	140.815	-52.079	-1,80	3.118.360	73.614	144.036	-70.422	-2,21
Ceará	6.366.647	121.649	245.166	-123.517	-1,90	7.431.597	162.926	186.709	-23.783	-0,32	8.452.381	112.372	181.223	-68.851	-0,81
Rio Grande do Norte	2.415.567	75.570	76.443	-873	-0,04	2.777.509	77.917	71.286	6.631	0,24	3.168.027	67.728	54.014	13.714	0,43
Paraíba	3.201.114	88.903	174.058	-85.155	-2,59	3.444.794	102.005	163.485	-61.480	-1,75	3.766.528	96.028	125.523	-29.495	-0,78
Pernambuco	7.127.855	171.677	317.232	-145.555	-2,00	7.929.154	164.872	280.289	-115.417	-1,43	8.796.448	148.498	223.586	-75.088	-0,85
Aleagoas	2.514.100	60.881	112.632	-51.751	-2,02	2.827.856	55.967	127.949	-71.982	-2,48	3.120.494	53.591	130.307	-76.716	-2,40
Sergipe	1.491.876	55.976	42.213	13.763	0,93	1.784.829	52.109	56.931	-4.822	-0,27	2.068.017	53.038	45.143	7.895	0,38
<b>Bahia</b>	<b>11.867.991</b>	<b>186.614</b>	<b>469.091</b>	<b>-282.477</b>	<b>-2,32</b>	<b>13.085.769</b>	<b>250.572</b>	<b>518.038</b>	<b>-267.466</b>	<b>-2,00</b>	<b>14.016.906</b>	<b>229.226</b>	<b>466.360</b>	<b>-237.134</b>	<b>-1,66</b>
Nordeste	42.497.540	937.666	1.814.211	-876.545	-2,02	47.782.488	1.055.924	1.819.972	-764.048	-1,57	53.081.950	939.777	1.640.855	-701.078	-1,30
Minas Gerais	15.743.152	371.888	479.398	-107.510	-0,68	17.905.134	447.781	408.659	39.122	0,22	19.597.330	376.519	390.624	-14.105	-0,07
Espirito Santo	2.600.618	135.421	90.908	44.513	1,74	3.097.498	129.169	95.166	34.003	1,11	3.514.952	130.820	70.120	60.700	1,76
Rio de Janeiro	12.807.706	253.402	295.071	-41.669	-0,32	14.392.106	319.749	274.212	45.537	0,32	15.989.929	270.412	247.308	23.104	0,14
São Paulo	31.588.925	1.392.792	647.994	744.798	2,41	37.035.456	1.223.809	883.884	339.925	0,93	41.262.199	991.313	735.517	255.796	0,62
<b>Sudeste</b>	<b>62.740.401</b>	<b>2.153.503</b>	<b>1.513.371</b>	<b>640.132</b>	<b>1,03</b>	<b>72.430.194</b>	<b>2.120.508</b>	<b>1.661.921</b>	<b>458.587</b>	<b>0,64</b>	<b>80.364.410</b>	<b>1.769.064</b>	<b>1.443.569</b>	<b>325.495</b>	<b>0,41</b>
Paraná	8.448.713	269.080	475.190	-206.110	-2,38	9.564.643	297.308	336.998	-39.690	-0,41	10.444.526	272.181	293.694	-21.513	-0,21
Santa Catarina	4.541.994	170.304	125.001	45.303	1,01	5.357.864	199.651	139.665	59.986	1,13	6.248.436	301.343	128.888	172.455	2,84
Rio Grande do Sul	9.138.670	114.295	138.857	-24.562	-0,27	10.187.842	113.395	112.395	-99.496	-0,39	10.693.929	102.613	177.262	-74.649	-0,69
<b>Sul</b>	<b>22.129.377</b>	<b>553.679</b>	<b>739.048</b>	<b>-185.369</b>	<b>-0,83</b>	<b>25.110.349</b>	<b>610.354</b>	<b>629.554</b>	<b>-19.200</b>	<b>-0,08</b>	<b>27.386.891</b>	<b>76.137</b>	<b>599.844</b>	<b>76.293</b>	<b>0,28</b>
Mato Grosso do Sul	1.780.373	124.046	105.021	19.025	1,08	2.078.070	97.709	108.738	-11.029	-0,53	2.449.024	98.972	80.907	18.065	0,74
Mato Grosso	2.027.231	226.905	118.332	108.573	5,66	2.505.245	166.297	123.726	42.571	1,73	3.035.122	143.956	121.589	22.367	0,74
Goiás	4.018.903	268.063	156.665	111.398	2,85	5.004.197	372.702	169.898	202.804	4,22	6.003.788	363.933	156.104	207.829	3,59
Distrito Federal	1.601.094	195.233	143.670	51.563	3,33	2.051.146	216.200	188.576	27.624	1,37	2.570.160	190.422	175.872	14.550	0,57
<b>Centro-Oeste</b>	<b>9.427.601</b>	<b>814.247</b>	<b>523.688</b>	<b>290.559</b>	<b>3,18</b>	<b>11.638.658</b>	<b>852.908</b>	<b>590.938</b>	<b>261.970</b>	<b>2,30</b>	<b>14.058.094</b>	<b>797.283</b>	<b>534.472</b>	<b>262.811</b>	<b>1,91</b>

Fonte: Censo Demográfico (2014a, 2014b, 2014c).

direção ao oeste do Brasil, que ocorre, predominantemente, nas áreas de cerrado, um bioma definitivamente incorporado à produção agropecuária de grande escala.

Os dados mais recentes do Censo Demográfico 2010, por um lado, reforçam tendências já reveladas, mas também trazem algumas novidades que merecem menção. A Tabela 1 informa que, de maneira geral, os saldos migratórios têm perdido importância quando se trata de grandes regiões geográficas. De fato, considerando os três períodos abrangidos pelos censos demográficos<sup>1</sup>, o que se observa é uma diminuição, em números absolutos, da migração líquida nas regiões Norte e Sudeste – e evidentemente da participação relativa no total da população, representada pelas taxas líquidas de migração (TLM). Estas foram regiões que exerceram papel de atração para milhões de pessoas no período de urbanização e industrialização acelerada, iniciado na segunda metade do século passado até finais dos anos 1970, aproximadamente. Portanto, estas duas grandes regiões não exercem o papel de áreas de atração como no passado, mas há diversificação interna de suas unidades da Federação.

Nos três quinquênios, quase todos os sete estados do Norte apresentaram saldo migratório positivo (com exceção do Acre e do Pará), mas apenas os pequenos Amapá e Roraima tiveram TLM maior que 3,0%. Já o saldo migratório da Região Sudeste caiu praticamente pela metade, entre o primeiro e o terceiro quinquênios considerados. O maior responsável pelo ocorrido foi o estado de São Paulo, uma vez que seu ganho líquido de 744 mil pessoas entre 1986-1991 despencou para 255 mil em 2005-2010. Em contrapartida, o Espírito Santo foi o único onde os ganhos líquidos aumentaram, em termos absolutos e relativos, provavelmente devido às atividades petrolíferas, enquanto Rio de Janeiro e Minas Gerais experimentaram algumas oscilações, mas terminaram o período com TLM próxima de zero. As tendências sugerem que a Região Sudeste passa por um período de consolidação de seu crescimento via saldos migratórios.

O Nordeste foi a única região que apresentou perdas líquidas em todos os três períodos analisados, embora se perceba redução lenta mas consistente das perdas – de 877 mil no período 1986-1991 para pouco mais de 700 mil no último quinquênio abordado. Alguns estados mostraram tendência de redução das perdas durante todos os períodos, como Paraíba, Pernambuco e Bahia, mas Maranhão, Piauí e Alagoas tiveram aumento das perdas, demonstrando incapacidade de reverter o quadro geral, enquanto Rio Grande do Norte e Sergipe foram os únicos que terminaram o período com saldos positivos.

Ainda que as TLM positivas do Centro-Oeste tenham se reduzido, nota-se que os ganhos, em termos absolutos, foram semelhantes nos dois últimos quinquênios. Isso se deveu, especialmente, ao estado de Goiás, que não apenas apresentou aumento dos saldos positivos nos três períodos, mas também teve a maior TLM entre todas as 27 unidades da Federação. Entretanto, como o entorno do Distrito Federal faz parte deste estado, boa parte de seus

<sup>1</sup> Os dados referem-se à informação de data fixa, isto é, consideram-se migrantes aqueles que há exatamente cinco anos residiam em unidades geográficas diferentes daquelas onde foram recenseados. A taxa líquida de migração (TLM) resulta da divisão do saldo migratório do quinquênio pela população recenseada no final do período.



imigrantes é procedente dali, um movimento típico de regiões metropolitanas. Se fossem agregados os saldos dessas duas unidades da Federação, o ganho líquido só não seria maior do que o do estado de São Paulo, com a diferença de que, enquanto neste último os ganhos se reduzem paulatinamente, nas duas primeiras o saldo aumentou durante o primeiro e o último quinquênio.

Por outro lado, apesar de o estado de Mato Grosso não ter o mesmo ganho de quando figurava como fronteira agrícola, ainda assim seu saldo foi positivo nos três quinquênios, ao passo que no período mais recente Mato Grosso do Sul reverteu a condição de perdas líquidas do segundo quinquênio, entre 1995-2000. Desta forma, colocado em perspectiva, o Centro-Oeste desponta como uma das regiões que mais têm atraído população de outros estados brasileiros.

Do ponto de vista tendencial, situação semelhante está ocorrendo no Sul. Ainda que esta região tenha um histórico de perdas populacionais, estas se reduziram nos dois primeiros quinquênios e se reverteram em saldos positivos no período 2005-2010. No caso do Sul, o principal responsável por este quadro geral é o estado de Santa Catarina, que experimentou constantes ganhos líquidos de população, algo que só foi verificado em Goiás. Não por acaso, sua TLM figura entre as maiores do país, tanto que seu saldo positivo foi o terceiro mais volumoso do Brasil. Apesar de os outros dois estados da região apresentarem saldos negativos nos três quinquênios, as tendências de ambos são distintas. O Rio Grande do Sul não apenas teve saldos negativos durante todo o período, mas as perdas aumentaram constantemente nos quinquênios analisados, algo que só se repetiu no estado de Alagoas. O contrário ocorreu no Paraná, que exibiu saldos negativos, mas estes foram se reduzindo gradualmente.

De maneira geral, as grandes regiões brasileiras experimentaram redução dos saldos migratórios, quer positivos ou negativos, refletindo uma tendência de consolidação do processo de urbanização, no qual os deslocamentos de longas distâncias de meados do século passado perderam força. Não obstante, nas unidades da Federação, as experiências foram diversas. Muitos estados dão continuidade a processos que se reverteram nos anos 1980. Houve arrefecimento de ganhos líquidos em unidades que já foram representantes de grande capacidade de atração populacional, como São Paulo, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal – ainda que a dinâmica desta última esteja relacionada a processos urbanísticos que se traduzem em ocupação de áreas do entorno, aos moldes das grandes regiões metropolitanas. No sentido contrário, estados de saldos negativos reduziram suas perdas líquidas, tais como Paraíba, Pernambuco, Bahia e Paraná. A maioria dos estados apresentou oscilação nos saldos, mas com TLM moderada e não raras vezes quase nula. Poucas foram as exceções a este contexto geral: Alagoas e Rio Grande do Sul, com aumento das perdas líquidas – embora com TLM pouco expressiva –, e Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Norte, com aumento dos ganhos durante os períodos analisados.

Apesar deste quadro de diminuição da importância relativa dos saldos migratórios, o estudo das migrações é dependente da escala de análise. Em um país vasto e desigual, unidades geográficas tão agregadas podem esconder padrões heterogêneos.

### **O crescimento populacional dos municípios brasileiros no início do século XXI**

A análise das taxas médias anuais de crescimento geométrico da população dos municípios brasileiros pode dar uma ideia do que ocorreu em termos de ganhos e perdas populacionais, como mostra a Figura 1<sup>2</sup>. Observa-se que, por toda a extensa faixa litorânea – área mais populosa e densamente povoada do Brasil –, a maioria dos municípios apresenta baixo crescimento. Apesar de os níveis de fecundidade normalmente se encontrarem em patamares muito baixos, especialmente no Sul e no Sudeste, o crescimento negativo provavelmente está sinalizando saldos líquidos migratórios também negativos durante a primeira década do século XXI.

Os lugares onde ocorrem as mais baixas taxas de crescimento são o interior do Nordeste, o Rio Grande do Sul (exceto Região Metropolitana de Porto Alegre, Caxias do Sul e Gramado-Canela) e a porção oeste dos outros estados do Sul do Brasil. Mas nestes há importantes regiões de ganhos líquidos de população, com destaque para Curitiba e adjacências, Florianópolis, e também municípios pertencentes à região de Maringá, Joinville, Blumenau e Itajaí.

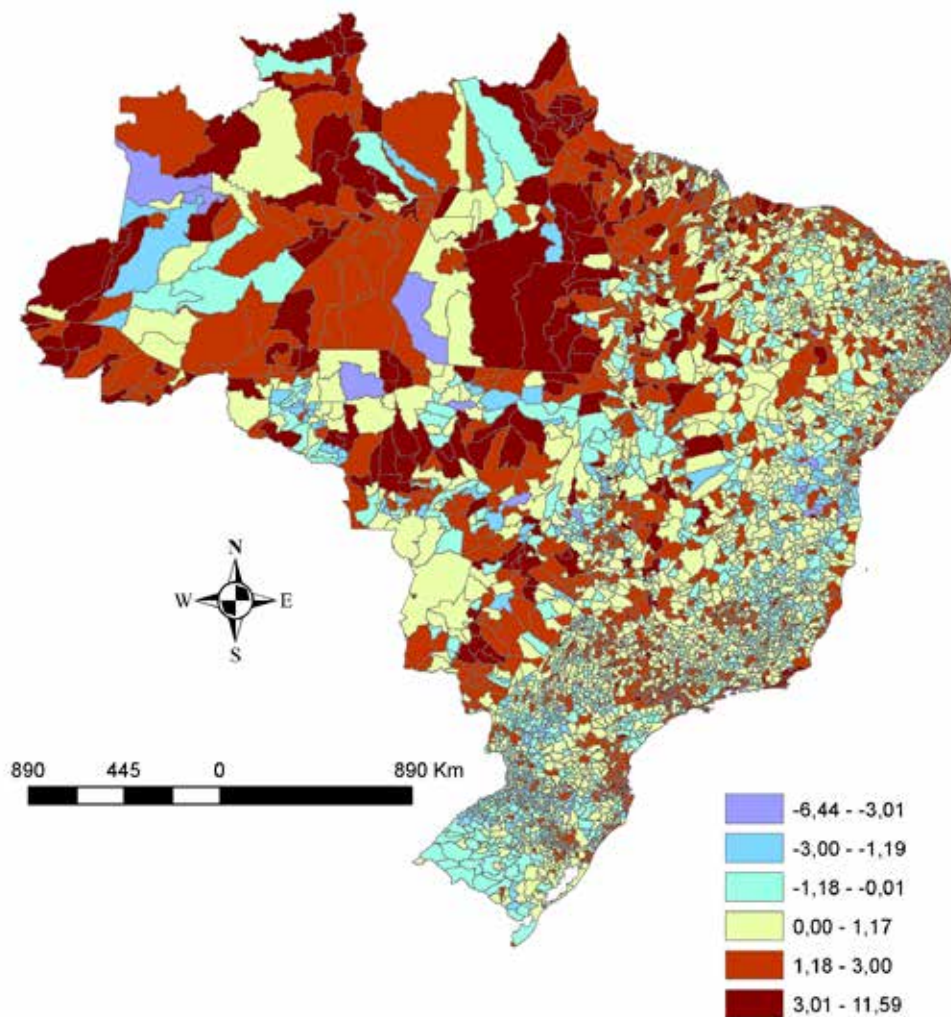
Em uma larga faixa litorânea, de ocupação populacional mais antiga, um padrão típico é o crescimento concentrado nas grandes metrópoles, de norte a sul. Vale mencionar o forte crescimento, acima de 3% ao ano, de vários municípios do Rio de Janeiro, estado historicamente caracterizado por baixa expansão natural de sua população.

Em direção ao interior, algumas áreas também continuaram com ritmo de crescimento bem acima da média brasileira, como o interior de São Paulo, o Triângulo Mineiro e o oeste de Minas. Mas desconsiderando estas áreas e outros pontos de alto crescimento espalhados pela extensa faixa litorânea, o que se observa é um país praticamente dividido em duas partes: crescimentos baixos no leste e relativamente altos no oeste – uma imensa área que cobre parte do Sul, o Centro-Oeste e o Norte do país. De fato, enquanto o crescimento demográfico da porção oriental das regiões Nordeste, Sudeste e Sul não ultrapassou 1,2% ao ano entre 2000 e 2010 (abaixo da média nacional), nas regiões Centro-Oeste e Norte o ritmo foi de 1,9% e 2,1% ao ano.

Muitos municípios nestas regiões possuem base populacional pequena, por isso não há uma redistribuição espacial acelerada, mas gradativa e evidente. A participação da população do Norte aumentou de 7,0% do total do Brasil, em 1991, para 7,6% em 2000, e 8,3% em 2010, enquanto no Centro-Oeste estes valores foram de 6,4%, 6,6% e 7,4%, respectivamente. Estas

<sup>2</sup> Grosso modo, taxas médias negativas representam perdas líquidas de população, e quanto mais superiores forem os percentuais em relação ao crescimento médio do Brasil (1,17% ao ano, entre 2000 e 2010), maior a chance de terem ocorrido saldos migratórios positivos. No entanto, o mapa pretende apenas dar uma ideia preliminar e sintética da possível distribuição espacial dos saldos migratórios na primeira década do século.

foram as únicas regiões que experimentaram aumento de participação durante o período, porém, com crescimento bastante heterogêneo.



**Figura 1**  
Crescimento demográfico dos municípios brasileiros entre 2000 e 2010

Fonte: Censo Demográfico (2014b, 2014c).

Esta síntese da redistribuição espacial da população sugere que os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram a continuação de algumas tendências, mas, ao mesmo tempo, novidades que ainda não foram plenamente compreendidas. As áreas de ocupação mais antiga de uma ampla faixa leste do Brasil são também aquelas de menor crescimento e mais envelhecidas, devido a taxas de fecundidade muitas vezes abaixo do nível de reposição. Em

contrapartida, muitos locais situados a oeste desta faixa – a exemplo do interior de Santa Catarina e Paraná, Triângulo Mineiro, eixo Brasília-Goiânia, oeste da Bahia, entre outros – estão apresentando crescimento demográfico acima da média brasileira. Compreensivelmente, as atenções dos estudiosos brasileiros foram voltadas aos grandes êxodos e continuidades históricas do padrão migratório polarizado entre regiões menos desenvolvidas do Nordeste e outros estados para os grandes centros urbanos, principalmente do Sudeste. Mas a leitura, ainda que preliminar, dos últimos resultados censitários permite lançar novos olhares, que, se não contradizem ou refutam antigas tendências, complementam o quadro, certamente inacabado, da redistribuição espacial da população brasileira.

## REFERÊNCIAS

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default\\_censo1991.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm)>. Acesso em: 5 set. 2014a.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 5 set. 2014b.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 5 set. 2014c.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. *Estudos Avançados USP*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 237-254, 2006.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. In: ENCONTRO ANUAL DA, 32., 2008, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ANPOCS, 2008. p. 2-26.

## COMO MUDARAM OS FLUXOS MIGRATÓRIOS MESORREGIONAIS BRASILEIROS NA VIRADA DO MILÊNIO

*Herton Ellery Araújo\**

*Ana Luiza Machado de Codes\*\**

*Larissa de Moraes Pinto\*\*\**

*Agnes de França Serrano\*\*\*\**

### INTRODUÇÃO

As trajetórias migratórias mais tradicionais no Brasil já foram extensamente retratadas na literatura nacional, que descreveu como ocorriam os processos de migração populacional do campo para a cidade e da Região Nordeste para a Sudeste – mais precisamente, para São Paulo. Contudo, as transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram nas últimas décadas no país ocasionaram mudanças nos fluxos migratórios mais tradicionais, que foram alterados, intensificados, enfraquecidos ou renovados, o que possibilitou o surgimento de novas áreas, tanto de absorção quanto de evasão migratória.

O montante de dados produzidos pelas PNADs realizadas na década de 2000 corrobora a constatação de que o movimento migratório brasileiro sofreu significativas transformações. Esses dados sugerem que a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) perdeu atratividade, embora continue a ser o grande polo de absorção nacional em termos absolutos. As pesquisas apontaram que a RMSP estava perdendo população para os demais estados, o que permite a inferência de que outros fluxos migratórios, mesmo que secundários, foram criados e/ou que foram fortalecidos fluxos já existentes. Desta maneira, tais movimentos sugerem um maior espalhamento da população migrante pelo território.

A partir da hipótese de que outros polos atrativos ao migrante foram criados/intensificados no cenário nacional, faz-se necessário investigá-los e caracterizá-los, de modo a melhor compreender a nova dinâmica migratória da população brasileira. Com a presença dos dados do Censo 2010 e de bibliografias já existentes, será possível verificar se a hipótese de que está ocorrendo uma tendência de dispersão migratória pelo território brasileiro pode ser comprovada. Portanto, o principal objetivo deste trabalho é analisar a natureza desses novos fluxos migratórios, qualificando-os, e verificar quais novos polos de atração estão se formando no Brasil. Para aqueles que forem mais eminentes, serão apontadas as principais origens das migrações.

\* Especialista em Economia pela Universidade de Brasília (UNB). Técnico em Pesquisa e Planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). [herton.araujo@ipea.gov.br](mailto:herton.araujo@ipea.gov.br)

\*\* Doutora em Ciências Sociais e mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). [ana.codes@ipea.gov.br](mailto:ana.codes@ipea.gov.br)

\*\*\* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UNB). [larissa.pinto@ipea.gov.br](mailto:larissa.pinto@ipea.gov.br)

\*\*\*\* Mestre e graduada em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB). [agnes.serrano@ipea.gov.br](mailto:agnes.serrano@ipea.gov.br)

Para o desenvolvimento do trabalho, optou-se primeiramente por caracterizar, de maneira sucinta, as tradicionais trajetórias migratórias populacionais no território brasileiro e justificar a atual tendência de espalhamento a partir de um embasamento teórico em autores ou instituições públicas que trataram da temática em suas publicações. Na seção seguinte, será explicitada a metodologia selecionada para o desenvolvimento desta pesquisa, que se baseou na criação de índices. Na terceira e última seção, e a partir de dados colhidos nos censos de 1991, 2000 e 2010 organizados em mapas, tabelas e matrizes, serão feitas algumas reflexões acerca dos novos polos de absorção migratória nacional.

## BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PADRÕES MIGRATÓRIOS BRASILEIROS

Historicamente, os estudos sobre movimentos migratórios brasileiros estiveram engajados em analisar duas principais tendências: a migração campo-cidade, advinda com o rápido processo de urbanização e reforçada pela metropolização de grandes centros urbanos, e a migração inter-regional, a exemplo da população nordestina que se dirigia intensamente para o sudeste brasileiro – processos que, apesar de diferentes, estabeleceram relação muito próxima. Essas duas tendências ganharam destaque por muito tempo na literatura nacional e também no meio acadêmico, tendo sido retratadas extensamente.

O rápido e descontrolado processo de evolução da urbanização brasileira – em termos percentuais da população que passou a residir nas cidades – é fato tratado por diversos pesquisadores das mais distintas áreas do saber. A migração campo-cidade se intensificou em ritmo acelerado, e o país deixou rapidamente de ser agrário, tornando-se predominantemente urbano. Em 1940, cerca de 30% da população era considerada urbana, índice que correspondia a 13 milhões de pessoas. Já na década de 1970, aproximadamente dois terços da população – 78 milhões de pessoas – viviam em áreas urbanas, principalmente concentradas nas grandes metrópoles. Buarque e Lima ressaltam esse cenário urbano-metropolitano brasileiro e refletem também sobre as consequências desse acelerado processo.

Este processo muito rápido de formação e expansão das cidades provoca mudanças fundamentais, modificando as demandas por serviços sociais e criando oportunidades em variados segmentos da economia. *Interfere na distribuição física da população, na natureza e na escala da produção econômica, no uso do solo e na estrutura e padrões de inserção externa que circunscrevem o relacionamento – comercial, econômico, financeiro, etc. – da cidade com outras cidades, regiões, países.* (BUARQUE; LIMA, 2005. p. 13, grifo nosso).

As regiões metropolitanas do sudeste brasileiro – São Paulo e Rio de Janeiro – se caracterizavam como principais polos atrativos dos migrantes, em especial daqueles oriundos do Nordeste. Essa atração era atribuída à grande oferta de emprego destes grandes aglomerados

urbanos, o que se devia à diversificação de atividades produtivas e de serviços. Os nordestinos migravam principalmente para São Paulo à procura de melhores condições de trabalho, moradia e sobrevivência. Para Santos, “[...] certas regiões perdem população em proveito de outras, tornadas mais dinâmicas (no caso do Brasil, a perda de substância demográfica do Nordeste em favor do Sudeste é notória), mas o essencial do movimento se deve à urbanização” (SANTOS, 2008, p. 45).

Contudo, a maior dinamização da economia brasileira, os incentivos à interiorização da população pelo país e as novas relações estabelecidas em todo o território ocasionaram mudanças significativas no cenário nacional: mais municípios ganharam destaque tanto regional quanto nacionalmente, devido à refuncionalização econômico-produtiva pela qual passaram ao longo do tempo. A dinamização das atividades econômicas em todo o país ocasionou transformações das próprias tendências migratórias historicamente definidas.

Essa nova dinâmica territorial brasileira, originada a partir de diferentes impulsos, conferiu importância a municípios que antes possuíam ínfima participação na economia brasileira. Então, eles passaram a atrair fluxos migratórios muito mais significativos. Para Cunha e Baeninger, “[...] além das grandes tendências em termos dos fluxos migratórios interestaduais, não se pode negligenciar a importância das dinâmicas intrarregionais e especialmente intraestaduais para se compreender o processo de redistribuição da população no Brasil” (CUNHA; BAENINGER, 2005 apud CUNHA, 2005, p. 5).

O próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em publicações recentes, admite que os fluxos migratórios tradicionais sofreram significativas alterações, principalmente a partir da década de 80.

No âmbito brasileiro, é possível identificar que, a partir da década de 1980, os deslocamentos de população iniciam uma fase de mudanças no sentido das correntes principais, com antigos espaços de atração migratória perdendo expressão [...]. (De modo que surgem novos eixos de deslocamentos envolvendo expressivos contingentes populacionais, onde se destacam: i) a inversão nas correntes principais nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; II) a redução da atratividade migratória exercida pelo Estado de São Paulo; iii) o aumento da retenção de população na Região Nordeste; iv) os novos eixos de deslocamentos populacionais em direção às cidades médias no interior do País; v) o aumento da importância dos deslocamentos pendulares; vi) o esgotamento da expansão da fronteira agrícola; e vii) a migração de retorno para o Paraná. (OLIVEIRA, 2011. p. 11).

Essas reflexões permitem afirmar que os diferentes momentos históricos ocasionam alterações nos padrões migratórios populacionais, que, em geral, estão atrelados às possibilidades econômicas identificadas em regiões distintas. Por isso, com a reconfiguração produtiva do

território brasileiro, muitos municípios dinamizaram suas economias e passaram a atrair migrantes, que vislumbravam a possibilidade de ofertar sua força de trabalho e contribuir como mão de obra nas atividades produtivas que passaram a ser desenvolvidas nas mais variadas unidades da Federação. Portanto, os contextos históricos e econômicos se caracterizam como fortes incentivadores de transformações dos padrões migratórios.

A reconfiguração e consequente dinamização econômica e os aspectos sociais influenciam a criação e/ou alteração de intensidade de fluxos migratórios no território nacional, gerando um maior “espalhamento migratório”, grande foco de interesse dessa pesquisa. Antes, a tônica das análises migratórias era o intenso fluxo existente entre o Nordeste e o Sudeste brasileiros. Atualmente, o espalhamento migratório ganha destaque e passa a demandar estudos capazes não apenas de descrevê-lo, mas também de qualificá-lo.

Esse espalhamento será utilizado como critério para identificar os novos polos de absorção migratória que se sobressaem nacionalmente por seu caráter cosmopolita<sup>1</sup>, ou seja, se destacam não pela densidade de migrantes que atraem, mas pela diversidade da origem desses migrantes. São, portanto, os lugares vistos pelos brasileiros das mais variadas localidades como alternativa de destino. Considerando o critério do espalhamento como modelo de análise, serão verificadas as regiões que se mostram mais relevantes no cenário nacional. Para as mais eminentes, serão apontadas as principais características migratórias.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho, considerou-se “migrante” o indivíduo que morava, na data do recenseamento, num determinado local do território brasileiro diferente daquele em que residia exatamente cinco anos antes. Essa pergunta de data fixa foi introduzida pelo Censo Demográfico do ano de 1991 – período a partir do qual se pôde contar com a estabilização das divisões do território nacional, em suas dimensões macrorregional, estadual<sup>2</sup>, e também com as subdivisões mesorregionais e microrregionais<sup>3</sup>. Portanto, serão analisados os fluxos migratórios nos censos de 1991, 2000 e 2010.

Estudar o grau de espalhamento migratório da população requer a escolha de uma escala apropriada. Como se trata de uma análise que abrange todo o território nacional, considerou-se a escala mesorregional mais adequada, pois, de acordo com o IBGE, mesorregião é:

[...] uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro

<sup>1</sup> A expressão faz referência exclusivamente ao universo de estudo abordado nesta pesquisa, ou seja, apenas às mesorregiões brasileiras.

<sup>2</sup> Em 1988, foi criado o estado de Tocantins, cujo território era parte integrante do estado de Goiás, Assim, saiu da macrorregião Centro-Oeste e foi para a Norte.

<sup>3</sup> Ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990).



natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990, p. 8).

O Brasil está dividido em 137 mesorregiões geográficas, as quais comportam todos os municípios. A escala mesorregional, por ser maior do que a macrorregional ou a estadual, por exemplo, permite uma melhor visualização da realidade brasileira, pois possibilita um olhar mais claro e detalhado dos processos migratórios atuais e a consequente caracterização do espalhamento da população migrante pelo território, a partir das reconfigurações e refuncionalizações econômico-produtivas regionais mais recentes.

Para o desenvolvimento da análise empírica desta pesquisa, optou-se por estimar o grau de concentração territorial dos fluxos migratórios, a partir da utilização do índice de Herfindahl-Hirschman (IHH), no qual  $P_i$  é igual à participação do indivíduo sobre o total.

$$H = \sum_{i=1}^n P_i^2$$

O valor do índice oscila entre “1/n”, em que “n” é o número de casos considerados (aqui as 137 mesorregiões) e “1” designa maior grau de concentração. Esse índice pode ser calculado, separadamente, tanto para emigração quanto para imigração.

A maior concentração (IHH=1) para emigração significa que todos os migrantes partiram de apenas uma mesorregião. No caso da imigração, que todos os migrantes foram para uma única mesorregião. Reciprocamente, a desconcentração máxima (IHH = 1/137) da emigração indica que os migrantes saíram igualmente de todas as mesorregiões e, no caso da imigração, que eles se dispersaram, de modo equitativo, por todas as mesorregiões.

Para calcular os índices de concentração foi preciso construir as três matrizes de fluxos migratórios entre as mesorregiões, referentes a cada um dos censos, estruturadas da seguinte maneira:

	Meso1	Meso2	Meso3	Meso4	...	Meso137	Emigração (E)
Meso1	M11	M12	M13	M14	...	M1 137	E1
Meso2	M21	M22	M23	M24	...	M2 137	E2
Meso3	M31	M32	M33	M34	...	M3 137	E3
...	...	...	...	...	...	...	...
Meso137	M137 1	M137 2	M137 3	M137 4	...	M137 137	E137
Imigração (I)	I1	I2	I3	I4	...	I137	Migrantes

**Quadro 1**  
Matrizes de fluxos migratórios entre as mesorregiões

Nas quais:

$$E_i = \sum_{j=1}^{137} M_{ij} \quad I_j = \sum_{i=1}^{137} M_{ij}$$

Cada célula da matriz representa um fluxo migratório, onde  $M_{ij}$  é o número de pessoas que saíram da mesorregião "i" e entraram na mesorregião "j", em algum momento dos cinco anos que antecederam o Censo em questão. Na diagonal principal, aos  $M_{ii}$  foi atribuído o valor zero, para desconsiderar as migrações intramesorregionais.

Considerando o fenômeno migratório brasileiro como um todo, sua matriz pode ser sumariada em um índice de emigração, calculado com base na última coluna, e um de imigração, com base na última linha. A Tabela 1 mostra a evolução desses índices.

Tabela 1 Índice Herfindahl-Hirschman para imigração e emigração de data fixa – Brasil – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010			
(Em %)			
Índice HH	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Imigração	2,2%	2,1%	1,7%
Emigração	1,9%	2,3%	1,9%

Fonte: Censo Demográfico (2012a, 2012b, 2012c).

Nota: Elaboração própria.

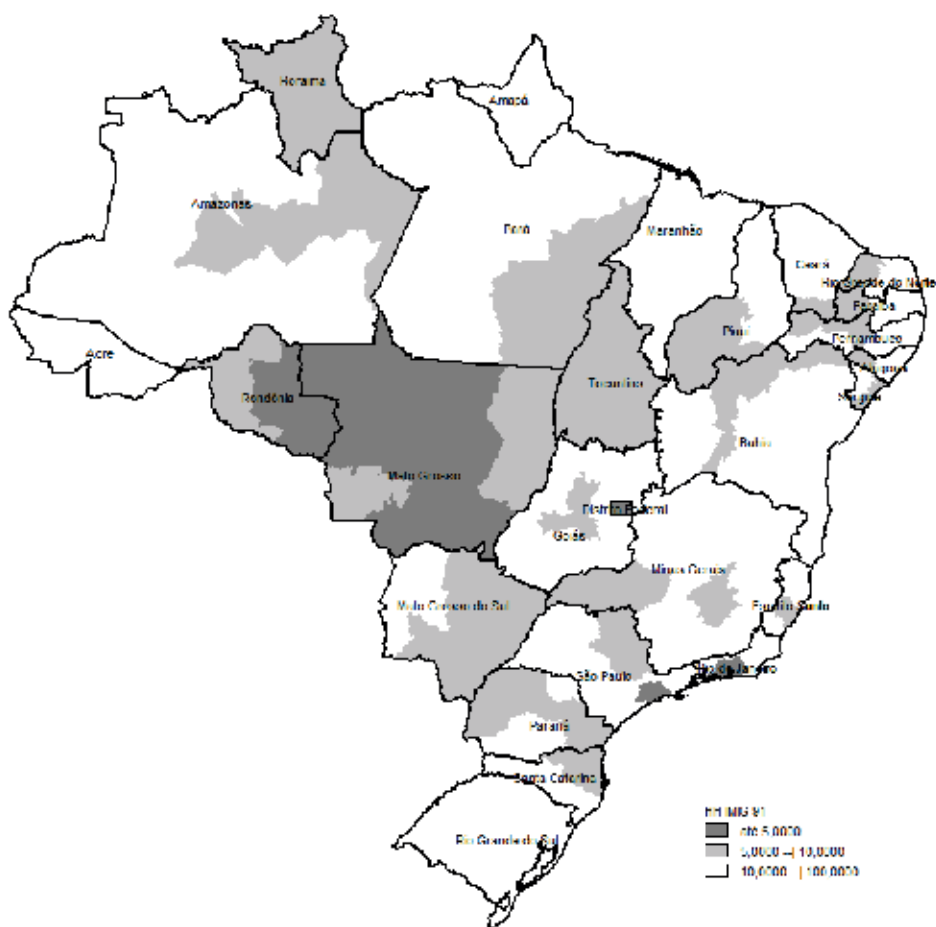
Como pode ser visto, a emigração passou por um processo de concentração entre os censos 1991 e 2000 e por um processo de desconcentração no período mais recente. Já no caso da imigração, houve uma desconcentração monotônica, confirmando que a tendência de espalhamento da população continua, tornando-se até mais expressiva no último Censo.

Assim como o índice foi calculado para o Brasil, a partir da última linha e coluna da matriz, o mesmo pode ser estimado para o nível de análise mesorregional. Com isso, para cada mesorregião, é possível denotar o grau de diversificação dos seus fluxos migratórios. Como o propósito deste trabalho é caracterizar a tendência de espalhamento, e a consequente criação de novos polos de atração no território nacional, interessa investigar justamente os IHH migratórios mesorregionais.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com as tabelas e matrizes elaboradas a partir dos dados dos censos, foi possível verificar que, para o ano de 2010, o IHH variou entre 2,1% e 52,2%, índices que correspondem, respectivamente, à Mesorregião Metropolitana de São Paulo e à Litoral Sul Paulista, na qual nada menos que 71,9% dos imigrantes vieram da vizinha Metropolitana de São Paulo.

Os três cartogramas abaixo mostram os IHH de imigração para cada mesorregião brasileira, de acordo com os censos de 1991, 2000 e 2010. As áreas mais escuras representam as mesorregiões cuja imigração é mais desconcentrada, ou seja, as que recebem migrantes com origens mais diversas. Como a intenção é destacar os polos de atração migratória mais eminentes no país, em termos de diversidade de origem dos migrantes, interessa analisar as mesorregiões cujos IHH de imigração são menores. Em cada ano analisado, utilizaram-se os índices menores do que 5% como critério para detectar aqueles que demonstram esse perfil.

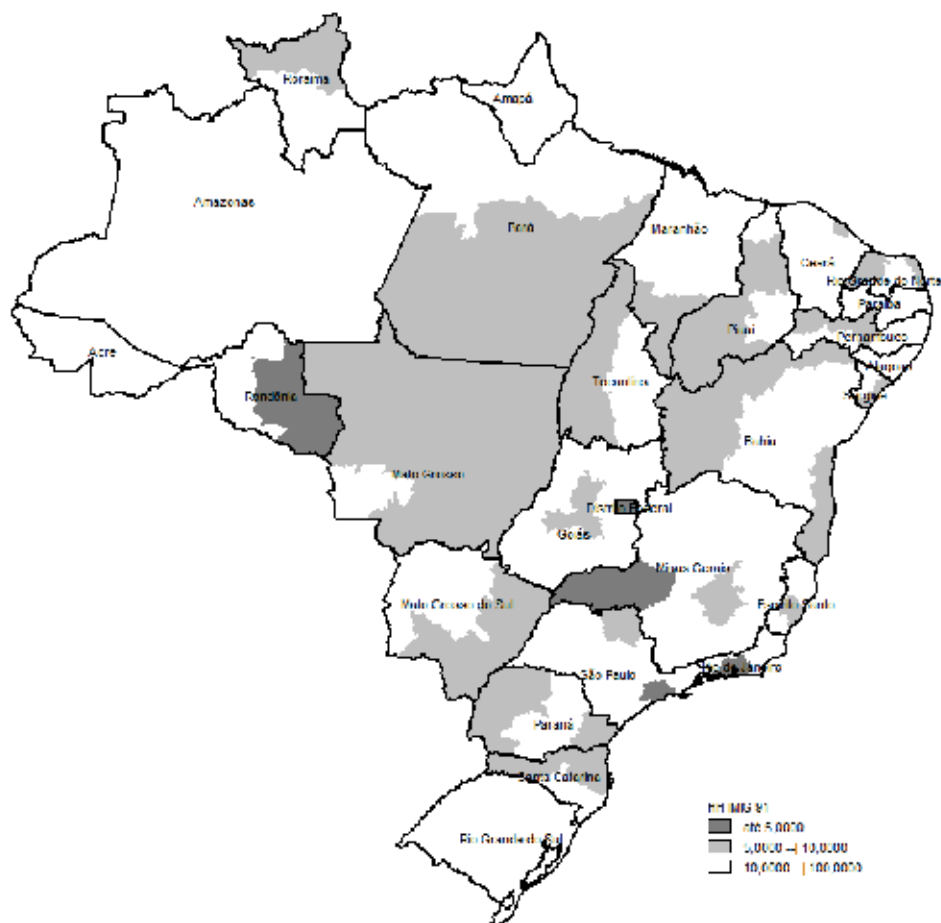


### Cartograma 1

IHH de imigração mesorregional de data fixa de acordo com o Censo de 1991

Fonte: Censo Demográfico (2012a).

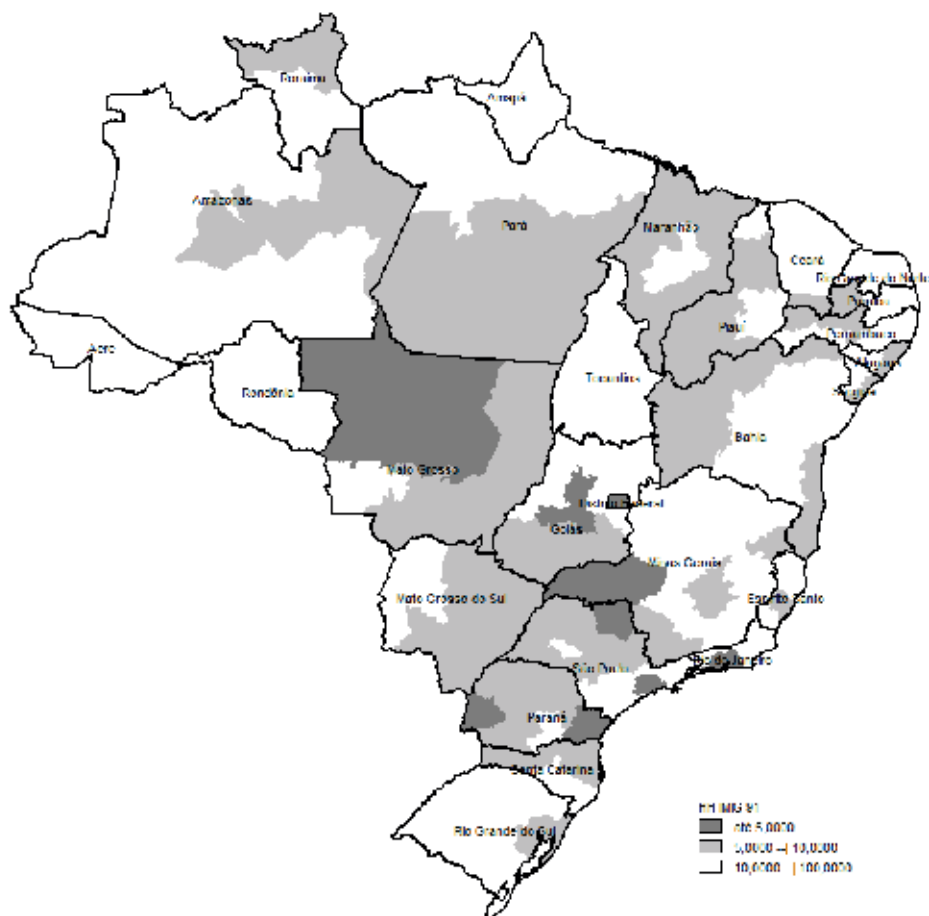
Nota: Elaboração própria.



**Cartograma 2**  
IHH de imigração mesorregional de data fixa de acordo com o Censo de 2000

Fonte: Censo Demográfico (2012b).

Nota: Elaboração própria.



**Cartograma 3**  
IHH de imigração mesorregional de data fixa de acordo com o Censo de 2010

Fonte: Censo Demográfico (2012c).

Nota: Elaboração própria.

Considerando os três censos, um total de 12 mesorregiões emerge deste critério (Tabela 2). Serão analisadas suas características migratórias.

Essas mesorregiões podem ser classificadas em três grupos distintos. O primeiro refere-se a uma situação consolidada, em que os IHH permanecem abaixo de 5% em todos os períodos. O segundo grupo engloba aquelas cujos IHH mostram trajetórias decedentes. Portanto, são polos que vêm apresentando um incremento da diversidade de origem de seus imigrantes nos anos mais recentes. Por outro lado, há aquelas que estão perdendo esse tipo de diversidade, as quais constituem o terceiro grupo.

Tabela 2

Índice Herfindahl-Hirschman para imigração de data fixa das 12 mesorregiões – Censos 1991, 2000 e 2010

(Em %)

Mesorregiões	IHH Imig. 1986-1991	IHH Imig. 1995-2000	IHH Imig. 2005-2010
<b>Polos consolidados</b>			
3515 - Metropolitana de São Paulo	2,19%	2,21%	2,07%
3306 - Metropolitana do Rio de Janeiro	3,01%	2,88%	2,86%
5301 - Distrito Federal	2,85%	2,55%	3,02%
<b>Polos novos</b>			
3105 - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	5,24%	4,67%	3,60%
4110 - Metropolitana de Curitiba	5,69%	5,19%	4,12%
5203 - Centro Goiano	6,08%	5,43%	4,38%
4106 - Oeste Paranaense	6,07%	5,37%	4,46%
3502 - Ribeirão Preto	8,30%	7,73%	4,65%
5101 - Norte Mato-grossense	4,07%	6,55%	4,99%
<b>Polos enfraquecidos</b>			
5105 - Sudeste Mato-grossense	4,39%	5,77%	6,10%
5104 - Centro-Sul Mato-grossense	4,98%	7,00%	7,32%
1102 - Leste Rondoniense	3,71%	4,54%	10,20%

Fonte: Censo Demográfico (2012a, 2012b, 2012c).

Nota: Elaboração própria.

Como sempre se destaca nos estudos sobre migração, a Região Metropolitana de São Paulo aparece em primeiro lugar entre os polos consolidados, em termos da diversidade de origens imigratórias. Contudo, quando se considera a intensidade de fluxos migratórios, apesar de continuar sendo o maior centro de atração dos migrantes, ela vem perdendo peso como opção de destino dos brasileiros. Em 1991, 10,5% dos migrantes intermesorregionais foram para São Paulo, índice que caiu para 8,0% em 2010 (Tabela 3).

A Mesorregião Centro Goiano, onde está localizada a cidade de Goiânia, chama a atenção por revelar um cosmopolitismo imigratório que tem se destacado no cenário brasileiro. Vem aumentando a diversificação de origens dos seus imigrantes, com IHH saindo de 6,1% em 1991 para 4,4% em 2010. Ademais, ao contrário do que aconteceu com São Paulo, seu poder de atração elevou-se significativamente, passando de 1,9%, no Censo 1991, para 2,5% dos migrantes nacionais em 2010<sup>4</sup>, a maior taxa de crescimento entre as 12 mesorregiões em foco.

Assiste-se a um fenômeno semelhante no Triângulo Mineiro. Das seis mesorregiões com imigração mais cosmopolita do Brasil, é a única que não possui um município de capital. Ainda que apresente uma intensidade migratória inferior às de Curitiba e Goiânia, ultrapassa essas mesorregiões no quesito da diversidade de origens dos seus imigrantes.

<sup>4</sup> Vide Tabela 3.

No extremo oposto a essa tendência, existem mesorregiões que estão perdendo diversidade de imigrantes e até atratividade. Metaforicamente, elas podem ser caracterizadas como “flores que murcharam”. Dentre as 12 mesorregiões, o Leste Rondoniense é um caso emblemático. Nos censos de 1991 e 2000, ficava atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília no que tange à variedade de origens de seus imigrantes. Já em 2010, estava em 61º lugar entre as mesorregiões brasileiras, com IHH igual a 10,2%. Além disso, seu poder de atração foi diminuído em 50%, tendo em vista que, em 1991, recebeu 1% dos migrantes brasileiros e, em 2010, apenas 0,5%, como mostra a Tabela 3.

<b>Tabela 3</b>			
<b>Total e percentual de imigrantes de data fixa por mesorregião – Censos 1991, 2000 e 2010</b>			
<b>Mesorregião</b>	<b>Imigrantes 1991</b>	<b>Imigrantes 2000</b>	<b>Imigrantes 2010</b>
<b>Total de imigrantes (Brasil)</b>	<b>8.227.946</b>	<b>8.684.791</b>	<b>8.450.237</b>
3515 - Metropolitana de São Paulo	10,5%	9,6%	8,0%
3306 - Metropolitana Janeiro de Janeiro	2,7%	3,3%	2,9%
5301 - Distrito Federal	2,2%	2,4%	2,3%
3105 - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1,1%	1,3%	1,5%
4110 - Metropolitana de Curitiba	2,4%	2,7%	2,2%
5203 - Centro Goiano	1,9%	2,3%	2,5%
4106 - Oeste Paranaense	1,0%	0,8%	0,8%
3502 - Ribeirão Preto	1,4%	1,2%	1,4%
5101 - Norte Mato-grossense	1,5%	1,2%	1,2%
5105 - Sudeste Mato-grossense	0,4%	0,4%	0,5%
5104 - Centro-Sul Mato-grossense	1,0%	0,7%	0,6%
1102 - Leste Rondoniense	1,0%	0,7%	0,5%
Outras Mesorregiões	72,8%	73,6%	75,7%

Fonte: Censo Demográfico (2012a, 2012b, 2012c).

Nota: Elaboração própria.

A Tabela 4, a seguir, mostra a distribuição dos imigrantes das 12 mesorregiões pelas grandes regiões brasileiras, em cada um dos períodos analisados.

Os dados comprovam que São Paulo vem perdendo sua capacidade de atração, notadamente com relação ao Nordeste brasileiro. De todos os que chegaram a São Paulo em 1991, 60,4% eram oriundos daquela região. Em 2010, esse percentual caiu para 54,9%. A mesorregião que forneceu mais população para São Paulo foi o Centro-Sul Baiano: 56.081 pessoas entre 1986 e 1991, e 42.144, no período de 2005 a 2010.

**Tabela 4**  
**Distribuição de imigrantes de data fixa por macrorregião brasileira de origem e mesorregiões geográficas de destino selecionadas – Censos 1991, 2000 e 2010**

(Em %)

Mesorregiões geográficas	Censos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
3515 - Metropolitana de São Paulo	1991	1,5%	60,4%	28,4%	7,2%	2,4%	866.492
	2000	1,7%	61,1%	27,9%	6,3%	3,0%	833.930
	2010	1,8%	54,9%	33,8%	6,4%	3,1%	677.024
3306 - Metropolitana do Rio de Janeiro	1991	4,4%	42,0%	43,9%	4,5%	5,2%	220.987
	2000	4,4%	45,9%	40,5%	4,8%	4,4%	288.053
	2010	4,6%	41,6%	42,5%	5,8%	5,6%	246.611
5301 - Distrito Federal	1991	6,1%	49,9%	26,0%	2,6%	15,3%	183.263
	2000	6,9%	45,7%	25,1%	4,4%	18,0%	204.365
	2010	6,7%	41,8%	27,3%	5,1%	19,2%	194.126
3105 - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1991	4,0%	7,8%	53,1%	6,0%	29,2%	93.723
	2000	3,7%	11,3%	55,0%	5,2%	24,8%	113.275
	2010	3,3%	29,7%	46,3%	2,6%	18,1%	124.143
4110 - Metropolitana de Curitiba	1991	2,1%	2,0%	16,3%	75,6%	4,0%	195.445
	2000	2,1%	3,0%	18,5%	72,2%	4,2%	233.187
	2010	2,3%	5,2%	26,6%	60,8%	5,1%	186.148
5203 - Centro Goiano	1991	17,4%	16,5%	15,1%	1,5%	49,5%	155.311
	2000	21,1%	18,1%	13,3%	2,2%	45,4%	199.467
	2010	21,8%	24,4%	12,8%	1,8%	39,2%	213.404
4106 - Oeste Paranaense	1991	6,3%	1,9%	10,9%	66,3%	14,6%	85.528
	2000	4,2%	2,3%	15,3%	68,1%	10,1%	67.632
	2010	4,9%	3,3%	16,4%	60,8%	14,6%	64.121
3502 - Ribeirão Preto	1991	1,1%	9,7%	74,6%	9,6%	5,0%	117.157
	2000	1,6%	15,7%	70,8%	5,8%	6,0%	103.699
	2010	1,7%	28,1%	60,0%	5,0%	5,3%	118.439
5101 - Norte Mato-grossense	1991	11,0%	11,3%	8,6%	40,5%	28,6%	122.595
	2000	16,0%	5,6%	8,1%	26,0%	44,3%	101.178
	2010	15,1%	19,3%	8,1%	17,5%	40,0%	97.982
5105 - Sudeste Mato-grossense	1991	5,0%	5,6%	15,7%	20,8%	52,9%	33.799
	2000	3,4%	6,8%	13,0%	19,3%	57,5%	35.382
	2010	6,1%	12,9%	11,4%	12,7%	56,9%	43.895
5104 - Centro-Sul Mato-grossense	1991	10,1%	6,9%	17,2%	14,7%	51,1%	78.336
	2000	9,2%	8,2%	14,8%	8,6%	59,3%	59.824
	2010	10,9%	9,5%	15,0%	8,1%	56,5%	48.444
1102 - Leste Rondoniense	1991	8,5%	9,7%	35,1%	26,6%	20,1%	84.120
	2000	21,3%	8,2%	33,2%	14,3%	23,0%	57.131
	2010	35,3%	6,3%	17,1%	10,9%	30,4%	43.072

Fonte: Censo Demográfico (2012a, 2012b, 2012c).

Nota: Elaboração própria.



O Rio de Janeiro atrai preponderantemente pessoas do próprio Sudeste e do Nordeste brasileiro, quase na mesma proporção: cerca de 42%. No entanto, as regiões Sul e Centro-Oeste estão aumentando suas participações no montante de imigrantes do Rio de Janeiro. A mesorregião nordestina que mais fornece população para o Rio de Janeiro é o Agreste Paraibano. Já no Sudeste, a Metropolitana de São Paulo é que exerce essa função.

A imigração para o Distrito Federal, por sua vez, apresenta um perfil semelhante ao de São Paulo. O principal fluxo provém do Nordeste: 49,9% em 1991, reduzindo-se para 41,8% em 2010, quando o Sudoeste Piauiense apareceu como o grande fornecedor do contingente migrante. O segundo maior fluxo vem da Região Sudeste (26,0% em 1991 e 27,3% em 2010), com destaque para a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro.

Complementando a caracterização do perfil do Triângulo Mineiro, a Tabela 4 evidencia o crescimento do seu influxo migratório. No intervalo de tempo analisado, foi possível notar uma diminuição da migração intrarregional, ainda que o Norte de Minas seja seu principal fornecedor de população. Contrapõe-se a essa tendência a significativa ascensão da parcela populacional oriunda do Nordeste que se direcionou para lá, tornando-se, inclusive, mais expressiva que a da Região Centro-Oeste.

Já a Mesorregião Metropolitana de Curitiba, cuja imigração intrarregional é marcante, vem recebendo mais pessoas de outros pontos do país. Em 1991, 75,6% do total de imigrantes provinham da Região Sul, passando a 60,8% em 2010, quando se assistiu a uma significativa elevação da proporção dos que partiram do Sudeste, notadamente da Metropolitana de São Paulo.

Como foi indicado anteriormente, o Centro Goiano é uma das mesorregiões que mais se destacam, no período recente, pela pujança do seu perfil migratório. Foi onde a imigração apresentou o crescimento mais intenso entre os anos analisados: 37,4%. Este crescimento é acompanhado por uma diversificação das origens dos imigrantes, em especial as parcelas populacionais provenientes do Nordeste. Apesar disso, o Centro-Oeste continua sendo o grande fornecedor de população para o Centro Goiano – com destaque para a Mesorregião Sul Goiano – mesmo que apresentando um arrefecimento gradual entre 1991 e 2010.

Dentre os polos cuja migração, em se tratando de IHH, foi classificada como ascendente, o Oeste Paranaense tem a menor absorção migratória, se forem considerados os valores absolutos. Ele recebe população principalmente do Sul e do Sudeste brasileiros, cujas imigrações direcionadas à mesorregião em análise totalizam cerca de 77%.

Quanto a Ribeirão Preto, destaca-se a elevação da imigração oriunda do Nordeste, que passou de 9,7%, em 1991, a 28,1% em 2010. Apesar disso, o grande contingente de imigrantes vem do próprio Sudeste, em especial da Metropolitana de São Paulo.

O Norte Mato-grossense é um caso em que, apesar da diversificação migratória ter aumentado – como indica seu IHH –, a imigração perdeu vigor em termos absolutos. De fato, em relação ao tamanho da população dessa mesorregião, em 1991 a movimentação populacional foi de

37%<sup>5</sup>, índice que passou a 19,9% em 2010. Essa queda sinaliza uma diminuição de circulação populacional no período analisado. Nesse contexto, a Região Sul, que antes se caracterizava como a principal fornecedora de população, perdeu expressividade, sendo substituída pelo Centro-Oeste, onde o Centro-Sul Mato-grossense se colocou como principal fonte de migrantes. Salienta-se que o IHH do Norte Mato-grossense assumiu um comportamento bastante singular quando comparado aos demais. Conforme indica a Tabela 2, de 1991 a 2000 houve um significativo arrefecimento da variedade de origens dos migrantes que se dirigiram a essa mesorregião – passou de 4,07% para 6,55% –, fato que foi revertido na década seguinte, para a qual o IHH foi definido em 4,99%.

Por sua vez, o Sudeste Mato-grossense se caracterizou como polo de migração decrescente em termos de diversificação das origens dos seus imigrantes<sup>6</sup>. De fato, a maioria dos fluxos populacionais que atraiu originou-se do próprio Centro-Oeste, e seu maior fornecedor de população foi o Centro-Sul Mato-grossense. Este, por sua vez, apresentou conduta migratória semelhante à do próprio Sudeste Mato-grossense, recebendo imigrantes principalmente da Mesorregião Norte Mato-grossense.

Dentre os polos decrescentes de imigração, o Leste Rondoniense é um caso peculiar. Em 1991, sua absorção migratória era bastante desconcentrada, apresentando um dos menores IHH da época: 3,71% – índice que evoluiu para 10,20% em apenas duas décadas. Enquanto que, no primeiro período analisado, atraía grande massa populacional de várias partes do Brasil<sup>7</sup>, principalmente do Oeste Paranaense e do Noroeste Espírito-santense, até 2010 essa realidade se reverteu. A mesorregião perdeu atração migratória, e cerca de 43% do total de seus imigrantes passaram a ser oriundos de Madeira-Guaporé, também localizada no estado de Rondônia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição feita até aqui confirma que, de fato, tem havido um maior espalhamento da migração interna no Brasil. Os dados de 1991 mostram apenas os três polos consolidados (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), a fronteira agrícola no Mato Grosso e a atração exercida pelo estado de Rondônia, criado apenas no início da década de 1980. Já no Censo 2000, o Triângulo Mineiro se agrega como um novo polo dinâmico. Em 2010, nada menos do que quatro outros polos aparecem no cenário nacional: Metropolitana de Curitiba, Centro Goiano, Oeste Paranaense e Ribeirão Preto.

<sup>5</sup> Índice gerado a partir da divisão entre o total de migrantes (imigrantes + emigrantes) e a população total da mesorregião em determinado período. Esse resultado é capaz de captar um pouco do próprio dinamismo migratório mesorregional.

<sup>6</sup> Vide Tabela 2.

<sup>7</sup> Essa forte atração pode ser atribuída a três principais fatores: a então recente criação do estado de Rondônia – que ocorreu em dezembro de 1981 –, a expansão da fronteira agrícola e a expressiva intensificação da extração mineral, principalmente de cassiterita, como importante atividade econômica da região.

Cada novo polo tem sua dinâmica própria, como delineado brevemente nas seções anteriores. Este trabalho pode ser considerado, então, uma provocação para que outros estudos se debrucem com mais precisão sobre as nuances que compõem o fenômeno da diversificação migratória apresentada pelas mesorregiões destacadas no decorrer da pesquisa. O perfil dos migrantes, suas inserções no mercado de trabalho e outros aspectos podem jogar luz sobre os fatores envolvidos com essas mudanças, levando a uma maior compreensão do novo cenário migratório brasileiro.

De antemão, já se pode entrever que grande parte desse espalhamento está associada ao comportamento dos migrantes oriundos do Nordeste brasileiro. Nos três polos consolidados, eles vêm perdendo participação, enquanto que, nos demais, o processo é preponderantemente o oposto, com os migrantes do Nordeste aumentando seu peso. Será que esse maior espalhamento é simplesmente um reflexo da desilusão dos nordestinos com seus tradicionais polos de atração?

## REFERÊNCIAS

- BUARQUE, S. C.; LIMA, R. R. A. *Manual de estratégia de desenvolvimento para aglomerações urbanas*. Brasília: IPEA, 2005.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default\\_censo1991.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm)>. Acesso em: 20 jul. 2012a.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 20 jul. 2012b.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 20 jul. 2012c.
- CUNHA, J. M. P. da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 3-20, out./dez. 2005
- IINSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 1.
- OLIVEIRA, A. T. R. de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, L. A. P. de; OLIVEIRA, A. T. R. de (Org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.



## LOCALIDADES QUE MAIS ATRAEM NORDESTINOS SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE

*Larissa de Morais Pinto\**  
*Ana Luiza Machado de Codes\*\**  
*Herton Ellery Araújo\*\*\**  
*Agnes de França Serrano\*\*\*\**

### INTRODUÇÃO

Historicamente, a Região Nordeste tem sido a maior fornecedora de população migrante no Brasil. Os dados do Censo 2010 permitem constatar que a Região Metropolitana de São Paulo hospedava cerca de 29,9% dos nordestinos que residiam fora do seu estado de nascimento. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro era, até então, o segundo polo atrativo de nordestinos, com 9,5% desse contingente. E em terceiro lugar estava o Distrito Federal e seu entorno, com 7,3%. Ainda hoje, esses três destinos perfazem um total de mais da metade dos nordestinos migrantes, ecoando o padrão histórico de seus movimentos.

Contudo, conforme os dados do Censo 2010 está ocorrendo um maior espalhamento dos fluxos migratórios pelo território nacional (ARAÚJO et al., 2012). Grande parte da criação desses novos fluxos se deve à mudança de comportamento do migrante nordestino, que passou a se dirigir para outras localidades além daqueles três principais polos atrativos do país. Essas constatações geram inquietações com relação ao perfil do migrante natural do Nordeste brasileiro, motivando a realização do presente trabalho, que se dedica a investigar as seguintes questões: é possível delinear padrões migratórios distintos para pessoas com diferentes graus de escolaridade? Será que os nordestinos de altos níveis educacionais, cujas possibilidades de escolha são mais variadas, também optam por São Paulo como seu principal destino?

A partir destes questionamentos, o presente trabalho objetiva explicitar que os conhecidos padrões Nordeste/São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal ofuscam dinâmicas migratórias distintas relativas a diferentes grupos socioeconômicos, as quais constituem respostas específicas aos vários estímulos econômicos dos locais de origem e destino. Além disso, almeja-se averiguar quais são as localidades mais atrativas para os migrantes oriundos do Nordeste brasileiro, com diferentes graus de escolaridade, principalmente em se tratando de indivíduos com alta capacitação educacional.

\* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UNB). larissa.pinto@ipea.gov.br

\*\* Doutora em Ciências Sociais e mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). ana.codes@ipea.gov.br

\*\*\* Especialista em Economia pela Universidade de Brasília (UNB). Técnico em Pesquisa e Planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). herton.araujo@ipea.gov.br

\*\*\*\* Mestre e graduada em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB). agnes.serrano@ipea.gov.br

Para levar adiante a investigação, este trabalho se encontra assim organizado: após esta introdução, a primeira seção traz uma abordagem teórica para estabelecer patamares conceituais e históricos, a fim de balizar o estudo; a segunda explica a metodologia utilizada no decorrer da pesquisa, em suas etapas de construção/elaboração; e a terceira seção mostra os resultados e discussões encontrados a partir da análise dos dados ressaltados pela pesquisa.

## SOBRE MIGRAÇÃO E ESCOLARIDADE

Quando a temática de um trabalho envolve a migração interna dos nordestinos pelo território nacional, logo vêm à mente os mais tradicionais fluxos de deslocamento populacional: para o Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e para o Distrito Federal. Esses três principais polos de absorção migratória sempre foram bastante visados por aqueles que buscam melhores oportunidades de vida, o que se refere à condição de inserção no mercado de trabalho, à obtenção de melhores salários, à possibilidade de maior ascensão social, dentre outros aspectos. Contudo, cabe questionar se indivíduos já pertencentes a classes sociais mais elevadas e com alta capacitação educacional que optam por migrar também escolhem como destino um dos três polos acima citados. Para realizar essa verificação, optou-se primeiramente por uma análise histórica e teórica sobre a migração de alta escolaridade em geral, de modo a embasar a análise empírica que será desenvolvida nas seções posteriores. Entretanto, antes mesmo de iniciar uma exposição teórica que se refira especificamente à migração de alta escolaridade, foi realizado um sucinto levantamento dos motivos que, em geral, estimulam a própria migração.

Por muito tempo, grande parte dos mais densos fluxos migratórios brasileiros foi justificada pela própria desigualdade regional existente no território nacional. Como esclarecem Queiroz e Santos (2009, p. 2), os fluxos migratórios têm a tendência de acompanhar a dinâmica econômica que se estabelece territorialmente, o que estimula deslocamentos espaciais, a partir dos quais os migrantes buscam empregos nas regiões mais industrializadas e/ou desenvolvidas do país, diante das desigualdades regionais. Os autores acrescentam que as situações de ordem econômica deflagram nos indivíduos iniciativas de se deslocarem territorialmente em busca de melhores rendimentos.

De modo geral, é pertinente afirmar que o anseio por melhora da qualidade de vida é a principal variável que determina a decisão de migrar. A abordagem econômica neoclássica, quando se refere a estudos de movimentos demográficos, se vale dessa análise para sugerir que os indivíduos migram em busca de trabalho, melhores oportunidades e maiores salários, fazendo um cálculo racional-econômico para a escolha de seu destino. Como esclarece Biagioni (2012, p. 8.):

A racionalidade implica em avaliar os custos e oportunidades de migrar, em curto ou longo prazo, comparando as chances de melhor

inserção no mercado de trabalho (melhores retornos salariais, contrato de trabalho entre outros) com base nas informações de oferta de trabalho na origem e de destino migratório, considerando o próprio estoque de capital humano (principalmente o nível educacional e experiência no mercado de trabalho). Se o indivíduo opta por migrar, os custos e oportunidades avaliados são suficientemente fortes para romper a inércia de permanecer na origem, considerada, portanto, menos favorável para suas condições de vida.

Sachisida, Caetano e Albuquerque (2010), ao analisarem a influência da distribuição de renda e das transferências federais aos estados e federações sobre o fluxo de migrantes recebido por unidade federativa, afirmam que o migrante brasileiro age de acordo com a teoria econômica convencional. Segundo os autores, os indivíduos buscam melhora da qualidade do seu bem-estar, maximização de retorno, assim como a minimização dos custos e dos riscos. Por isso, prevalece o deslocamento para regiões com maior renda – mais privilegiadas pelas transferências governamentais relativas à política regional e mais populosas –, pois estas apresentam maiores possibilidades de proveito dos ganhos de escala e especialização.

Por sua vez, Carvalho (2010), através do modelo de regressão Probit e incluindo novas variáveis usualmente não utilizadas em outros estudos – como mãe viva, filhos, ser economicamente ativo, renda não proveniente do trabalho e rede de ensino –, também conclui que os migrantes brasileiros agem de acordo com o comportamento previsto pela teoria econômica neoclássica. Eles buscam melhoria da qualidade de vida pessoal ou da família, podendo, inclusive, levar em consideração a existência de laços familiares e oportunidades como a de estudar em escolas públicas (com as quais o migrante elimina parte do custo em educação).

A procura pela elevação do bem-estar pessoal e/ou da família também está presente no estudo de Oliveira e Jannuzzi (2006), em que se investigam elementos empíricos para identificar o motivo pelo qual os indivíduos migram para uma localidade diversa daquela do nascimento. Eles afirmam que a necessidade de acompanhar a família e a busca por trabalho revelaram-se as motivações mais importantes para a tomada da decisão de migrar das mulheres e dos homens, respectivamente, em especial os provenientes do Nordeste e aqueles que se dirigem à Região Metropolitana de São Paulo e ao interior de São Paulo.

Após esta breve verificação teórica, e antes de dar início às análises dos dados do Censo 2010 gerados a partir do estabelecimento da relação entre escolaridade do nordestino e migração, serão abordados a seguir alguns estudos que se debruçam sobre o processo de deslocamento geográfico daqueles que possuem alta e/ou baixa escolaridade em geral.

### **Algumas experiências sobre a relação entre migração e escolaridade**

Como indicado em estudo anterior (ARAÚJO et al., 2012), tem-se assistido a um maior espalhamento dos fluxos migratórios pelo Brasil. Em se tratando da escala mesorregional, foi possível verificar que mesorregiões cujos graus de atratividade migratória foram considerados

elevados e diversificados – como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal – vêm perdendo atração em termos absolutos, e outros polos passaram a ganhar destaque, como o Triângulo Mineiro, a Metropolitana de Curitiba, Ribeirão Preto e o Centro Goiano. Com relação à criação desses novos fluxos, observou-se que eles foram influenciados pela mudança do comportamento do migrante nordestino, que passou a se dirigir para outras localidades além dos três principais polos atrativos do país. Todas essas constatações estimularam a curiosidade, no sentido de se desvendar qual o perfil do migrante que tem como origem o Nordeste brasileiro, particularmente no que se refere ao seu nível educacional.

Alguns pontos de vista, já bastante discutidos na literatura, podem ajudar a iluminar este caminho. Trata-se da teoria do capital humano e de uma de suas facetas específicas: o referencial do *brain drain*.

Segundo Bratsberg (1996), a migração, no pensamento econômico, é explicada dentro da teoria do capital humano e é entendida como um investimento deste tipo. Assim, na migração, as decisões de mudança espacial são feitas a partir da comparação do valor presente do salário em diferentes oportunidades de emprego e em distintas localidades.

Em seu trabalho, Peixoto (2004) expõe que, dentre as perspectivas da teoria do capital humano, as referentes à migração argumentam que a análise econômica dos custos e benefícios realizada pelo indivíduo não se deve limitar apenas à observação de curto prazo. Para ele, as migrações envolvem ainda um investimento no próprio potencial produtivo do indivíduo ou no de sua família, cujos resultados só podem ser obtidos a médio ou longo prazo. Isso quer dizer que o migrante aposta na capacidade que possui de gerar maiores rendimentos no futuro (utilizando melhor as suas qualificações), mesmo que para tanto seja necessário incorrer em custos importantes no curto prazo. Em suma, o cálculo racional-econômico pode se realizar tanto ao nível da unidade indivíduo quanto da entidade familiar. Neste caso, são as oportunidades permitidas aos filhos (por exemplo) que explicam, a longo prazo, um ato migratório que pode parecer arriscado no presente.

Ao estudarem a migração interestadual de retorno e autosseleção dos migrantes brasileiros, Ramalho e Queiroz (2011) evidenciaram que esses movimentos, mesmo quando motivados por erros de previsão ou desemprego, constituem-se em importante mecanismo para a melhoria do bem-estar dos trabalhadores, principalmente daqueles que investem em educação e conseguem assimilar melhor os ganhos, em termos de capital humano, inerentes à escolha pela experiência da migração.

Por outro lado, o capital humano também exerce sua influência sobre as mais diversas localidades, já que o desenvolvimento econômico é afetado pelo acúmulo de capital humano, sendo este um dos fatores responsáveis pelas diferenças de produtividade entre países e regiões (MANKIW; ROMER; WEIL, 1992). Ou seja, observa-se aqui uma relação recíproca: as localidades com maiores concentrações de capital humano são aquelas que mais atraem indivíduos



migrantes, os quais se beneficiam desse movimento e, conseqüentemente, incrementam o desenvolvimento dessas localidades.

Esse processo pode se desdobrar naquilo que, na literatura, é chamado de *brain drain*. Tendo em vista que o presente estudo se debruçará sobre uma parte do fluxo migratório com maiores níveis de escolaridade, é cabível falar desta abordagem, que também é conhecida como “fuga de cérebro”. Segundo Kwok e Leland (1982 apud SILVA; FREGUGLIA; GONÇALVES, 2010, p. 3), o termo *brain drain* refere-se à migração de profissionais qualificados em busca de locais mais promissores. Assim como em outros processos migratórios, o *brain drain* se dá em virtude das diferenças econômicas e sociais entre as localidades fornecedoras e receptoras de pessoas (PORTES, 1976).

De acordo com Portes (1976), três grupos de fatores podem determinar a fuga de cérebros. Os determinantes primários envolvem as desigualdades regionais entre os locais de origem e destino do migrante, sobretudo no que diz respeito a diferenças nas remunerações, condições sociais e de trabalho. Já os determinantes secundários são relacionados às diferenças no mercado de trabalho – no que se refere à oferta e à demanda de mão de obra qualificada – na localidade de origem do trabalhador. Esses determinantes secundários se relacionam com a falta de perspectiva dos altamente qualificados em conseguirem realização profissional nas suas localidades de origem. Conseqüentemente, quanto maiores as oportunidades de oferta em outros mercados, maior a migração. As causas terciárias, por fim, referem-se às diferenças entre os indivíduos, que vão desde a qualidade de treinamento até o círculo social em que estão inseridos, como, por exemplo, se possuem redes sociais, como familiares e amigos, em seu possível destino. Quanto melhor o treinamento e mais estimulado a migrar o indivíduo estiver, maior será a probabilidade de que ele o faça.

Em suma, é possível afirmar que a experiência migratória promove, em geral, um incremento de capital humano em seus participantes e que, quando realizada por indivíduos altamente qualificados, que se dirigem principalmente às regiões mais desenvolvidas economicamente (as quais já possuem um acúmulo destes indivíduos com alta qualificação), trata-se do que foi chamado de *brain drain*, ou fuga de cérebros.

Diversas investigações empíricas já se pautaram por estes referenciais. O já citado estudo de Sachisida, Caetano e Albuquerque (2010), por exemplo, conclui que o efeito aglomeração é um determinante significativo da imigração. O tamanho da população coloca-se então como um fator relevante, podendo sinalizar a importância das redes de imigrantes em regiões de destino. Ou seja, indivíduos tendem a migrar para localidades onde já conhecem outros imigrantes, fato que pode até mesmo diminuir o custo de realocação na nova região. Essa constatação se aproxima, em parte, do que foi definido como determinantes terciários de Portes, relatados anteriormente.

No caso brasileiro, o contraste socioeconômico entre as regiões é elevado. Portanto, é natural que haja fuga de cérebros entre os estados, o que desperta a necessidade de averiguar esse

tipo de movimento populacional. Sabbadini e Azzoni (2006), por exemplo, investigaram a migração de indivíduos altamente escolarizados (*brain drain*) entre os entes federados a partir dos microdados dos censos demográficos de 1991 e 2000. Concluíram que os “deslocamentos de cérebros” ocorriam em todo o país, sendo que os fluxos principais localizavam-se para as regiões Sul e Sudeste e o Distrito Federal, onde estão as localidades mais desenvolvidas do país e onde são maiores os números de mestres e doutores. Este fenômeno, entretanto, por apresentar importâncias distintas para as diversas unidades da federação, revela ter alta influência no Norte e Centro-Oeste, grandes beneficiários pela transferência de capital humano, e no Nordeste, sendo este o maior prejudicado. Dentre as variáveis determinantes, destacam-se a renda e a qualidade de vida.

Para Grubel e Scott (1976), “[...] o comportamento dos altamente qualificados é fundamentalmente determinado pelos mesmos tipos de motivações e forças de mercado daqueles menos qualificados”. Os autores argumentam, entretanto, que, nos casos dos mais qualificados, fatores como a personalidade individual, as características educacionais e a organização de mercado tendem a influenciar a importância relativa dos vários elementos que afetam o processo de tomada de decisão (SILVA; FREGUGLIA; GONÇALVES, 2010, p. 4).

Já Pereira (2000), em sua pesquisa sobre as características dos migrantes internos no Brasil, chegou à conclusão de que o efeito escolaridade é positivo até que o indivíduo possua 11 anos de estudo. Após este limite, a probabilidade de migrar diminui. A autora afirma ainda que a migração interna no Brasil não é marcada somente por condições de pobreza<sup>1</sup>, mas também por fluxos de indivíduos das classes média e alta e com maiores níveis educacionais.

Outro trabalho sobre o comportamento geral dos migrantes com maior e menor escolaridade foi elaborado por Rigotti (2006), com base em dados censitários, em que se analisam os períodos selecionados de 1986-1991 e 1995-2000. Para o autor, migrante com escolaridade alta era aquele que possuísse acima de 25 anos de idade e apresentasse 15 anos ou mais de estudo. Os recenseados da mesma faixa etária com quatro anos ou menos de estudos compunham o grupo dos que foram considerados de “baixa escolaridade”.

De acordo com o autor acima, nos dois períodos analisados, os migrantes com alta escolaridade se dirigiam para localidades próximas às de seu lugar de origem. Estas localidades, por sua vez, e quase sempre, caracterizavam-se como regiões metropolitanas ou capitais estaduais. Além disso, São Paulo não representava o principal destino dos migrantes mais escolarizados oriundos do Nordeste do país. Com relação aos menos escolarizados, o autor pôde notar que eles assumiam um comportamento diferenciado, pois optavam por migrar para localidades longínquas. Rigotti (2006) também chamou a atenção para a diferença de conduta dos migrantes nordestinos mais e menos escolarizados, apontando que esses últimos tinham como principal destino a Mesorregião Metropolitana de São Paulo. Logo, infere-se

<sup>1</sup> Antes, segundo a autora, a massa de migrantes era formada, preponderantemente, por indivíduos pertencentes às classes mais baixas.

do estudo de Rigotti (2006) que a migração de pessoas oriundas do Nordeste para São Paulo não se encaixa como um caso de *brain drain*, mas, majoritariamente, é caracterizada por pessoas menos escolarizadas que provavelmente terão um incremento de capital humano com a experiência migratória.

Mata e outros (2007) fizeram um estudo também com base nos dados censitários de 2000, objetivando destacar os motivos de um município apresentar-se atrativo para o migrante qualificado. Para os autores, algumas variáveis – tais como dinamismo do mercado de trabalho, desigualdade de renda, distância das capitais estaduais, fatores climáticos e topográficos e a instabilidade social – influenciam definitivamente na escolha de destino por parte do migrante com alta escolaridade. Conforme a pesquisa realizada, as questões salariais também interferem consideravelmente na escolha do migrante: “Quanto maior o salário do município em 1991 (censo anterior ao de 2000, cujos dados foram analisados pelos autores), maior a migração qualificada líquida<sup>2</sup> no período subsequente” (MATA et al., 2007, p. 309). Além disso, migrantes qualificados tendem a se dirigir para localidades cuja população apresenta maior escolaridade – as quais, geralmente, estão próximas às capitais estaduais ou metrópoles –, prezam regiões em que a variabilidade térmica é menor e os volumes pluviométricos são pequenos e preferem municípios com menor instabilidade social e baixos índices de violência.

Somando-se a essa linha de trabalhos citados até aqui está o presente estudo. Trata-se de uma investigação empírica, cujo foco volta-se para o grupo de migrantes nordestinos, por nível de escolaridade. Deste modo, é possível avaliar as nuances dos comportamentos de migrantes com distintos níveis de educação e verificar, por exemplo, se as condutas de indivíduos altamente qualificados, já exploradas em trabalhos anteriores, se reproduzem também no caso dos nativos do Nordeste brasileiro que optaram por dali emigrar.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizou-se o Censo 2010 para contabilizar os nativos de cada estado brasileiro. Considerou-se como estoque a população de 25 anos ou mais de idade nascida em uma unidade da federação e residente no Brasil em 2010. Este corte etário se justifica pela maior estabilidade desta parcela da população com relação à sua escolaridade. Dentre eles, os migrantes são aqueles que moravam fora da unidade da federação de nascimento<sup>3</sup>. Assim, não se pode definir em que local o migrante adquiriu sua escolaridade: se foi onde nasceu ou noutro estado qualquer. Por exemplo, imagine um indivíduo que migrou ainda na tenra infância da unidade da federação “A” para a “B”, onde adquiriu sua escolaridade, e outro, cujo local de nascimento também foi “A”, porém migrou para “B” já adulto, com sua escolaridade adquirida no local de nascimento. Estas duas pessoas estão sendo tratadas da mesma forma.

<sup>2</sup> Refere-se à razão da diferença entre imigração qualificada e emigração qualificada e a população total de determinado município.

<sup>3</sup> Alguns demógrafos costumam chamar esse contingente de migrantes do estoque da população de *lifetime*.

Para minimizar essa incerteza, considerou-se um subconjunto deste estoque: os nativos, de 25 anos ou mais de idade, que mudaram de unidade federativa nos cinco anos anteriores ao Censo 2010, pois, neste trabalho, se supõe que estes já migraram com sua escolaridade adquirida, tendo partido de sua terra natal ou não.

Foram escolhidos três níveis educacionais: com baixa escolaridade são as pessoas de 25 anos ou mais de idade que, em 2010, não haviam completado o ensino fundamental; com média escolaridade são as que completaram o ensino fundamental, ou o médio, mas não concluíram um curso superior; e as de alta escolaridade são as que concluíram algum curso superior.

A escolha dos nordestinos como foco deste trabalho se deve ao fato de que eles se destacam por sua alta probabilidade de sair de seu estado de origem. O Quadro 1 traz as probabilidades<sup>4</sup> de o estoque da população nativa de cada unidade da federação brasileira estar morando fora do seu estado de nascimento, em 2010, com corte para cada nível de escolaridade proposto. É notória a maior perda de nordestinos em relação às outras unidades da federação. Paraibanos e piauienses são os que mais saem de seus estados de origem: 34,5% e 33,5%, respectivamente. Por outro lado, cariocas e paulistas são os que menos emigram: 7,6% e 8,2%. No caso dos paraibanos, aqueles de média escolaridade são os que mais emigram, enquanto que, no Rio de Janeiro, os que mais abandonam a terra natal são os de alta escolaridade.

<sup>4</sup> Aqui designando o quociente entre o estoque dos emigrantes nativos de uma UF em relação à população nativa dessa UF, como o percentual de nativos de cada UF morando em 2010 noutra UF do país.

UF	Total	Baixa (Até fundamental incompleto)	Média (Fundamental completo até superior incompleto)	Alta (Superior completo ou mais)
Rondônia	17,9%	14,5%	19,2%	27,2%
Acre	15,6%	12,9%	18,2%	22,0%
Amazonas	8,3%	6,7%	8,6%	17,0%
Roraima	12,5%	10,0%	12,5%	23,3%
Pará	13,7%	10,1%	16,6%	23,5%
Amapá	10,9%	9,8%	10,3%	16,7%
Tocantins	30,3%	29,0%	32,5%	27,1%
Maranhão	28,5%	26,5%	31,5%	30,3%
Piauí	33,5%	31,4%	38,4%	30,3%
Ceará	22,7%	23,8%	21,1%	20,8%
Rio Grande do Norte	19,5%	19,5%	19,3%	20,5%
Paraíba	34,5%	34,5%	35,8%	28,7%
Pernambuco	26,7%	27,7%	25,8%	22,9%
Alagoas	29,8%	30,1%	30,5%	23,8%
Sergipe	24,2%	25,0%	23,2%	21,7%
Bahia	25,5%	25,9%	25,3%	21,7%
Minas Gerais	22,7%	23,7%	21,2%	22,9%
Espírito Santo	21,2%	23,9%	18,3%	19,3%
Rio de Janeiro	7,6%	5,1%	7,2%	14,6%
São Paulo	8,2%	9,1%	7,2%	9,5%
Paraná	28,4%	29,2%	28,8%	24,1%
Santa Catarina	15,2%	15,2%	14,3%	18,1%
Rio Grande do Sul	12,5%	11,8%	11,3%	19,8%
Mato Grosso do Sul	21,4%	18,2%	23,1%	27,7%
Mato Grosso	18,7%	18,7%	18,5%	20,3%
Goiás	18,9%	17,9%	18,9%	23,2%
Distrito Federal	24,1%	27,0%	24,4%	20,6%

**Quadro 1**

**Probabilidade de emigração do estoque de nativos, com 25 anos ou mais de idade, por UF e nível de escolaridade – Censo 2010**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Nota: Elaboração própria.

Uma vez escolhido o Nordeste como foco do trabalho, foram selecionados três estados desta macrorregião. Para estes, analisou-se a distribuição do estoque da população de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade, composta tanto por migrantes como não migrantes. Além disso, observaram-se as probabilidades de destino desses nativos entre as mesorregiões brasileiras, tanto para o estoque (nativos de um estado morando em outro), quanto para

a migração nos cinco anos anteriores ao Censo 2010<sup>5</sup>. Neste último caso, foi tomada como base a pergunta de data fixa presente no recenseamento, que se refere aos indivíduos que moravam, naquela data, num determinado local do território brasileiro diferente daquele em que residiam exatamente cinco anos antes.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, será analisada mais detalhadamente a migração dos nordestinos para as diversas mesorregiões brasileiras. Numa tentativa de delinear o tipo de movimento predominante, de acordo com o critério do nível de escolaridade, selecionaram-se os nascidos em três estados do Nordeste para sustentar a análise: os baianos – que se caracterizam por uma migração majoritária de indivíduos com nível baixo de escolaridade –; os maranhenses – com nível médio de escolaridade –; e os potiguares, que são os nativos do Rio Grande do Norte – indivíduos com alto nível escolar. A ideia de analisar esses três grupos é captar os traços gerais de cada tipo.

Entre os estados nordestinos cujas emigrações são notadamente feitas por indivíduos de baixa escolaridade, a Bahia é o mais populoso. Por isso, os baianos foram escolhidos para representar este tipo de perfil migratório. Pelo mesmo motivo, optou-se por estudar as movimentações dos maranhenses, que ilustram a migração nordestina de média escolaridade. Migrações similares, encontradas em outros estados nordestinos, decorrem, então, por semelhança a um desses tipos aqui abordados<sup>6</sup>. Por fim, o caso dos potiguares é singular dentro do contexto regional, já que o Rio Grande do Norte é o único estado cuja emigração é marcadamente feita por indivíduos de alta escolaridade.

Para guiar a análise, vale a pena ter em mente, de antemão, um panorama da escolaridade dos nordestinos. Em linhas gerais, a maioria deles possui baixa escolaridade, variando entre 57% e 65%, conforme o estado. A proporção dos de média escolaridade gira em torno de um terço do universo de análise (de 30% a 36%), restando apenas cerca de 6% (entre 5% e 7%) de indivíduos com curso superior completo. Os gráficos referentes a cada estado mostram essa distribuição, considerando migrantes e não migrantes.

### Baianos

Dentre os 9,63 milhões de baianos de 25 anos ou mais de idade residentes no território nacional em 2010, 2,45 milhões eram emigrantes, como mostra a Tabela 1. Quase metade deste contingente (42,3%) morava na Mesorregião Metropolitana de São Paulo, a “Meca” dos baianos. O segundo destino foi a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, com apenas

<sup>5</sup> É necessário ressaltar que este trabalho não objetiva se debruçar sobre análises dos fatores que influenciam o estabelecimento dos fluxos migratórios traçados pelos nordestinos, mas apenas indicar quais têm sido esses fluxos.

<sup>6</sup> Os gráficos e tabelas referentes aos demais estados da região, que possibilitam a apreensão dos perfis migratórios dos nascidos em cada um deles, encontram-se nos apêndices finais deste trabalho.

5,4%, seguido do Distrito Federal, com 4,3%. Note-se, porém, que a Área Metropolitana de Brasília<sup>7</sup> apresenta 6,2%, ultrapassando a Metropolitana do Rio de Janeiro.

A probabilidade de os indivíduos baianos de baixa escolaridade emigrarem é historicamente maior do que a dos mais escolarizados. A Metropolitana de São Paulo apresenta-se como principal destino dos de baixa escolaridade (41,5%), mas, ainda que também o seja para os baianos de alta escolaridade, não exerce sobre eles o mesmo poder de sedução (28,8%).

Os baianos, em geral, não migram para mesorregiões vizinhas à Bahia. A única do Nordeste que aparece entre os dez principais destinos dos baianos é a adjacente Leste Sergipano, com apenas 1,5% deste contingente. Esse padrão é bem diferenciado entre os níveis de escolaridade. Dentre os dez maiores destinos daqueles de baixa escolaridade, nenhum se localiza no Nordeste. Com os indivíduos de alta escolaridade, pelo contrário, três mesorregiões nordestinas aparecem entre as mais cotadas: Leste Sergipano (5,6%), Metropolitana de Recife (2,7%) e São Francisco Pernambucano (2,0%). Ou seja, o poder de atratividade destas mesorregiões em conjunto excede o da Metropolitana do Rio de Janeiro.

Comparando o estoque com os fluxos migratórios de 2005 a 2010, percebe-se uma perda de atratividade da Metropolitana de São Paulo, em se tratando dos baianos de todos os níveis de escolaridade, principalmente para os indivíduos com curso superior completo. Para estes, as metrópoles do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte também seguiram essa tendência, enquanto que duas novas mesorregiões ascenderam e passaram a compor os dez principais destinos: as metrópoles de Fortaleza e de Curitiba. Além disso, as três mesorregiões nordestinas anteriormente citadas aumentaram a absorção do grupo em questão.

Percebe-se também que, no caso dos migrantes de baixa escolaridade, houve uma redistribuição de intensidade dos fluxos. As metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro tiveram também redução de atratividade, enquanto que a Central Espírito-santense surgiu como segundo destino preferencial, superando, inclusive, o Distrito Federal. Outro forte incremento foi na Área Metropolitana de Brasília<sup>8</sup>, cujas mesorregiões componentes subiram conjuntamente de 5,6% para 8,1%. O Triângulo Mineiro, por sua vez, ascendeu para a lista dos dez principais destinos, superando, inclusive, a Metropolitana de Belo Horizonte para esse grupo de baianos.

O que mais se destaca na análise sobre a migração dos baianos é o incomparável poder de atração da Metropolitana de São Paulo, ainda que ele tenha arrefecido em um período mais recente. Tal característica acena a possibilidade de que o efeito aglomeração tenha alguma influência sobre esse fato, contribuindo para a perpetuação desse fluxo, componente central de uma rede migratória historicamente já estabelecida.

<sup>7</sup> Ao se juntar o Distrito Federal com o Leste Goiano, mesorregião que lhe é adjacente, integra-se uma área semelhante à de uma região metropolitana, conhecida como Área Metropolitana de Brasília (AMB). O Leste Goiano funciona, então, como a periferia daquilo que seria uma região metropolitana do DF.

<sup>8</sup> Considera-se Área Metropolitana de Brasília (AMB) o Distrito Federal e as cidades goianas de Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Para mais informações, vide Cordeiro e França (2012).

**BAHIA**

**Tabela 1**

**Balancos migrantes, de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e mesorregião de destino**

Mesorregião	Estoque				Total	Mesorregião	Baixa escolaridade	Mesorregião	Média escolaridade	Mesorregião	Alta escolaridade
	Mesorregião	Mesorregião	Mesorregião	Mesorregião							
3515 Metropolitana de São Paulo	42,3%	3515 Metropolitana de São Paulo	41,5%	3515 Metropolitana de São Paulo	45,4%	3515 Metropolitana de São Paulo	28,8%				
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	5,4%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	4,3%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	6,7%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	10,1%				
5301 Distrito Federal	4,3%	5203 Centro Goiano	3,5%	5301 Distrito Federal	5,0%	5301 Distrito Federal	9,2%				
5203 Centro Goiano	3,4%	5301 Distrito Federal	3,5%	3507 Campinas	3,4%	2803 Leste Sergipano	5,6%				
3507 Campinas	3,2%	3507 Campinas	3,3%	5203 Centro Goiano	3,3%	3107 Metropolitana de Belo Horizonte	3,3%				
3203 Central Espírito-santense	2,8%	3203 Central Espírito-santense	2,7%	3203 Central Espírito-santense	3,1%	5203 Centro Goiano	3,0%				
3107 Metropolitana de Belo Horizonte	2,2%	3107 Metropolitana de Belo Horizonte	2,2%	3107 Metropolitana de Belo Horizonte	2,2%	2605 Metropolitana de Recife	2,7%				
3512 Macro Metropolitana Paulista	2,1%	3512 Macro Metropolitana Paulista	2,2%	3512 Macro Metropolitana Paulista	2,2%	3203 Central Espírito-santense	2,3%				
5204 Leste Goiano	1,9%	5204 Leste Goiano	2,1%	2803 Leste Sergipano	1,9%	3507 Campinas	2,1%				
2803 Leste Sergipano	1,5%	3501 São José do Rio Preto	1,8%	5204 Leste Goiano	1,6%	2602 São Francisco Pernambucano	2,0%				
Outras mesorregiões brasileiras	30,8%	Outras mesorregiões brasileiras	33,1%	Outras Mesorregiões Brasileiras	25,2%	Outras mesorregiões brasileiras	31,0%				
% Emigrante <sup>(a,b)</sup>	25,5%	% Emigrante	25,9%	% Emigrante	25,3%	% Emigrante	21,7%				
<b>Total de migrantes <sup>(a)</sup></b>	<b>2.453.990</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>1.482.040</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>861.160</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>110.791</b>				
<b>Total de nativos <sup>(b)</sup></b>	<b>9.631.202</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>5.713.687</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>3.407.563</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>509.952</b>				
<b>Data fixa: entre 2005 e 2010</b>											
3515 Metropolitana de São Paulo	28,4%	3515 Metropolitana de São Paulo	30,2%	3515 Metropolitana de São Paulo	28,0%	3515 Metropolitana de São Paulo	15,9%				
3203 Central Espírito-santense	5,1%	3203 Central Espírito-santense	5,6%	5301 Distrito Federal	5,2%	5301 Distrito Federal	9,9%				
5301 Distrito Federal	5,0%	5301 Distrito Federal	4,3%	3203 Central Espírito-santense	4,8%	2803 Leste Sergipano	8,2%				
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	4,1%	5204 Leste Goiano	3,8%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	4,8%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	7,9%				
5203 Centro Goiano	3,6%	5203 Centro Goiano	3,6%	5203 Centro Goiano	4,0%	2303 Metropolitana de Fortaleza	3,8%				
5204 Leste Goiano	3,3%	3507 Campinas	3,4%	5204 Leste Goiano	3,2%	2605 Metropolitana de Recife	3,4%				
3507 Campinas	3,2%	3202 Litoral Norte Espírito-santense	3,1%	3507 Campinas	3,2%	3203 Central Espírito-santense	2,6%				
3107 Metropolitana de Belo Horizonte	2,7%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	3,0%	3203 Central Espírito-santense	3,1%	3107 Metropolitana de Belo Horizonte	2,6%				
2803 Leste Sergipano	2,4%	3105 Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2,7%	3107 Metropolitana de Belo Horizonte	2,7%	2602 São Francisco Pernambucano	2,5%				
3202 Litoral Norte Espírito-santense	2,3%	3107 Metropolitana de Belo Horizonte	2,7%	5205 Sul Goiano	2,0%	4110 Metropolitana de Curitiba	2,0%				
Outras mesorregiões brasileiras	40,0%	Outras mesorregiões brasileiras	37,6%	Outras mesorregiões brasileiras	39,0%	Outras mesorregiões brasileiras	41,5%				
% Migrante <sup>(a,b)</sup>	3,9%	% Migrante	2,0%	% Migrante	2,8%	% Migrante	2,9%				
<b>Total de migrantes <sup>(a)</sup></b>	<b>224.333</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>115.437</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>94.001</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>14.893</b>				

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Elaboração própria.



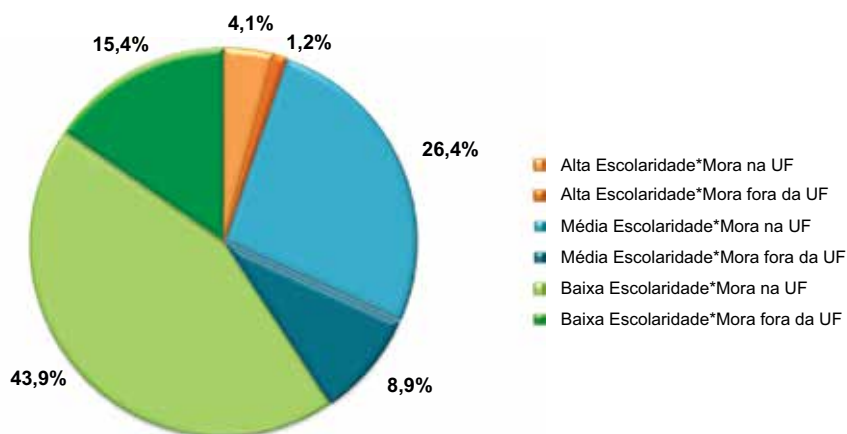


Gráfico 1

Estoque de baianos de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e local de residência

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Nota: Elaboração própria.

## Maranhenses

Em 2010, moravam no território brasileiro 3,97 milhões de maranhenses de 25 anos ou mais de idade. Destes, 28,5%, equivalentes a 1,13 milhão, residiam fora do Maranhão, como mostra a Tabela 2. O principal destino do estoque total de migrantes maranhenses foi a Mesorregião Sudeste Paraense, que se localiza na fronteira, no estado do Pará. Em 2010, nada menos do que 18,6% dos emigrantes viviam ali. Se forem somados os migrantes maranhenses que estavam morando na vizinhança, ou seja, em mesorregiões limítrofes ao estado, chega-se a 36,8%, mais de um terço do total dos emigrantes. O segundo destino dos maranhenses é o Distrito Federal, com 8,2%<sup>9</sup>, superando a Região Metropolitana de São Paulo, 6,6%, e a do Rio de Janeiro, 5,4%. Contudo, notam-se diferenças substantivas de fluxos de destino entre os migrantes de distintos níveis de escolaridade. A maior probabilidade de migração é do maranhense de média escolaridade, 31,5%, seguida pelo de alta, 30,3%, e, por fim, o de baixa escolaridade, 26,5%.

O primeiro destino dos maranhenses altamente escolarizados é o Distrito Federal, atraindo 17% deles<sup>10</sup>, probabilidade superior à dos migrantes de baixa escolaridade, 5,3%. A Metropolitana do Rio de Janeiro também exerce forte poder de atração entre os maranhenses de alta escolaridade, sendo que 9,0% deles escolheram este destino, contra apenas 3,8% dos migrantes pouco escolarizados. Já a Metropolitana de São Paulo rivaliza com o Sudeste Paraense, 7,0% e 7,2%, respectivamente, para os mais qualificados. Entre os maranhenses que não comple-

<sup>9</sup> Quando se leva em consideração a já mencionada Área Metropolitana de Brasília, o poder de atração de toda essa região (AMB) sobre os maranhenses seria 11,7%.

<sup>10</sup> Para corroborar a ideia de que o Leste Goiano funciona como a periferia daquilo que corresponde à Área Metropolitana de Brasília, chama-se a atenção para o fato de que ele não aparece entre os dez destinos preferenciais dos maranhenses de alta escolaridade, enquanto que, para estes, o DF é o primeiro.

taram o ensino fundamental, o Sudeste Paraense levou 23,4% dos migrantes, enquanto que a Região Metropolitana de São Paulo, apenas 4,9% deles.

Entretanto, como o Maranhão se caracterizou justamente por apresentar uma maior proporção de migrantes que possuíam o nível médio de escolaridade, constatou-se que os destinos preferidos deles foram as mesorregiões que também se destacaram para os indivíduos das demais escolaridades, sendo lideradas pela vizinha Sudeste Paraense (13,4%), seguida do Distrito Federal (11,1%). A Metropolitana de São Paulo e a do Rio de Janeiro aparecem em seguida, atraindo 9,0% e 7,1%, respectivamente, dos migrantes com escolaridade intermediária.

Até o momento, tratou-se apenas do estoque de maranhenses migrantes, que retrata o resultado da história migratória desta população. A outra parte do quadro refere-se ao movimento mais recente, nos cinco anos anteriores ao Censo 2010, verificado através da pergunta de data fixa. Comparando-se esses dois períodos, nota-se, em primeiro lugar, que os dez principais destinos dos migrantes do Maranhão respondem, na pergunta de data fixa, por menor proporção da migração, o que evidencia um maior espalhamento da população maranhense pelo território nacional<sup>11</sup>.

Observam-se também mudanças na força de absorção migratória exercida pelas mesorregiões elencadas no quadro, tendo em vista que, em quatro delas, houve aumento, e, nas outras seis, redução. Chama especial atenção o aumento do poder de atração, em termos totais da parte referente à data fixa, do Centro Goiano, que passou de 4,5% para 8,1%. Já o Leste Goiano, que se tornou mais atrativo para os maranhenses e cujo percentual de migração foi elevado de 3,5% para 6%, deve ser analisado conjuntamente com o Distrito Federal, que diminuiu de 8,2% para 6,7%. Um processo de periferização da população da Área Metropolitana de Brasília como um todo, e dos maranhenses residentes ali, em particular, pode explicar esses resultados<sup>12</sup>.

Quanto à migração de alta escolaridade referente aos cinco anos anteriores ao Censo 2010, percebe-se, também neste grupo, um maior espalhamento pelo território brasileiro. Isso é evidenciado pela diminuição do percentual de representação das mesorregiões que se caracterizam como os dez principais destinos dos altamente escolarizados, passando de 63,5% para 54,5%. Ademais, o Distrito Federal vem perdendo capacidade atrativa para esses maranhenses (7 pontos percentuais), fato oposto ao que ocorre com a Mesorregião Metropolitana de São Paulo, onde, em 2010, moravam 8,5% deles.

Em relação aos migrantes que apresentavam capacitação escolar média, a Mesorregião Sudeste Paraense liderou com o mesmo grau de atração verificado em termos do estoque: 13,4%. Mas foi o Centro Goiano que apareceu em segundo, com 9,4%, desbancando o Distrito Federal e Leste Goiano (8,7% e 6,8%, respectivamente).

<sup>11</sup> Uma análise sobre o espalhamento dos fluxos migratórios recentes pelo território brasileiro é encontrada em Araújo et al. (2012).

<sup>12</sup> Cordeiro e França (2012).

Frente ao exposto, chama a atenção que os fluxos migratórios dos maranhenses de baixa e média escolaridade têm como principais destinos mesorregiões próximas ao seu estado de origem, fato contrastante com o comportamento dos migrantes altamente escolarizados, que tendem a se dirigir para regiões mais longínquas. Essa característica específica destoa dos achados de estudos anteriores, que analisaram o Nordeste como um grupo uno, em vez de considerar a diversidade de realidades existentes dentro desta região.

## MARANHÃO

Tabela 2  
Maranhenses migrantes, de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e mesorregião de destino

Mesorregião	Estoque				Total	Mesorregião	Baixa escolaridade	Mesorregião	Média escolaridade	Mesorregião	Alta escolaridade
	Total	Mesorregião	Baixa escolaridade	Mesorregião							
1506 Sudeste Paraense	18,6%	1506 Sudeste Paraense	23,4%	1506 Sudeste Paraense	13,4%	5301 Distrito Federal	17,0%				
5301 Distrito Federal	8,2%	1701 Ocidental do Tocantins	8,6%	5301 Distrito Federal	11,1%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	9,0%				
1701 Ocidental do Tocantins	6,8%	1505 Sudoeste Paraense	5,6%	3515 Metropolitana de São Paulo	9,0%	1506 Sudeste Paraense	7,2%				
3515 Metropolitana de São Paulo	6,6%	5301 Distrito Federal	5,3%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	7,1%	3515 Metropolitana de São Paulo	7,0%				
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	5,4%	3515 Metropolitana de São Paulo	4,9%	1503 Metropolitana de Belém	5,7%	2202 Centro-Norte Piauiense	6,6%				
1503 Metropolitana de Belém	4,7%	2202 Centro-Norte Piauiense	4,1%	5203 Centro Goiano	5,5%	1701 Ocidental do Tocantins	6,1%				
2202 Centro-Norte Piauiense	4,5%	1503 Metropolitana de Belém	4,0%	2202 Centro-Norte Piauiense	4,7%	1503 Metropolitana de Belém	4,7%				
5203 Centro Goiano	4,5%	5203 Centro Goiano	3,8%	1701 Ocidental do Tocantins	4,5%	5203 Centro Goiano	4,3%				
1505 Sudoeste Paraense	3,9%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	3,8%	5204 Leste Goiano	3,8%	1702 Oriental do Tocantins	3,2%				
5204 Leste Goiano	3,5%	5204 Leste Goiano	3,4%	1401 Norte de Roraima	3,7%	1401 Norte de Roraima	2,9%				
Outras mesorregiões brasileiras	33,3%	Outras mesorregiões brasileiras	33,3%	Outras mesorregiões brasileiras	31,5%	Outras mesorregiões brasileiras	31,9%				
% Emigrante <sup>(a,b)</sup>	28,5%	% Emigrante	26,5%	% Emigrante	31,5%	% Emigrante	30,3%				
<b>Total de migrantes <sup>(a)</sup></b>	<b>1.131.196</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>624.376</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>447.069</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>59.751</b>				
<b>Total de nativos <sup>(b)</sup></b>	<b>3.971.438</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>2.356.345</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>1.417.912</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>197.181</b>				
<b>Data fixa: entre 2005 e 2010</b>											
1506 Sudeste Paraense	15,3%	1506 Sudeste Paraense	17,3%	1506 Sudeste Paraense	13,4%	5301 Distrito Federal	10,5%				
5203 Centro Goiano	8,1%	5203 Centro Goiano	7,4%	5203 Centro Goiano	9,4%	1506 Sudeste Paraense	9,5%				
5301 Distrito Federal	6,7%	1701 Ocidental do Tocantins	5,8%	5301 Distrito Federal	8,7%	3515 Metropolitana de São Paulo	8,5%				
5204 Leste Goiano	6,0%	5204 Leste Goiano	5,7%	5204 Leste Goiano	6,8%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	4,5%				
3515 Metropolitana de São Paulo	5,3%	5301 Distrito Federal	4,7%	3515 Metropolitana de São Paulo	6,0%	2202 Centro-Norte Piauiense	3,9%				
1701 Ocidental do Tocantins	5,0%	5101 Norte Mato-grossense	4,7%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	4,4%	1503 Metropolitana de Belém	3,8%				
5101 Norte Mato-grossense	3,9%	3515 Metropolitana de São Paulo	4,5%	1701 Ocidental do Tocantins	4,2%	5203 Centro Goiano	3,6%				
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	3,4%	5205 Sul Goiano	3,9%	5101 Norte Mato-grossense	3,1%	1701 Ocidental do Tocantins	3,5%				
5205 Sul Goiano	3,3%	2202 Centro-Norte Piauiense	3,4%	5205 Sul Goiano	2,9%	1702 Oriental do Tocantins	3,4%				
2202 Centro-Norte Piauiense	3,2%	3105 Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	3,2%	2202 Centro-Norte Piauiense	2,8%	1602 Sul do Amapá	3,2%				
Outras mesorregiões brasileiras	39,9%	Outras mesorregiões brasileiras	39,4%	Outras mesorregiões brasileiras	38,2%	Outras mesorregiões brasileiras	45,5%				
% Migrante <sup>(a,b)</sup>	3,4%	% Migrante	3,1%	% Migrante	4,0%	% Migrante	3,3%				
<b>Total de migrantes <sup>(a)</sup></b>	<b>136.738</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>73.423</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>56.721</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>6.594</b>				

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Elaboração própria.

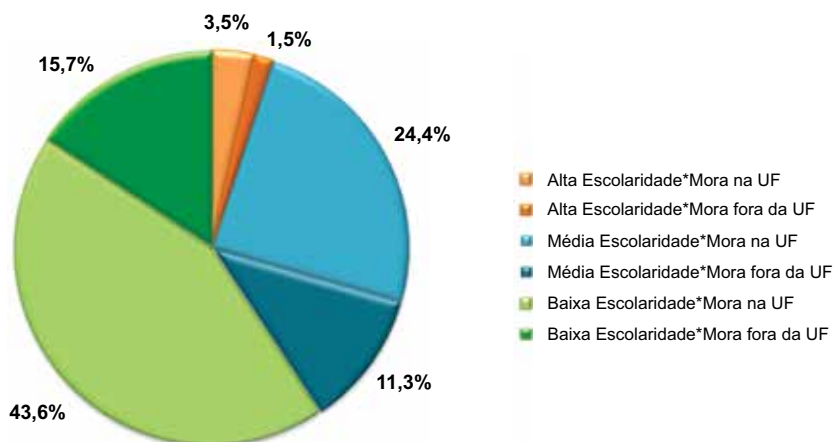


Gráfico 2

Estoque de maranhenses de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e local de residência

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Nota: Elaboração própria.

## Potiguares

De acordo com os dados divulgados no Censo 2010, 19,5% dos potiguares de 25 anos ou mais de idade residiam fora de seu estado de origem. Eram 381.610 indivíduos de um total de 1,95 milhão de nativos, colocando, assim, o Rio Grande do Norte como o estado nordestino que apresenta a maior capacidade de retenção de sua população nativa, como mostra a Tabela 3. O estado supera, inclusive, unidades da federação de outras macrorregiões, como Minas Gerais e Paraná.

Historicamente, os destinos preferenciais dos migrantes são a Metropolitana de São Paulo (21,1%), a do Rio de Janeiro (14,9%) e o Distrito Federal (5,7%), perfazendo 41,3% dos migrantes potiguares. Entretanto, se forem somados os percentuais das quatro mesorregiões da Paraíba, estado vizinho ao Rio Grande do Norte, tem-se uma probabilidade maior que a do Distrito Federal: 10,1%.

Dentre os estados nordestinos, o Rio Grande do Norte é o único em que a migração dos altamente escolarizados é mais provável do que a dos indivíduos com os demais níveis educacionais. Por sua vez, os de baixa escolaridade apresentam uma maior probabilidade migratória que os de média.

Os potiguares de alta escolaridade migram, com intensidades bem parecidas, para os três destinos "tradicionais": Metropolitana de São Paulo, Distrito Federal e Metropolitana do Rio de Janeiro, nesta ordem, respondendo por 35,6% desse movimento. Depois dessas mesorregiões, o próprio Nordeste aparece como um destino pujante: somando os migrantes que vão para a Metropolitana de Recife, a Mata Paraibana – onde se localiza João Pessoa –, a Metropolitana de Fortaleza, o Agreste Paraibano – onde está Campina Grande – e a Metropolitana

de Salvador, tem-se 27,4% deles. Aparece ainda, com uma probabilidade maior do que a de Salvador, a Mesorregião Centro Goiano, eixo Goiânia/Anápolis.

Já os migrantes de baixa escolaridade apresentam comportamento distinto. Em primeiro lugar, o Distrito Federal tem menos da metade da atratividade que exerce entre os de alta escolaridade, enquanto a Metropolitana de São Paulo possui quase o dobro do poder de sedução. Além disso, a Metropolitana do Rio de Janeiro, o Triângulo Mineiro e o Sul Goiano aparecem com atratividade superior à do Distrito Federal. Essas cinco mesorregiões longínquas ao Rio Grande do Norte representam quase 50% de todos os migrantes de baixa escolaridade. Dos dez principais destinos que respondem por 65% do total desse movimento, cinco estão localizados no Nordeste, sendo quatro limítrofes ao estado. Essas cinco mesorregiões respondem por 15,8% dos migrantes.

Quanto aos fluxos recentes – entre 2005 e 2010 – observam-se algumas mudanças significativas de atratividade, em se tratando da migração dos altamente escolarizados. A Metropolitana do Rio de Janeiro é um desses casos, caindo de 11,3% no estoque para apenas 5,0%. Outro caso digno de nota é o que ocorre com a Metropolitana de Recife, que passou de 9,2% para 4,9%. Por outro lado, o Centro Amazonense, onde está localizada Manaus, aparece entre os dez principais novos destinos, subindo de 1,6% para 3,9%.

Dentre os de baixa escolaridade, a perda de atratividade das metrópoles de São Paulo (de 20,4% para 12,9%) e do Rio de Janeiro (14,5% para 6,8%) chama a atenção. Por outro lado, o Leste Goiano aparece agora entre as dez mais significativas mesorregiões e, conjuntamente com o Distrito Federal (o que configura a Área Metropolitana de Brasília), seu poder de absorção aumentou de 6,3% para 9,6%. Seguindo esta mesma tendência, a Mesorregião Jaguaribe, no Ceará, teve seu poder de atração ampliado de 2,8% para 4,3%.

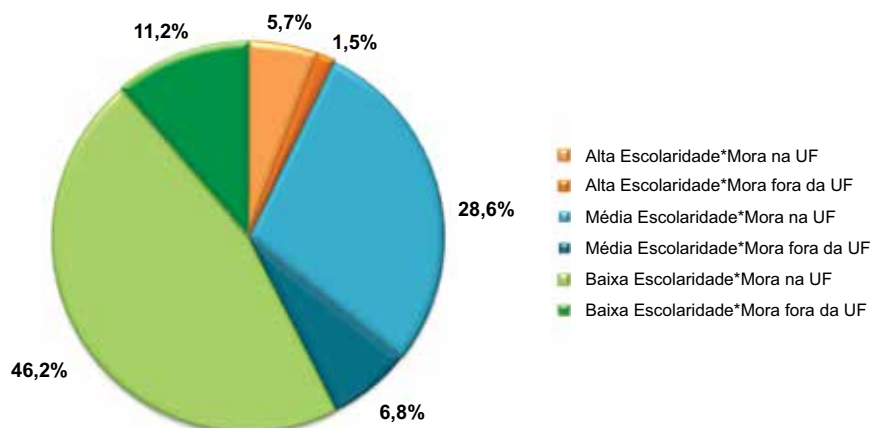
A partir dessa visão geral, o fato notável dos potiguares é que, devido à migração mais provável entre eles ser a dos altamente escolarizados, que buscam destinos mais promissores, sua feição mais marcante é, então, a de *brain drain*. De fato, esses indivíduos direcionam-se eminentemente para regiões metropolitanas ou mesorregiões em que se localizam capitais estaduais.

## RIO GRANDE DO NORTE

Tabela 3  
Potiguares migrantes, de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e mesorregião de destino

Mesorregião	Estoque						
	Total	Mesorregião	Baixa escolaridade	Mesorregião	Média escolaridade	Mesorregião	Alta escolaridade
3515 Metropolitana de São Paulo	21,1%	3515 Metropolitana de São Paulo	20,4%	3515 Metropolitana de São Paulo	24,0%	3515 Metropolitana de São Paulo	12,3%
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	14,9%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	14,5%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	16,4%	5301 Distrito Federal	12,0%
5301 Distrito Federal	5,7%	3105 Triângulo Mineiro/Alto Paraiba	5,1%	5301 Distrito Federal	6,4%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	11,3%
2504 Mata Paraibana	4,1%	5205 Sul Goiano	4,7%	2605 Metropolitana de Recife	5,0%	2605 Metropolitana de Recife	9,2%
2605 Metropolitana de Recife	4,0%	5301 Distrito Federal	4,5%	2303 Metropolitana de Fortaleza	4,2%	2504 Mata Paraibana	6,8%
3105 Triângulo Mineiro/Alto Paraiba	3,7%	2504 Mata Paraibana	3,8%	2504 Mata Paraibana	4,0%	2303 Metropolitana de Fortaleza	5,3%
5205 Sul Goiano	3,4%	2501 Sertão Paraibano	3,5%	5203 Centro Goiano	2,0%	2503 Agreste Paraibano	2,3%
2303 Metropolitana de Fortaleza	3,4%	2503 Agreste Paraibano	2,9%	3105 Triângulo Mineiro/Alto Paraiba	1,9%	2501 Sertão Paraibano	2,1%
2501 Sertão Paraibano	2,8%	2305 Jaguaribe	2,8%	3507 Campinas	1,8%	5203 Centro Goiano	1,9%
2503 Agreste Paraibano	2,4%	2605 Metropolitana de Recife	2,8%	5205 Sul Goiano	1,8%	2905 Metropolitana de Salvador	1,8%
Outras mesorregiões brasileiras	34,6%	Outras mesorregiões brasileiras	35,0%	Outras mesorregiões brasileiras	32,6%	Outras mesorregiões brasileiras	34,7%
% Emigrante <sup>(ab)</sup>	19,5%	% Emigrante	19,5%	% Emigrante	19,3%	% Emigrante	20,5%
<b>Total de migrantes <sup>(a)</sup></b>	<b>381.610</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>219.578</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>133.348</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>28.682</b>
<b>Total de nativos <sup>(b)</sup></b>	<b>1.954.542</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>1.123.423</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>691.416</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>139.703</b>
<b>Data fixa: entre 2005 e 2010</b>							
3515 Metropolitana de São Paulo	12,4%	3515 Metropolitana de São Paulo	12,9%	3515 Metropolitana de São Paulo	11,8%	3515 Metropolitana de São Paulo	12,7%
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	8,0%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	6,8%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	10,0%	5301 Distrito Federal	12,1%
5301 Distrito Federal	5,9%	5205 Sul Goiano	6,1%	2605 Metropolitana de Recife	6,6%	2504 Mata Paraibana	9,3%
2504 Mata Paraibana	5,3%	5301 Distrito Federal	5,2%	2504 Mata Paraibana	6,1%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	5,0%
2605 Metropolitana de Recife	4,1%	3105 Triângulo Mineiro/Alto Paraiba	4,6%	5301 Distrito Federal	4,7%	2605 Metropolitana de Recife	4,9%
2303 Metropolitana de Fortaleza	3,8%	5204 Leste Goiano	4,4%	2303 Metropolitana de Fortaleza	4,4%	1303 Centro Amazonense	3,9%
5205 Sul Goiano	3,5%	2305 Jaguaribe	4,3%	2503 Agreste Paraibano	3,1%	2303 Metropolitana de Fortaleza	3,7%
2503 Agreste Paraibano	3,5%	2503 Agreste Paraibano	4,3%	2501 Sertão Paraibano	3,0%	5203 Centro Goiano	3,2%
2501 Sertão Paraibano	3,4%	2501 Sertão Paraibano	4,2%	2905 Metropolitana de Salvador	3,0%	2501 Sertão Paraibano	2,2%
5204 Leste Goiano	3,3%	2303 Metropolitana de Fortaleza	3,2%	5204 Leste Goiano	2,8%	2503 Agreste Paraibano	2,1%
Outras mesorregiões brasileiras	46,8%	Outras mesorregiões brasileiras	43,8%	Outras mesorregiões brasileiras	44,5%	Outras mesorregiões brasileiras	40,9%
% Migrante <sup>(cb)</sup>	1,5%	% Migrante	1,1%	% Migrante	1,9%	% Migrante	2,9%
<b>Total de migrantes <sup>(c)</sup></b>	<b>29.327</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>12.191</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>13.046</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>4.088</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Elaboração própria.



**Gráfico 3**

**Estoque de potiguarres de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e local de residência**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Nota: Elaboração própria.

## Demais nordestinos

Conforme o propósito de analisar perfis migratórios distintos de nordestinos de acordo com o nível de escolaridade, foram estudados três estados que os tipificam: Maranhão, Rio Grande do Norte e Bahia. Os perfis migratórios dos nascidos nos demais estados do Nordeste podem, então, ser analisados de maneira correspondente a cada um dos tipos aqui apresentados. Os gráficos e tabelas referentes a cada naturalidade de migrantes encontram-se em anexo, propiciando ao leitor observações mais específicas.

Os nascidos em estados com perfis semelhantes ao apresentado pelo Maranhão, em que a maioria de seus migrantes possui médio nível de escolaridade, são Piauí, Paraíba e Alagoas. Os potiguarres, por sua vez, destacam-se por sua singularidade entre os nordestinos, sendo os únicos a ter maior probabilidade de migrar quando altamente escolarizados. Por fim, aqueles que se assemelham aos baianos pela predominância da migração de baixa escolaridade são Ceará, Pernambuco e Sergipe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas bibliográficas e empíricas desenvolvidas durante a construção deste trabalho, notou-se, em geral, que determinados movimentos migratórios podem se estabelecer no espaço-tempo conforme diferentes níveis de escolaridade. Em se tratando especificamente do Nordeste brasileiro, cuja população é a grande força motora dos fluxos migratórios do território nacional, perceberam-se determinadas diferenças entre os resultados encontrados neste trabalho e os dos estudos realizados anteriormente, tendo em vista que



aqueles trataram a realidade nordestina como uma, formada por um único grupo oriundo da macrorregião em análise.

A análise aqui apresentada, objetivando traçar os perfis migratórios em sua variedade de fluxos, usou um nível de desagregação maior dos dados, de modo que a diversidade de movimentos, origens e destinos pudesse ser identificada e exposta. Com isso, foi possível reconhecer que, de fato, a migração dos nordestinos não deve ser considerada em seus saldos totais, pois estes, muitas vezes, mascaram as peculiaridades e características típicas dos fluxos populacionais oriundos dos estados do Nordeste.

Em geral, algumas características dos migrantes nordestinos podem ser destacadas. Dentre elas, está o comportamento dos migrantes de média escolaridade oriundos do Maranhão, que tendem a se dirigir para localidades próximas, limítrofes, mas situadas na Região Norte do país, consideradas mais atrativas que os destinos “clássicos”, como as metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo. Neste caso, constata-se que os limites político-administrativos considerados no nível regional não refletem as peculiaridades cotidianas e culturais dos maranhenses migrantes. Limites esses que também não se colocam como categóricos, quando se observa o comportamento dos emigrantes baianos de baixa escolaridade, já que, dentre os dez maiores destinos por eles escolhidos, nenhum se localiza na Região Nordeste, sendo a opção preferida a Metropolitana de São Paulo. Outro fato que emerge, quando se analisa o migrante nordestino em sua diversidade, é que a migração dos potiguares com curso superior completo é mais provável que a dos indivíduos de baixa escolaridade – uma faceta incomum na realidade nordestina.

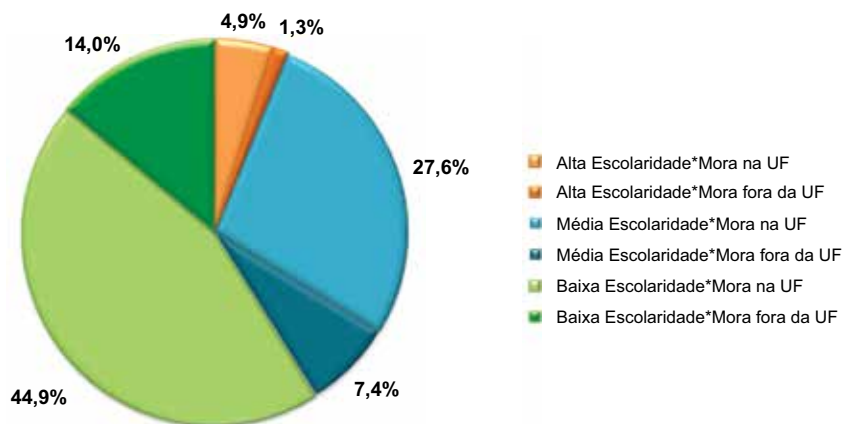
Por fim, os dados sobre migração de data fixa, entre os anos de 2005 e 2010, revelam também a ocorrência de um espalhamento do migrante pelo território nacional. Ainda que as metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro e o Distrito Federal tenham se apresentado, em geral, como os destinos mais procurados por pessoas dos três níveis de escolaridade selecionados, eles vêm perdendo sua capacidade de absorção dos nordestinos, o que vem sendo acompanhado por uma correspondente diversificação dos locais de destino.

CEARÁ

Tabela 4  
Cearenses migrantes, de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e mesorregião de destino

Estoque						
Mesorregião	Total	Mesorregião	Baixa escolaridade	Mesorregião	Média escolaridade	Alta escolaridade
3515 Metropolitana de São Paulo	24,2%	3515 Metropolitana de São Paulo	22,1%	3515 Metropolitana de São Paulo	29,5%	3515 Metropolitana de São Paulo
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	12,1%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	11,6%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	13,3%	5301 Distrito Federal
5301 Distrito Federal	6,1%	5301 Distrito Federal	4,8%	5301 Distrito Federal	7,5%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro
2102 Oeste Maranhense	2,6%	2102 Oeste Maranhense	3,5%	3507 Campinas	2,5%	2605 Metropolitana de Recife
5204 Leste Goiano	2,3%	2103 Centro Maranhense	3,0%	1303 Centro Amazonense	2,4%	2404 Leste Potiguar
3507 Campinas	2,2%	1504 Nordeste Paraense	2,7%	5204 Leste Goiano	2,2%	2202 Centro-Norte Piauiense
1506 Sudeste Paraense	2,0%	1506 Sudeste Paraense	2,7%	1503 Metropolitana de Belém	1,8%	1303 Centro Amazonense
2103 Centro Maranhense	2,0%	5204 Leste Goiano	2,5%	3512 Macro Metropolitana Paulista	1,6%	1503 Metropolitana de Belém
1303 Centro Amazonense	2,0%	3507 Campinas	2,2%	5203 Centro Goiano	1,5%	2101 Norte Maranhense
1504 Nordeste Paraense	2,0%	2202 Centro-Norte Piauiense	2,0%	2202 Centro-Norte Piauiense	1,5%	2504 Mata Paraibana
Outras mesorregiões brasileiras	42,5%	Outras mesorregiões brasileiras	43,1%	Outras mesorregiões brasileiras	36,2%	Outras mesorregiões brasileiras
% Emigrante <sup>(a,b)</sup>	22,7%	% Emigrante	23,8%	% Emigrante	21,1%	% Emigrante
<b>Total de migrantes <sup>(a)</sup></b>	<b>1.267.025</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>783.175</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>412.304</b>	<b>Total de migrantes</b>
<b>Total de nativos <sup>(b)</sup></b>	<b>5.589.369</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>3.290.997</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>1.954.903</b>	<b>Total de nativos</b>
<b>Data fixa: entre 2005 e 2010</b>						
3515 Metropolitana de São Paulo	16,9%	3515 Metropolitana de São Paulo	17,1%	3515 Metropolitana de São Paulo	18,1%	5301 Distrito Federal
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	10,8%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	10,5%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	11,9%	3515 Metropolitana de São Paulo
5301 Distrito Federal	5,5%	5204 Leste Goiano	5,3%	5301 Distrito Federal	5,4%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro
5204 Leste Goiano	4,0%	5301 Distrito Federal	3,9%	5204 Leste Goiano	3,2%	2605 Metropolitana de Recife
3507 Campinas	2,9%	3507 Campinas	3,4%	3507 Campinas	2,7%	2905 Metropolitana de Salvador
5203 Centro Goiano	2,1%	5203 Centro Goiano	2,7%	2404 Leste Potiguar	2,1%	2101 Norte Maranhense
2401 Oeste Potiguar	2,1%	1506 Sudeste Paraense	2,1%	2401 Oeste Potiguar	2,0%	2401 Oeste Potiguar
1303 Centro Amazonense	2,0%	2401 Oeste Potiguar	2,0%	2905 Metropolitana de Salvador	1,9%	1303 Centro Amazonense
2202 Centro-Norte Piauiense	1,9%	1303 Centro Amazonense	2,0%	1303 Centro Amazonense	1,9%	2404 Leste Potiguar
3105 Triângulo Mineiro/Alto Paraiba	1,7%	3506 Piracicaba	1,9%	2202 Centro-Norte Piauiense	1,8%	2202 Centro-Norte Piauiense
Outras mesorregiões brasileiras	50,2%	Outras mesorregiões brasileiras	49,1%	Outras mesorregiões brasileiras	49,0%	Outras mesorregiões brasileiras
% Migrante <sup>(c,b)</sup>	1,8%	% Migrante	1,5%	% Migrante	2,1%	% Migrante
<b>Total de migrantes <sup>(c)</sup></b>	<b>99.478</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>49.358</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>40.176</b>	<b>Total de migrantes</b>
						<b>9.946</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Elaboração própria.



**Gráfico 4**  
**Estoque de cearenses de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e local de residência**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

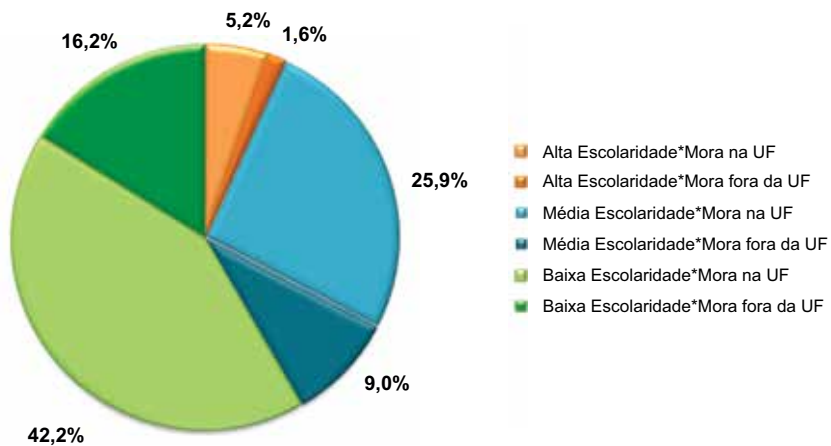
Nota: Elaboração própria.

**PERNAMBUCO**

**Tabela 5**  
**Pernambucanos migrantes, de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e mesorregião de destino**

Estoque						
Mesorregião	Total	Mesorregião	Baixa escolaridade	Mesorregião	Média escolaridade	Alta escolaridade
3515 Metropolitana de São Paulo	40,0%	3515 Metropolitana de São Paulo	40,5%	3515 Metropolitana de São Paulo	42,5%	3515 Metropolitana de São Paulo
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	9,4%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	8,4%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	10,9%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro
2703 Leste Alagoano	4,3%	2703 Leste Alagoano	4,3%	2703 Leste Alagoano	3,8%	5301 Distrito Federal
2902 Vale São-Franciscano da Bahia	2,7%	2902 Vale São-Franciscano da Bahia	3,0%	2504 Mata Paraibana	3,0%	2703 Leste Alagoano
2504 Mata Paraibana	2,7%	3507 Campinas	2,7%	3507 Campinas	2,5%	2504 Mata Paraibana
3507 Campinas	2,6%	2504 Mata Paraibana	2,2%	5301 Distrito Federal	2,3%	2905 Metropolitana de Salvador
5301 Distrito Federal	2,1%	3512 Macro Metropolitana Paulista	2,2%	2902 Vale São-Franciscano da Bahia	2,3%	2404 Leste Potiguar
3512 Macro Metropolitana Paulista	2,1%	2702 Agreste Alagoano	1,5%	2905 Metropolitana de Salvador	2,0%	2303 Metropolitana de Fortaleza
2905 Metropolitana de Salvador	1,6%	5301 Distrito Federal	1,5%	3512 Macro Metropolitana Paulista	2,0%	2803 Leste Sergipano
3513 Vale do Paraíba Paulista	1,3%	2307 Sul Cearense	1,4%	2404 Leste Potiguar	1,8%	2902 Vale São-Franciscano da Bahia
Outras mesorregiões brasileiras	31,4%	Outras mesorregiões brasileiras	32,4%	Outras mesorregiões brasileiras	26,9%	Outras mesorregiões brasileiras
% Emigrante <sup>(a,b)</sup>	26,7%	% Emigrante	27,7%	% Emigrante	25,8%	% Emigrante
<b>Total de migrantes <sup>(a)</sup></b>	<b>1.641.948</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>993.250</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>553.397</b>	<b>Total de migrantes</b>
<b>Total de nativos <sup>(b)</sup></b>	<b>6.139.794</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>3.582.617</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>2.140.982</b>	<b>Total de nativos</b>
<b>Data fixa: entre 2005 e 2010</b>						
3515 Metropolitana de São Paulo	21,7%	3515 Metropolitana de São Paulo	24,9%	3515 Metropolitana de São Paulo	20,4%	3515 Metropolitana de São Paulo
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	5,6%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	4,6%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	6,2%	2504 Mata Paraibana
2703 Leste Alagoano	4,9%	2703 Leste Alagoano	4,5%	2504 Mata Paraibana	5,3%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro
2504 Mata Paraibana	4,6%	2902 Vale São-Franciscano da Bahia	4,0%	2703 Leste Alagoano	5,2%	5301 Distrito Federal
2902 Vale São-Franciscano da Bahia	3,1%	3507 Campinas	3,1%	2404 Leste Potiguar	3,5%	2703 Leste Alagoano
3507 Campinas	2,7%	2504 Mata Paraibana	3,0%	2905 Metropolitana de Salvador	3,0%	2404 Leste Potiguar
2404 Leste Potiguar	2,4%	3512 Macro Metropolitana Paulista	2,0%	3507 Campinas	2,4%	2905 Metropolitana de Salvador
5301 Distrito Federal	2,2%	3502 Ribeirão Preto	2,0%	2902 Vale São-Franciscano da Bahia	2,3%	2303 Metropolitana de Fortaleza
2905 Metropolitana de Salvador	2,1%	2307 Sul Cearense	2,0%	5301 Distrito Federal	2,3%	2803 Leste Sergipano
2307 Sul Cearense	1,8%	3105 Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2,0%	5101 Norte Mato-grossense	1,8%	2503 Agreste Paraibano
Outras mesorregiões brasileiras	48,9%	Outras mesorregiões brasileiras	47,8%	Outras mesorregiões brasileiras	47,6%	Outras mesorregiões brasileiras
% Migrante <sup>(c,b)</sup>	2,1%	% Migrante	1,8%	% Migrante	2,3%	% Migrante
<b>Total de migrantes <sup>(c)</sup></b>	<b>126.772</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>63.446</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>49.557</b>	<b>Total de migrantes</b>
						<b>13.771</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Elaboração própria.



**Gráfico 5**  
**Estoque de pernambucanos de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e local de residência**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

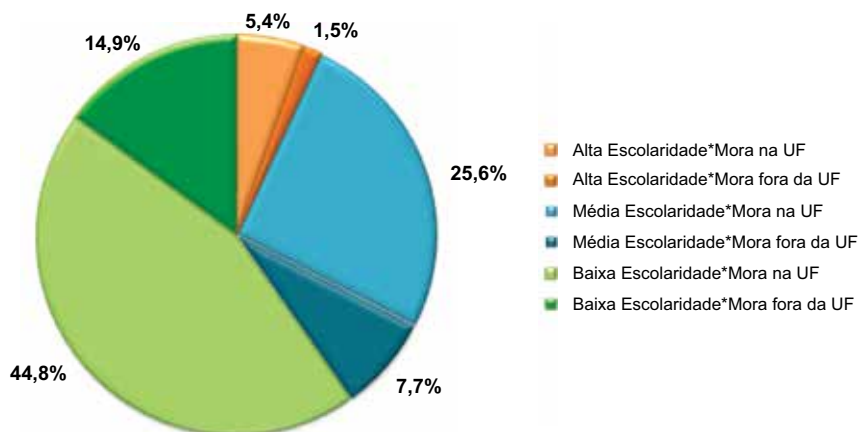
Nota: Elaboração própria.

**SERGEIPE**

**Tabela 6**  
**Sergipanos migrantes, de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e mesorregião de destino**

		Estoque					
Mesorregião	Total	Mesorregião	Baixa escolaridade	Mesorregião	Média escolaridade	Mesorregião	Alta escolaridade
3515 Metropolitana de São Paulo	33,8%	3515 Metropolitana de São Paulo	34,1%	3515 Metropolitana de São Paulo	36,0%	3515 Metropolitana de São Paulo	19,3%
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	10,3%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	8,5%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	12,5%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	16,9%
2905 Metropolitana de Salvador	9,6%	2904 Nordeste Baiano	8,5%	2905 Metropolitana de Salvador	12,0%	2905 Metropolitana de Salvador	14,6%
2904 Nordeste Baiano	6,5%	2905 Metropolitana de Salvador	7,8%	2904 Nordeste Baiano	3,3%	5301 Distrito Federal	5,5%
2703 Leste Alagoano	2,1%	3508 Presidente Prudente	2,6%	2703 Leste Alagoano	2,2%	2703 Leste Alagoano	5,0%
3507 Campinas	2,0%	2907 Sul Baiano	2,1%	3507 Campinas	2,2%	2904 Nordeste Baiano	2,6%
2907 Sul Baiano	1,8%	3507 Campinas	2,1%	5301 Distrito Federal	1,8%	2605 Metropolitana de Recife	2,6%
3508 Presidente Prudente	1,8%	4103 Norte Central Paranaense	1,8%	3512 Macro Metropolitana Paulista	1,5%	3107 Metropolitana de Belo Horizonte	2,0%
4103 Norte Central Paranaense	1,4%	2703 Leste Alagoano	1,7%	2907 Sul Baiano	1,4%	2907 Sul Baiano	1,7%
5301 Distrito Federal	1,4%	4101 Noroeste Paranaense	1,3%	2903 Centro Norte Baiano	1,2%	2404 Leste Potiguar	1,3%
Outras mesorregiões brasileiras	29,4%	Outras mesorregiões brasileiras	29,6%	Outras mesorregiões brasileiras	25,8%	Outras mesorregiões brasileiras	28,4%
% Emigrante <sup>(a,b)</sup>	24,2%	% Emigrante	25,0%	% Emigrante	23,2%	% Emigrante	21,7%
<b>Total de migrantes <sup>(a)</sup></b>	<b>300.198</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>185.636</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>95.997</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>18.565</b>
<b>Total de nativos <sup>(b)</sup></b>	<b>1.242.875</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>742.626</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>414.568</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>85.681</b>
<b>Data fixa: entre 2005 e 2010</b>							
3515 Metropolitana de São Paulo	22,3%	3515 Metropolitana de São Paulo	24,9%	3515 Metropolitana de São Paulo	19,9%	3515 Metropolitana de São Paulo	18,7%
2904 Nordeste Baiano	9,4%	2904 Nordeste Baiano	14,0%	2905 Metropolitana de Salvador	10,3%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	11,4%
2905 Metropolitana de Salvador	7,5%	2905 Metropolitana de Salvador	5,1%	2904 Nordeste Baiano	5,5%	2905 Metropolitana de Salvador	8,7%
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	4,1%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	3,0%	2703 Leste Alagoano	5,3%	2703 Leste Alagoano	6,8%
2703 Leste Alagoano	3,8%	3105 Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2,3%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	3,1%	3107 Metropolitana de Belo Horizonte	5,9%
5301 Distrito Federal	2,3%	2703 Leste Alagoano	2,0%	5301 Distrito Federal	2,8%	2504 Mata Paraibana	3,9%
3302 Norte Fluminense	1,9%	3504 Bauru	1,8%	3302 Norte Fluminense	2,6%	5301 Distrito Federal	3,2%
3105 Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1,9%	5301 Distrito Federal	1,8%	2605 Metropolitana de Recife	2,2%	2101 Norte Maranhense	3,0%
3107 Metropolitana de Belo Horizonte	1,6%	3506 Piracicaba	1,7%	3507 Campinas	2,2%	2404 Leste Potiguar	2,7%
2903 Centro Norte Baiano	1,6%	3302 Norte Fluminense	1,7%	2903 Centro Norte Baiano	2,1%	2904 Nordeste Baiano	2,7%
Outras mesorregiões brasileiras	43,6%	Outras mesorregiões brasileiras	41,7%	Outras mesorregiões brasileiras	44,1%	Outras mesorregiões brasileiras	33,1%
% Migrante <sup>(c)</sup>	2,7%	% Migrante	1,4%	% Migrante	1,8%	% Migrante	2,9%
<b>Total de migrantes <sup>(c)</sup></b>	<b>20.356</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>10.257</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>7.600</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>2.498</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Elaboração própria.



**Gráfico 6**  
**Estoque de sergipes de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e local de residência**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Nota: Elaboração própria.

PIAUÍ

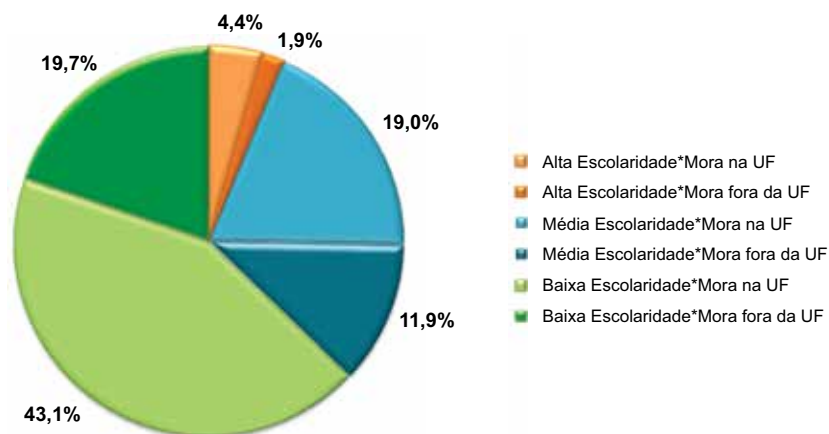
Tabela 7

Piauienses migrantes, de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e mesorregião de destino

Mesorregião	Estoque						
	Total	Mesorregião	Baixa escolaridade	Mesorregião	Média escolaridade	Mesorregião	Alta escolaridade
3515 Metropolitana de São Paulo	21,8%	3515 Metropolitana de São Paulo	20,2%	3515 Metropolitana de São Paulo	26,1%	5301 Distrito Federal	21,6%
5301 Distrito Federal	13,8%	5301 Distrito Federal	10,8%	2201 Norte Piauiense	24,7%	3515 Metropolitana de São Paulo	11,4%
2104 Leste Maranhense	6,9%	2104 Leste Maranhense	8,3%	5301 Distrito Federal	17,5%	2303 Metropolitana de Fortaleza	8,8%
5204 Leste Goiano	5,8%	2102 Oeste Maranhense	6,6%	5204 Leste Goiano	6,0%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	6,1%
2102 Oeste Maranhense	4,8%	5204 Leste Goiano	6,1%	2104 Leste Maranhense	5,0%	2104 Leste Maranhense	4,4%
1506 Sudeste Paraense	4,0%	1506 Sudeste Paraense	5,2%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	3,9%	2101 Norte Maranhense	4,0%
2103 Centro Maranhense	3,4%	2103 Centro Maranhense	5,0%	2303 Metropolitana de Fortaleza	3,5%	2605 Metropolitana de Recife	3,6%
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	3,2%	1701 Ocidental do Tocantins	3,4%	2101 Norte Maranhense	2,9%	5203 Centro Goiano	2,6%
2303 Metropolitana de Fortaleza	2,8%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	2,6%	1506 Sudeste Paraense	2,5%	5204 Leste Goiano	2,0%
1701 Ocidental do Tocantins	2,7%	5203 Centro Goiano	2,0%	5203 Centro Goiano	2,4%	2102 Oeste Maranhense	2,0%
Outras mesorregiões brasileiras	30,8%	Outras mesorregiões brasileiras	29,9%	Outras mesorregiões brasileiras	5,5%	Outras mesorregiões brasileiras	33,4%
% Emigrante <sup>(a)</sup>	33,5%	% Emigrante	31,4%	% Emigrante	38,4%	% Emigrante	30,3%
<b>Total de migrantes <sup>(a)</sup></b>	<b>758.715</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>447.220</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>268.495</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>43.002</b>
<b>Total de nativos <sup>(b)</sup></b>	<b>2.264.854</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>1.423.508</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>699.442</b>	<b>Total de nativos</b>	<b>141.905</b>
<b>Data fixa: entre 2005 e 2010</b>							
3515 Metropolitana de São Paulo	18,7%	3515 Metropolitana de São Paulo	19,7%	3515 Metropolitana de São Paulo	18,8%	5301 Distrito Federal	15,2%
5301 Distrito Federal	11,8%	5203 Centro Goiano	17,3%	5301 Distrito Federal	14,6%	3515 Metropolitana de São Paulo	10,1%
2202 Centro-Norte Piauiense	11,2%	5204 Leste Goiano	10,9%	5204 Leste Goiano	10,3%	2303 Metropolitana de Fortaleza	8,0%
5204 Leste Goiano	10,1%	5301 Distrito Federal	9,3%	2104 Leste Maranhense	5,3%	2104 Leste Maranhense	4,1%
2201 Norte Piauiense	4,9%	3502 Ribeirão Preto	5,4%	5203 Centro Goiano	3,6%	2605 Metropolitana de Recife	4,0%
2104 Leste Maranhense	4,9%	2104 Leste Maranhense	4,7%	2303 Metropolitana de Fortaleza	3,0%	2905 Metropolitana de Salvador	3,9%
3502 Ribeirão Preto	3,9%	1506 Sudeste Paraense	4,0%	1506 Sudeste Paraense	2,7%	2101 Norte Maranhense	3,7%
5203 Centro Goiano	3,5%	3507 Campinas	2,9%	3502 Ribeirão Preto	2,4%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	3,6%
1506 Sudeste Paraense	3,4%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	2,5%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	2,2%	5204 Leste Goiano	2,8%
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	2,4%	3513 Vale do Paraíba Paulista	2,2%	2101 Norte Maranhense	2,1%	2103 Centro Maranhense	2,7%
Outras mesorregiões brasileiras	25,2%	Outras mesorregiões brasileiras	21,0%	Outras mesorregiões brasileiras	35,0%	Outras mesorregiões brasileiras	42,0%
% Migrante <sup>(b)</sup>	3,6%	% Migrante	3,0%	% Migrante	4,5%	% Migrante	4,2%
<b>Total de migrantes <sup>(c)</sup></b>	<b>80.601</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>42.795</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>31.810</b>	<b>Total de migrantes</b>	<b>5.996</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Elaboração própria.





**Gráfico 7**  
**Estoque de piauienses de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e local de residência**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).  
Nota: Elaboração própria.

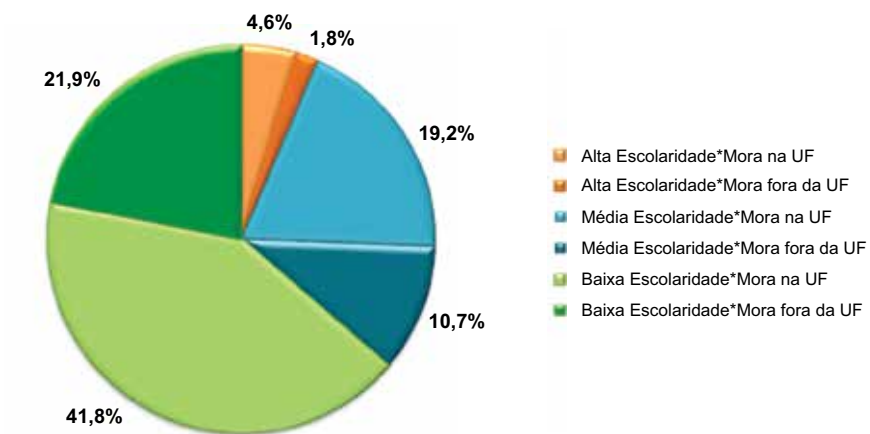
PARAÍBA

Tabela 8

Paraibanos migrantes, de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e mesorregião de destino

Estoque							
Mesorregião	Total	Mesorregião	Baixa escolaridade	Mesorregião	Média escolaridade	Mesorregião	Alta escolaridade
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	25,2%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	27,2%	3515 Metropolitana de São Paulo	26,2%	3515 Metropolitana de São Paulo	13,9%
3515 Metropolitana de São Paulo	22,5%	3515 Metropolitana de São Paulo	21,4%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	23,6%	2605 Metropolitana de Recife	13,4%
2605 Metropolitana de Recife	5,3%	2605 Metropolitana de Recife	4,2%	2605 Metropolitana de Recife	6,1%	5301 Distrito Federal	10,5%
5301 Distrito Federal	4,9%	5301 Distrito Federal	3,9%	5301 Distrito Federal	3,9%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	10,2%
2404 Leste Potiguar	3,7%	2404 Leste Potiguar	3,1%	2404 Leste Potiguar	4,5%	2404 Leste Potiguar	6,1%
2601 Sertão Pernambucano	2,0%	2601 Sertão Pernambucano	2,5%	5204 Leste Goiano	1,8%	2303 Metropolitana de Fortaleza	3,7%
2603 Agreste Pernambucano	1,9%	2603 Agreste Pernambucano	2,2%	3512 Macro Metropolitana Paulista	1,6%	2905 Metropolitana de Salvador	2,9%
2401 Oeste Potiguar	1,9%	2401 Oeste Potiguar	2,1%	3507 Campinas	1,6%	2401 Oeste Potiguar	1,9%
5204 Leste Goiano	1,8%	5204 Leste Goiano	1,9%	2303 Metropolitana de Fortaleza	1,5%	2803 Leste Sergipano	1,9%
3507 Campinas	1,5%	3507 Campinas	1,5%	2603 Agreste Pernambucano	1,4%	2703 Leste Alagoano	1,8%
Outras mesorregiões brasileiras	29,3%	Outras mesorregiões brasileiras	29,8%	Outras mesorregiões brasileiras	25,9%	Outras mesorregiões brasileiras	33,7%
% Emigrante <sup>(a,b)</sup>	34,5%	% Emigrante	34,5%	% Emigrante	35,8%	% Emigrante	28,7%
Total de migrantes <sup>(a)</sup>	1.006.503	Total de migrantes	640.607	Total de migrantes	311.993	Total de migrantes	53.902
Total de nativos <sup>(b)</sup>	2.918.674	Total de nativos	1.859.513	Total de nativos	871.243	Total de nativos	187.917
<b>Data fixa: entre 2005 e 2010</b>							
3515 Metropolitana de São Paulo	17,6%	3515 Metropolitana de São Paulo	18,4%	3515 Metropolitana de São Paulo	19,2%	2605 Metropolitana de Recife	14,9%
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	14,4%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	16,4%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	13,9%	5301 Distrito Federal	8,7%
2404 Leste Potiguar	4,4%	5204 Leste Goiano	4,2%	2404 Leste Potiguar	6,0%	3515 Metropolitana de São Paulo	6,7%
2605 Metropolitana de Recife	4,2%	2601 Sertão Pernambucano	3,3%	2605 Metropolitana de Recife	5,3%	2404 Leste Potiguar	5,5%
5301 Distrito Federal	3,8%	2404 Leste Potiguar	3,2%	5301 Distrito Federal	4,8%	2905 Metropolitana de Salvador	4,3%
5204 Leste Goiano	3,7%	2603 Agreste Pernambucano	2,9%	5204 Leste Goiano	3,6%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	4,1%
2603 Agreste Pernambucano	2,9%	3501 São José do Rio Preto	2,6%	2603 Agreste Pernambucano	3,0%	2803 Leste Sergipano	3,1%
2601 Sertão Pernambucano	2,5%	2401 Oeste Potiguar	2,5%	3507 Campinas	2,2%	2603 Agreste Pernambucano	2,9%
2401 Oeste Potiguar	2,1%	5301 Distrito Federal	2,4%	3501 São José do Rio Preto	1,6%	2303 Metropolitana de Fortaleza	2,0%
3507 Campinas	2,1%	3507 Campinas	2,3%	2601 Sertão Pernambucano	1,5%	4110 Metropolitana de Curitiba	1,7%
Outras mesorregiões brasileiras	42,3%	Outras mesorregiões brasileiras	41,8%	Outras mesorregiões brasileiras	38,9%	Outras mesorregiões brasileiras	46,1%
% Migrante <sup>(c,b)</sup>	2,4%	% Migrante	2,1%	% Migrante	2,8%	% Migrante	3,4%
Total de migrantes <sup>(c)</sup>	69.555	Total de migrantes	39.084	Total de migrantes	24.078	Total de migrantes	6.394

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Elaboração própria.



**Gráfico 8**  
**Estoque de paraibanos de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e local de residência**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).  
Nota: Elaboração própria.

ALAGOAS

Tabela 9

Alagoanos migrantes, de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e mesorregião de destino

Mesorregião	Estoque				Mesorregião	Média escolaridade	Mesorregião	Alta escolaridade
	Total	Mesorregião	Baixa escolaridade	Mesorregião				
3515 Metropolitana de São Paulo	33,3%	3515 Metropolitana de São Paulo	32,1%	3515 Metropolitana de São Paulo	37,6%	3515 Metropolitana de São Paulo	20,9%	
2803 Leste Sergipano	6,7%	2803 Leste Sergipano	6,0%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	8,3%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	11,8%	
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	6,5%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	5,3%	2803 Leste Sergipano	7,7%	2605 Metropolitana de Recife	11,4%	
2605 Metropolitana de Recife	4,0%	3507 Campinas	3,4%	2605 Metropolitana de Recife	4,8%	2803 Leste Sergipano	9,0%	
3507 Campinas	3,4%	2605 Metropolitana de Recife	3,1%	3507 Campinas	3,4%	5301 Distrito Federal	6,2%	
2603 Agreste Pernambuco	2,6%	2603 Agreste Pernambuco	2,9%	2905 Metropolitana de Salvador	2,6%	2905 Metropolitana de Salvador	5,1%	
3512 Macro Metropolitana Paulista	2,5%	3512 Macro Metropolitana Paulista	2,7%	3512 Macro Metropolitana Paulista	2,4%	3507 Campinas	1,8%	
2604 Mata Pernambucana	2,2%	2604 Mata Pernambucana	2,7%	2603 Agreste Pernambucano	1,9%	2504 Mata Paraibana	1,7%	
2905 Metropolitana de Salvador	2,0%	3508 Presidente Prudente	1,8%	3513 Vale do Paraíba Paulista	1,4%	2603 Agreste Pernambucano	1,6%	
3105 Triângulo Mineiro/Alto Paraiba	1,5%	2902 Vale São-Franciscano da Bahia	1,8%	2604 Mata Pernambucana	1,4%	2404 Leste Potiguar	1,5%	
Outras mesorregiões brasileiras	35,4%	Outras mesorregiões brasileiras	38,3%	Outras mesorregiões brasileiras	28,5%	Outras mesorregiões brasileiras	28,9%	
% Emigrante <sup>(a)</sup>	29,8%	% Emigrante	30,1%	% Emigrante	30,5%	% Emigrante	23,8%	
Total de migrantes <sup>(a)</sup>	609.528	Total de migrantes	397.486	Total de migrantes	185.300	Total de migrantes	26.743	
Total de nativos <sup>(b)</sup>	2.042.231	Total de nativos	1.321.406	Total de nativos	608.253	Total de nativos	112.572	
<b>Data fixa: entre 2005 e 2010</b>								
3515 Metropolitana de São Paulo	17,2%	3515 Metropolitana de São Paulo	16,8%	3515 Metropolitana de São Paulo	18,6%	3515 Metropolitana de São Paulo	12,9%	
3105 Triângulo Mineiro/Alto Paraiba	7,5%	3105 Triângulo Mineiro/Alto Paraiba	8,4%	2803 Leste Sergipano	8,1%	5301 Distrito Federal	10,0%	
2803 Leste Sergipano	6,6%	2803 Leste Sergipano	5,6%	3105 Triângulo Mineiro/Alto Paraiba	6,5%	2803 Leste Sergipano	9,2%	
3512 Macro Metropolitana Paulista	3,4%	3512 Macro Metropolitana Paulista	3,5%	3512 Macro Metropolitana Paulista	3,4%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	7,0%	
2603 Agreste Pernambuco	3,3%	2603 Agreste Pernambuco	3,4%	2603 Agreste Pernambucano	3,4%	2905 Metropolitana de Salvador	6,7%	
3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	3,0%	3502 Ribeirão Preto	3,1%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	3,4%	2605 Metropolitana de Recife	4,4%	
3507 Campinas	2,9%	3507 Campinas	3,1%	3507 Campinas	2,8%	3107 Metropolitana de Belo Horizonte	3,2%	
3502 Ribeirão Preto	2,5%	2604 Mata Pernambucana	2,7%	2605 Metropolitana de Recife	2,7%	3105 Triângulo Mineiro/Alto Paraiba	3,0%	
2905 Metropolitana de Salvador	2,2%	3306 Metropolitana do Rio de Janeiro	2,4%	2905 Metropolitana de Salvador	2,6%	2504 Mata Paraibana	2,2%	
2605 Metropolitana de Recife	2,1%	2902 Vale São-Franciscano da Bahia	2,3%	5203 Centro Goiano	2,1%	5205 Sul Goiano	1,9%	
Outras mesorregiões brasileiras	49,3%	Outras mesorregiões brasileiras	48,6%	Outras mesorregiões brasileiras	46,5%	Outras mesorregiões brasileiras	39,3%	
% Migrante <sup>(b)</sup>	4,8%	% Migrante	3,0%	% Migrante	3,2%	% Migrante	3,3%	
Total de migrantes <sup>(c)</sup>	63.173	Total de migrantes	39.677	Total de migrantes	19.757	Total de migrantes	3.738	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Elaboração própria.

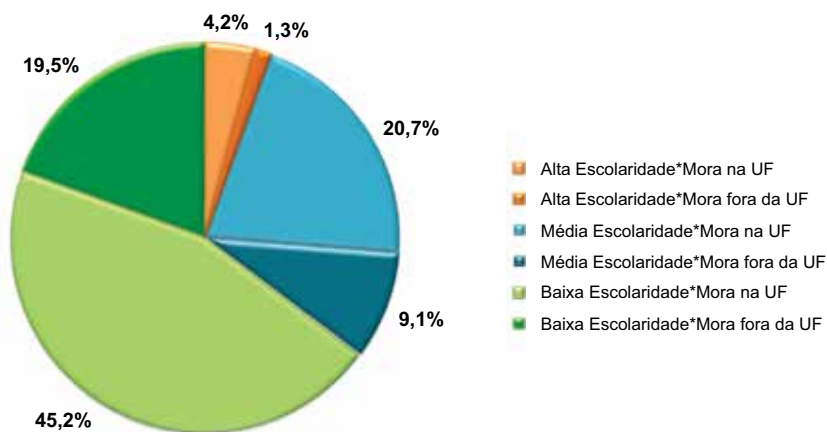


Gráfico 9

Estoque de alagoano de 25 anos ou mais de idade, por escolaridade e local de residência

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Nota: Elaboração própria.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Herton Ellery et al. Como mudaram os fluxos migratórios mesorregionais brasileiros na virada do milênio? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. *Trabalhos apresentados...* 2012, Águas de Lindóia, SP: ABEP, 2012. Disponível em: <[http://174.121.79.98/~naotembr/anais/files/ST13\[271\]ABEP2012.pdf](http://174.121.79.98/~naotembr/anais/files/ST13[271]ABEP2012.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2012.

BIAGIONI, Daniel. *Mobilidade social e migração interna no Brasil*. Texto apresentado em workshop da Escola de verão sobre desigualdades interdependentes na América-Latina realizado pelo Centro de Estudos das Metrópoles. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/daniel\\_biagioni.pdf](http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/daniel_biagioni.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2012.

BRATSBURG, Borjas. Who leaves? The outmigration of the Foreign-Born. *Review of Economics and Statistics*, Cambridge, MA, v. 87, n. 1, p. 165-176, Feb. 1996.

CARVALHO, Hugo Emanuel Fávoro de. *Migração, uma análise probit para o Brasil*. 2010. 35f. Dissertação (Mestrado Stricto Sensu em Economia de Empresas)-Universidade Católica de Brasília. Brasília, DF, 2010.

CORDEIRO, Lucilene Dias; FRANÇA, Mônica de Oliveira Marques. A dinâmica migratória na área metropolitana de Brasília – AMIB entre 1991 e 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. *Trabalhos apresentados...* 2012, Águas de Lindóia, SP: ABEP, 2012. Disponível em: <[http://174.121.79.98/~naotembr/anais/files/POSTER\[407\]ABEP2012.pdf](http://174.121.79.98/~naotembr/anais/files/POSTER[407]ABEP2012.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Microdados da amostra do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

MATA, Daniel da et al. Migração, qualificação e desempenho das cidades brasileiras. In: CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata et al. (Org.). *Dinâmica dos municípios*. Brasília: IPEA, 2007. p. 289-322.

MANKIW, Gregory; ROMER, David; WEIL, David. Contribution to the empirics of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, MA, v. 107, n. 2, 1992.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para a migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, Oct./Dec. 2005.

PEIXOTO, João. "As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas". Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão; SOCIUS, 2004. (Working papers n, 11/2004). (Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

PEREIRA, Viviane Mendonça. *O Recente processo migratório brasileiro e seus determinantes*. 2000. 62 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada)-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.

PORTES, Alejandro. Determinants of the Brain Drain. *International Migration Review*, [S.l.], v. 10, n. 4, p. 489-508, 1976.

QUEIROZ, Silvana Nunes de; SANTOS, José Márcio dos. Principais alterações nos saldos migratórios brasileiros: uma análise por estados e regiões. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA-ANPEC, 14., 2009, Fortaleza, CE, *Anais...* Fortaleza, CE: ANPEC, 2009.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito; QUEIROZ, Vivian dos Santos. Migração interestadual de retorno e autosseleção: evidências para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 369-394, dez. 2011.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 237-254, 2006.

SABBADINI, Ricardo; AZZONI, Carlos Roberto. Migração interestadual de pessoal altamente educado: evidências sobre a fuga de cérebros. In: Encontro Nacional de Economia, 34., 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2006.

SACHSIDA, Adolfo; CAETANO, Marcelo Abi-Ramia; ALBUQUERQUE, Pedro; *Distribuição de renda, transferências federais e imigração: um estudo de dados em painel para as unidades da federação do Brasil*. Brasília: IPEA, fev. 2010.

SILVA, Estefania Ribeiro da; FREGUGLIA, Ricardo da Silva; GONÇALVES, Eduardo. Composição e determinantes da fuga de cérebros no mercado de trabalho formal brasileiro: uma análise de dados em painel para o período 1995-2006. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38., 2010, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2010.

# PARTE II

## A BAHIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOPOPULACIONAIS

SESP

98

*Série Estudos e Pesquisas*





## MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS NA BAHIA ENTRE OS PERÍODOS 1995-2000 E 2005-2010: UMA ANÁLISE DA MIGRAÇÃO DE DATA FIXA

*Isaac Aroucha Coimbra Lou\**  
*Lis Helena Borges\*\**  
*Roberta Pimenta\*\*\**  
*André Luís Melo de Oliveira\*\*\*\**

### INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o processo de migração interna no Brasil sofreu significativas alterações em sua dinâmica, que se manifestam em novas tendências nos movimentos de distribuição da população pelo território. As mudanças ocorridas na economia, a partir da década de 1980, geraram modificações nos volumes, fluxos e características dos movimentos migratórios no país, tornando o fenômeno da migração ainda mais complexo.

O entendimento desse novo cenário requer uma análise mais detalhada das atuais tendências dos movimentos migratórios na Região Nordeste – historicamente, principal região de origem dos imigrantes das regiões Sul e Sudeste. Produções bibliográficas baseadas em dados da PNAD indicam que a Região Nordeste, nos últimos 20 anos, tem tido redução em seus saldos migratórios negativos, sugerindo o crescimento da migração de retorno e novas formas de deslocamentos. O estado da Bahia destaca-se nesse cenário com uma trajetória de perdas migratórias por mais de 50 anos. Porém, as PNADs contemporâneas revelam uma convergência para romper com esse histórico, apresentando um maior contingente de imigrantes que de emigrantes (BAENINGER, 2011).

Com a disponibilidade dos dados do IBGE do Censo de 2010 e a possibilidade de comparação dos resultados sobre migração com o Censo de 2000, através do quesito data fixa<sup>1</sup>, surgiu o interesse de investigar os volumes e destinos dessas modificações na movimentação populacional no território nacional e, em especial, no estado da Bahia.

\* Especialista em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em Ciências Econômicas pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (Cesmac). Coordenador de Estudos Sociopopulacionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). isaaclou@sei.ba.gov.br

\*\* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). borgeslis@gmail.com

\*\*\* Especialista em Educação a Distância pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e em Educação Matemática pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). roberta\_pimentta@hotmail.com

\*\*\*\* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnico da Coordenação de Estudos Sociopopulacionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). andreluisoliveira@sei.ba.gov.br

<sup>1</sup> O quesito de data fixa investiga o local de residência do indivíduo cinco anos antes do Censo. No presente trabalho, entendeu-se como migrante de data fixa aquele indivíduo que cinco anos antes encontrava-se residindo em outra unidade da Federação que não aquela da data do recenseamento.

Diante do exposto e com base nos dados do IBGE para os censos de 2000 e 2010, o objetivo do texto é apresentar a atual configuração da migração brasileira, com atenção ao cenário baiano.

Além desta introdução, o texto conta com mais seis seções. A primeira dedica-se a um breve panorama histórico da migração no Brasil, com o intuito de identificar os principais movimentos interestaduais que influenciaram o modelo migratório da Bahia. As seções seguintes destinam-se à análise dos dados dos censos, sendo que a segunda verifica a contribuição dos migrantes interestaduais da Bahia na migração interestadual. Na terceira, são discutidos os processos migratórios interestaduais a partir do volume de migrantes, bem como do saldo migratório. A quarta seção trata da direção dos fluxos de migrantes intraestaduais, e a quinta avalia a migração de retorno para o estado da Bahia. Na sexta e última seção, são apresentadas as considerações finais do estudo.

## TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS INTERESTADUAIS DA BAHIA: BREVE HISTÓRICO

A dinâmica da população brasileira foi fortemente influenciada pelos ciclos que moviam a economia do país em cada época. Partindo desse princípio, acredita-se que, para compreender o processo histórico das migrações na Bahia, é necessário verificar as tendências da migração interestadual do estado ao longo dos anos. Antes, porém, será apresentado, como forma de contextualização, um breve histórico da migração no Brasil, com ênfase na Região Nordeste.

A história da imigração no Brasil teve início na colonização pelos portugueses, buscando apropriação da terra, o que provocou um movimento migratório forçado com o tráfico de escravos africanos (PATARRA, 2012). Segundo Patarra (2012), a imigração livre só ocorreu no início do século XIX, com a implantação de um projeto de colonização agrícola para defesa e povoamento da terra, além da ampliação de oferta de mão de obra assalariada europeia para substituir o trabalho escravo. Esses incentivos atraíram alemães, italianos e outros imigrantes para o sul do país.

Por volta de 1850, o oeste paulista recebeu imigrantes para trabalhar na cafeicultura, em obras de infraestrutura urbana e na construção de estradas. Com a falta de mão de obra e a expansão da produção cafeeira, o Brasil tornou-se um país aberto à imigração. Contudo, como reflexo da crise econômica mundial de 1929 e, conseqüentemente, com a crise do café, as primeiras medidas restritivas à entrada de imigrantes internacionais foram publicadas no fim de 1930 (PATARRA, 2012).

Da década de 1930 até a de 1950, verificou-se uma alteração no sistema econômico, cujo foco de acumulação passou do setor agroexportador para o urbano-industrial. Deflagrou-se, assim, uma forte movimentação de brasileiros, devido ao processo de industrialização do país. O acentuado crescimento vegetativo da população brasileira possibilitou o fornecimento de mão de obra para as áreas de concentração econômica, com amplos deslocamentos popula-

cionais para as cidades. Daí o surgimento do ciclo de migrações internas no país, que marcou o período (PATARRA, 2003).

No que tange à movimentação no Nordeste, a década de 1950, conhecida como o período de maior migração inter-regional, foi marcada por um forte êxodo rural: 47,6% do total de migrantes rurais brasileiros originaram-se naquela região. Alguns fatores podem explicar esse fenômeno: a construção da nova capital federal e também da Belém-Brasília<sup>2</sup>, as grandes migrações para as áreas metropolitanas, e ainda os deslocamentos para o trabalho na colheita de café em São Paulo e no norte do Paraná, além da seca no Nordeste (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1997).

A partir de 1950, iniciou-se uma etapa caracterizada pela internacionalização do mercado industrial. O aumento da produção de bens intermediários e de consumo durável, movimento denominado por Patarra (2003) como “nova industrialização”, possibilitou o surgimento de polos industriais no Nordeste por meio de incentivos fiscais criados para este fim. Dessa forma, a autora chama a atenção para as políticas que ampararam a migração de capital produtivo do Sudeste para as periferias regionais, inclusive o Nordeste, resultando numa sensível concentração regional da indústria brasileira.

Na década de 1960, com a melhoria no sistema de transporte e comunicação e com o modelo de modernização agrícola, além das políticas de ocupação da Amazônia, uma nova etapa de desenvolvimento econômico se desenhava no país (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006). Com a concentração das atividades econômicas no Sudeste e nas periferias regionais do país, houve uma expansão dos movimentos migratórios, originando uma intensa centralização da população nas maiores áreas urbanas na década seguinte (PATARRA, 2003).

Até 1970, os estados nordestinos contribuíram amplamente para a consolidação da força de trabalho na indústria do Sudeste. Nesse contexto, a Bahia foi o estado com maior participação de emigrantes, consolidando-se como emissor de população no âmbito nacional, enquanto os imigrantes tinham origem em outros estados (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006). Contudo, o crescente saldo migratório negativo do estado (Gráfico 1), como consequência do aumento da emigração até 1980, demonstrou que a Bahia exercia pouco poder de atração de população, talvez pelo seu baixo grau de urbanização (BORGES, 1993).

<sup>2</sup> A Rodovia BR-153, também conhecida como Belém-Brasília, foi um grande empreendimento contemplado no plano de metas do governo JK e um advento que contribuiu amplamente para o processo de urbanização e modernização do antigo norte goiano (AQUINO, 2006).

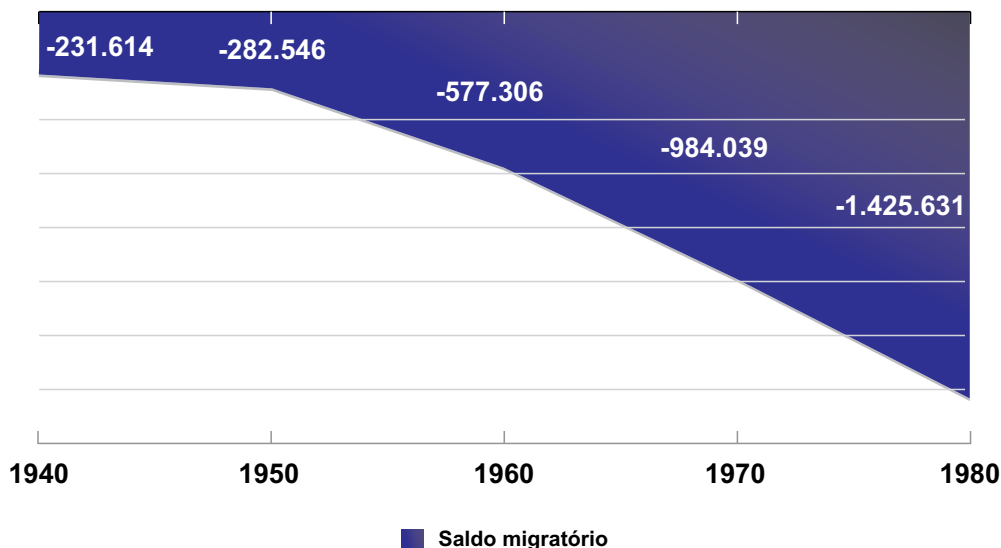


Gráfico 1  
Evolução do saldo migratório acumulado e incremento relativo – Bahia – 1940-1980

Fonte: Souza (1985). Elaborado pela SEI/Copesp, 2012.

Entre as décadas de 1960 e 1980, na Região Nordeste, ocorreram dois fatos concomitantes: “A tendência à diminuição da emigração e a persistência do êxodo rural na região, dirigido para as próprias áreas urbanas nordestinas” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1996, p. 11). Tais fatos caracterizaram o processo de reversão dos movimentos migratórios entre regiões, traduzido pelas tendências de diminuição da emigração e de crescimento da imigração, inclusive pelo aumento de retorno de migrantes (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1996).

Ainda em relação ao Nordeste, a partir de 1980, houve uma redução da emigração rural com destino às grandes cidades do Sudeste e Região Metropolitana de São Paulo. Naquela época, o país experimentou uma grave crise econômica. A queda do produto industrial, a recessão e a elevação do desemprego provocaram uma estagnação econômica no final da década. Novos padrões migratórios se delinearam com a intensificação de um fluxo urbano-urbano (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006). A Bahia, por sua vez, começou a inverter a sua situação quanto à imigração, com uma maior capacidade de fixação da sua população com relação aos demais estados nordestinos (BORGES, 1993, p. 62).

Entre as décadas de 1980 e 1990, houve um arrefecimento do crescimento urbano. Em paralelo à desaceleração, ocorreu uma pequena redução da importância das grandes cidades e o surgimento de um fluxo urbano-urbano, de curta distância, em direção a cidades de médio porte. Apesar dos reflexos da crise econômica que marcou a década anterior, São Paulo continuou recebendo o maior contingente de emigrantes oriundos do Nordeste e ficou marcado por seu potencial de absorção migratória (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006).

Com a diminuição do volume de migrantes que se deslocaram do campo para a cidade, no final da década de 1980 e início da década de 1990, observou-se a formação de novos fluxos, destacando-se as migrações de retorno. Este tipo de deslocamento vem sendo percebido desde a década de 1980. No entanto, foi nos anos 1990 que tal fenômeno tornou-se mais expressivo, sendo a Região Nordeste o principal destino desses migrantes. Devido à própria natureza desse acontecimento, o Sudeste figurou entre os principais pontos de saída dos migrantes (OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL, 2011).

## VOLUME DOS MIGRANTES E SALDO MIGRATÓRIO

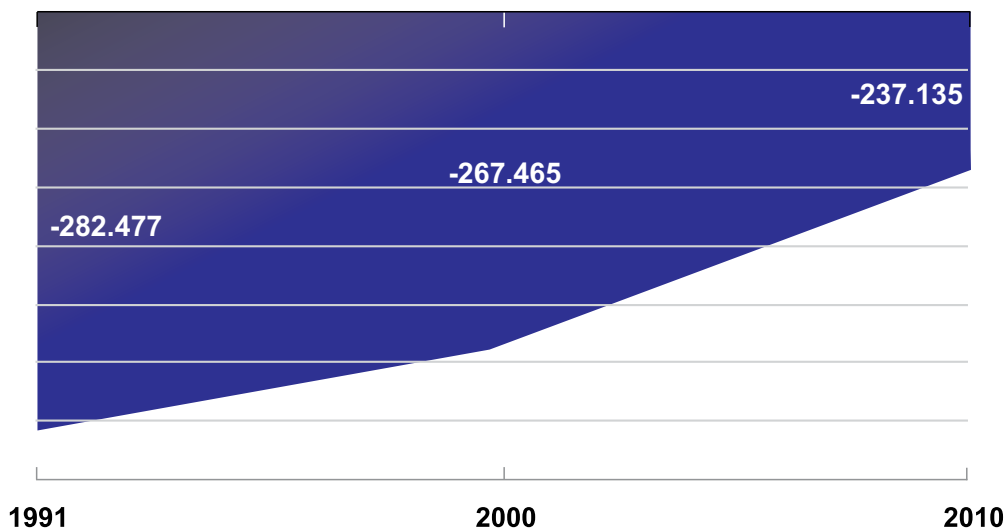
A análise do processo migratório interestadual da Bahia, considerando como período de referência o início da industrialização brasileira, evidencia a histórica tendência do estado a possuir saldos migratórios negativos, resultantes do significativo volume de emigrantes com destino à Região Sudeste do país, mais notadamente para o estado de São Paulo. Esse movimento deveu-se à dinamização econômica que essa região apresentava, o que atraía uma população que buscava oportunidade de emprego e mobilidade social.

As mudanças ocorridas na economia, a partir da década de 1980, geraram modificações nos volumes, fluxos e características dos movimentos migratórios no Brasil. Estudos sobre a migração brasileira daquele período apontam para o início de um novo padrão de deslocamento, que pedia para um menor crescimento das metrópoles, predominância de migrações a curta distância e intrarregionais, aumento das migrações de retorno, tendência do crescimento de cidades de porte médio e generalização de periferias no entorno dos centros urbanos maiores (PATARRA, 2003). Esse padrão vem se confirmando também nos estudos que utilizam os resultados dos censos a partir de 1991.

A tendência de reconfiguração dos tradicionais processos migratórios passou a ser identificada para o estado da Bahia a partir das análises comparativas entre os censos de 1991 e 2000. Apesar de os resultados de migração interestadual de data fixa da Bahia confirmarem, nos períodos 1986-1991 e 1995-2000, uma ascensão semelhante às das décadas anteriores – o número de imigrantes passou de 186.614, no primeiro quinquênio de referência, para 250.571, no segundo período, e o número de emigrantes aumentou de 469.091 para 518.036 –, identificou-se, entre outras alterações, uma tendência de redução do saldo migratório negativo nos fluxos interestaduais. O estado, que apresentava no período 1986-1991 um saldo migratório negativo de 282.477, passou, entre 1995-2000, a ter saldo negativo de 267.465, o que significou uma diminuição, na década, em torno de 15 mil pessoas, pelas perdas populacionais devido à migração (Gráfico 2).

Do comparativo entre os censos de 2000 e 2010, depreende-se que, apesar de a Bahia continuar exibindo saldos migratórios de data fixa negativos – para essas duas décadas, o número de emigrantes representa mais que o dobro do número de imigrantes –, o volume dessas

perdas caiu. A redução líquida do estado para o período de 1995-2000 foi de 267.465 pessoas, caindo para 237.136, entre 2005-2010. Constata-se, a partir dos dados da Tabela 1, que essa diminuição do saldo migratório interestadual resultou da desaceleração dos processos de emigração, principalmente, e de imigração. Pode-se inferir que essa queda apresenta-se como tendência, já que se observa, também, uma diminuição no valor total da migração das outras unidades federativas do país.



**Gráfico 2**  
Evolução do saldo migratório interestadual de data fixa – Bahia,  
1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2011a, 2011b, 2011c).  
Elaborado pela SEI.

No comparativo entre os períodos de 1995-2000 e 2005-2010, houve um decréscimo de aproximadamente 21,2 mil imigrantes na Bahia, passando, respectivamente, de 250.571 para 229.224. Porém, nota-se um leve aumento na participação percentual dos imigrantes do estado no total do Brasil, passando de 4,8% para 4,9%. Este sutil incremento pode sinalizar a presença da migração de retorno para a Bahia, o que será investigado em detalhes em seção posterior.

**Tabela 1**  
Números absolutos e participação dos imigrantes e emigrantes interestaduais de data fixa da Bahia no total de migrantes interestaduais do país – Bahia – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Unidades da federação	Imigrantes						Emigrantes					
	1986 - 1991	%	1995 - 2000	%	2005 - 2010	%	1986 - 1991	%	1995 - 2000	%	2005 - 2010	%
Bahia	186.614	3,7	250.571	4,8	229.224	4,9	469.091	9,4	518.036	10,0	466.360	10,0
Outras UFs	4.825.637	96,3	4.945.513	95,2	4.414.529	95,1	4.543.160	90,6	4.678.047	90,0	4.177.394	90,0
<b>Total migrantes</b>	<b>5.012.251</b>	<b>100,0</b>	<b>5.196.084</b>	<b>100,0</b>	<b>4.643.754</b>	<b>100,0</b>	<b>5.012.251</b>	<b>100,0</b>	<b>5.196.084</b>	<b>100,0</b>	<b>4.643.754</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2011a, 2011b, 2011c).

Elaborada pela SEI/IPEA, 2012.

Notas: Exceto migrantes intermunicipais de origem ignorada.

Imigrantes - excluem-se os migrantes internacionais e os ignorados.

Emigrantes - excluem-se os migrantes que não declararam UF/País de destino. Conforme apresentado na metodologia, são considerados os migrantes com 5 anos ou mais de idade.

Em termos de volume, a redução no incremento absoluto de emigrantes da Bahia para o resto do país foi mais expressiva em comparação com o número de imigrantes, passando de 518.036, em 1995-2000, para 466.360 em 2005-2010, o que representa uma diminuição de cerca de 52 mil pessoas. Entretanto, não foi observada alteração em termos de participação percentual do número de emigrantes do estado no total do país, permanecendo em 10%. Essa diminuição no volume dos emigrantes interestaduais da Bahia e a permanência da participação percentual do estado no agregado das outras unidades da Federação não expressa uma redução ou estagnação do fenômeno migratório baiano, pois há uma tendência na ampliação dos processos de migração intraestadual, já observada em outras localidades do cenário nacional (BAENINGER, 2008).

## DIREÇÕES DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS (ORIGEM E DESTINO)

Nesta seção do estudo, pretende-se identificar os fluxos migratórios em termos de origem e destino dos migrantes da Bahia. Deste modo, faz-se necessário analisar as grandes regiões do país que mais absorvem população oriunda da Bahia, bem como aquelas consideradas expulsoras populacionais para este estado, ressaltando quais as unidades da Federação que se destacaram como origem e/ou destino dos seus migrantes, nos períodos 1995-2000 e 2005-2010.

Dessa forma, no que se refere à imigração, o Sudeste ocupou posição de destaque como principal origem dos imigrantes da Bahia, tanto no período 1995-2000 – quando se percebeu um ingresso de 155.278 pessoas no estado –, quanto no período 2005-2010 – quando foi verificada uma entrada de 135.223 indivíduos. No entanto, a participação relativa do número de imigrantes procedentes do Sudeste no total dos que se originaram no restante do país teve uma sensível diminuição – passando de 62%, no período 1995-2000, para 59% entre 2005-2010 (Tabela 2).

Quanto à emigração, o Sudeste também se constituiu como o maior destino dos emigrantes da Bahia, haja vista que tal região foi receptora, entre 1995-2000, de 374.856 indivíduos, e no período 2005-2010, de 319.659. Da mesma forma que ocorre com a migração, a participação relativa do Sudeste no conjunto dos emigrantes interestaduais da Bahia apresentou redução, passando de 72,4%, no período 1995-2000, para 68,5%, entre 2005-2010. Verifica-se que a Bahia, em relação às trocas com a Região Sudeste, manteve uma tendência declinante de absorção de imigrantes entre os dois períodos, mas, em termos recíprocos, apresentou outra, de maior peso, como provedora de emigrantes, determinando um saldo negativo cada vez menor com a região comparada.

A Região Nordeste aparece como a segunda maior fornecedora de imigrantes e receptora dos emigrantes da Bahia, em termos absolutos. Os envios e absorções da população migrante mantiveram-se estáveis entre os dois períodos analisados. Quanto à imigração, no período 1995-2000, a Bahia recebeu um contingente de 62.019 pessoas vindas das demais UFs do Nordeste, e esse número passou para 56.247 no período 2005-2010 – representando uma diminuição em torno de 5,7 mil pessoas. Apesar disso, o peso do Nordeste como origem dos imigrantes de data fixa da Bahia permaneceu basicamente inalterado em termos percentuais, passando de 24,8% no primeiro quinquênio de referência para 24,5% no segundo período.

No que tange à emigração, o Nordeste figurou com relativa estabilidade entre os períodos analisados, recebendo 59.147 pessoas originárias da Bahia no período 1995-2000, e 56.599 no período 2005-2010, representando uma diminuição de aproximadamente 2,5 mil pessoas. Em que pese essa redução absoluta no número de emigrantes para a Região Nordeste, a participação relativa teve um ligeiro incremento – passando de 11,4%, no período 1995-2000, para 12,1%, entre 2005-2010.

Os fluxos migratórios das regiões Centro-Oeste e Sul com a Bahia destoam, em alguma medida, daqueles observados com as regiões Sudeste e Nordeste. Enquanto se observou uma redução absoluta do número de imigrantes com origem nas regiões Sudeste e Nordeste, os contingentes partindo das regiões Centro-Oeste e Sul, para a Bahia, cresceram. O Centro-Oeste exibiu um aumento no número de seus imigrantes que tiveram a Bahia como origem, passando de 17.687 pessoas, no período 1995-2000, para 20.661 entre 2005-2010. Por outro lado, esta mesma região recebeu da Bahia um volume três vezes maior de migrantes nos dois quinquênios analisados, cerca de 64 mil, revelando uma tendência estável.

No que tange às trocas da Bahia com a Região Sul, os volumes de imigrantes cresceram entre os dois quinquênios, ainda que em número irrisório (806 indivíduos). Porém, o montante de emigrantes que a Bahia enviou para esta região quase duplicou – de 9,2 mil para 16,7 mil pessoas. Em termos relativos, o número de imigrantes da Região Sul no total do país teve mudança positiva, passando de 3,5% para 4,2%, entre os dois períodos analisados. Quanto à emigração, percebeu-se um aumento do fluxo migratório. No período 1995-2000, a Região Sul foi responsável pelo envio de um contingente aproximado de 9,2 mil pessoas, e no período 2005-2010, pela remessa de 16.657, representando um aumento de aproximadamente 7,4 mil



peças. A participação percentual do número de emigrantes dessa região no total do país, apesar de baixa relevância, exibiu um considerável incremento, passando de 1,8% para 3,6%, nos dois períodos analisados.

**Tabela 2**  
**Origem dos imigrantes e destino dos emigrantes interestaduais de data fixa da Bahia, por grandes regiões – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010**

Unidades da federação	Imigrantes				Emigrantes			
	1995-2000		2005-2010		1995-2000		2005-2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	6.749	2,7	7.448	3,2	11.095	2,1	9.701	2,1
Nordeste	62.019	24,8	56.247	24,5	59.147	11,4	56.599	12,1
Sul	155.278	62,0	135.223	59,0	374.856	72,4	319.659	68,5
Sudeste	8.838	3,5	9.644	4,2	9.186	1,8	16.657	3,6
Centro-Oeste	17.687	7,1	20.661	9,0	63.753	12,3	63.743	13,7
<b>Total migrantes</b>	<b>250.571</b>	<b>100,0</b>	<b>229.224</b>	<b>100,0</b>	<b>518.036</b>	<b>100,0</b>	<b>466.360</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2011b, 2011c). Elaborada pela SEI, 2012.

Nota: Imigrantes – excluem-se os migrantes internacionais e os ignorados.

Emigrantes – excluem-se os migrantes que não declararam UF/País de destino. São considerados os migrantes com 5 anos ou mais de idade.

Ao se analisar a Tabela 3, é possível entender a distribuição desses migrantes por UFs de origem e de destino com relação ao estado da Bahia. Em termos absolutos, observa-se que, no tocante à imigração para a Bahia, nos dois períodos, os fluxos migratórios mais vultosos tiveram origem no estado de São Paulo – 105.691 e 89.695, respectivamente. No entanto, apesar de São Paulo se constituir como a principal fonte do movimento de imigração para a Bahia, o peso da sua participação relativa nesse processo caiu de 42,2% para 39,1%, quando confrontados os dois períodos. O estado de Pernambuco, o segundo maior provedor de imigrantes para a Bahia, sofreu uma redução de 23,1 mil para 17,8 pessoas, resultando numa perda em torno de 5,3 mil imigrantes, entre os períodos 1995-2000 e 2005-2010. Além disso, Pernambuco também experimentou decréscimo na participação do número total de imigrantes, passando de 9,2% para 7,8% entre os dois períodos analisados.

Com relação à emigração, a maioria das pessoas ainda tem como principal destino São Paulo, cuja tendência de absorção mostra-se declinante, correspondendo a uma queda também de participação relativa no total de emigrantes do país, que passou de 53,5%, entre 1995-2000, para 46,1%, no período 2005-2010.

De acordo com a Tabela 3, o segundo colocado, em termos de absorção dos fluxos oriundos da Bahia no período mais recente, foi o Espírito Santo. Contudo, sua participação foi muito inferior à de São Paulo: 8,5% dos emigrantes registrados no período 2005-2010. Cabe ressaltar que os fluxos migratórios da Bahia em direção ao Espírito Santo, entre os dois períodos estudados, sofreram um ligeiro acréscimo em valores absolutos, os quais foram contabilizados em 31.743 pessoas, no primeiro período, e 39.523, no segundo.

**Tabela 3**  
**Origem dos imigrantes e destino dos emigrantes interestaduais de data fixa da Bahia,**  
**por unidade da federação – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010**

Unidades da federação	Imigrantes (origem)				Emigrantes (destino)			
	1995-2000		2005-2010		1995-2000		2005-2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%	1996 - 2000	%	2006 - 2010	%
Rondônia	1.134	0,5	1.014	0,4	2.621	0,5	1.895	0,4
Acre	76	0,0	68	0,0	190	0,0	378	0,1
Amazonas	755	0,3	682	0,3	819	0,2	841	0,2
Roraima	277	0,1	130	0,1	225	0,0	361	0,1
Pará	2.944	1,2	4.171	1,8	5.000	1,0	3.337	0,7
Amapá	29	0,0	55	0,0	170	0,0	134	0,0
Tocantins	1.535	0,6	1.330	0,6	2.071	0,4	2.756	0,6
Maranhão	1.941	0,8	1.935	0,8	1.729	0,3	2.555	0,5
Piauí	2.924	1,2	3.468	1,5	3.736	0,7	2.960	0,6
Ceará	6.655	2,7	7.509	3,3	7.346	1,4	5.181	1,1
Rio Grande do Norte	1.673	0,7	1.715	0,7	2.963	0,6	2.383	0,5
Paraíba	4.423	1,8	4.081	1,8	4.698	0,9	3.270	0,7
Pernambuco	23.139	9,2	17.872	7,8	17.696	3,4	18.165	3,9
Alagoas	7.832	3,1	8.141	3,6	3.885	0,7	4.351	0,9
Sergipe	13.433	5,4	11.526	5,0	17.094	3,3	17.733	3,8
Minas Gerais	19.859	7,9	20.627	9,0	36.772	7,1	38.101	8,2
Espírito Santo	14.447	5,8	11.010	4,8	31.743	6,1	39.523	8,5
Rio de Janeiro	15.280	6,1	13.891	6,1	29.035	5,6	27.031	5,8
São Paulo	105.691	42,2	89.695	39,1	277.306	53,5	215.005	46,1
Paraná	4.023	1,6	4.661	2,0	5.145	1,0	6.376	1,4
Santa Catarina	1.215	0,5	1.541	0,7	1.904	0,4	7.392	1,6
Rio Grande do Sul	3.600	1,4	3.443	1,5	2.136	0,4	2.889	0,6
Mato Grosso do Sul	1.299	0,5	1.317	0,6	1.621	0,3	2.216	0,5
Mato Grosso	1.891	0,8	2.199	1,0	4.479	0,9	3.538	0,8
Goiás	7.580	3,0	8.336	3,6	32.067	6,2	37.144	8,0
Distrito Federal	6.917	2,8	8.809	3,8	25.587	4,9	20.845	4,5
<b>Total</b>	<b>250.571</b>	<b>100,0</b>	<b>229.224</b>	<b>100,0</b>	<b>518.036</b>	<b>100,0</b>	<b>466.360</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2011b, 2011c). Elaborada pela SEI, 2012.

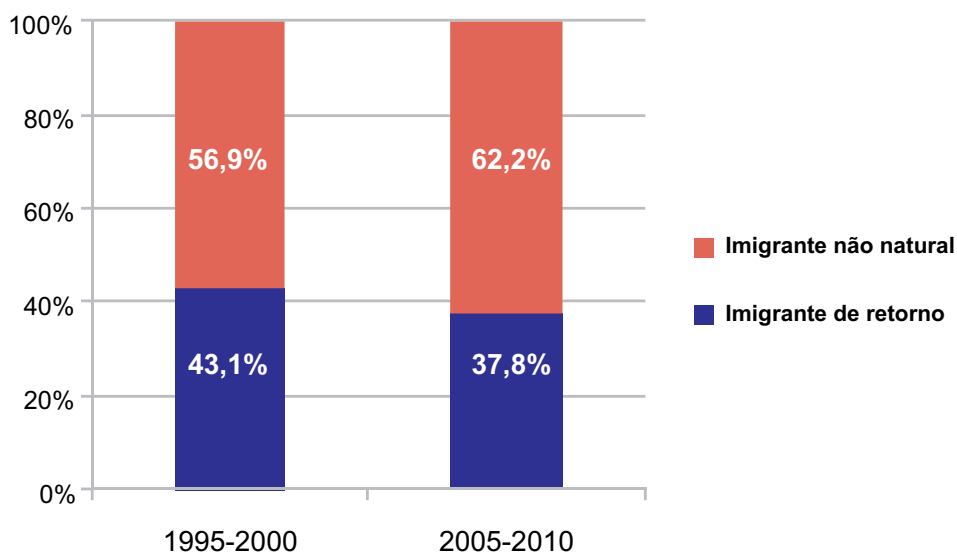
Notas: Imigrantes – excluem-se os migrantes internacionais e os ignorados.

Emigrantes – excluem-se os migrantes que não declararam UF/País de destino. São considerados os migrantes com 5 anos ou mais de idade.

## IMIGRAÇÃO DE RETORNO

A partir da década de 90, um novo cenário nos movimentos migratórios interestaduais no país se delineou, mostrando uma tendência de crescimento da migração de retorno. Como migrante de retorno considera-se o indivíduo que, sendo natural de uma unidade da Federação na qual estava residindo na data de referência do Censo, não declarou este mesmo estado como local de residência em 1995 ou 2005, conforme o Censo considerado (2000 ou 2010).

Com base no Gráfico 3, embora a análise feita para ambos os períodos tenha apresentado uma queda nos imigrantes de retorno para a Bahia, os percentuais encontrados permaneceram elevados: a participação, no total da imigração, passou de 43,1%, entre 1995-2000, para 37,8%, no período 2005-2010 (Gráfico 3).



**Gráfico 3**  
Proporção de imigrantes interestaduais, segundo condição de retorno ou não natural  
Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2011b, 2011c).

Nota: São considerados os imigrantes com 5 anos ou mais de idade.

De acordo com a Tabela 4, em ambos os períodos analisados, a Região Sudeste foi a principal origem da imigração interestadual do estado da Bahia. Este cenário se repetiu tanto para o total dos imigrantes de retorno como no grupo dos migrantes não naturais. Apesar da redução de um período para o outro, em ambas as categorias analisadas (imigrante de retorno e imigrante não natural), os percentuais continuaram elevados: a participação dos imigrantes de retorno passou de 77,3%, no período 1995-2000, para 70,7%, em 2005-2010. Os imigrantes não naturais, por sua vez, representavam 50,3% do total de imigrantes no primeiro período analisado e 49,9% no segundo. Entre esses dois momentos, percebeu-se uma redução na participação dos imigrantes de retorno apenas na Região Sudeste. Por outro lado, foi regis-

trado um crescimento nas participações relativas dos conjuntos de imigrantes de retorno e não naturais em ambos os períodos analisados para as regiões Norte, Sul e Centro-Oeste.

O Nordeste teve participação relativa de 10,5% no total de imigrantes de retorno, no período de 1995-2000, e de 13,2% em 2005-2010, cifras menores apenas do que as apresentadas pela Região Sudeste nos dois períodos. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste registraram aumento de suas contribuições de imigrantes de retorno de um período para o outro, embora em termos absolutos suas contribuições tenham diminuído. A participação da Região Nordeste na imigração de não naturais para a Bahia foi expressiva em ambos os períodos (35,6% e 32,6%, respectivamente), sendo menor apenas do que a constatada na Região Sudeste.

**Tabela 4**  
Imigrantes de retorno e não naturais de data fixa, segundo grandes regiões de origem  
Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Grandes regiões de origem	2000				2010				Total			
	Imigrante de retorno		Imigrante não natural		Imigrante de retorno		Imigrante não natural		2000		2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Norte	2.907	2,7%	3.842	2,7%	2.043	3,3%	5.405	3,8%	6.749	2,7%	7.448	3,2%
Nordeste	11.317	10,5%	50.702	35,6%	9.824	13,2%	46.423	32,6%	62.019	24,8%	56.247	24,5%
Sudeste	83.579	77,3%	71.699	50,3%	64.104	70,7%	71.119	49,9%	155.278	62,0%	135.223	59,0%
Sul	1.651	1,5%	7.187	5,0%	2.098	2,8%	7.546	5,3%	8.838	3,5%	9.644	4,2%
Centro-Oeste	8.643	8,0%	9.044	6,3%	8.567	9,9%	12.094	8,5%	17.687	7,1%	20.661	9,0%
<b>Total</b>	<b>108.097</b>	<b>100,0%</b>	<b>142.474</b>	<b>100,0%</b>	<b>86.637</b>	<b>100,0%</b>	<b>142.588</b>	<b>100,0%</b>	<b>250.571</b>	<b>100,0%</b>	<b>229.224</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Censo Demográfico (2011b, 2011c). Elaborada pela SEI.

Notas: Imigrantes – excluem-se os migrantes internacionais e os ignorados.

Emigrantes – excluem-se os migrantes que não declararam UF/País de destino. São considerados os migrantes com 5 anos ou mais de idade.

Em termos absolutos, observou-se uma reversão no cenário migratório: no período 1995-2000, o total de imigrantes de retorno para o estado da Bahia oriundos do Sudeste (83.579) era maior do que os migrantes não naturais (71.699). Em 2010, 52.760 imigrantes retornaram à Bahia, enquanto os imigrantes não naturais somaram 71.119. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram redução do número de imigrantes de retorno – saindo de 2.907 (no período 1995-2000) para 2.043 (entre 2005-2010), e de 8.643 (no período 1995-2000) para 8.567 (entre 2005-2010), respectivamente (Tabela 4).

Ainda sobre a Tabela 4, é possível afirmar que a imigração de retorno para o estado da Bahia, em termos relativos, aumentou em quase todas as grandes regiões do país, exceto na Região Sudeste. Em termos absolutos, apenas a Região Sul teve crescimento ao longo dos períodos analisados. No que tange aos migrantes não naturais para a Bahia, verificou-se que houve aumentos, tanto em termos absolutos quanto relativos, apenas nas regiões Norte, Sul e Sudeste.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses comentários finais, são discutidas algumas constatações e proposições da análise das tendências de imigração, emigração e das trocas migratórias na Bahia. Sendo assim, resolveu-se focar as questões tipicamente do estado da Bahia, apesar de comentários e análises presentes no capítulo acerca do comportamento migratório de outras regiões e estados do país, que também foram abordados com o intuito de se obter um melhor efeito comparativo com o comportamento do migrante baiano e nordestino.

Observou-se uma diminuição no volume dos fluxos interestaduais da Bahia, tendência já observada em outras localidades do cenário nacional, porém com a permanência da participação percentual do estado no agregado das outras unidades da Federação.

Nesse sentido, procurou-se caracterizar os fluxos migratórios em termos de origem e destino dos migrantes da Bahia. Percebeu-se que, quanto à imigração, a Região Sudeste ocupou posição de destaque como principal origem dos imigrantes da Bahia, tanto no período 1995-2000 quanto entre 2005-2010. No que tange à emigração, essa região também se constituiu como o maior destino dos emigrantes da Bahia. A Região Nordeste apareceu como a segunda maior fornecedora de imigrantes e o segundo destino mais procurado por emigrantes da Bahia, em termos absolutos, apesar de mostrar relativa estabilidade entre os períodos analisados. O estado de São Paulo, apesar de se constituir como principal origem e destino dos movimentos migratórios mais volumosos da Bahia, vem perdendo força de atração, o que se percebe por meio da redução no volume das trocas, tanto em números absolutos como na participação do total das imigrações.

Sendo assim, a análise da situação da Bahia no que se refere à emigração e à imigração mostrou uma tendência declinante, apresentando uma queda no número absoluto de imigrantes (determinada basicamente pela redução dos imigrantes de retorno) e também de emigrantes. Contudo, a magnitude da redução absoluta de emigrantes foi mais significativa do que a queda absoluta de imigrantes. Ou seja, houve uma diminuição de 51.676 emigrantes entre os períodos 1995-2000 e 2005-2010, contra uma queda de 21.047 imigrantes entre os mesmos períodos.

Foi constatado que a migração de retorno para o estado da Bahia tem aumentado em relação a todas as regiões do país em termos relativos, exceto no caso da Região Sudeste. De acordo com o exposto ao longo do texto, não obstante a análise para ambos os períodos ter apresentado uma sensível queda nos imigrantes de retorno para a Bahia, os percentuais encontrados permaneceram elevados, evidenciados pelo fato de os valores da participação relativa no total das imigrações terem se mantido ainda expressivos – 43,1% (no período 1995-2000) e 34,3% (no período 2005-2010).

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, N. A. de. *Tocantins: cidades e urbanismo em três modelos históricos*. Brasília: ANPPAS, 2006.
- BAENINGER, R. *Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI*. Caxambu, MG: ABEP, 2008.
- \_\_\_\_\_. Migração, migrações. *Idéias*, Campinas, SP, n. 2, p. 31-41, 2011.
- \_\_\_\_\_. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes: Brasil, 1980-1996. In: BAENINGER, R. *Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste 3*. Campinas, SP: Unicamp; Núcleo de Estudos de População, 2000. (Textos NEPO, 35). Disponível em: <[http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos\\_nepo/textos\\_nepo\\_35.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_35.pdf)>. Acesso em: 6 set. 2012.
- BORGES, A. Sobre o atraso no processo de urbanização da Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: CEI, v. 3, n. 2, p. 57-71, set. 1993.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default\\_censo1991.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm)>. Acesso em: 7 nov. 2011a.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 7 nov. 2011b.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 7 nov. 2011c.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, 621).
- CUNHA, J. M. P. da; BAENINGER, R. *A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças*. Campinas, SP: [s.n.], 2000.
- GOLGHER, A. B. *Fundamentos da migração*. Belo Horizonte: UFMG; Cedeplar, 2004. (Texto para discussão).
- LOPES, D. M. F. A dinâmica demográfica recente da Bahia e alguns de seus impactos sociais. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 31, p. 18-22, dez. 1996.
- OLIVEIRA, A. T. R. de; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. *O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- PATARRA, N. L. O Brasil: país de imigração? *e-metropolis*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, jun. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços*. Rio de Janeiro: ENCE, 2003. (Textos para discussão, Escola Nacional de Estatística, 7).
- SIQUEIRA, L. B. O. de; MAGALHÃES, A. M. N.; SILVEIRA, R. M. da. Uma análise da migração de retorno no Brasil: perfil do migrante de retorno, a partir do Censo de 2000. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 11., 2006, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Anpec, 2006.
- SOUZA, G. A. A. *Tendências da imigração e emigração na Bahia 1950/80*. Salvador: UFBA; CRHFINEP, 1985. Relatório da pesquisa Dinâmica do crescimento e da redistribuição espacial da população baiana, 1950-1980. Mimeografado.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Dinâmica demográfica da Bahia: mudanças recentes. Salvador: SEI, 1996. 70 p. (Série estudos e pesquisas, 29).
- \_\_\_\_\_. *Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990: tendências e perfis sociodemográficos*. Salvador: SEI, 2006. (Série estudos e pesquisas, 76).

# MIGRAÇÃO INTRAESTADUAL DA BAHIA: UMA ANÁLISE DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE E MUNICÍPIOS A PARTIR DOS CENSOS DE 2000 E 2010

*Isaac Aroucha Coimbra Lou\**  
*Lis Helena Borges\*\**  
*Roberta Pimenta\*\*\**  
*André Luís Melo de Oliveira\*\*\*\**

## INTRODUÇÃO

As migrações internas no Brasil têm sofrido, nas últimas décadas, alterações em termos de volume e direção dos fluxos, como resultado de um conjunto de fenômenos em curso no país. O processo migratório interestadual da Bahia, a partir da industrialização brasileira, apresenta uma tendência histórica de saldos negativos, devido ao significativo volume de emigrantes com destino à Região Sudeste do país, especialmente para o estado de São Paulo. Comparando-se os censos de 2000 e 2010, observou-se que, apesar de a Bahia continuar exibindo saldos migratórios negativos, o volume dessas perdas caiu.

Percentualmente, a participação do número de emigrantes do estado no total da emigração do país não sofreu alterações (permanecendo em 10%). Dada essa diminuição no volume dos emigrantes da Bahia nos fluxos interestaduais e a permanência do mesmo nível de participação do estado no agregado das outras unidades da federação, é possível considerar que, ao invés de haver uma redução ou estagnação no processo de migração, esse quadro representa uma tendência de ampliação dos processos de migração intraestadual – tendência esta já observada em outras localidades do cenário nacional, como constatou Baeninger (2008).

A partir deste cenário, buscou-se investigar as principais características dos movimentos migratórios intraestaduais na Bahia, através da análise do quesito de data fixa<sup>1</sup> do Censo Demográfico nos períodos 1995-2000 e 2005-2010. Utilizaram-se, para tanto, duas metodolo-

\* Especialista em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em Ciências Econômicas pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (Cesmac). Coordenador de Estudos Sociopopulacionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). isaaclou@sei.ba.gov.br

\*\* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). borgeslis@gmail.com

\*\*\* Especialista em Educação a Distância pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e em Educação Matemática pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). roberta\_pimentta@hotmail.com

\*\*\*\* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnico da Coordenação de Estudos Sociopopulacionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). andreluisoliveira@sei.ba.gov.br

<sup>1</sup> O quesito de data fixa, contemplado nos questionários dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, possibilita a investigação do local de residência do indivíduo cinco anos antes do recenseamento. Entendeu-se, neste trabalho, como migrante de data fixa aquele indivíduo que cinco anos atrás se encontrava residindo em outro município da Bahia que não aquele da data do recenseamento.

gias de análise: (i) a divisão dos 417 municípios em 27 territórios de identidade<sup>2</sup> e (ii) a análise dos municípios com os maiores volumes de troca através das imigrações, emigrações e/ou saldos migratórios.

O trabalho conta com quatro seções, além desta introdução. A primeira busca apresentar os aspectos demográficos dos territórios de identidade da Bahia, revelando alguns dados sobre a população – taxa de crescimento, taxa de urbanização, razão de sexo, razão de dependência e índice de envelhecimento – e situando a migração neste contexto. A segunda traz uma breve leitura do processo de desenvolvimento da economia baiana, a partir da década de 1950, destacando a regionalização e localização das “ilhas de desenvolvimento”, que coincidem com as localidades mais representativas do ponto de vista da migração. A terceira destina-se à caracterização da migração interna da Bahia a partir dos volumes de imigrantes, emigrantes, saldos migratórios e índice de eficácia migratória. Na última seção, são tecidas as considerações finais.

## ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA

Numa população aberta – sujeita à entrada e à saída de pessoas –, o crescimento se dá através da correlação de quatro componentes demográficos: fecundidade, mortalidade, imigração e emigração. Dessa forma, a dinâmica demográfica populacional depende tanto de fatores endógenos – sociobiológicos – como exógenos – resultantes dos deslocamentos espaciais, todos eles associados a fatores sociais, econômicos, políticos e culturais próprios de cada população (MURICY, 2003). Nessa perspectiva, a autora ressalta que

[...] as redefinições nos padrões de reprodução demográfica encontram-se articuladas a modificações nas diversas esferas sociais e não existe um único padrão a ser seguido pelas sociedades, mas uma diversidade de padrões que definem e ganham consistência nas multiplicidades das relações e interações sociais que os indivíduos estabelecem coletivamente e que dão sentido à sua existência. (MURICY, 2003, p.17).

Desde as primeiras décadas do século XX até a metade dos anos 1960, a Bahia sofreu transformações em seus padrões de reprodução demográfica caracterizadas por uma forte queda

<sup>2</sup> Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 territórios de identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, sendo que as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (BAHIA, 2013).



da mortalidade, associada a uma elevação dos níveis médios globais da fecundidade. Essa combinação resultou em mudanças nas diversas camadas da pirâmide etária do estado. A partir de meados dos anos 1960 até fins dos anos 1990, a redução contínua da mortalidade, juntamente com o declínio persistente e acelerado da fecundidade, demandou novas práticas sociais, indicando a transformação dos padrões de reprodução demográfica. As décadas de 2000 e 2010 foram marcadas pela consolidação dessas tendências.

À medida que a Bahia sofria mudanças nos mecanismos endógenos de reprodução demográfica, os movimentos migratórios também passavam por modificações significativas. Desde os anos 1940 até a década de 1980, a emigração de baianos para outros estados brasileiros assumiu importância, devido aos diversos ciclos econômicos que influenciaram fortemente os movimentos migratórios no país. A partir de 1980, com o arrefecimento do crescimento urbano e o surgimento de novos fluxos, além dos reflexos da crise econômica que marcaram a década anterior, a migração de retorno se tornou uma das principais modalidades de movimentos migratórios com direção ao estado. Nas duas últimas décadas, 2000 e 2010, registrou-se, inicialmente, um crescimento da imigração de retorno para a Bahia e, em seguida, no quinquênio 2005-2010, esse fluxo mudou de sentido, apresentando queda e contrariando a expectativa de estudiosos de tendência crescente dos imigrantes baianos retornados para o estado (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006).

### **Aspectos demográficos dos territórios de identidade**

Este capítulo visa apresentar uma breve análise dos aspectos demográficos dos territórios de identidade (TIs), dando ênfase, quando possível, àqueles com maiores volumes de deslocamentos migratórios intraestaduais de data fixa, registrados em 2010 e estudados no presente trabalho. São eles: Metropolitano de Salvador, Litoral Sul, Portal do Sertão, Recôncavo, Costa do Descobrimento e Litoral Norte e Agreste Baiano. O primeiro aspecto a ser avaliado é o volume da população e o seu crescimento ao longo dos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

Até o Censo Demográfico 2010, o TI Metropolitano de Salvador concentrou 24,5% da população baiana, com cerca de 3,4 milhões de habitantes. Os TIs com os maiores volumes de trocas migratórias intraestaduais também estão entre os dez mais populosos, exceto Costa do Descobrimento, que detém pouco mais de 2% da população do estado. Em que pesem os volumes populacionais, os TIs que se destacaram com os maiores crescimentos populacionais, ao longo dos dois períodos, foram Bacia do Rio Grande e Costa do Descobrimento, que atingiram 2,4% e 1,6%, superando, inclusive, o Metropolitano de Salvador (1,4%). O TI de maior perda populacional entre as décadas de 2000 e 2010 – Litoral Sul – foi um dos que mais enviaram migrantes no período 2005-2010, atingindo um crescimento negativo de 0,9% (Tabela 1).

**Tabela 1**  
**População residente e taxa de crescimento, segundo os territórios de identidade**  
**Bahia – 2000-2010**

Território de identidade	2000	2010	Taxa de crescimento (%a.a)
Metropolitano de Salvador	3.005.667	3.438.844	1,4
Portal do Sertão	776.046	872.780	1,2
Litoral Sul	845.714	772.683	-0,9
Vitória da Conquista	709.821	695.302	-0,2
Litoral Norte e Agreste Baiano	561.414	628.236	1,1
Sisal	554.392	582.329	0,5
Recôncavo	541.033	576.672	0,6
Sertão do São Francisco	447.779	494.431	1,0
Sertão Produtivo	422.863	444.666	0,5
Extremo Sul	372.170	416.859	1,1
Semiárido Nordeste II	401.677	407.928	0,2
Irecê	381.810	402.828	0,5
Bacia do Rio Grande	313.586	398.034	2,4
Chapada Diamantina	367.877	371.864	0,1
Velho Chico	349.689	370.095	0,6
Médio Rio de Contas	391.480	366.507	-0,7
Baixo Sul	327.907	359.109	0,9
Costa do Descobrimento	292.680	343.347	1,6
Vale do Jequiriçá	300.224	301.682	0,0
Piemonte do Paraguaçu	256.566	265.630	0,3
Piemonte Norte do Itapicuru	249.429	261.901	0,5
Médio Sudoeste da Bahia	245.399	247.180	0,1
Bacia do Jacuípe	240.162	237.267	-0,1
Piemonte da Diamantina	223.245	229.633	0,3
Bacia do Rio Corrente	200.259	200.819	0,0
Itaparica	149.749	167.118	1,1
Bacia do Paramirim	157.132	163.162	0,4
<b>Bahia</b>	<b>13.085.769</b>	<b>14.016.906</b>	<b>0,7</b>

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborada pela SEI/IPEA.

Em 2010, a taxa de urbanização<sup>3</sup> da Bahia foi de 72,1%. O TI Metropolitano de Salvador concentrou quase a totalidade de sua população em áreas urbanas, ao passo que Bacia do Paramirim registrou uma taxa de urbanização de 7,0%, a menor do estado, mas ficou entre

<sup>3</sup> Proporção de pessoas residentes em áreas urbanas.

os TIs com maior crescimento deste indicador nos dois quinquênios analisados (Tabela 2). Vitória da Conquista apresentou a maior evolução deste índice entre os períodos (11,7 %).

Território de identidade	Taxa de urbanização		Variação 2000-2010
	2000	2010	
Metropolitano de Salvador	98,4	98,7	0,3
Litoral Sul	75,1	81,9	6,8
Costa do Descobrimento	77,4	79,7	2,3
Médio Sudoeste da Bahia	70,1	78,8	8,7
Médio Rio de Contas	70,0	78,1	8,2
Portal do Sertão	73,9	78,1	4,2
Extremo Sul	70,2	76,7	6,5
Itaparica	66,6	70,2	3,6
Recôncavo	65,5	69,2	3,7
Bacia do Rio Grande	59,7	66,8	7,1
Vitória da Conquista	53,1	64,8	11,7
Sertão do São Francisco	58,0	63,9	5,9
Litoral Norte e Agreste Baiano	62,1	63,9	1,8
Piemonte do Paraguaçu	59,3	63,5	4,3
Piemonte da Diamantina	55,6	61,6	6,0
Irecê	58,6	61,4	2,8
Vale do Jequiçá	54,1	57,9	3,8
Piemonte Norte do Itapicuru	50,0	55,1	5,1
Sertão Produtivo	48,3	54,7	6,4
Baixo Sul	49,0	53,2	4,2
Bacia do Jacuípe	41,7	51,6	9,9
Chapada Diamantina	42,1	48,4	6,3
Velho Chico	42,6	46,6	4,0
Bacia do Rio Corrente	41,2	46,5	5,3
Semiárido Nordeste II	38,6	44,9	6,3
Sisal	36,9	42,8	5,9
Bacia do Paramirim	29,2	36,2	7,0
<b>Bahia</b>	<b>67,0</b>	<b>72,1</b>	<b>5,1</b>

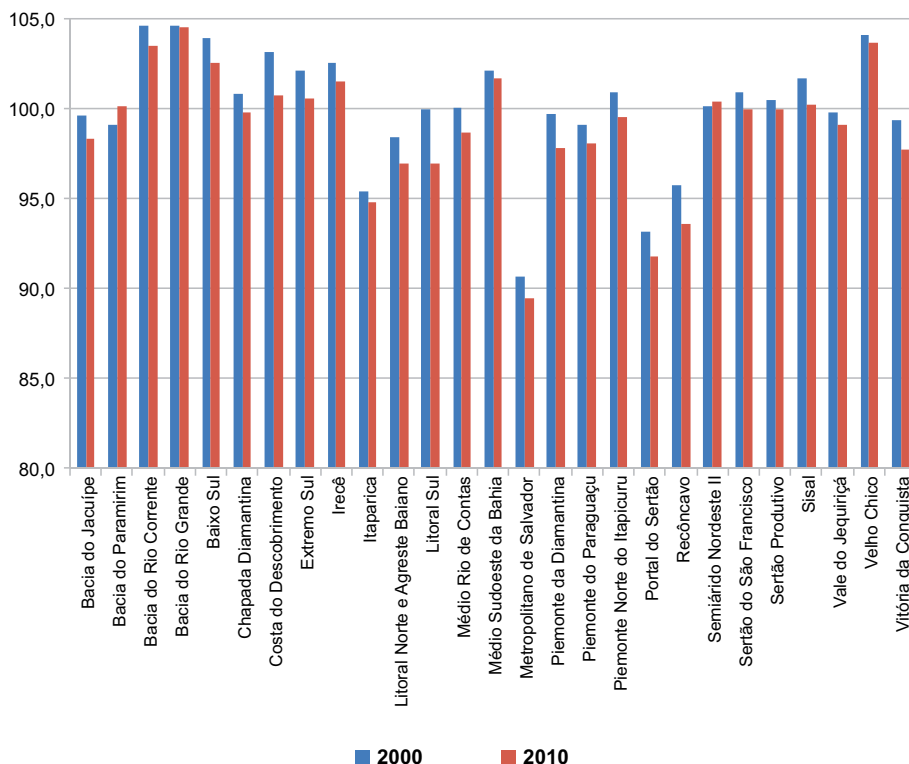
Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborada pela SEI/IPEA.

O indicador razão de sexo mede a relação entre o número de pessoas do sexo masculino para cada 100 pessoas do sexo feminino. Este dado é útil para analisar questões relacionadas a gênero, como mortalidade e expectativa de vida, visto que ambas são diferenciadas para os sexos. Nesse sentido, como “[...] as taxas de mortalidade para homens são maiores que para mulheres, há uma tendência de diminuição da razão de sexo com o aumento da idade, quando o número acumulado de mulheres sobreviventes é maior que o de homens” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012, p. 25).

Em 2010, a razão de sexo atingiu 96,4 para a Bahia, um pouco menor do que o registrado no censo anterior (97,8). Isso significa, de uma maneira geral, uma redução do peso de pessoas do sexo masculino sobre o total da população.

Analisando-se a composição da população por sexo nos TIs, nota-se que a participação de mulheres é maior em algumas dessas áreas em relação à presença no estado. Bacia do Rio Grande (104,5), Velho Chico (103,7), Bacia do Rio Corrente (103,5), Baixo Sul (102,6), Médio Sudoeste da Bahia (101,7) e Irecê (101,5) foram os TIs que apresentaram as razões de sexo mais elevadas, enquanto Itaparica (94,9), Recôncavo (93,6), Portal do Sertão (91,8) e Metropolitano de Salvador (89,5) exibiram os valores mais baixos para este indicador em 2010. Costa do Descobrimento, Extremo Sul, Semiárido Nordeste II, Sisal, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo e Sertão do São Francisco apresentaram um relativo equilíbrio, com a razão de sexo de aproximadamente 100 em 2010.

Quase todos os TIs tiveram redução deste indicador entre os períodos 2000 e 2010, exceto Bacia do Paramirim, que teve aumento de 1,0, e Semiárido Nordeste II, com incremento menos significativo (0,3). Litoral Sul foi o TI que apresentou maior perda de pessoas do sexo masculino (2,2). Em 2010, pelo menos dez TIs mostraram equilíbrio entre os sexos: Costa do Descobrimento, Extremo Sul, Semiárido Nordeste II, Sisal, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Sertão do São Francisco, Chapada Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru e Vale do Jequiçá. Nesses TIs, havia praticamente 100 homens para cada 100 mulheres.

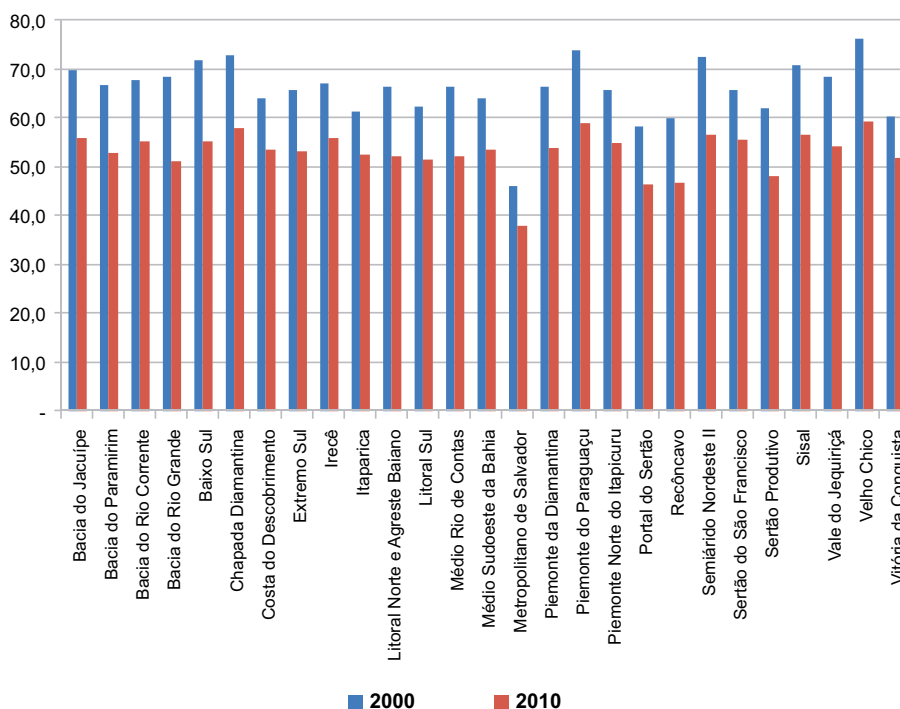


**Gráfico 1**  
Razão de sexo, segundo os territórios de identidade – Bahia – 2000/2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

A razão de dependência de jovens e idosos é um indicador que mensura a relação entre o número de pessoas consideradas inativas (menores de 15 anos ou com 60 ou mais anos de idade) e de pessoas potencialmente ativas (com 15 a 59 anos de idade), ou seja, mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva.

Na Bahia, em 2010, a razão de dependência foi de aproximadamente 49 pessoas economicamente dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa, enquanto em 2000 esse indicador atingiu 60,5, mostrando que houve uma redução do grupo economicamente dependente em relação às pessoas potencialmente ativas. Ao se analisar esse indicador para os TIs, segundo o Censo 2010, Velho Chico e Piemonte do Paraguaçu apresentaram os maiores números – 59,4 e 58,8, respectivamente –, mas inferiores aos registrados pelo Censo 2000 – 76,2 e 59,4. No outro extremo apareceu Metropolitano de Salvador como o TI com a menor razão de dependência em ambos os quinquênios – 46 em 2000 e 38 em 2010 (Gráfico 2).

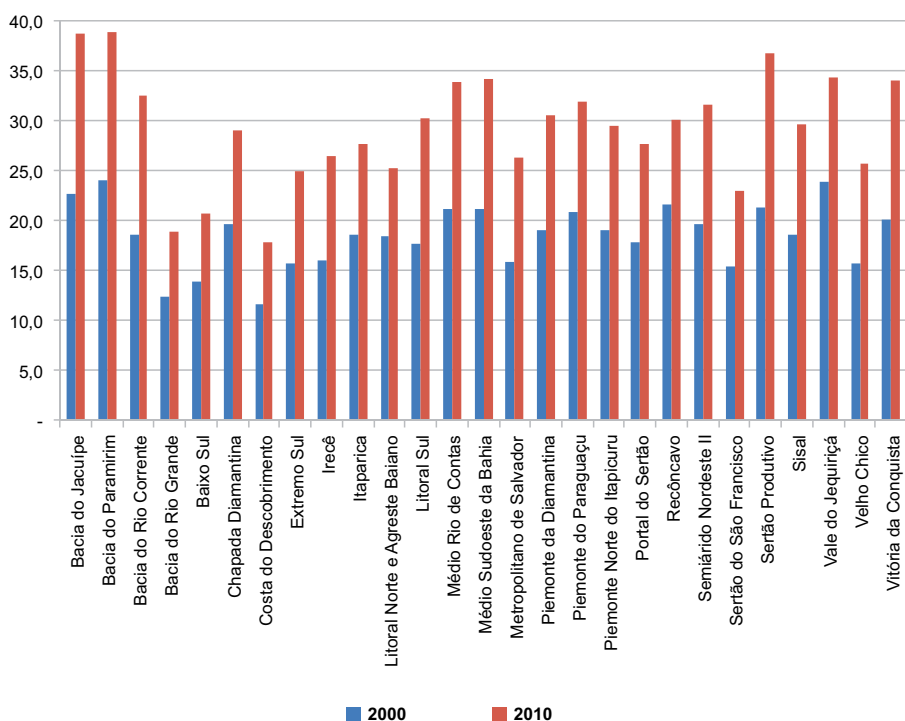


**Gráfico 2**  
Razão de dependência de jovens e idosos, segundo os territórios de identidade  
Bahia – 2000/2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

O índice de envelhecimento populacional é útil para avaliar o processo de envelhecimento da população. É calculado pela razão entre o número de pessoas de 60 anos ou mais de idade para cada 100 pessoas de menos de 15 anos de idade. Em 2010, a Bahia registrou 28,3, número consideravelmente superior ao verificado na década anterior (17,9). Esse dado revela que houve redução da participação do grupo etário de menos de 15 anos e aumento da presença das pessoas de 60 anos ou mais de idade, reflexo do envelhecimento da população baiana.

Sob a perspectiva dos TIs, em 2010, Bacia do Paramirim apresentou o maior índice de envelhecimento – aproximadamente 39 pessoas, para cada grupo de 100 pessoas menores de 15 anos –, bastante superior ao verificado em 2000 (24 pessoas) e ao registrado para a Bahia em ambas as décadas. Este fato confirma a tendência da ampliação do contingente desta faixa etária observada na análise da razão de dependência exibida no presente trabalho. Costa do Descobrimento registrou o menor valor deste indicador tanto em 2000 como em 2010 – 11,6 e 17,9, respectivamente (Gráfico 3).



**Gráfico 3**  
Índice de envelhecimento, segundo os territórios de identidade – Bahia – 2000/2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

## CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA BAIANA: BREVE HISTÓRICO

A análise da dinâmica econômica e social da Bahia proporciona a identificação de elementos de grande importância para as discussões sobre os processos de configuração das áreas de atração ou expulsão populacional. Sabe-se, contudo, que são diversos os elementos que influenciam a decisão de migrar, e não se pretende aqui explicá-los ou reduzi-los a apenas aspectos econômicos. Na tentativa de entender a distribuição migratória no estado, busca-se construir um breve panorama do processo de evolução da economia baiana, identificando as regiões que apresentam maior dinamismo.

Até a primeira metade do século XX, a economia baiana caracterizou-se como agroexportadora. Condições favoráveis para a introdução da cultura da cana-de-açúcar para exportação colonial foram observadas no litoral do estado, o que concentrou o desenvolvimento de atividades correlatas ao redor da Baía de Todos-os-Santos. Considerando-se a região do interior, o modelo agroexportador mostrou-se inadequado. Adotou-se então uma economia caracterizada pela policultura, vinculada ao atendimento do mercado interno, principalmente

da área onde se desenvolviam as atividades voltadas para a exportação. Dessa maneira, essas estruturas econômicas influenciaram na forma de ocupação e povoamento do estado durante o período colonial, acentuando o processo de urbanização do litoral e tornando escasso e rural o povoamento na região do interior (ALVES, 2003).

No período seguinte, durante a segunda metade do século XX, deu-se início ao processo de industrialização, nos moldes concentradores do modelo anterior. As atividades econômicas se desenvolveram sob influência do planejamento estatal, facilitando a implantação de empreendimentos de capital privado (sob a forma de subsídios, isenções de impostos, doações de terrenos e financiamentos) ou assumindo o papel de investidor e sócio desses capitais, com participação do governo federal, através das agências de fomento. O reflexo negativo desses investimentos governamentais foi a sua concentração na Região Metropolitana de Salvador (RMS), o que ampliou as desigualdades econômicas e sociais do estado (ALVES, 2003).

As transformações ocorridas a partir de 1950 até a década de 1980 representaram a transição de uma estrutura predominantemente agroexportadora para uma economia industrializada e voltada para a produção de bens intermediários. A implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), no município de São Francisco do Conde, na década de 1950, simboliza o início do processo de industrialização no estado. Destacam-se, como efeitos dessa implantação, a criação de infraestrutura para o funcionamento de uma indústria de grande porte e a geração de demanda local para a manutenção de equipamentos de refino de petróleo (CAVALCANTE, 2008).

Na segunda metade da década de 1960, ressalta-se a implantação do Complexo Industrial de Aratu (CIA), na Região Metropolitana de Salvador, nos municípios de Simões Filho e Candeias. Foram realizados investimentos estaduais em infraestrutura voltados para instalações industriais, como o acesso ao Porto de Aratu, anéis rodoviários para a ligação com os canais de escoamento, ferrovia e insumos industriais como energia e água (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). Tal processo favoreceu o crescimento de Candeias, São Francisco do Conde e Camaçari.

Durante as décadas de 1960 e 1980, desenvolveu-se uma política estadual de integração de mercados, com o objetivo de estimular a industrialização. Houve algumas iniciativas de criação dos chamados “polos de industrialização” no interior do estado. Podem ser citados, conforme Spinola (2003), o Centro Industrial do Subaé (1969) – em Feira de Santana –, e os distritos industriais de Vitória da Conquista (1972), Juazeiro (1972), Ilhéus (1973) e Jequié (1976). Essas unidades foram criadas com o objetivo de gerar desenvolvimento industrial no interior da Bahia, levando em conta as características e potenciais econômicos de cada região e buscando diminuir os movimentos dos fluxos migratórios, que tinham como destino principal a RMS. Contudo, segundo Spinola (2003), o segmento industrial permaneceu concentrado no entorno da cidade de Salvador, apesar de esses centros proporcionarem relevante impacto nas economias locais.



Em 1978 foi implantado o Polo Petroquímico de Camaçari, que proporcionou uma significativa modificação na economia baiana, alterando sua estrutura. Foram criados empregos diretos e indiretos, e a massa salarial gerada proporcionou impactos sentidos no crescimento do comércio local e dos municípios do entorno e no mercado imobiliário de Salvador.

A partir dos anos 1990, a estratégia de desconcentração estadual da economia, que visava à interiorização do desenvolvimento, proporcionou a criação de novos distritos. Nesse período, de acordo com Spinola (2003), foram implantados os distritos industriais de Barreiras (1992), Teixeira de Freitas (1993), Alagoinhas (1996), Itapetinga (1997), Eunápolis (1998) e Itororó (1998).

Em 1995, o governo criou o Polo de Informática de Ilhéus, motivado pelas ações de desconcentração econômica e pela crise prolongada da produção do cacau – principal atividade econômica da região. Essas empresas possuíam ênfase na montagem de equipamentos de informática e eletrônicos, além de serem intensivas em mão de obra.

Ainda na década de 1990, iniciou-se a expansão da indústria de papel e papelão, caracterizada por grandes empreendimentos produtores de celulose e papel no extremo sul do estado. A produção de celulose na Bahia tem como característica a reduzida relação com as outras atividades do estado. Desta forma, apesar de esses investimentos terem contribuído para a desconcentração econômica, sua implantação resultou em pontos industriais isolados, com poucos efeitos disseminadores nas áreas em que foram instalados (CAVALCANTE, 2008).

Em 1991, o governo considerava que a Bahia possuía excelentes condições para a implantação de complexos agroindustriais, e a irrigação constituía o mais importante fator de modernização e expansão da agricultura baiana. Assim, na região oeste do estado, desenvolveu-se a lavoura de grãos, especialmente a sojicultura, com significativa importância e volume de produção. Além da sojicultura, destacam-se as lavouras de milho, algodão e café, em unidades de elevado nível tecnológico.

O Baixo Médio São Francisco exibiu relevante crescimento da agroindústria durante a década de 1990. A partir da expansão da produção agrícola irrigada, consolidou-se como um polo exportador de uva e manga, tendo Juazeiro como principal município.

Os anos 2000 começaram com os primeiros resultados da implantação de um importante investimento, realizado com o intuito de aumentar a industrialização no estado. Este projeto consistiu no Complexo Automotivo da Ford, no município de Camaçari, o que aumentou a concentração de indústrias no entorno da capital. Os efeitos da montadora na economia local foram sentidos sobre a geração de empregos diretos e indiretos, proporcionados tanto pela empresa como por seus fornecedores associados (sistemistas).

Como parte de um plano de diversificação produtiva das atividades baianas, foi lançado o Projeto Desenvolve, uma política de atração de investimentos para estimular a produção e a renda no estado. Neste contexto, de acordo com Pessoti e Silva (2011), vieram para a Bahia, entre 2000 e 2010, diversas indústrias de diferentes áreas, atraídas pelas isenções fiscais. Além

da Ford, são destaques, pelo volume de investimento, pela geração de empregos e pelo valor agregado, a Veracel Celulose, atualmente maior produtora de celulose do mundo, localizada no município de Eunápolis; a Monsanto, dedicada à produção de fertilizantes, em Camaçari; e diversas indústrias de calçados, grandes geradoras de empregos. Essas últimas contribuíram para aumentar o número de empresas no interior do estado, apesar de a inserção ter sido pouco desconcentrada. Considerando-se a política de implantação de distritos industriais, o mais recente foi criado em 2002 e se localiza no município de Luís Eduardo Magalhães (SPINOLA, 2003).

Objetivando ampliar a participação do PIB baiano nas economias regional e nacional e agregar competitividade a alguns segmentos econômicos, a partir dos anos 2000, os governos estadual e federal criaram os arranjos produtivos locais (APL)<sup>4</sup>. Segundo Ferreira Júnior (2009), até 2010, havia 14 APLs na Bahia, todos articulados em torno do Programa Progredir, coordenado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado da Bahia (Secti) e com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Eles beneficiavam os seguintes setores/municípios: fornecedores automotivos (RMS, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas); caprinovinocultura (Senhor do Bonfim, Andorinha, Jussara, Pintadas, Ponto Novo e Juazeiro); confecções (RMS e Feira de Santana); derivados de cana (Abaíra, Piatã, Mucugê, Utinga, Rio de Contas, Jussiape, Vale do Rio Gavião, Piripá, Licínio de Almeida, Cordeiros, Caculé, Mortugaba, Ibirataia, Jaguaripe, Amargosa, e Ilhéus); fruticultura (Casa Nova, Juazeiro, Sento Sé e Curaçá); transformação de plástico (RMS e Feira de Santana); piscicultura (Paulo Afonso, Canudos e Glória); rochas ornamentais (RMS, Jacobina e Ourolândia); sisal (Araci, Barrocas, Conceição do Coité, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Valente, Biritinga, Candeal, Cansanção, Lamarão, Monte Santo, Quijingue, Teofilândia e Tucano); tecnologia de informação (Salvador e Feira de Santana); turismo (Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Canavieiras, Santa Luzia e Una); fármacos e cosméticos (RMS e Feira de Santana); cacau (Ilhéus e Itabuna); e turismo cultural (Polo Chapada Diamantina).

Considerando o contexto apresentado, a espacialização da dinâmica socioeconômica do estado da Bahia pode ser sintetizada, de acordo com Pessoti e Silva (2011), em três grandes áreas: o litoral, o oeste e o “miolo” ou semiárido, cada região com sua especificidade. As atividades econômicas mais dinâmicas estão concentradas no litoral, no oeste e nos limites do estado. Essas atividades têm como características estabelecerem poucas relações entre si, sendo basicamente direcionadas para o mercado externo e em cujas localidades estão presentes alguns polos de serviço e turismo. Os locais mais relevantes de desenvolvimento dessas atividades

<sup>4</sup> Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

são: os municípios da RMS, articulados com Feira de Santana e com Alagoinhas, Catu e Pojuca (onde se localiza a maior parte da produção petroquímica do estado); o Extremo Sul, com o turismo em Porto Seguro e municípios do entorno (Eunápolis, Belmonte e Mucuri), e com a produção de papel e celulose; o cerrado baiano, especializado no agronegócio globalizado; a região de Juazeiro, importante centro da fruticultura; Vitória da Conquista, Itabuna e Jequié, como polos de serviços; e, por fim, Ilhéus e Itabuna, polos agrícolas produtores de cacau.

A região do semiárido, que representa dois terços do território baiano e onde residem 43% da população do estado (PESSOTI; SILVA, 2011), abriga atividades economicamente menos desenvolvidas, voltadas para uma agricultura familiar não capitalizada, já que as condições climáticas são adversas para a prática agrícola. Contudo, Pessoti e Silva (2011, p. 12) afirmam:

Ainda assim, são encontradas nessa região “ilhas de desenvolvimento” ou de “modernidade” e locais com “vantagens competitivas naturais” relacionadas com a extração de minerais, como urânio e minério de ferro, turismo na Chapada Diamantina e algumas áreas com uma agricultura familiar irrigada e cooperada.

A dispersão das atividades econômicas e os desequilíbrios regionais funcionam como mecanismos de transferência espacial da população de regiões incapazes de absorvê-la em sua economia para outras com maior desenvolvimento da economia urbano-industrial ou expansão da fronteira agrícola. Desta forma, as regiões com economias mais dinâmicas tendem a coincidir com as áreas que recebem mais imigrantes.

As principais trajetórias migratórias do estado, seus volumes, os ganhos e as perdas populacionais dos territórios e municípios selecionados são temas discutidos no tópico a seguir.

## TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

A apreciação da dinâmica migratória entre unidades em um nível mais desagregado permite levantar um detalhado universo de informações, apesar de ser necessário considerar as limitações metodológicas<sup>5</sup> dos dados. Para tanto, utiliza-se, nesse estudo, a divisão do estado da Bahia em 27 territórios de identidades (TIs) e também são analisados alguns municípios selecionados. Sabe-se que, entre 1991 e 2000, ocorreram modificações na estrutura territorial brasileira, resultando na criação administrativa de alguns municípios. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Bahia, em 2000, foram instituídos os municípios de Luís Eduardo Magalhães e Barrocas, ampliando para 417 o total do estado. Para efeito de análise, entende-se como migrante de data fixa o indivíduo que há cinco anos encontrava-se residindo em outro município baiano que não aquele da data do recenseamento.

<sup>5</sup> Como são consideradas informações do questionário amostral do IBGE, municípios com populações muito reduzidas podem gerar pouca qualidade estatística das informações.

## Breve panorama da migração baiana

Historicamente, a Bahia se destaca no cenário da migração interestadual como um dos estados nordestinos que mais contribuíram para o processo de industrialização do país, mais precisamente, da Região Sudeste, desde a década de 1930. Nas duas últimas décadas, após o arrefecimento das perdas líquidas<sup>6</sup>, devido ao fortalecimento da imigração de retorno e da atenuação do aumento da emigração, um novo cenário de trocas migratórias se desenhou no país e, conseqüentemente, no estado.

A Tabela 3 compara número de emigrantes interestaduais da Bahia em relação ao de imigrantes, nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, revelando a manutenção de perda de população do estado, visto que o saldo migratório<sup>7</sup> se manteve negativo. Nota-se que o peso do movimento interno, na emigração ou imigração, é superior às trocas migratórias realizadas para fora do estado.

**Tabela 3**  
Participação dos migrantes interestaduais e intraestaduais de data fixa no total dos migrantes baianos com 5 anos e mais de idade – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Categorias	1995-2000				2005-2010			
	Imigrantes		Emigrantes		Imigrantes		Emigrantes	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Intraestadual	651.969	72,0	651.969	55,7	577.537	71,6	577.537	55,3
Interestadual	253.238	28,0	518.036	44,3	229.224	28,4	466.360	44,7
<b>Total</b>	<b>905.207</b>	<b>100,0</b>	<b>1.170.005</b>	<b>100,0</b>	<b>806.761</b>	<b>100,0</b>	<b>1.043.897</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2013b). Elaborada pela SEI/IPEA.

Particularmente, a imigração interna registrou representatividade bastante superior em comparação à externa, abrangendo mais de 70% do volume total em ambos os períodos analisados. Isto é, do total de pessoas que entraram nos municípios baianos, a maioria era do próprio estado.

Essa tendência se manteve na emigração, mas em menor proporção. Verificou-se que nos movimentos de saída de pessoas dos municípios baianos em direção a outras áreas dentro do estado houve menor heterogeneidade do que aqueles realizados na imigração (Tabela 3). Daí a importância de estudar a imigração interna baiana.

### Análise da imigração

Na Tabela 4, foram registrados os volumes e participações percentuais de imigrantes intermunicipais por território de identidade durante os períodos de 1995-2000 e 2005-2010. Pode-se observar que o território Metropolitano de Salvador destaca-se como o maior receptor

<sup>6</sup> O volume do saldo migratório – resultado da diferença entre totais de emigrantes e imigrantes – mede a migração líquida. Quando esse volume é negativo, isto é, o total de emigrantes é maior do que o de imigrantes, diz-se que houve perda líquida.

<sup>7</sup> Saldo migratório é o resultado da diferença entre totais de emigrantes e de imigrantes.

de população dentro do estado, responsável por absorver, no período 1995-2000, 157.326 pessoas, o que representou 24,1% da imigração total do estado naquele momento, ao passo que no período 2005-2010 o fluxo foi de 150.162 pessoas, correspondendo a 26% das trocas intermunicipais. Em seguida, aparece o Litoral Sul, que no período 1995-2000 mostrou-se como o segundo maior polo atrativo populacional da Bahia, somando 57.321 pessoas, o que representou 8,8% da imigração total do estado naquele período. No quinquênio 2005-2010, o TI Litoral Sul continuou a se destacar pela capacidade de absorção populacional, recebendo 41.681 pessoas, ou 7,2% dos imigrantes totais do estado. Ainda analisando o quinquênio 1995-2000, o território que recebeu o menor volume de imigrantes foi Bacia do Paramirim, sendo responsável pela atração de 2.597 pessoas, ou seja, apenas 0,4% das trocas intermunicipais.

A imigração total do estado sofreu uma redução, passando de 651.969 pessoas, no primeiro período, para 577.537, no segundo. Essa diminuição aparece como uma tendência nacional, já que estudos das trocas interestaduais<sup>8</sup> apresentaram também queda no volume total, em um comparativo entre os dados dos censos de 2000 e 2010.

Como consequência dessa retração, percebe-se que, comparando-se os dados entre os dois quinquênios de análise, aparecem TIs que tiveram redução no volume de imigrantes, mas a sua participação percentual no total da migração do estado aumentou. Esse é o caso de oito TIs: Metropolitano de Salvador, Portal do Sertão, Extremo Sul, Baixo Sul, Sisal, Médio Sudoeste da Bahia, Sertão Produtivo e Piemonte Norte do Itapicuru. Desses, o maior aumento percentual ocorreu no Metropolitano de Salvador. Outros cinco tiveram o volume reduzido, mas a participação percentual se manteve nos períodos analisados: Litoral Norte e Agreste Baiano, Piemonte da Diamantina, Bacia do Rio Corrente, Itaparica e Bacia do Paramirim. Os outros 14 territórios registraram queda no volume e na participação percentual no total do estado, sendo que o Litoral Sul apresentou a maior perda percentual.

Em termos absolutos, apesar do cenário de redução no número de imigrantes por território, houve aumento no volume de recepção de migrantes nos TIs do Recôncavo – que passou de 26.274 pessoas, em 1995-2000, para 28.863, em 2005-2010 – e Bacia do Rio Grande – ampliando em 5.293 pessoas o seu número de imigrantes, no comparativo entre os quinquênios.

<sup>8</sup> Ver artigo “Movimentos migratórios interestaduais na Bahia entre os períodos 1995-2000 e 2005-2010: uma análise da migração de data fixa”, presente nesta publicação.

Tabela 4

Imigrantes intraestaduais de data fixa, com 5 anos e mais de idade, segundo os territórios de identidade – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

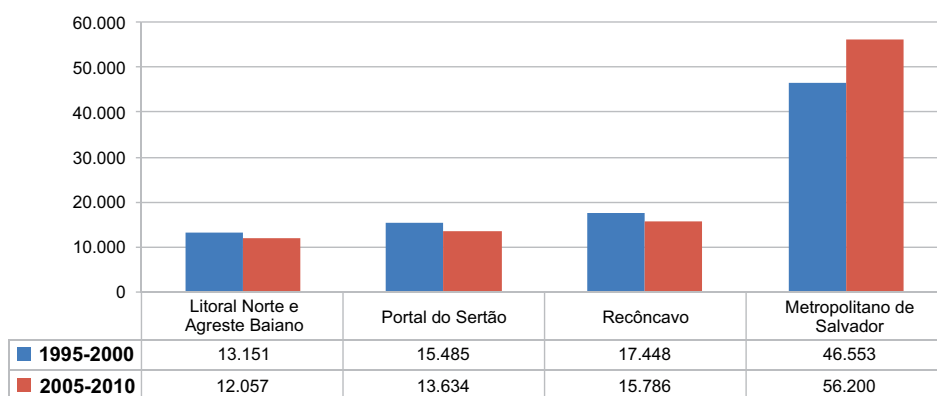
Território de identidade	1995-2000		2005-2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Metropolitano de Salvador	157.326	24,1	150.162	26,0
Litoral Sul	57.321	8,8	41.681	7,2
Portal do Sertão	38.525	5,9	37.284	6,5
Recôncavo	26.274	4,0	28.863	5,0
Costa do Descobrimento	37.502	5,8	27.770	4,8
Bacia do Rio Grande	21.253	3,3	26.546	4,6
Litoral Norte e Agreste Baiano	26.122	4,0	23.276	4,0
Vitória da Conquista	28.598	4,4	22.569	3,9
Extremo Sul	23.735	3,6	22.127	3,8
Baixo Sul	21.668	3,3	19.823	3,4
Sisal	18.436	2,8	17.207	3,0
Médio Rio de Contas	22.369	3,4	16.393	2,8
Irecê	19.989	3,1	15.560	2,7
Chapada Diamantina	16.991	2,6	14.249	2,5
Vale do Jequiçá	15.988	2,5	12.907	2,2
Médio Sudoeste da Bahia	12.492	1,9	12.228	2,1
Sertão do São Francisco	14.364	2,2	11.904	2,1
Sertão Produtivo	11.180	1,7	10.650	1,8
Piemonte Norte do Itapicuru	11.296	1,7	10.447	1,8
Semiárido Nordeste II	12.925	2,0	9.824	1,7
Piemonte da Diamantina	11.317	1,7	9.759	1,7
Piemonte do Paraguaçu	12.522	1,9	9.390	1,6
Velho Chico	12.559	1,9	9.267	1,6
Bacia do Jacuípe	9.328	1,4	6.645	1,2
Bacia do Rio Corrente	5.626	0,9	5.034	0,9
Itaparica	3.663	0,6	3.595	0,6
Bacia do Paramirim	2.597	0,4	2.379	0,4
<b>Bahia</b>	<b>651.969</b>	<b>100,0</b>	<b>577.537</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborada pela SEI/IPEA.

Nota: Imigrantes – excluem-se os migrantes internacionais e os ignorados.

Para a investigação das principais direções dos fluxos imigratórios, foram selecionados os cinco TIs com os maiores volumes de imigrantes dentro do estado. Esses territórios, juntos, foram responsáveis por cerca de 50% do total das imigrações dos 27 TIs. São eles: Metropolitano de Salvador, Litoral Sul, Portal do Sertão, Recôncavo e Costa do Descobrimento.

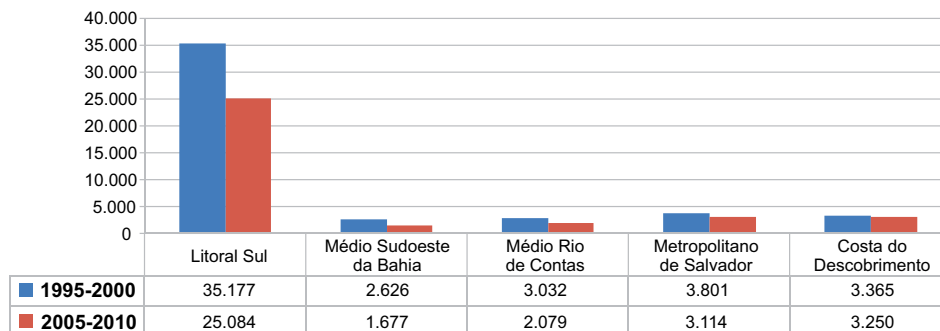
O Metropolitano de Salvador recebe, em sua maioria, imigrantes dos municípios pertencentes ao seu próprio território. Outros três TIs destacam-se no envio de imigrantes: Recôncavo, Portal do Sertão e Litoral Norte e Agreste Baiano. De acordo com o Gráfico 4, o volume de imigrantes desses três últimos sofreu redução, comparando-se 1995-2000 e 2005-2010, e foi ampliado apenas no Metropolitano de Salvador, em 20%. Do ponto de vista econômico, o território Metropolitano de Salvador concentra os municípios com as atividades mais dinâmicas. Além de acolher a capital do estado, o TI abarca os principais municípios responsáveis pela produção industrial da Bahia. Pelo fato de abrigar uma estrutura de serviços mais desenvolvida, o território possui maior capacidade de atração de imigrantes oriundos de sua própria área e dos territórios que se situam em seu entorno, configurando uma migração de curta distância.



**Gráfico 4**  
Principais territórios de identidade de origem dos imigrantes de data fixa do Metropolitano de Salvador – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

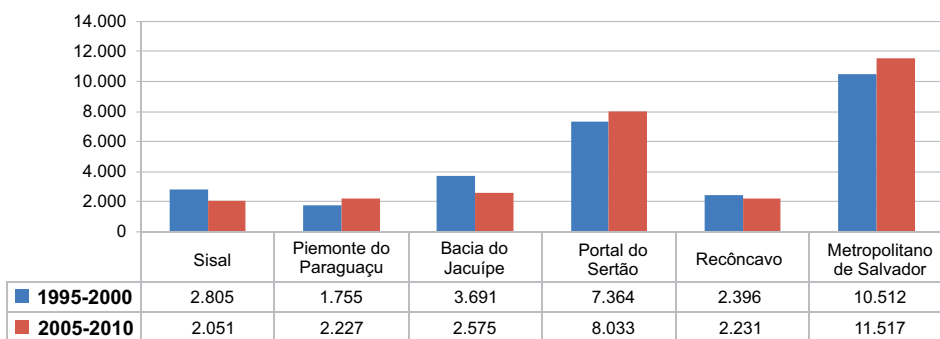
Com sua atividade econômica concentrada no segmento de serviços, abrigando um polo de informática e os principais produtores de cacau, o Litoral Sul recebe mais imigrantes dos municípios de seu próprio território. Em volume significativamente menor, atrai pessoas dos territórios Metropolitano de Salvador, Costa do Descobrimento, Médio Rio de Contas e Médio Sudoeste da Bahia. Com base no Gráfico 5, o número de imigrantes com origem nos municípios do Litoral Sul apresentou uma diminuição de quase 30%, em um comparativo entre os períodos de análise. Todos os outros territórios também reduziram o envio de pessoas.



**Gráfico 5**  
Principais territórios de identidade de origem dos imigrantes de data fixa do Litoral Sul Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

O Portal do Sertão recebeu, predominantemente, imigrantes dos municípios do Metropolitan de Salvador e do seu próprio território (Gráfico 6), com destaque também para os TIs Bacia do Jacuípe, Sisal, Recôncavo e Piemonte do Paraguaçu. Observa-se que, nos quinquênios de 1995-2000 e 2005-2010, houve aumento no número de imigrantes com origem nos TIs Metropolitan de Salvador, Portal do Sertão e Piemonte do Paraguaçu. Em contrapartida, ocorreu redução no fluxo que tem como ponto de partida os territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Recôncavo – esse em menor medida.

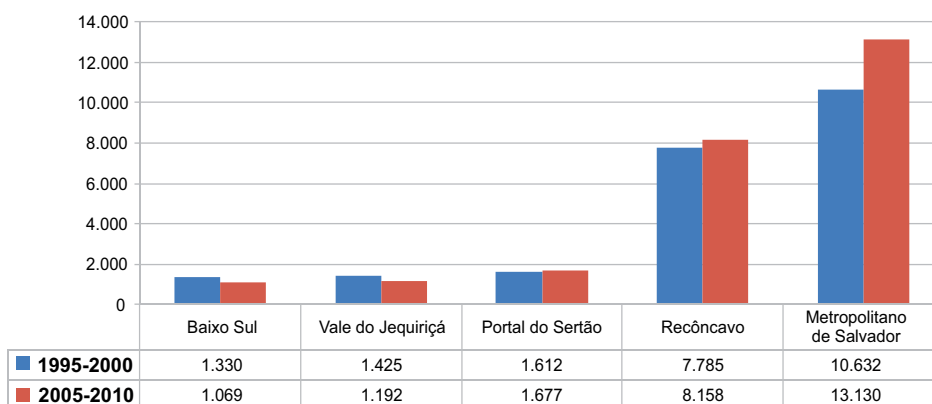


**Gráfico 6**  
Principais territórios de identidade de origem dos imigrantes de data fixa do Portal do Sertão – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.



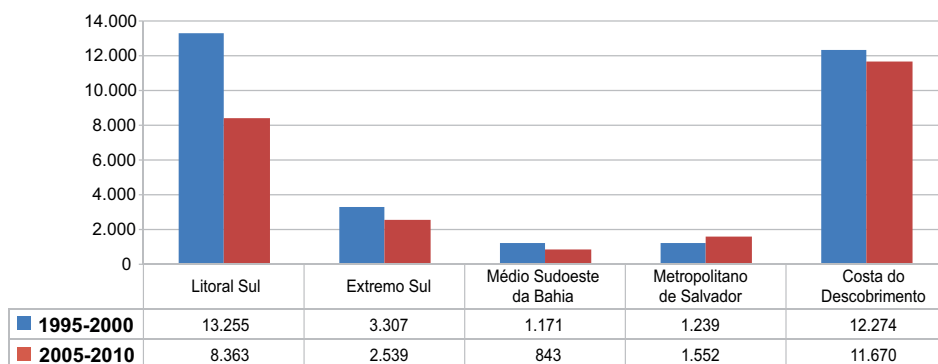
Os principais municípios de origem dos imigrantes do Recôncavo são os pertencentes aos TIs Metropolitano de Salvador, do próprio Recôncavo, do Portal do Sertão, do Vale do Jequiçá e do Baixo Sul. De acordo com o Gráfico 7, houve um significativo aumento do volume de imigrantes saindo do território Metropolitano de Salvador no período analisado – de 10.632 pessoas para 13.130, ou mais de 20%. Também ampliaram o envio de imigrantes os TIs do Recôncavo e Portal do Sertão, porém em percentuais menores, e apresentaram reduções nos fluxos com origem no Vale do Jequiçá e Baixo Sul.



**Gráfico 7**  
Principais territórios de identidade de origem dos imigrantes de data fixa do Recôncavo Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

O território Costa do Descobrimento recebe, em maior volume, imigrantes oriundos do Litoral Sul e do próprio Costa do Descobrimento (Gráfico 8). Em menor número, atrai pessoas do Extremo Sul, Metropolitano de Salvador e Médio Sudoeste da Bahia. Destaca-se que, assim como no Litoral Sul, o Metropolitano de Salvador não figura como o maior fornecedor de pessoas. Observa-se, ainda, que houve uma significativa redução no número de imigrantes com origem no Litoral Sul, que caiu de 13.255 pessoas para 8.363, uma diminuição de mais de 35%. Dentre os territórios selecionados, houve aumento apenas no número de imigrantes saindo do Metropolitano de Salvador.



**Gráfico 8**  
Principais territórios de identidade de origem dos imigrantes de data fixa do Costa do Descobrimento – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

Desagregando a análise, a Tabela 5 destaca os 26 municípios mais representativos do ponto de vista de seus volumes de imigrantes intraestaduais, sendo responsáveis por cerca de 50% da imigração total do estado. A maioria deles compõe o TI Metropolitano de Salvador. Isso indica o baixo peso dos demais 391 municípios no total da imigração baiana.

Salvador destaca-se por receber, no quinquênio 1995-2000, o maior volume de migrantes, quatro vezes superior ao de Camaçari – segundo maior absorvedor de imigrantes. No entanto, a capital baiana teve reduzido seu ganho percentual populacional no total de imigrantes do estado, em um comparativo com o quinquênio 2005-2010. Outros municípios no entorno da capital podem estar ganhando atratividade, como é o caso de Camaçari, que quase dobrou sua participação no total do estado – passando de 2,9% para 5,0%.

**Tabela 5**  
Municípios com os maiores volumes de imigrantes intraestaduais de data fixa, com 5 anos e mais de idade, segundo os territórios de identidade – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Território de identidade	Município	Imigrantes intraestaduais			
		1995-2000		2005-2010	
		Absoluto	%	Absoluto	%
Metropolitano de Salvador	Salvador	89.073	13,7	69.697	12,1
Metropolitano de Salvador	Camaçari	18.691	2,9	29.047	5,0
Portal do Sertão	Feira de Santana	25.945	4,0	23.153	4,0
Metropolitano de Salvador	Lauro de Freitas	21.090	3,2	21.113	3,7
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	15.078	2,3	13.245	2,3
Bacia do Rio Grande	Luís Eduardo Magalhães	*	-	12.565	2,2
Costa do Descobrimento	Porto Seguro	20.966	3,2	12.262	2,1
Metropolitano de Salvador	Simões Filho	11.186	1,7	10.509	1,8
Litoral Sul	Itabuna	11.828	1,8	9.902	1,7
Extremo Sul	Teixeira de Freitas	9.799	1,5	8.993	1,6
Litoral Sul	Ilhéus	13.431	2,1	8.955	1,6
Bacia do Rio Grande	Barreiras	16.286	2,5	8.312	1,4
Costa do Descobrimento	Eunápolis	5.991	0,9	7.557	1,3
Metropolitano de Salvador	Dias D'Ávila	7.189	1,1	7.094	1,2
Recôncavo	Santo Antônio de Jesus	5.834	0,9	6.504	1,1
Sertão do São Francisco	Juazeiro	8.674	1,3	6.221	1,1
Médio Rio de Contas	Jequié	7.267	1,1	6.048	1,0
Médio Sudoeste da Bahia	Itapetinga	3.590	0,6	4.699	0,8
Irecê	Irecê	6.356	1,0	4.552	0,8
Litoral Norte e Agreste Baiano	Alagoinhas	6.241	1,0	4.468	0,8
Metropolitano de Salvador	Vera Cruz	3.471	0,5	4.030	0,7
Baixo Sul	Valença	4.723	0,7	3.807	0,7
Piemonte da Diamantina	Jacobina	4.078	0,6	3.765	0,7
Metropolitano de Salvador	Candeias	3.145	0,5	3.677	0,6
Recôncavo	Cruz das Almas	3.155	0,5	3.563	0,6
Sisal	Serrinha	2.599	0,4	2.971	0,5
	Total	325.687	50,0	296.710	51,4
	<b>Bahia</b>	<b>651.969</b>	<b>100,0</b>	<b>577.537</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborada pela SEI/IPEA.

Nota: Imigrantes – excluem-se os migrantes internacionais e os ignorados.

\* Na data do Censo 2000, o município ainda não tinha sido emancipado da região de Barreiras.

### *Imigração de retorno*

Considerando-se que o objeto de estudo deste trabalho é a migração interna baiana dos TIs, optou-se por analisar, em tópico específico, a imigração interestadual de retorno<sup>9</sup> para esses territórios, visto que se trata de uma modalidade de imigração e da mesma unidade geográfica do presente estudo.

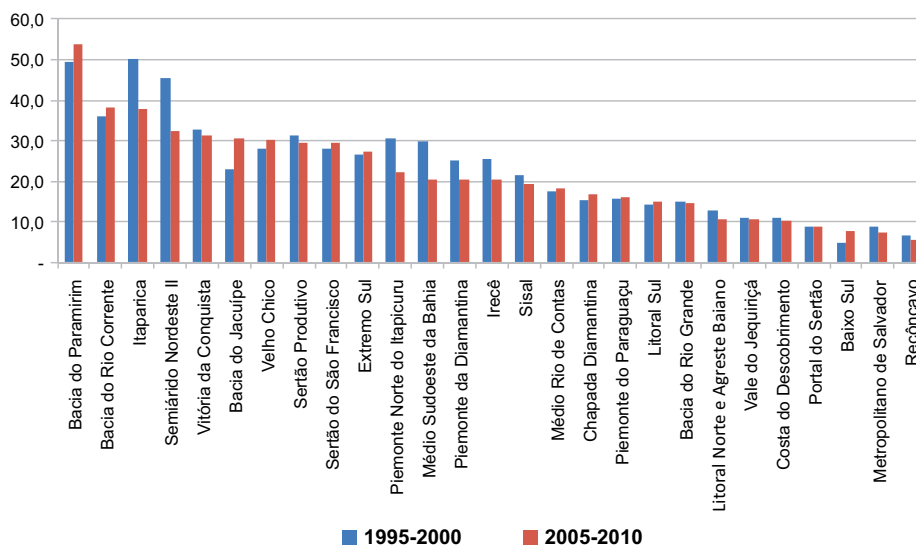
Com as mudanças ocorridas nos movimentos migratórios interestaduais da Bahia desde a década de 1990, um novo cenário dos deslocamentos no Brasil se delineou. Contrariando expectativas, de acordo com os dois últimos censos demográficos, a imigração de retorno vem apresentando redução, porém não deixa de ter relevância no quadro dos fluxos migratórios do país.

De maneira geral, analisando-se o total da participação dos imigrantes de retorno<sup>10</sup> na imigração do estado em 2005-2010, verificou-se uma redução de 5,3 pontos percentuais em relação à contribuição do período 1995-2000. Entre 1995 e 2000, do total de migrantes que chegaram à Bahia, 43,1% estavam retornando. Na década seguinte, 2005-2010, essa participação foi de 37,8%. É sabido que o Sudeste destacou-se como a principal região de origem dos imigrantes de retorno para a Bahia, sendo o estado de São Paulo responsável por 60,5% desse volume em 1995-2000 e 54,8% no período 2005-2010.

No que tange à espacialização dos imigrantes de retorno para a Bahia, o Gráfico 9 apresenta a participação relativa desse contingente no volume total de imigrantes em cada um dos 27 TIs, nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010. De acordo com o último Censo, apenas no território Bacia do Paramirim mais de 50% dos seus imigrantes foram de retorno. Por outro lado, o território do Recôncavo registrou a menor participação de pessoas retornando no seu total de imigrantes – apenas 5,4%. Entre os territórios que tiveram maior perda da participação da imigração de retorno, analisando-se as duas últimas décadas, destacam-se Itaparica e Semiárido Nordeste II. Ambos registraram uma redução de mais de 12% na presença dos imigrantes de retorno. No primeiro, essa participação caiu de 50% para 38%, e no segundo, saiu de 45,3% para 32,5%. Apesar de o presente artigo tratar da imigração intraestadual na Bahia, vale ressaltar que esses imigrantes retornaram de qualquer lugar do país e não necessariamente apenas de algum município do estado.

<sup>9</sup> Como migrante de retorno, considera-se o indivíduo que, sendo natural da Bahia (unidade da federação onde foi encontrado residindo na data de referência do Censo), não declarou esse estado como local de residência em 1986, 1995 ou 2005, conforme o Censo considerado (1991, 2000 e 2010).

<sup>10</sup> Ver artigo “Movimentos migratórios interestaduais na Bahia entre os períodos 1995-2000 e 2005-2010: uma análise da migração de data fixa”, presente nesta publicação.



**Gráfico 9**  
Participação relativa dos imigrantes de retorno no total de imigrantes de data fixa, segundo territórios de identidade – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

O TI Metropolitano de Salvador foi o que mais absorveu esse contingente, tanto em termos absolutos quanto percentuais, apresentando uma participação de 12,7%, em ambos os quinquênios. Ao se analisar variação percentual entre os períodos (2000 e 2010), verificou-se uma redução em quase todos os TIs, sendo que Semiárido Nordeste II e Bacia do Rio Grande sofreram as maiores quedas – 1,7 e 1,5 ponto percentual, respectivamente. Já em termos absolutos, os que tiveram maior diminuição no retorno foram os territórios Metropolitano de Salvador, Semiárido Nordeste II, Vitória da Conquista e Litoral Sul. Todos registraram uma redução de mais de 2 mil imigrantes de retorno (Tabela 6).

**Tabela 6**

**Imigrantes de retorno com 5 anos e mais de idade, por território de identidade de residência atual – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010**

Território de identidade	1995-2000		2005-2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Metropolitano de Salvador	13.747	12,7	11.030	12,7
Vitória da Conquista	9.419	8,7	7.039	8,1
Litoral Sul	8.267	7,6	6.214	7,2
Extremo Sul	6.301	5,8	6.048	7,0
Bacia do Rio Grande	3.152	2,9	3.848	4,4
Sertão do São Francisco	4.018	3,7	3.496	4,0
Sisal	3.974	3,7	3.300	3,8
Portal do Sertão	3.448	3,2	3.276	3,8
Semiárido Nordeste II	5.852	5,4	3.197	3,7
Sertão Produtivo	3.508	3,2	3.156	3,6
Irecê	5.087	4,7	3.155	3,6
Médio Rio de Contas	3.924	3,6	3.003	3,5
Costa do Descobrimento	4.083	3,8	2.837	3,3
Velho Chico	3.512	3,2	2.789	3,2
Médio Sudoeste da Bahia	3.725	3,4	2.500	2,9
Litoral Norte e Agreste Baiano	3.307	3,1	2.495	2,9
Chapada Diamantina	2.585	2,4	2.374	2,7
Piemonte Norte do Itapicuru	3.463	3,2	2.343	2,7
Bacia do Jacuípe	2.144	2,0	2.025	2,3
Piemonte da Diamantina	2.841	2,6	1.986	2,3
Bacia do Rio Corrente	2.036	1,9	1.916	2,2
Recôncavo	1.738	1,6	1.562	1,8
Baixo Sul	1.076	1,0	1.532	1,8
Piemonte do Paraguaçu	1.978	1,8	1.510	1,7
Vale do Jequiçá	1.788	1,7	1.374	1,6
Itaparica	1.837	1,7	1.355	1,6
Bacia do Paramirim	1.286	1,2	1.278	1,5
<b>Bahia</b>	<b>108.097</b>	<b>100,0</b>	<b>86.637</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

### Análise da emigração

Do ponto de vista da emigração, a Tabela 7 evidencia os volumes e participações percentuais dos emigrantes intermunicipais por território de identidade, durante os períodos de 1995-2000 e 2005-2010. Consta-se que, assim como na imigração, os territórios que mais se destacaram também em termos de perdas populacionais foram Metropolitano de Salvador e Litoral Sul, ao passo que Paramirim apresentou o menor volume de emigração no estado.

Comparando-se os dois períodos de análise, ainda de acordo com a Tabela 7, constata-se um aumento na participação percentual em 14 territórios: Metropolitano de Salvador, Portal do Sertão, Costa do Descobrimento, Sisal, Vitória da Conquista, Extremo Sul, Chapada Diamantina, Bacia do Rio Grande, Piemonte do Paraguaçu, Velho Chico, Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru, Sertão do São Francisco e Sertão Produtivo. Seis territórios mantiveram a mesma proporção, e sete registraram queda na participação percentual nas perdas emigratórias.

Em termos absolutos, houve crescimento no número de emigrantes dos TIs Costa do Descobrimento, Sisal e Bacia do Rio Grande, sendo que este último teve a maior ampliação, registrando 2.700 emigrantes (Tabela 7).

(Continua)

Território de identidade	1995-2000		2005-2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Metropolitano de Salvador	112.521	17,3	125.146	21,7
Litoral Sul	67.986	10,4	51.212	8,9
Portal do Sertão	34.632	5,3	32.410	5,6
Recôncavo	33.637	5,2	30.244	5,2
Litoral Norte e Agreste Baiano	28.919	4,4	25.292	4,4
Costa do Descobrimento	20.773	3,2	21.846	3,8
Baixo Sul	26.479	4,1	21.699	3,8
Sisal	21.066	3,2	21.543	3,7
Irecê	23.304	3,6	20.955	3,6
Vitória da Conquista	20.868	3,2	19.623	3,4
Médio Rio de Contas	27.187	4,2	19.365	3,4
Extremo Sul	21.055	3,2	19.160	3,3
Chapada Diamantina	16.910	2,6	15.831	2,7
Vale do Jequiçá	19.060	2,9	15.328	2,7
Bacia do Rio Grande	11.718	1,8	14.418	2,5
Piemonte do Paraguaçu	15.616	2,4	14.217	2,5

**Tabela 7**  
**Emigrantes intraestaduais de data fixa, com 5 anos e mais de idade, segundo os territórios de identidade – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010**

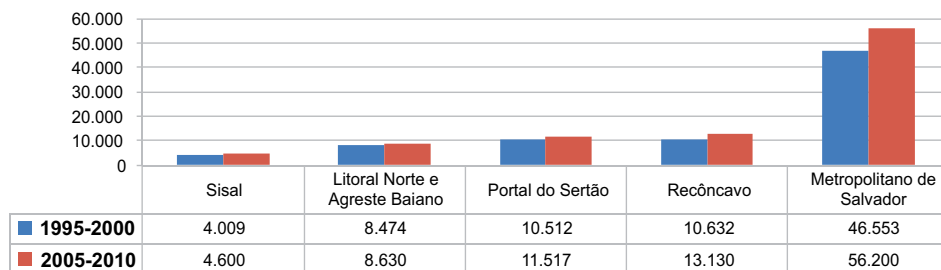
Território de identidade	1995-2000		2005-2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Velho Chico	13.445	2,1	12.903	2,2
Piemonte da Diamantina	13.337	2,0	12.289	2,1
Médio Sudoeste da Bahia	16.358	2,5	11.903	2,1
Piemonte Norte do Itapicuru	11.742	1,8	11.645	2,0
Sertão do São Francisco	12.647	1,9	11.611	2,0
Semiárido Nordeste II	13.407	2,1	11.505	2,0
Bacia do Jacuípe	13.984	2,1	11.201	1,9
Sertão Produtivo	11.053	1,7	10.671	1,8
Bacia do Rio Corrente	5.492	0,8	4.882	0,8
Itaparica	4.575	0,7	3.869	0,7
Bacia do Paramirim	3.288	0,5	2.948	0,5
<b>Bahia sem Especificação</b>	<b>30.910</b>	<b>4,7</b>	<b>3.818</b>	<b>0,7</b>
<b>Bahia</b>	<b>651.969</b>	<b>100,0</b>	<b>577.537</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

Sob a ótica das direções dos fluxos emigratórios, segue-se a mesma metodologia utilizada no tópico anterior, selecionando os cinco TIs com os maiores volumes de emigrantes dentro do estado. A única mudança observada em relação à análise anterior foi a troca do TI Costa do Descobrimento pelo Litoral Norte e Agreste Baiano, que teve maior volume de emigrantes.

O TI Metropolitano de Salvador perdeu população, principalmente, para os municípios de seu próprio território, para o Recôncavo, Portal do Sertão, Litoral Norte e Agreste Baiano e Sisal. Comparando-se os períodos de análise, com base no Gráfico 10, todos esses TIs apresentaram aumento na recepção de pessoas. Costuma-se argumentar que a emigração para municípios do entorno da capital tem como justificativa o aumento nos custos com habitação. Isso pode explicar a ampliação no número de emigrantes com destino aos municípios do próprio território Metropolitano de Salvador.

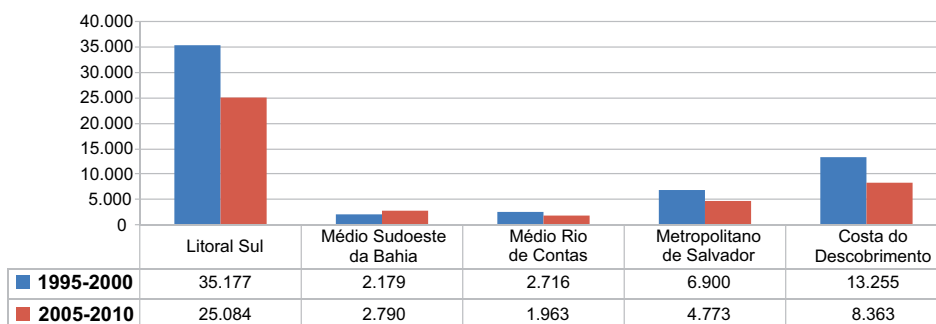




**Gráfico 10**  
Principais territórios de identidade de destino dos emigrantes de data fixa do Metropolitano de Salvador – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

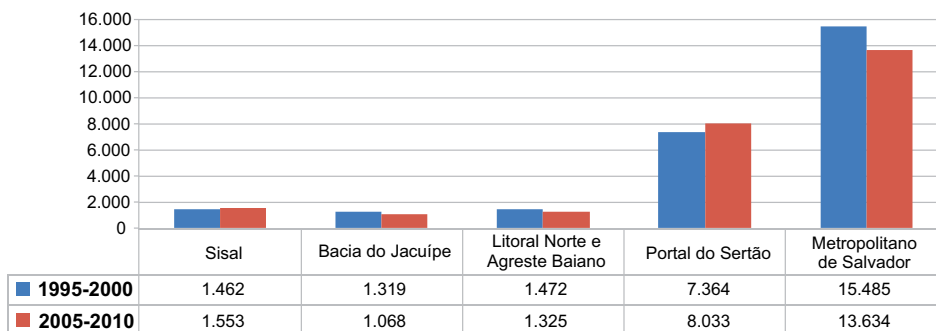
Os emigrantes do Litoral Sul têm como principais destinos o próprio Litoral Sul, Costa do Descobrimento, Metropolitano de Salvador, Médio Rio de Contas e Médio Sudoeste da Bahia. Dentre os TIs apresentados no Gráfico 11, apenas o Médio Sudoeste da Bahia exibiu aumento na absorção dos emigrantes do território em análise.



**Gráfico 11**  
Principais territórios de identidade de destino dos emigrantes de data fixa do Litoral Sul Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

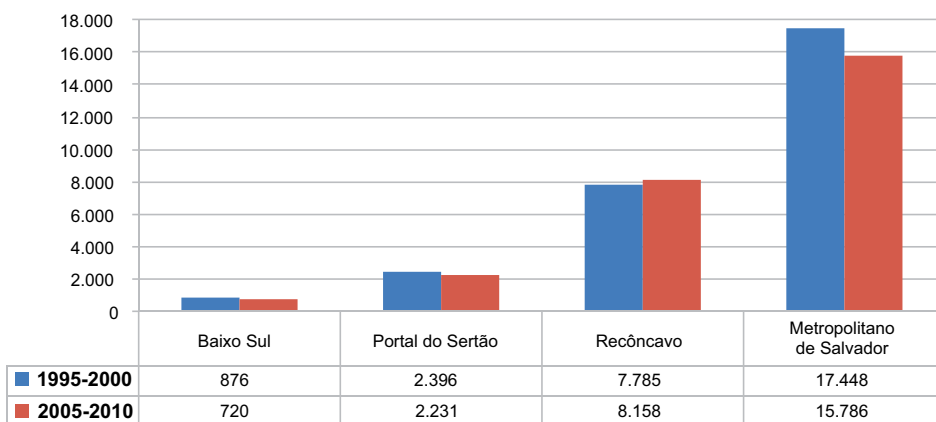
Os principais municípios responsáveis pela absorção da emigração do Portal do Sertão, de acordo com o Gráfico 12, são os que compõem o território Metropolitano de Salvador, o próprio Portal do Sertão e, em menor volume, Litoral Norte e Agreste Baiano, Bacia do Jacuípe e Sisal. Constata-se retração na absorção de emigrantes dos TIs Metropolitano de Salvador, Litoral Norte e Agreste Baiano e Bacia do Jacuípe, no período analisado. Já a atração dos municípios do próprio território e dos pertencentes ao TI Sisal foi ampliada.



**Gráfico 12**  
Principais territórios de identidade de destino dos emigrantes de data fixa do Portal do Sertão Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

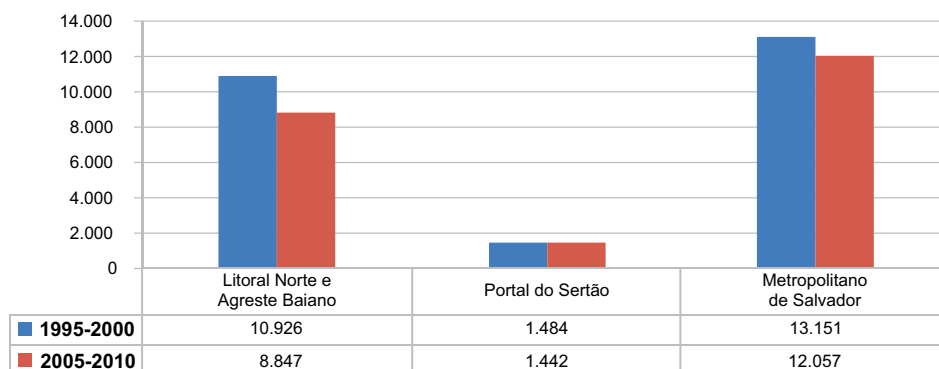
O Recôncavo perde população para os municípios dos TIs Metropolitano de Salvador, Recôncavo, Portal do Sertão e Baixo Sul. Esses territórios passaram a receber menos emigrantes, exceto os municípios do próprio Recôncavo (Gráfico 13).



**Gráfico 13**  
Principais territórios de identidade de destino dos emigrantes de data fixa do Recôncavo Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

Da apreciação das direções dos fluxos do TI Litoral Norte e Agreste Baiano, apenas três territórios foram representativos em termos de volume de emigrantes: Metropolitano de Salvador, Litoral Norte e Agreste Baiano e Portal do Sertão. Todos reduziram o volume de absorção de emigrantes no período analisado (Gráfico 14).



**Gráfico 14**  
Principais territórios de identidade de destino dos emigrantes de data fixa do Litoral Norte e Agreste Baiano – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

Foram selecionados os 26 municípios que apresentaram, no período analisado, os maiores volumes de emigrantes (Tabela 8). Em destaque, Salvador aparece como o principal perdedor de população do estado, com uma participação relativa de 14,0% da emigração total, no período 1995-2000, e de 17,3%, no período 2005-2010, devido ao grande contingente de habitantes da capital. Em seguida, vem Feira de Santana, com 2,9% da emigração total do estado em ambos os períodos, bastante distante dos dados relativos a Salvador.

Em termos absolutos, os municípios que tiveram os maiores aumentos na evasão de pessoas de 1995-2000 para 2005-2010 foram Salvador (com o acréscimo de 8.379 emigrantes), Porto Seguro (2.923), Lauro de Freitas (2.097) e Barreiras (1.631). O município de Santo Amaro reteve população no comparativo, já que o volume de emigrantes foi reduzido em 3.014 pessoas.

(Continua)

**Tabela 8**  
Municípios com os maiores volumes de emigrantes intraestaduais de data fixa, com 5 anos e mais de idade, segundo os territórios de identidade – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Território de identidade	Município	Emigrantes intraestaduais			
		1995-2000		2005-2010	
		Absoluto	%	Absoluto	%
Metropolitano de Salvador	Salvador	91.372	14,0	99.751	17,3
Portal do Sertão	Feira de Santana	18.884	2,9	16.993	2,9
Litoral Sul	Itabuna	13.059	2,0	11.090	1,9
Litoral Sul	Ilhéus	9.040	1,4	9.114	1,6
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	8.523	1,3	8.819	1,5
Costa do Descobrimento	Porto Seguro	4.086	0,6	7.009	1,2
Litoral Norte e Agreste Baiano	Alagoinhas	7.326	1,1	6.814	1,2

Tabela 8

Municípios com os maiores volumes de emigrantes intraestaduais de data fixa, com 5 anos e mais de idade, segundo os territórios de identidade – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Território de identidade	Município	Emigrantes intraestaduais			
		1995-2000		2005-2010	
		Absoluto	%	Absoluto	%
Metropolitano de Salvador	Camaçari	6.246	1,0	6.557	1,1
Bacia do Rio Grande	Barreiras	4.568	0,7	6.199	1,1
Costa do Descobrimento	Eunápolis	6.336	1,0	6.008	1,0
Médio Rio de Contas	Jequié	6.602	1,0	5.816	1,0
Irecê	Irecê	5.542	0,9	5.696	1,0
Metropolitano de Salvador	Lauro de Freitas	3.246	0,5	5.343	0,9
Piemonte da Diamantina	Jacobina	5.818	0,9	5.166	0,9
Baixo Sul	Valença	5.394	0,8	4.787	0,8
Extremo Sul	Itamaraju	5.642	0,9	4.767	0,8
Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor do Bonfim	3.774	0,6	4.603	0,8
Recôncavo	Santo Antônio de Jesus	4.885	0,7	4.549	0,8
Extremo Sul	Teixeira de Freitas	4.547	0,7	4.216	0,7
Sertão do São Francisco	Juazeiro	5.585	0,9	4.203	0,7
Sisal	Serrinha	4.933	0,8	3.872	0,7
Metropolitano de Salvador	Candeias	3.002	0,5	3.643	0,6
Metropolitano de Salvador	Simões Filho	3.081	0,5	3.569	0,6
Recôncavo	Santo Amaro	6.354	1,0	3.340	0,6
Recôncavo	Cruz das Almas	2.911	0,4	3.209	0,6
Piemonte do Paraguaçu	Itaberaba	3.509	0,5	3.144	0,5
	Total	244.264	37,5	248.279	43,0
	<b>Bahia</b>	<b>651.969</b>	<b>100,0</b>	<b>577.537</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

### *Análise do saldo migratório e taxa líquida migratória dos TIs*

As informações referentes à entrada e à saída de migrantes na Bahia foram abordadas nos tópicos anteriores e suas direções foram especificadas de acordo com os territórios de identidade. Neste capítulo, atenta-se para os resultados dos saldos migratórios (SM)<sup>11</sup> e das taxas líquidas migratórias (TLM)<sup>12</sup> por territórios de identidade.

Quanto aos saldos migratórios, na Tabela 9, observa-se que, dos 27 TIs, apenas dez apresentaram saldos positivos em 1995-2000, e esse número foi reduzido para nove, no quinquênio 2005-2010. Isso indica que, para esses territórios, a absorção foi maior que as perdas de população, sugerindo que eles têm mais fatores locais atrativos que repulsivos. O TI Metropolitano de Salvador figura com o maior saldo positivo, ao passo que o Litoral Sul apresentou o maior saldo negativo, nos dois períodos, o que significa que sua perda populacional foi maior que a absorção nas trocas migratórias. Este TI compôs a área de maior perda migratória da Bahia.

Relativamente à população, no quinquênio 1995-2000, o território Costa do Descobrimento exibiu a maior taxa líquida migratória, sendo de 6,5% o ganho populacional advindo da migração. O resultado negativo mais expressivo foi o do território Bacia do Jacuípe, que teria um acréscimo de apenas 2,2% em sua população na ausência de migração.

No quinquênio 2005-2010, as TLMs, em geral, foram mais baixas que no período anterior. As mais significativas foram apresentadas pelo TI Bacia do Rio Grande, com o maior ganho (3,3% da população) e, novamente, Bacia do Jacuípe, com uma ausência de ganho populacional de 2,1% da população.

Considerando-se a população de 5 anos ou mais de idade, vale ressaltar que, dos TIs com maior saldo migratório em 2005-2010, alguns possuíam um representativo contingente populacional em relação à totalidade do estado, mas também havia aqueles em que essa população era relativamente reduzida. Em 2010, a população na faixa etária citada do TI Bacia do Rio Grande era de 398.034 habitantes, o que representava 2,8% do total populacional no território baiano. Este TI registrou saldo migratório de 12.128 pessoas, metade do verificado para o Metropolitano de Salvador, que na época tinha uma população mais de cinco vezes maior, concentrando 24,8% do estado (Tabela 9).

<sup>11</sup> Diferença entre o estoque de imigrantes e emigrantes de uma região em um dado período.

<sup>12</sup> Razão entre o saldo migratório e a população residente local.

**Tabela 9**  
**Saldos migratórios e taxas líquidas migratórias intraestaduais, segundo os territórios de identidade – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010**

Território de identidade	1995-2000			2005-2010		
	População de 5 anos e mais	Saldo migratório	Taxa líquida migratória (%)	População de 5 anos e mais	Saldo migratório	Taxa líquida migratória (%)
Metropolitano de Salvador	2.737.361	44.805	1,6	3.212.134	25.016	0,8
Costa do Descobrimento	257.717	16.729	6,5	312.663	5.924	1,9
Bacia do Rio Grande	277.540	9.536	3,4	363.158	12.128	3,3
Vitória da Conquista	642.092	7.730	1,2	643.294	2.945	0,5
Portal do Sertão	698.800	3.893	0,6	808.091	4.874	0,6
Extremo Sul	331.868	2.680	0,8	382.371	2.966	0,8
Sertão do São Francisco	397.682	1.716	0,4	450.277	292	0,1
Bacia do Rio Corrente	179.701	134	0,1	185.101	152	0,1
Sertão Produtivo	383.507	127	0,0	414.116	-21	0,0
Chapada Diamantina	326.746	81	0,0	341.574	-1.582	-0,5
Piemonte Norte do Itapicuru	222.969	-446	-0,2	241.061	-1.199	-0,5
Semiárido Nordeste II	357.472	-482	-0,1	376.530	-1.682	-0,4
Bacia do Paramirim	142.057	-691	-0,5	151.991	-568	-0,4
Velho Chico	309.629	-886	-0,3	338.131	-3.636	-1,1
Itaparica	134.021	-912	-0,7	153.500	-275	-0,2
Piemonte da Diamantina	200.740	-2.020	-1,0	211.283	-2.530	-1,2
Sisal	493.486	-2.629	-0,5	536.097	-4.335	-0,8
Litoral Norte e Agreste Baiano	500.361	-2.797	-0,6	578.292	-2.016	-0,3
Vale do Jequiriçá	270.590	-3.072	-1,1	279.232	-2.422	-0,9
Piemonte do Paraguaçu	228.982	-3.094	-1,4	244.518	-4.827	-2,0
Irecê	339.768	-3.314	-1,0	368.742	-5.395	-1,5
Médio Sudoeste da Bahia	221.945	-3.866	-1,7	228.397	325	0,1
Bacia do Jacuípe	216.457	-4.656	-2,2	220.168	-4.556	-2,1
Baixo Sul	289.970	-4.811	-1,7	327.896	-1.876	-0,6
Médio Rio de Contas	353.324	-4.818	-1,4	338.506	-2.972	-0,9
Recôncavo	489.779	-7.362	-1,5	535.340	-1.382	-0,3
Litoral Sul	761.193	-10.666	-1,4	712.802	-9.531	-1,3
<b>Bahia</b>	<b>11.765.758</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.955.266</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.  
Nota: Foram considerados os migrantes com 5 anos ou mais de idade.

Para analisar os SMs dos municípios, foram considerados apenas os resultados extremos. Desta forma, são apresentados os dez municípios com maiores e menores saldos migratórios para os quinquênios 1995-2000 e 2005-2010.

A Tabela 10 mostra os maiores SMs positivos. Evidencia-se que, no período 1995-2000, quatro municípios do território Metropolitano de Salvador obtiveram os maiores saldos positivos. Lauro de Freitas aparece em primeiro lugar, com uma absorção de 17.844 migrantes. Em seguida, destacam-se Camaçari, Simões Filho e Dias D'Ávila, todos localizados no entorno de Salvador. Em um comparativo geral, esses quatro municípios absorveram mais de 10 mil pessoas.

Observando-se o período seguinte, a Tabela 10 permite notar que Lauro de Freitas perdeu a primeira posição para Camaçari, que teve seu SM quase dobrado, em um contexto de redução do volume das migrações no estado. O município de Luís Eduardo Magalhães, que, no Censo 2000, fazia parte do distrito de Barreiras, aparece, em 2010, com o terceiro maior SM positivo.

**Tabela 10**  
Municípios com os maiores saldos migratórios positivos intermunicipais de data fixa, segundo os territórios de identidade – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010

Território de identidade	Município	Saldo migratório em 1995-2000	Território de identidade	Município	Saldo migratório em 2005-2010
Metropolitano de Salvador	Lauro de Freitas	17.844	Metropolitano de Salvador	Camaçari	22.489
Costa do Descobrimento	Porto Seguro	16.881	Metropolitano de Salvador	Lauro de Freitas	15.770
Metropolitano de Salvador	Camaçari	12.445	Bacia do Rio Grande	Luís Eduardo Magalhães	10.850
Bacia do Rio Grande	Barreiras	11.717	Metropolitano de Salvador	Simões Filho	6.940
Metropolitano de Salvador	Simões Filho	8.105	Portal do Sertão	Feira de Santana	6.161
Portal do Sertão	Feira de Santana	7.060	Costa do Descobrimento	Porto Seguro	5.253
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	6.556	Extremo Sul	Teixeira de Freitas	4.777
Metropolitano de Salvador	Dias D'Ávila	5.266	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	4.426
Extremo Sul	Teixeira de Freitas	5.252	Metropolitano de Salvador	Dias D'Ávila	4.171
Litoral Sul	Ilhéus	4.392	Metropolitano de Salvador	Vera Cruz	2.784

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

Considerando-se as perdas populacionais, a Tabela 11 mostra os municípios com os maiores SM negativos. No primeiro período, 1995-2000, Santo Amaro aparece com a maior perda migratória, com um saldo negativo de 4.132 migrantes. No período seguinte, Salvador apresenta uma mudança expressiva, surgindo na primeira posição e exibindo uma perda de 30.054 pessoas em suas trocas migratórias, muito maior que a do período anterior, que foi de 2.299 pessoas. O território que teve o maior número de municípios entre os que expuseram saldos negativos mais expressivos foi o Litoral Sul, com Canavieiras, Camacã e Itabuna ocupando a quinta, oitava e nona posições, respectivamente.

**Tabela 11**  
**Municípios com os maiores saldos migratórios negativos intermunicipais de data fixa, segundo os territórios de identidade – Bahia – 1995-2000 e 2005-2010**

Território de identidade	Município	Saldo migratório em 1995-2000	Território de identidade	Município	Saldo migratório em 2005-2010
Recôncavo	Santo Amaro	-4.132	Metropolitano de Salvador	Salvador	-30.054
Litoral Sul	Camacã	-2.631	Litoral Norte e Agreste Baiano	Alagoinhas	-2.346
Extremo Sul	Itamaraju	-2.393	Extremo Sul	Itamaraju	-2.088
Piemonte Norte do Itapicuru	Campo Formoso	-2.350	Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor do Bonfim	-2.050
Sisal	Serrinha	-2.335	Litoral Sul	Canavieiras	-1.886
Recôncavo	Maragogipe	-2.307	Piemonte Norte do Itapicuru	Campo Formoso	-1.683
Metropolitano de Salvador	Salvador	-2.299	Piemonte da Diamantina	Jacobina	-1.400
Baixo Sul	Gandu	-1.820	Litoral Sul	Camacan	-1.217
Médio Rio de Contas	Ubatã	-1.782	Litoral Sul	Itabuna	-1.188
Piemonte da Diamantina	Jacobina	-1.740	Recôncavo	Santo Amaro	-1.187

Fonte: Censo Demográfico (2013a, 2013b). Elaborado pela SEI/IPEA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses comentários finais, são discutidas algumas constatações e proposições da análise acerca do processo migratório intraestadual baiano verificado nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010. Utilizou-se, para tanto, dois recortes geográficos: o dos territórios de identidade e o dos municípios baianos com os maiores volumes de fluxos migratórios.

A análise dos principais deslocamentos intraestaduais por território de identidade evidenciou dados compatíveis com as transformações demográficas (através de indicadores medidos pela taxa de crescimento populacional, grau de urbanização, razão de dependência, razão de sexos e índice de envelhecimento), bem como associados com os principais fatores econômicos específicos de cada região do estado.

Com relação aos aspectos demográficos, mesmo apresentando o maior contingente populacional do estado, o TI Metropolitano de Salvador, que concentrava 24,5% da população em 2010, não está ranqueado entre os territórios com as maiores taxas de crescimento. Ao longo das duas últimas décadas, os TIs que ficaram no topo nesse quesito foram Baía do Rio Grande e Costa do Descobrimento, com índices de 2,4% e 1,6%, respectivamente, enquanto o Metropolitano de Salvador registrou 1,4%. Por outro lado, o TI com maior perda populacional



no período – Litoral Sul – foi um dos que mais enviaram emigrantes no período 2005-2010, mostrando um crescimento negativo de 0,9%.

Em 2010, a taxa de urbanização, para a Bahia, foi de 72,1%. Constatou-se que o TI Metropolitano de Salvador concentrou quase a totalidade de sua população em áreas urbanas, ao passo que Bacia do Paramirim registrou uma taxa de urbanização de 7,0%, a menor do estado. Porém, o mesmo TI ficou entre os com maior crescimento deste indicador no período entre os quinquênios analisados. Vitória da Conquista teve a maior evolução deste indicador entre os períodos (11,7 %).

Ao se analisar o Censo 2010, nota-se que o indicador que mede a razão de sexo atingiu o número de 96,4 homens para cada grupo de 100 mulheres na Bahia, um pouco menor do que o registrado no Censo anterior (97,8). Isso mostra, de uma maneira geral, uma redução do peso de pessoas do sexo masculino sobre o total da população. Já a razão de dependência na Bahia em 2010 foi de 49 pessoas economicamente dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa, enquanto em 2000 esse indicador atingiu 60,5, mostrando que houve uma redução do grupo economicamente dependente em relação ao de pessoas potencialmente ativas. Ao se analisar esse indicador segundo os TIs, Velho Chico e Piemonte do Paraguaçu apresentaram os maiores números em 2010, ambos com 67,4 – valor inferior em comparação com os registrados pelo Censo 2000: 84,9 e 82,6, respectivamente. No outro extremo aparece o TI Metropolitano de Salvador com a menor razão de dependência em ambas as décadas: 50,6 em 2000 e 43,9 em 2010.

Ainda sob a perspectiva dos TIs, Bacia do Jacuípe exibiu o maior índice de envelhecimento (54,0), superior ao verificado em 2000 (32,4) e ao registrado para a Bahia em ambas as décadas (25,8 e 40,4, respectivamente). Este fato confirma a tendência da ampliação do contingente desta faixa etária verificada na análise da razão de dependência realizada no presente trabalho. Costa do Descobrimento foi o TI que registrou o menor valor deste indicador, tanto em 2000 como em 2010 (17,2 e 26,5, respectivamente).

Para caracterizar os fluxos migratórios no estado, apresentando informações sobre imigração, emigração, saldos migratórios e taxas líquidas migratórias, procurou-se proceder a uma apreciação da dinâmica migratória entre as unidades em um nível mais desagregado, permitindo levantar um detalhado universo de dados, apesar dos cuidados em considerar as limitações metodológicas. Para tanto, foi necessário recorrer à divisão do estado da Bahia em 27 territórios de identidades (TIs) e também à análise em nível municipal.

No que concerne à imigração intermunicipal por território de identidade, no período 1995-2000, verificou-se que o TI Metropolitano de Salvador foi o maior recebedor de população dentro do estado, alcançando um fluxo imigratório da ordem 157.326 pessoas. Isso representava 24,1% da imigração total do estado naquele momento, ao passo que no período 2005-2010 o fluxo foi de 150.162 pessoas, correspondendo a 26% das trocas intermunicipais. Em seguida, aparece o Litoral Sul, que no período 1995-2000 foi o segundo maior receptor

de população do próprio estado, – somando um volume de 57.321 pessoas, o que representa 8,8% da migração total do estado naquele período. Enquanto que, no quinquênio 2005-2010, o TI do Litoral Sul ainda se destaca como o segundo polo atrator de população dentro do estado – recebendo um volume de 41.681 pessoas, ou 7,2% dos imigrantes totais do estado.

O município de Salvador se sobressai com o maior volume de migrantes, no período 1995-2000, responsável pela atração de 89.073 pessoas – representando cerca de 13,7% do total das migrações do estado. É importante frisar que, no período 1995-2000, enquanto Salvador despontava como primeiro colocado em termos de volume de migrantes, Camaçari (o município melhor colocado nesse período), apurou um volume de imigrantes quase cinco vezes menor (89.073 pessoas contra 18.691 pessoas). Enquanto que, no período 2005-2010, o mesmo município foi também o melhor ranqueado, após Salvador, contabilizou um volume de migrantes apenas duas vezes e meia menor (69.697 pessoas contra 29.047 pessoas).

Em relação à migração de retorno, sob a ótica dos territórios de identidade, nos períodos de 1995-2000 e 2000-2010, o TI Metropolitano Salvador foi o que mais absorveu esse contingente de migrantes, sendo responsável pela atração de 13.747 e 11.030 imigrantes de retorno de data fixa, respectivamente. Em que pese à redução em termos absolutos, as participações relativas, no total das migrações de retorno do estado, permaneceram inalteradas em 12,7%. Já o território de Vitória da Conquista foi responsável pela absorção de 9.419 pessoas, representando 8,7% do total dos imigrantes de retorno do estado no período – se consumando como o segundo polo de atração de imigrantes de retorno do estado da Bahia. Enquanto que, no período 2005-2010, o mesmo TI apresentou 7.039 migrantes – representando 8,1% do total do estado para o período. Por outro lado, o TI Bacia do Paramirim foi o de menor retorno, sendo responsável pela atração de apenas 1.286 imigrantes (no período 1995-2000) – o que representa 1,2% do total de imigrantes de retorno no estado – e 1.278 pessoas, em 2005-2010 – representando 1,5% do total de imigrantes de retorno.

No que tange à emigração, sob a análise dos territórios de identidade, no quinquênio 1995-2000, verificou-se que o TI Metropolitano de Salvador enviou 112.521 pessoas, o que representa 17,3% da população total dos emigrantes do estado. O território Litoral Sul encaminhou 67.698 pessoas para fora do território, no período de 1995-2000, consubstanciando uma participação percentual de 10,4% do número total de emigrantes do estado. Já o Portal do Sertão evidenciou um fluxo emigratório de 34.632 pessoas, no mesmo período, representando 5,3% do número total de emigrantes da Bahia. Para os anos 2005-2010, os mesmos territórios são responsáveis pelos maiores volumes de perda populacional – Metropolitano Salvador, Litoral Sul e Portal do Sertão. O Metropolitano de Salvador, no período 2005-2010, enviou 125.146 pessoas, representando 21,7% da população total dos emigrantes do estado. O acréscimo no volume de emigrantes repercutiu no aumento da participação relativa da emigração no território.

Do ponto de vista municipal, Salvador aparece como o principal perdedor de população do estado, representado por uma perda absoluta de 91.372 pessoas e uma perda relativa de

14,0% da emigração total, no período 1995-2000, e de 17,3%, no período 2005-2010, devido ao grande contingente populacional da capital, além do grande volume de trocas populacionais. Em seguida, aparece Feira de Santana, com uma perda absoluta em 1995-2000, de 18.884 pessoas, e perda percentual de 2,9% da emigração total do estado em ambos os períodos, bastante discrepante em comparação com o município de Salvador.

No que se refere aos saldos migratórios, observa-se que, dos vinte e sete TIs, apenas dez apresentaram saldos positivos em 1995-2000, e esse número foi reduzido para nove, no quinquênio 2005-2010. Isso indica que, para esses territórios, a absorção foi maior que as perdas de população, possuindo, esses territórios, mais fatores locais atrativos que repulsivos. O TI Metropolitano Salvador foi quem alcançou o maior saldo migratório positivo, da ordem de 44.805, ao passo que em 2005-2010 apresentou queda passando para 25.016. Por outro lado, o território Litoral Sul foi quem exibiu os maiores saldos migratórios negativos para o estado da Bahia, sendo no período 1995-2000, de 10.666 e, em 2005-2010, de 9.531.

Quanto às taxas líquidas migratórias (TLMs), no período de 1995-2000, o TI da Costa do Descobrimento contabilizou a maior resultado com TLM de 6,5%, expressando o ganho populacional advindo da migração. O maior resultado negativo foi exibido pelo Bacia do Jacuípe, no qual foi de 2,2% a proporção de população que seria acrescida na ausência de migração. Para o quinquênio de 2005-2010, as TLMs, em geral, foram mais baixas que no período anterior. As mais significativas foram as apresentadas pelo TI Bacia do Rio Grande, com o maior ganho (3,3% da população) e, novamente, Bacia do Jacuípe, com uma ausência de ganho populacional de 2,1% da população.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Luís A. A. Desempenho da economia baiana nos últimos 50 anos: uma análise com base nas grandes áreas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002*. Salvador: SEI, 2003. v. 1. (Série estudos e pesquisas, 60).
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: AS DESIGUALDADES SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: 60 ANOS DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, 16., 2008. Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2008.
- BAHIA. Secretaria de Planejamento da Bahia. *Territórios de identidade*. Disponível em: <[http://www.seplan.ba.gov.br/mapa\\_territorios.html](http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html)>. Acesso em: 14 set. 2013.
- CAVALCANTE, L. R. M. T. *A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX*. Salvador: FIEB, 2008.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 12 jul. 2013a.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 12 jul. 2013b.
- FERREIRA JUNIOR, H. M. et al. *Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste*: mapeamento,

metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio nos arranjos produtivos locais – Bahia. Salvador: BNDES; FUNPEC, maio 2009. (Nota Técnica, 2). Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento\\_BA.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_BA.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2012/SIS\\_2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2013.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, José E. (Org.). Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. [S.l.]: RedeSist; IE; UFRJ, nov. 2003. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1289323549.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1289323549.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2013.

MURICY, I. T. Novos padrões de reprodução sociodemográfica na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. (Série estudos e pesquisas, 60).

OLIVEIRA, A. T. R. de; ERVATTI, L. R.; O' NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. 2011, p. 29-49. (Col. Estudos & Análises, n. 1).

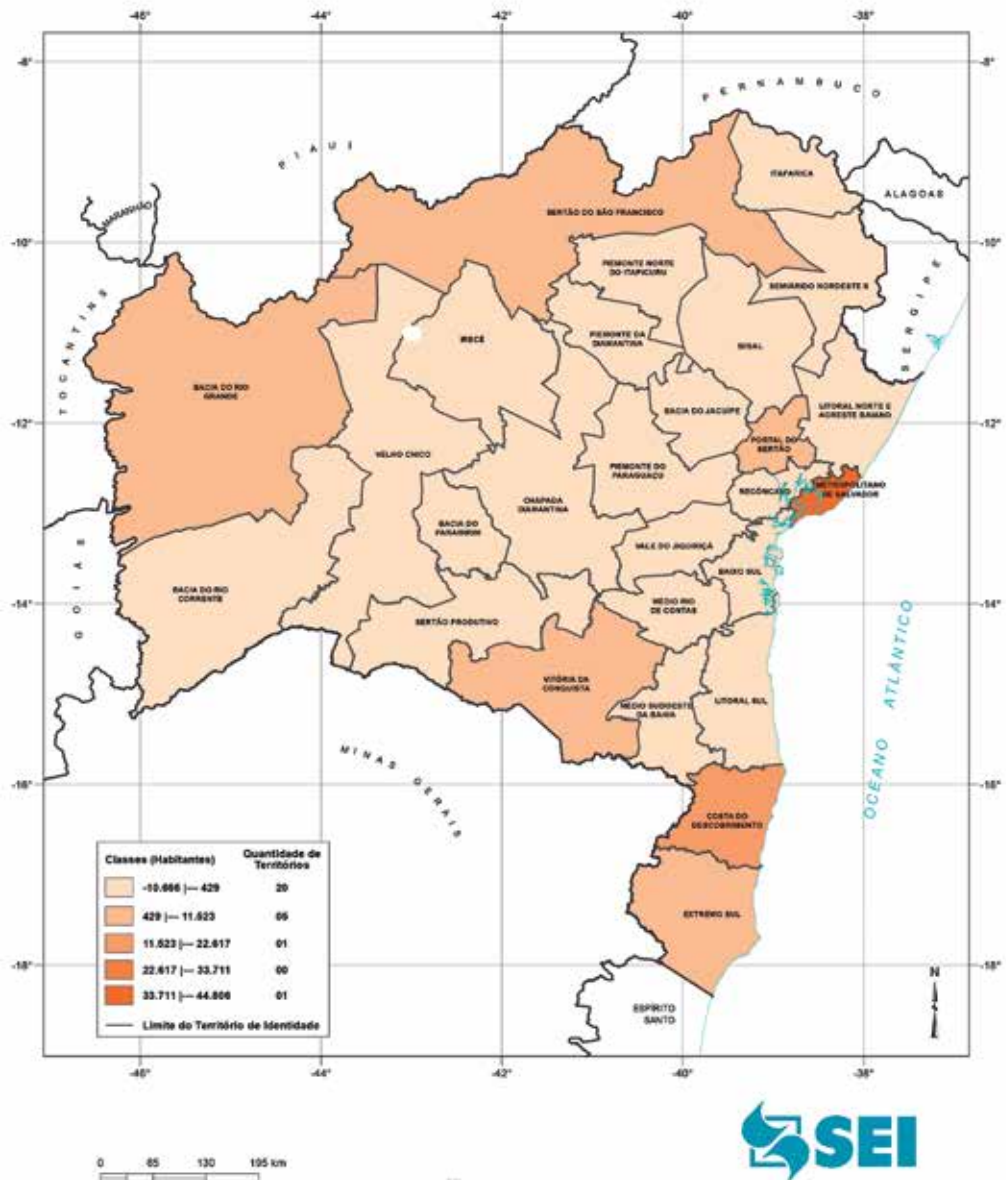
PESSOTI, G. C.; SILVA, D. V. Análise dos ciclos econômicos da Bahia entre 1975 e 2010. *Revista Desenbahia*, Salvador, n. 15, set. 2011.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA. *Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990*. Salvador: SEI, 2006. (Série estudos e pesquisas, 76).

SPINOLA, N. D. *Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*. Salvador: UNIFACS, 2003.

TEIXEIRA, F. L. C.; GUERRA, O. F. Os 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jul. 2000.

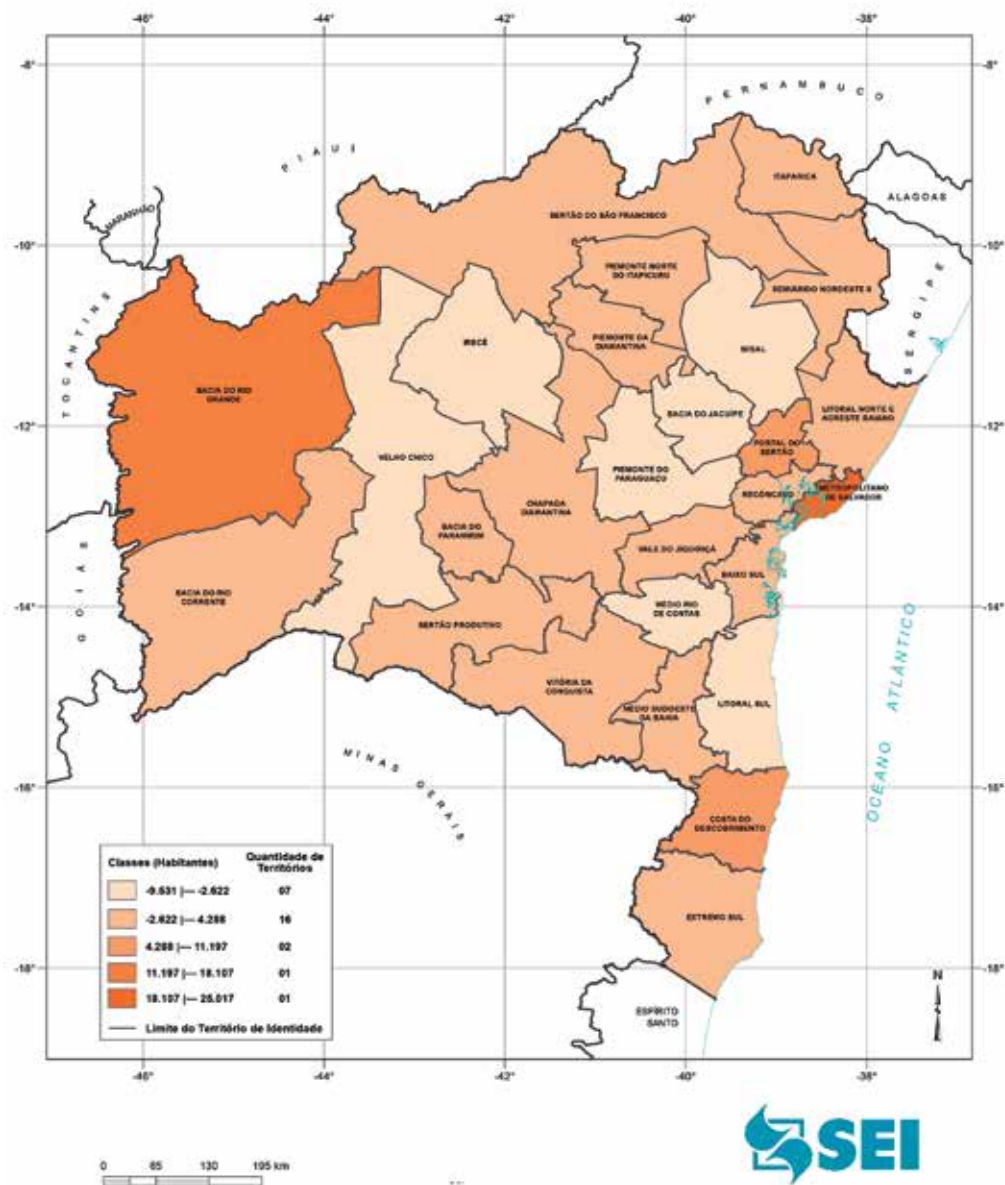
ANEXOS



Anexo 1  
Saldo migratório dos movimentos intraestaduais de data fixa, segundo os territórios de identidade – Bahia – 1995-2000

Fonte: Censo Demográfico (2013a). Cartograma elaborado pela SEI.

MIGRAÇÕES INTERNAS NOS DECÊNIO  
1990 E 2000 EM UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
SELECIONADAS: MUDANÇAS E CONTINUIDADES



Anexo 2

Saldo migratório dos movimentos intraestaduais de data fixa, segundo os territórios de identidade – Bahia – 2000-2010

Fonte: Censo Demográfico (2013b). Cartograma elaborado pela SEI.

## UMA BREVE ANÁLISE DA MIGRAÇÃO DE DATA FIXA NA BAHIA À LUZ DO CONCEITO DE ROTATIVIDADE MIGRATÓRIA

*Isaac Aroucha Coimbra Lou\**

*Lis Helena Borges\*\**

*Roberta Pimenta\*\*\**

*André Luís Melo de Oliveira\*\*\*\**

### INTRODUÇÃO

A análise das migrações internas no Brasil assume um papel cada vez mais importante nos estudos de população no século XXI. De acordo com Baeninger (2008), “[...] por um lado, verifica-se um redesenho em seus trajetos e significados; de outro lado, as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbanas-urbanas”.

Os movimentos migratórios internos no Brasil, nos últimos 60 anos, estiveram atrelados aos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população, marcados pela intensa mobilidade populacional e inseridos nas distintas etapas econômicas, sociais e políticas experimentadas pelo país nesse período (BAENINGER, 2008).

Ao longo dos últimos 50 anos do século XX, as migrações internas reorganizaram a população no território nacional. As vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituíram os eixos da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira detivesse os fluxos mais volumosos. Nesse sentido, as análises a respeito desse processo nos anos 1970, e até mesmo durante a década de 1980, estiveram preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração da migração – com a predominância do fluxo para o Sudeste –, do processo de urbanização – com a enorme transferência de população do campo para a cidade (cerca de 15,6 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais nesse período) – e da concentração da população – manifestada na metropolização (BAENINGER, 2008).

Historicamente, ficou evidenciado o poder atrativo populacional da Região Sudeste, devido à sua dinamização econômica no período inicial da industrialização no país. Em tal contexto, a Bahia passou a ser um dos principais estados emissores de população. O estado experimentou

\* Especialista em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em Ciências Econômicas pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (Cesmac). Coordenador de Estudos Sociopopulacionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). isaaclou@sei.ba.gov.br

\*\* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). borgeslis@gmail.com

\*\*\* Especialista em Educação a Distância pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e em Educação Matemática pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). roberta\_pimentta@hotmail.com

\*\*\*\* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnico da Coordenação de Estudos Sociopopulacionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). andreluisoliveira@sei.ba.gov.br

séries históricas de saldos negativos no processo de migração interestadual, fruto de um significativo volume de emigrantes que partiam com destino à Região Sudeste, principalmente para o estado de São Paulo.

A partir da década de 1980, iniciou-se um novo padrão, com predominância de deslocamentos intrarregionais e de curta distância, aumento das migrações de retorno, tendência do crescimento de cidades de porte médio e generalização de periferias no entorno dos centros urbanos maiores (PATARRA, 2003). O processo de migração interna no Brasil apresentou significativas alterações, influenciado pela desconcentração das atividades econômicas e pela crise dos anos 1980, que se refletiram na intensificação dos movimentos do tipo urbano-urbano e nas novas características e tendências da mobilidade espacial da população. As análises desse fenômeno sugerem alterações no crescimento metropolitano, na importância da migração de retorno e de curta distância e na configuração das clássicas “regiões ganhadoras” e “regiões perdedoras” de população (BAENINGER, 2000).

O aumento da complexidade dos processos migratórios ressalta a necessidade de utilização de diferentes métodos de análise, já que classificar os lugares como “de atração” ou “de repulsão” utilizando apenas o saldo migratório como referência torna-se a forma mais simples de avaliar os determinantes do fenômeno (LIMA; BRAGA, 2010). A produção científica contemporânea sobre as migrações internas tem buscado compreender quais elementos identificam e explicam os padrões atuais. Nos espaços nos quais os saldos de entrada e saída de migrantes se uniformizam, emerge a necessidade de novos conceitos, como o de “áreas de rotatividade” de migrantes, termo recente e ainda pouco utilizado pelos pesquisadores (BAENINGER, 2008; LIMA; BRAGA, 2010).

Na tentativa de entender o comportamento dos atuais processos migratórios, com base nos dados do IBGE para os censos de 1991, 2000 e 2010, este trabalho tem o objetivo de conhecer e classificar a posição do estado da Bahia, bem como a dos seus municípios (representados pelas regiões político-administrativas), quanto à capacidade de absorção e/ou expulsão populacional. Além desta introdução, o texto conta com mais dois tópicos. O segundo, que se divide em três subtópicos, dedica-se à utilização do índice de eficácia migratória para evidenciar a posição da Bahia com relação aos demais estados no que tange ao fluxo migratório interestadual, além de estabelecer as posições entre os territórios de identidade<sup>1</sup> do estado com relação aos movimentos interestaduais e intraestaduais. No último tópico, são tecidos comentários finais com relação aos principais resultados alcançados no decorrer do trabalho.

<sup>1</sup> Os 27 territórios de identidade da Bahia foram definidos a partir da necessidade de planejar políticas territoriais que contemplassem as prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, proporcionando um desenvolvimento igualitário entre as regiões.



## ROTATIVIDADE MIGRATÓRIA: A UTILIZAÇÃO DO ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA (IEM)

Com o intuito de captar as alterações na mobilidade espacial e identificar os principais estados envolvidos nesse processo, foi utilizado no presente trabalho o índice de eficácia migratória (IEM), metodologia que permite classificar a capacidade de uma determinada localidade em absorver população, através da relação entre o saldo migratório e o volume total de migrantes (imigrantes + emigrantes). O IEM varia entre -1 e 1, sendo classificado da seguinte forma: quanto mais próximo de 1, mais forte é a capacidade da localidade de reter população; quanto mais próximo de -1, maior é a expulsão migratória; e quanto mais próximo de 0, maior é a rotatividade migratória (BAENINGER, 2008).

Como orientação para qualificar os estados quanto à potencialidade migratória, foi usada a classificação elaborada por Oliveira, Ervatti e O' Neill (2011), que resultou de uma reclassificação das subdivisões dos níveis do IEM desenvolvidas por Baeninger (2008). A diferença entre essas duas classificações se dá nas distintas amplitudes que os autores atribuem ao intervalo que define o resultado do índice como pertencente à área de rotatividade migratória. Essa classificação pode ser observada no quadro abaixo.

Classes do IEM	Classificação da potencialidade de absorção migratória
-0,51 a -1,00	Área de forte evasão migratória
-0,30 a -0,50	Área de média evasão migratória
-0,10 a -0,29	Área de baixa evasão migratória
0,09 a -0,09	Área de rotatividade migratória
0,10 a 0,29	Área de baixa absorção migratória
0,30 a 0,50	Área de média absorção migratória
0,51 a 1,00	Área de forte absorção migratória

**Quadro 1**  
**Classificação do índice de eficácia migratória (IEM)**

Fonte: Oliveira, Ervatti e O' Neill (2011).

## IEM PARA OS ESTADOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA MIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE DATA FIXA<sup>2</sup>

A partir dos dados do Censo Demográfico para as décadas de 1991, 2000 e 2010, foram estimados os IEMs para os estados brasileiros (ver Anexo 2). Esses resultados estão sintetizados no Gráfico 1, que permite identificar as tendências migratórias para essas regiões. Pode-se verificar que, tanto para o período de 1986-1991, como para 1995-2000, das 27 UFs, 14 comportavam-se como regiões ganhadoras de população. Esse quadro modificou-se entre

<sup>2</sup> O quesito de "data fixa" investiga o local de residência do indivíduo cinco anos antes do Censo. No presente trabalho, entendeu-se como migrante de data fixa aquele indivíduo que cinco anos atrás se encontrava residindo em outra unidade da federação que não aquela da data do recenseamento.

2005 e 2010, passando para 15 os estados com ganhos migratórios. Ao longo dos períodos analisados, sofreram oscilações em seus saldos migratórios os estados do Pará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

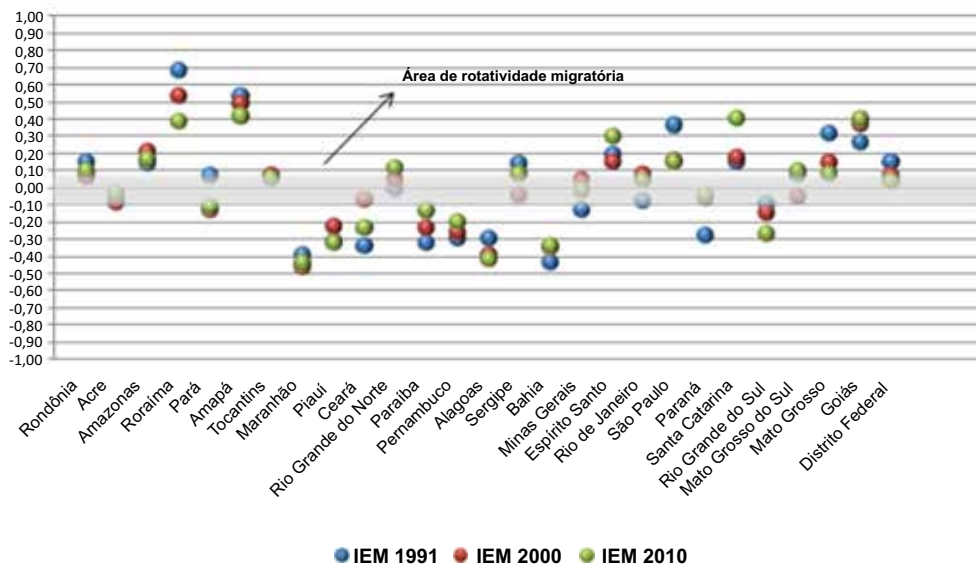


Gráfico 1

Índice de eficácia migratória para os deslocamentos interestaduais, segundo as unidades da federação – Brasil – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2012a, 2012b, 2012c).

A maioria dos estados da Região Norte apresentou certa estabilidade na tendência migratória, considerando a classificação do IEM. Mantiveram a mesma classificação para os três períodos (1991, 2000 e 2010) os estados do Amazonas, Tocantins e Acre. O primeiro foi classificado como área de baixa absorção migratória, e os dois outros considerados áreas de rotatividade migratória (faixa nublada no gráfico). Roraima passou de área de forte absorção migratória (resultado de 1991 e 2000) para área de média absorção. Rondônia teve oscilação em seu enquadramento quanto à conceituação, configurando-se, em 1991, como área de baixa absorção, passando no período seguinte para a condição de rotatividade migratória e retornando para área de baixa absorção em 2010. O Amapá teve a sua intensidade da absorção reduzida de forte (em 1991) para média (em 2000 e 2010). O Pará foi o único que apresentou tendência de evasão, saindo de uma condição de rotatividade migratória, em 1991, para tornar-se uma área de baixa evasão (nas décadas de 2000 e 2010).

Considerando a Região Nordeste, os estados da Bahia, Alagoas e Maranhão classificaram-se como áreas de média evasão migratória, tendência observada para os três períodos de referência. Paraíba e Pernambuco deixaram de atuar como áreas de média evasão (em 1991) para tornarem-se áreas de baixa evasão migratória (2000 e 2010). O Ceará apresentou a maior

instabilidade de fluxos na Região Nordeste, sendo classificado como área de média evasão em 1991, passando para área de rotatividade migratória em 2000 e, mais recentemente, para área de baixa evasão migratória. O Piauí oscilou quanto à intensidade da evasão migratória, ficando no nível médio em 1991, passando para baixo no período seguinte e retornando para médio em 2010. Rio Grande do Norte e Sergipe apresentaram comportamento inverso no período analisado. Enquanto o primeiro saiu de uma condição de rotatividade migratória para baixa absorção, o segundo tornou-se, atualmente, uma região de rotatividade migratória.

Analisando-se a Região Sudeste, o estado do Rio de Janeiro apresentou-se como área de rotatividade migratória, mantendo essa característica nos três períodos observados. Minas Gerais passou de área de baixa evasão para rotatividade migratória. São Paulo tendeu a uma redução da absorção migratória, saindo da área média (em 1991) para a baixa (2000 e 2010). O Espírito Santo mostrou tendência inversa à de São Paulo, aumentando a capacidade de absorção de baixa, em 1991 e 2000, para média, em 2010.

No Sul, Santa Catarina exibiu maior tendência a ganhar população, em comparação com os outros estados da região, situando-se na área de baixa absorção em 1991 e 2000 e passando para a de média absorção em 2010. Os outros dois estados dessa região apresentaram-se como áreas de evasão migratória: o Rio Grande do Sul ficou na área de baixa evasão nas três décadas dos censos, e o Paraná saiu de uma tendência de baixa evasão migratória – em 1991 – para a área de rotatividade migratória, em 2000 e 2010.

Avaliando-se os índices dos estados da Região Centro-Oeste, Mato Grosso aparenta estar invertendo sua tendência de região atrativa de população, mostrando uma redução da intensidade dos índices apresentados. Em 1991, era uma área de média absorção, passando para baixa em 2000 e entrando na área de rotatividade em 2010. Goiás apareceu como área de média absorção, apesar de ter figurado como de baixa absorção migratória em 1991. O Distrito Federal deixou a área de baixa absorção, em 1991, para situar-se como área de rotatividade migratória, em 2000 e 2010. Mato Grosso do Sul apresentou comportamento inverso, deixando a área de rotatividade migratória, em 2000, para apresentar tendência de área de baixa absorção, em 2010.

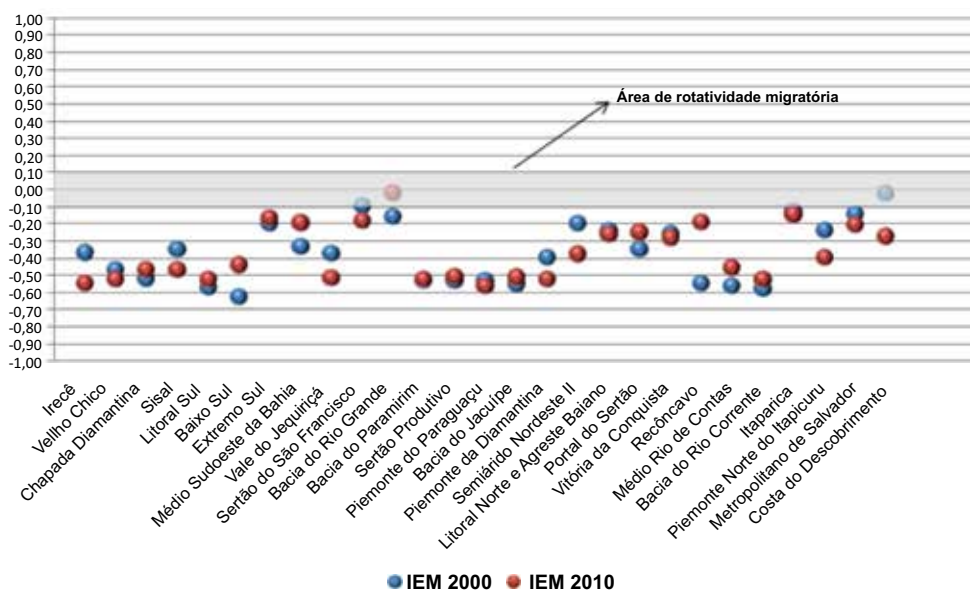
Observando-se de forma geral o Brasil quanto à eficácia migratória dos estados, apenas a Região Norte, com os estados de Roraima e Amapá, apresentou, em 1991, tendência de forte absorção, o que se modificou nas décadas mais recentes. Seguindo a perspectiva de reconfiguração dos fluxos migratórios, pode-se identificar a predominância de baixas e médias absorções e evasões populacionais. A mudança do posicionamento dos estados como ganhadores e perdedores de população sugere uma situação de circularidade ou rotatividade dessa população migrante. Neste sentido, percebeu-se também que a rotatividade migratória não se concentra em nenhuma região específica, sendo observada em 13 das 27 unidades da federação que, pelo menos em algum dos períodos analisados, enquadraram-se nessa definição. A região que mostrou maior circularidade da população migrante foi a

Centro-Oeste: três de seus quatro estados ocuparam a área de rotatividade migratória em alguma das três décadas do Censo.

Nesse contexto, Baeninger (2008) afirma que a dinâmica migratória marcada por alterações em termos de expulsão, recuperação e absorção reflete movimentos intrarregionais, intraestaduais e de migração de retorno. Desta forma, a redução do volume dos saldos migratórios negativos da Bahia em seus fluxos interestaduais e o enquadramento do estado como área de média evasão migratória nos períodos de 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010 incitam a necessidade de uma análise em um nível territorial mais desagregado para investigar novas tendências de migração.

### *IEMs para os territórios de identidade da Bahia*

Para avaliar os fluxos migratórios da Bahia, ainda sob a ótica interestadual, serão analisados os deslocamentos entre os estados e os municípios baianos agrupados em territórios de identidade<sup>3</sup> (ver mapa no Anexo 1). O Gráfico 2 sintetiza os resultados dos IEMs para os territórios de identidade do estado (ver resultados numéricos no Anexo 3).



**Gráfico 2**

**Índice de eficácia migratória para os deslocamentos interterritoriais, segundo os territórios de identidade - Bahia - 1995-2000 e 2005-2010**

Fonte: Censo Demográfico (2012b, 2012c).

Nota: Foram excluídos os migrantes estrangeiros e de UF sem especificação.

<sup>3</sup> O território de identidade (TI) é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SEPLAN).

O comportamento dos IEMs para os TIs, apresentado no Gráfico 2, reflete a realidade de perda populacional exibida pelo estado da Bahia. A análise dos índices estimados para os 27 TIs, nos quinquênios de 1995-2000 e 2005-2010, revela a predominância de áreas de evasão migratória, variando apenas a intensidade dessa perda populacional. Somente três territórios, em algum dos quinquênios analisados, foram classificados como área de rotatividade migratória: Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande e Costa do Descobrimento.

Analisando-se as regiões que não sofreram modificações na classificação entre 2000 e 2010, foram consideradas como áreas de baixa evasão os territórios do Extremo Sul, Litoral Norte e Agreste Baiano, Vitória da Conquista, Itaparica e Metropolitano de Salvador. O território do Sisal foi o único classificado como área de média evasão que manteve essa situação nos quinquênios estudados.

Ainda sobre as regiões que não sofreram modificações na classificação, configuraram-se como áreas de forte evasão os TIs Litoral Sul, Bacia do Paramirim, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe e Bacia do Rio Corrente.

Entre os que tiveram oscilação na classificação dos seus IEMs e que aumentaram a intensidade de suas perdas populacionais surgiram os TIs Irecê, Velho Chico, Vale do Jequiriçá e Piemonte da Diamantina, que passaram de média para forte evasão. Os territórios de Piemonte Norte do Itapicuru e Semiárido Nordeste II saíram da categoria de baixa para média evasão.

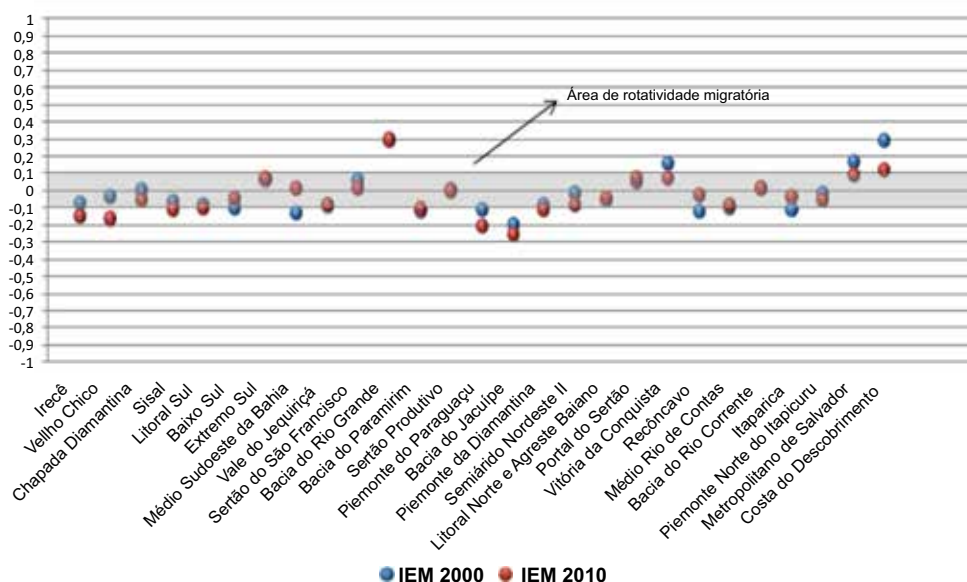
Também considerando as regiões que não sustentaram a mesma classificação nos períodos analisados, mas que reduziram a intensidade de suas perdas populacionais, destacaram-se os TIs Chapada Diamantina, Baixo Sul, Sertão Produtivo e Médio Rio de Contas, que passaram de forte para média evasão. Os TIs Médio Sudoeste da Bahia e Portal do Sertão mudaram de média para baixa evasão migratória. Apenas o território do Recôncavo sofreu variação de forte para baixa evasão.

Somente três TIs obtiveram a classificação de área de rotatividade migratória. Sertão do São Francisco e Costa do Descobrimento foram enquadrados nessa categoria no quinquênio 1995-2000, passando, no período seguinte, a figurar como área de baixa evasão. Destaca-se o TI Bacia do Rio Grande, que deixou de ser área de baixa evasão, em 1995-2000, para ser considerado área de rotatividade migratória, único TI com tal classificação no quinquênio 2005-2010.

## **IEMs PARA OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE: UMA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS INTRAESTADUAIS DE DATA FIXA**

As análises das variações na intensidade dos movimentos migratórios entre os TIs da Bahia e outras unidades da federação, captadas pelos IEMs, possibilitam inferir mudanças na configuração do comportamento migratório do estado. Contudo, a definição desses novos rumos da migração pode estar sendo demarcada pelos movimentos intraestaduais de data fixa. Por

isso, faz-se necessário um estudo mais detalhado desses movimentos do ponto de vista mais desagregado da região.



**Gráfico 3**  
Índice de eficácia migratória para os deslocamentos intraestaduais, segundo os territórios de identidade – Brasil – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2012b, 2012c).

O Gráfico 3 apresenta a distribuição dos territórios de identidade segundo a classificação dos IEMs. A análise dos índices estimados para os 27 TIs (ver Anexo 4) nos quinquênios de 1995-2000 e 2005-2010 revela a predominância de áreas de rotatividade migratória. Para o primeiro período, obtiveram essa classificação 15 territórios, e no quinquênio seguinte, esse número aumentou para 17 TIs. Os demais territórios foram considerados, segundo a potencialidade de absorção migratória, de baixa evasão (oito TIs, nos dois períodos), baixa absorção (quatro territórios, em 2000, e um, em 2010) e média absorção (apenas um, em 2010).

A predominância de espaços classificados com áreas de rotatividade migratória evidencia a simultaneidade com que os movimentos de atração e repulsão acontecem, apresentando a mesma intensidade. Tal padrão migratório caracteriza ambientes de forte circularidade para os migrantes.

Foram qualificados como área de rotatividade migratória, nos dois períodos de análise, os TIs de Chapada Diamantina, Extremo Sul, Vale do Jequiçá, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão e Piemonte Norte do Itapicuru.

Também mantiveram a mesma classificação nos dois períodos, mas como áreas de baixa evasão migratória, os territórios de Bacia do Paramirim, Piemonte do Paraguaçu e Bacia do Jacuípe. Esses territórios, devido à classificação, devem apresentar mais fatores de expulsão da população que de atração.

O TI Costa do Descobrimento, de forma oposta, deve apresentar mais características de atração de migrantes, já que foi classificado, igualmente nos dois períodos, como área de baixa absorção migratória.

Os territórios de Irecê, Velho Chico, Sisal, Litoral Sul e Piemonte da Diamantina foram classificados como áreas de rotatividade migratória, em 1995-2000, e passaram a apresentar baixa evasão migratória em 2005-2010. Desta forma, esses TIs evidenciaram menor capacidade de reter população. Esta leve tendência à repulsão pode revelar que características exibidas anteriormente por essas localidades não estão sendo mais suficientes para garantir a permanência das pessoas nessas regiões.

Entre as áreas que mostraram oscilação na classificação dos IEMs e que reduziram a intensidade de suas perdas populacionais apareceram os TIs de Baixo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Recôncavo e Médio Rio de Contas. Esses territórios foram classificados como áreas de baixa evasão migratória no período inicial e passaram a figurar como áreas de rotatividade migratória em 2005-2010.

Vitória da Conquista e Metropolitano de Salvador reduziram sua capacidade de reter população, deixando de se apresentar como área de baixa absorção, em 1995-2000, para se exibir como área de rotatividade migratória, em 2005-2010.

O único território que passou de baixa para média absorção, ampliando assim a intensidade de absorção migratória, foi Bacia do Rio Grande. Uma das justificativas para a mudança foi o aumento no número de imigrantes em relação aos emigrantes. O saldo migratório do território passou de 9.535 pessoas, em 1995-2000, para 12.128, em 2005-2010. Em âmbito municipal, pode-se observar o significativo número de pessoas recebidas pelo município de Luís Eduardo Magalhães, que foi responsável, em 2010, por 47% do total de imigrantes do TI. Esse incremento populacional deveu-se, entre outros aspectos, à dinâmica econômica do município.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório procurou analisar os movimentos das migrações internas no Brasil, mais especificamente o posicionamento do estado da Bahia diante do cenário nacional, bem como dos seus territórios de identidade, no que concerne ao poder de atração e/ou expulsão populacional. As alterações dos últimos 60 anos reconfiguraram movimentos de urbanização e de redistribuição espacial da população da Bahia, seja interestaduais ou intraestaduais, determinando uma maior complexidade do processo migratório. Diante desse contexto, a

utilização do índice de eficácia migratória (IEM) foi necessária para uma análise mais precisa dos fenômenos migratórios verificados no atual cenário.

Os resultados estimados através da análise do IEM para as unidades da federação, tendo como fonte os censos demográficos para os anos de 1991, 2000 e 2010, possibilitaram identificar as tendências migratórias para essas regiões. Analisando-se os deslocamentos interestaduais de data fixa no país, foi observado que, até a última década (2010), das 27 unidades federativas, 15 evidenciaram-se como regiões ganhadoras de população: Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins, pertencentes à Região Norte; Rio Grande do Norte e Sergipe, representando a Região Nordeste; Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, pela Região Sudeste; Santa Catarina, na Região Sul; e Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal, representando a Região Centro-Oeste, mantiveram-se como polos de absorção populacional nas três últimas décadas. Vale destacar que a Região Centro-Oeste foi a que apresentou maior circularidade da população migrante, tendo em vista que três das quatro unidades federativas (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal) ocuparam a área de rotatividade migratória em alguma das três décadas analisadas.

De forma geral, ao se analisar o posicionamento das UFs no que tange ao conceito de eficácia migratória, apenas os estados de Roraima e Amapá foram classificados como área de forte absorção migratória (nas décadas de 1991 e 2000), caminhando para área de média absorção na última década analisada (2010). Observou-se também que a rotatividade migratória não se concentra em nenhuma região específica, sendo verificada em 13 das 27 UFs que, em pelo menos um dos períodos analisados, enquadraram-se nessa definição: Rondônia, Acre, Pará, Tocantins, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal.

A redução do volume dos saldos migratórios negativos da Bahia em seus fluxos interestaduais, além do posicionamento do estado como área de média evasão migratória para os períodos em análise (1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010), invocou a necessidade de investigar novas tendências migratórias. Assim, foi necessário captar as alterações na mobilidade espacial dos territórios de identidade de forma mais abrangente do que a proporcionada pelos saldos migratórios, que permitem apenas a classificação como áreas “de atração” ou “de expulsão”. Consequentemente, procedeu-se à análise dos índices estimados para os 27 TIs nos quinquênios de 1995-2000 e 2005-2010, o que revelou a predominância de áreas de rotatividade migratória no estado da Bahia. Para o primeiro período, obteve-se essa classificação para 15 TIs, e no quinquênio seguinte, esse número aumentou para 17 TIs.

Os demais territórios foram considerados, segundo a potencialidade de absorção migratória, como de baixa evasão (oito TIs nos dois períodos), baixa absorção (quatro territórios, em 2000, e um, em 2010) e média absorção (apenas um, em 2010). Foram qualificados como área de rotatividade migratória, nos dois períodos de análise, os TIs de Chapada Diamantina, Extremo Sul, Vale do Jequiriçá, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão e Piemonte Norte do Itapicuru.



Apenas três TIs se posicionaram como área de rotatividade migratória em algum dos períodos de referência: Sertão do São Francisco (1995-2000), Bacia do Rio Grande (2005-2010) e Metropolitano de Salvador (1995-2000). Contudo, a análise dos índices estimados para os 27 TIs nos quinquênios de 1995-2000 e 2005-2010 revelou a predominância de áreas de evasão migratória, variando apenas a intensidade dessa perda populacional.

Ao se desagregar a análise, destacaram-se 26 municípios mais representativos do ponto de vista de seus volumes de imigrantes intraestaduais. Eles foram responsáveis por cerca de 50% da absorção total de imigrantes do estado, o que indica a baixa representatividade dos demais 391 municípios na imigração baiana. Cabe ressaltar que a maioria desses municípios compõe o TI Metropolitano de Salvador. Dentre eles, Salvador se sobressaiu no período 1995-2000, sendo responsável por uma atração em torno de 89.073 pessoas, representando, aproximadamente, 14% do total das imigrações do estado. No quinquênio 2005-2010, verificou-se um declínio na capacidade de absorção da capital, com um volume de 69.697 pessoas, correspondendo a cerca de 12% do total das imigrações.

Vale ressaltar que, no período 1995-2000, enquanto a capital baiana despontava como líder em atração de pessoas, Camaçari, segundo colocado, apurou um volume de imigrantes quase cinco vezes menor do que o de Salvador (89.073 pessoas contra 18.691). No período 2005-2010, o mesmo município foi também o melhor ranqueado depois de Salvador, contabilizando um volume de imigrantes apenas duas vezes e meia menor do que o da capital (69.697 pessoas contra 29.047).

Em suma, pode-se afirmar que o comportamento dos IEMs reflete a realidade de perda populacional apresentada pelo estado da Bahia no decorrer de sua história. No entanto, tal situação tende a se amenizar na medida em que se reconhece, nas três últimas décadas, um saldo migratório negativo decrescente para o estado, ou seja, tendendo a nulo. Observa-se isso, dentro do conceito de rotatividade migratória, a partir do momento em que o estado passa a ter um número de emigrantes paulatinamente menor e um volume de imigrantes sensivelmente crescente. Assim, o seu posicionamento é deslocado da área de forte evasão para a de média evasão populacional. Resta avaliar, a partir dos próximos recenseamentos, se essas tendências poderão ser confirmadas.

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. *Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI*. Caxambu, MG: ABEP, 2008.

\_\_\_\_\_. Migração, migrações. *Ideias*, Campinas, SP, n. 2, p. 31-41, 2011.

\_\_\_\_\_. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes: Brasil, 1980-1996. In: HOGAN, Daniel Joseph. *Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas; Unicamp; Núcleo de Estudos de População, 2000. v. 3. (Textos NEPO, 35). Disponível em: <[http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos\\_nepo/textos\\_nepo\\_35.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_35.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2013.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default\\_censo1991.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm)>. Acesso em: 10 set. 2012a.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 10 set. 2012b.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 5 mar. 2012c.

LIMA, E. E. C.; BRAGA, F. Da rotatividade migratória a baixa migração: uma análise dos novos padrões da mobilidade populacional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., Caxambu, MG, 2010. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2010.

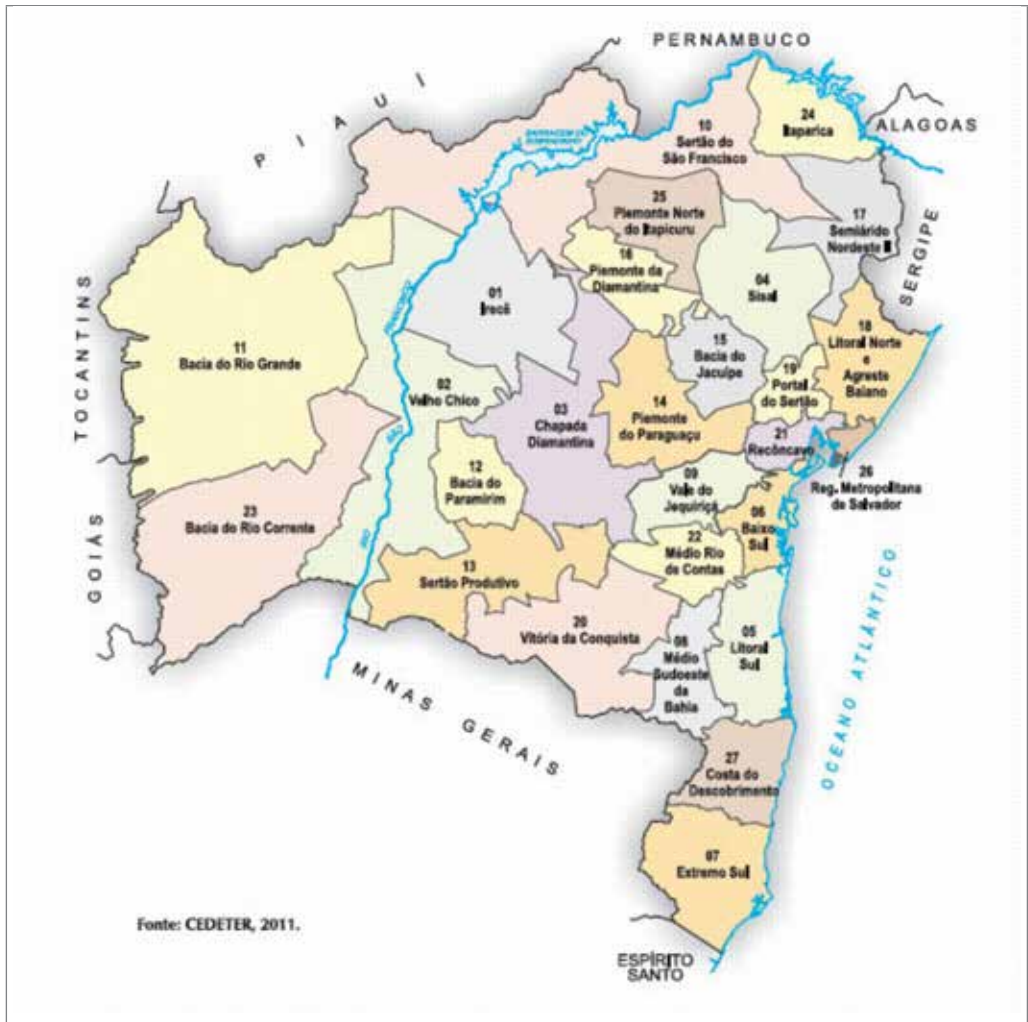
OLIVEIRA, A. T. R. de; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. *O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e censos demográficos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

PATARRA, N. L. O Brasil: país de imigração? *e-metropolis*, [Rio de Janeiro], v. 3, n. 9, jun. 2012.

\_\_\_\_\_. *Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços*. Rio de Janeiro: ENCE, 2003. (Textos para discussão, Escola Nacional de Estatística, 7).

SOUZA, G. A. A. *Tendências da imigração e emigração na Bahia 1950/80*. Salvador: UFBA; CRHFINEP, 1985. Relatório da pesquisa Dinâmica do crescimento e da redistribuição espacial da população baiana, 1950-1980. Mimeografado.

ANEXOS



Fonte: CEDETER, 2011.

Anexo 1  
Mapa dos Territórios de identidade da Bahia

Fonte: Cedeter, 2011.

## Anexo 2

Unidades da federação	IEM 1991	IEM 2000	IEM 2010
Rondônia	0,15	0,07	0,10
Acre	-0,05	-0,08	-0,03
Amazonas	0,15	0,21	0,16
Roraima	0,68	0,54	0,39
Pará	0,07	-0,13	-0,11
Amapá	0,54	0,49	0,42
Tocantins	0,07	0,07	0,05
Maranhão	-0,39	-0,46	-0,44
Piauí	-0,31	-0,23	-0,32
Ceará	-0,34	-0,07	-0,23
Rio Grande do Norte	-0,01	0,04	0,11
Paraíba	-0,32	-0,23	-0,13
Pernambuco	-0,30	-0,26	-0,20
Alagoas	-0,30	-0,39	-0,42
Sergipe	0,14	-0,04	0,08
Bahia	-0,43	-0,35	-0,34
Minas Gerais	-0,13	0,05	-0,02
Espírito Santo	0,20	0,15	0,30
Rio de Janeiro	-0,08	0,08	0,04
São Paulo	0,36	0,16	0,15
Paraná	-0,28	-0,06	-0,04
Santa Catarina	0,15	0,18	0,40
Rio Grande do Sul	-0,10	-0,15	-0,27
Mato Grosso do Sul	0,08	-0,05	0,10
Mato Grosso	0,31	0,15	0,08
Goiás	0,26	0,37	0,40
Distrito Federal	0,15	0,07	0,04

**Quadro 2**  
Índice de eficácia migratória para os deslocamentos interestaduais, segundo as unidades da federação – Brasil – 1991, 2000 e 2010

Fonte: Censo Demográfico (2012a, 2012b, 2012c).

## Anexo 3

Território de Identidade	IEM 2000	IEM 2010
Irecê	-0,37	-0,54
Velho Chico	-0,47	-0,52
Chapada Diamantina	-0,52	-0,46
Sisal	-0,35	-0,46
Litoral Sul	-0,57	-0,52
Baixo Sul	-0,63	-0,44
Extremo Sul	-0,20	-0,17
Médio Sudoeste da Bahia	-0,33	-0,19
Vale do Jequiriçá	-0,37	-0,51
Sertão do São Francisco	-0,09	-0,18
Bacia do Rio Grande	-0,16	-0,02
Bacia do Paramirim	-0,53	-0,52
Sertão Produtivo	-0,53	-0,50
Piemonte do Paraguaçu	-0,53	-0,56
Bacia do Jacuípe	-0,55	-0,51
Piemonte da Diamantina	-0,39	-0,52
Semiárido Nordeste II	-0,20	-0,38
Litoral Norte e Agreste Baiano	-0,24	-0,26
Portal do Sertão	-0,35	-0,25
Vitória da Conquista	-0,26	-0,28
Recôncavo	-0,54	-0,19
Médio Rio de Contas	-0,56	-0,45
Bacia do Rio Corrente	-0,58	-0,52
Itaparica	-0,13	-0,14
Piemonte Norte do Itapicuru	-0,24	-0,39
Metropolitano de Salvador	-0,14	-0,20
Costa do Descobrimento	-0,03	-0,27

**Quadro 3**  
Índice de eficácia migratória para os deslocamentos inter-regionais, segundo os territórios de identidade – Bahia – 2000 e 2010

Fonte: Censo Demográfico (2012b, 2012c).

#### Anexo 4

Unidades da federação	IEM 2000	IEM 2010
Irecê	-0,08	-0,15
Velho Chico	-0,03	-0,16
Chapada Diamantina	0,00	-0,05
Sísal	-0,07	-0,11
Litoral Sul	-0,09	-0,10
Baixo Sul	-0,10	-0,05
Extremo Sul	0,06	0,07
Médio Sudoeste da Bahia	-0,13	0,01
Vale do Jequiriçá	-0,09	-0,09
Sertão do São Francisco	0,06	0,01
Bacia do Rio Grande	0,29	0,30
Bacia do Paramirim	-0,12	-0,11
Sertão Produtivo	0,01	0,00
Piemonte do Paraguaçu	-0,11	-0,20
Bacia do Jacuípe	-0,20	-0,26
Piemonte da Diamantina	-0,08	-0,11
Semiárido Nordeste II	-0,02	-0,08
Litoral Norte e Agreste Baiano	-0,05	-0,04
Portal do Sertão	0,05	0,07
Vitória da Conquista	0,16	0,07
Recôncavo	-0,12	-0,02
Médio Rio de Contas	-0,10	-0,08
Bacia do Rio Corrente	0,01	0,02
Itaparica	-0,11	-0,04
Piemonte Norte do Itapicuru	-0,02	-0,05
Metropolitano de Salvador	0,17	0,09
Costa do Descobrimento	0,29	0,12

#### Quadro 4

Índice de eficácia migratória para os deslocamentos intraestaduais, segundo os territórios de identidade – Bahia – 2000 e 2010

Fonte: Censo Demográfico (2012b, 2012c).

# PARTE III

SEPS

98

*Série Estudos e Pesquisas*

CONTEXTOS  
SOCIOECONÔMICOS E  
DEMOGRÁFICOS DA REGIÃO SUL





## O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ NAS DÉCADAS RECENTES

*Rosa Moura\**  
*Liria Yuri Nagamine\*\**  
*Paulo Roberto Delgado\*\*\**

### INTRODUÇÃO

Os movimentos da população no território brasileiro têm estreita relação com motivações econômicas e fundiárias e, nesse sentido, podem ser explicados nas diferenças das estruturas produtivas das diversas regiões e de sua inserção na divisão social do trabalho. São, portanto, um processo social, no qual grupos ou indivíduos se colocam em movimento ao se defrontarem com fatores de expulsão, presentes em seu lugar de origem, e com condições de atração, fundamentalmente propiciadas pela urbanização concentrada. Portanto, as condições regionais são elementos fundamentais à compreensão das lógicas que induzem os movimentos migratórios. Na última década, verificaram-se, no Paraná, vários processos – como o forte crescimento do emprego, a expansão de atividades industriais, o expressivo aumento da produção agropecuária e a expansão de políticas sociais – que, mesmo diferenciados regionalmente, podem ter afetado esses fatores que atuam sobre as decisões de migração.

Assim, este capítulo objetiva caracterizar sucintamente o cenário socioeconômico do Paraná das últimas décadas, de forma que se possa melhor situar o contexto no qual ocorrem as migrações no estado. Aborda, inicialmente, o movimento da população em território paranaense, marcado pela célere urbanização; a distribuição da população no território, seu padrão de crescimento, criando áreas de extrema concentração e áreas de esvaziamento; e a mobilidade pendular para trabalho e estudo, sustentando a realização de atividades distribuídas entre municípios e mantendo o funcionamento das cidades/aglomerações, apesar da dissociação entre local de moradia e local de trabalho e estudo. Na sequência, enfoca a distribuição da atividade econômica e o mercado de trabalho, com base em dois conjuntos fundamentais de informações: o valor adicionado fiscal total e da indústria e o emprego formal. A dinâmica

\* Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e especialista em Programa de Estudos em Redistribuição da População pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora do Observatório das Metrópoles. [rmoura.pr@gmail.com](mailto:rmoura.pr@gmail.com)

\*\* Especialista em Adm. Monit. e Controle da Qualidade de Vida Urbana pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP) e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Positivo e assistente de pesquisa do Núcleo Curitiba do Observatório das Metrópoles. [liria\\_ok@yahoo.com.br](mailto:liria_ok@yahoo.com.br)

\*\*\* Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e especialista em Bioestatística pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). [pr.delgado63@gmail.com](mailto:pr.delgado63@gmail.com)

da população e da atividade econômica, no modo capitalista de produção, produz espaços desiguais, expressos nas características sociais da população, o que será motivo da abordagem do último bloco de análise.

Tomam-se como períodos de referência as décadas de 1990-2000 e de 2000-2010, buscando informações que mais se aproximem dessas datas. O recorte de análise é a unidade municipal, organizada nas 10 mesorregiões geográficas estaduais definidas pelo IBGE e nas regiões metropolitanas (RMs) institucionalizadas até a data do último Censo Demográfico. Essas 10 mesorregiões geográficas são: Noroeste Paranaense, Centro-Occidental Paranaense, Norte Central Paranaense – na qual se inserem as RMs de Londrina e de Maringá –, Norte Pioneiro Paranaense, Centro-Oriental Paranaense, Oeste Paranaense, Sudoeste Paranaense, Centro-Sul Paranaense, Sudeste Paranaense e Metropolitana de Curitiba, onde se encontra a RM de Curitiba.

## MOVIMENTO DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO PARANAENSE

### Urbanização

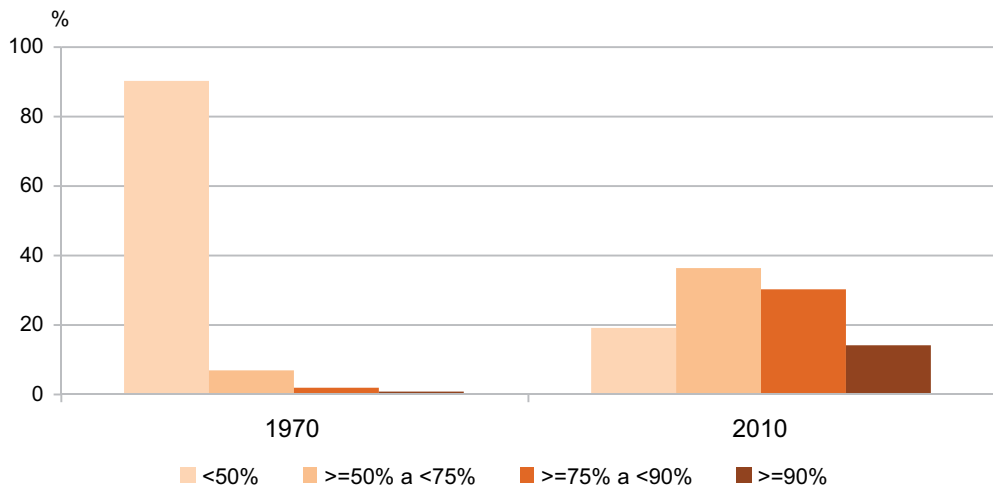
A urbanização paranaense expressa uma trajetória mais intensa que a do próprio país. Enquanto o Brasil descreveu uma curva contínua ascendente, o Paraná elevou seu grau de urbanização de 36,1%, em 1970, para mais de 80% em 1991, quando superou o patamar da urbanização brasileira. Em 2010, o estado registrou 85,3% da população vivendo em áreas urbanas, enquanto o Brasil alcançou 84,4% (CINTRA et al., 2010).

Mesmo que algumas porções do estado apresentem graus mais elevados de urbanização, essa se deu horizontalmente. Em 2010, 57 municípios, ou 14,3% do total de unidades administrativas paranaenses, tinham graus de urbanização superiores a 90%, enquanto que, em 1970, apenas Curitiba cumpria essa condição. Naquela época, 263 municípios, ou 91,3% do conjunto, tinham graus inferiores a 50%; em 2010, apenas 19,3% dos municípios ainda se caracterizavam pela predominância da população no meio rural (Figura 1).

A urbanização se expressa de forma diferenciada entre as mesorregiões. Em 2010, a Norte Central e a Metropolitana de Curitiba eram as mais urbanizadas, com grau correspondente a 91,6%. No estrato entre 80% e 90% de população vivendo em áreas urbanas, encontravam-se outras cinco mesorregiões, e apenas três no estrato inferior – Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste, sendo esta última a menos urbanizada (58,6%).

A trajetória da urbanização, sob forte movimento da distribuição da população e da atividade econômica no território, configurou uma rede de cidades que, ao longo do tempo, sofreu pequenos reposicionamentos na hierarquia urbana, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008). Essa rede, correspondendo aos pontos de maior concentração no território, tem algumas centralidades, cujas expansões da ocupação do espaço conformam

aglomerações urbanas, entre as quais se destaca a metropolitana de Curitiba. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008), essa aglomeração, ou área de concentração da população (ACP), envolve 14 municípios. Outras duas ACPs foram identificadas: a de Londrina, com quatro municípios, e a de Maringá, com seis.<sup>1</sup> Polarizando territórios mais abrangentes, essas ACPs são núcleos de três regiões metropolitanas (RMs) institucionalizadas no Paraná até o Censo Demográfico de 2010 (Mapa 1)<sup>2</sup>. Cabe salientar que as ACPs, nas três RMs, correspondem a uma pequena parcela do território institucionalizado, altamente densa, urbanizada e com a mancha de ocupação contínua entre os municípios.



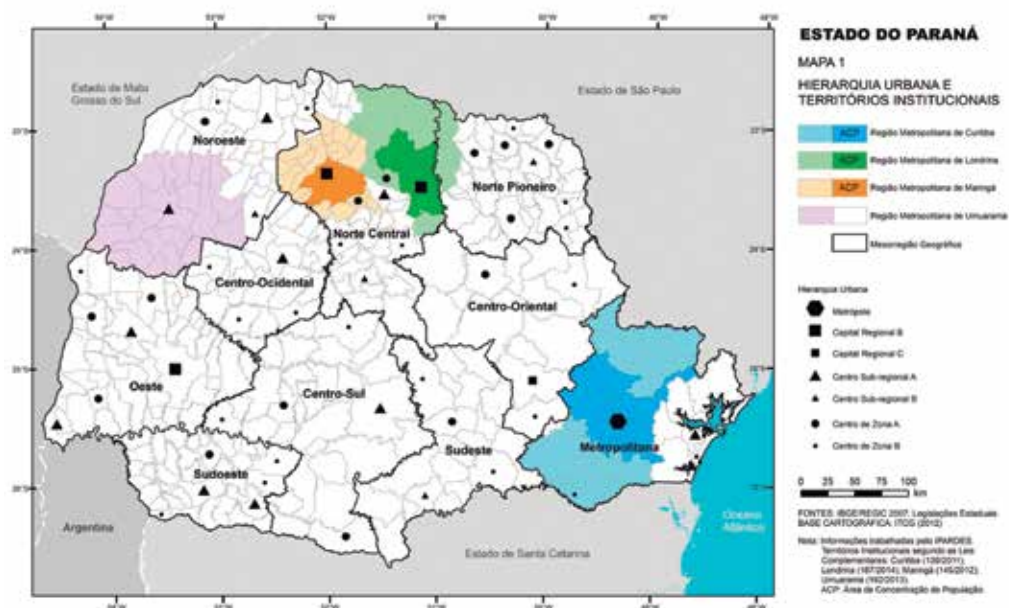
**Figura 1**  
Distribuição dos municípios segundo grau de urbanização – Paraná – 1970-2010

Fonte: Censo Demográfico (1970, 2010).

Nota: Dados trabalhados pelo Iparides.

<sup>1</sup> A ACP de Curitiba compõe-se dos municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. A ACP de Londrina, dos municípios: Cambé, Ibiporã, Londrina e Rolândia. A ACP de Maringá, dos municípios: Floresta, Mandaguari, Marialva, Maringá, Paiçandu e Sarandi.

<sup>2</sup> Posteriormente foi criada a RM de Umuarama. Ressalva-se que, conceitualmente, apenas a Região Metropolitana de Curitiba expressa características metropolitanas. As demais absorveram essa denominação dentro do processo de institucionalização legal, que nem sempre obedece com rigor a preceitos conceituais sobre o urbano-metropolitano. Se as três unidades se igualam na denominação, na natureza elas se distinguem.



**Mapa 1**  
**Hierarquia urbana e Territórios Institucionais – Paraná**

Fonte: IBGE – Regic 2007 e Legislações estaduais. Dados trabalhados pelo Iparde, 2012.

## Distribuição da população

Em 2010, o Paraná atingiu a população de 10.444.526 habitantes, dos quais mais de 64% se concentravam nas mesorregiões Metropolitana de Curitiba (33,5%), Norte Central (19,5%) e Oeste Paranaense (11,7%) (Tabela 1).

A Mesorregião Metropolitana tem elevado sua participação no total do estado, se considerado o valor relativo a 1991. As mesorregiões Norte Central e Centro-Oriental registraram relativa estabilidade, enquanto a Oeste apresentou ligeiro declínio (Figura 2). Em relação às demais, o que chama a atenção, na última década, é que, mesmo com a perda de participação no estado, houve uma estabilização dos estoques populacionais. Sem desconsiderar as especificidades intramesorregionais, pode-se tomar como exemplo a Mesorregião Centro-Ocidental, que, mesmo com contínuo crescimento negativo, mas tendendo a zero, reduziu a perda de população, que foi de 40 mil habitantes, entre 1991 e 2000, declinando para 12 mil, entre 2000 e 2010.

A considerar os 399 municípios que compõem o território paranaense, uma distribuição equilibrada da população entre eles equivaleria a que cada um detivesse aproximadamente 0,25% do total de habitantes. No entanto, em 2010, apenas 68 municípios apresentavam um percentual de participação superior ao pressuposto, e em redução, se comparados aos 73 correspondentes a 1991. Em contrapartida, o número de municípios que concentravam

mais de 1% da população elevou-se nesse período: em 1991, 12 municípios aglutinavam 38,1% da população paranaense; em 2010, eram 16, mas concentrando 47,4% (Mapa 2). Esses dados revelam, por um lado, que cresceu o número de municípios de maior porte no estado, muitos se avizinhandos dos já existentes, ao mesmo tempo em que passaram a concentrar mais população. Por outro lado, mostram que também aumentou o número de pequenos municípios, sendo muitos com decréscimo populacional. Entre 1991 e 2000, 198 municípios perderam habitantes – número que caiu no intervalo seguinte, entre 2000 e 2010, para 177, grande parte deles repetindo nos dois intervalos a condição de decréscimo populacional.

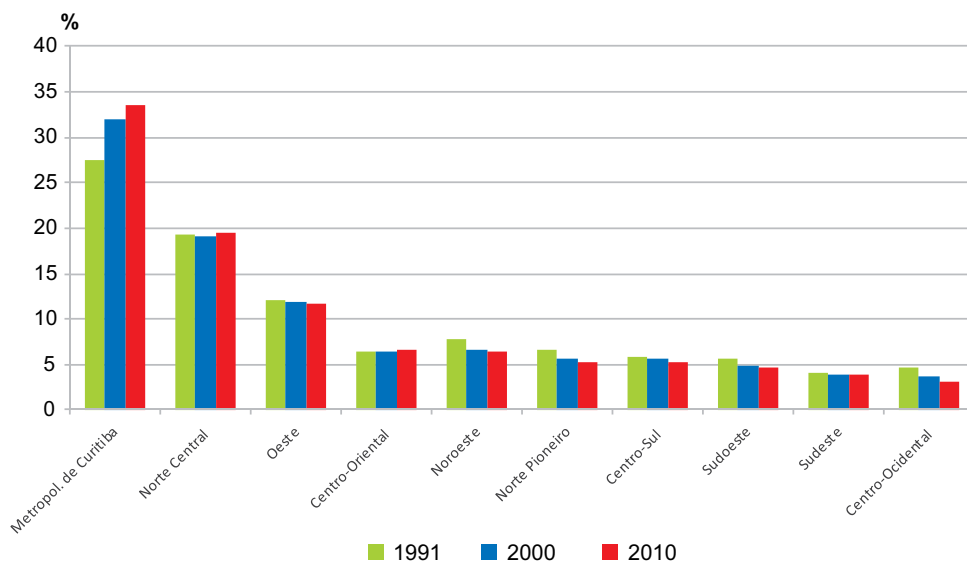
**Tabela 1**  
População residente, variação absoluta e taxa geométrica de crescimento anual, segundo mesorregiões geográficas e regiões metropolitanas  
Paraná – 1991-2000 e 2000-2010

Mesorregiões geográficas e regiões metropolitanas	População residente				Variação (abs.)			Taxa geométrica de crescimento anual (%)	
	1991	2000	2010	Distribuição % 2010	1991/00	2000/10	Distribuição % do incremento 2000/10	1991-2000	2000-2010
Noroeste	655.509	641.084	678.319	6,5	-14.425	37.235	4,2	-0,25	0,57
Centro-Occidental	387.451	346.648	334.125	3,2	-40.803	-12.523	-1,4	-1,24	-0,37
Norte Central	1.638.677	1.829.068	2.037.183	19,5	190.391	208.115	23,6	1,24	1,08
Norte Pioneiro	555.339	548.190	546.224	5,2	-7.149	-1.966	-0,2	-0,15	-0,04
Centro-Oriental	547.559	623.356	689.279	6,6	75.797	65.923	7,5	1,46	1,01
Oeste	1.016.481	1.138.582	1.219.558	11,7	122.101	80.976	9,2	1,28	0,69
Sudoeste	478.126	472.626	497.127	4,8	-5.500	24.501	2,8	-0,13	0,51
Centro-Sul	501.428	533.317	544.190	5,2	31.889	10.873	1,2	0,69	0,20
Sudeste	348.617	377.274	404.779	3,9	28.657	27.505	3,1	0,89	0,71
Metropolitana de Curitiba	2.319.526	3.053.313	3.493.742	33,5	733.787	440.429	50,0	3,13	1,36
<b>Paraná</b>	<b>8.448.713</b>	<b>9.563.458</b>	<b>10.444.526</b>	<b>100,0</b>	<b>1.114.745</b>	<b>881.068</b>	<b>100,0</b>	<b>1,40</b>	<b>0,89</b>
RM Curitiba	2.140.982	2.813.237	3.223.836	30,9	672.255	410.599	46,6	3,11	1,37
RM Londrina	622.328	716.058	801.817	7,7	93.730	85.759	9,7	1,59	1,14
RM Maringá	496.511	591.387	690.303	6,6	94.876	98.916	11,2	1,98	1,56

Fonte: Censo Demográfico (1991, 2000, 2010).

Nota: Dados trabalhados pelo Iparades.

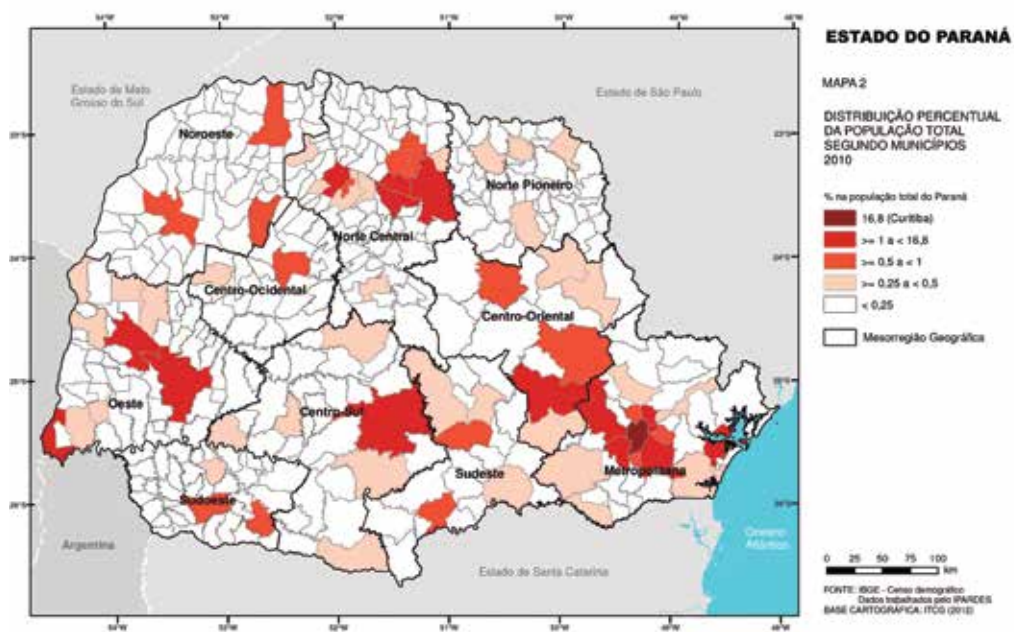
MIGRAÇÕES INTERNAS NOS DECÊNIO  
1990 E 2000 EM UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
SELECIONADAS: MUDANÇAS E CONTINUIDADES



**Figura 2**  
Participação da população das mesorregiões geográficas no total do Paraná – 1991, 2000 e 2010

Fonte: Censo Demográfico (1991, 2000, 2010).

Nota: Dados trabalhados pelo Iparde.



**Mapa 2**  
Distribuição percentual da população total segundo municípios – Paraná – 2010

Fonte: Censo Demográfico (2010). Dados trabalhados pelo Iparde, 2012.

A concentração populacional incide, em grande parte, nos municípios que integram os territórios institucionais das três regiões metropolitanas, nas porções que correspondem às ACPs.

A RM de Curitiba concentrava, em 2010, 30,9% da população total do estado, em proporção crescente desde 1991, sendo que 16,8 pontos percentuais em Curitiba e 11,9 nos 13 demais municípios que conformam sua ACP. Apenas 2,2 pontos percentuais distribuíam-se pelo restante dos 15 municípios que integram a RM. As RMs de Londrina e Maringá, também em ritmo crescente e fortemente centradas nos núcleos, reuniam, respectivamente, 7,7% e 6,7% da população do Paraná, sendo 6,8 pontos percentuais na ACP de Londrina e 5,3 na de Maringá.

É necessário apontar que esse crescimento na participação ocorreu tanto do ponto de vista urbano como do rural. Neste caso, a velocidade de ocupação dessas aglomerações pode não estar sendo acompanhada pela regularização das leis de perímetros urbanos. Essa hipótese sinaliza o crescimento da participação da população rural, porém correspondente a uma ocupação com padrões urbanos sobre áreas fora do perímetro urbano atual, particularmente na RM de Curitiba, no período 2000-2010.

Considerando que na última década todas as mesorregiões praticamente mantiveram seu estoque populacional, poderia se afirmar que em todas também houve uma tendência de concentração nos polos, similar à das três RMs, embora em menor intensidade. Conforme Moura e Cintra (2012), observou-se nessa década um crescimento populacional generalizado nas centralidades da rede urbana do país, acima da média brasileira, o que se confirma no Paraná.

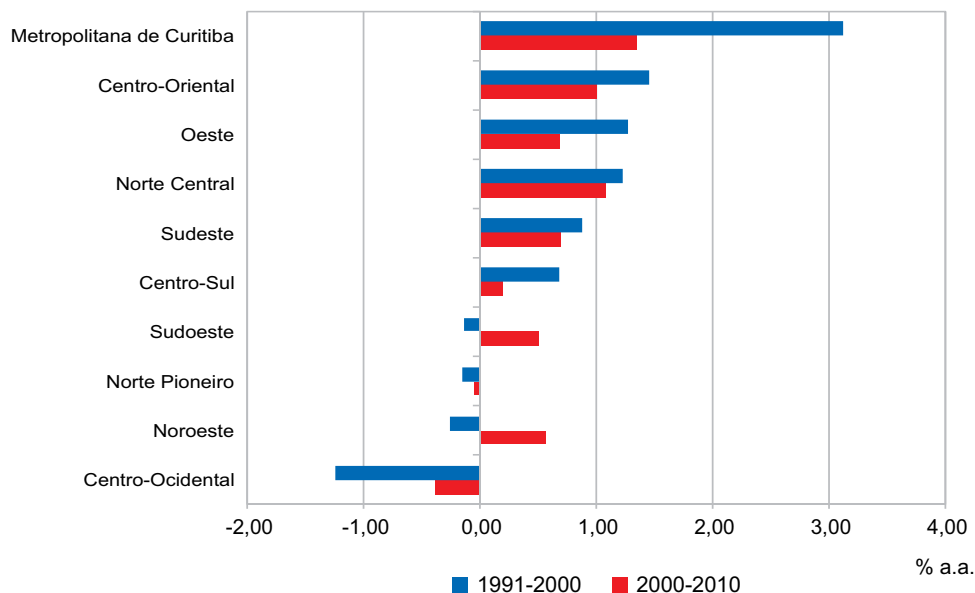
### **Incremento e ritmo de crescimento**

O incremento populacional do estado, correspondente a 881.068 habitantes entre os anos 2000-2010, também se concentrou nas mesmas três mesorregiões e nas regiões metropolitanas institucionalizadas. As mesorregiões que incorporaram de forma mais extremada esse incremento foram a Metropolitana (50,0%) e a Norte Central (23,6%) (Tabela 1). Essas são as mesorregiões mais urbanizadas do Paraná, com grau superior a 91%, e são seguidas pela Oeste, que também tem grau de urbanização (85,6%) superior ao do estado, mesmo que em poucos pontos percentuais.

De modo geral, o Paraná apresentou uma elevação de municípios com ganhos de população, passando de 201 no período 1991-2000 para 222 entre 2000-2010. Porém, aumentou também o número de municípios com participação inferior a 0,25% no total do incremento, de 147 para 158, que assimilaram 11,1% do incremento populacional do Paraná no período mais recente. Houve também uma elevação de 20 para 23 dos municípios com participação superior a 1% no incremento populacional do estado, assimilando 70,9%. É notória a presença entre esses das principais centralidades da rede urbana, fundamentalmente os que cumprem a função de polos das mesorregiões, e de municípios das RMs institucionalizadas, particularmente a de Curitiba, correspondendo a 10 do total de 23.

A RM de Curitiba absorve 46,6% do incremento absoluto do Paraná, inserindo em seu espaço metropolitano um contingente populacional que superava a população de Maringá em 2010 (410.599 habitantes contra 357.077 residentes em Maringá). Há que se frisar que Curitiba ainda incorpora parte desse incremento, mas é nos municípios periféricos que ele incide com maior significado, obedecendo ao padrão médio das RMs brasileiras, com decréscimo da concentração populacional nos polos. A RM de Maringá também vivenciou um incremento elevado, agregando ao seu contingente populacional, em uma década, 98.916 habitantes. Um pouco abaixo, Londrina incorporou 85.759 habitantes – respectivamente, 11,2% e 9,7% do incremento total paranaense. Porém, essas RMs distinguem-se da de Curitiba, pois abrigavam a maior parte desse incremento nos municípios-polo: as primeiras, na ordem de 70%, e a última, em 40%.

Tanto a variação absoluta da população quanto as taxas de crescimento anual do período 2000-2010 são bastante inferiores às verificadas no intervalo 1991-2000. Essa redução associa-se às mudanças nos processos migratórios de perdas e ganhos ao longo do período, mas também encontra explicação na queda da taxa de crescimento vegetativo da população paranaense, impulsionada pela redução da fecundidade (MAGALHÃES; CINTRA, 2010). Algumas particularidades são visíveis entre as mesorregiões e confirmam as áreas de concentração e as de esvaziamento que caracterizam o território paranaense nas últimas décadas. Entre 1991 e 2000, as mesorregiões Noroeste, Sudoeste, Norte Pioneiro e Centro-Occidental perderam população. No intervalo mais recente, as duas primeiras passaram a manifestar pequenos ganhos, e as outras reduziram o ritmo de suas perdas (Figura 3).

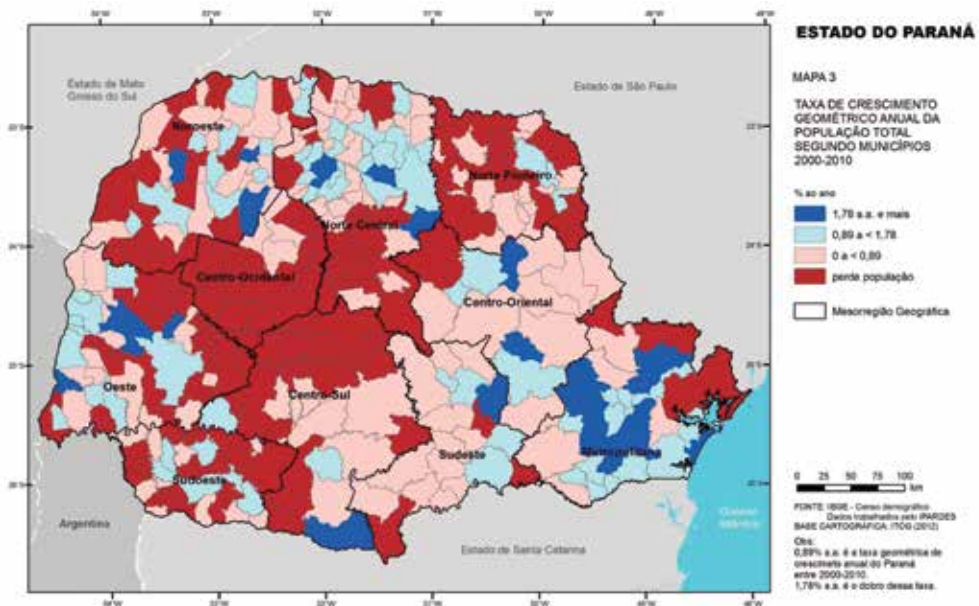


**Figura 3**  
Taxas geométricas de crescimento anual da população total – Mesorregiões geográficas Paraná – 1991-2000 e 2000-2010

Fonte: Censo Demográfico (1991, 2010). Dados trabalhados pelo IparDES.



O comportamento intramesorregional também não é homogêneo, com alguns municípios destacando-se na condução das dinâmicas principais. A começar pelo estrato de tamanho de população: Curitiba, a metrópole paranaense, superou, em 2010, a casa de 1,7 milhão de habitantes, seguida por Londrina, com pouco mais de 500 mil. Outros 16 municípios possuíam mais de 100 mil habitantes. Nesse estrato de municípios com mais de 100 mil habitantes, alguns cresceram a taxas maiores que o dobro da taxa média do estado (1,8% a.a.), o que significou a incorporação de grandes contingentes populacionais. É o caso de São José dos Pinhais (2,6% a.a.), Araucária (2,4% a.a.) e Campo Largo (1,9% a.a.), na RM de Curitiba; Maringá (2,2% a.a.) e Arapongas (2,0% a.a.), nas RMs de Maringá e Londrina; e Toledo (2,0% a.a.), na aglomeração urbana de Cascavel (Mapa 3). Nesse estrato de municípios, apenas Foz do Iguaçu apresentou perda de população (-0,1% a.a.), contrariando um processo de elevado crescimento que ocorreu nas décadas anteriores. Tal perda pode estar sendo compensada pelo elevado crescimento de seus municípios vizinhos. Itaipulândia cresceu à taxa de 2,8% a.a. – quarta maior do Paraná – e Santa Terezinha do Itaipu, à de 1,3% a.a., ambos integrando-se à aglomeração urbana que se configura, desempenhando a função de absorvedores do crescimento periférico do polo (Foz do Iguaçu).



**Mapa 3**

**Taxa de crescimento geométrico anual da população total segundo municípios – 2000-2010**

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010). Dados trabalhados pelo Iparades, 2012.

Considerando os demais estratos de tamanho de população, as taxas anuais de crescimento geométrico mais elevadas entre 2000 e 2010 (superiores ao dobro da do Paraná) aconteceram em Tunas do Paraná (5,6% a.a.) e Pontal do Paraná (3,8% a.a.), ambos na Mesorregião Metropolitana de Curitiba. O primeiro é integrante da RMC e ligado à atividade madeireira, e o

segundo, integrado à aglomeração litorânea, onde Matinhos (2,0% a.a.) também apresentou taxa entre as mais elevadas. Outros municípios responsáveis pela atividade madeireira também exibiram taxas de crescimento igualmente superiores ao dobro da média do estado, como Teixeira Soares (2,3% a.a.), na Mesorregião Sudeste, e Ventania (2,2% a.a.), na Centro-Oriental.

É importante destacar que, entre os municípios com crescimento superior ao dobro do estado, metade se inseria em uma das RMs institucionalizadas. Dos 28 nessa condição de crescimento, 12 se integram à RM de Curitiba; um, à de Londrina; e um, à de Maringá. Esses 28 correspondem a 7% dos 399 municípios paranaenses, opondo-se ao conjunto dos municípios com perda de população, que ainda permanece como o mais expressivo e totaliza 177 municípios, ou 44% do total do estado. Outros 32% dos municípios cresceram a taxas entre 0 e 0,9% a.a., e 17%, entre 0,9% a.a. e 1,8% a.a., o que demonstra que são poucos e concentrados os municípios que dão suporte e sofrem os resultados das dinâmicas mais relevantes do Paraná.

Observa-se que, no conjunto, as três RMs cresceram a taxas superiores às do estado, tanto entre 1991-2000 quanto em 2000-2010. No primeiro intervalo, a RM de Curitiba crescia mais que o dobro do Paraná, tendo reduzido tal ímpeto no segundo intervalo, para 1,4% a.a. A RM de Londrina cresceu a 1,1% a.a., e a de Maringá, a 1,6% a.a. (Tabela 1). Comparativamente ao crescimento médio do conjunto de municípios-polo das RMs do país (1% a.a.), os das paranaenses exibiram taxas anuais superiores, particularmente Maringá, que cresceu a 2,1% a.a. (MOURA; CINTRA, 2012). Os municípios periféricos, que entre as RMs cresceram à taxa de 1,5% a.a., encontraram na RM de Curitiba o mais elevado índice de crescimento nas unidades (1,9% a.a.) e foram apenas esses que se expandiram mais que a média dos polos. Os das RMs de Londrina e de Maringá apresentaram taxa inferior a 1% a.a. Como observado, o incremento populacional permaneceu elevado nessas unidades.

Importa salientar que, mesmo com a intensa urbanização, há um conjunto de municípios que teve redução de sua população urbana. Esse processo se intensificou no período 1991-2000, quando 52 municípios perderam população em suas áreas urbanas, com diminuição de 23,3 mil pessoas, e persistiu na última década, mas com menor intensidade (42 municípios, com perda de 10,4 mil pessoas). Dos municípios que exibiram queda na última década, três quartos tinham população total inferior a 10 mil pessoas, e apenas dois, superior a 20 mil: Andará e Foz do Iguaçu – o último com ligeiro mas preocupante declínio de 256.088 para 253.962 habitantes. Embora distribuídos por diversas áreas, a maioria desses municípios situa-se nas mesorregiões do grande norte paranaense: Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro.

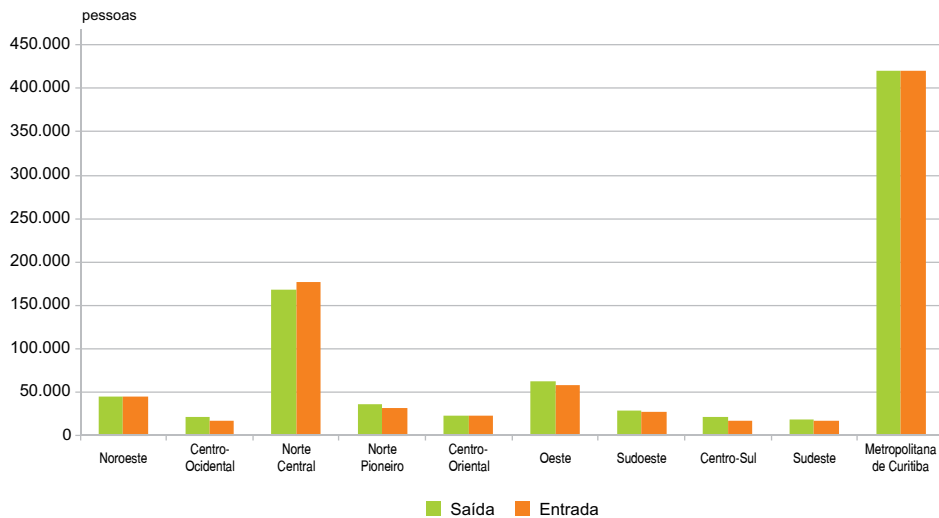
### **Mobilidade pendular**

As informações sobre os deslocamentos pendulares demonstram que houve, no Paraná, um aumento expressivo dos deslocamentos da população para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência em todas as mesorregiões do estado. Houve elevação do número de municípios de origem ou de destino desses fluxos – particularmente os de saída para trabalho e estudo –, que, em 2010, foram registrados em todos os municípios paranaenses (CINTRA; DELGADO; MOURA, 2012). Em 2000, esses deslocamentos – para estudo e/ou trabalho – envolviam

478.650 pessoas, elevando-se para 933.276 em 2010.<sup>3</sup> Esse aumento também se deu nas proporções relativas ao total de pessoas que trabalhavam e estudavam nos municípios, demonstrando uma intensificação da mobilidade associada ao mercado de trabalho estadual.

O perfil das pessoas que se deslocaram também mudou, sinalizando alterações no comportamento da população paranaense, com maior inserção das faixas mais idosas nas dinâmicas socioeconômicas. Da mesma forma, mais municípios tornaram-se receptores de fluxos, especialmente para estudo, e as aglomerações passaram a apresentar maior complexidade nas direções dos fluxos, com mais municípios de destino, e expansão nas origens, demarcando manchas estendidas assim como novas aglomerações no estado.

Os deslocamentos concentraram-se nas RMs de Curitiba, Londrina e Maringá, que totalizaram mais de 60% do total de fluxos do estado (Figura 4). Embora tenha sido verificado um incremento de 266.421 pessoas no total dos deslocamentos nas RMs, essa concentração, entre 2000 e 2010, decresceu em termos relativos (-3,9 pontos percentuais), o que aponta para uma intensificação dos deslocamentos entre outros municípios paranaenses. Os fluxos, em 2010, desenharam manchas ampliadas nessas aglomerações e apontaram novos vetores de ocupação em seu entorno, mostrando não só movimentos unidirecionais em relação aos polos, como revelando novas centralidades atrativas a fluxos externos, inclusive partindo dos polos (CINTRA; DELGADO; MOURA, 2012). Apontaram também relações entre pequenos municípios, voltados a atividades agropecuárias. Nesses casos, foram pouco significativos em termos do número de pessoas envolvidas.



**Figura 4**  
Número de pessoas que se deslocam para trabalho e/ou estudo por mesorregião geográfica Paraná – 2010

Fonte: Censo Demográfico (2010). Dados trabalhados pelo Ipardes.

<sup>3</sup> Os censos demográficos de 2000 e 2010 levantaram informações quanto à origem e ao destino dos deslocamentos para estudo, trabalho, estudo e trabalho em município que não o de residência, que permitem caracterizar a mobilidade pendular.

Considera-se elevado o peso dos deslocamentos para trabalho, aproximando-se, tanto em 2000 como em 2010, de três quartos do total de movimentos. Em 2000, poucas eram as mesorregiões com número superior a 10 mil pessoas em deslocamentos pendulares para trabalho em outro município – Metropolitana de Curitiba, Norte Central, Oeste e Noroeste. Em 2010, apenas a Mesorregião Sudeste teve saídas inferiores a 10 mil pessoas. No caso das entradas, somente as mesorregiões Centro-Occidental, Centro-Sul e Sudeste registraram fluxos abaixo desse montante (Tabela 2). Houve, assim, um incremento absoluto das pessoas que realizaram os deslocamentos pendulares em todas as mesorregiões, com as maiores ocorrências na Mesorregião Metropolitana – superando 100 mil pessoas nas saídas e entradas –; na Norte Central, onde a variação aproximou-se das 50 mil pessoas; na Noroeste, já próximo a 15 mil; e na Oeste, apenas no caso de entradas, com incremento de 15,5 mil pessoas. Nesses casos, os aumentos foram mais elevados quando referentes a entradas, sugerindo um crescimento das atividades absorvedoras de mão de obra nessas mesorregiões. Nas mesorregiões Metropolitana e Norte Central, os municípios das respectivas RMs foram os que mais absorveram esse incremento.

**Tabela 2**  
Deslocamento para trabalho segundo mesorregiões geográficas e regiões metropolitanas  
Paraná – 2000/2010

Mesorregião geográfica e região metropolitana	Saídas pessoas		Entradas pessoas		Taxa geométrica de crescimento anual (%)	
	2000	2010	2000	2010	Saída	Entrada
Noroeste	15.978	29.599	11.912	28.359	13.621	16.447
Centro-Occidental	5.774	12.786	3.363	7.787	7.012	4.424
Norte Central	73.023	121.118	65.157	119.254	48.095	54.097
Norte Pioneiro	14.438	22.352	9.615	15.787	7.915	6.172
Centro-Oriental	7.775	14.969	6.517	13.450	7.194	6.933
Oeste	29.537	37.237	14.539	30.069	7.700	15.530
Sudoeste	9.368	14.657	5.333	12.226	5.289	6.892
Centro-Sul	6.671	12.489	6.708	7.049	5.817	341
Sudeste	5.233	9.699	5.957	9.262	4.466	3.305
Metropolitana de Curitiba	189.806	327.525	189.753	333.210	137.719	143.456
<b>Paraná</b>	<b>357.603</b>	<b>602.432</b>	<b>326.580</b>	<b>577.897</b>	<b>244.828</b>	<b>251.317</b>
RM de Curitiba	186.509	321.804	186.559	327.366	135.295	140.807
RM de Londrina	30.878	45.971	28.029	47.214	15.094	19.186
RM de Maringá	33.605	58.653	29.885	55.504	25.048	25.618

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010). Dados trabalhados pelo Ipardes.

Em 2010, a participação da Mesorregião Metropolitana no total das saídas e entradas para trabalho no estado foi de 54,4% das 602.432 pessoas que deixaram o município de residência para trabalho em outro, e de 57,7% dos que entraram em seus municípios para trabalho (577.897). A Mesorregião Norte Central sucede a Metropolitana nos movimentos de entrada e saída, com participações superiores a 20% dos totais do Paraná, incidentes em suas RMs. Na sequência, esteve a Mesorregião Oeste, sem nenhuma RM institucionalizada, mas com

duas importantes aglomerações urbanas (Cascavel/Toledo e a internacional Foz do Iguaçu) se beneficiando da mobilidade.

Uma alteração de destaque no período foi a redução na participação da Mesorregião Metropolitana de Curitiba nos fluxos para estudo, particularmente nos de entrada, o que significa que um conjunto de municípios das demais mesorregiões se qualificaram em termos da oferta de ensino, particularmente nos níveis médio, aí incluído o ensino técnico, e superior. Em relação a esta situação, as mesorregiões Oeste, Sudoeste e Norte Pioneiro foram as que tiveram maior crescimento relativo no período.

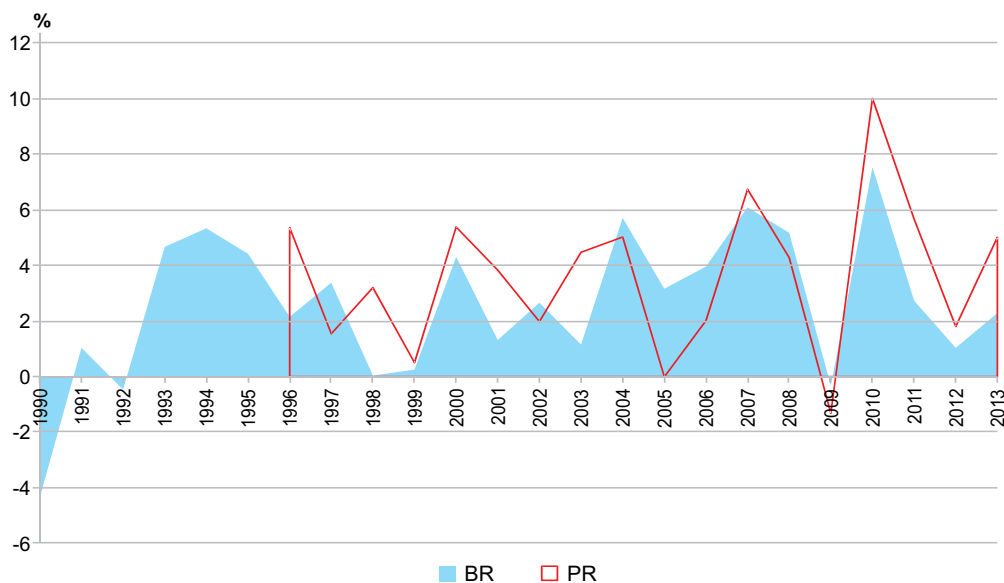
A espacialização dos fluxos de deslocamentos revela a configuração de manchas formadas por conjuntos de municípios com comportamentos similares. As principais manchas correspondem às aglomerações urbanas nas quais os núcleos se distinguiram por uma mobilidade mais intensa. Houve uma nítida supremacia dos deslocamentos nos municípios de Curitiba e entorno, desenhando uma mancha quase contínua que se estende desse núcleo até Ponta Grossa, a oeste, e Paranaguá, a leste. Outro vetor que uniu fluxos de várias intensidades se deu polarizado pelas aglomerações da Norte Central, estendendo-se à Norte Pioneiro e à Noroeste. Cascavel também polarizou outro vetor de elevados fluxos, tanto para noroeste, em direção a Marechal Cândido Rondon e Guaíra, como para sudoeste, no sentido de Foz do Iguaçu. Houve intensa mobilidade também no circuito da madeira, particularmente nas mesorregiões Centro-Sul e Norte Pioneiro, assim como entre municípios da Mesorregião Sudoeste. Há que se destacar fluxos significativos entre municípios situados nos limites político-administrativos, sugerindo trocas interestaduais com Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, e internacionais, com a Argentina e o Paraguai.

## ATIVIDADE ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO

Durante as duas décadas em foco, a economia nacional passou por diferentes fases, com apenas duas se caracterizando por um crescimento mais intenso do PIB: o período 1993-1997, marcado pela recuperação da crise econômica do início dos anos 1990 e pela implantação do Plano Real, e o período 2004-2008, resultante do *boom* internacional das *commodities* e de um conjunto de políticas de fortalecimento do mercado interno (KREIN; SANTOS; MORETTO, 2013). A taxa média de crescimento do PIB nesses períodos foi de 4,09% e 4,82%, respectivamente, contra a média de 2,66% para toda a série (1990/2013), esta última evidenciando a dificuldade de manutenção de um crescimento robusto e sustentável para o país (Figura 5).

Dada a mudança nas contas regionais brasileiras, a série do PIB para o Paraná iniciou-se apenas em 1996. Nesse período, como mostra a Figura 5, observa-se que o desempenho da economia paranaense apresenta-se ligeiramente superior ao do país, com a economia estadual crescendo acima de 4% em nove dos 18 anos da série iniciada em 1996. O Brasil teve este desempenho em apenas cinco anos. Alguns fatores contribuíram para o crescimento da

economia estadual nesse período, como o dinamismo das *commodities* agrícolas, ao qual se associou o crescimento da agroindústria; a expansão e consolidação da indústria automotiva na Região Metropolitana de Curitiba; e, particularmente a partir de 2004, quando se observa a recuperação do mercado interno brasileiro, o desempenho da construção civil, do comércio e dos serviços financeiros e de transporte e armazenagem.



**Figura 5**  
Variação real anual do PIB – Brasil e Paraná – 1990/2013

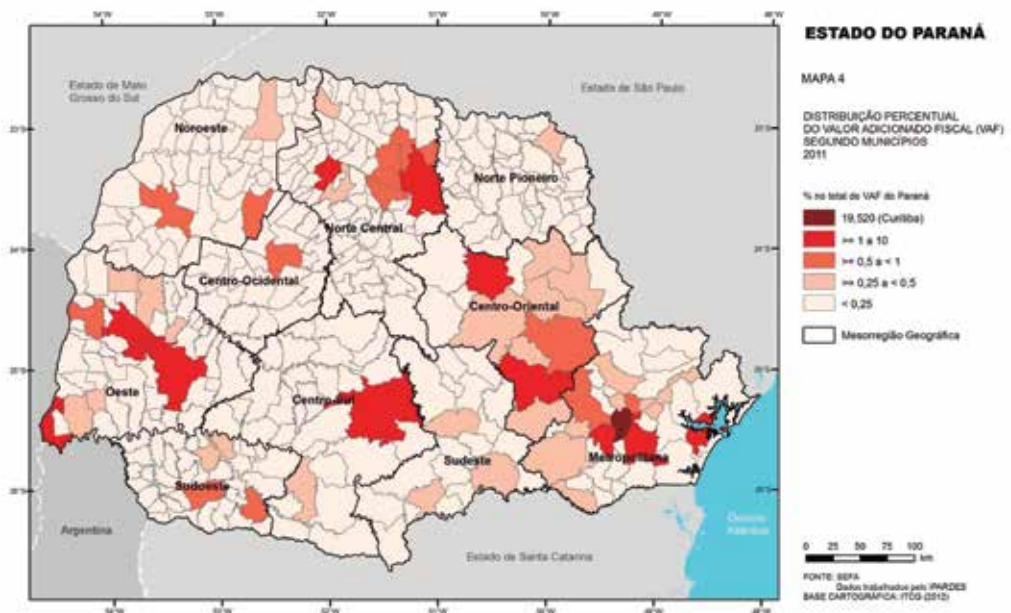
Fonte: IBGE/Iparges – Contas Regionais do Brasil.  
Nota: Dados trabalhados pelo Iparges.

Em termos acumulados, no período 1996-2013, a economia estadual cresceu 88,4%, enquanto a taxa para o país foi de 67,6%. Esse diferencial não foi mais acentuado devido ao forte impacto da estiagem e da redução dos preços internacionais sobre a produção agropecuária paranaense nos anos 2005 e 2006, que afetaram, inclusive, os ramos da indústria estadual ligados à agropecuária (LOURENÇO, 2006). Já o crescimento negativo verificado em 2009 refletiu os impactos da crise internacional decorrente do colapso do mercado financeiro americano no ano anterior. A abrupta variação positiva em 2010 espelhou, em muito, a recuperação da crise verificada no ano anterior.

### Distribuição regional do valor adicionado fiscal (VAF)

Acompanhando a concentração da população, a atividade econômica também se aglutina em algumas regiões do estado. Em 1989, 15 municípios tinham participação superior a 1% do valor adicionado fiscal total (VAF) do Paraná e juntos concentravam 59,5% do VAF. Em 2011, apenas 13 municípios participavam com mais de 1% e somavam 57,1% do total do VAF. Esses

municípios, que se mantiveram praticamente os mesmos, localizam-se majoritariamente na Mesorregião Metropolitana (Araucária, Curitiba, Paranaguá, São José dos Pinhais e Pinhais – que não figurava entre os de 1989), assim como na Norte Central (Londrina e Maringá) e Oeste (Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo) (Mapa 4). Além desses, contribuem entre os 13 Guarapuava (Mesorregião Centro-Sul), e Ponta Grossa e Telêmaco Borba (Centro-Oriental). Inseriam-se entre aqueles com participação superior a 1%, em 1989, Apucarana, Campo Largo e Castro, respectivamente das mesorregiões Norte Central, Metropolitana e Centro-Oriental, o que mostra uma permanência regional entre os expoentes na geração da renda do estado.



**Mapa 4**  
Distribuição percentual do valor adicionado fiscal (VAF) segundo municípios – Paraná – 2011

Fonte: Sefa – PR. Dados trabalhados pelo IparDES, 2012.

Em termos agregados, a Mesorregião Metropolitana teve um aumento na participação no VAF total do estado do final dos anos 1980 a 2000, saltando de 39,1%, em 1989, para 45,8%, devido principalmente ao incremento no setor automotivo da região. Na última década, a participação dessa mesorregião se estabilizou (Tabela 3). Essa elevação implicou a redução da participação de muitas das demais mesorregiões, em particular a Norte Central, que teve perda de três pontos percentuais nesse intervalo. Porém, algumas mesorregiões exibiram pequenos ganhos na participação, particularmente a Sudoeste, nas duas décadas, e a Noroeste, que, após a queda na primeira década, teve o maior ganho no período 2000-2010 (1,42 ponto percentual). A Mesorregião Oeste, que, nos anos 1990, apresentou o melhor desempenho, depois da Metropolitana, teve a maior perda de participação (-1,93 ponto percentual) na última década. Cabe destacar, ainda, a Centro-Sul como a única a ter redução nos dois subperíodos.

**Tabela 3**  
Distribuição percentual do valor adicionado fiscal (VAF) total e da indústria  
segundo mesorregiões geográficas e regiões metropolitanas – Paraná – 1989, 2000 e 2011

Mesorregião geográfica e região metropolitana	Distribuição %				
	VAF total			VAF da indústria	
	1989	2000	2011	2000	2011
Noroeste	4,36	3,65	5,07	2,30	4,17
Centro-Ocidental	3,24	2,16	2,76	0,73	0,98
Norte Central	17,78	14,32	14,72	10,94	12,02
Norte Pioneiro	4,47	2,84	3,11	1,93	2,02
Centro-Oriental	8,02	7,61	6,95	8,96	7,37
Oeste	13,00	13,84	11,91	13,78	8,97
Sudoeste	3,38	3,48	4,34	2,04	3,40
Centro-Sul	4,43	3,91	3,56	4,05	2,70
Sudeste	2,19	2,33	2,24	2,51	1,77
Metropolitana de Curitiba	39,13	45,86	45,34	52,75	56,59
<b>Paraná</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
RM de Curitiba	37,61	43,71	43,53	50,80	55,07
RM de Londrina	6,59	6,37	5,76	5,15	4,57
RM de Maringá	7,49	4,62	5,01	2,71	3,67

Fonte: Sefa – PR.

Nota: Dados trabalhados pelo Ipardes.

As RMs concentravam mais da metade do VAF total do Paraná nos intervalos considerados: 51,7%, em 1989, e 54,3% em 2011. Entre elas, a RM de Curitiba responde fortemente por essa concentração e também de forma ascendente – de 37,6% para 43,5% –, enquanto as duas outras perderam pontos no período (Tabela 3). Salienta-se que houve um pico na participação dessa unidade nos primeiros anos da década de 2000. Na última década, percebeu-se uma distribuição de atividades geradoras de valor entre os municípios paranaenses. A despeito do crescimento absoluto do VAF na RM de Curitiba, a participação relativa no total do estado começou a manifestar uma ligeira mas importante redistribuição, sendo favorecidas as mesorregiões Noroeste e Sudoeste.

A atividade industrial também se concentra em poucos municípios, e são as mesmas mesorregiões que detêm maior participação no VAF desse setor da economia. Na última década, percebeu-se uma ligeira desconcentração da atividade. Em 2000, 13 municípios, que participavam com mais de 1% do total do VAF industrial do estado, concentravam 70,3%. Em 2011, eram 14 municípios que participavam com mais de 1%, e a concentração se reduziu para 68,2%. Entre eles, destacam-se Curitiba, São José dos Pinhais e Araucária, que juntos atingiram 47,2% do VAF da indústria.

O maior incremento mesorregional se deu na Metropolitana, que elevou de 52,7% para 56,6% a participação no total do VAF da indústria do Paraná. Também tiveram elevação significativa as mesorregiões Noroeste, Norte Central e Sudoeste, com mais de um ponto percentual de



incremento no período de 2000 a 2011. No oposto, a Oeste e a Centro-Oriental tiveram as maiores reduções, respectivamente correspondentes a -4,8 pontos percentuais e -1,6 ponto percentual.

## Mercado de trabalho

O estoque total do emprego formal no estado cresceu de 1,3 milhão de empregos, em 1990, para 2,8 milhões em 2010, com variações relativas de 28,1% no intervalo 1990-2000 e 68,4% entre 2000-2010 (Tabela 4). No segundo intervalo, 1.130.280 pessoas foram agregadas ao mercado de trabalho. A Mesorregião Metropolitana de Curitiba foi a que gerou o maior número de empregos nos dois períodos, mas com um crescimento relativo abaixo da média estadual. A Noroeste destaca-se pelo elevado crescimento relativo nas duas décadas, tendo triplicado o estoque de empregos formais entre 1991 e 2010. Na última década, destacam-se ainda pelo ritmo de crescimento as mesorregiões Sudoeste, Oeste e Norte Central.

**Tabela 4**  
Estoque e variação do emprego formal segundo mesorregiões geográficas  
Paraná – 1990, 2000 e 2010

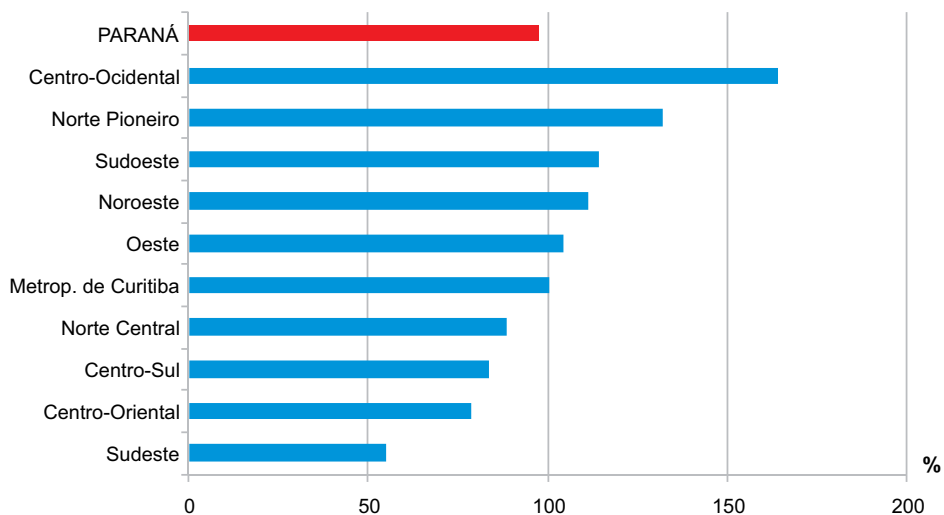
Mesorregião geográfica e região metropolitana	Estoque			Variação			
	1990	2000	2010	1990/2000		2000/2010	
				abs.	%	abs.	%
Noroeste	48.619	82.822	151.197	34.203	70,3	68.375	82,6
Centro-Occidental	32.266	37.126	57.348	4.860	15,1	20.222	54,5
Norte Central.	234.923	316.053	541.083	81.130	34,5	225.030	71,2
Norte Pioneiro	53.729	61.359	98.500	7.630	14,2	37.141	60,5
Centro-Oriental	76.866	93.110	152.487	16.244	21,1	59.377	63,8
Oeste	114.085	151.125	289.376	37.040	32,5	138.251	91,5
Sudoeste	37.109	48.547	104.346	11.438	30,8	55.799	114,9
Centro-Sul	42.334	50.186	83.501	7.852	18,5	33.315	66,4
Sudeste	29.102	38.992	60.642	9.890	34,0	21.650	55,5
Metropolitana de Curitiba	620.389	774.115	1.245.235	153.726	24,8	471.120	60,9
<b>Paraná</b>	<b>1.289.422</b>	<b>1.653.435</b>	<b>2.783.715</b>	<b>364.013</b>	<b>28,2</b>	<b>1.130.280</b>	<b>68,4</b>

Fonte: MTE/Rais.

Nota: Dados trabalhados pelo Iparides.

O impacto do forte crescimento do emprego formal na última década pode ser dimensionado ao se comparar a variação deste tipo de emprego com a da população em idade ativa (PIA), no caso aquela de 16 anos ou mais de idade, que pode ter sua situação de trabalho formalizada (registro em carteira). No Paraná, entre 2000 e 2010, esta relação foi de quase 1:1, ou seja, para cada pessoa acrescida na PIA, gerou-se um emprego formal (Figura 6). Em apenas duas mesorregiões, o crescimento do emprego formal ficou abaixo de 80% do incremento da PIA: Centro-Oriental (78,8%) e Sudeste (54,8%).

MIGRAÇÕES INTERNAS NOS DECÊNIOS  
1990 E 2000 EM UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
SELECIONADAS: MUDANÇAS E CONTINUIDADES



**Figura 6**  
Relação entre as variações do emprego formal e da população em idade ativa<sup>(\*)</sup>,  
segundo mesorregiões geográficas – Paraná – 2000/2010

Fonte: MTE/Rais; Censo Demográfico (2000, 2010).

Nota: (\*) População de 16 anos e mais de idade.

Dados trabalhados pelo IpardeS.

Os subsetores mais absorvedores no período inicial (1991) eram o comércio varejista, comercialização e administração de imóveis, serviços de alojamento e alimentação, e administração pública e autárquica, todos com mais de 100 mil empregados. Na indústria, estoques superiores a 50 mil empregados encontravam-se nos subsetores de produtos de madeira e mobiliário, produtos alimentícios, assim como na construção civil. No período mais recente, os subsetores se mantiveram, com estoques ainda maiores, e foram incorporados transportes e comunicações e ensino entre os com mais de 100 mil empregados. Na indústria, destacaram-se os subsetores de química e produtos farmacêuticos, veterinários e perfumes, indústria têxtil, do vestuário e de artefatos de tecido. Entre 2000 e 2010, 70% do incremento do emprego formal foi devido ao comércio e a serviços, com quase todos os subsetores apresentando aumento superior a 35 mil postos de trabalho. Abaixo ficou apenas o subsetor instituições de crédito, seguros e capitalização, com variação de 14,6 mil empregos. Na indústria, em termos relativo (> 100%) e absoluto (> 20 mil postos de trabalho), destacaram-se a indústria de alimentos, química, material de transporte, metalúrgica e mecânica, revelando a importância do setor automotivo no mercado de trabalho paranaense. Ressalta-se também o crescimento na indústria de confecções (43,3 mil postos e 91,2%). Há que se sublinhar ainda o aumento do número de empregos na agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal: de 26.899 empregados, em 1990, para 85.616, em 2000, e 102.590 em 2010.

Entre as mesorregiões, a Noroeste se sobressai por apresentar mais de 40% do estoque de empregos formais de 2010 em atividades da indústria de transformação, seguida pela Sudoeste e pela Sudeste, que concentraram mais de 30% nesse subsetor (Tabela 5). Os serviços estiveram

mais presentes nas áreas mais urbanizadas, correspondendo a mais de 30% do emprego formal da Mesorregião Metropolitana de Curitiba, assim como das três RMs – Curitiba, Londrina e Maringá. Sendo essas as regiões mais povoadas, isto certamente influenciou na participação setorial de 30,3% dos empregos formais em serviços do estado do Paraná em 2010.

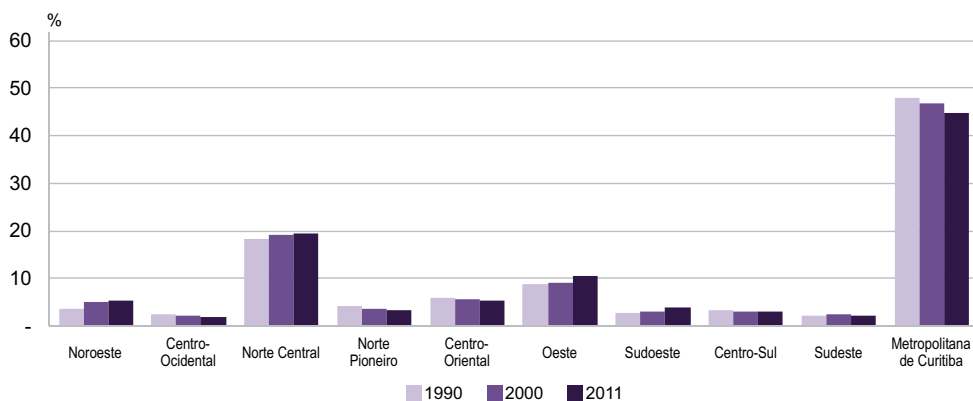
**Tabela 5**  
Distribuição percentual dos empregos formais dos subsetores econômicos segundo mesorregiões geográficas e regiões metropolitanas – Paraná – 2010

Mesorregião geográfica e região metropolitana	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública direta e autárquica	Agricult., silvicult., criação de animais, extrativ. vegetal	Total (%)	Total (abs.)
Noroeste	0,09	40,54	0,14	2,46	19,25	15,51	14,37	7,64	100,00	151.197
Centro-Occidental	0,09	20,67	0,06	3,43	26,22	19,83	18,91	10,79	100,00	57.348
Norte Central	0,07	28,88	0,11	4,47	23,78	29,50	9,62	3,56	100,00	541.083
Norte Pioneiro	0,51	23,08	0,27	2,09	20,30	21,19	17,47	15,09	100,00	98.500
Centro-Oriental	0,55	24,82	0,17	3,85	22,68	28,63	11,59	7,71	100,00	152.487
Oeste	0,15	25,39	0,85	5,19	25,04	27,30	12,14	3,95	100,00	289.376
Sudoeste	0,08	31,83	0,28	4,51	25,69	19,57	13,41	4,62	100,00	104.346
Centro-Sul	0,10	19,68	0,27	4,83	25,51	19,16	19,15	11,30	100,00	83.501
Sudeste	0,48	30,75	0,24	3,24	24,00	16,58	17,50	7,22	100,00	60.642
Metrop. de Curitiba	0,33	18,22	1,68	5,82	18,29	36,81	18,13	0,71	100,00	1.245.235
<b>Paraná</b>	<b>0,25</b>	<b>23,66</b>	<b>0,91</b>	<b>4,89</b>	<b>21,20</b>	<b>30,28</b>	<b>15,13</b>	<b>3,69</b>	<b>100,00</b>	<b>2.783.715</b>
RM de Curitiba	0,30	18,64	1,72	5,93	18,02	36,60	18,12	0,67	100,00	1.190.811
RM de Londrina	0,06	24,48	0,13	5,07	24,39	36,48	6,52	2,87	100,00	221.883
RM de Maringá	0,09	26,51	0,09	5,32	25,54	30,45	10,07	1,92	100,00	194.766

Fonte: MTE/Rais.

Nota: Dados trabalhados pelo Iparides.

O comportamento das mesorregiões quanto ao mercado de trabalho formal no Paraná reproduz as características da distribuição da população e da atividade econômica, privilegiando as mesorregiões Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste. Embora o estoque de empregos computados na RAIS tenha se mantido em crescimento, a Metropolitana de Curitiba perdeu participação entre 1990 e 2011, sinalizando que a geração de postos formais de trabalho foi mais intensa em municípios de outras mesorregiões, particularmente Oeste, Noroeste, Sudoeste e Norte Central (Figura 7).



**Figura 7**  
Distribuição percentual do emprego formal total segundo mesorregiões geográficas  
Paraná – 1990, 2000 e 2011

Fonte: MTE/Rais (1990, 2000, 2011).

Nota: Dados trabalhados pelo IpardeS.

No Paraná, o emprego formal se concentra entre poucos municípios. Tomando o conjunto com participação superior a 1% no total do estoque em 2011, tem-se 15 municípios, que somam 63% do emprego formal do estado. Em 1990, nessa classe de participação, eram 12 municípios, e eles detinham 65,2%, o que aponta para uma leve desconcentração, porém reforçando alguns polos regionais e estendendo-se a outros municípios das aglomerações urbanas, particularmente da Metropolitana de Curitiba. O município de Curitiba detinha, em 1990, 38,6% do emprego formal do Paraná, reduzindo essa concentração para 30,7% em 2011, compensada por outros municípios do entorno metropolitano, como Colombo, Pinhais e Araucária, que passaram a compartilhar com o polo a oferta de emprego formal. Em 2011, o conjunto dos 13 municípios que conformam com Curitiba sua ACP acresceu a essa participação mais 10,7 pontos percentuais, totalizando em 41,4% a participação da ACP. No Norte Central, Arapongas, no entorno da aglomeração urbana de Londrina, despontou como empregador, ao passo que Campo Mourão, centralidade principal da Mesorregião Centro-Ocidental, perdeu participação no número de empregos em relação ao estado, caindo para o patamar inferior a 1%, com 0,76% em 2000, e 0,73% em 2011.

Da mesma forma, o incremento absoluto de empregos formais deu-se nos polos das mesorregiões e nos municípios que conformam as ACPs das três RMs, reforçando o desenho das aglomerações urbanas destacadas pelas dinâmicas populacionais (Mapa 5).



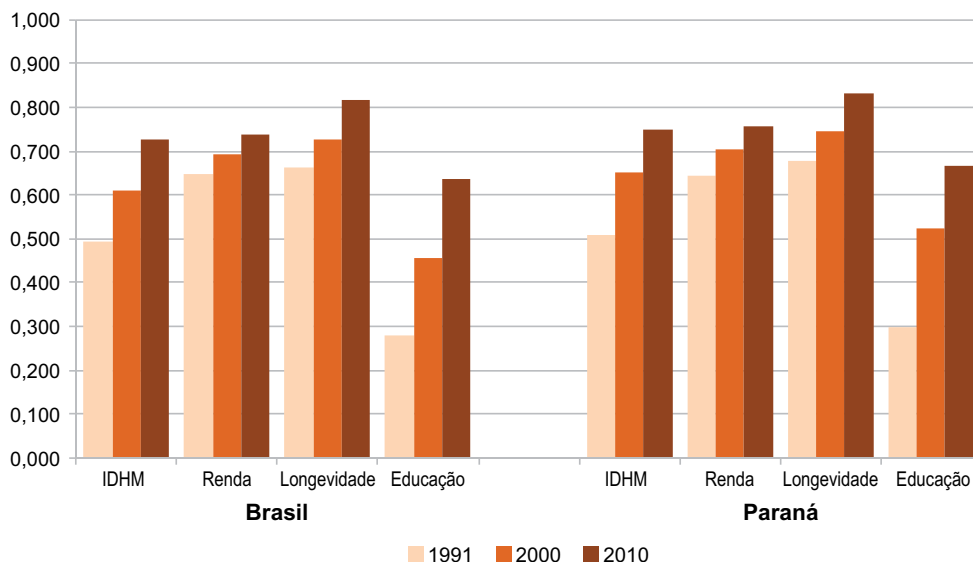
**Mapa 5**  
 Variação absoluta do emprego formal, segundo municípios  
 Paraná – 1999-2001 e 2009-2011

Fonte: MTE/Rais.

Nota: Dados trabalhados pelo Ipardes, 2012.

## A DIMENSÃO SOCIAL

Uma informação muito utilizada para caracterizar a dimensão social dos municípios é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), pela sua composição, manutenção de periodicidade compatível com o Censo Demográfico e disseminação nacional e internacional (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). Como pode ser observado na Figura 8, nas duas últimas décadas, o padrão de crescimento e de desempenho das dimensões do IDHM do Paraná foi muito similar ao do Brasil. A dimensão longevidade é a que mostra os melhores resultados nos três períodos censitários, sendo a única a atingir valor acima de 0,800, limiar mínimo para se alcançar o nível de muito alto desenvolvimento. Em termos de evolução, o maior avanço foi obtido na educação, que, porém, permaneceu com o mais baixo desempenho entre as três dimensões do IDHM. Ressalte-se que esta dimensão avalia progressos em termos de acesso e fluxo escolar, mas não de qualidade do ensino ofertado.



**Figura 8**  
IDHM Segundo componentes – Brasil e Paraná – 1991, 2000 e 2010

Fonte: Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro (2013). Dados trabalhados pelo Iparades.

Os resultados para o Paraná, em 2010, revelaram um cenário de grande homogeneidade. Considerando as cinco classes do índice, observou-se uma grande concentração de municípios nas classes de “alto” e “médio” desenvolvimento humano (Tabela 6). Apenas Curitiba e Maringá posicionaram-se na classe de desenvolvimento “muito alto”, com os índices de 0,823 e 0,808, respectivamente. No oposto, quatro municípios enquadraram-se na classe de desenvolvimento “baixo”, sendo os dois inferiores – Doutor Ulysses e Cerro Azul – integrantes da RM de Curitiba; Guaraqueçaba, no litoral paranaense, também pertence à Mesorregião Metropolitana de Curitiba; e Laranjal integra a Centro-Sul. Nenhum município do Paraná obteve, em 2010, IDHM inferior a 0,500, ou seja, “muito baixo” desenvolvimento humano. Em 1991, 83% dos municípios paranaenses estavam nessa condição.

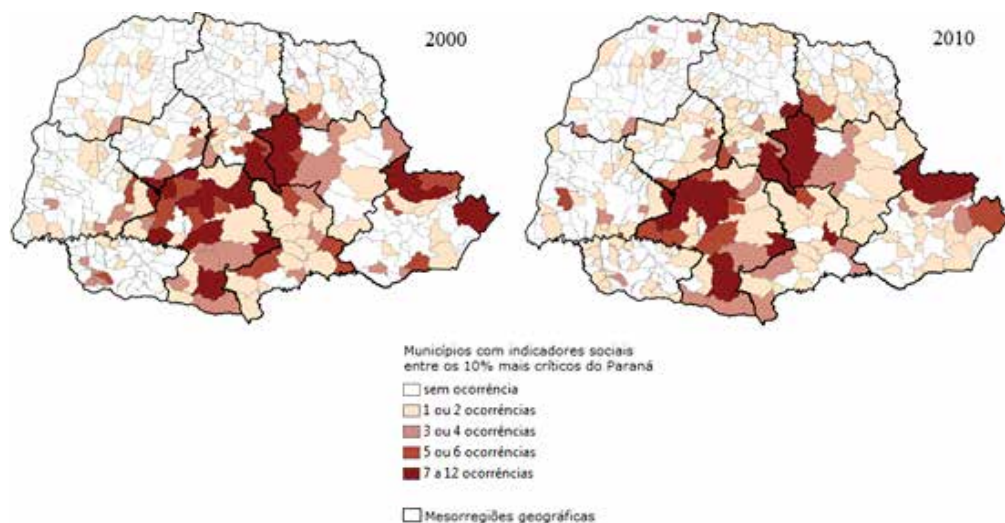
**Tabela 6**  
**Classes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal segundo mesorregiões geográficas e regiões metropolitanas – Paraná – 2010**

Mesorregião geográfica e região metropolitana	Classes do IDHM					Total municípios
	Muito Alto >=0,800	Alto >=0,700 a <0,800	Médio >=0,600 a <0,700	Baixo >=0,500 a <0,600	Muito Baixo <0,500	
Noroeste		39	22			61
Centro-Occidental		16	9			25
Norte Central	1	56	22			79
Norte Pioneiro		27	19			46
Centro-Oriental		8	6			14
Oeste		36	14			50
Sudoeste		27	10			37
Centro-Sul		4	24	1		29
Sudeste		6	15			21
Metropolitana de Curitiba	1	17	16	3		37
<b>Paraná</b>	<b>2</b>	<b>236</b>	<b>157</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>399</b>
RM de Curitiba	1	12	14	2		29
RM de Londrina		8	1			9
RM de Maringá	1	22	2			25

Fontes: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro (2013). Dados trabalhados pelo Ipardes.

Tal homogeneidade impôs resgatar metodologia empregada em estudo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2006), que identificou os “espaços socialmente críticos” no estado. Essa metodologia reúne um conjunto de indicadores sociais<sup>4</sup> e aponta os municípios que por mais vezes se classificaram nas 39 piores posições entre os 399 municípios do estado – corte correspondente a 10% deles. Esses municípios concentram-se na (i) Mesorregião Centro-Sul; (ii) nas porções sul da Mesorregião Norte Central, oeste da Centro-Oriental e sudoeste da Norte Pioneiro; e (iii) além da porção localizada ao norte da Mesorregião Metropolitana de Curitiba (Figura 9).

<sup>4</sup> Informações de demografia (razão de dependência), saúde (mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer), educação (alfabetização, frequência à escola e nível de escolaridade), renda (renda per capita, pobreza e desigualdade de renda) e moradia (saneamento básico e densidade domiciliar). Todos os indicadores foram extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, elaborado pelo PNUD, IPEA e FJP.



**Figura 9**  
**Municípios socialmente críticos – Paraná – 2000 e 2010**

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro (2013). Elaboração dos autores.

Quase a metade dos municípios do estado apresentou, em 2010, pelo menos uma ocorrência entre os mais críticos, no conjunto dos 13 indicadores avaliados. Dentre estes, 23 municípios registraram sete ou mais ocorrências, podendo ser considerados os socialmente mais críticos. Na Mesorregião Centro-Sul, 11 dos 29 municípios se caracterizaram por estar entre os mais críticos do estado, destacando-se Laranjal, na pior situação, com 10 ocorrências (Tabela 7). As outras mesorregiões que possuíam algum município entre os mais críticos eram Metropolitana de Curitiba (cinco), Centro-Oriental (três), Norte Paranaense (três), Centro-Occidental (dois) e Oeste e Sudoeste, com um município cada. Na realidade, esses municípios conformam espacialidades no território paranaense marcadas por maior precariedade social, que transcendem os limites das mesorregiões e que, a despeito de melhorias na última década, mantiveram-se sem grandes alterações, se comparadas com a situação em 2000 (Figura 9).

Considerando-se os dois anos censitários, 31 municípios são classificados como socialmente críticos (sete ocorrências ou mais), dos quais 14 repetem essa condição nos dois períodos analisados (Tabela 7). Apesar da invariância das espacialidades socialmente críticas, para evidenciar os avanços sociais aí registrados apresenta-se a evolução do IDHM no último período intercensitário. Chama a atenção que 19 desses 31 municípios, em 2000, situavam-se na condição de “muito baixo desenvolvimento” (IDHM <0,500)<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Em 2000, 24 municípios paranaenses eram considerados, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro, 2013), de “muito baixo desenvolvimento”.



Tabela 7 Municípios socialmente críticos com sete ou mais ocorrências – Paraná – 2000 e 2010							
Mesorregião geográfica	Município	IDHM				Socialmente críticos (Ocorrências)	
		IDHM (2000)	IDHM (2010)	Variação		2000	2010
				Abs.	%		
Centro-Occidental	Altamira do Paraná	0,496	0,667	0,171	34,5	10	6
	Corumbataí do Sul	0,507	0,638	0,131	25,8	7	6
Centro-Oriental	Imbaú	0,521	0,622	0,101	19,4	5	9
	Ortigueira	0,472	0,609	0,137	29,0	7	8
	Reserva	0,485	0,618	0,133	27,4	10	9
Centro-Sul	Boa Ventura de São Roque	0,515	0,655	0,140	27,2	7	3
	Candói	0,509	0,635	0,126	24,8	8	5
	Cantagalo	0,516	0,635	0,119	23,1	5	7
	Coronel Domingos Soares	0,426	0,600	0,174	40,8	8	7
	Espigão Alto do Iguaçu	0,529	0,636	0,107	20,2	4	9
	Goioxim	0,446	0,641	0,195	43,7	10	8
	Inácio Martins	0,491	0,600	0,109	22,2	10	9
	Laranjal	0,419	0,585	0,166	39,6	12	10
	Marquinho	0,433	0,614	0,181	41,8	8	8
	Mato Rico	0,483	0,632	0,149	30,8	7	6
	Nova Laranjeiras	0,528	0,642	0,114	21,6	5	7
	Palmital	0,509	0,639	0,130	25,5	5	7
	Reserva do Iguaçu	0,554	0,648	0,094	17,0	3	7
	Rio Bonito do Iguaçu	0,466	0,629	0,163	35,0	10	6
	Santa Maria do Oeste	0,475	0,609	0,134	28,2	11	8
	Turvo	0,491	0,672	0,181	36,9	8	1
Metropolitana de Curitiba	Adrianópolis	0,542	0,667	0,125	23,1	6	7
	Cerro Azul	0,450	0,573	0,123	27,3	10	9
	Doutor Ulysses	0,377	0,546	0,169	44,8	11	10
	Guaraqueçaba	0,430	0,587	0,157	36,5	10	6
	Tunas do Paraná	0,442	0,611	0,169	38,2	7	7
Norte Central	Cândido de Abreu	0,460	0,629	0,169	36,7	12	11
	Rio Branco do Ivaí	0,473	0,640	0,167	35,3	9	7
	Tamarana	0,504	0,621	0,117	23,2	4	7
Oeste	Diamante do Sul	0,488	0,608	0,120	24,6	9	10
Sudeste	Fernandes Pinheiro	0,526	0,645	0,119	22,6	4	7
<b>Paraná</b>		0,650	0,749	0,099	15,2		

Fontes: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro (2013). Dados trabalhados pelo IparDES.

Outro ponto a ser destacado é que os 31 municípios apresentaram um ritmo de crescimento do IDHM superior ao verificado para o Paraná. Apenas quatro não alcançaram, em 2010, o nível médio de desenvolvimento ( $\geq 0,600$  a  $0,700$ ): Laranjal, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Guaraqueçaba.

Supondo-se que, na atual década, esses municípios consigam uma taxa de variação do IDHM similar à do Paraná entre 2000-2010 (15,2%), 25 dos 31 municípios que constam da tabela acima atingiriam um valor do IDHM superior a 0,700, passando à condição de “alto desenvolvimento”. É evidente que o IDHM não sintetiza todas as condições necessárias para se atingir um melhor nível de desenvolvimento social, mas permite verificar, em parte, os impactos positivos decorrentes da expansão e consolidação de diversas políticas sociais e do desempenho econômico sobre as condições de vida da população paranaense nas últimas duas décadas.

## OBSERVAÇÕES FINAIS

A distribuição e o crescimento da população em território paranaense apontam para um reforço das três mesorregiões mais concentradoras – Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste. Internamente a elas, esse reforço se dá nas RMs de Curitiba, Londrina e Maringá, mais precisamente nos municípios que compõem as respectivas ACPs, e se observam sinais mais explícitos do adensamento das aglomerações do Oeste, polarizadas por Cascavel e Toledo. Bases populacionais elevadas e a manutenção de taxas de crescimento também altas confirmam, por sua vez, a consolidação da RM de Curitiba como o espaço mais concentrador e adensado do estado.

Curitiba ainda incorpora esse crescimento, mas é nos municípios periféricos que ele incide com maior significado. As RMs de Londrina e Maringá, contudo, distinguem-se da de Curitiba porque continuam a abrigar a maior parte desse incremento populacional nos municípios-polo.

Essas aglomerações se favorecem da intensificação dos deslocamentos da população para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência. Nas duas últimas décadas, tanto cresceram os volumes dos fluxos quanto aumentaram em todas as mesorregiões as proporções relativas ao total de pessoas que trabalham e estudam, sugerindo que se intensifica, de modo generalizado, a mobilidade em relação aos ocupados e/ou estudantes dos municípios.

As informações analisadas demonstram que a evasão populacional, principalmente rural, permanece em curso no estado e se mostra mais proeminente na Mesorregião Centro-Ocidental, mas também segue presente na Norte Pioneiro. Mostram também que muitos municípios seguiram com perdas de população urbana na última década, passando a incluir Foz do Iguaçu entre eles.

A intensa evasão rural no estado gerou um processo célere de urbanização, ao mesmo tempo, horizontal e concentrador, demarcando as três espacialidades que se destacam no cenário paranaense e revelando as dinâmicas de ocupação e desenvolvimento experimentadas pelo Paraná. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2004, p. 4), o desenvolvimento recente do estado, marcado pela intensa modernização da base produtiva e da sua concentração em alguns polos regionais, definiu uma ordem de disparidades tanto entre regiões como internamente a elas. “Disparidades que se revelam nos movimentos

da população e nos indicadores econômicos e sociais, frutos da capacidade de superação de obstáculos naturais, enfrentamento de crises e otimização de recursos para inserção na dinâmica produtiva paranaense”.

Sob essa perspectiva, ressalta-se a alta concentração do valor adicionado fiscal e de postos de trabalho na RM de Curitiba nas últimas décadas. Entre 1989 e 2000, houve um incremento industrial no setor automotivo que fez saltar a participação da Mesorregião Metropolitana em 6,8 pontos percentuais, ao mesmo tempo em que se verificou queda na participação em muitas das demais mesorregiões. Observa-se, entretanto, uma redistribuição da participação na última década, com destaque para as regiões Noroeste, Sudoeste e Norte Central, tanto para o VAF total como para o VAF da indústria. Porém, a polarização econômica se manteve desde os anos 1990 em algumas das principais cidades do estado: Curitiba, Araucária, Paranaguá, São José dos Pinhais (Mesorregião Metropolitana); Londrina e Maringá (Norte Central); Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo (Oeste); Guarapuava (Centro-Sul); Ponta Grossa (Centro-Oriental); e Telêmaco Borba (Norte Pioneiro).

Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2010, p. 22), as dinâmicas territoriais que operam na produção desses espaços concentradores “resultam das lógicas do capital, em sua busca de condições vantajosas para reprodução e acumulação, favorecidas pela atuação do Estado a partir da formulação de políticas e adoção de estratégias de desenvolvimento, tendo nas cidades o seu elemento estruturador”.

As regiões Oeste, Noroeste, Sudoeste e Norte Central vêm, da mesma forma, ganhando participação relativa no aumento de postos formais de trabalho. Ao se considerar as principais áreas de concentração do emprego, pode-se observar que, muito embora os maiores percentuais permaneçam nos polos representados por Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, verifica-se um fenômeno de desconcentração para municípios próximos a esses centros urbanos, especialmente na Região Metropolitana de Curitiba (São José dos Pinhais, Colombo, Pinhais e Araucária) e no Norte Central (Arapongas).

Tal desconcentração do emprego formal, no entanto, segue a lógica da proximidade com as principais centralidades da rede urbana estadual, mantendo em situação de perda de postos formais de trabalho um elevado conjunto de municípios das mesorregiões Centro-Occidental, Sudeste, Norte Pioneiro e mesmo a Centro-Oriental.

Nessas mesorregiões, mas principalmente na Centro-Sul, e no Vale do Ribeira, integrante da Mesorregião Metropolitana, concentram-se os maiores conjuntos de municípios identificados como socialmente críticos. Embora tenha ocorrido uma melhoria generalizada nas condições sociais dos municípios, esses espaços permaneceram com as piores condições sociais no Paraná.

Cabe chamar a atenção para a grande assimetria existente entre mesorregiões e internamente a elas. Exemplo constrangedor é o da Metropolitana de Curitiba, na qual municípios com os indicadores de mais dinamismo populacional e econômico avizinham-se de outros entre os mais críticos nas condições sociais. Essa ordem de desigualdade revela, no Paraná,

a manifestação da característica de maior evidência de o modelo econômico ser, ao mesmo tempo, concentrador e excludente, e os diferentes tempos de inserção das regiões do estado na divisão social do trabalho.

Mesmo diante de um cenário que vem mantendo a assimetria constatada, com espaços economicamente relevantes e outros socialmente críticos, percebe-se um movimento de transformações contínuas, de novas atividades sendo assumidas por diversas regiões do interior do estado, mas ainda incapazes de quebrar a forte hegemonia da Mesorregião Metropolitana. São transformações que tampouco promovem reposicionamentos mais notáveis na rede de cidades, consolidando as centralidades regionais e sub-regionais bem distribuídas no território paranaense. Mas há que se concluir que, no caso dessa hegemonia, como observado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2010, p. 28), não se pode ignorar a contribuição das demais regiões do estado, com papéis mais especializados, sem demonstrar maior integração à dinâmica principal da Metropolitana. “Cada um, a seu modo, compõe o mesmo processo, contribuindo, sem lograr benefícios, para a efetivação do desenvolvimento desigual”.

## REFERÊNCIAS

- CENSO DEMOGRÁFICO 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- CINTRA, A. P. de U.; DELGADO, P. R.; MOURA, R. Movimentos pendulares no Paraná. *Caderno IPARDES – Estudos e Pesquisas*. Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-31, jul./dez. 2012.
- CINTRA, A. P. de U. et al. Primeiras impressões sobre o Censo 2010 no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 118, v. 31, p. 113-138, jan./jun. 2010.
- DELGADO, P. R.; MOURA, R.; CINTRA, A. P. de U. Caracterização dos movimentos pendulares nas regiões metropolitanas do Paraná. *Caderno IPARDES – Estudos e Pesquisas*. Curitiba, v. 3, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de Influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- \_\_\_\_\_. Sistema de Contas Nacionais Brasil 2005-2009. Contas Nacionais nº 34 - Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/siconas2005\\_2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/siconas2005_2009.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Contas Regionais do Brasil. Disponível em: <[http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/tab\\_pib\\_01.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/tab_pib_01.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2014.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Dinâmica urbana dos Estados: estado do Paraná*. Curitiba: IPARDES, 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Os Vários Paranás: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional*. Curitiba: IPARDES, 2006.

\_\_\_\_\_. *Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses*. Curitiba: IPARDES, 2004. 1CD-Rom.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L. dos S.; MORETTO, A. Trabalho no Brasil: evolução recente e desafios. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 34, n. 124, p. 27-53, jan./jun. 2013.

LOURENÇO, G. M. A economia paranaense em 2005. *Análise Conjuntural*, Curitiba, v. 28, n. 1/2, p. 4-6, jan./fev. 2006.

MAGALHÃES, M. V.; CINTRA, A. P. de U. *Dinâmica Demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios*. Curitiba: IPARDES, 2010, 38 p. (Nota técnica, 14).

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 1990, 2000 e 2010. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em: 17 out. 2014.

MOURA, R.; CINTRA, A. P. de U. População e território: processos recentes de transformação urbana e metropolitana no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA RED DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 12., 2012, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: [s.n.], out. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *O índice de desenvolvimento humano municipal*. Brasília: PNUD; IPEA; FJP, 2013, 96 p. (Série atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013).

SEFA-PR. SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ. Valor Adicionado Fiscal (tabulação especial para anos selecionados).



## MIGRAÇÃO DE DATA FIXA NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ: 1995-2000 E 2005-2010<sup>1</sup>

*Marisa Valle Magalhães\**  
*Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra\*\**  
*Thiago de Angelis\*\*\**

### INTRODUÇÃO

No campo dos estudos migratórios desenvolvidos recentemente no Brasil, há um expressivo consenso de que os deslocamentos populacionais das duas últimas décadas apresentam determinadas características que os diferenciam daqueles observados ao longo da segunda metade do Século XX.<sup>2</sup> Certamente, tais características relacionam-se às mudanças nas escalas de intensidade e ao aumento na complexidade dos fluxos já observados no período anterior, mas também sinalizam inversões de sentido no que tange a áreas de origem e de destino dos migrantes e a resultados positivos ou negativos nas trocas migratórias. Subjacentes a esses processos operam os fatores motivacionais que levam as pessoas à decisão de efetuar movimentos migratórios em determinados momentos dos seus ciclos de vida, condicionados aos fatores de expulsão, nas áreas de origem, e de atração, nas de destino.

Durante as décadas de intensa industrialização, expansão acelerada das fronteiras agrícolas e integração do mercado nacional, foram marcantes os processos de êxodo rural, de urbanização extensiva em todo o país, e de crescimento concentrado da população urbana em distintos pontos do território. Segundo Brito (2009, p. 12),

[...] As migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil, inclusive para as fronteiras agrícolas em expansão, onde as cidades eram o pivô das atividades econômicas. Mas o destino fundamental dos migrantes que abandonavam os grandes reservatórios de mão de obra – o Nordeste e Minas Gerais, principalmente – eram as grandes

\* Doutora em Demografia e mestre em Demografia Econômica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). marivallemaga@hotmail.com

\*\* Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). anaecintra@ipardes.pr.gov.br

\*\*\* Graduado em Ciências Econômicas pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP). angelisthiago@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Texto elaborado para o projeto de pesquisa “Migrações Internas nos Décênios 1990 e 2000 em Unidades da Federação Seleccionadas: mudanças e continuidades”, desenvolvido no Ipardes em convênio com o IPEA, no âmbito do Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisas (Proredes). Uma versão resumida consta em Magalhães e Cintra, 2012a. Os autores agradecem o apoio de Lucrecia Zaninelli Rocha, do Ipardes, na confecção dos mapas.

<sup>2</sup> Importantes estudos tratam essa temática. Dentre outros, Baeninger (2008), Brito (2009), Brito e Carvalho (2006), Cunha (2007) e Hakkert e Martine (2007).

idades, particularmente, os grandes aglomerados metropolitanos em formação no Sudeste, entre os quais a Região Metropolitana de São Paulo se destacava.

As profundas transformações decorrentes da crise econômica e da alternância de ciclos de crescimento/estagnação vigentes nos anos 1980 e 1990, bem como a tendência acelerada de internacionalização da economia brasileira, redesenharam o perfil da estrutura produtiva e seu padrão locacional e impactaram sobremaneira o conjunto da sociedade. Nesse contexto, se na fase anterior os movimentos migratórios eram impulsionados por conjunturas econômicas e sociais altamente propícias à absorção do migrante no local de destino, as décadas de crise do final do século passado introduziram celeremente obstáculos estruturais representados pelo estreitamento e maior rigidez dos mercados de trabalho, mormente nos centros urbanos, e pelo esgotamento decisivo das fronteiras agrícolas nacionais. Com isso, alterou-se profundamente o substrato de estímulos pessoais para os deslocamentos migratórios, em particular para os de maior distância, pois as possibilidades de êxito e da tão sonhada ascensão social praticamente se esgotaram. Não por acaso, o país presenciou nesse período o aumento expressivo da emigração internacional, especialmente de jovens, que buscavam em outros países melhores oportunidades de emprego e de aquisição de renda.

A primeira década dos anos 2000 transcorreu marcada pela retomada do crescimento econômico, pela expansão dos mercados de trabalho e queda das taxas de desemprego e por uma expressiva melhoria da renda dos segmentos pobres da população, decorrente da elevação do salário mínimo real e da ampliação dos programas sociais de transferência de renda às famílias mais pobres. É interessante observar que os estímulos econômicos desse período propiciaram a dinamização de determinadas áreas do território nacional, fomentando a geração de empregos e uma relativa intensificação dos fluxos migratórios. Apenas de forma resumida pode-se apontar a expansão da fronteira agropecuária no Centro-Oeste; programas de irrigação e políticas de crédito e de incentivos fiscais destinados ao semiárido brasileiro, fundamentalmente no Nordeste; projetos de mineração, em particular na Amazônia; e grandes obras de infraestrutura, como a construção de hidrelétricas também na Região Norte do país e investimentos no Nordeste.

Nesse contexto, nas três últimas décadas, no âmbito interno, persistiram enormes diferenciais entre os processos migratórios das distintas regiões do país, entre os estados e internamente a estes. Entretanto, cresceram de importância os fluxos migratórios de mais curta distância, os movimentos intrarregionais e intraestaduais, o aumento das etapas migratórias, as reemigrações, entre as quais se incluem as migrações de retorno, os movimentos pendulares. Alterou-se o padrão do ir e vir das pessoas. Regiões metropolitanas, que em décadas anteriores cresciam em ritmo acelerado, como São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a experimentar saldos migratórios negativos, sinalizando uma relevante mudança na distribuição espacial da população. De modo geral, cresceram as incertezas, que sempre existiram, mas que se defrontam atualmente com um leque muito mais amplo de dificuldades no campo do emprego, da moradia, do acesso aos serviços sociais básicos, dos transtornos relacionados aos transportes,



poluição, estresse e violência. A procura por centros urbanos, litorâneos ou não, que ofereçam qualidade de vida e ao mesmo tempo supram as condições básicas de consumo e de lazer da população cresce exponencialmente. As céleres mudanças no padrão tecnológico dos setores industrial e de serviços amplificam a demanda por trabalhadores mais especializados, induzindo, muitas vezes, deslocamentos migratórios com esse perfil. Subjacentes a esse processo, as inovações tecnológicas impõem desafios de formação, qualificação e segmentação dos mercados de trabalho, impulsionando a proliferação de universidades, centros de pesquisa e de unidades de ciência e tecnologia de uma forma mais descentralizada. Esse fenômeno provoca permanentes movimentos de estudantes, professores, cientistas e pesquisadores no interior dos estados ou entre eles.

O tema das migrações, portanto, é extremamente vasto e complexo. Neste artigo, busca-se explorar as tendências migratórias do Paraná nas últimas décadas, avaliando volumes, áreas de origem e de destino e as mudanças ou continuidades verificadas no período, tanto sob o prisma das trocas interestaduais quanto das internas ao estado. As análises recaem sobre o Paraná em seu conjunto e sobre a evolução migratória apresentada por suas mesorregiões geográficas, realçando semelhanças e heterogeneidades. Os dados trabalhados referem-se aos censos demográficos de 2000 e de 2010, tanto para a população residente quanto para a identificação dos quantitativos migratórios. Nesse caso, a migração foi mensurada a partir do quesito censitário que indagava à população com 5 anos e mais de idade na data do Censo o nome do seu local de residência exatamente cinco anos antes – migrante de data fixa.

Além desta introdução, o texto apresenta as tendências dos movimentos migratórios de data fixa das mesorregiões geográficas paranaenses e dos principais municípios nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, tanto sob o prisma das trocas interestaduais, quanto no que diz respeito à migração intraestadual, e, por fim, contempla algumas considerações finais.

### TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ NO PERÍODO RECENTE

A dinâmica migratória do Paraná nos últimos 40 anos se insere amplamente nas distintas etapas do processo nacional. As décadas de 1970 e de 1980 foram marcadas por um intenso e acelerado esvaziamento das áreas rurais do estado, em dimensões ímpares na história das migrações no Brasil. Enormes fluxos populacionais abandonaram o campo seguindo predominantemente três direções. A primeira para as áreas urbanas do próprio estado, com grande predomínio da Região Metropolitana de Curitiba como destino. Um segundo fluxo expressivo dirigiu-se a algumas áreas industriais do estado de São Paulo, com destaque para sua região metropolitana e para Campinas e adjacências. O terceiro e importante movimento teve como destino as áreas de fronteira agrícola no Centro-Oeste e Norte do país, então em franca expansão. Não convém desconsiderar as perdas populacionais do Paraná para Santa Catarina e para o Paraguai, naquele período, mas esses volumes foram menos significativos.

Assim, pode-se dizer, grosso modo, que nessa etapa prevaleceu, no Paraná, a emigração de longa distância. É claro que nem sempre esses deslocamentos foram feitos em apenas uma etapa. Com muita frequência, a população saía das áreas rurais, permanecendo temporariamente em centros urbanos menores nas proximidades, e só depois realizava os longos trajetos. Também eram comuns as situações em que apenas parte da família se arriscava a emigrar para mais distante, ficando os demais no próprio estado, muitas vezes para manter ativas suas pequenas propriedades agrícolas.

De toda forma, em especial nos anos 1970 e 1980, os saldos das trocas migratórias interestaduais do Paraná foram substantivamente negativos e, em paralelo à acentuada queda da fecundidade ocorrida nesse período, acarretaram uma expressiva redução no ritmo de crescimento populacional do estado. Com isso, o Paraná foi a unidade da Federação que menos cresceu em termos demográficos naquelas décadas. Do ponto de vista intraestadual, no entanto, o movimento das trocas migratórias sempre permaneceu intenso, contribuindo para a delimitação dos espaços ganhadores e perdedores de população no estado.

Na etapa mais recente, ocorreram importantes mudanças no panorama migratório do estado. Do ponto de vista interestadual, houve uma redução expressiva dos saldos migratórios negativos, tendendo para montantes próximos de zero (Tabela 1). O volume de imigrantes decresceu, porém, a queda maior afetou a emigração para fora do estado, sinalizando processos de retenção populacional no território paranaense. De modo similar às tendências interestaduais, reduziram-se também os volumes das trocas intraestaduais, a exemplo do que ocorreu na grande maioria dos estados brasileiros, no mesmo período.<sup>3</sup> Em termos relativos, entretanto, cresceu o peso dos movimentos migratórios interestaduais dos municípios paranaenses, bem como o da imigração estrangeira, perdendo força, em contrapartida, a migração dentro do estado.

Considerando o recorte regional do estado segundo mesorregiões geográficas (Mapa 1), a redução no volume absoluto dos movimentos intraestaduais abrangeu tanto o nível intramesorregional, que geralmente diz respeito às transferências de menor percurso, quanto entre mesorregiões distintas, com uma queda de 26% entre os dois quinquênios considerados. É interessante observar que essas duas tendências diferem do que ocorreu no conjunto do país no mesmo período. O Censo Demográfico de 2000 registrou um volume de migração intermesorregional de data fixa no Brasil da ordem de 3,730 milhões de pessoas, e o Censo de 2010, de 3,360 milhões, ou seja, de magnitude similar. Do ponto de vista intramesorregional, no entanto, o número de pessoas que realizaram mudanças intermunicipais de residência no Brasil cresceu de forma expressiva, passando de quase 5,890 milhões para 9,350 milhões, entre um Censo e o outro, representando uma grande intensificação da migração de mais curta distância.

<sup>3</sup> Entre os quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, as únicas UFs brasileiras que registraram crescimento na migração intraestadual de data fixa foram Amazonas, Roraima e Amapá.

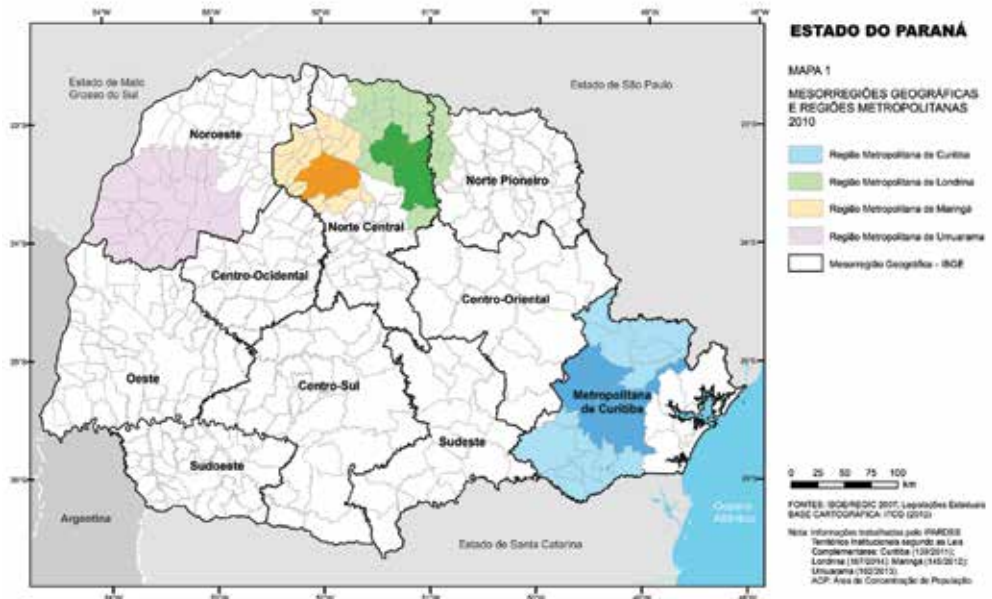
**Tabela 1**  
**Migração intermunicipal de data fixa segundo níveis geográficos de destino e imigração estrangeira – Paraná – 1995-2000 e 2005-2010**

Nível geográfico de destino	Migração intermunicipal de data fixa (Abs. e %)			
	1995-2000		2005-2010	
	Abs.	%	Abs.	%
<b>Migração intraestadual</b>	<b>783.350</b>	<b>53,9</b>	<b>599.812</b>	<b>49,7</b>
Intramesorregional	411.537	28,3	345.933	28,7
Intermesorregional	338.945	23,3	250.883	20,8
Município de origem ignorado(1)	32.868	2,3	2.995	0,2
<b>Imigração interestadual</b>	<b>297.311</b>	<b>20,5</b>	<b>272.183</b>	<b>22,6</b>
Intermesorregional	286.002	19,7	269.754	22,4
Município de origem ignorado(2)	11.309	0,8	2.429	0,2
<b>Emigração interestadual</b>	<b>336.998</b>	<b>23,2</b>	<b>293.693</b>	<b>24,4</b>
Intermesorregional	322.655	22,2	289.853	24,0
Município de origem ignorado(2)	14.343	1,0	3.840	0,3
<b>Município e UF de origem ignorados</b>	<b>2.638</b>	<b>0,2</b>	<b>926</b>	<b>0,1</b>
<b>Imigração estrangeira</b>	<b>32.011</b>	<b>2,2</b>	<b>39.119</b>	<b>3,2</b>
<b>Total</b>	<b>1.452.309</b>	<b>100,0</b>	<b>1.205.733</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010).

Nota: (1) Deslocamento intraestadual porém de procedência municipal ignorada.

(2) Deslocamento interestadual porém de procedência municipal ignorada.



**Mapa 1**  
**Mesorregiões geográficas e regiões metropolitanas – Paraná – 2010**

Fonte: IBGE/Regic, 2007.

Nota: Informações trabalhadas pelo Iparde.

As tendências da migração no Paraná vêm desde os anos 1970 configurando um quadro de distribuição espacial da população extremamente concentrado em partes específicas do território, em oposição à formação de extensas áreas pouco populosas. Delimitam-se no estado três importantes espacialidades decorrentes da formação de aglomerações urbanas e de sua expansão física contínua. São arranjos espaciais mais complexos, como o do eixo que liga o litoral/Curitiba/Ponta Grossa, no leste paranaense, os aglomerados Londrina e Maringá, no norte, e o eixo no oeste formado por Cascavel/Toledo e Foz do Iguaçu – nesse caso, incluindo uma aglomeração internacional (MAGALHÃES; CINTRA, 2012b, p. 280). Duas outras manchas de crescimento despontam no território estadual. A primeira expande-se na Mesorregião Noroeste, no rastro da recente tendência de diversificação da produção industrial na região, ancorada em atividades como carne, confecção e açúcar e álcool. A segunda localiza-se na Mesorregião Centro-Oriental, na área que circunda o município de Telêmaco Borba, impulsionada pela forte expansão de atividades madeireiras e de reflorestamento.

Tais arranjos envolvem áreas principalmente de três mesorregiões do Paraná – Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste –, que concentram as maiores proporções de população residente e respondem pelos maiores volumes absolutos de deslocamentos migratórios (Tabela 2). É preciso lembrar que a meso Metropolitana de Curitiba abriga a área mais densamente povoada do estado, a Região Metropolitana de Curitiba, e na Norte Central localizam-se duas outras importantes regiões metropolitanas estaduais – a de Londrina e a de Maringá.

Assim, no quinquênio 1995-2000, os municípios que conformam as três mesorregiões foram responsáveis por 68,5% dos movimentos de imigração envolvendo os 399 municípios paranaenses, percentual ainda mais elevado sob o prisma apenas da imigração interestadual – 70,3%. Também em relação aos movimentos de emigração, essas mesorregiões foram as mais representativas, porém, com menor peso (56,3% e 55,5%, respectivamente), pois os processos de perdas populacionais têm sido relativamente mais dispersos no território paranaense, afetando com maior força todas as demais mesorregiões. Dez anos mais tarde, esse quadro permaneceu semelhante, com as mesmas três mesorregiões concentrando os maiores volumes de movimentos intermunicipais de imigração e de emigração do estado.

As mesorregiões, no entanto, apresentaram especificidades quanto à distribuição dos seus movimentos migratórios – se intramesorregião, se com outras mesorregiões do estado ou se com outros estados brasileiros. Tanto no quinquênio 1995-2000 quanto no período 2005-2010, em todas as mesorregiões predominaram largamente as trocas intraestaduais, com percentuais que variam de cerca de 60% a mais de 80%. Nos dois períodos, os municípios das mesos Centro-Occidental, Centro-Oriental, Centro-Sul e Sudeste realizaram a maior parte das suas trocas migratórias com municípios de outras mesorregiões paranaenses, ao passo que os números mais elevados de trocas dos municípios das mesos Norte Central, Oeste e Metropolitana de Curitiba, as mais dinâmicas do estado, ocorreram no interior da própria meso. No quinquênio 2005-2010, as mesos Noroeste e Sudoeste também passaram a apresentar esse comportamento.

**Tabela 2**  
**Imigração, emigração e trocas líquidas migratórias intermunicipais de data fixa segundo mesorregiões geográficas**  
**Paraná – 1995-2000 e 2005-2010**

Mesorregião geográfica	Imigrantes				Emigrantes				Trocás líquidas migratórias				
	Intraestaduais		Interestaduais		Intraestaduais		Interestaduais		Intraestaduais		Interestaduais		
	Intramesor-regionais	Intramesor-regionais	Intramesor-regionais	Intramesor-regionais	Intramesor-regionais	Intramesor-regionais	Intramesor-regionais	Intramesor-regionais	Intramesor-regionais	Intramesor-regionais	Intramesor-regionais	Intramesor-regionais	
TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	
<b>1995-2000</b>													
Nordeste	31.722	21.367	22.085	75.175	31.722	35.289	33.009	100.021	0	-13.922	-10.924	-24.846	
Centro-Ocidental	13.676	13.661	7.097	34.434	13.676	32.099	20.000	65.775	0	-18.438	-12.903	-31.341	
Norte Central	80.515	60.726	66.971	208.213	80.515	50.746	59.528	190.789	0	9.980	7.443	17.423	
Norte Pioneiro	21.501	13.234	19.282	54.017	21.501	24.820	24.014	70.335	0	-11.586	-4.731	-16.318	
Centro-Oriental	14.998	22.261	10.038	47.297	14.998	25.004	9.275	49.278	0	-2.744	763	-1.981	
Oeste	59.511	33.562	34.068	127.141	59.511	50.621	52.457	162.589	0	-17.058	-18.389	-35.448	
Sudoeste	22.516	10.656	13.291	46.464	22.516	27.189	32.655	82.359	0	-16.532	-19.363	-35.896	
Centro-Sul	18.053	20.218	8.237	46.508	18.053	31.927	16.681	66.662	0	-11.709	-8.444	-20.153	
Sudeste	7.602	10.134	4.870	22.606	7.602	18.628	8.084	34.315	0	-8.494	-3.214	-11.708	
Metropolitana de Curitiba	141.442	133.124	100.064	374.630	141.442	42.621	66.952	251.015	0	90.503	33.112	123.615	
Paraná	411.537	338.945	286.002	1.036.484	411.537	338.945	322.655	1.073.137	0	0	-36.653	-36.653	
<b>2005-2010</b>													
Nordeste	25.958	19.102	21.989	67.050	25.958	22.292	18.072	66.322	0	-3.190	3.917	728	
Centro-Ocidental	8.659	11.650	6.729	27.038	8.659	19.343	10.762	38.764	0	-7.693	-4.032	-11.726	
Norte Central	66.020	50.269	58.207	174.496	66.020	37.965	50.382	154.367	0	12.304	7.825	20.129	
Norte Pioneiro	15.957	10.672	12.372	39.000	15.957	18.966	16.972	51.895	0	-8.294	-4.600	-12.894	
Centro-Oriental	14.159	18.844	9.303	42.306	14.159	20.957	11.749	46.865	0	-2.113	-2.446	-4.559	
Oeste	50.372	27.025	33.214	110.612	50.372	33.546	50.056	133.974	0	-6.521	-16.842	-23.363	
Sudoeste	19.529	15.205	16.846	51.580	19.529	13.338	19.601	52.467	0	1.868	-2.755	-887	
Centro-Sul	13.621	14.710	7.378	35.710	13.621	27.860	26.743	68.223	0	-13.149	-19.365	-32.514	
Sudeste	7.335	8.971	4.483	20.789	7.335	12.478	9.272	29.085	0	-3.507	-4.788	-8.296	
Metropolitana de Curitiba	124.324	74.434	99.231	297.990	124.324	44.139	76.244	244.707	0	30.296	22.987	53.283	
Paraná	345.933	250.883	269.754	866.571	345.933	250.883	289.853	886.669	0	0	-20.098	-20.098	

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010).

Nota: Exceto migrantes intermunicipais de origem ignorada.

Sob a ótica interestadual, também assomam algumas particularidades. Entre os dois quinquênios, as mesorregiões Norte Central e Norte Pioneiro se destacaram por evidenciar maiores reduções nos volumes de imigrantes que atraíram, enquanto as mesorregiões Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central, Norte Pioneiro e Sudoeste passaram a enviar volumes bem inferiores de população para fora das fronteiras estaduais. Apenas a Centro-Sul e a Metropolitana de Curitiba elevaram suas perdas interestaduais em números expressivos.

O balanço das trocas migratórias intermesorregionais e interestaduais, nos dois períodos analisados, resultou positivo somente para as mesorregiões Metropolitana de Curitiba e Norte Central – nas quais se localizam as principais regiões metropolitanas do estado –, ambas com números mais elevados nos saldos intraestaduais. A meso Metropolitana de Curitiba, entretanto, apresentou redução expressiva no seu saldo total entre um quinquênio e o outro – causada essencialmente pelo resultado das trocas com as demais regiões do estado –, que declinou de 90 mil migrantes para apenas 30 mil.

Dentre as demais mesorregiões, a Noroeste deixou de apresentar saldo negativo, e a Centro-Occidental, a Oeste e a Sudoeste reduziram de forma substantiva suas perdas migratórias. Centro-Sul, em especial, e Centro-Occidental, em menor monta, experimentaram elevação dos resultados negativos de suas trocas migratórias, principalmente interestaduais.

Os deslocamentos internos às mesos foram substanciais, ainda que todas tenham sofrido declínio no volume de movimentos entre o quinquênio 1995-2000 e 2005-2010.<sup>4</sup> Os maiores quantitativos, mais uma vez, associam-se às mesos mais populosas do estado – Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste. Em termos relativos, os principais decréscimos entre os dois períodos, por seu turno, ocorreram nas mesos Centro-Occidental, Norte Pioneiro e Centro-Sul.

### **As trocas migratórias interestaduais das mesorregiões paranaenses e dos principais municípios**

Nas últimas décadas, as principais correntes migratórias com origem no Paraná ou que a ele se destinaram estiveram associadas aos estados limítrofes de São Paulo e de Santa Catarina, ou às UFs que protagonizaram a última expansão da fronteira agrícola brasileira – Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. É nítida a correlação entre as mesorregiões do Grande Norte paranaense e os fluxos migratórios com São Paulo e o Centro-Oeste, bem como outra ligando as mesorregiões do sul do estado com Santa Catarina (tabelas 3 e 4). As mesos Oeste e Metropolitana de Curitiba mantiveram vínculos migratórios fortes, tanto com São Paulo quanto com Santa Catarina e com os estados do Centro-Oeste e Rondônia.

<sup>4</sup> Não se pode perder de vista o recente e considerável crescimento em todo o país dos movimentos pendulares, executados diária ou semanalmente pelos indivíduos entre municípios diferentes por motivo de trabalho ou estudo, que não envolvem mudança de residência das pessoas, porém tornam mais complexas as dinâmicas de funcionamento dos municípios e regiões.

**Tabela 3**  
Número de imigrantes, emigrantes e trocas líquidas interestaduais de data fixa segundo mesorregiões paranaenses e regiões brasileiras de origem e de destino – Paraná – 1995-2000

Região brasileira	Mesorregião paranaense										Metropolitana de Curitiba	Paraná
	Noroeste	Centro-ocidental	Norte central	Norte pioneiro	Centro-oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-sul	Sudeste	Sudeste		
<b>Imigrantes por região brasileira de origem</b>												
Norte	952	507	2.587	69	411	2.855	764	491	100	4.962	13.698	
Nordeste	926	478	2.973	322	467	1.565	160	165	93	6.958	14.108	
Sudeste	13.152	4.537	47.013	17.514	5.911	10.341	1.442	1.447	842	43.180	145.378	
São Paulo	12.350	4.183	43.120	16.877	5.265	7.930	936	1.189	744	34.581	127.176	
Sul	1.367	398	4.843	573	2.349	12.501	9.068	5.155	3.575	35.147	74.977	
Santa Catarina	1.026	259	3.106	536	1.580	6.400	5.973	4.106	3.177	25.705	51.867	
Centro-Oeste	5.688	1.177	9.555	805	899	6.806	1.857	979	259	9.817	37.842	
<b>Total</b>	<b>22.085</b>	<b>7.097</b>	<b>66.971</b>	<b>19.282</b>	<b>10.038</b>	<b>34.068</b>	<b>13.291</b>	<b>8.237</b>	<b>4.870</b>	<b>100.064</b>	<b>286.002</b>	
<b>Emigrantes por região brasileira de destino</b>												
Norte	1.689	1.389	2.420	284	244	3.680	1.133	560	407	3.673	15.480	
Nordeste	907	320	2.240	211	304	1.961	440	382	334	3.858	10.958	
Sudeste	20.191	12.191	39.247	21.933	5.362	14.829	3.293	2.679	2.351	23.151	145.226	
São Paulo	18.140	11.264	34.508	20.572	4.546	12.062	2.856	2.296	1.972	16.821	125.037	
Sul	2.505	2.074	6.374	885	2.417	18.673	22.392	11.107	4.563	29.030	100.021	
Santa Catarina	2.273	1.588	5.199	721	1.895	13.655	16.010	9.829	4.082	23.749	79.003	
Centro-Oeste	7.716	4.027	9.246	700	948	13.314	5.398	1.953	429	7.239	50.970	
<b>Total</b>	<b>33.009</b>	<b>20.000</b>	<b>59.528</b>	<b>24.014</b>	<b>9.275</b>	<b>52.457</b>	<b>32.655</b>	<b>16.681</b>	<b>8.084</b>	<b>66.952</b>	<b>322.655</b>	
<b>Trocas líquidas migratórias</b>												
Norte	-738	-882	166	-215	167	-825	-369	-69	-307	1.289	-1.782	
Nordeste	20	159	733	110	163	-396	-280	-217	-241	3.099	3.149	
Sudeste	-7.040	-7.654	7.766	-4.419	549	-4.488	-1.851	-1.232	-1.509	20.029	153	
São Paulo	-5.790	-7.080	8.613	-3.696	718	-4.132	-1.920	-1.107	-1.228	17.760	2.139	
Sul	-1.138	-1.676	-1.531	-312	-67	-6.172	-13.323	-5.953	-988	6.117	-25.045	
Santa Catarina	-1.248	-1.329	-2.094	-185	-314	-7.256	-10.038	-5.723	-906	1.955	-27.136	
Centro-Oeste	-2.028	-2.850	309	104	-49	-6.508	-3.541	-974	-170	2.578	-13.128	
<b>Total</b>	<b>-10.924</b>	<b>-12.903</b>	<b>7.443</b>	<b>-4.731</b>	<b>763</b>	<b>-18.389</b>	<b>-19.363</b>	<b>-8.444</b>	<b>-3.214</b>	<b>33.112</b>	<b>-36.653</b>	

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010).

Nota: Exceto migrantes intermunicipais de origem ignorada.

**Tabela 4**  
**Número de imigrantes, emigrantes e trocas líquidas interestaduais de data fixa segundo mesorregiões paranaenses e regiões brasileiras de origem e de destino – Paraná – 2005-2010**

Região brasileira	Mesorregião paranaense										Metropolitana de Curitiba	Paraná
	Noroeste	Centro-ocidental	Norte central	Norte pioneiro	Centro-oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-sul	Sudeste	Sudeste		
<b>Imigrantes por região brasileira de origem</b>												
Norte	1.054	400	2.066	116	629	2.881	501	233	146	4.030	12.055	
Nordeste	1.643	374	3.187	303	642	1.952	517	154	123	9.106	18.001	
Sudeste	12.539	3.703	39.937	10.773	4.971	9.916	2.196	1.685	1.037	46.120	132.877	
São Paulo	11.434	3.261	36.064	10.094	4.225	7.213	1.781	1.356	850	35.973	112.251	
Sul	1.402	856	5.368	533	2.625	10.040	11.223	4.607	3.085	31.521	71.260	
Santa Catarina	1.078	731	3.582	462	1.737	5.843	7.413	3.715	2.765	22.253	49.579	
Centro-Oeste	5.351	1.396	7.649	648	435	8.425	2.409	700	93	8.453	35.560	
<b>Total</b>	<b>21.989</b>	<b>6.729</b>	<b>58.207</b>	<b>12.372</b>	<b>9.303</b>	<b>33.214</b>	<b>16.846</b>	<b>7.378</b>	<b>4.483</b>	<b>99.231</b>	<b>269.754</b>	
<b>Emigrantes por região brasileira de destino</b>												
Norte	1.018	458	2.380	324	427	2.794	620	311	40	2.709	11.083	
Nordeste	780	214	2.040	233	426	1.942	389	342	199	4.167	10.732	
Sudeste	8.407	4.714	26.927	13.652	4.584	8.323	1.475	1.969	1.225	23.043	94.319	
São Paulo	7.391	4.063	23.546	13.084	3.918	5.747	1.149	1.593	1.011	17.338	78.841	
Sul	2.121	2.989	11.811	1.378	4.846	26.306	14.689	22.393	7.402	39.975	133.910	
Santa Catarina	1.914	2.652	10.305	1.111	4.348	22.644	11.324	20.590	6.947	35.324	117.160	
Centro-Oeste	5.746	2.387	7.223	1.384	1.467	10.691	2.428	1.728	407	6.349	39.809	
<b>Total</b>	<b>18.072</b>	<b>10.762</b>	<b>50.382</b>	<b>16.972</b>	<b>11.749</b>	<b>50.056</b>	<b>19.601</b>	<b>26.743</b>	<b>9.272</b>	<b>76.244</b>	<b>289.853</b>	
<b>Trocas líquidas migratórias</b>												
Norte	36	-58	-314	-208	202	86	-120	-78	106	1.321	973	
Nordeste	863	160	1.147	69	217	10	128	-188	-76	4.939	7.269	
Sudeste	4.132	-1.010	13.009	-2.880	388	1.593	721	-284	-188	23.077	38.558	
São Paulo	4.043	-802	12.518	-2.990	307	1.466	631	-237	-160	18.635	33.410	
Sul	-719	-2.133	-6.442	-845	-2.221	-16.265	-3.466	-17.786	-4.317	-8.455	-62.650	
Santa Catarina	-836	-1.922	-6.723	-649	-2.611	-16.802	-3.911	-16.874	-4.182	-13.071	-67.582	
Centro-Oeste	-394	-991	425	-736	-1.032	-2.265	-19	-1.028	-314	2.104	-4.249	
<b>Total</b>	<b>3.917</b>	<b>-4.032</b>	<b>7.825</b>	<b>-4.600</b>	<b>-2.446</b>	<b>-16.842</b>	<b>-2.755</b>	<b>-19.365</b>	<b>-4.788</b>	<b>22.987</b>	<b>-20.098</b>	

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010).

Nota: Exceto migrantes intermunicipais de origem ignorada.



As trocas com São Paulo e com Santa Catarina, já nos anos 1980, constituíam a maioria dos fluxos de saída e de entrada migratória do Paraná. No quinquênio 1986-1991, as duas UFs foram escolhidas por 63% dos emigrantes interestaduais do estado (45,8% e 17,2%, respectivamente) e originaram 54% do total de imigrantes procedentes de fora das fronteiras estaduais (36,4% de São Paulo e 17,6% de Santa Catarina).<sup>5</sup> Dez anos depois, o percentual dos emigrantes permanecia o mesmo – 63,2% –, mas a procura por São Paulo havia se reduzido drasticamente, com o volume caindo de 217 mil emigrantes para 125 mil, sendo que o vetor para Santa Catarina pouco se alterou (de 82 mil para 79 mil). Por outro lado, o percentual de imigrantes com origem nos dois estados atingia 62,6%, em particular devido ao aumento da imigração proveniente de São Paulo, que se elevou de 98 mil para 127 mil pessoas, mas também daquela procedente de Santa Catarina, que subiu de 47 mil para 52 mil pessoas. No último quinquênio, os fluxos de imigração mantiveram-se similares – 112 mil imigrantes vieram de São Paulo e 50 mil de Santa Catarina, perfazendo 60% do total da imigração interestadual do estado. No que tange à emigração, no entanto, as tendências que já se prenunciavam desde os anos 1980 se reforçaram, passando Santa Catarina a ser amplamente o destino preferencial dos emigrantes do Paraná (40,4%), enquanto o percentual para São Paulo continuou em declínio, perfazendo 27,2% do conjunto da emigração interestadual do período. Nesse sentido, em 20 anos, o maior peso da emigração para fora do estado inverteu a direção, passando da UF limítrofe ao norte – São Paulo – para a limítrofe ao sul – Santa Catarina.

Nas relações migratórias do Paraná com os estados da Região Centro-Oeste e Rondônia, as principais mudanças na intensidade dos fluxos ocorreram entre o final dos anos 1980 e o final dos anos 1990. Os percentuais de imigração, da ordem de 22,8% do conjunto da imigração interestadual do Paraná no quinquênio 1986-1991, declinaram para 15,8% no período 1995-2000 e mantiveram-se em 15,4% no quinquênio mais recente. Com relação à emigração interestadual do Paraná, 23,7% dos migrantes buscaram essa vasta região do Centro-Oeste/Norte do país entre 1986-1991, percentual que se reduziu de forma expressiva no período 1995-2000, passando para 18,4%, e um pouco mais no quinquênio 2005-2010, alcançando 15,5%.

Os resultados líquidos para o Paraná das entradas de migrantes interestaduais procedentes dos três vetores – São Paulo, Santa Catarina e Centro-Oeste/Rondônia –, menos os fluxos contrários, evidenciam mudança de sinal apenas no caso de São Paulo. Nos anos 1980, o saldo das trocas do Paraná com São Paulo era negativo para o primeiro em cerca de 120 mil migrantes.<sup>6</sup> No quinquênio 1995-2000, esse saldo passou a ser praticamente nulo (cerca de 2 mil pessoas) e, no último período, tornou-se favorável ao Paraná em 33 mil migrantes, sendo positivo ou nulo para praticamente todas as mesos.

Com Santa Catarina, os saldos das trocas são sempre negativos para o Paraná e suas mesorregiões, mais do que dobrando entre a segunda metade dos anos 1990 e o período mais recente – passando de negativo em 27 mil migrantes para negativo em quase 68 mil pessoas. Apenas

<sup>5</sup> Os resultados para o período 1986-1991 constam em Kleinke et al. (1999).

<sup>6</sup> Conforme Kleinke et al. (1999).

a meso Metropolitana de Curitiba apresentou um saldo positivo no período 1995-2000, porém de reduzida dimensão. Também no caso dos estados do Centro-Oeste/Rondônia, os saldos permaneceram negativos para o Paraná, exceto para a Metropolitana, porém alcançaram valores próximos de zero no período mais recente.

No que diz respeito a cada uma das mesorregiões paranaenses, a distribuição da imigração segundo regiões brasileiras e estados vizinhos de procedência não se alterou muito entre a segunda metade da década de 1990 e a segunda dos anos 2000. Em ambos os períodos, nas mesos Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central, Norte Pioneiro e Centro-Occidental prevaleceu amplamente a imigração com origem no estado de São Paulo, com índices próximos ou superiores a 50%, alcançando mais de 80% no caso do Norte Pioneiro. Nas três primeiras mesos, não foram desprezíveis os fluxos procedentes do Centro-Oeste, ainda que em patamares bastante inferiores. Nas mesos Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste, por sua vez, igualmente prevalece o fator contiguidade, com a maioria dos imigrantes procedendo de Santa Catarina. A meso Oeste apresentou uma estrutura de imigração menos concentrada, atraindo imigrantes de São Paulo, de Santa Catarina e do Centro-Oeste em proporções similares. A mesorregião Metropolitana de Curitiba atrai com mais força imigrantes de São Paulo e de Santa Catarina.

O perfil da emigração, entretanto, sofre alterações importantes. Nas mesos Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central e Norte Pioneiro, predominaram as saídas de população para São Paulo, em ambos os períodos. Porém, no último quinquênio, cresceu de forma expressiva o número de emigrantes que saíram das mesos Norte Central e Centro-Occidental para Santa Catarina, representando um recrudescimento dos fluxos de mais longa distância. Nas mesos do sul do estado, exceto na Sudoeste, bem como na Oeste e na Metropolitana de Curitiba, os volumes de perdas populacionais para Santa Catarina também aumentaram significativamente.

Em termos gerais, no intervalo 1995-2000, apenas Norte Central e Metropolitana de Curitiba evidenciaram saldos interestaduais positivos, basicamente em função dos processos de troca com São Paulo, no caso da primeira, e com São Paulo, principalmente, e Região Sul, na segunda. No quinquênio 2005-2010, algumas mudanças foram registradas. A meso Metropolitana continuou exibindo saldo positivo, porém não mais em suas trocas com o Sul. São Paulo ainda prevaleceu nesse sentido, mas o Nordeste cresceu de importância. Ademais, a meso Noroeste, que vinha tendo resultados negativos em suas trocas interestaduais, passou a ser recebedora, em razão dos intercâmbios migratórios com o estado de São Paulo.

Cumprе chamar a atenção igualmente para a importância das regiões metropolitanas paranaenses nesses processos migratórios interestaduais analisados. Os principais destinos dos fluxos interestaduais de imigrantes têm sido as áreas metropolitanas de Curitiba, de Londrina e de Maringá, com destaque para a de Curitiba. Nos anos 1980<sup>7</sup>, esta RM recebia cerca de um quarto da imigração interestadual do estado; nos períodos seguintes, um terço (Tabela 5).

<sup>7</sup> Conforme Kleinke et al. (1999).

**Tabela 5**  
Fluxos migratórios interestaduais de data fixa – Paraná e regiões metropolitanas  
1995-2000 e 2005-2010

Período/região	Imigrantes	Emigrantes	Trocas líquidas migratórias
<b>1995-2000</b>			
RM Curitiba	96.108	64.420	31.688
RM Londrina	28.450	21.756	6.694
RM Maringá	24.850	18.878	5.972
Exceto RMs	147.903	231.944	-84.041
<b>Paraná</b>	<b>297.311</b>	<b>336.998</b>	<b>-39.687</b>
<b>2005-2010</b>			
RM Curitiba	92.569	68.133	24.436
RM Londrina	22.535	20.896	1.639
RM Maringá	24.234	17.200	7.034
Exceto RMs	132.845	187.464	-54.619
<b>Paraná</b>	<b>272.183</b>	<b>293.693</b>	<b>-21.510</b>

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010).

Nota: Exceto migrantes intermunicipais de origem ignorada.

É bem verdade que algumas outras áreas não metropolitanas, como Cascavel e seu entorno, que conseguiram manter um importante dinamismo econômico regional, aumentaram seu poder de atração migratória, interestadual ou interna, porém em dimensões muito menores. Desde os anos 1990, as regiões metropolitanas do Paraná experimentam trocas migratórias interestaduais positivas – sem considerar reduzidos saldos negativos com uma ou outra região brasileira ou UF –, ao passo que, nas demais regiões do estado, não metropolitanas, observaram-se saldos negativos.

A concentração espacial da migração no território paranaense também pode ser ilustrada por meio dos resultados da rede de municípios do estado, tanto no que diz respeito aos ganhos quanto às perdas interestaduais (tabelas 6 e 7).

**Tabela 6**  
**Municípios responsáveis pelos maiores quantitativos de imigrantes interestaduais de data fixa**  
**Paraná – 1995-2000 e 2005-2010**

Município	Imigrantes interestaduais			
	1995-2000		2005-2010	
	Abs.	%	Abs.	%
Curitiba	62.179	21,7	60.325	22,4
Londrina	19.706	6,9	15.766	5,8
Maringá	15.008	5,2	15.324	5,7
Cascavel	9.371	3,3	8.645	3,2
São José dos Pinhais	8.132	2,8	8.077	3,0
Foz do Iguaçu	9.640	3,4	6.402	2,4
Colombo	5.112	1,8	5.194	1,9
Araucária	2.334	0,8	5.033	1,9
Ponta Grossa	4.211	1,5	4.251	1,6
Toledo	3.352	1,2	4.107	1,5
Francisco Beltrão	2.147	0,8	3.211	1,2
Pinhais	3.608	1,3	3.155	1,2
Umuarama	3.348	1,2	3.138	1,2
Apucarana	3.185	1,1	2.643	1,0
<b>Subtotal</b>	<b>151.334</b>	<b>52,9</b>	<b>145.272</b>	<b>53,9</b>
Demais municípios	134.668	47,1	124.482	46,1
<b>Paraná</b>	<b>286.002</b>	<b>100,0</b>	<b>269.754</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010).

Nota: Exceto migrantes intermunicipais de origem ignorada.

Em ambos os quinquênios, mais de 50% dos imigrantes que buscaram o Paraná, vindos de outros estados, localizaram-se em apenas 14 dos 399 municípios (Tabela 6). Cerca de 34% dirigiram-se para os municípios núcleos das três principais RMs do estado – Curitiba, Londrina e Maringá. Cinco desses principais municípios absorvedores de imigrantes interestaduais localizam-se na Região Metropolitana de Curitiba (Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo, Araucária e Pinhais), todos integrantes da ACP Metropolitana. Outros três importantes centros fazem parte da mesorregião Oeste – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo –, confirmando o poder de atração populacional dessa vasta área do estado.

De forma similar, a emigração para fora do estado concentrou-se a partir de poucos municípios. Dos dez municípios mais populosos do Paraná em 2010, oito foram responsáveis por 44,6% das saídas de migrantes para outros estados brasileiros.<sup>8</sup> Além disso, é importante assinalar que a grande maioria dos municípios do estado (385, dos 399) reduziu sua participação nesse processo entre os dois quinquênios considerados (de 59,2% para 48,7%), refletindo o arrefecimento das perdas populacionais da maior parte da rede de municípios do Paraná.

<sup>8</sup> Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Ponta Grossa, Guarapuava e Paranaguá. Apenas São José dos Pinhais e Colombo, dentre os mais populosos, ficam de fora dessa relação.

**Tabela 7**  
Municípios responsáveis pelos maiores quantitativos de emigrantes interestaduais de data fixa Paraná – 1995-2000 e 2005-2010

Município	Emigrantes interestaduais			
	1995-2000		2005-2010	
	Abs.	%	Abs.	%
Curitiba	52.114	16,2	57.990	20,0
Londrina	14.717	4,6	16.081	5,5
Foz do Iguaçu	12.396	3,8	15.561	5,4
Cascavel	11.473	3,6	12.435	4,3
Maringá	11.136	3,5	12.291	4,2
Ponta Grossa	4.188	1,3	5.698	2,0
Guarapuava	2.934	0,9	5.638	1,9
Paranaguá	1.967	0,6	3.643	1,3
União da Vitória	2.812	0,9	3.518	1,2
Toledo	4.000	1,2	3.517	1,2
Palmas	1.989	0,6	3.315	1,1
Umuarama	4.222	1,3	3.199	1,1
Pato Branco	3.774	1,2	3.026	1,0
Campo Mourão	3.908	1,2	2.882	1,0
<b>Subtotal</b>	<b>131.630</b>	<b>40,8</b>	<b>148.794</b>	<b>51,3</b>
Demais municípios	191.025	59,2	141.059	48,7
<b>Paraná</b>	<b>322.655</b>	<b>100,0</b>	<b>289.853</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010).

Nota: Exceto migrantes intermunicipais de origem ignorada.

### Migração intraestadual das mesorregiões paranaenses, dos polos e subpolos

A tendência recente da dinâmica migratória intraestadual no Paraná é de redução no volume de fluxos intermunicipais de data fixa, embora eles ainda sejam bastante expressivos. Em 2010, cerca de 600 mil pessoas declararam que cinco anos antes residiam em outro município do próprio estado (Tabela 1). Esse número representava mais de 6% da população de 5 anos e mais de idade residente no Paraná naquele ano.

Do ponto de vista das trocas entre as 10 mesorregiões paranaenses, a tendência é igualmente de declínio entre os quinquênios 1995-2000 e 2005-2010 (Tabela 8). No período mais recente, o volume de fluxos intermesorregionais de data fixa foi 26% menor do que o do período anterior.

A despeito dessa diferença, também sob o prisma intraestadual, a exemplo do que ocorreu nas trocas interestaduais, as mesos Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste responderam pelos maiores contingentes de deslocamentos. Dentre os fluxos de imigrantes de data fixa que cada meso recebeu entre 2005 e 2010, 60,5% foram absorvidos por essas três mesorregiões. Por outro lado, delas partiram 46,1% dos fluxos de emigração observados entre as 10 mesos do estado.

**Tabela 8**  
**Migração intraestadual intermesorregional de data fixa – Paraná – 1995-2000 e 2005-2010**

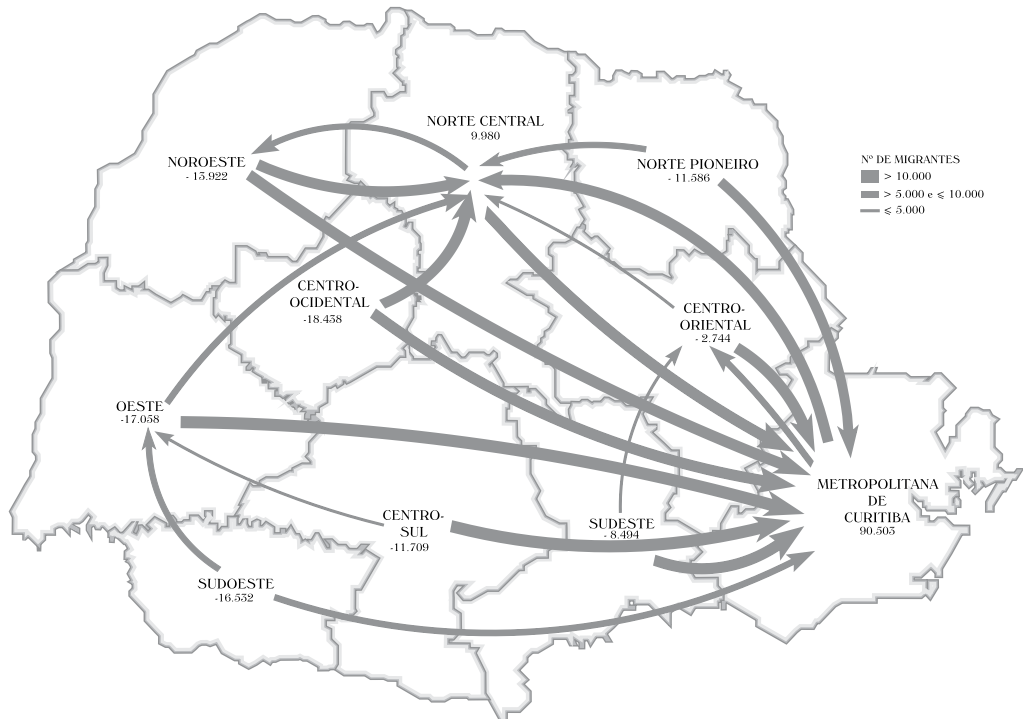
Mesorregião geográfica	Migração intraestadual de data fixa					
	1995-2000			2005-2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Trocas líquidas	Imigrantes	Emigrantes	Trocas líquidas
Noroeste	21.367	35.289	-13.922	19.102	22.292	-3.190
Centro-Ocidental	13.661	32.099	-18.438	11.650	19.343	-7.693
Norte Central	60.726	50.746	9.980	50.269	37.965	12.304
Norte Pioneiro	13.234	24.820	-11.586	10.672	18.966	-8.294
Centro-Oriental	22.261	25.004	-2.744	18.844	20.957	-2.113
Oeste	33.562	50.621	-17.058	27.025	33.546	-6.521
Sudoeste	10.656	27.189	-16.532	15.205	13.338	1.868
Centro-Sul	20.218	31.927	-11.709	14.710	27.860	-13.149
Sudeste	10.134	18.628	-8.494	8.971	12.478	-3.507
Metropolitana de Curitiba	133.124	42.621	90.503	74.434	44.139	30.296
<b>Paraná</b>	<b>338.945</b>	<b>338.945</b>	<b>0</b>	<b>250.883</b>	<b>250.883</b>	<b>0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010).

Nota: Exceto migrantes intermunicipais de origem ignorada.

A redução no número de deslocamentos intermesorregionais atingiu praticamente todas as mesorregiões. Apenas a Sudoeste apresentou um pequeno aumento do número de imigrantes entre os quinquênios analisados, e a Metropolitana, um crescimento menor ainda do volume de emigrantes. No balanço entre as entradas e as saídas de cada mesorregião, a tendência mais geral que se constata é de expressivas quedas nos saldos, tanto negativos quanto positivos. Assim, pode-se afirmar que a maioria das mesos que vinham sofrendo perdas migratórias consideráveis passou a reter em parte sua população. Entre os dois quinquênios, apenas a Centro-Sul experimentou um leve aumento do saldo negativo em suas trocas com as demais mesorregiões paranaenses. Em contrapartida, a Metropolitana, que no intervalo 1995-2000 havia tido um elevado saldo migratório positivo de 90 mil pessoas como resultado das perdas e ganhos intermesorregionais, dez anos depois apresentou um saldo ainda positivo, porém dois terços menor do que o do período anterior – 30 mil pessoas –, sinalizando perda de poder de atração migratória no âmbito das trocas internas.

Ainda assim, o nível de concentração espacial dos vetores de destino dos fluxos intraestaduais é extremamente elevado e vem se mantendo há várias décadas (figuras 1 e 2). É nítida a convergência dos deslocamentos para as duas mesorregiões mais populosas do estado – Metropolitana de Curitiba e Norte Central –, que abrigam as três principais regiões metropolitanas paranaenses – de Curitiba, na primeira meso, e de Londrina e Maringá, na última. Em uma posição bastante secundária desponta a meso Oeste.



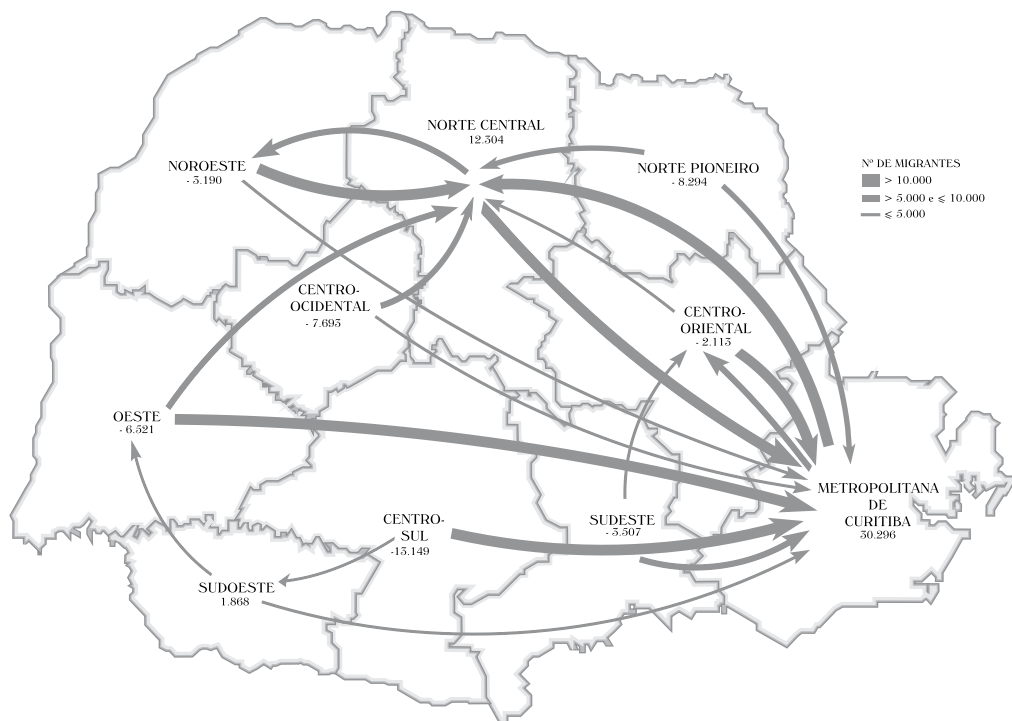
**Figura 1**  
Principais fluxos migratórios intermesorregionais – Paraná – 1995-2000

Fonte: Censo Demográfico (2000) – IBGE, Ipardes. Base Cartográfica: Sema (2007).

Nota: São consideradas migrantes as pessoas maiores de 5 anos que, em 1995, não residiam no município de residência atual (data fixa).

Estão representados os dois maiores fluxos de saída de cada mesorregião.

Os valores expressos nas mesorregiões correspondem ao balanço intermesorregional entre imigrantes e emigrantes.



**Figura 2**  
Principais fluxos migratórios intermesorregionais – Paraná – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010) - IBGE, Ipardes. Base Cartográfica: Sema (2007).

Nota: São consideradas migrantes as pessoas maiores de 5 anos que, em 1995, não residiam no município de residência atual (data fixa).

Estão representados os dois maiores fluxos de saída de cada mesorregião.

Os valores expressos nas mesorregiões correspondem ao balanço intermesorregional entre imigrantes e emigrantes.

Já nos anos 1980, havia o predomínio dessa configuração espacial da migração. Referindo-se aos processos em curso naquela década, Kleinke et al. (1999, p. 31) assinalam que

[...] a primazia da atratividade da Metropolitana é nítida, considerando que, dos dois maiores fluxos de saída de cada mesorregião, pelo menos um deles tem esse destino, assegurando para a mesma uma troca líquida de 47.104 pessoas. Além da Metropolitana, a única mesorregião com troca líquida positiva (9.674) é a Norte Central, que constitui o principal ponto de atração do movimento intra-estadual no interior e na qual se localiza a segunda maior aglomeração do Estado.

No quinquênio 1995-2000 esse quadro se manteve inalterado. A convergência dos principais fluxos de emigração das mesos permaneceu no sentido da Metropolitana de Curitiba e da Norte Central, fato determinante para a ocorrência de saldos positivos apenas nestas mesos. Vetores bem menos expressivos ligavam a Sudoeste e a Centro-Sul à meso Oeste; a Norte Central à meso Noroeste; e a Sudeste à Centro-Oriental. Em todos esses casos, no entanto,



os fluxos de entrada não foram suficientes para neutralizar os deslocamentos de saída de migrantes, e todas as mesos evidenciaram saldos intraestaduais negativos.

No período mais recente, 2005-2010, algumas tênues mudanças começaram a despontar, sinalizando a ocorrência de novos processos na distribuição espacial da população no território paranaense. A Metropolitana de Curitiba permaneceu recebendo fluxos expressivos de todas as demais mesos do estado, mas no caso da Noroeste e da Centro-Occidental, seus fluxos em direção à Metropolitana sofreram significativa redução, e a primazia do vetor passou a ser a Norte Central. As perdas da Norte Pioneiro para a Metropolitana e para a Norte Central passaram a ser em magnitudes similares. O segundo fluxo de saída mais importante da Centro-Sul deixou de se direcionar à meso Oeste e passou a buscar a Sudoeste. Esta, por sua vez, passou a expulsar bem menos população para a Metropolitana e para a Oeste, o mesmo ocorrendo com as perdas da Sudeste para a Metropolitana.

Em suma, o forte grau de atratividade da migração intraestadual por parte das principais aglomerações do estado se manteve, de forma indiscutível. Porém, outras áreas, como a Noroeste, a Centro-Occidental, a Oeste, a Sudoeste e a Norte Pioneiro, que há algumas décadas vinham gerando os principais volumes de emigração no estado, reduziram sobremaneira suas perdas.

A exemplo do que ocorreu sob o prisma interestadual, é substantivo o peso dos polos e subpolos das mesorregiões na dinâmica migratória intraestadual. Vários estudos<sup>9</sup> apontam a tendência histórica de concentração da rede de cidades do Paraná, fruto da contínua propensão à localização das atividades industriais, de serviços e de geração de postos de trabalho em alguns pontos específicos do território. Sem dúvida, nesse contexto, os maiores volumes de fluxos migratórios envolvem as principais centralidades regionais e sub-regionais, e seus respectivos entornos, que conformam aglomerações urbanas de maior ou de menor dimensão.

Nas trocas internas às mesorregiões, praticamente todos os polos e subpolos absorveram proporções superiores a 20% desses movimentos em ambos os quinquênios observados, destacando-se o caso da meso Oeste, com os percentuais mais elevados – 43,7% e 37,6%, respectivamente (tabelas 9 e 10). Tanto em um período quanto no outro, apenas nas mesos Norte Pioneiro, Sudeste e Metropolitana de Curitiba os polos e subpolos absorveram proporções de migrantes internos abaixo de 20%. As duas primeiras são áreas de menor dinamismo econômico, menos populosas, que apresentam uma rede de municípios relativamente mais homogênea em termos demográficos. No caso da Metropolitana, o município de Curitiba se soma a um conjunto de outros 13 municípios do seu entorno, configurando uma área de concentração de população (ACP) que representa uma mancha de ocupação contínua altamente densa e urbanizada. Nesse contexto, o polo de Curitiba comparte com outros municípios da região a intensa movimentação de migrantes do espaço intramesorregional.

<sup>9</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Universidade Estadual de Campinas (2000), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2006), Moura (2009).

**Tabela 9**

**Imigrantes intra e intermesorregionais de data fixa e participação percentual dos polos e subpolos nesses movimentos, segundo mesorregiões geográficas – Paraná – 1995-2000**

Mesorregião geográfica	Imigrantes intramesorregião		Imigrantes de outras mesorregiões		Total de imigrantes intraestaduais
	Totais	% nos Polos e subpolos	Totais	% nos Polos e subpolos	
Noroeste	31.722	26,5	21.367	40,9	53.089
Centro-Ocidental	13.676	22,0	13.661	25,3	27.337
Norte Central	80.515	25,2	60.726	46,3	141.242
Norte Pioneiro	21.501	18,5	13.234	15,3	34.735
Centro-Oriental	14.998	24,2	22.261	47,7	37.259
Oeste	59.511	43,7	33.562	60,8	93.073
Sudoeste	22.516	28,1	10.656	28,8	33.172
Centro-Sul	18.053	21,5	20.218	24,7	38.272
Sudeste	7.602	13,3	10.134	8,7	17.736
Metropolitana de Curitiba	141.442	11,5	133.124	52,8	274.566
<b>Paraná</b>	<b>411.537</b>	<b>22,6</b>	<b>338.945</b>	<b>45,0</b>	<b>750.482</b>

Fonte: Censo Demográfico (2000).

(1) Exceto migrantes intermunicipais de origem ignorada.

(2) Polos e subpolos: Noroeste: Cianorte, Paranavaí e Umuarama; Centro-Ocidental: Campo Mourão; Norte Central: Londrina e Maringá; Norte Pioneiro: Cornélio Procópio, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina; Centro-Oriental: Ponta Grossa; Oeste: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo; Sudoeste: Francisco Beltrão e Pato Branco; Centro-Sul: Guarapuava; Sudeste: União da Vitória; Metropolitana de Curitiba: Curitiba.

**Tabela 10**

**Imigrantes intra e intermesorregionais de data fixa e participação percentual dos polos e subpolos nesses movimentos, segundo mesorregiões geográficas – Paraná – 2005-2010**

Mesorregião geográfica	Imigrantes intramesorregião		Imigrantes de outras mesorregiões		Total de imigrantes intraestaduais
	Totais	% nos Polos e subpolos	Totais	% nos Polos e subpolos	
Noroeste	25.958	29,0	19.102	43,8	45.061
Centro-Ocidental	8.659	23,9	11.650	35,4	20.309
Norte Central	66.020	27,1	50.269	51,0	116.289
Norte Pioneiro	15.957	16,6	10.672	18,5	26.628
Centro-Oriental	14.159	32,6	18.844	45,1	33.003
Oeste	50.372	37,6	27.025	58,7	77.398
Sudoeste	19.529	28,5	15.205	42,3	34.734
Centro-Sul	13.621	20,8	14.710	28,2	28.331
Sudeste	7.335	13,9	8.971	10,3	16.305
Metropolitana de Curitiba	124.324	10,5	74.434	51,4	198.758
<b>Paraná</b>	<b>345.933</b>	<b>22,0</b>	<b>250.883</b>	<b>45,5</b>	<b>596.816</b>

Fonte: Censo Demográfico (2010).

(1) Exceto migrantes intermunicipais de origem ignorada.

(2) Polos e subpolos: Noroeste: Cianorte, Paranavaí e Umuarama; Centro-Ocidental: Campo Mourão; Norte Central: Londrina e Maringá; Norte Pioneiro: Cornélio Procópio, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina; Centro-Oriental: Ponta Grossa; Oeste: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo; Sudoeste: Francisco Beltrão e Pato Branco; Centro-Sul: Guarapuava; Sudeste: União da Vitória; Metropolitana de Curitiba: Curitiba.

Sob o prisma dos movimentos intermesorregionais, que de certa forma configuram deslocamentos de mais longa distância, chama a atenção o fato de que os percentuais de absorção de migrantes por parte dos polos e subpolos são quase sempre bem mais elevados, sinalizando um tipo de migração extremamente direcionado aos centros urbanos mais dinâmicos, mais urbanizados, que, via de regra, oferecem as melhores oportunidades de emprego e de renda. Essa interpretação se confirma por meio da observação de que os polos das mesos que concentram as principais atividades econômicas do estado – Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste – absorvem os percentuais mais elevados de imigrantes intermesorregionais.

Entretanto, os fluxos de saída de migrantes desses municípios são igualmente mais numerosos (tabelas 11 e 12). Do conjunto de emigrantes intraestaduais com origem nos polos e subpolos das mesorregiões, cerca de 85% eram emigrantes dos polos das mesos Metropolitana de Curitiba, Norte Central, Oeste, Centro-Oriental e Noroeste, seja no período 1995-2000 ou no quinquênio 2005-2010.

**Tabela 11**  
Número de emigrantes intraestaduais de data fixa dos polos e subpolos mesorregionais e destino dos seus fluxos, segundo mesorregiões geográficas – Paraná – 1995-2000

Mesorregião geográfica	Total de emigrantes dos polos e subpolos	Destino intraestadual dos fluxos			
		Para a própria mesorregião		Para outras mesorregiões	
		Abs.	%	Abs.	%
Noroeste	18.231	5.716	31,4	12.515	68,6
Centro-Occidental	10.258	2.202	21,5	8.056	78,5
Norte Central	40.557	20.350	50,2	20.207	49,8
Norte Pioneiro	8.663	3.437	39,7	5.227	60,3
Centro-Oriental	11.659	2.508	21,5	9.152	78,5
Oeste	44.832	17.571	39,2	27.261	60,8
Sudoeste	10.733	3.685	34,3	7.048	65,7
Centro-Sul	11.596	2.581	22,3	9.015	77,7
Sudeste	3.015	629	20,9	2.386	79,1
Metropolitana de Curitiba	115.955	82.513	71,2	33.442	28,8
<b>Soma</b>	<b>275.501</b>	<b>141.192</b>	<b>51,2</b>	<b>134.309</b>	<b>48,8</b>

Fonte: Censo Demográfico (2000).

(1) Exceto migrantes intermunicipais de origem ignorada.

(2) Polos e subpolos: Noroeste: Cianorte, Paranavai e Umuarama; Centro-Occidental: Campo Mourão; Norte Central: Londrina e Maringá; Norte Pioneiro: Cornélio Procópio, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina; Centro-Oriental: Ponta Grossa; Oeste: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo; Sudoeste: Francisco Beltrão e Pato Branco; Centro-Sul: Guarapuava; Sudeste: União da Vitória; Metropolitana de Curitiba: Curitiba.

Tabela 12

Número de emigrantes intraestaduais de data fixa dos polos e subpolos mesorregionais e destino dos seus fluxos, segundo mesorregiões geográficas – Paraná – 2005-2010

Mesorregião geográfica	Total de emigrantes dos polos e subpolos	Destino intraestadual dos fluxos			
		Para a própria mesorregião		Para outras mesorregiões	
		Abs.	%	Abs.	%
Noroeste	14.757	5.231	35,4	9.526	64,6
Centro-Ocidental	6.270	1.441	23,0	4.830	77,0
Norte Central	35.791	16.763	46,8	19.029	53,2
Norte Pioneiro	5.906	2.211	37,4	3.695	62,6
Centro-Oriental	10.268	2.162	21,1	8.106	78,9
Oeste	39.056	17.871	45,8	21.185	54,2
Sudoeste	8.399	3.732	44,4	4.667	55,6
Centro-Sul	9.904	1.997	20,2	7.908	79,8
Sudeste	2.649	752	28,4	1.897	71,6
Metropolitana de Curitiba	105.673	70.826	67,0	34.847	33,0
<b>Soma</b>	<b>238.673</b>	<b>122.986</b>	<b>51,5</b>	<b>115.687</b>	<b>48,5</b>

Fonte: Censo Demográfico (2010).

(1) Exceto migrantes intermunicipais de origem ignorada.

(2) Polos e subpolos: Noroeste: Cianorte, Paranavaí e Umuarama; Centro-Ocidental: Campo Mourão; Norte Central: Londrina e Maringá; Norte Pioneiro: Cornélio Procopio, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina; Centro-Oriental: Ponta Grossa; Oeste: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo; Sudoeste: Francisco Beltrão e Pato Branco; Centro-Sul: Guarapuava; Sudeste: União da Vitória; Metropolitana de Curitiba: Curitiba.

Consistente com o declínio dos movimentos migratórios intraestaduais observados no Paraná, o montante de emigrantes dos principais centros das mesos também decresceu entre o final dos anos 1990 e o segundo quinquênio de 2000. Entretanto, os maiores percentuais de declínio não aconteceram nos polos e subpolos das mesos de maior expressão econômica, e sim nas demais mesorregiões, em particular na Centro-Ocidental, na Norte Pioneiro e na Sudoeste. Em termos proporcionais, a menor redução no volume de emigrantes intraestaduais ocorreu no polo de Curitiba.

No período 1995-2000, apenas a capital do estado e os centros regionais Londrina e Maringá perdiam mais de 50% dos seus emigrantes para os demais municípios da própria meso, ao passo que todos os demais polos e subpolos enviavam maiores proporções de emigrantes para outras mesorregiões do estado. No quinquênio 2005-2010, apenas Curitiba manteve o maior peso das suas saídas populacionais no âmbito intramesorregional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há várias décadas, as trocas migratórias entre o Paraná e outras regiões do país vêm desempenhando um papel importante no ritmo de crescimento populacional do estado e em sua configuração demográfica. No período anterior a 1970, predominavam amplamente os fluxos de imigração interestadual sobre os de emigração, conferindo ao Paraná um papel de área de elevada atração populacional no país. Nas três últimas décadas do século XX, essa dinâmica

se inverteu fortemente, e o estado passou a representar uma das principais áreas brasileiras de expulsão migratória. No período mais recente, o resultado das trocas ainda se mostra negativo, porém quase nulo, não em função de aumentos nos fluxos de entrada de população, mas sim em decorrência de forte redução nos fluxos de saída. Na esfera intraestadual, os fluxos migratórios estiveram sempre presentes de forma intensa, condicionando a formação de espacialidades de concentração e de esvaziamento demográfico.

Os rebatimentos desses processos sob o prisma das distintas regiões do estado são heterogêneos e complexos. Na etapa de grandes perdas populacionais do Paraná, a Região Metropolitana de Curitiba foi a que mais cresceu dentre todas as RMs brasileiras, passando a constituir um espaço de grande concentração e adensamento populacional no estado e atraindo parcelas expressivas da imigração interestadual e das migrações internas. Outras espacialidades também despontaram, como as regiões metropolitanas de Londrina e de Maringá, e, com um peso menor, a área no oeste do estado polarizada por Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Essas são aglomerações urbanas importantes no âmbito regional e integram três mesorregiões – Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste –, que respondem pelos volumes mais elevados de fluxos migratórios, chegando a concentrar 70% da imigração interestadual.

Entre o final dos anos 1990 e o segundo quinquênio da década de 2000, ocorreram importantes mudanças no quadro migratório estadual. Os volumes de imigração e de emigração interestadual decresceram, bem como caíram os volumes das trocas intraestaduais, tanto no âmbito interno às mesorregiões quanto nas movimentações entre elas.

A distribuição do peso da migração, se interestadual ou intraestadual, revela que em todas as mesos predominaram largamente as trocas que ocorrem dentro do estado. De modo geral, no entanto, as mesos Centro-Occidental, Centro-Occidental, Centro-Sul e Sudeste experimentaram fluxos mais intensos com outras mesorregiões paranaenses, ao passo que nas mais dinâmicas – Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste –, as movimentações internas à própria meso predominaram.

Tanto do ponto de vista intermesorregional quanto interestadual, em ambos os períodos os saldos líquidos apresentaram-se positivos apenas para as mesorregiões Metropolitana de Curitiba e Norte Central, ambas com resultados mais elevados no âmbito intraestadual. Chama a atenção, entretanto, o fato de que a Metropolitana de Curitiba experimentou um declínio substantivo nos saldos das suas trocas migratórias com as demais mesorregiões do estado, passando de um resultado positivo de 90 mil migrantes, no intervalo 1995-2000, para 30 mil, no quinquênio mais recente.

Nas trocas interestaduais, predominaram largamente os movimentos com os estados de São Paulo e de Santa Catarina e, em menor dimensão, com as UFs do Centro-Oeste e Rondônia. De modo geral, as mesos localizadas na porção norte do estado trocaram migrantes mais intensamente com São Paulo, e as da porção sul, com Santa Catarina. Apenas as mesos Oeste

e Metropolitana de Curitiba apresentaram vínculos migratórios expressivos tanto com São Paulo, quanto com Santa Catarina e Região Centro-Oeste.

Sob o prisma da emigração, ocorreu uma importante mudança nas últimas três décadas. Anteriormente, São Paulo era o principal destino da maioria dos que saíam do Paraná. No quinquênio mais recente, inverteu-se esse processo, passando a ser Santa Catarina o destino predominante. No período mais recente, todas as mesos apresentaram resultados negativos em suas trocas com o estado vizinho ao sul. As trocas com São Paulo, por seu turno, tornaram-se positivas ou praticamente nulas para quase a totalidade das mesos paranaenses.

As regiões metropolitanas paranaenses continuaram a ser os espaços de maior absorção dos movimentos migratórios interestaduais do estado, em particular a RM de Curitiba. Ao longo de todo o período em análise, esta foi a única RM a experimentar saldos positivos com todas as regiões brasileiras, exceto nas trocas com Santa Catarina evidenciadas no último quinquênio, que passaram a ser negativas.

Sob o prisma da rede estadual de municípios, é igualmente substantiva a concentração espacial da migração interestadual. Da população que transferiu residência para o Paraná em ambos os períodos analisados, mais de 50% se localizou em apenas 14 dos 399 municípios, sendo mais de um terço absorvido pelos municípios núcleos das três principais RMs do estado.

De forma similar, a maior parte da emigração interestadual partiu de poucos municípios. No entanto, é importante notar que, na comparação entre os dois quinquênios, ocorreu um arrefecimento das perdas populacionais para fora do estado na maior parte da rede de municípios do Paraná.

As tendências observadas no âmbito interestadual se repetiram no tocante aos deslocamentos migratórios intraestaduais. Os principais centros regionais e sub-regionais, e seus respectivos entornos, que conformam aglomerações urbanas de maior ou de menor dimensão, igualmente concentraram as maiores proporções desse tipo de movimento migratório nos períodos em foco, tanto no sentido intermesorregional, quanto nas trocas internas às mesos. Os polos das mesos mais dinâmicas – Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste – respondem pelos percentuais mais elevados de imigrantes e de emigrantes intermesorregionais, particularmente no caso dos fluxos de mais longa distância.

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2008. (Sessão Temática: Migração).

BRITO, F. R. A. de. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. (Textos para discussão, 366).

BRITO, F. R. A. de; CARVALHO, J. A. M. de. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 22, p. 441-456, jun. 2006. Edição especial.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CUNHA, J. M. P. da. A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. In: TALLER NACIONAL SOBRE MIGRACIÓN INTERNA Y DESARROLLO EN BRASIL: DIAGNÓSTICO, PERSPECTIVAS Y POLÍTICAS, 2007, Brasília, DF. *Trabalhos apresentados...* Brasília, DF: Cepal; CELADE, 2007.

HAKKERT, R.; MARTINE, G. Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. In: APRESENTADO EM TALLER NACIONAL SOBRE MIGRACIÓN INTERNA Y DESARROLLO EN BRASIL: DIAGNÓSTICO, PERSPECTIVAS Y POLÍTICAS, 2007, Brasília, DF. *Trabalhos apresentados...* Brasília, DF: Cepal; CELADE, 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Os vários Paranás: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional*. Curitiba: IPARDES, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Redes urbanas regionais: Sul*. Brasília: IPEA, 2000. 206 p. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, v. 6).

KLEINKE, M. de L. U. et al. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 95, p. 27-50, jan./abr. 1999.

MAGALHÃES, M. V.; CINTRA, A. P. de U. As trocas migratórias entre Paraná e suas regiões metropolitanas com as regiões brasileiras nas décadas recentes. *Caderno IPARDES – Estudos e Pesquisas*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 1-14, 2012a. (Dossiê: população, mobilidade e arranjos espaciais no Censo de 2010). Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 122, p. 263-291, jan./jun. 2012b.

MOURA, R. *Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. 242f.





## PERFIL DOS MIGRANTES DE DATA FIXA NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ NO PERÍODO 2005-2010<sup>1</sup>

*Paulo Roberto Delgado\**  
*Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra\*\**

### INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

O processo migratório no Paraná nas duas últimas décadas passou por mudanças importantes comparativamente ao ocorrido nos anos 1970 e 1980, períodos em que o estado apresentou acentuada perda de população para outras unidades da Federação. Dentre as mudanças recentes, a mais significativa foi exatamente a reversão dessas perdas, com o saldo migratório, embora ainda negativo, registrando uma situação de quase equilíbrio nas trocas interestaduais, fato evidenciado pelos censos demográficos de 2000 e 2010. O principal fator nessa transformação foi a queda no número de emigrantes que deixam o estado.

Mas a etapa mais recente foi marcada, também, por redução no volume das trocas intraestaduais (Gráfico 1). Considerando-se as mesorregiões geográficas como unidades espaciais de referência, essa redução se deu tanto no nível intramesorregional, que envolve fluxos de menor distância, quanto no intermesorregional.

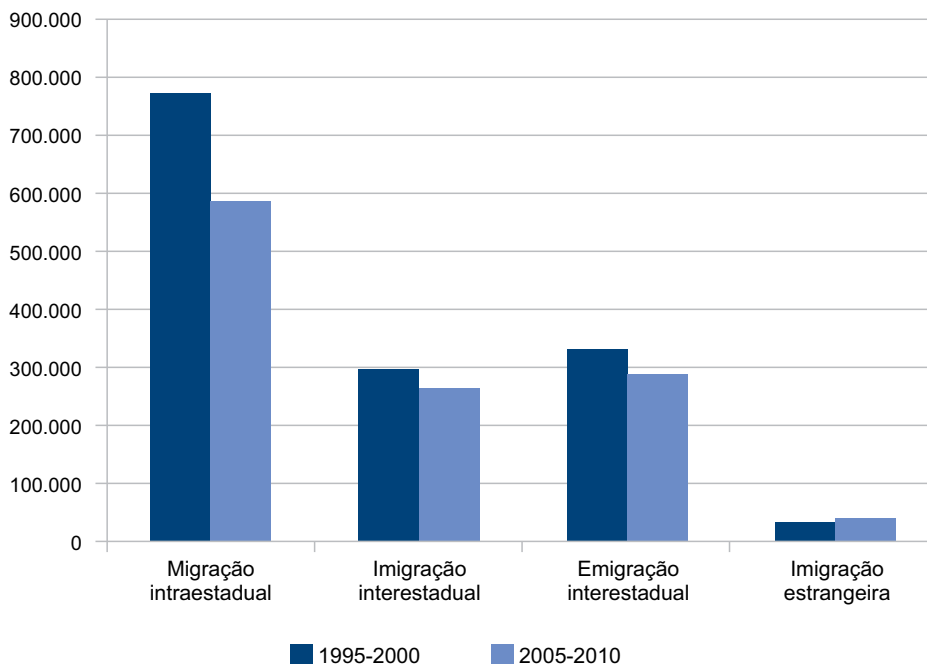
O objetivo do presente artigo é apresentar o perfil dos migrantes de data fixa no último período censitário (2005-2010) no Paraná. Mesmo com as reduções nos volumes de migrantes, destacadas acima, nesse período a movimentação de migrantes no estado foi da ordem de 1,2 milhão de pessoas, com os movimentos interestaduais e intraestaduais apresentando peso similar: respectivamente, 47,1% e 49,7%. Outros 3,2% relacionam-se à imigração estrangeira.

\* Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e especialista em Bioestatística pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). pr.delgado63@gmail.com

\*\* Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). anaelcintra@ipardes.pr.gov.br

<sup>1</sup> Texto elaborado para o projeto de pesquisa "Migrações Internas nos Decênios 1990 e 2000 em Unidades da Federação Seleccionadas: mudanças e continuidades", desenvolvido no Ipardes em convênio com o IPEA, no âmbito do Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisas (Proredes).

<sup>2</sup> Esta introdução resgata alguns fatos referentes às mudanças ocorridas nos processos migratórios no Paraná, apresentados no artigo "Migração de Data Fixa nas Mesorregiões Geográficas do Paraná: 1995-2000 e 2005-2010", um dos produtos do projeto de pesquisa "Migrações Internas nos Decênios 1990 e 2000 em Unidades da Federação Seleccionadas: mudanças e continuidades", IPEA/Proredes. Por se tratar de estudo baseado nas informações sobre migração de data fixa, os resultados censitários de 2000 e 2010 têm como referência, respectivamente, os movimentos populacionais observados nos períodos 1995-2000 e 2005-2010.



**Gráfico 1**  
Número de migrantes de data fixa segundo níveis geográficos – Paraná  
1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010).

Nota: O saldo migratório interestadual foi de -39,7 mil, em 1995-2000, e - 21,5 mil, em 2005-2010.

O perfil dos migrantes terá por base um conjunto de indicadores relacionados ao sexo, idade, escolaridade, trabalho e rendimento domiciliar. Os dados sobre esse perfil, apresentados na sequência, referem-se a todas as pessoas do estado que tinham o seu município de origem, em 2005, identificado no Censo Demográfico, e cujas mudanças de município se deram no território nacional, o que representa uma cobertura de 96% do total de migrantes de data fixa do período em foco. Ficam excluídos os imigrantes internacionais e os migrantes nacionais cujos municípios de origem não foram identificados.

Além da comparação do perfil dos migrantes segundo o tipo de fluxo, serão apresentados os indicadores referentes à população não migrante de data fixa, a qual é composta por todas as pessoas de 5 anos de idade ou mais, mesmo critério etário usado para a definição do migrante de data fixa, residentes no Paraná e que, em 2005, moravam no mesmo município de residência da data do Censo. Quando necessário, o corte etário será ajustado de acordo com a especificidade dos indicadores de escolaridade e trabalho.

## PERFIL SEGUNDO O TIPO DE FLUXO MIGRATÓRIO

Considerando-se as mesorregiões geográficas do Paraná como unidades espaciais de análise<sup>3</sup>, os movimentos populacionais podem ser classificados em dois tipos: os interestaduais, referentes às trocas entre o Paraná e as demais unidades da Federação, e os intraestaduais, relacionados a mudanças de município dentro do próprio estado. No primeiro tipo, os movimentos de imigração e emigração serão diferenciados, enquanto os intraestaduais serão subdivididos entre aqueles que ocorrem internamente a cada mesorregião (intra-mesorregional) e aqueles que se dão entre mesorregiões diferentes (intermesorregional).

Uma observação geral em relação aos indicadores apresentados na Tabela 1 é que as diferenças mais acentuadas entre os tipos de fluxo migratório, quando ocorrem, expressam uma polarização entre os movimentos interestaduais e intra-mesorregionais. O primeiro está associado, geralmente, a um perfil de maior qualificação do migrante, e o segundo, de menor qualificação.

Em relação ao sexo, há uma participação praticamente igual de homens e mulheres nos movimentos migratórios, em qualquer dos tipos de fluxo, evidenciando um equilíbrio entre os sexos pouco maior no caso dos migrantes do que entre a população não migrante, a qual apresenta participação masculina de 48,9% e feminina de 51,1%.

Os diferenciais são também irrelevantes no que se refere à idade dos migrantes. Em todas as condições, o maior contingente de migrantes é de jovens adultos, com idade variando entre 15 e 29 anos, seguido pela população de 30 a 49 anos. As maiores participações de jovens (até 14 anos) e idosos (50 anos e mais) se dão nos movimentos intra-mesorregionais.

Porém, os migrantes têm um perfil mais jovem comparativamente à população não migrante. O peso dos dois primeiros grupos etários – até 29 anos – neste segmento populacional é de 44,0%, enquanto, entre os migrantes, varia entre 54,1% e 56,6%.

(Continua)

**Tabela 1**  
Indicadores do perfil dos migrantes de data fixa segundo tipo de fluxo – Paraná  
2005-2010

Indicadores	Interestadual		Intraestadual		População não migrante (1)
	Imigrantes	Emigrantes	Intra-mesorregional	Inter-mesorregional	
Sexo					
Masculino	50,3	50,7	49,0	49,3	48,9
Feminino	49,7	49,3	51,0	50,7	51,1
Faixa etária					
Até 14	17,3	16,7	18,2	17,5	17,2
15 a 29	36,8	38,9	36,8	39,1	26,8

<sup>3</sup> Ver mapa do Paraná com a divisão territorial por mesorregiões geográficas no artigo anterior desta publicação intitulado "Migração de data fixa nas mesorregiões geográficas do Paraná ...", p. 177.

**Tabela 1**  
**Indicadores do perfil dos migrantes de data fixa segundo tipo de fluxo – Paraná**  
**2005-2010**

Indicadores	Interestadual		Intraestadual		População não migrante (1)
	Imigrantes	Emigrantes	Intrame-sorregional	Interme-sorregional	
30 a 49	32,6	32,4	31,1	30,8	31,8
50 e +	13,3	12,1	13,8	12,6	24,2
<b>Escolaridade</b>					
Pessoas de 18 anos de idade e + com ensino médio completo	51,9	48,8	40,0	46,8	37,7
Pessoas de 22 anos de idade e + com ensino superior completo	19,7	20,4	11,7	18,3	12,3
<b>Trabalho (2)</b>					
Taxa de atividade	68,3	72,3	69,3	68,2	67,1
Ocupados em posições superiores (3)	19,2	17,5	12,6	17,3	14,2
Rendimento médio em todos os trabalhos (R\$)	1.732	1.788	1.190	1.433	1.319
<b>Setores de atividade</b>					
Agricultura	7,6	8,6	15,1	11,0	15,0
Indústria – transformação	16,8	19,2	16,9	15,0	14,5
Indústria – construção civil	8,6	9,5	7,5	9,3	7,3
Indústria – outras atividades	1,6	1,4	1,4	1,5	1,3
Comércio	18,4	17,4	17,0	17,5	17,3
Serviços - de apoio à produção	15,4	13,6	12,5	13,6	13,4
Serviços - de natureza pública	12,2	11,0	10,9	13,4	13,2
Serviços - outros	8,4	8,6	7,0	8,1	6,5
Serviços - domésticos	4,4	4,8	6,1	5,3	6,0
Outros	6,6	5,9	5,6	5,4	5,6
<b>Rendimento domiciliar per capita</b>					
Até 1/2 salário mínimo	18,9	16,3	23,9	21,9	20,2
>=5 salário mínimo	9,0	9,5	3,6	6,2	5,2

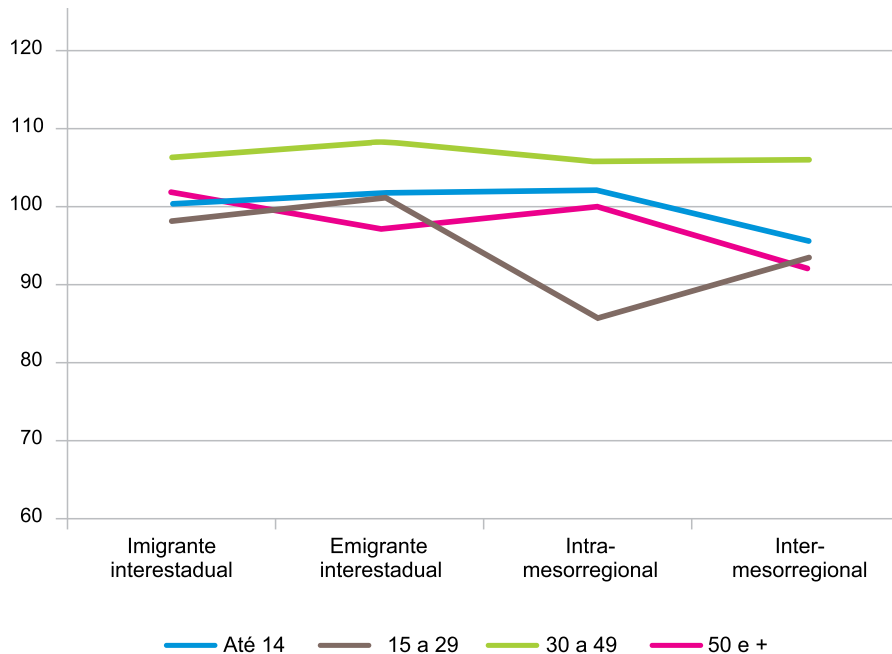
Fonte: Censo Demográfico (2010).

Notas: (1) Pessoas de 5 anos de idade ou mais residentes no Paraná em 2010 e que, em 2005, moravam no mesmo município de residência da data do Censo.

(2) A população de referência é a de 14 anos de idade e mais.

(3) Refere-se às ocupações da CBO domiciliar dos grupos 1 (diretores e gerentes) e 2 (profissionais das ciências e intelectuais).

Quando se considera a razão de sexo, que expressa o número de homens para cada grupo de 100 mulheres, segundo a faixa etária e o tipo de fluxo, observa-se que a participação masculina é sensivelmente maior em todos os tipos de fluxos entre os migrantes adultos (30 a 49 anos), e sua menor participação se dá entre os jovens de 15 a 29 anos, no fluxo intramesorregional, no qual há 86 homens para cada 100 mulheres migrantes (Gráfico 2).



**Gráfico 2**  
Razão de sexo dos migrantes de data fixa segundo grupos etários e tipo de fluxo  
Paraná – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Os indicadores de escolaridade consideram a conclusão do ensino médio, que, no sistema educacional brasileiro, corresponde à finalização da educação básica, e do ensino superior. Os dois indicadores foram ajustados à idade mínima teórica para a conclusão dessas etapas: 18 e 22 anos, respectivamente.

De modo geral, a escolaridade dos migrantes ainda é baixa, com menos da metade tendo concluído o ensino médio. O percentual reduz acentuadamente quando se considera o ensino superior. Mas, nos dois casos, o nível de escolaridade é maior entre os migrantes que mudam de estado, sendo que não há diferença expressiva entre os imigrantes e emigrantes interestaduais. Os migrantes intramesorregionais são os que possuem a escolaridade mais baixa: apenas 40% concluíram o ensino médio, e 11,7%, o ensino superior (Tabela 1).

Novamente, os indicadores de escolaridade dos migrantes são melhores quando comparados com a situação da população não migrante, na qual apenas 37,7% e 12,3% concluíram, respectivamente, o ensino médio e o superior. Ressalte-se que parte dessa diferença favorável aos migrantes pode estar relacionada ao seu perfil mais jovem.

Os indicadores de trabalho referem-se ao segmento populacional de 14 anos de idade ou mais, sendo esta a idade mínima para ingresso como aprendiz em uma empresa<sup>4</sup>. A taxa de atividade dos migrantes é ligeiramente superior ao índice verificado para a população não migrante do estado (67,1%), atingindo o maior valor (72,3%) entre os emigrantes que deixaram o Paraná.

Os migrantes estaduais que mudaram de município na própria mesorregião em que residiam são os que apresentam os indicadores mais precários em termos de inserção ocupacional. Neste grupo, apenas 12,6% alcançam as posições mais elevadas na estrutura ocupacional, em posições de diretores e gerentes ou de profissionais das ciências e intelectuais<sup>5</sup>. Além disso, o rendimento<sup>6</sup> médio auferido por este tipo de migrante (R\$ 1.190,00) equivale a dois terços do recebido pelos emigrantes que deixaram o estado (R\$ 1.788,00), sendo inferior, inclusive, ao da população não migrante.

Este menor rendimento do trabalho pode estar associado, além das diferenças de escolaridade entre os tipos de migrantes, às distintas atividades por eles exercidas. Observa-se, entre os migrantes intramesorregionais, o maior peso do trabalho na agropecuária e no serviço doméstico (Tabela 1). Além disso, o perfil de atividades desse grupo é o que mais se aproxima do observado entre os não migrantes.

O comércio é a principal atividade exercida por todos os migrantes, com exceção daqueles que deixaram o estado, para os quais a indústria de transformação sobrepõe-se às demais atividades.

Em todos os tipos de fluxo migratório, dentro da indústria de transformação, a indústria alimentar é a atividade que mais absorve os migrantes, seguida pela confecção de artigos do vestuário e acessórios, a fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, a fabricação de móveis e a de produtos têxteis. Juntas, essas atividades representavam 57,6% dos postos de trabalho dos migrantes na indústria de transformação<sup>7</sup>. É interessante destacar que a participação da atividade de fabricação de produtos têxteis deve-se, em boa medida, à importância que ela tem para os emigrantes que deixaram o Paraná. Vale lembrar que São Paulo e Santa Catarina são os principais destinos deste tipo de migrante, e esses estados possuem tradição na indústria têxtil nacional.

Reafirmando a polarização já evidenciada acima, entre as pessoas cuja mudança se deu na mesma mesorregião, a parcela que reside em domicílios em situação de pobreza (rendimento per capita de até meio salário mínimo) atinge 23,9%, e apenas 3,6% residem em domicílios

<sup>4</sup> Nas primeiras divulgações da PNAD contínua, pesquisa que deverá ser a principal fonte de acompanhamento do mercado de trabalho brasileiro, o IBGE definiu a população em idade de trabalhar como aquela com 14 anos de idade e mais, fato também considerado para a construção dos indicadores de trabalho no presente texto

<sup>5</sup> Em seu maior nível de agregação, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) classifica as ocupações em 10 grandes grupos, sendo os grupos 1 e 2, aqui denominados de ocupações superiores, os que se referem a postos de comando nas empresas e/ou requerem credenciamento de nível superior para seu exercício.

<sup>6</sup> Os dados de rendimento referem-se ao rendimento nominal mensal habitual, no mês de referência (julho de 2010), do trabalho principal e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência

<sup>7</sup> Na realidade, destaca-se também a divisão CNAE "Fabricação de produtos diversos", mas parte dos ocupados nela classificados o foi por falta de especificação da efetiva atividade desenvolvida.

com maior rendimento ( $\geq$  a cinco salários mínimos per capita). Os emigrantes interestaduais apresentam a menor taxa de pobreza (16,3%) e a maior participação no estrato superior de renda (9,5%).

## PERFIL DOS MIGRANTES NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS PARANAENSES

Neste item retoma-se a avaliação do mesmo conjunto de indicadores analisados acima, mas observando-os em cada uma das 10 mesorregiões geográficas do Paraná. Como a unidade de análise passa a ser a mesorregião, e não o estado, como no item anterior, os fluxos intermesorregionais de cada unidade foram diferenciados segundo a condição de imigração e emigração, da mesma forma que os fluxos interestaduais.

O peso dos tipos de fluxo em cada mesorregião é diferenciado. Em metade delas – Centro-Ocidental, Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Centro-Sul e Sudeste – a emigração para outra região do estado é o fluxo que envolve o maior número de pessoas, o qual representa mais de 25% do total dos migrantes (Tabela 2). Nessas mesmas regiões, a participação dos imigrantes oriundos de outros estados é reduzida ( $< 17\%$ ).

**Tabela 2**  
Distribuição dos migrantes de data fixa por tipo de fluxo, segundo mesorregiões geográficas Paraná – 2005-2010

Tipo de fluxo	Noroeste	Centro-Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro-Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	Metropolitana de Curitiba
Interestadual – Imigr.	20,5	11,8	22,1	16,5	12,4	17,1	19,9	8,2	10,5	23,7
Interestadual – Emigr.	16,8	18,8	19,2	22,6	15,7	25,8	23,2	29,6	21,8	18,2
Intramesorregional	24,2	15,2	25,1	21,3	18,9	25,9	23,1	15,1	17,2	29,7
Intermesorregional – Imigr.	17,8	20,4	19,1	14,2	25,1	13,9	18,0	16,3	21,1	17,8
Intermesorregional – Emigr.	20,8	33,9	14,4	25,3	27,9	17,3	15,8	30,8	29,3	10,6

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota: A soma das colunas pode não totalizar exatamente 100% devido a problemas de arredondamento.

As mesorregiões Norte Central e Metropolitana de Curitiba se destacam por serem as que, absoluta<sup>8</sup> e relativamente, mais recebem imigrantes de outros estados, por terem a menor participação de emigrantes para outras regiões do Paraná e por envolverem, neste caso juntamente com a Oeste, participação expressiva de migrantes para outros municípios da própria região. Esse fato deve estar relacionado com a consolidação, nessas regiões, das principais aglomerações urbanas do Paraná, nas quais processos de segregação/integração favorecem

<sup>8</sup> Essas duas mesorregiões receberam 58% de todos os imigrantes oriundos de outros estados para o Paraná, no período 2005-2010.

mudanças de residência em seu interior. Por sua vez, as mesorregiões Noroeste e Sudoeste mostram maior equilíbrio entre os diferentes tipos de fluxo.

A Tabela 3 apresenta o coeficiente de variação (CV) para cada um dos indicadores do perfil dos migrantes nas mesorregiões paranaenses e visa auxiliar a análise dos dados mostrados na Tabela 4. Quanto mais próximo de zero o valor do CV, maior a homogeneidade entre os migrantes nas diversas mesorregiões e tipos de fluxos.

Pode-se verificar que, como observado para o conjunto do estado, as menores diferenças no perfil dos migrantes estão relacionadas aos atributos sexo e faixa etária. A maior variabilidade entre os migrantes está associada aos indicadores de ensino superior e de rendimento domiciliar.

Indicador	CV (%)
Razão de sexo	5,6
Faixa etária (até 29 anos)	6,9
Escolaridade (ensino médio)	16,2
Escolaridade (ensino superior)	35,5
Trabalho (ocupações superiores)	29,7
Trabalho (rendimento - R\$)	26,7
Rendimento domiciliar (até 1/2 s.m. pc.)	28,8
Rendimento domiciliar (>5 s.m. pc.)	55,4

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota: Os coeficientes foram calculados a partir dos dados referentes a cada indicador, na Tabela 4.

Apesar da pequena diferenciação no perfil dos migrantes quanto ao sexo, os homens apresentam uma participação ligeiramente superior à das mulheres na maioria dos fluxos interestaduais, sejam os de imigração, sejam os de emigração. Apenas na Mesorregião Centro-Oriental não se verifica predomínio masculino em nenhum dos fluxos interestaduais. As maiores participações masculinas são observadas na Centro-Ocidental (114,2), Noroeste (111,8) e Sudoeste (111,6), as duas primeiras em trocas interestaduais e a última em movimento intermesorregional (Tabela 4). As mulheres, em todas as mesorregiões, predominam nos fluxos intramesorregionais, o mesmo valendo para a maioria das regiões nos fluxos de emigração intermesorregional.

Na Mesorregião Centro-Oriental todas as razões de sexo situam-se abaixo de 100, indicando que as mulheres têm participação superior em todos os tipos de fluxos, o mesmo ocorrendo na maioria dos fluxos da Noroeste e da Sudeste, sendo nesta última que as mulheres obtêm sua maior participação – apenas 84 homens para cada 100 mulheres que mudaram de município na própria mesorregião. Os homens destacam-se nos fluxos da Oeste e da Sudoeste.



Em relação à participação dos jovens (até 29 anos) nos movimentos migratórios, as maiores taxas (> 60%) verificam-se nas mesorregiões da porção sul do estado – Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste –, em vários tipos de fluxos, mas com destaque para os emigrantes interestaduais. Vale ressaltar que, nessas regiões, a maioria dos municípios apresenta proporções de idosos abaixo da taxa estadual, caracterizando uma população relativamente mais jovem.

Na Mesorregião Norte Pioneiro, menos da metade dos imigrantes (interestaduais e intermesorregionais) são jovens, o mesmo ocorrendo na Metropolitana de Curitiba, nesse caso em relação aos emigrantes que vão para outros estados. Isso significa que, no Norte Pioneiro, em comparação ao que ocorre nas demais mesorregiões, o perfil etário de seus imigrantes é mais envelhecido, ocorrendo o mesmo em relação ao perfil dos emigrantes interestaduais da Metropolitana.

Ainda em relação ao perfil etário, na maioria das regiões, os dois fluxos de emigrantes exibem um perfil mais jovem do que o dos imigrantes, resultando, nesses casos, em um fator que contribui para o envelhecimento da estrutura etária dessas populações. As mesorregiões Norte Central e Metropolitana de Curitiba se destacam como exceções por receberem mais jovens do que enviam para outros estados ou regiões do Paraná. Vale lembrar que, além de concentrarem as oportunidades de trabalho, essas mesorregiões reúnem os maiores centros universitários do estado, o que pode contribuir para essa maior atração de jovens.

Apesar dos migrantes apresentarem maior nível de escolaridade relativamente à população não migrante (Tabela 1), verifica-se que são poucas as mesorregiões onde mais de 50% dos migrantes concluíram o ensino médio: Metropolitana de Curitiba e Centro-Oriental, nos dois fluxos interestaduais; Norte Central, nos dois fluxos interestaduais e de emigração para outras mesorregiões; e Oeste, nos imigrantes recebidos de outras mesorregiões do Paraná. Os percentuais mais baixos de conclusão do ensino médio são observados na Centro-Sul.

Ainda em relação a este nível de ensino, observa-se que, nas mesorregiões da porção norte<sup>9</sup> e na Centro-Oriental, os emigrantes com destino a outras regiões do Paraná ou a outros estados apresentam um padrão de escolaridade superior aos que chegam, particularmente na Noroeste, Centro-Occidental e Norte Pioneiro. A Mesorregião Sudoeste inclui-se neste grupo, mas apenas em relação aos emigrantes intermesorregionais. Situação inversa ocorre nas demais mesorregiões, onde os fluxos de chegada de outros estados ou regiões do Paraná exibem maior escolaridade, principalmente nas mesorregiões Centro-Sul e Sudeste, para os imigrantes interestaduais. Porém, conforme a Tabela 2, é nestas duas mesorregiões que este tipo de migrante tem menor peso.

Nas trocas intraestaduais, em todas as mesorregiões, os fluxos intramesorregionais são os que têm a menor participação de pessoas com nível médio concluído.

<sup>9</sup> Área que envolve as mesorregiões Norte Pioneiro, Norte Central, Centro-Occidental e Noroeste.

**Tabela 4**  
**Perfil dos migrantes de data fixa por tipo de fluxo, segundo mesorregiões geográficas**  
**Paraná – 2005-2010**

Indicadores / Tipo de fluxo	Noro-este	Centro-Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro-Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	Metro-politana de Curitiba
<b>Razão de sexo</b>										
Interestadual – Imigr.	111,8	105,4	101,3	99,7	98,9	104,6	100,5	98,3	103,6	98,5
Interestadual – Emigr.	99,3	114,2	100,1	102,9	97,0	103,2	104,6	106,2	95,2	103,5
Intramesorregional	93,5	90,4	96,6	97,7	99,0	95,4	96,1	97,5	84,0	97,6
Intermesorregional – Imigr.	95,1	98,8	94,5	100,6	97,6	102,6	111,6	105,7	97,7	92,5
Intermesorregional – Emigr.	90,7	95,6	95,9	90,8	95,7	104,7	99,7	95,8	96,7	100,8
<b>Faixa etária (até 29 anos)</b>										
Interestadual – Imigr.	53,9	52,2	55,0	49,4	53,9	53,3	55,2	59,0	53,2	54,2
Interestadual – Emigr.	51,6	58,6	52,1	59,1	56,6	56,6	61,8	67,7	64,4	49,7
Intramesorregional	55,3	55,8	53,9	54,4	59,5	57,0	59,0	59,7	62,6	52,8
Intermesorregional – Imigr.	54,5	52,8	57,0	49,8	54,6	55,1	60,7	55,5	55,1	59,1
Intermesorregional – Emigr.	56,4	58,6	54,6	58,3	60,4	56,4	57,3	61,8	62,4	50,2
<b>Escolaridade (ensino médio)</b>										
Interestadual – Imigr.	34,7	35,3	52,9	36,5	55,0	47,2	41,2	41,5	47,5	61,4
Interestadual – Emigr.	40,4	42,7	55,3	41,4	56,5	45,1	39,8	31,5	40,8	59,1
Intramesorregional	35,3	35,2	41,4	35,8	37,2	40,0	40,1	26,5	36,3	42,9
Intermesorregional – Imigr.	41,9	39,8	48,5	43,2	43,7	50,9	44,4	41,4	43,0	49,5
Intermesorregional – Emigr.	49,9	45,5	51,6	47,2	47,1	47,0	48,2	39,2	42,2	46,6
<b>Escolaridade (ensino superior)</b>										
Interestadual – Imigr.	8,3	9,3	16,9	8,1	20,3	18,6	13,5	15,4	20,1	27,3
Interestadual – Emigr.	13,4	10,4	28,0	11,9	27,0	15,7	9,7	7,5	13,0	29,0
Intramesorregional	9,3	10,6	12,6	9,8	8,6	13,3	11,3	8,4	9,9	12,2
Intermesorregional – Imigr.	16,7	15,8	18,3	16,8	15,2	20,8	18,1	19,0	15,3	19,5
Intermesorregional – Emigr.	19,6	14,2	24,8	16,2	18,2	20,2	20,3	11,7	11,7	18,1
<b>Trabalho (ocupações superiores)</b>										
Interestadual – Imigr.	11,1	11,2	18,6	12,2	24,3	16,9	14,4	18,1	20,0	23,5
Interestadual – Emigr.	15,2	9,8	25,0	11,5	20,3	14,3	9,4	6,5	9,9	25,0
Intramesorregional	9,0	13,0	13,8	11,1	11,1	12,9	9,7	11,5	11,6	13,6
Intermesorregional – Imigr.	16,0	17,0	16,7	19,2	15,7	18,7	16,4	20,7	17,3	17,3
Intermesorregional – Emigr.	17,3	13,0	23,9	14,8	17,2	18,9	18,5	11,1	9,8	19,2
<b>Trabalho (rendimento - R\$)</b>										
Interestadual – Imigr.	1.103	1.077	1.472	2.131	2.155	1.549	1.358	1.392	1.497	2.104
Interestadual – Emigr.	1.352	1.307	1.956	1.198	2.299	1.548	1.083	1.101	1.672	2.570
Intramesorregional	983	880	1.201	978	1.160	1.152	937	891	855	1.387
Intermesorregional – Imigr.	1.230	1.191	1.464	1.652	1.490	1.593	1.306	1.297	1.253	1.468
Intermesorregional – Emigr.	1.435	1.203	1.596	1.390	1.394	1.544	1.698	1.028	1.096	1.620
<b>Rendimento domiciliar (até 1/2 s.m. pc.)</b>										
Interestadual – Imigr.	21,7	32,9	17,5	28,6	23,8	20,1	22,7	37,6	24,0	13,9
Interestadual – Emigr.	19,8	15,2	14,1	18,9	14,2	16,6	17,4	18,6	19,6	15,2
Intramesorregional	24,9	33,5	21,1	33,3	33,0	24,4	24,1	45,4	35,1	18,8

(Conclusão)

**Tabela 4**  
**Perfil dos migrantes de data fixa por tipo de fluxo, segundo mesorregiões geográficas**  
**Paraná – 2005-2010**

Indicadores / Tipo de fluxo	Noro- este	Centro- Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro- Oriental	Oeste	Sudo- este	Centro- Sul	Sudeste	Metro- politana de Curitiba
Intermesorregional – Imigr	21,3	30,1	20,3	27,2	25,0	19,1	25,0	34,2	29,8	17,4
Intermesorregional – Emigr.	18,1	20,8	20,5	17,6	23,1	22,2	24,0	27,8	24,4	21,7
<b>Rendimento domiciliar (&gt;= 5 s.m. pc.)</b>										
Interestadual – Imigr.	3,0	2,4	6,9	3,6	9,5	6,9	5,3	6,0	6,7	14,2
Interestadual – Emigr.	5,9	4,2	12,8	4,7	11,5	6,9	3,7	3,0	7,1	15,6
Intramesorregional	2,5	1,7	4,2	2,2	3,1	3,0	2,1	2,1	2,2	4,7
Intermesorregional – Imigr.	3,8	4,0	5,6	4,8	5,2	8,3	5,4	5,4	4,2	7,7
Intermesorregional – Emigr.	5,0	3,4	8,2	4,0	6,2	7,5	10,0	3,5	3,9	7,2

Fonte: Censo Demográfico (2010).

O indicador referente ao nível superior de ensino exibe o segundo maior coeficiente de variação (Tabela 3), refletindo maior disparidade no perfil dos migrantes quanto a este quesito. A participação das pessoas com nível superior completo entre os migrantes varia de 7,5%, na Centro-Sul, a 29,0%, na Metropolitana de Curitiba, ambos os casos referentes a fluxos de saída do estado.

Ao focar os migrantes com nível superior completo, o padrão observado para o ensino médio se repete de modo ainda mais intenso (as distâncias relativas entre os percentuais referentes aos tipos de fluxos ficam maiores). Na Grande Norte e na Centro-Oriental, os emigrantes para outros estados têm maior escolaridade do que as pessoas que chegam, o mesmo valendo para as trocas com outras regiões do Paraná na maioria das mesorregiões deste conjunto. Em algumas mesorregiões dessa porção do estado – Noroeste, Centro-Ocidental e Norte Pioneiro –, os imigrantes interestaduais chegam a ter menor escolaridade de nível superior do que os migrantes que mudaram de município dentro da própria região, fato não observado em relação ao ensino médio.

Nas demais regiões do estado, são os imigrantes que mostram maior participação de concluintes de nível superior, com exceção dos interestaduais na Metropolitana de Curitiba e dos intermesorregionais na Sudoeste.

Ressalte-se que a Metropolitana de Curitiba é a que registra maior participação de pessoas de nível superior e maior equilíbrio nas trocas populacionais quanto a este quesito, com pequena diferença nos percentuais de imigrantes e emigrantes de alta escolaridade nos fluxos interestaduais e intermesorregionais.

Em relação aos dois indicadores referentes ao mercado de trabalho, as maiores participações de ocupados em postos superiores de trabalho (> 20%) e os maiores rendimentos do trabalho (acima de R\$ 2.000,00) são observados predominantemente em trocas interestaduais.

Na maioria das mesorregiões, nos fluxos intermesorregionais, os emigrantes têm maior inserção em ocupações de maior prestígio, enquanto ocorre o inverso na migração interestadual, na qual os imigrantes ocupam, em maior percentual, esses postos de trabalho. Cabe, porém, destacar três mesorregiões em que os diferenciais entre imigrantes e emigrantes são mais acentuados: na Norte Central, os emigrantes se sobressaem nos dois fluxos – interestadual e intermesorregional –, e nas mesorregiões Centro-Sul e Sudeste, são os imigrantes que apresentam perfil superior nesses dois tipos de fluxo.

O rendimento dos que deixaram o estado é maior do que o auferido pelos imigrantes interestaduais na maioria das regiões, com destaque para o diferencial observado na Norte Central. Como exceção a este padrão, têm-se os imigrantes da Norte Pioneiro, Sudoeste e Centro-Sul, que apresentam rendimento superior ao dos emigrantes interestaduais.

Quanto às trocas intermesorregionais, os maiores diferenciais de rendimento favoráveis aos emigrantes são observados na Noroeste e na Sudoeste, enquanto novamente os imigrantes se destacam nas mesorregiões Norte Pioneiro, Sudeste e Centro-Sul.

Em todas as mesorregiões, os menores rendimentos são observados entre as pessoas que mudaram dentro da própria mesorregião em que residiam em 2005, situação notada na maioria delas em relação ao indicador de qualidade dos postos de trabalho – menor participação das ocupações superiores.

O fato de os migrantes intramesorregionais apresentarem os indicadores de maior precariedade se repete em relação ao rendimento domiciliar. São eles que exibem as maiores taxas de pobreza (rendimento de até meio salário mínimo per capita) – com exceção das mesorregiões Sudoeste e Metropolitana de Curitiba – e que têm as menores participações entre os de maior rendimento (acima de cinco salários mínimos per capita), neste caso em todas as regiões.

Os emigrantes apresentam taxas menores de pobreza do que os imigrantes, com exceção da Metropolitana de Curitiba, nos dois tipos de fluxos, e da Norte Central e Oeste, nos fluxos intermesorregionais.

Quanto aos migrantes de maior rendimento domiciliar, as três maiores taxas são observadas entre aqueles que, nas mesorregiões Norte Central, Centro-Oriental e Metropolitana de Curitiba, deixaram o estado. Neste tipo de fluxo – emigração interestadual – apenas nas regiões Sudoeste e Centro-Sul os imigrantes de maior renda predominam sobre os emigrantes. Nesta última região, também os imigrantes oriundos do próprio estado se destacam relativamente aos que a deixam para morar em outras mesorregiões paranaenses.

### AS TROCAS POPULACIONAIS COM SÃO PAULO E SANTA CATARINA

São Paulo e Santa Catarina são as principais unidades da Federação com as quais o Paraná, nos dois últimos períodos censitários, manteve trocas populacionais. Em 2005-2010, esses estados concentraram cerca de dois terços das imigrações e emigrações interestaduais paranaenses. Com São Paulo, o Paraná obteve um saldo migratório positivo de 33,4 mil pessoas, enquanto com Santa Catarina foi negativo em 67,6 mil pessoas. Como já mencionado anteriormente, este estado passou a ocupar o primeiro posto como destino dos migrantes que deixaram o Paraná para residir em outras UFs.

Para efetuar a caracterização desses fluxos, optou-se por agregar as mesorregiões geográficas do IBGE, de modo a garantir maior robustez às subamostras obtidas dos microdados do Censo Demográfico. Nos três estados, mantiveram-se separadas as mesorregiões onde se localizam as principais áreas metropolitanas. O Paraná, além da Metropolitana de Curitiba, foi dividido em duas áreas (Figura 1): Grande Norte, que reúne cinco mesorregiões, e Grande Sul, com quatro mesorregiões, divisão esta baseada na importância que os fluxos com os dois estados têm com cada uma dessas áreas – São Paulo, com o Norte, e Santa Catarina, com o Sul.



**Figura 1**  
Unidades agregadas de mesorregiões geográficas – São Paulo, Paraná e Santa Catarina – 2010

Fonte: IBGE.

Nota: Elaboração Ipardes.

Em São Paulo, além da Metropolitana de São Paulo, agregaram-se as três mesorregiões que se beneficiam, de modo mais intenso, do processo de espraiamento econômico da principal metrópole do país, constituindo a unidade chamada Sorocaba/Campinas/Vale do Paraíba. As quatro mesorregiões fronteiriças com o Paraná foram agregadas na unidade Fronteira SP/PR, e as outras sete, na unidade Demais Mesorregiões SP.

No caso de Santa Catarina, além da Grande Florianópolis, a Oeste foi mantida em sua configuração original, agregando-se as demais mesorregiões na unidade Norte/Vale do Itajaí, áreas com importante relação com a Metropolitana de Curitiba, e na unidade Serrana/Sul.

A Tabela 5 mostra os quantitativos referentes aos diversos fluxos estabelecidos entre essas grandes unidades espaciais. Nas relações com São Paulo, a Grande Norte recebe 58,0% (65,1 mil pessoas) dos imigrantes oriundos deste estado e é responsável por 66% (52,0 mil pessoas) dos emigrantes paranaenses que para lá mudaram. A Região Metropolitana de Curitiba vem em seguida, com 32,0% dos imigrantes e 22,0% dos emigrantes. Na Grande Sul, esses percentuais são, respectivamente, 10,0% e 12,0%.

**Tabela 5**

**Número de imigrantes e emigrantes interestaduais de data fixa e saldo migratório, segundo unidades de agregação de mesorregiões geográficas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina 2005-2010**

Paraná	São Paulo					Santa Catarina				
	Metropolitana de São Paulo	Sorocaba/Campinas / Vale do Paraíba	Fronteira SP/PR	Demais mesorregiões	Total	Grande Florianópolis	Norte / Vale do Itajaí	Oeste	Serrana / Sul	Total
<b>Imigrantes na:</b>						<b>Origem</b>				
Grande Norte	27.613	12.320	12.491	12.655	65.078	771	4.537	1.300	980	7.590
Grande Sul	5.178	2.630	1.315	2.077	11.200	1.569	8.826	8.101	1.240	19.736
Metrop. de Curitiba	16.611	5.667	9.213	4.483	35.973	3.193	13.709	3.629	1.722	22.253
<b>Total</b>	<b>49.402</b>	<b>20.616</b>	<b>23.018</b>	<b>19.214</b>	<b>112.251</b>	<b>5.533</b>	<b>27.072</b>	<b>13.031</b>	<b>3.943</b>	<b>49.579</b>
<b>Emigrantes da:</b>						<b>Destino</b>				
Grande Norte	11.244	14.719	11.847	14.193	52.003	3.028	15.151	1.292	860	20.331
Grande Sul	3.257	2.894	982	2.366	9.500	5.774	39.519	11.470	4.743	61.506
Metrop. de Curitiba	6.531	4.707	2.895	3.205	17.338	5.061	25.592	2.449	2.222	35.324
<b>Total</b>	<b>21.032</b>	<b>22.320</b>	<b>15.724</b>	<b>19.764</b>	<b>78.841</b>	<b>13.862</b>	<b>80.262</b>	<b>15.211</b>	<b>7.825</b>	<b>117.160</b>
<b>Saldo migratório</b>										
Grande Norte	16.369	-2.400	644	-1.538	13.076	-2.256	-10.614	8	121	-12.741
Grande Sul	1.921	-264	333	-290	1.700	-4.205	-30.693	-3.369	-3.503	-41.769
Metrop. de Curitiba	10.080	960	6.317	1.278	18.635	-1.868	-11.884	1.181	-500	-13.071
<b>Total</b>	<b>28.370</b>	<b>-1.704</b>	<b>7.294</b>	<b>-550</b>	<b>33.410</b>	<b>-8.329</b>	<b>-53.190</b>	<b>-2.180</b>	<b>-3.882</b>	<b>-67.582</b>

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Ao se considerar as unidades de São Paulo com as quais se dão essas trocas, constata-se que, no caso dos imigrantes, 44,0% (49,4 mil pessoas) são oriundos da Metropolitana de São Paulo, que tem peso relativo similar nos fluxos de imigrantes das três unidades paranaenses. As mesorregiões da Fronteira SP/PR constituem a segunda principal área de origem no estado de São Paulo.

Em relação à emigração para São Paulo, há uma participação mais equitativa das unidades paulistas, com a Sorocaba/Campinas/Vale do Paraíba recebendo a maior parcela (28,3%) desses emigrantes, fato que se deve basicamente aos fluxos com origem na Grande Norte paranaense. As demais unidades do Paraná enviam a maior parte dos seus emigrantes para a Metropolitana de São Paulo.

Com relação a Santa Catarina, a Metropolitana de Curitiba é a principal receptora dos imigrantes oriundos deste estado, recebendo 22,2 mil pessoas (44,9% do total), seguida pela Grande Sul (39,8%) e Grande Norte (15,3%). Entre os emigrantes, a Grande Sul é responsável por mais da metade dos que se mudaram para Santa Catarina, em movimento que envolveu 61,5 mil pessoas.

Para as três unidades paranaenses, a principal origem dos imigrantes e o principal destino dos emigrantes é a região Norte/Vale do Itajaí, com, respectivamente, 54,6% e 68,5% desses fluxos de/para Santa Catarina.

A Tabela 5 evidencia também que, na maioria das trocas, as unidades paranaenses apresentam saldos migratórios negativos, enviando mais do que recebendo pessoas, particularmente com as unidades de Santa Catarina.

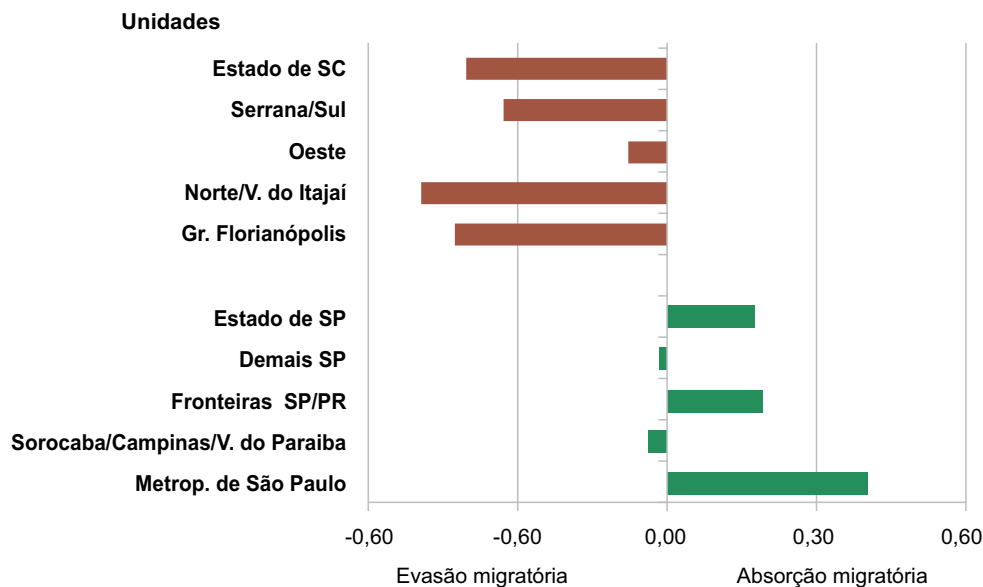
Complementarmente a essa evidência, o Gráfico 3 mostra o índice de eficácia migratória, o qual fornece uma medida relativa do saldo migratório em relação ao total de migrantes (soma de imigrantes e emigrantes). O índice, que varia de -1 a 1, expressa, quando assume valores negativos, casos de evasão migratória, enquanto os valores positivos indicam áreas de absorção. O Paraná registra valores negativos com todas as unidades catarinenses, inferiores a -0,30 em três casos (Norte/Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Serrana/Sul), o que indica um nível médio de evasão<sup>10</sup>. Apenas com a mesorregião Oeste Catarinense as trocas paranaenses são mais equilibradas.

Em relação a São Paulo, o índice é positivo com as unidades Fronteira SP/PR e Metropolitana de São Paulo. Com esta última, o Paraná registra um nível médio de absorção e tem neste fluxo o principal responsável pelo saldo migratório positivo que registrou com São Paulo.

A apresentação do perfil dos migrantes será feita a partir dos mesmos indicadores utilizados nos itens anteriores, porém, eles serão analisados com base em duas tabelas no texto e uma no apêndice<sup>11</sup>. Na Tabela 6 os indicadores tomam como referência os estados, sem considerar as unidades espaciais internas a cada um deles. O Paraná é a unidade de referência, e os outros estados constituem unidades de origem dos imigrantes e de destino dos emigrantes paranaenses. No Apêndice 1 constam os indicadores considerando cada unidade paranaense em sua relação com as unidades dos outros dois estados.

<sup>10</sup> Oliveira et al. (2011, p. 32) propuseram a seguinte classificação para o índice de eficácia migratória: -1,00 a -0,51 – área de forte evasão migratória; -0,50 a -0,30 – área de média evasão migratória; -0,29 a -0,10 – área de baixa evasão migratória; -0,09 a 0,09 – área de rotatividade migratória; 0,10 a 0,29 – área de baixa absorção migratória; 0,30 a 0,50 – área de média absorção migratória; 0,51 a 1,00 – área de forte absorção migratória.

<sup>11</sup> Devido a isto, as tabelas serão reiteradamente citadas no texto.



**Gráfico 3**

Índice de eficácia migratória do Paraná em relação às unidades de agregação de mesorregiões geográficas de São Paulo e Santa Catarina – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

A Tabela 7 se aplica apenas aos indicadores que expressam maior ou menor qualificação do migrante e objetiva mostrar se nas trocas relativas a cada unidade espacial há ou não diferencial importante entre o perfil dos seus imigrantes e emigrantes. Sempre que o valor for superior a 1, o imigrante apresenta uma situação mais qualificada do que o emigrante, à exceção do indicador de pobreza (rendimento domiciliar per capita de até meio salário mínimo), no qual valor inferior a 1 indica situação relativa mais favorável ao imigrante. E para auxiliar a leitura desta tabela, destacaram-se em cinza médio os casos em que a situação favorável ao imigrante é mais acentuada<sup>12</sup>, e em cinza escuro, os casos em que são os emigrantes que têm um perfil mais qualificado. Os indicadores que deram origem à Tabela 7 constam em tabela do apêndice.

Não há diferenciação expressiva entre a participação de homens e mulheres nas trocas interestaduais, com pequeno predomínio masculino entre os imigrantes oriundos de São Paulo (104,0) e entre os emigrantes para Santa Catarina (103,9) (Tabela 6).

Considerando as trocas entre as unidades de agregação do Paraná com as de São Paulo e Santa Catarina, chama a atenção o predomínio mais acentuado<sup>13</sup> de mulheres entre os emigrantes com origem na Grande Sul com destino à Metropolitana de São Paulo e à Fronteira SP/PR, bem como da Grande Norte para a Metropolitana de São Paulo. Já os homens se sobressaem

<sup>12</sup> Cinza médio, para valores superiores a 1,25; cinza escuro, para valores inferiores a 0,75; o inverso se dá para o indicador de pobreza.

<sup>13</sup> São casos em que os valores dos indicadores variam – ou + 1,5 desvio padrão da média (ver nota do Apêndice 1).



em quatro fluxos da Grande Sul e um da Grande Norte, dos quais a maioria refere-se a imigrantes (Apêndice 1).

Os jovens (até 29 anos) constituem a maior parcela dos migrantes paranaenses para esses estados, com participações que variam de 53,4% a 60,0% (Tabela 6). São valores similares aos observados na Tabela 1 para todas as trocas interestaduais do Paraná. Há cinco casos em que a participação dos jovens é mais acentuada (> 63,8%), dos quais quatro estão relacionados a fluxos da Grande Sul, confirmando o destacado no item anterior quanto ao perfil mais jovem dos emigrantes dessa região. Das unidades paranaenses, a Metropolitana de Curitiba é a que apresenta maior número de trocas em que predomina a população adulta/idososa, particularmente nos fluxos com a Metropolitana de São Paulo e com a Grande Florianópolis (Apêndice 1).

<b>Tabela 6</b> Indicadores do perfil dos migrantes paranaenses de data fixa segundo unidades da federação selecionadas de origem e destino – 2005-2010				
Paraná	Imigrantes com origem em:		Emigrantes com destino a:	
	São Paulo	Santa Catarina	São Paulo	Santa Catarina
Razão de sexo	104,0	95,4	96,3	103,9
<b>Faixa etária</b>				
5 a 14	17,6	18,7	15,3	18,2
15 a 29	35,8	36,8	38,7	41,8
30 a 49	32,0	32,7	33,2	29,2
50 e +	14,6	11,9	12,8	10,8
Até 29 anos	53,4	55,5	54,0	60,0
Escolaridade (ensino médio completo)	51,1	51,2	49,8	42,0
Escolaridade (ensino superior completo)	17,7	20,9	22,2	13,6
Trabalho (taxa de atividade)	66,8	69,2	69,0	76,5
Trabalho (ocupações superiores)	18,4	19,1	19,9	10,7
<b>Trabalho (setor de atividade)</b>				
Agricultura	6,5	9,1	8,8	4,8
Indústria – transformação	18,9	13,7	18,2	25,2
Indústria – construção	9,1	8,6	7,6	13,0
Indústria – outras atividades	1,6	1,5	1,0	1,4
Comércio	18,4	19,3	15,7	18,2
Serviços – de apoio à produção	14,5	15,9	17,2	10,6
Serviços – de natureza pública	11,0	11,8	9,6	8,1
Serviços – outros	8,4	8,5	8,2	9,5
Serviços – domésticos	4,9	4,5	6,3	4,7
Outros	6,6	7,1	7,4	4,6
Trabalho (rendimento médio em todos os trabalhos - R\$)	1.605	1.658	1.911	1.367
<b>Rendimento domiciliar per capita em salário mínimo</b>				
Até ½ salário mínimo	20,0	21,1	16,7	15,3
>= 5 salários mínimos	7,8	9,1	11,4	5,2

Fonte: Censo Demográfico (2010).

As pessoas que deixaram o Paraná em direção a Santa Catarina têm o menor grau de escolaridade, quer o de nível médio, com 42% de concluintes entre a população de 18 anos de idade ou mais, quer o de nível superior, com 13,6% de concluintes entre a população de 22 anos de idade ou mais (Tabela 6). Novamente este resultado deve estar relacionado ao perfil dos emigrantes saídos da Grande Sul do Paraná, pois além de ser a principal região de origem dos emigrantes paranaenses para Santa Catarina, o nível de escolaridade desse segmento populacional – ensino médio e superior – é o mais baixo entre todas as trocas registradas no Apêndice 1.

Ainda em relação à escolaridade, há que se ressaltar as trocas da Região Metropolitana de Curitiba, a qual envia para a Metropolitana de São Paulo pessoas com maior nível de qualificação (73,0% de concluintes de nível médio e 47,7% de nível superior) e recebe população com perfil similar da Grande Florianópolis (77,3% de concluintes de nível médio e 47,5% de nível superior). Embora os imigrantes residentes na Grande Norte oriundos da Grande Florianópolis tenham perfil de nível médio (78,6%) similar ao da RMC, em relação ao pessoal superior apresentam participação bem inferior (23,4%). Em que pesem essas diferenças regionais, as pessoas que chegaram ao Paraná no período 2005-2010 oriundas da Grande Florianópolis têm o perfil mais alto de escolaridade.

Após verificar as diferenças de escolaridade entre as regiões, cabe indagar se há fluxos nos quais o diferencial entre imigrantes e emigrantes é mais acentuado. Conforme a Tabela 7, na maioria dos casos essas diferenças são favoráveis aos imigrantes (destaque em cinza médio), ou seja, à população que chegou ao Paraná. Porém, nas trocas com a Metropolitana de São Paulo, a população que deixou o Paraná tende a apresentar maior nível de escolaridade (destaque em cinza escuro), particularmente em relação aos concluintes de nível superior.

Verifica-se também que na unidade Grande Sul este diferencial é mais acentuado, caracterizando-se como uma região que recebe pessoas de qualificação bem superior à dos indivíduos que a deixam. Por exemplo, enquanto 30,4% dos imigrantes que esta região recebe da Grande Florianópolis têm superior completo (Apêndice 1), apenas 10,8% dos que mudaram desta unidade paranaense para a Grande Florianópolis têm este nível de instrução. Da relação entre esses dois percentuais chega-se ao valor 2,81, que consta da Tabela 7, o mais elevado para os dois indicadores de escolaridade.

Uma hipótese que se coloca em relação às trocas com Santa Catarina é que parte dos fluxos emigratórios poderia estar relacionada com o usufruto de amenidades próprias do litoral, o que supõe uma participação maior de inativos nesses movimentos. Porém, os dados da Tabela 6 mostram que a inserção no mercado de trabalho é maior exatamente entre os migrantes relacionados com aquele estado, particularmente entre os emigrantes cuja taxa de atividade é 76,5%. Ou seja, de cada 100 pessoas de 14 anos de idade ou mais que mudaram para Santa Catarina, aproximadamente 76 faziam parte da população economicamente ativa, participação que deve ser maior se fossem excluídos os jovens que buscam aquele estado para estudar. E considerando o total paranaense, as maiores taxas de atividade, para imigrantes e emigran-

tes, são registradas nos fluxos estabelecidos com a Grande Florianópolis: respectivamente, 76,3% e 77,4% (Apêndice 1).

<b>Tabela 7</b> Relação imigrante/emigrante de data fixa para os valores dos indicadores selecionados, segundo unidades de agregação das mesorregiões geográficas – 2005-2010								
Indicadores	São Paulo				Santa Catarina			
	Metrop. de São Paulo	Sorocaba/Campinas / Vale do Paraíba	Fronteira SP/PR	Demais SP	Gr. Florianópolis	Norte / V. do Itajaí	Oeste	Serrana / Sul
<b>Escolaridade (ensino médio)</b>								
Grande Norte	0,68	0,86	1,30	1,27	1,21	1,01	1,04	1,10
Grande Sul	0,96	0,89	1,43	1,41	1,24	1,16	1,15	1,34
Metropolitana de Curitiba	0,89	1,05	1,20	1,01	1,12	1,25	0,97	1,24
<b>Total</b>	<b>0,80</b>	<b>0,96</b>	<b>1,30</b>	<b>1,25</b>	<b>1,22</b>	<b>1,25</b>	<b>1,14</b>	<b>1,33</b>
<b>Escolaridade (ensino superior)</b>								
Grande Norte	0,33	0,70	1,10	0,96	0,91	0,90	0,66	0,82
Grande Sul	0,87	1,71	1,77	1,65	2,81	1,54	1,26	1,94
Metropolitana de Curitiba	0,58	0,98	0,94	0,99	1,55	1,61	0,91	0,55
<b>Total</b>	<b>0,49</b>	<b>0,96</b>	<b>1,09</b>	<b>1,12</b>	<b>1,79</b>	<b>1,67</b>	<b>1,12</b>	<b>1,06</b>
<b>Trabalho (ocupações superiores)</b>								
Grande Norte	0,46	1,19	0,97	1,43	1,33	1,34	1,28	1,24
Grande Sul	0,78	1,24	1,10	1,84	3,08	2,08	1,60	1,31
Metropolitana de Curitiba	0,65	0,95	0,68	0,99	1,28	1,59	1,02	0,84
<b>Total</b>	<b>0,60</b>	<b>1,20</b>	<b>0,88</b>	<b>1,41</b>	<b>1,80</b>	<b>1,97</b>	<b>1,42</b>	<b>1,31</b>
<b>Trabalho (rendimento - R\$)</b>								
Grande Norte	0,58	0,98	0,98	1,13	1,67	0,96	0,96	1,26
Grande Sul	0,82	0,96	1,46	1,61	1,64	0,97	1,17	1,84
Metropolitana de Curitiba	0,41	1,09	0,90	1,20	0,78	1,26	0,90	1,25
<b>Total</b>	<b>0,53</b>	<b>1,11</b>	<b>0,96</b>	<b>1,26</b>	<b>1,19</b>	<b>1,24</b>	<b>1,13</b>	<b>1,53</b>
<b>Rendimento domiciliar (até 1/2 s.m. pc.)</b>								
Grande Norte	1,44	1,60	1,05	1,59	1,50	2,63	0,93	1,14
Grande Sul	1,78	1,67	0,39	1,57	1,58	1,88	1,10	0,87
Metropolitana de Curitiba	0,92	0,79	0,68	0,77	0,82	1,15	1,12	0,63
<b>Total</b>	<b>1,31</b>	<b>1,38</b>	<b>0,89</b>	<b>1,39</b>	<b>1,11</b>	<b>1,58</b>	<b>1,02</b>	<b>0,72</b>
<b>Rendimento domiciliar (&gt;= 5 s.m. pc.)</b>								
Grande Norte	0,24	0,60	1,03	1,18	3,12	1,28	0,46	0,68
Grande Sul	0,36	0,87	1,69	1,35	3,87	1,23	1,39	1,42
Metropolitana de Curitiba	0,50	1,05	1,02	0,97	1,07	1,91	0,64	2,88
<b>Total</b>	<b>0,37</b>	<b>0,88</b>	<b>1,04</b>	<b>1,22</b>	<b>1,86</b>	<b>2,09</b>	<b>0,99</b>	<b>1,85</b>

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota: relação calculada com base nos indicadores do Apêndice 1.

Se os emigrantes para Santa Catarina têm a maior taxa de atividade, o contrário se dá em termos do tipo de ocupação que exercem e do rendimento do trabalho, pois eles apresentam a menor participação nas ocupações de tipo superior (10,7%) e o menor rendimento médio de todos os trabalhos (R\$ 1.367,00), fatos que, em parte, devem estar relacionados com o perfil mais baixo de escolaridade desta população (Tabela 6). Para estes dois indicadores, a situação mais favorável é observada entre os emigrantes que mudaram para São Paulo, cujos dados são, respectivamente, 19,9% e R\$ 1.911,00.

Em relação às ocupações superiores, as duas maiores taxas são observadas para os emigrantes que deixaram o Paraná para a Metropolitana de São Paulo (33,7%) e para os imigrantes que vieram da Grande Florianópolis (31,2%). A maior taxa entre as unidades espaciais foi para os emigrantes que deixaram a Metropolitana de Curitiba com destino à Metropolitana de São Paulo, onde 44% são profissionais ligados a funções de direção/gerência e/ou que requerem habilitação escolar de nível superior. Este perfil diferenciado reflete-se na remuneração média (R\$ 5.274,00), a maior entre as registradas no Apêndice 1.

Voltando aos dados da Tabela 7, que mostram as diferenças entre imigrantes e emigrantes para cada fluxo entre as unidades espaciais, verifica-se que os emigrantes se sobressaem em quase todas as trocas com a Metropolitana de São Paulo. Na Grande Norte, a proporção de emigrantes em ocupações superiores que mudaram para essa unidade é mais que o dobro da proporção dos imigrantes que chegaram da Metropolitana de São Paulo (Apêndice 1). Situação similar é observada para o rendimento dos emigrantes da Metropolitana de Curitiba em relação aos imigrantes oriundos da Metropolitana de São Paulo.

Em sentido contrário, os imigrantes no Paraná, particularmente os oriundos de Santa Catarina e de Demais SP, possuem um perfil mais qualificado quanto ao tipo de ocupação exercida no trabalho relativamente aos que emigraram para essas localidades. Este diferencial favorável aos imigrantes se verifica, também, em relação ao nível de rendimento salarial, particularmente para os que passaram a residir na Grande Norte e Sul paranaense.

Quanto aos setores em que as pessoas trabalham, a indústria de transformação se sobressai como a principal atividade entre os emigrantes, com destaque para os que mudaram para Santa Catarina (25,2% do total dos ocupados) e entre os imigrantes oriundos de São Paulo (Tabela 6). As pessoas que saíram de Santa Catarina têm no comércio sua principal atividade (19,3%). O comércio aparece como a segunda atividade para os imigrantes oriundos de São Paulo e para os emigrantes em Santa Catarina. Entre estes, chama a atenção também o maior peso da construção civil (13%).

Um aspecto interessante em relação ao trabalho na indústria de transformação refere-se à participação em indústrias de alta tecnologia<sup>14</sup>. Na realidade, este tipo de atividade tem pouco peso em termos de geração de emprego na indústria, representando, no caso dos migrantes interestaduais paranaenses, cerca de 10% da ocupação neste tipo de indústria. O que chama a atenção são os sentidos dos fluxos envolvendo este tipo de migrante. Dentre os que entraram no Paraná – imigrantes – mais de três quartos saíram de São Paulo, com origem nas quatro unidades paulistas, embora se sobressaia a Metropolitana de São Paulo. Já a emigração deste tipo de trabalhador concentrou-se em Santa Catarina (dois terços do total) e teve como destino basicamente Norte e Vale do Itajaí.

Regionalmente, observam-se várias particularidades quanto à distribuição dos ocupados por setor de atividade. A agricultura tem peso expressivo nas trocas com o Oeste catarinense e para os emigrantes com destino à Fronteira SP/PR, unidades com ampla extensão de fronteira com o Paraná (Tabela 8).

(Continua)

Tabela 8 Distribuição percentual dos ocupados segundo unidades de agregação de mesorregiões geográficas, condição do migrante e setor de atividade – 2005-2010									
Setor de atividade	São Paulo				Santa Catarina				Total
	Metrop. de São Paulo	Sorocaba / Campinas / Vale do Paraíba	Fronteira SP/PR	Demais SP	Gr. Florianópolis	Norte e Vale do Itajaí	Oeste	Serrana e Sul	
<b>Imigrantes</b>									
Agricultura	4,5	8,8	7,3	8,3	2,5	7,6	15,8	7,5	7,3
Indústria - transformação	17,9	24,3	17,6	17,6	9,0	14,3	15,3	12,8	17,3
Indústria - construção	8,1	12,4	9,7	7,4	6,1	9,7	8,1	7,0	8,9
Indústria - outras atividades	1,7	1,2	1,3	2,0	2,4	0,7	2,2	<b>3,5</b>	<b>1,6</b>
Comércio	19,7	16,3	18,7	17,2	19,0	20,3	18,1	17,2	18,7
Serviços - de apoio à produção	16,6	10,5	14,3	13,8	19,6	16,5	11,3	21,4	15,0
Serviços - de natureza pública	9,1	8,9	13,7	15,0	19,1	9,9	11,1	13,9	11,3
Serviços - outros	9,4	6,9	8,0	8,2	8,6	8,9	7,9	7,8	8,5
Serviços - domésticos	5,2	5,5	4,5	3,8	2,4	5,1	5,1	<b>2,9</b>	<b>4,8</b>
Outros	7,8	5,1	5,0	6,8	11,4	7,1	5,1	5,9	6,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Emigrantes</b>									
Agricultura	1,0	8,4	15,1	13,6	1,0	3,4	14,3	8,5	6,3
Indústria - transformação	11,5	22,8	19,5	19,2	17,6	26,8	24,1	25,3	<b>22,5</b>
Indústria - construção	6,6	7,8	7,5	8,5	11,2	13,6	10,5	15,0	10,9
Indústria - outras atividades	1,1	1,2	1,1	0,8	1,4	1,2	2,1	1,1	1,2
Comércio	14,1	15,6	16,6	17,2	21,9	18,3	14,7	16,5	17,2

<sup>14</sup> Consideraram-se como alta tecnologia as atividades das divisões da CNAE domiciliar 2.0 de número 26 a 30, do Censo Demográfico, quais sejam: 26 - Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; 27 - Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; 28 - Fabricação de máquinas e equipamentos; 29 - Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; e 30 - Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores. Tipologia baseada em IBGE (2003).

**Tabela 8**  
Distribuição percentual dos ocupados segundo unidades de agregação de mesorregiões geográficas, condição do migrante e setor de atividade – 2005-2010

Setor de atividade	São Paulo				Santa Catarina				Total
	Metrop. de São Paulo	Sorocaba / Campinas / Vale do Paraíba	Fronteiri- ra SP/PR	Demais SP	Gr. Florianópolis	Norte e Vale do Itajaí	Oeste	Serrana e Sul	
Serviços - de apoio à produção	30,6	14,4	8,6	11,5	16,3	10,1	8,0	9,8	13,1
Serviços - de natureza pública	12,9	5,5	12,8	8,2	10,3	7,8	8,1	6,5	<b>8,6</b>
Serviços - outros	7,2	8,4	6,8	10,3	12,7	9,4	8,0	7,4	9,0
Serviços - domésticos	6,1	8,0	6,2	4,6	5,0	4,5	5,2	5,7	5,3
Outros	9,0	7,8	5,8	6,2	2,8	4,9	5,1	4,3	5,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (2010).

A indústria de transformação tem suas maiores participações nas unidades catarinenses que receberam emigrantes do Paraná, à exceção da Grande Florianópolis. Nessas unidades, um em cada quatro emigrantes ocupados trabalhava nesta indústria. Também entre os emigrantes para Santa Catarina, destaca-se a construção civil na Norte/Vale do Itajaí e na Serrana/Sul.

Os serviços de apoio à produção<sup>15</sup> representam 30,6% das ocupações exercidas por quem mudou do Paraná para a Metropolitana de São Paulo, com destaque para as atividades de “informação e comunicação” e as “profissionais, científicas e técnicas”, que, geralmente, envolvem profissionais com maior qualificação educacional, de nível superior e técnico.

Os serviços de natureza pública – administração, saúde e educação – destacam-se nos fluxos de imigrantes provenientes de Florianópolis (19,1%) e Demais SP (15,0%). Com exceção da Metropolitana de São Paulo, este tipo de atividade apresenta maiores percentuais nos fluxos de imigrantes, ou seja, tem maior peso entre aqueles que foram trabalhar no Paraná.

O nível de pobreza (rendimento domiciliar de até meio salário mínimo per capita) é maior entre os imigrantes, com taxas superiores a 20% (Tabela 6). Mas isto se deve fundamentalmente aos fluxos registrados na Grande Norte e Grande Sul, regiões em que a maioria das trocas com as unidades paulistas e catarinenses é desfavorável para os imigrantes. O maior diferencial é verificado na Grande Norte, onde 23% dos imigrantes oriundos do Norte/Vale do Itajaí residem em domicílios pobres, taxa que se reduz a 8,8% entre os emigrantes que esta região paranaense enviou para a unidade catarinense (Apêndice 1).

No outro extremo, os domicílios com maior renda, a situação mais favorável é a dos que emigraram para o estado de São Paulo, particularmente para a Metropolitana de São Paulo e a Sorocaba/Campinas/Vale do Paraíba (Tabela 7), unidades que concentram as maiores oportunidades de trabalho e renda neste estado.

<sup>15</sup> Este grupo de serviços envolve atividades das seguintes seções da CNAE: Transporte, armazenagem e correio; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas; Atividades administrativas e serviços complementares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das reduções que vêm ocorrendo nos movimentos populacionais que envolvem mudança de residência entre municípios, o número de pessoas neles envolvidos no Paraná, no último período censitário (2005-2010), foi expressivo, da ordem de 1,2 milhão de pessoas. Esses movimentos foram distribuídos quase que equitativamente entre trocas com outras unidades da Federação – fluxos interestaduais – e no interior do próprio Paraná – fluxos intraestaduais.

No presente artigo, apresentou-se o perfil desses migrantes considerando os diferentes sentidos dos fluxos populacionais, em várias escalas espaciais de análise: no item 2, diferenciando os fluxos interestaduais e intraestaduais; no item 3, focando as mesorregiões paranaenses; e no item 4, detalhando as trocas populacionais com os estados de São Paulo e Santa Catarina.

As principais características e o padrão de diferenciação dos migrantes se repetem nessas diversas escalas, mas é possível perceber particularidades regionais que caracterizam os movimentos populacionais.

De modo geral, as diferenças relacionadas aos atributos sexo e idade são pequenas, nos diversos tipos de fluxos populacionais e escalas espaciais. Homens e mulheres têm uma participação equilibrada, mas se percebe uma ligeira predominância masculina entre os migrantes adultos (30 a 49 anos) e nos fluxos interestaduais. As mulheres se destacam entre os jovens (15 a 29 anos) e idosos (50 anos e mais), principalmente nos movimentos de curta distância, os fluxos intramesorregionais. Em todas as mesorregiões paranaenses, neste tipo de fluxo, a razão de sexo indicava maior participação das mulheres.

Os jovens de 15 a 29 anos constituem o principal grupo de migrantes, representando mais de um terço do total. Juntos com aqueles de até 14 anos de idade, eles representam mais da metade das pessoas nos diversos tipos de fluxos, na maioria das mesorregiões paranaenses, sendo essa participação mais acentuada entre os emigrantes que mudam de região dentro do Paraná ou que mudam para outros estados. Além disso, a participação de jovens entre os migrantes é maior do que a observada na população de não migrantes.

A maior presença de jovens entre os migrantes é verificada nas mesorregiões da porção sul do estado (Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste), enquanto na Norte Pioneira, a população adulta/ idosa predomina entre os imigrantes que essa região recebe. As duas mesorregiões que concentram as principais aglomerações urbanas do estado também têm particularidades em relação ao perfil etário. Os imigrantes são mais jovens que os emigrantes, o que pode estar associado ao maior dinamismo de seus mercados de trabalho, bem como ao fato de estas regiões concentrarem importantes centros educacionais, particularmente de nível superior.

Além desses atributos pessoais, foram considerados indicadores de escolaridade, de inserção no mercado de trabalho e de rendimento, que permitem qualificar a condição socioeconômica dos migrantes. Há um padrão que se repete em todos os indicadores e escalas espaciais: as pessoas envolvidas em trocas interestaduais tendem a apresentar maior nível de escolaridade,

melhor inserção ocupacional e maior nível de rendimento, enquanto que as situações mais desfavoráveis são observadas entre aquelas cujos deslocamentos se restringem à própria mesorregião em que residiam em 2005, nos fluxos intramesorregionais.

A situação dos emigrantes – interestaduais e intermesorregionais – se mostra mais favorável do que a dos respectivos imigrantes nas mesorregiões da porção norte do estado – à exceção da Norte Pioneiro –, na Centro-Oriental e na Metropolitana de Curitiba.

Na porção sul, os imigrantes se destacam com um perfil mais qualificado, principalmente nas mesorregiões Centro-Sul e Sudeste. Ressalte-se que a Centro-Sul é a região com o pior saldo migratório, perdendo cerca de 32 mil pessoas nas suas trocas com outras regiões do Paraná e com outros estados. Embora forte expulsora de população com baixa qualificação socioeconômica, nesta região o pequeno contingente de imigrantes é mais qualificado.

Para o conjunto desses indicadores de qualificação do perfil do migrante, as mesorregiões Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Centro-Oriental, independentemente dos diferenciais observados entre os seus imigrantes e emigrantes, se destacam por terem em seus fluxos um conjunto mais qualificado de pessoas.

Relativamente às trocas populacionais com São Paulo e Santa Catarina, observou-se que as espacialidades paranaenses têm um comportamento diferenciado em relação à direção de seus fluxos: a Grande Norte concentra suas trocas com as unidades paulistas; a Grande Sul, com as unidades catarinenses; e a Metropolitana de Curitiba as divide de modo mais equitativo com esses dois estados.

As trocas estabelecidas com as unidades espaciais desses dois estados são marcadas por saldos migratórios negativos, com poucas exceções, dentre as quais cabe destacar aquelas com a Metropolitana de São Paulo e com a Fronteira SP/PR, com as quais todas as unidades paranaenses têm saldo positivo. Além disso, verificou-se que há uma maior distribuição dos fluxos entre as unidades paulistas, enquanto com Santa Catarina esses se concentram nas trocas com a unidade Norte/Vale do Itajaí.

Fluxos envolvendo a Metropolitana de Curitiba com a Metropolitana de São Paulo ou com a Grande Florianópolis apresentam maior participação de migrantes com perfil socioeconômico mais elevado. Com a Metropolitana de São Paulo, os emigrantes se sobressaem em termos de qualificação relativamente aos que de lá vieram. O contrário se dá nas trocas com a Grande Florianópolis, com os imigrantes apresentando perfil mais elevado.

Na realidade, na maioria das trocas realizadas com as unidades catarinenses, observa-se que o Paraná tende a enviar uma população menos qualificada do que a que recebe de Santa Catarina. Pelo peso que a Grande Sul tem nos movimentos em direção a este estado – responsável por dois terços do saldo migratório negativo em relação a ele –, pelas características já destacadas dos emigrantes desta unidade paranaense e ainda por ser esta uma das regiões



do Paraná com maior precariedade social<sup>16</sup>, pode-se afirmar que o Paraná tem enviado para Santa Catarina uma parcela importante de sua população socialmente mais vulnerável, a qual encontra neste estado condições de inserção ocupacional, porém limitadas por suas características de origem. Mesmo que com uma inserção mais precária no mercado de trabalho catarinense, pelo menos em termos de rendimento médio do trabalho, a taxa de pobreza se mostra menor para esses emigrantes do que para os que deixaram Santa Catarina em direção à Grande Sul.

O comércio é a principal atividade absorvedora da população migrante, seguido da indústria de transformação. No âmbito desta, predominam as atividades mais tradicionais, caracterizadas por serem mais intensivas no uso de mão de obra, como a indústria alimentar, de confecção, moveleira e metalúrgica. A indústria de transformação tem maior participação entre os emigrantes interestaduais, principalmente nos fluxos com as unidades catarinenses. A agricultura tem maior importância nas trocas realizadas com as mesorregiões das áreas de fronteira do Paraná com São Paulo e Santa Catarina. E os serviços de apoio à produção chegam a representar quase um terço da ocupação das pessoas que mudaram do Paraná para a Metropolitana de São Paulo, com destaque para algumas atividades com maiores requerimentos de qualificação técnica e profissional.

## REFERÊNCIAS

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

PESQUISA INDUSTRIAL: empresa. Rio de Janeiro: IBGE, v.22, n.1, 2003. 264 p.

OLIVEIRA, Antônio T. R. de; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P. de; OLIVEIRA, A. T. R. de (Org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 32. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 1).

<sup>16</sup> Ver no artigo sobre "O contexto socioeconômico das mesorregiões geográficas do Paraná nas décadas recentes", de MOURA et al. (2014), que consta nesta publicação.

(Continua)

Paraná/ unidades espaciais		São Paulo						Santa Catarina									
		Metropolitana de São Paulo		Sorocaba/Campinas/ Vale do Paraíba		Fronteira SP/PR		Demais mesorregiões SP		Grande Florianópolis		Norte/Vale do Itajaí		Oeste		Serrana/Sul	
		Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.
Razão de sexo																	
Grande Norte		99,0	82,3	105,6	104,2	97,3	93,6	115,1	105,9	116,1	111,6	94,4	103,3	92,7	103,3	117,7	86,3
Grande Sul		118,4	77,6	93,9	85,2	98,4	79,7	105,1	121,4	129,5	104,7	88,1	105,0	101,1	103,6	122,7	101,0
Metropolitana de Curitiba		114,0	95,2	111,9	104,5	90,9	106,8	96,4	87,1	98,3	111,9	91,0	102,2	92,2	111,8	87,5	87,7
<b>Total</b>		<b>105,8</b>	<b>85,3</b>	<b>105,7</b>	<b>101,6</b>	<b>94,7</b>	<b>94,9</b>	<b>109,3</b>	<b>104,3</b>	<b>108,7</b>	<b>108,8</b>	<b>90,6</b>	<b>103,8</b>	<b>97,7</b>	<b>104,8</b>	<b>104,7</b>	<b>95,4</b>
Faixa etária (até 29 anos)																	
Grande Norte		47,1	52,4	50,8	56,4	61,6	56,8	58,7	52,5	46,4	61,9	55,7	59,2	58,9	60,5	51,2	60,8
Grande Sul		50,2	67,4	50,8	61,1	49,6	54,9	59,7	53,6	54,5	65,0	57,6	65,2	57,5	63,1	49,7	64,8
Metropolitana de Curitiba		49,6	48,8	51,8	52,3	67,0	45,4	52,0	45,7	48,0	49,7	56,0	51,4	56,9	58,8	50,0	55,6
<b>Total</b>		<b>48,3</b>	<b>53,6</b>	<b>51,1</b>	<b>56,1</b>	<b>63,1</b>	<b>54,6</b>	<b>57,2</b>	<b>51,5</b>	<b>49,6</b>	<b>58,8</b>	<b>56,5</b>	<b>59,7</b>	<b>57,5</b>	<b>62,2</b>	<b>50,2</b>	<b>61,7</b>
Escolaridade (ensino médio)																	
Grande Norte		39,9	59,0	37,1	43,2	53,5	41,0	52,3	41,2	78,6	65,0	46,3	45,9	62,4	59,8	50,4	45,8
Grande Sul		48,9	51,2	41,4	46,7	59,9	41,9	61,7	43,6	58,0	46,8	38,7	33,3	38,7	33,5	43,0	32,2
Metropolitana de Curitiba		65,0	73,0	62,6	59,4	55,5	46,4	65,4	64,5	77,3	68,9	57,7	46,2	50,7	52,5	50,9	41,2
<b>Total</b>		<b>49,7</b>	<b>62,0</b>	<b>45,1</b>	<b>46,9</b>	<b>54,7</b>	<b>42,1</b>	<b>56,5</b>	<b>45,2</b>	<b>72,3</b>	<b>59,2</b>	<b>50,0</b>	<b>39,9</b>	<b>44,6</b>	<b>39,2</b>	<b>48,4</b>	<b>36,3</b>
Escolaridade (ensino superior)																	
Grande Norte		10,9	32,5	9,8	14,0	16,8	15,4	15,1	15,8	23,4	25,8	13,6	15,1	19,9	30,1	16,5	20,2
Grande Sul		16,7	19,2	15,6	9,1	28,3	16,0	30,3	18,3	30,4	10,8	10,5	6,9	12,4	9,9	16,3	8,4
Metropolitana de Curitiba		27,8	47,7	27,8	28,3	15,9	16,9	32,7	33,2	47,5	30,8	27,6	17,1	23,0	25,3	9,6	17,4
<b>Total</b>		<b>17,4</b>	<b>35,4</b>	<b>15,7</b>	<b>16,3</b>	<b>17,1</b>	<b>15,7</b>	<b>21,2</b>	<b>19,0</b>	<b>39,1</b>	<b>21,9</b>	<b>19,9</b>	<b>12,0</b>	<b>16,2</b>	<b>14,5</b>	<b>13,2</b>	<b>12,5</b>

(Continuação)

Paraná/ unidades espaciais	São Paulo						Santa Catarina										
	Metropolitana de São Paulo		Sorocaba/Campinas/ Vale do Paraíba		Fronteira SP/PR		Demais mesorregiões SP		Grande Florianópolis		Norte /Vale do Itajaí		Oeste		Serrana / Sul		
	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	
Trabalho (taxa de atividade)																	
Grande Norte	62,0	68,2	66,4	72,8	65,5	66,6	59,6	67,4	81,3	70,0	81,3	68,5	78,2	66,6	85,0	67,1	71,8
Grande Sul	69,3	72,9	73,2	72,2	68,1	52,5	71,2	73,2	77,7	75,1	77,7	72,0	80,3	67,3	75,1	75,6	70,5
Metropolitana de Curitiba	73,3	73,1	70,8	64,9	72,1	62,5	70,6	67,8	74,6	78,4	74,6	66,2	71,5	70,1	75,1	63,8	63,3
<b>Total</b>	<b>66,7</b>	<b>70,4</b>	<b>68,5</b>	<b>71,1</b>	<b>68,3</b>	<b>65,0</b>	<b>63,4</b>	<b>68,2</b>	<b>77,4</b>	<b>76,3</b>	<b>77,4</b>	<b>68,4</b>	<b>77,1</b>	<b>68,0</b>	<b>76,0</b>	<b>68,1</b>	<b>68,7</b>
Trabalho (ocupações superiores)																	
Grande Norte	14,6	31,7	12,1	10,2	15,9	16,3	17,8	12,4	17,8	23,6	17,8	16,2	12,0	29,1	22,8	24,7	19,8
Grande Sul	16,2	20,8	11,2	9,0	34,7	31,6	26,2	14,3	27,5	8,9	11,1	5,3	12,4	7,8	10,4	8,0	8,0
Metropolitana de Curitiba	28,7	44,0	21,3	22,4	12,1	17,7	26,6	26,9	34,6	27,0	24,3	15,3	15,3	15,1	14,8	12,9	15,4
<b>Total</b>	<b>20,3</b>	<b>33,7</b>	<b>14,7</b>	<b>12,3</b>	<b>15,3</b>	<b>17,3</b>	<b>21,1</b>	<b>15,0</b>	<b>31,2</b>	<b>17,4</b>	<b>17,4</b>	<b>18,8</b>	<b>9,5</b>	<b>14,9</b>	<b>10,5</b>	<b>14,8</b>	<b>11,2</b>
Trabalho (rendimento - R\$)																	
Grande Norte	1.337	2.316	1.215	1.245	1.270	1.300	1.618	1.426	2.194	1.312	1.412	1.412	1.473	1.831	1.910	1.930	1.534
Grande Sul	1.440	1.758	1.287	1.340	2.083	1.426	2.037	1.264	1.927	1.178	1.076	1.076	1.108	1.174	1.000	1.981	1.075
Metropolitana de Curitiba	2.154	5.274	2.457	2.245	1.109	1.228	2.501	2.090	2.135	2.740	2.086	2.086	1.658	1.677	1.864	1.631	1.307
<b>Total</b>	<b>1.665</b>	<b>3.149</b>	<b>1.598</b>	<b>1.441</b>	<b>1.246</b>	<b>1.294</b>	<b>1.904</b>	<b>1.509</b>	<b>2.088</b>	<b>1.754</b>	<b>1.657</b>	<b>1.657</b>	<b>1.339</b>	<b>1.394</b>	<b>1.234</b>	<b>1.814</b>	<b>1.188</b>
Rendimento domiciliar (até 1/2 s.m. p.c.)																	
Grande Norte	21,0	14,6	24,2	15,2	26,8	25,4	22,8	14,3	11,6	7,7	23,0	8,8	8,7	9,3	16,4	14,4	14,4
Grande Sul	22,5	12,7	17,6	10,5	10,6	27,1	16,2	10,4	24,0	15,2	27,1	14,5	31,5	28,7	21,4	24,6	24,6
Metropolitana de Curitiba	12,9	14,0	10,7	13,6	21,7	31,8	12,5	16,2	7,0	8,6	17,8	15,4	17,4	15,5	9,9	15,7	15,7

(Conclusão)

Paraná/ unidades espaciais	São Paulo						Santa Catarina									
	Metropolitana de São Paulo		Sorocaba/Campinas/ Vale do Paraíba		Fronteira SP/PR		Demais mesorregiões SP		Grande Florianópolis		Norte/Vale do Itajaí		Oeste		Serrana/Sul	
	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.
<b>Total</b>	18,5	14,1	19,7	14,2	23,8	26,7	19,7	14,2	12,4	11,2	21,7	13,7	25,4	24,9	15,2	21,0
Rendimento domiciliar (>= 5 s.m. pc.)																
Grande Norte	4,9	20,3	3,7	6,2	5,1	5,0	6,3	5,3	22,2	7,1	6,4	5,0	5,9	12,9	5,1	7,4
Grande Sul	6,9	19,0	5,6	6,4	10,2	6,0	14,0	10,3	12,3	3,2	2,8	2,3	3,8	2,7	5,5	3,9
Metropolitana de Curitiba	14,6	29,4	14,4	13,8	4,3	4,2	19,9	20,6	20,2	19,0	15,0	7,8	6,2	9,8	11,4	4,0
<b>Total</b>	8,4	22,9	6,9	7,8	5,1	4,9	10,3	8,4	18,3	9,8	9,6	4,6	4,7	4,7	7,9	4,3

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Notas: (1) A condição de migrante tem por referência o Paraná. Portanto, são imigrantes no Paraná oriundos das unidades de SP e SC e emigrantes do Paraná com destino a SP e SC.

(2) Valores destacados com cor referem-se a casos que mais se distanciam da média do conjunto de valores de cada indicador: azul (média - 1,5 desvio padrão); vermelho (média + 1,5 desvio padrão).

## MIGRAÇÃO EM SANTA CATARINA: ESPAÇO ATRATIVO NO SUL DO PAÍS

*Marley Vanice Deschamps\**

### INTRODUÇÃO

O estado de Santa Catarina é considerado como um espaço bastante atrativo em termos populacionais, com taxas de crescimento acima das médias nacional e regional. Ainda que seja o estado com o menor contingente populacional da Região Sul do país, vem apresentando ganhos relativos ao longo das últimas décadas, passando de 20% do total regional em 1991 para 23% em 2010. Santa Catarina se destacou dentre os estados brasileiros por apresentar o terceiro maior saldo migratório positivo no período 2005-2010, só perdendo para São Paulo e Goiás. Em relação à eficácia migratória, índice que mede a capacidade de atração ou expulsão, apresentou o segundo maior valor (0,40), ficando atrás somente do Amapá (0,42). Neste sentido, questionam-se quais seriam as particularidades desse estado para se conformar em espaço nacional tão atrativo. Quais seriam as mesorregiões que efetivamente possuem essa capacidade de absorção/atração? E desde onde se desloca essa população?

Para responder a essas questões são analisadas, neste capítulo, as tendências dos fluxos e das trocas líquidas migratórias entre os anos de 1986 e 2010 em Santa Catarina. Num primeiro momento, observam-se algumas dinâmicas estaduais relacionadas à distribuição de pessoas e atividades que possam ajudar na compreensão desse fenômeno, para posteriormente se analisarem as ocorrências migratórias interestaduais, bem como os movimentos intraestaduais. Os dados utilizados são aqueles captados pelos censos demográficos (IBGE) de 1991, 2000 e 2010, considerando migrante o indivíduo que morava, na data do recenseamento, em um local do território brasileiro diferente daquele em que residia exatamente cinco anos antes, ou seja, serão utilizados os dados de migração de data fixa. Portanto, são estudados os fluxos migratórios dos períodos 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010, tendo em vista que a pergunta de data fixa foi introduzida a partir do Censo Demográfico de 1991.

A unidade de análise para os fluxos interestaduais é a mesorregião geográfica definida pelo IBGE, e para os fluxos intraestaduais, além das trocas entre as mesorregiões, serão consideradas as trocas intermunicipais. Serão destacados os espaços mais dinâmicos no que diz respeito

\* Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento e pós-doutoranda pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e especialista em Curso Regional Intensivo de Análisis Demográfico pelo Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (Celade). Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade do Contestado (UnC) e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles. mvdeschamps@hotmail.com

ao fenômeno migratório, seja pela capacidade de atração de imigrantes, seja por uma dinâmica expulsora de população, procurando identificar a dinâmica econômica desses espaços.

## CARACTERÍSTICAS DE UM ESTADO MULTIFACETADO

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, Santa Catarina se destaca como um dos estados brasileiros com maior capacidade, não só de reter sua população, como de atrair pessoas para habitar seus espaços. O que faz com que esse estado se sobressaia em relação ao fenômeno migratório? Algumas hipóteses poderão surgir ao longo das análises efetuadas neste estudo, sem, contudo, se aprofundar nessas questões. A primeira parte traz à luz algumas dinâmicas importantes para a compreensão do fenômeno analisado, ressaltando as principais diferenças ou semelhanças encontradas nas mesorregiões deste estado.

Santa Catarina possuía, em 2010, 293 municípios<sup>1</sup>, distribuídos em seis mesorregiões definidas pelo IBGE: Oeste Catarinense, composta por 118 municípios em cinco microrregiões (Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê); Norte Catarinense, composta por 26 municípios em três microrregiões (Canoinhas, Joinville e São Bento do Sul); Serrana, composta por 30 municípios em duas microrregiões (Campos de Lages e Curitibanos); Vale do Itajaí, composta por 54 municípios em quatro microrregiões (Blumenau, Itajaí, Ituporanga e Rio do Sul); Grande Florianópolis, composta por 21 municípios em três microrregiões (Florianópolis, Tabuleiro e Tijucas); e Sul Catarinense, composta por 44 municípios em três microrregiões (Araanguá, Criciúma e Tubarão) (Figura 1).



Figura 1  
Divisão estadual em mesorregiões geográficas – Santa Catarina – 2010

Fonte: Elaboração própria.

<sup>1</sup> Mais dois municípios foram criados em 2013: Balneário Rincão, desmembrado de Içara pela Lei Nº 12.668, de 3 de outubro de 2003, e Pescaria Brava, desmembrado de Laguna pela Lei Nº 12.690, de 25 de outubro de 2003. Para efeitos desse estudo, será considerada a base municipal de 2010.

## Dinâmica populacional e distribuição espacial

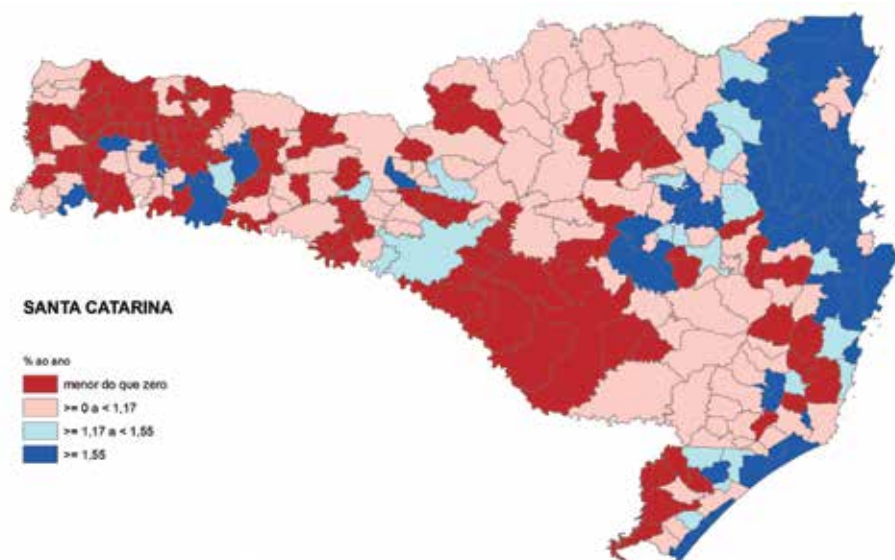
O território catarinense vem se desenvolvendo, ao longo da sua história, marcadamente por duas dinâmicas distintas: uma litorânea e outra interiorana. As condições que fizeram emergir, no passado, um território socialmente coeso e economicamente homogêneo, uma singularidade catarinense, foram criadas a partir de seus colonizadores e pela forma peculiar de ocupação de suas terras.

Segundo Cerdan e Policarpo (2013), essa coesão social foi fruto das interações entre as diferentes comunidades colonizadas inicialmente por imigrantes açorianos no litoral catarinense e, posteriormente, por expressiva corrente imigratória europeia composta principalmente por agricultores e artesãos italianos e alemães, fortemente direcionada ao interior do estado. Uma particularidade catarinense se refere à sua colonização, que esteve baseada, segundo Raud (1999), nas pequenas propriedades de 25 a 30 hectares, o que impediu a formação de uma aristocracia rural, a exemplo do ocorrido nos demais estados brasileiros. Esse fato imprimiu um modo de produção marcado pela valorização da autonomia local e ajuda mútua na esfera familiar, o que favoreceu a formação de comunidades relativamente homogêneas em sua organização sociocultural. Ainda, afirmam Cerdan e Policarpo (2013), esse tecido social coesivo é considerado por muitos autores fator decisivo de resistência às crises cíclicas da economia nacional e, aliado à baixa intensidade das intervenções governamentais federais, pode ter contribuído para reforçar tendências de um crescimento econômico endógeno. Dessa forma, Santa Catarina possui estrutura produtiva marcada pela especialização regional, com setores econômicos diferenciados predominando em cada região.

Essa característica é apontada como fator importante para uma distribuição equilibrada das cidades. No entanto, especialmente nas últimas décadas, nota-se forte concentração populacional nos municípios litorâneos, em especial naqueles das mesorregiões Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte Catarinense, dando continuidade a um processo de litoralização do estado já aparente nos anos de 1980. Esse processo esteve associado ao enfraquecimento da pequena produção agrícola de base familiar e à consequente intensificação do êxodo rural. Para Cerdan e Policarpo (2013), as últimas décadas foram marcadas por uma concentração fundiária e de renda, o que tem acarretado uma progressiva incorporação de produtores rurais como integrados de grandes empresas agroindustriais, estimulados por políticas governamentais, que privilegiam perfis produtivos de interesse direto de grandes grupos hegemônicos.

Esse fenômeno fica bastante evidente quando se tomam as taxas de crescimento populacional dos municípios catarinenses na última década. Dos 293 municípios, aproximadamente um terço (98) apresentou crescimento negativo, ou seja, esses municípios tiveram perda absoluta de população, especialmente aqueles localizados no extremo oeste catarinense e na região serrana (Figura 2). Somam-se a estes outros 104 municípios que tiveram ritmo de crescimento abaixo da média brasileira, indicando um comportamento que pode ser

considerado abaixo do crescimento vegetativo ou natural. Desta forma, pouco menos de um terço dos municípios apresentou taxas de crescimento populacional acima da média brasileira, e estes se concentram na porção litorânea do estado, onde também são observadas as maiores taxas.



**Figura 2**  
Municípios segundo taxas geométricas de crescimento anual da população  
Santa Catarina – 2000-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Notas: Elaboração própria.

(1) 1,17 a.a. é a taxa geométrica de crescimento do Brasil no período 2000-2010.

(2) 1,55 a.a. é a taxa geométrica de crescimento de Santa Catarina no período 2000-2010.

Destaca-se que esse padrão de crescimento já vinha se configurando nas últimas décadas, em que as mesorregiões litorâneas, em especial as do centro-norte – Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte Catarinense –, apresentaram taxas superiores às médias do estado, nos anos 1990 e 2000, indicando um processo contínuo de concentração populacional nesses espaços (Tabela 1). As demais mesorregiões tiveram crescimento inferior, com destaque para as mesorregiões Oeste Catarinense e Serrana, que exibiram maior êxodo populacional.



**Tabela 1**  
Taxas geométricas de crescimento anual da população segundo situação de domicílio  
Brasil – Santa Catarina e mesorregiões geográficas – 1991-2000 e 2000-2010

Nível geográfico	Taxa geométrica de crescimento (% a.a.)					
	Total		Urbana		Rural	
	1991-00	2000-10	1991-00	2000-10	1991-00	2000-10
Brasil	1,65	1,17	2,47	1,55	-1,28	-0,69
Santa Catarina	1,87	1,55	3,11	2,21	-1,74	-1,30
Oeste Catarinense	0,68	0,73	3,15	2,05	-2,48	-1,95
Norte Catarinense	2,30	1,68	2,87	1,97	-0,49	-0,15
Serrana	0,76	0,14	1,77	0,62	-2,16	-1,76
Vale do Itajaí	2,61	2,43	3,71	2,90	-1,68	-0,36
Grande Florianópolis	2,96	2,15	3,78	2,36	-2,56	0,05
Sul Catarinense	1,59	1,18	2,48	2,16	-0,58	-2,19

Fonte: Censo Demográfico (1991, 2000, 2010).

A Mesorregião Sul Catarinense não apresentou um êxodo tão intenso quanto a Oeste e a Serrana, pois possui alguns municípios da faixa litorânea que tiveram forte crescimento, a exemplo de Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Passo de Torres e Garopaba, todos com taxas de crescimento populacional acima de 3% ao ano no período 2000-2010.

Esse forte crescimento populacional na faixa litorânea reforça a localização dos maiores municípios nessa porção do território. Ressalta-se aqui outra particularidade deste estado, que é a concentração de população em um número maior de municípios do que o observado nos demais estados. Em Santa Catarina, a maior cidade do estado, Joinville, não é a capital e possui apenas 8,3% da população total (515,3 mil habitantes), seguida de Florianópolis, capital estadual, com 6,7% da população total, e Blumenau, cuja população representa 5,0% do total. Mesmo possuindo uma população mais dispersa, as maiores cidades se localizam na porção leste do estado (Figura 3).

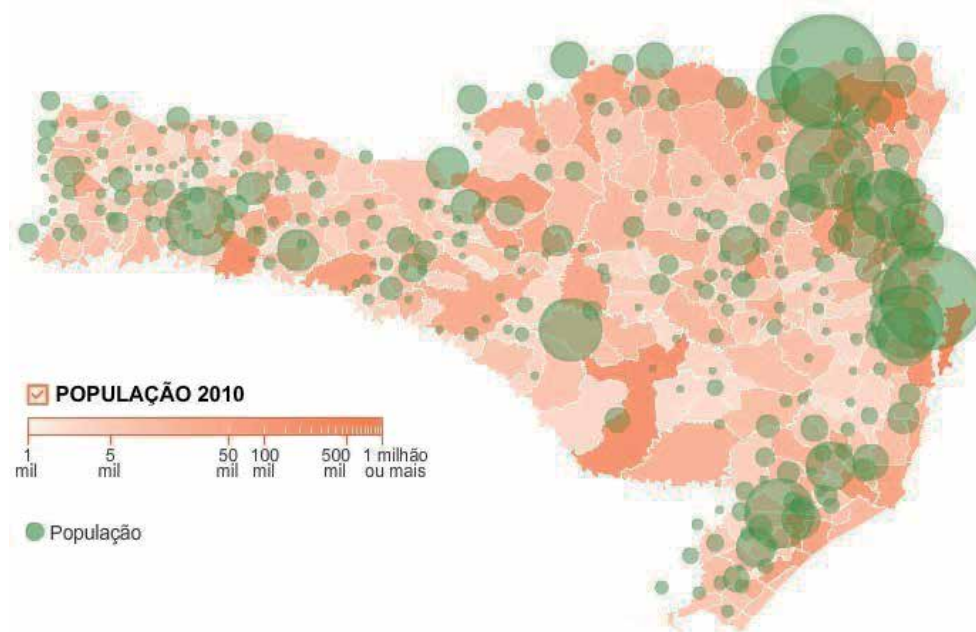


Figura 3  
População total segundo municípios – Santa Catarina – 2010

Fonte: Folha de S. Paulo.

Nesse sentido, fica evidente que, apesar de todos os esforços contrários, o processo de “litoralização” do estado<sup>2</sup> continua, evidenciado pelo maior crescimento dos municípios litorâneos, acompanhado por um decréscimo populacional da porção centro-oeste catarinense, fato que impulsionou a concentração da população em algumas regiões costeiras. Em 1991, 16 municípios apresentavam população acima de 50 mil habitantes, sendo que a maior população era de 347,1 mil pessoas, encontrada em Joinville. Destes, apenas cinco não se localizavam na faixa leste do estado. Em 2010, saltou para 27 o número de municípios com população acima de 50 mil habitantes, e todos os ingressantes neste grupo se localizam na faixa leste catarinense. O maior município continua sendo Joinville, com 515,3 mil habitantes. Ou seja, a população vem se adensando na porção leste catarinense, num claro e contínuo processo de “litoralização”.

Em relação à estrutura populacional encontrada no estado, verifica-se que Santa Catarina apresenta proporção de pessoas com potencial produtivo acima da média brasileira, ou seja, 71,3% da população catarinense possuía, em 2010, idade entre 15 e 64 anos, enquanto a média brasileira era de 68,5%. Essa característica, por si só, já é indicativa de atratividade

<sup>2</sup> A partir de 2003, o governo de Santa Catarina estabeleceu uma nova estrutura organizacional da administração pública estadual, implantando uma política de descentralização administrativa por meio de secretarias de desenvolvimento regional (hoje, num total de 36), tendo como um dos objetivos, explicitados no plano de governo de 2003-2006, o combate à “litoralização”, ou seja, estancar a forte evasão demográfica de oeste para leste, observada na década de 1990.

populacional, já que as migrações possuem forte relação com as etapas do ciclo de vida dos indivíduos. A fase em que esse fenômeno é mais intenso se relaciona ao processo laboral no início da idade adulta, sinalizando deslocamentos motivados pela busca de emprego e renda<sup>3</sup> (Tabela 2).

**Tabela 2**  
**Distribuição da população por grupos etários, segundo as mesorregiões geográficas Santa Catarina – 2000 e 2010**

Mesorregião geográfica	Ano	Grupos de idade			Razão de dependência <sup>(1)</sup>
		0 a 14 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais	
Brasil	2000	29,6	64,5	5,9	59,1
	2010	24,1	68,5	7,4	50,9
Santa Catarina	2000	28,2	66,4	5,4	54,5
	2010	21,8	71,3	6,9	45,3
Oeste Catarinense	2000	29,3	65,2	5,5	57,7
	2010	22,3	70,0	7,7	48,2
Norte Catarinense	2000	28,8	66,4	4,9	54,4
	2010	22,8	71,1	6,1	45,3
Serrana	2000	30,2	64,2	5,6	60,2
	2010	24,2	68,1	7,7	52,5
Vale do Itajaí	2000	27,2	67,2	5,6	52,7
	2010	21,5	71,9	6,7	44,0
Grande Florianópolis	2000	26,4	68,3	5,2	50,0
	2010	20,0	73,3	6,7	41,4
Sul Catarinense	2000	28,1	66,3	5,6	54,9
	2010	21,3	71,4	7,3	45,4

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010).

Nota: (1) Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (menores de 5 anos e 65 anos ou mais) e o segmento considerado potencialmente produtivo (entre 15 a 64 anos).

Analisando-se a tabela acima, nota-se claro processo de transição demográfica em todas as mesorregiões catarinenses<sup>4</sup>, com decréscimo acentuado na proporção de crianças e aumento relativo de jovens adultos e também de idosos. A Grande Florianópolis se destaca por possuir proporção de pessoas em idade produtiva (jovens e adultos) (73,3%) acima da média estadual (71,3%), indicando ser a mesorregião que mais recebe pessoas. Ao mesmo tempo, essa mesorregião se apresenta com a menor participação de crianças, ou seja, provavelmente possui baixa taxa de fecundidade, o que a inclui em um processo avançado de transição demográfica. No sentido oposto, tem-se a Mesorregião Serrana com a menor proporção de jovens e adultos, indicando ser região expulsora de população, e a maior presença de crianças, reflexo

<sup>3</sup> Rogers e Castro (1981 apud CAMPOS; BARBIERE, 2013) apontam um modelo etário da migração pela observação de algumas regularidades. No modelo, foram identificados “picos migratórios”, sendo o mais intenso o relativo ao início da idade adulta, em que os deslocamentos são motivados pela busca de emprego e renda.

<sup>4</sup> Processo que vem ocorrendo em todo o país, em função da queda continuada e generalizada da fecundidade.

de alta fecundidade. Ali também se observa a maior proporção de idosos, juntamente com a Mesorregião Oeste Catarinense. Esse fato, mais do que um avanço em termos de transição demográfica, demonstra certa imobilidade da população mais envelhecida, muito provavelmente em função da estrutura produtiva regional com forte presença de agricultura familiar.

## Dinâmica urbana

A forma de ocupação atribuiu a Santa Catarina características que reforçam um ordenamento territorial diferenciado dos demais estados brasileiros, com uma rede de cidades de porte médio e policêntrica, sem a macrocefalia urbana dos estados dominados por uma única metrópole (SIEBERT; SPENGLER, 2009, p. 1). Essa tendência já foi mencionada em estudos anteriores, como o de Moura e Kleinke (1999), no qual os autores enfatizam o equilíbrio da rede urbana da Região Sul, quando comparada às outras regiões brasileiras, mesmo observando que municípios de menor tamanho perdem participação, em termos populacionais, em favor dos de maior extensão. Enquanto que, em grande parte dos estados brasileiros, mais da metade da população urbana reside nas capitais, nos estados do Sul isto não ocorre (MOURA; KLEINKE, 1999, p. 9).

Santa Catarina apresenta graus de urbanização inferiores à média nacional. Há, porém, tendência à convergência, já que o ritmo de urbanização do estado é um pouco mais acelerado. Em 1970, o grau de urbanização do Brasil e de Santa Catarina era de 56% e 43%, respectivamente. Já em 2010, ambos exibiram índices em torno de 84% (Tabela 3).

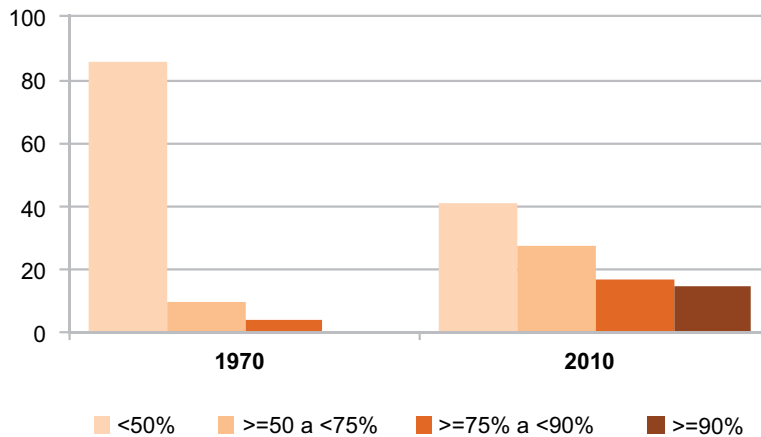
**Tabela 3**  
Grau de urbanização – Brasil, Santa Catarina e mesorregiões geográficas  
1970 a 2010

Nível geográfico	Grau de urbanização (%)				
	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	55,9	67,6	75,6	81,2	84,4
Santa Catarina	43,0	59,4	70,6	78,7	84,0
Oeste Catarinense	23,8	36,6	50,7	62,9	71,7
Norte Catarinense	55,6	72,9	81,2	85,3	87,7
Serrana	45,3	59,6	71,3	77,9	81,7
Vale do Itajaí	50,1	68,0	76,1	83,7	87,6
Grande Florianópolis	58,4	74,7	84,1	90,3	92,1
Sul Catarinense	41,1	58,9	68,4	73,9	81,4

Fonte: Censo Demográfico (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Percebe-se que a urbanização em Santa Catarina se deu de forma horizontal, mesmo apresentando graus diferenciados nas várias mesorregiões. Em 1970, apenas um município tinha grau de urbanização acima de 90%, enquanto em 2010 eram 43 nessa condição – 15% do

total. Também em 1970, 86% dos municípios catarinenses possuíam grau de urbanização abaixo de 50%. Em 2010, essa proporção caiu para 41% (Gráfico 1).



**Gráfico 1**  
Distribuição dos municípios segundo o grau de urbanização – Santa Catarina – 1970 e 2010

Fonte: Censo Demográfico (1970, 2010).

Evidencia-se forte concentração de municípios com alto grau de urbanização na faixa do litoral norte catarinense, em contraposição à aglutinação de municípios com baixa urbanização no interior do estado, especialmente na faixa de fronteira no extremo oeste catarinense.

### Dinâmica econômica e mercado de trabalho

Devido à grande extensão de área litorânea, desde o início da colonização este espaço tem se destacado economicamente por sua conexão com as outras regiões do estado. Segundo Cerdan e Policarpo (2013), constitui-se numa área de interface entre um *hinterland* (o interior do estado) e um espaço marítimo aberto ao resto do Brasil (Santos/São Paulo, Rio de Janeiro). Isto, associado a outros fatores, como a construção da BR-101, ligando a zona costeira de norte a sul, confere à região dinamicidade ímpar, já que promove articulação entre os centros mais dinâmicos e aqueles considerados mais fragilizados em termos socioeconômicos (CERDAN; POLICARPO, 2013, p. 148).

Ao se tomarem os dados econômicos, nota-se a importância da faixa litorânea do estado. Cerca de 69% de todo o PIB estadual de 2011 foi gerado nas mesorregiões Grande Florianópolis, Norte Catarinense e Vale do Itajaí, sendo esta última responsável pela maior parcela e cuja participação vem crescendo ao longo da última década, passando de 25% em 2000 para 31% em 2011. Aliás, esta é a única mesorregião que teve incremento significativo na participação estadual. Norte Catarinense e Grande Florianópolis praticamente mantiveram suas participações, e Serrana, Oeste e Sul Catarinense perderam representação. Também se observa na

Mesorregião Vale do Itajaí o maior PIB per capita do estado (R\$ 33,7 mil), seguida de Norte Catarinense, com R\$ 32,9 mil. Nas demais mesorregiões, o PIB per capita foi inferior à média estadual, que ficou em R\$ 26,7 mil (Tabela 4).

**Tabela 4**  
**Distribuição percentual do produto interno segundo as mesorregiões geográficas Santa Catarina – 2000 e 2011**

Mesorregião geográfica	PIB										PIB Per Capita
	Valor adicionado bruto (%)						Impostos sobre produtos (%)		Total (%)		
	Agropecuária		Indústria		Serviços		2000	2011	2000	2011	
	2000	2011	2000	2011	2000	2011					
Oeste Catarinense	40,4	45,4	21,0	16,3	17,4	14,6	14,9	9,7	20,1	15,9	22.304
Norte Catarinense	13,5	14,2	28,7	30,9	20,5	20,5	24,8	24,5	23,0	23,9	32.948
Serrana	12,4	12,6	4,4	4,2	5,1	4,3	4,7	2,8	5,4	4,5	18.486
Vale do Itajaí	15,1	11,8	24,3	26,9	26,9	31,1	26,9	42,5	25,1	30,6	33.764
Grande Florianópolis	5,8	4,5	6,8	8,5	18,2	18,9	18,1	12,8	13,6	14,2	23.746
Sul Catarinense	12,9	11,4	14,9	13,2	11,9	10,5	10,6	7,6	12,8	10,9	19.747
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>26.761</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014).

Segundo os dados do IBGE, 50% do PIB catarinense em 2011 foi gerado no setor de serviços. A segunda maior parcela saiu do setor industrial (30%), seguido dos impostos (15%) e do setor agropecuário (5%). Distribuídos nas mesorregiões, nota-se perfeitamente a especialização de cada uma delas. A Mesorregião Oeste Catarinense foi responsável por 45% do PIB gerado na agropecuária. Norte Catarinense e Vale do Itajaí dividiram as maiores parcelas do PIB industrial, com 31% e 27%, respectivamente. Ainda, Vale do Itajaí possuía representação forte em serviços e impostos, por sua atividade portuária, além de ser polo turístico.

Os dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego fornecem anualmente o número de estabelecimentos no país que realizam alguma movimentação de pessoal (admissão ou demissão). Ao se analisarem esses números por setor de atividade para Santa Catarina em 2011, observa-se que, à exceção do comércio e de serviços, que têm importância maior em todas as mesorregiões, o setor agropecuário domina nas mesorregiões Oeste Catarinense (36,8%) e Serrana (24,4%), enquanto a indústria tem peso maior no Vale do Itajaí (36,1%), juntamente com a construção civil (28,2%) (Tabela 5).

**Tabela 5**  
Número de estabelecimentos por setor de atividade, segundo mesorregiões geográficas Santa Catarina – 2011

Mesorregião geográfica	Número de estabelecimentos					Total
	Agropecuária	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	
<b>Absoluto</b>						
Grande Florianópolis	287	3.417	2.280	12.456	14.686	33.126
Norte Catarinense	1.235	5.753	1.817	12.582	11.347	32.734
Oeste Catarinense	3.240	5.053	2.708	15.155	13.906	40.062
Serrana	2.147	1.154	539	4.014	3.573	11.427
Sul Catarinense	623	5.745	1.392	12.057	9.270	29.087
Vale do Itajaí	1.263	11.911	3.433	20.677	19.090	56.374
Santa Catarina	8.795	33.033	12.169	76.941	71.872	202.810
<b>% no Estado</b>						
Grande Florianópolis	3,3	10,3	18,7	16,2	20,4	16,3
Norte Catarinense	14,0	17,4	14,9	16,4	15,8	16,1
Oeste Catarinense	36,8	15,3	22,3	19,7	19,4	19,8
Serrana	24,4	3,5	4,4	5,2	5,0	5,6
Sul Catarinense	7,1	17,4	11,4	15,7	12,9	14,3
Vale do Itajaí	14,4	36,1	28,2	26,9	26,6	27,8
Santa Catarina	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>% na Mesorregião</b>						
Grande Florianópolis	0,9	10,3	6,9	37,6	44,3	100,0
Norte Catarinense	3,8	17,6	5,6	38,4	34,7	100,0
Oeste Catarinense	8,1	12,6	6,8	37,8	34,7	100,0
Serrana	18,8	10,1	4,7	35,1	31,3	100,0
Sul Catarinense	2,1	19,8	4,8	41,5	31,9	100,0
Vale do Itajaí	2,2	21,1	6,1	36,7	33,9	100,0
Santa Catarina	4,3	16,3	6,0	37,9	35,4	100,0

Fonte: Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina (2013).

Siebert (2011, p. 9) identificou e especializou sete setores produtivos industriais, juntamente com o turismo, que indicam uma especialização econômica regional: agroindústria no oeste, fruticultura no meio-oeste, mobiliário no planalto norte, metal-mecânico no nordeste, têxtil no Vale do Itajaí, papel-madeira no planalto serrano e cerâmica no sul, conforme pode ser observado na Figura 4.

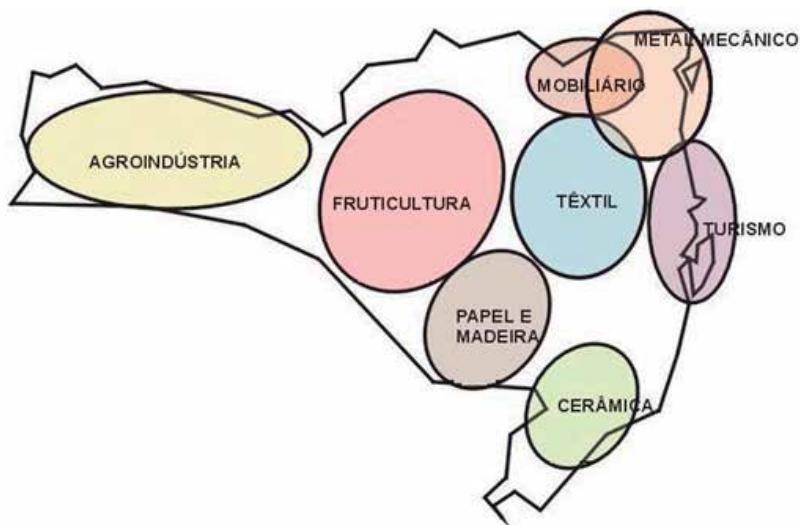


Figura 4  
Especialização econômica de Santa Catarina

Fonte: Siebert (2011, p. 9).

Neste mesmo estudo, Siebert alerta que, apesar da ocorrência de concentração dos setores industriais por região, há também um processo de diversificação em andamento, concluindo que “[...] a distribuição espacial da atividade produtiva em Santa Catarina está evoluindo de uma nítida especialização regional para uma maior diversidade no Leste do Estado, que aparece claramente com uma dinâmica produtiva multifuncional, repetindo o padrão litorâneo de urbanização densificada de outros estados num processo de diversificação da indústria catarinense” (SIEBERT, 2011, p. 17).

No que tange ao mercado de trabalho, tem-se que um quarto dos ocupados<sup>5</sup> do estado se encontra na Mesorregião Vale do Itajaí. Destes, 50% trabalham em atividades ligadas à indústria de transformação, ao comércio e à construção civil. Já na Mesorregião Serrana, onde se encontra a menor parcela dos ocupados de Santa Catarina, aproximadamente um quarto deles trabalha em alguma atividade ligada à agricultura, à pecuária, à produção florestal, à pesca e à aquicultura.

Um conjunto de indicadores relacionados à dinâmica ocupacional é apresentado na Tabela 6. Inicialmente, destaca-se o fato de que o incremento relativo na população em idade ativa (PIA), que envolve todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade, foi maior do que o verificado para a população total no período 2000-2010, em todas as mesorregiões. No entanto, essa tendência se sobrepõe à média estadual nas três mesorregiões que envolvem os municípios da porção leste do estado: Norte Catarinense, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis. Esse elevado aumento da presença de jovens, adultos e idosos, relativamente à dos menores de 10 anos, está relacionado muito mais a uma migração seletiva direcionada a estes espaços do que à acentuada queda de fecundidade.

<sup>5</sup> Pessoas de 10 anos e mais de idade.



**Tabela 6**  
Indicadores relacionados à dinâmica ocupacional segundo mesorregiões geográficas  
Santa Catarina – 2000 e 2010

Mesorregião geográfica	População total	População de 10 anos e mais			Taxa de atividade	Taxa de desemprego
		Total (PIA)	Economicamente Ativa (PEA)	População Ocupada		
<b>2000</b>						
Santa Catarina	5.357.864	4.374.244	2.682.355	2.406.676	61,3	10,3
Oeste Catarinense	1.116.963	903.714	596.120	551.018	66	7,6
Norte Catarinense	1.026.606	832.181	495.721	432.683	59,6	12,7
Serrana	401.184	320.723	176.457	154.287	55	12,6
Vale do Itajaí	1.187.184	976.492	618.887	561.834	63,4	9,2
Grande Florianópolis	803.255	665.542	399.578	352.765	60	11,7
Sul Catarinense	822.671	675.592	395.592	354.089	58,6	10,5
<b>2010</b>						
Santa Catarina	6.248.436	5.404.884	3.543.218	3.408.833	65,6	3,8
Oeste Catarinense	1.200.712	1.037.085	708.801	686.493	68,3	3,1
Norte Catarinense	1.212.843	1.039.735	672.984	642.878	64,7	4,5
Serrana	406.741	345.997	201.576	190.499	58,3	5,5
Vale do Itajaí	1.508.980	1.307.320	882.979	855.816	67,5	3,1
Grande Florianópolis	994.095	870.732	567.336	543.244	65,2	4,2
Sul Catarinense	925.065	804.015	509.542	489.902	63,4	3,9
<b>Incremento %</b>						
Santa Catarina	16,6	23,6	32,1	41,6	6,9	-63,1
Oeste Catarinense	7,5	14,8	18,9	24,6	3,6	-58,4
Norte Catarinense	18,1	24,9	35,8	48,6	8,7	-64,8
Serrana	1,4	7,9	14,2	23,5	5,9	-56,3
Vale do Itajaí	27,1	33,9	42,7	52,3	6,6	-66,6
Grande Florianópolis	23,8	30,8	42	54	8,5	-63,8
Sul Catarinense	12,4	19	28,8	38,4	8,2	-63,3

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010).

Nota: Dados trabalhados pela autora.

Essa pressão sobre o mercado de trabalho teve sua correspondência na criação de novos postos de trabalho. Houve um incremento relativo maior da população ocupada comparativamente ao aumento relativo da população economicamente ativa, especialmente nas mesorregiões Vale do Itajaí e Grande Florianópolis, cujo aumento da população ocupada ultrapassou os 50% no período 2000-2010, enquanto a média catarinense foi de 41,6%, e a nacional, de 31,6%. Esses dados já mostram um desempenho diferenciado do estado de Santa Catarina no tocante ao mercado de trabalho, o que se reflete nas taxas de desemprego. A média de desemprego estadual em 2000, de 10,3%, já se apresentava bastante inferior à média nacional, que era de 15,3%, e esse diferencial aumentou na década seguinte. Em 2010, a média nacional de

desemprego estava em 7,6%, contra 3,8% em Santa Catarina. A menor taxa de desemprego foi observada na Mesorregião Vale do Itajaí, com 3,1% da população economicamente ativa desocupada. Também a Mesorregião Oeste Catarinense apresentou taxa de desemprego de 3,1%. No entanto, vale ressaltar que esse dado pode estar mais associado à dinâmica do setor econômico que predomina nesta região – agroindústria – altamente expulsora de população. Nota-se que lá ocorreu uma das menores variações da PIA.

O quadro favorável apresentado por Santa Catarina, aliado ao fato de o estado possuir belezas naturais na sua porção litorânea, muito provavelmente foi fator importante na hora da escolha de um local para residir, trabalhar e estudar.

## SANTA CATARINA E AS MIGRAÇÕES<sup>6</sup>

Segundo dados do último Censo Demográfico 2010, a circulação de pessoas entre os estados brasileiros chegou a 4,6 milhões no período compreendido entre 2005 e 2010<sup>7</sup>, número inferior ao observado no período 1995-2000, que foi de 5,2 milhões. Desta forma, o movimento migratório interestadual no Brasil, no período 2005-2010, sofreu uma redução de 11% em relação a 1995-2000, diferentemente do observado na comparação com o período anterior (1986-1991), em que se verificou aumento de 4% no número de pessoas que realizaram este movimento.

Oliveira e Oliveira (2011) destacam que a saturação das metrópoles e a melhor distribuição da oferta de emprego seriam os principais fatores explicativos dessa diminuição no número de migrantes, já que os dados apontam a tendência de deslocamento para cidades de médio porte. Eles afirmam ainda que a principal motivação para a migração é a busca por trabalho, mas a qualidade de vida e menores índices de violência são fatores complementares.

Entre os estados brasileiros, Santa Catarina vem se destacando em relação ao seu poder de atrair população. Nas trocas interestaduais, teve o maior crescimento, com 50,9% a mais entre os dois últimos períodos. Entre 2005 e 2010, 301.341 pessoas escolheram o estado como endereço, enquanto outras 128.888 saíram de Santa Catarina. O saldo positivo de 172.452 moradores tornou Santa Catarina o terceiro estado mais procurado, atrás apenas de São Paulo (255,8 mil) e Goiás (207,8 mil). Este desempenho colocou o Sul como a única região do país com aumento na mobilidade espacial da população. Tanto o Paraná como o Rio Grande do Sul mantiveram saldos negativos, o primeiro apresentando redução, e o segundo, aumento.

Além de receber um maior contingente populacional, Santa Catarina reteve mais pessoas, ou seja, reduziu o número de emigrantes para outras unidades da Federação (Tabela 7).

<sup>6</sup> Serão analisados os fluxos migratórios dos períodos 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.

<sup>7</sup> Somente pessoas de 5 anos e mais que realizaram migração interestadual, ou seja, mudaram seu endereço para outra unidade de Federação, inclusive aqueles que declararam desconhecer a UF anterior. Não estão consideradas as trocas entre municípios da mesma UF, que envolveram outros 8,7 milhões de pessoas, considerando os municípios ignorados da mesma UF.

**Tabela 7**  
**Movimento migratório de Santa Catarina – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010**

Condição migratória	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Imigrantes interestaduais <sup>(1)</sup>	170.304	199.653	301.341
Emigrantes interestaduais <sup>(1)</sup>	125.002	139.667	128.888
Trocas líquidas interestaduais	45.301	59.986	172.452
Migrantes intraestaduais	324.299	383.214	389.700
Total de migrantes <sup>(2)</sup>	664.906	782.520	992.382
Imigrantes do exterior	1.778	6.328	12.219
Ignorado	72	1.464	437

Fonte: Censo Demográfico (1991, 2000, 2010).

Nota: Dados referentes à migração de data fixa, tendo como referência pessoas maiores de 5 anos de idade.

(1) Exceto os de procedência não identificada.

(2) Exceto os imigrantes vindos do exterior.

Já nas trocas entre municípios do próprio estado, houve queda no ritmo de crescimento. Entre 1986-1991 e 1995-2000, o movimento intraestadual sofreu um incremento de 18,2%, enquanto que nos dois últimos períodos esse aumento foi de apenas 1,7%. Importante ressaltar a expressiva expansão de imigrantes vindos do exterior, apresentando, inclusive, um ritmo de crescimento maior que a média nacional.

Em relação ao potencial migratório, adotando a classificação de Oliveira e Oliveira (2011) a partir do cálculo do Índice de Eficácia Migratória (IEM)<sup>8</sup> (Quadro1), tem-se que, entre os estados que possuem potencial de atração migratória positivo verificado no último período, nenhum está classificado como área de forte atração, condição apresentada pelo Amapá e por Roraima no período 1986-1991 (Tabela 8).

Classes de iem	Classificação do potencial de absorção migratória
-0,51 a -1,00	Área de forte evasão migratória (FE)
-0,30 a -0,50	Área de média evasão migratória (ME)
-0,10 a -0,29	Área de baixa evasão migratória (BE)
0,09 a -0,09	Área de rotatividade migratória (RO)
0,10 a 0,29	Área de baixa absorção migratória (BA)
0,30 a 0,50	Área de média absorção migratória (MA)
0,51 a 1,00	Área de forte absorção migratória (FA)

**Quadro 1**  
**Classificação do Índice de Eficácia Migratória (IEM)**

Fonte: Oliveira e Oliveira (2011). Adaptado de Baeninger (1999).

<sup>8</sup> O Índice de Eficácia Migratória é calculado a partir do quociente entre migração líquida e migração bruta, sendo que os valores positivos próximos a 1 indicam áreas de atração de população, e os valores negativos próximos a -1 mostram áreas de evasão de população. Valores próximos a zero indicam área de grande circulação de população (migração próxima à emigração) (BAENINGER, 1999).

**Tabela 8**  
**Índice de Eficácia Migratória (IEM) e potencial de absorção migratória, segundo as unidades da Federação – Brasil – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010**

Unidade da federação	IEM					
	1986-1991		1995-2000		2005-2010	
	Valor	Potencial	Valor	Potencial	Valor	Potencial
Acre	-0,05	RO	-0,08	RO	-0,03	RO
Alagoas	-0,3	ME	-0,39	ME	-0,42	ME
Amapá	0,54	FA	0,49	MA	0,42	MA
Amazonas	0,15	BA	0,21	BA	0,16	BA
Bahia	-0,43	ME	-0,35	ME	-0,34	ME
Ceará	-0,34	ME	-0,07	RO	-0,23	BE
Distrito Federal	0,15	BA	0,07	RO	0,04	RO
Espírito Santo	0,2	BA	0,15	BA	0,3	MA
Goiás	0,26	BA	0,37	MA	0,4	MA
Maranhão	-0,39	ME	-0,46	ME	-0,44	ME
Mato Grosso	0,31	MA	0,15	BA	0,08	RO
Mato Grosso do Sul	0,08	RO	-0,05	RO	0,1	BA
Minas Gerais	-0,13	BE	0,05	RO	-0,02	RO
Pará	0,07	RO	-0,13	BE	-0,11	BE
Paraíba	-0,32	ME	-0,23	BE	-0,13	BE
Paraná	-0,28	BE	-0,06	RO	-0,04	RO
Pernambuco	-0,3	ME	-0,26	BE	-0,2	BE
Piauí	-0,31	ME	-0,23	BE	-0,32	ME
Rio de Janeiro	-0,08	RO	0,08	RO	0,04	RO
Rio Grande do Norte	-0,01	RO	0,04	RO	0,11	BA
Rio Grande do Sul	-0,1	BE	-0,15	BE	-0,27	BE
Rondônia	0,15	BA	0,07	RO	0,1	BA
Roraima	0,68	FA	0,54	FA	0,39	MA
Santa Catarina	0,15	BA	0,18	BA	0,4	MA
São Paulo	0,36	MA	0,16	BA	0,15	BA
Sergipe	0,14	BA	-0,04	RO	0,08	RO
Tocantins	0,07	RO	0,07	RO	0,05	RO

Fonte: Censo Demográfico (1991, 2000, 2010).

Nenhum estado foi classificado como área de forte evasão migratória, mas nove foram considerados áreas de baixa ou média evasão migratória. No outro extremo, dez estados estão na condição de área de média ou baixa absorção, enquanto os demais oito foram classificados como área de rotatividade migratória. Destacando Santa Catarina, tem-se que o estado passou da condição

de área de baixa absorção migratória nos dois primeiros períodos para área de média absorção migratória em período recente, compartilhando com Goiás o segundo maior IEM e só perdendo para o Amapá, único estado que manteve essa condição nos três períodos analisados.

### Movimentos interestaduais e intermesorregionais

Quanto à origem dos imigrantes interestaduais recebidos por Santa Catarina, os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, ambos limítrofes, têm a maior contribuição: 70% de todos os imigrantes interestaduais do período 2005-2010. Estes também são os maiores receptores da população que sai de Santa Catarina, abrigando 64% das pessoas que migraram no período recente e respondendo por três quartos de toda a troca líquida de Santa Catarina com as demais UFs do país. Santa Catarina também estabelece trocas importantes com a Região Sudeste do país – 14% do total, o que representa 16% dos imigrantes e 20% dos emigrantes –, a grande maioria com o estado de São Paulo (Tabela 9).

**Tabela 9**  
Imigrantes, emigrantes e trocas líquidas do movimento interestadual  
Santa Catarina – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Região origem/destino	Trocas com Santa Catarina								
	Imigrantes			Emigrantes			Trocas líquidas		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Norte	3.462	3.415	5.636	3.790	3.962	3.844	-327	-547	1.792
Nordeste	3.492	7.141	21.532	1.945	4.466	5.673	1.547	2.674	15.859
Sudeste	27.766	38.247	49.377	15.462	22.938	25.456	12.304	15.308	23.921
São Paulo	19.421	28.343	36.554	11.642	16.134	18.132	7.778	12.209	18.422
Sul	128.027	139.491	210.153	87.364	94.449	81.950	40.664	45.043	128.203
Paraná	81.685	80.905	118.200	47.328	53.293	50.047	34.357	27.612	68.152
Rio G. Sul	46.342	58.586	91.953	40.036	41.155	31.902	6.306	17.431	60.051
Centro-Oeste	7.556	11.359	14.643	16.442	13.851	11.966	-8.886	-2.492	2.677
<b>Total</b>	<b>170.304</b>	<b>199.653</b>	<b>301.341</b>	<b>125.002</b>	<b>139.667</b>	<b>128.888</b>	<b>45.301</b>	<b>59.986</b>	<b>172.452</b>

Fonte: Censo Demográfico (1991, 2000, 2010).

Nos dois primeiros períodos, nota-se que havia trocas líquidas negativas (maior número de emigrantes do que de imigrantes) com duas regiões brasileiras, a Norte e a Centro-Oeste, consideradas as “novas fronteiras agrícolas”, para onde se dirigiram milhares de agricultores do Sul do país, nos anos de 1980 e início dos anos 1990. No entanto, essa situação reverteu-se para Santa Catarina, que apresentou saldo positivo nas trocas realizadas no último período. Provavelmente aí estão incluídos os imigrantes de retorno, categoria não especificada neste estudo. Oliveira e Oliveira (2011) apontam tendência de retorno da população de estados com áreas classificadas como “de expulsão”, figurando entre eles Santa Catarina. Ou seja, mesmo considerado como área de absorção e não de expulsão, internamente o estado possui áreas com características expulsoras.

Isso é confirmado ao se observarem as trocas líquidas entre as mesorregiões catarinenses com as de outros estados, particularmente com a Oeste Catarinense. Nesta foram percebidas trocas líquidas negativas bastante significativas nos períodos 1986-1991 (-24.909) e 1995-2000 (-18.405). No período recente, 2005-2010, houve inversão desta tendência, observando-se uma troca líquida positiva de mais de 10 mil pessoas (Tabela 10). Já a mesorregião Serrana se mantém como expulsora no movimento interestadual, apresentando ainda no último período trocas líquidas negativas.

As demais mesorregiões sempre tiveram trocas positivas, sendo novidade o expressivo volume apresentado no período 2005-2010. Tomando somente os fluxos de troca das mesorregiões catarinenses com as de outras UFs no período 2005-2010, tem-se que a mesorregião Vale do Itajaí recebe os maiores volumes, enquanto Oeste Catarinense se caracteriza pelo maior volume de saída. Juntas, as mesorregiões da porção litorânea centro-norte do estado, Norte Catarinense, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis, recebem quase três quartos dos fluxos de chegada (74%) e são responsáveis por 58% das saídas. Na conta final, essas três mesorregiões detêm 86% do saldo migratório do estado, reforçando a posição privilegiada de alguns municípios inseridos nessas áreas no tocante à geração de emprego e renda.

**Tabela 10**  
Imigrantes, emigrantes e trocas líquidas do movimento intermesorregional  
Santa Catarina – 2005-2010

Mesorregiões Santa Catarina	Mesorregiões outras UFs		Troca líquida
	Imigrantes	Emigrantes	
Oeste Catarinense	43.496	33.388	10.109
Norte Catarinense	57.882	27.145	30.737
Serrana	5.781	7.892	-2.110
Vale do Itajaí	98.144	23.671	74.473
Grande Florianópolis	64.884	22.627	42.257
Sul Catarinense	29.135	12.475	16.660
<b>Total</b>	<b>299.323</b>	<b>127.197</b>	<b>172.125</b>

Fonte: Censo Demográfico (1991, 2000, 2010).

Aproximadamente 25% dos fluxos que chegam a Santa Catarina tiveram origem nas duas mesorregiões metropolitanas do Sul: Porto Alegre e Curitiba. Destes, 58% dos que vêm da Metropolitana de Porto Alegre e 87% com origem na Metropolitana de Curitiba se dirigem às mesorregiões Norte Catarinense, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis, configurando o caráter urbano dessas migrações. Somando a estes aqueles fluxos vindos das mesorregiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, reforça-se ainda mais essa característica (Tabela 11).<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Segundo o IBGE, Censo Demográfico 2010, Notas metodológicas (Tabela 26, p.152), estimativas inferiores a 500 pessoas para Santa Catarina apresentam coeficientes de variação altos, iguais ou superiores a 11,2%. Portanto, esses dados devem ser vistos com cautela.

**Tabela 11**  
Principais fluxos intermesorregionais com destino a Santa Catarina – 2010

Principais mesorregiões de origem	Mesorregiões de destino						Total
	Oeste Catarinense	Norte Catarinense	Serrana	Vale do Itajaí	Grande Florianópolis	Sul Catarinense	
Metropolitana de Porto Alegre	4.171	1.317	425	5.671	13.989	10.930	36.502
Metropolitana de Curitiba	2.449	13.737	862	11.856	5.061	1.360	35.324
Noroeste Rio-grandense	10.601	2.034	603	7.500	4.103	1.225	26.065
Oeste Paranaense	2.741	6.020	266	8.996	2.655	1.966	22.644
Centro-Sul Paranaense	3.928	4.871	499	8.681	1.598	1.012	20.590
Metropolitana de São Paulo	1.994	3.885	347	6.764	6.038	1.227	20.254
Sudoeste Paranaense	3.627	2.552	223	3.558	1.019	345	11.324
Norte Central Paranaense	409	3.118	49	4.771	1.755	204	10.305
Nordeste Rio-grandense	1.909	420	607	1.340	1.862	1.903	8.041
Sudoeste Rio-grandense	856	650	162	2.279	1.998	1.124	7.068
Sudeste Paranaense	1.174	2.844	227	1.997	502	204	6.947
Sudeste Rio-grandense	530	430	70	1.647	2.438	991	6.107
Metropolitana do Rio de Janeiro	336	1.207	42	2.009	2.032	462	6.087
Centro Ocidental Rio-grandense	593	570	78	1.125	2.071	532	4.968
Centro Oriental Paranaense	396	1.023	121	2.149	516	143	4.348
Litoral Sul Paulista	66	1.622	14	1.582	105	107	3.496
Norte Mato-grossense	1.317	647	47	987	330	158	3.487
Centro Oriental Rio-grandense	640	329	22	484	943	529	2.947
<b>Total Geral</b>	<b>43.496</b>	<b>57.882</b>	<b>5.781</b>	<b>98.144</b>	<b>64.884</b>	<b>29.135</b>	<b>299.323</b>

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Com relação aos que saíram do estado no período 2005-2010, também os principais destinos são áreas mais urbanizadas, como a mesorregiões metropolitanas de Curitiba, Porto Alegre e São Paulo, envolvendo 35% das pessoas. A principal região de origem daqueles que procuram a Metropolitana de Curitiba é a Norte Catarinense, fato explicado pela relação de proximidade entre essas duas mesorregiões. O mesmo fator pode explicar aqueles que procuram a Metropolitana de Porto Alegre, dos quais 32% residiam anteriormente na Mesorregião Sul Catarinense, estabelecendo também essa relação de proximidade.

Já para a Metropolitana de São Paulo, o maior fluxo tem origem na Grande Florianópolis (32%), onde se encontra a capital do estado (Tabela 12)

**Tabela 12**  
**Principais fluxos intermesorregionais com origem em Santa Catarina – 2005-2010**

Principais mesorregiões de destino	Mesorregiões de origem						Total
	Oeste Catarinense	Norte Catarinense	Serrana	Vale do Itajaí	Grande Florianópolis	Sul Catarinense	
Metropolitana de Curitiba	3.629	9.336	909	4.373	3.193	813	22.253
Metropolitana de Porto Alegre	2.845	998	566	1.661	3.067	4.220	13.357
Metropolitana de São Paulo	1.218	1.935	454	1.920	2.926	780	9.232
Noroeste Rio-grandense	4.217	532	395	1.252	799	451	7.645
Sudoeste Paranaense	4.000	1.219	197	1.145	706	145	7.413
Nordeste Rio-grandense	2.098	285	1.981	304	402	964	6.033
Oeste Paranaense	1.633	1.767	211	1.469	515	248	5.843
Centro-Sul Paranaense	1.926	727	133	604	199	126	3.715
Norte Central Paranaense	479	1.203	175	1.009	515	200	3.582
Metropolitana do Rio de Janeiro	131	471	87	698	1.335	289	3.011
Sudeste Paranaense	542	1.514	140	380	149	40	2.765
Distrito Federal	293	729	107	353	1.000	25	2.507
Norte Mato-grossense	1.662	283	151	150	62	81	2.388
Campinas	344	308	30	288	564	244	1.778
Centro Oriental Paranaense	392	494	106	506	122	117	1.737
Sudeste Rio-grandense	249	248	47	249	427	258	1.478
Centro Oriental Rio-grandense	597	92	58	184	249	142	1.322
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	494	180	89	316	230	8	1.318
<b>Total Geral</b>	<b>33.388</b>	<b>27.145</b>	<b>7.892</b>	<b>23.671</b>	<b>22.627</b>	<b>12.475</b>	<b>127.197</b>

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota: Somente os fluxos com o município de origem identificado.

## Movimento intraestadual e intermesorregional

Do total de imigrantes do estado no último período, 56% tiveram origem no próprio estado, mas essa proporção nos períodos anteriores girava em torno de 65%, ou seja, concomitantemente ao aumento das migrações interestaduais houve queda no ritmo de crescimento dos movimentos intraestaduais, mesmo que se tenha observado aumento nos volumes. No período 1986-1991, 324,3 mil pessoas trocaram de município de residência dentro do estado, subindo para 383,2 mil no período 1995-2000, o que representa incremento de 18,2% no movimento intraestadual (Tabela 7). Para o período seguinte, o volume foi de 389,7 mil pessoas, portanto um aumento de apenas 1,7%. Em todos os períodos analisados, a proporção de deslocamentos entre as mesorregiões foi de pouco mais de um terço das movimentações ocorridas, o que significa dizer que aproximadamente dois terços dos deslocamentos intraestaduais se realizaram dentro dos limites da própria mesorregião (Tabela 13).



A Mesorregião Vale do Itajaí recebe os maiores volumes de população vinda das demais mesorregiões do estado. Acrescido do seu movimento interno, o montante dos seus deslocamentos atingiu 116 mil pessoas entre 2005 e 2010. Esses números foram crescentes ao longo dos anos, de modo que, no período 2005-2010, representavam 30% do total dos deslocamentos intraestaduais, enquanto que nos períodos anteriores ficavam em torno de 25%. No Vale do Itajaí também se observam os maiores volumes de deslocamentos entre os seus municípios (68,2 mil pessoas em 2010). Em termos de trocas líquidas, esta meso responde igualmente pelos maiores valores nos três períodos analisados, em volumes crescentes. No primeiro período, houve um saldo positivo de 10,9 mil pessoas, elevando-se para 14,2 mil no quinquênio 1995-2000 e para 23,4 mil no período 2005-2010. Os maiores volumes de saída se dirigem às mesorregiões vizinhas, Grande Florianópolis e Norte Catarinense, e os maiores contingentes de entrada têm origem no Norte Catarinense e no Oeste Catarinense.

**Tabela 13**  
Movimento migratório intraestadual segundo as mesorregiões geográficas – Santa Catarina  
1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Mesorregiões de origem	Mesorregiões de destino						Total
	Oeste Catarinense	Norte Catarinense	Serrana	Vale do Itajaí	Grande Florianópolis	Sul Catarinense	
<b>2005/2010</b>							
Oeste Catarinense	61.654	4.569	3.781	13.566	7.683	1.270	92.523
Norte Catarinense	2.312	32.477	1.089	14.767	3.959	1.915	56.520
Serrana	4.462	3.017	9.544	10.289	5.820	1.451	34.583
Vale do Itajaí	3.508	8.220	2.901	68.247	8.447	1.917	93.241
Grande Florianópolis	2.995	2.564	1.895	7.728	37.186	5.321	57.689
Sul Catarinense	749	1.925	966	2.041	6.527	42.937	55.144
<b>Total</b>	<b>75.681</b>	<b>52.773</b>	<b>20.176</b>	<b>116.638</b>	<b>69.623</b>	<b>54.810</b>	<b>389.700</b>
<b>1995/2000</b>							
Oeste Catarinense	70.120	5.296	3.257	10.984	11.729	1.232	102.618
Norte Catarinense	1.865	31.321	1.431	11.324	3.436	2.519	51.896
Serrana	4.267	2.578	10.767	7.029	7.264	1.458	33.364
Vale do Itajaí	2.545	10.829	2.706	59.646	6.701	1.737	84.164
Grande Florianópolis	1.699	2.349	2.065	7.337	33.714	4.899	52.062
Sul Catarinense	562	3.250	930	2.091	7.206	45.072	59.110
<b>Total</b>	<b>81.058</b>	<b>55.624</b>	<b>21.155</b>	<b>98.411</b>	<b>70.049</b>	<b>56.918</b>	<b>383.214</b>
<b>1986/1991</b>							
Oeste Catarinense	65.796	4.390	3.954	8.295	6.578	1.090	90.103
Norte Catarinense	1.090	24.756	1.036	6.833	1.559	1.632	36.906
Serrana	5.142	4.404	9.219	8.161	6.259	1.609	34.794
Vale do Itajaí	1.277	11.365	2.140	49.122	4.519	1.291	69.714
Grande Florianópolis	968	2.374	1.300	5.913	23.466	4.074	38.095
Sul Catarinense	442	4.008	475	2.318	6.880	40.564	54.687
<b>Total</b>	<b>74.715</b>	<b>51.297</b>	<b>18.125</b>	<b>80.641</b>	<b>49.261</b>	<b>50.261</b>	<b>324.299</b>

Fonte: Censo Demográfico (1991, 2000, 2010).

O segundo maior volume de imigrantes do estado é observado na Mesorregião Oeste Catarinense (75,7 mil). Este dado se justifica porque se trata de uma das mesos mais populosas do estado e com o maior número de municípios, portanto com volume significativo de deslocamentos entre eles. O elevado movimento intramesorregional pode estar relacionado à própria estrutura fundiária, assentada em pequenas propriedades rurais. Muito provavelmente as pessoas deixem a área rural para se estabelecer em uma localidade urbana mais próxima. No último quinquênio, do total de imigrantes intraestaduais da Mesorregião Oeste Catarinense, 81,5% disseram ter origem em algum município da própria mesorregião. No entanto, observa-se que está havendo maior saída deste espaço ao se constatar que esta proporção, no período 1986-1991, chegou a 88,1%. Ou seja, em 2010, verificou-se uma proporção maior daqueles que fazem migração de mais longa distância.

Historicamente, a Mesorregião Serrana apresenta os menores contingentes de deslocamentos, tanto de saída como de chegada. Também é a mesorregião com os menores volumes de deslocamentos internos, destacando-se pela baixa mobilidade intraestadual. Em termos de trocas líquidas, também se sobressai pelo volume negativo. Possui o segundo maior saldo negativo nas trocas intermesorregionais (-14,4 mil), só perdendo para a Mesorregião Oeste Catarinense (-16,8 mil).

Na Grande Florianópolis também são observados volumes intensos de deslocamentos intraestaduais (69,6 mil), mas apesar de ter ocorrido incremento significativo entre os períodos 1986-1991 e 1995-2000, praticamente não houve alteração no último quinquênio. Já para a Norte Catarinense observou-se queda no volume dos deslocamentos no último período, resultando numa troca líquida negativa de 3,7 mil pessoas. Ou seja, internamente essa mesorregião se apresenta como expulsora, o oposto do observado quando da análise dos deslocamentos interestaduais, quando ela teve saldo positivo de mais de 30 mil pessoas.

### **Análise dos principais fluxos municipais**

Com relação aos municípios, tem-se que aqueles mais dinâmicos em termos de destino no período 2005-2010 foram Florianópolis, Joinville, São José, Blumenau, Balneário Camboriú, Itajaí, Jaraguá do Sul, Chapecó e Palhoça, todos com fluxos que superaram 19 mil pessoas (Tabela 14). Exceto Chapecó, que fica no Oeste Catarinense, os demais estão localizados na faixa leste do estado. Também é nítida a dinâmica interna entre Florianópolis, São José e Palhoça, estabelecendo um processo de espraiamento da população a partir de um polo. Ou seja, os maiores fluxos recebidos por estes dois últimos tiveram origem em Florianópolis. Os demais municípios estabelecem trocas importantes com um maior número de municípios espalhados pelo estado. No entanto, em torno de 50% têm origem em outras unidades da Federação.

Destacam-se também outros oito municípios com fluxos de entrada acima de 10 mil pessoas: Brusque, Criciúma, Itapema, Navegantes, Camboriú, Indaial, Lages e Gaspar. Mais uma vez, à exceção de Lages, todos estão na faixa leste do estado. Somente Criciúma está mais ao sul, sendo os demais na porção que vai do centro ao norte.

**Tabela 14**  
Principais destinos dos imigrantes por tipo de fluxo de origem, segundo municípios Santa Catarina – 2005-2010

Municípios de destino	Tipo de fluxo - origem						Total
	Outro município da mesma UF		Outro município de outra UF		Ignorado	Estrangeiro	
	Identificado	Ignorado	Identificado	Ignorado			
Florianópolis	18.973	49	38.796	202	43	2.652	60.715
Joinville	12.470	23	24.524	152	33	677	37.880
São José	19.961	133	9.800	52	23	420	30.390
Blumenau	13.288	55	14.921	124	161	479	29.029
Balneário Camboriú	9.557	-	15.861	51	-	725	26.195
Itajaí	8.267	-	13.839	102	-	285	22.493
Jaraguá do Sul	8.639	50	10.812	168	18	294	19.983
Chapécó	9.424	12	10.173	11	-	122	19.742
Palhoça	14.571	29	5.169	25	10	156	19.960
Brusque	5.823	30	9.997	49	-	128	16.027
Criciúma	7.860	-	4.987	-	-	998	13.846
Itapema	6.132	14	6.403	30	-	113	12.691
Navegantes	6.042	-	5.661	57	27	143	11.930
Camboriú	5.712	-	4.163	54	14	129	10.072

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Igualmente, se observa que as principais saídas estão nos municípios mais populosos na faixa leste do estado, sendo os principais Florianópolis, Joinville e Blumenau, com fluxos de saída acima de 20 mil pessoas. Mais da metade das saídas dos dois primeiros municípios se dirige a outras UFs, diferentemente de Blumenau, onde essa proporção atinge somente 17%, ou seja, estabelece relações internas (Tabela 15).

**Tabela 15**  
Principais origens dos emigrantes por tipo de fluxo de destino, segundo municípios Santa Catarina - 2005/2010

Municípios de origem	Destino do fluxo		Total
	Município da mesma UF	Município de outra UF	
Florianópolis	30.236	19.308	49.543
Joinville	19.241	11.700	30.941
Blumenau	17.075	4.855	21.931
Chapécó	9.186	5.414	14.600
Balneário Camboriú	10.536	3.826	14.362
Lages	10.509	3.333	13.842
Itajaí	9.548	4.269	13.817
Criciúma	10.607	2.928	13.535
São José	10.304	1.392	11.696
Jaraguá do Sul	6.845	3.098	9.943
Palhoça	5.402	657	6.059

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Considerando os fluxos interestaduais e intraestaduais, mais da metade dos municípios catarinenses (154) teve trocas líquidas positivas, e 46 deles apresentaram saldo positivo acima de mil pessoas (Quadro2). Todos, à exceção de Chapecó e Pinhalzinho, do Oeste Catarinense, se estendem pela faixa leste do estado, confirmando este como o espaço mais dinâmico em termos de absorção de população migrante. São José e Palhoça, municípios da Região Metropolitana de Florianópolis, se destacam com saldos mais volumosos.

Município	Número de pessoas	Município	Número de pessoas
São José	18.275	Porto Belo	2.946
Palhoça	13.745	Pomerode	2.885
Balneário Camboriú	11.108	São Francisco do Sul	2.852
Jaraguá do Sul	9.746	Itapoá	2.739
Brusque	9.359	Balneário Piçarras	2.697
Florianópolis	8.519	Balneário Arroio do Silva	2.559
Itajaí	8.392	Schroeder	2.465
Itapema	8.226	Forquilha	2.171
Navegantes	8.187	Bombinhas	2.007
Blumenau	6.619	Balneário Barra do Sul	1.978
Indaial	6.520	Timbó	1.759
Joinville	6.262	Balneário Gaivota	1.724
Gaspar	6.234	Garopaba	1.698
Camboriú	5.916	Tijucas	1.666
Chapecó	5.020	Pinhalzinho	1.515
São João Batista	4.773	Imbituba	1.336
Araquari	4.646	Ilhota	1.253
Guaramirim	3.745	Jaguaruna	1.185
Barra Velha	3.601	Passo de Torres	1.182
Penha	3.350	Capivari de Baixo	1.116
Içara	3.314	Nova Trento	1.086
Guabiruba	3.274	Herval d'Oeste	1.061
Biguaçu	3.078	Massaranduba	1.022

**Quadro 2**  
Principais municípios com saldo positivo nas trocas estabelecidas nos movimentos interestaduais e intraestaduais – Santa Catarina – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

No sentido oposto, dos 140 municípios com trocas líquidas negativas, 12 tiveram o pior desempenho com saldo negativo acima de mil pessoas. Todos são de regiões do interior do estado: cinco da Mesorregião Serrana (Lages, -5.911; Curitibanos, -2.652; Anita Garibaldi, -1.243; São Joaquim, -1.230; e Campos Novos, -1.084), quatro da Mesorregião Oeste Catarinense (Campo Erê, -1.329; Joaçaba, -1.984; Fraiburgo, -2.565; e Caçador, -3.630) e três da Mesorregião Norte Catarinense (Rio Negrinho, -2.362; São Bento do Sul, -1.286; e Canoinhas, -3.719). Desta última,

dois importantes polos moveleiros exportadores, Rio Negrinho e São Bento do Sul, tiveram esse desempenho provavelmente em função da crise internacional iniciada em 2008, com consequente diminuição de demanda por produtos dessa região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações trazidas na primeira seção deste capítulo demonstram ser Santa Catarina um estado com forte poder de atração de pessoas que buscam trabalho, em especial a porção litorânea centro-norte. Os dados apontaram grande concentração das atividades econômicas naquela parte do território, que foi acompanhada pelo agrupamento da população, tornando-a uma das regiões mais dinâmicas, não só do estado, mas também do país, visto que para lá se dirigem pessoas de todas as partes do Brasil.

Pode-se verificar uma nítida divisão estadual, com duas dinâmicas distintas: uma marcada por processos geradores de expulsão de população, seja por estagnação econômica ou pela modernização de processos produtivos, e outra caracterizada pela diversificação produtiva, pela industrialização e pela intensa urbanização, tornando-se importante espaço receptor de população. A primeira é encontrada nas mesorregiões Oeste Catarinense e Serrana, e a segunda, na porção leste do estado, composta pelas mesorregiões Norte Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense. No entanto, observam-se, internamente a estes espaços, dinâmicas diferenciadas relacionadas a algumas microrregiões, ou como forte receptoras ou como expulsoras de população.

Na Mesorregião Grande Florianópolis, são os municípios da microrregião de mesmo nome que atraem população. Eles vêm apresentando vigoroso crescimento populacional, juntamente com alguns municípios da microrregião de Tijucas, como São João Batista, que exibiu a maior taxa de crescimento no período 2000-2010 (5,9% a.a.), além de Tijucas, Nova Trento e Canelinha. Em contrapartida, todos os municípios da microrregião de Tabuleiro tiveram perda de população.

Igualmente, na Mesorregião Norte Catarinense, são os municípios da microrregião de Joinville que mais crescem e que apresentam os maiores PIB per capita, além de forte geração do PIB industrial, indicando região de atração pela demanda de empregos industriais. Também nessa condição se encontra São Bento do Sul, localizado na microrregião de mesmo nome, com grande presença da indústria moveleira e taxa de crescimento populacional de 1,4% ao ano. Já os demais municípios dessa microrregião e os da microrregião de Canoinhas mostram evasão populacional.

A mesorregião que se destaca pelo seu poder atrativo é a Vale do Itajaí, na qual 50% dos seus municípios (27) têm crescimento populacional superior à média estadual (1,55% a.a.), sendo que 12 deles apresentaram taxa de crescimento acima de 3% ao ano. A maioria dos municípios é litorânea, com forte demanda da construção civil, como Itapema, Bombinhas, Balneário Piçarras, Porto Belo, Balneário Camboriú, além de Navegantes, que vem se destacando por

sua atividade portuária. Em sentido oposto, os municípios que exibiram baixo crescimento, até mesmo com perda populacional, são aqueles pertencentes às microrregiões de Rio do Sul e Ituporanga, mais distantes da faixa litorânea do estado.

Numa posição intermediária aparece a Mesorregião Sul Catarinense, pois mesmo apresentando expansão moderada no conjunto de seus municípios, 25% deles tiveram crescimento superior à média estadual. No entanto, mais da metade teve crescimento muito baixo e até mesmo negativo, o que indica evasão populacional.

Entretanto, Santa Catarina apresenta duas grandes regiões com características de robusta evasão populacional: as mesorregiões Oeste Catarinense e Serrana. Estas vêm mostrando, ao longo das últimas décadas, crescimento populacional abaixo do vegetativo, indicando que mais pessoas saem do que entram nesses espaços.

A Mesorregião Oeste é a grande perdedora, ou seja, mais da metade dos 118 municípios que a compõem (53%) tiveram perda absoluta de população no período 2000/2010, enquanto outros 31% exibiram um crescimento abaixo do nível de reposição da população, isto é, apresentaram evasão de população. Nessa mesorregião, alguns poucos municípios mantêm saldo positivo nas trocas líquidas. Portanto, têm taxas de crescimento populacional significativas, a exemplo de Chapecó, Bom Jesus, Treze Tílias e Pinhalzinho, todos com índices acima de 2% ao ano. No entanto, somente Chapecó possui população elevada, acima de 180 mil pessoas, enquanto os demais são municípios de pequeno porte. Outros centros de pequeno e médio porte, que exercem baixa centralidade regional, tiveram crescimento mediano, a exemplo de Caçador, com 70 mil habitantes e crescimento de apenas 1,1% ao ano, bem como Joaçaba, São Miguel do Oeste, Xaxim e Videira, que possuem população total entre 25 mil e 50 mil habitantes, mas cresceram a taxas não superiores a 1,2% ao ano. Neste grupo de até 50 mil habitantes somente se destaca o município de Xanxerê, que exibiu expansão de 1,7% ao ano. No entanto, quando se observam as trocas líquidas migratórias, fica evidente que apenas Chapecó exerce importante função de centralidade regional, apresentando saldo positivo em torno de 5 mil pessoas entre 2005-2010. Os demais municípios, quando têm saldo positivo, este é bastante reduzido.

Diante desse quadro regional, fica evidente a importância que as transformações na estrutura produtiva tiveram para a recorrente e abrangente expulsão de população. Convém lembrar que no Oeste Catarinense o produtor familiar que não se adaptou aos avanços tecnológicos da agroindústria para atender aos padrões exigidos para a exportação viu-se obrigado a encontrar outros meios de vida, implicando mudança de cidade, de região e até de estado.

A Mesorregião Serrana, que exhibe a maior perda relativa de população, compondo a menor taxa de crescimento populacional entre as mesorregiões do estado, tem características bastante distintas daquelas observadas na Mesorregião Oeste Catarinense. Trata-se de uma área com elevado nível de concentração de terras e com economia estagnada, situação típica de

regiões que têm sua economia baseada na atividade madeireira. Ou seja, na Mesorregião Serrana, a expulsão é explicada por fatores de estagnação, enquanto na Oeste Catarinense são os elementos ligados à modernização que explicam a forte migração.

Na Serrana, metade dos municípios apresentou perda absoluta de população e nenhum teve taxa de crescimento populacional superior a 1,4% ao ano, à exceção de Otacílio Costa<sup>10</sup>, cujo índice ficou em torno de 1,5% ao ano.

Finalmente, dessas considerações, conclui-se que Santa Catarina possui duas grandes regiões com dinâmicas bem definidas em termos de atração/repulsão populacional – a faixa litorânea e o interior –, mas estas não se constituem em espaços homogêneos, pois abrigam diferenças internas importantes.

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, R. *Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil, 1980-1996*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1999.

CAMPOS, M. B.; BARBIERI, A. F. Considerações teóricas sobre as migrações de idosos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 30, 2013. Suplemento.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CERDAN, C. M. T.; POLICARPO, M. A. Sinergias e conflitos entre dinâmicas territoriais de desenvolvimento no litoral do estado de Santa Catarina. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 10, n. 2, 2013.

FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Santa Catarina em dados*. Florianópolis: FIESC, 2013.

FOLHA DE S. PAULO. Seção Cotidiano: Censo 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/censo-populacao.shtml>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de contas nacionais. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2011/default\\_base.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2011/default_base.shtm)>. Acesso em: 15 abr. 2014

MOURA, R.; KLEINKE, M. L. U. Espacialidades de concentração na rede urbana da Região Sul. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 1, n. 95, 3-26, jan./abr. 1999.

OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, T. R. O. (Org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos & análise: informação demográfica e socioeconômica. n.1).

<sup>10</sup> Neste município se encontra uma unidade fabril da Klabin, empresa do ramo de papel e celulose.

RAUD, C. *Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense*. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1999.

SIEBERT, C. Reorganização do espaço regional: especialização e diversificação produtiva em Rio de Janeiro Santa Catarina. In: ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

SIEBERT, C.; SPENGLER, B. A rede urbana de Santa Catarina abordagem trans-escalar. In: ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR, 13., 2009, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/>>. Acesso em: 5 jul. 2014.



# UMA ANÁLISE DO FLUXO MIGRATÓRIO NO RIO GRANDE DO SUL E SUAS MESORREGIÕES

*Marilene Dias Bandeira\**  
*Pedro Tonon Zuanazzi\*\**  
*Marilyn Agranonik\*\*\**  
*Vinicius Rauber e Souza\*\*\*\**

## INTRODUÇÃO

Trocas migratórias entre regiões fazem parte da história do homem. Conforme Hagen-Zanker (2008), a migração é tão antiga quanto a própria humanidade. Apesar disso, os estudos sobre migrações são relativamente recentes. Os primeiros modelos de análise surgiram apenas ao final do século XIX. Eles eram bastante primitivos e utilizavam conceitos da física, como a gravidade, para explicar os movimentos populacionais.

Modelos mais complexos passaram a ser formulados somente a partir da década de 1950, explicando, principalmente, as migrações campo-cidade. Só recentemente as teorias sobre migrações se tornaram mais elaboradas, envolvendo fatores macro e microeconômicos, além de motivações individuais e de grupo, que fazem com que diferentes tipos de pessoas migrem (HAGEN-ZANKER, 2008).

Atualmente, sabe-se que dentre as razões dos movimentos populacionais sobressaem-se questões econômicas, políticas, sociais e climáticas. Na história contemporânea, destaca-se como objetivo a procura por lugares com maior qualidade de vida e melhores condições de trabalho (QUEIROZ; SANTOS, 2009).

Este capítulo tem como objetivo analisar os movimentos migratórios do estado do Rio Grande do Sul e suas mesorregiões, relacionando as características socioeconômicas e as tendências históricas com os fluxos identificados nos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Dentro desta perspectiva, primeiramente é realizada uma revisão bibliográfica sobre o histórico das migrações no Rio Grande do Sul desde meados do século XX e uma caracterização do perfil das mesorregiões do estado. Destaca-se o fato de que, enquanto o crescimento populacional

\* Mestre em Demografia pela Universidade de Londres e graduada em Estatística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Técnica da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) e professora adjunta do Departamento de Estatística da UFRGS. mariband@fee.tche.br

\*\* Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutorando em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisador da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE). pedro@fee.tche.br

\*\*\* Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente e mestre em Epidemiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). marilyn.agranonik@gmail.com

\*\*\*\* Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e especialista em Saúde do Trabalhador pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). vinirauber@hotmail.com

do estado é menor do que o do Brasil desde a década de 1950, seu saldo migratório passou a ser negativo somente em 1970, assim permanecendo até o presente.

Posteriormente, são enfocados os fluxos e saldos migratórios do estado e de suas mesorregiões através da análise da variável de migração data fixa (em qual mesorregião o respondente residia cinco anos antes da pesquisa) para os períodos 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. Cabe salientar que, no último Censo, apenas duas das sete mesorregiões do Rio Grande do Sul tiveram saldo migratório positivo.

Na sequência, em duas seções separadas, são analisadas as migrações intraestaduais (entre as mesorregiões do estado, sem considerar os deslocamentos entre os municípios de uma mesma mesorregião) e as migrações interestaduais das mesorregiões do RS para os mesmos três períodos. Nas trocas interestaduais, permaneceu a tendência de perda populacional, principalmente para Santa Catarina. Nas trocas internas, manteve-se o deslocamento das mesorregiões com maior participação da agropecuária no PIB (Sudoeste e Noroeste) para as com maior PIB per capita e industrializadas (Nordeste e Metropolitana de Porto Alegre).

De forma geral, o presente estudo mostra que, enquanto alguns padrões migratórios se mantiveram, como o ganho por migração da Mesorregião Nordeste do RS, outros tiveram mudança, como o fato de a Mesorregião Noroeste não ser mais a de maior perda populacional por migração no estado, sendo substituída pela Mesorregião Sudoeste.

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA MIGRAÇÃO NO RS E CARACTERÍSTICAS ATUAIS DAS MESORREGIÕES DO ESTADO

### **Um histórico das migrações no Rio Grande do Sul**

Até a década de 40 do século passado, a taxa de crescimento do Rio Grande do Sul era superior à média do país. A partir dos anos 1950, o crescimento populacional do país tem sido maior do que o do estado. Isso ocorreu, em grande parte, devido à queda do saldo migratório do RS, aliado ao fato de a taxa de fecundidade do estado ser historicamente menor que a do Brasil.

A partir de 1970, as estatísticas revelam que o Rio Grande do Sul acumula saldos migratórios negativos. Apesar disso, as análises anteriores ao Censo 2010, em relação às trocas migratórias interestaduais, apontam que o estado deixou de ser classificado, nos últimos anos da década de 1990, como uma área de baixa evasão populacional (que perdia habitantes devido às trocas migratórias) para ser enquadrado como uma região de rotatividade migratória, em que continuam saindo, mas também entrando migrantes (JARDIM; BARCELLOS, 2011).

Até o início da década de 1970, o Rio Grande do Sul manteve a tendência nacional de concentração espacial das atividades econômicas na região de Porto Alegre, com a respectiva concentração populacional e êxodo rural, em especial através de migrações intraestaduais (KOUCHER, 2006).

Entre os anos 1980 e 1990, a Região Metropolitana de Porto Alegre enfrentou uma pequena redução na taxa de crescimento, apresentando uma queda mais acentuada entre 1990 e 2000 (ETCHEVERRY, 2007). Na esteira deste fenômeno, especialmente a partir do início da década de 1990, houve uma relativa dispersão da população, com a descentralização do espaço urbano metropolitano da região – apesar da manutenção da sua primazia –, permitindo o crescimento de outros centros urbanos no interior do estado, como os aglomerados em torno de Pelotas e Caxias do Sul (KOUCHER, 2006). Além disso, a partir dos anos 1990, a parcela próxima à aglomeração urbana do litoral norte (de Osório) também apresentou crescimento significativo (MAMMARELLA et al., 2013).

Desde a década de 1940, o crescimento nas regiões urbanas do Rio Grande do Sul já era maior do que nas áreas rurais. Em 2010, a população urbana no RS representava mais de 85% (JARDIM; BARCELLOS, 2011), frente a um pouco mais de 40% na década de 1960. Essa proporção mais que dobrou até 2010, com a grande maioria dos habitantes do estado habitando territórios urbanos. Este dado fornece uma breve noção do que foi o processo migratório em direção aos centros urbanos nos últimos 50 anos (KOUCHER, 2006).

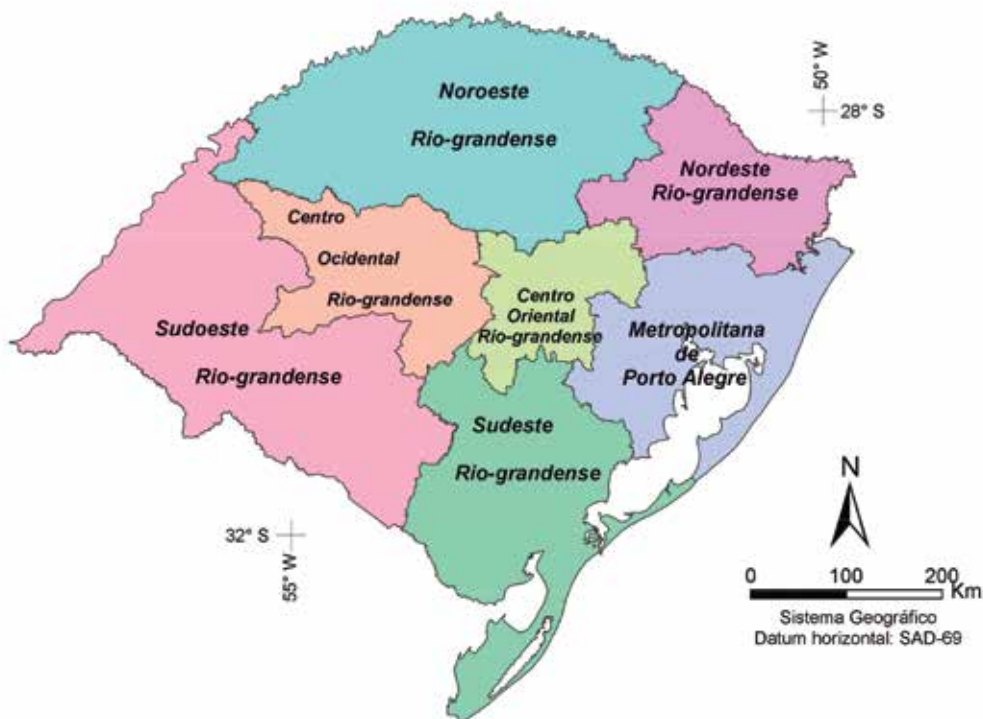
Além disso, enquanto o estado se expandia em termos populacionais a um ritmo pouco maior do que 1%, a taxa média anual de crescimento das cidades era de cerca de 3% na década de 1970, recuando para 2% nos anos 1990. Ao mesmo tempo em que a população residente nos centros urbanos aumentava, este crescimento diminuía gradualmente a cada período. O grande aumento demográfico de cidades como Porto Alegre, Canoas e Viamão ocorreu até a década de 1950, sendo que nos anos seguintes este incremento diminuiu de magnitude. (KOUCHER, 2006). Entre 2000 e 2010, 52% dos municípios tiveram taxas de crescimento total negativas, enquanto outros 18% cresceram a taxas abaixo da média estadual.

### **Características socioeconômicas das mesorregiões do Rio Grande do Sul**

Conforme Hagen-Zanker (2008, p. 5), a literatura identifica três níveis de fatores – que implicam a decisão de as pessoas migrarem: o nível micro, o meso e o macro. No nível micro estariam os seus valores individuais e suas preferências pelo ambiente; no nível meso estaria sua rede de contatos, suas amizades e suas relações de parentesco; e no macro estaria a demanda por trabalho e o desenvolvimento econômico.

A fim de possibilitar o entendimento das migrações no RS em um âmbito macro, essa seção faz uma revisão das características socioeconômicas do estado e de suas mesorregiões, cuja divisão geográfica está representada no Mapa 1.

O RS atingiu, no Censo 2010, uma população de 10,69 milhões de habitantes, sendo 85,1% urbana. Com um PIB per capita de R\$ 23,61 mil em 2010, é o quinto maior dentre as unidades da Federação, atrás do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. O setor de serviços representava 62,1% da produção total, enquanto a indústria e a agropecuária participavam com 29,2% e 8,7% respectivamente.



**Figura 1**  
Mesorregiões geográficas (IBGE) – Rio Grande do Sul – 2009

Fonte: Mapas FEE (2013).

Nota: Dados brutos – Cartografia IBGE.

A Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre possui a maior população, com 4,74 milhões de habitantes (44,4% do total do estado), sendo a mais urbanizada, com 93,9% de sua população residente em área urbana, além de possuir a maior densidade demográfica: 159,5 habitantes por km<sup>2</sup> (frente um índice de 39,8 no RS). É formada pela capital, seu entorno e o litoral norte, e representa quase metade do PIB do estado (48,8%), sendo os setores de serviços e indústria os mais relevantes. Na indústria, cabe destaque para o refino de petróleo e a indústria de transformação.

Abrangendo a serra gaúcha e os altos de cima da serra, a Mesorregião Nordeste Rio-grandense responde por 12,5% do PIB do estado, enquanto sua população representa apenas 9,7%. É a mesorregião com maior renda per capita, equivalente a R\$ 29,96 mil (frente aos R\$ 23,61 mil do estado). A indústria corresponde a 40,1% do seu PIB, maior percentual dentre todas as mesorregiões, tendo a fabricação de caminhões e ônibus e a de peças e acessórios para veículos automotores uma forte participação. Seu principal município é Caxias do Sul.

A Mesorregião Noroeste Rio-grandense possui a segunda maior população do estado, representando 18,2% do total. Enquanto os municípios do extremo norte (junto ao Rio Uruguai)

são formados principalmente por pequenas propriedades familiares, o sul dessa região se caracteriza pela produção em escala de soja e milho. A participação da agropecuária no PIB (19,1%) é superior ao dobro da representação deste setor no PIB do RS. Passo Fundo é seu principal município.

A Mesorregião Centro Oriental possui a segunda maior densidade demográfica entre as mesorregiões do estado, com 45,3 habitantes por km<sup>2</sup>, e tem a menor área (17,2 mil km<sup>2</sup>) e a de menor urbanização (69,8%). Seus percentuais de participação da indústria e da agropecuária no PIB (35,5% e 12,6%) são maiores do que as participações desses setores no estado. Fumo e fabricação de cigarro possuem importância na região. Seu principal município é Santa Cruz do Sul.

A Mesorregião Centro Ocidental é a com menor número de habitantes: aproximadamente 537 mil, equivalentes a 5% do estado em 2010, enquanto sua participação no total do PIB é de 3,4%. Isso resulta no menor PIB per capita dentre todas as mesorregiões, de R\$ 16,02 mil ao ano, perante R\$ 23,61 mil do RS. Tendo a agropecuária um peso significativo no seu PIB (17,0%) – aproximadamente duas vezes maior do que a participação do setor no PIB do estado –, destacam-se o cultivo de cereais para grãos e a criação de bovinos como atividades importantes em sua renda. Seu principal município é Santa Maria.

Fazendo fronteira com a Argentina e o Uruguai, a Mesorregião Sudoeste Rio-grandense possui a menor densidade demográfica do RS: apenas 11,5 habitantes por km<sup>2</sup>, frente os 39,77 do estado, além de possuir o segundo menor PIB per capita, de apenas R\$ 17,56 mil por ano. É a mesorregião com maior participação da agropecuária no PIB (23,8%), tendo a produção de arroz e o rebanho de bovinos importantes participações. É a segunda maior mesorregião em área, representando 23,3% do total do RS. Uruguiana e Bagé são seus principais municípios.

A Mesorregião Sudeste representa 8,5% da população do RS e 7,0% do PIB. Atualmente destacam-se na sua indústria a fabricação de óleos vegetais e o beneficiamento de arroz, mas também tem significativa importância o polo naval de Rio Grande, com um grande potencial de desenvolvimento para a região na década de 2010. Seu principal município é Pelotas.

### AS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS NO RIO GRANDE DO SUL E AS DAS MESORREGIÕES DO ESTADO COM TODAS AS MESORREGIÕES DO BRASIL, INCLUINDO O RS

Conforme apresentado na Subseção 2.1, o Rio Grande do Sul possui, desde a década de 1970, um saldo migratório negativo, ou seja, o estado tem um contingente maior de emigrantes do que de imigrantes. Esse saldo migratório negativo foi de 24,6 mil pessoas no período 1986-1991, passando para 39,5 mil entre 1995-2000 e atingindo o patamar de 74,7 mil entre 2005-2010 (Tabela 1). O aumento da perda por migração apresentado nos três últimos censos

se reflete na taxa líquida migratória (saldo migratório no período sobre a população total com cinco anos ou mais de idade), que passou de -0,30% em 1986-1991 para -0,74% em 2005-2010.

De maneira geral, aumentou o fluxo migratório no RS (imigrantes + emigrantes), de 253,2 mil para 279,9 mil, do primeiro ao último Censo analisado. Ao passo que o número de imigrantes diminuiu entre os períodos, passando de 114,3 mil em 1986-1991 para 102,6 mil em 2005-2010, a parcela de emigrantes cresceu, passando de 138,9 mil para 177,3 mil.

Assim, assistiu-se a uma elevação da parcela de emigrantes no total daqueles que migraram. Isso pode ser averiguado por meio do índice de eficácia migratória, que consiste na divisão entre o saldo migratório e o fluxo migratório total. Quando seu valor é negativo, houve mais emigrantes que imigrantes. Se o valor for zero, os contingentes foram iguais. E quando seu valor é positivo, o número de imigrantes foi maior. Nas situações extremas de haver somente emigrantes ou somente imigrantes, os valores seriam -1 e 1, respectivamente. No caso do RS, o índice de eficácia se tornou mais negativo ao longo dos três períodos, indicando o aumento da proporção de emigrantes no total de migrantes.

**Tabela 1**

**Imigrantes e emigrantes interestaduais de data fixa, saldo migratório, taxa líquida migratória, fluxo migratório e índice de eficácia no Rio Grande do Sul – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010**

Períodos	Imigrantes <sup>(1)</sup>	Emigrantes	Saldo migratório	Taxa migratória líquida (%)	Fluxo migratório	Índice de eficácia
2005-2010	102.613	177.263	-74.650	-0,74	279.876	-0,2667
1995-2000	113.395	152.890	-39.495	-0,42	266.284	-0,1483
1986-1991	114.295	138.854	-24.559	-0,30	253.150	-0,0970

Fonte: Censo Demográfico (1993, 2000, 2010).

Nota: Elaboração própria.

(1) Não foram contabilizados os imigrantes com UF de origem não especificada e os estrangeiros.

Na Tabela 2, pode-se visualizar que, no período 2005-2010, cinco mesorregiões do estado tiveram saldo migratório negativo, enquanto apenas duas obtiveram ganho populacional por migração. São elas, em ordem de perda absoluta da população, as mesorregiões Noroeste Rio-grandense (-50,7 mil), Sudoeste Rio-grandense (-27,6 mil), Centro Ocidental Rio-grandense (-9,2 mil), Sudeste Rio-grandense (-7,6 mil) e Metropolitana de Porto Alegre (-2,6 mil). As mesorregiões que obtiveram saldo migratório positivo foram a Nordeste Rio-grandense (21,2 mil) e a Centro Oriental Rio-grandense (2,2 mil) – as duas com maior participação da indústria no PIB.

Cabe destaque para a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, de maior população no estado, que historicamente possui uma tendência de concentração populacional e que, no entanto, vem passando por um processo de desconcentração nas últimas décadas. Apesar de possuir características de atração populacional, sendo uma região urbana e industrializada, concentrando quase metade do PIB do RS, seu saldo migratório vem declinando significativamente nos últimos três censos, tendo atingido um número aproximadamente nulo (-2,6 mil) no período 2005-2010, após resultados positivos de 103,9 mil, no período

1986-1991, e de 65,7 mil, no período 1995-2000. Essa perda resultou na queda da sua taxa líquida migratória, que foi de 3,07% em 1986-1991 para -0,06% em 2005-2010. Além disso, houve diminuição do fluxo migratório total, embora ainda continue sendo o mais elevado dentre as mesorregiões.

A Mesorregião Noroeste Rio-grandense – a de maior perda populacional por migração e com a segunda taxa líquida migratória mais negativa no último período – reduziu mais da metade do seu saldo migratório negativo, de -114,6 mil no período 1986-1991, para -99,3 mil em 1995-2000, e -50,7 mil entre 2005-2010. Possui elevada participação da agropecuária no PIB (em comparação ao RS), o que é associado à tendência de perda populacional por migração. Apesar do seu saldo migratório negativo, a mesorregião foi a segunda com maior população e a segunda com maior fluxo de pessoas (imigrantes + emigrantes) no estado no período 2005-2010.

Em tendência oposta, o saldo migratório negativo na Mesorregião Sudoeste Rio-grandense vem progressivamente aumentando, indo de -12,0 mil entre 1986-1991 para -19,9 mil em 1995-2000 e atingindo -27,6 mil em 2005-2010. Ou seja, esse valor mais do que dobrou do período 1986-1991 para o período 2005-2010, o que fez da mesorregião a de taxa migratória líquida mais negativa no último período analisado, com o valor de -4,09% (ultrapassando a Mesorregião Noroeste). Seu saldo migratório negativo está ligado às características socioeconômicas da região, baseadas na agropecuária de grandes extensões de terras, possuindo o segundo menor PIB per capita e a menor densidade demográfica do estado.

A Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense é a terceira com maior saldo migratório negativo no estado (-9,2 mil) e também a terceira com taxa líquida migratória mais negativa (-1,81%). Apesar de ser a mesorregião com menor PIB per capita do RS, é também a com menor população. Historicamente, apresenta períodos de alternância em seu saldo migratório. Entre 1986 e 1991, já havia tido uma perda elevada (-4,2 mil), ao contrário do período entre 1995 e 2000, em que teve apenas um pequeno saldo migratório negativo (-1,4 mil).

A Mesorregião Sudeste Rio-grandense, a despeito de possuir o polo naval de Rio Grande, apresentou, nos três últimos censos, um saldo migratório negativo relativamente pequeno em termos absolutos. Este saldo oscilou de -5,3 mil em 1986-1991 para -9,4 mil em 1995-2000 e -7,6 mil em 2005-2010. Suas taxas líquidas migratórias também foram pequenas em módulo, em torno de 1% para todos os períodos quinquenais.

Na porção Centro Oriental Rio-grandense, há um pequeno saldo migratório positivo de 2,2 mil habitantes, de acordo com o Censo Demográfico (2010). Apesar de ser a região com menor taxa de urbanização, esse saldo se explica devido à industrialização em função da produção fumageira. O saldo oscilou nos períodos analisados: era negativo entre 1986-1991 (-2,4 mil), passou a ser positivo no período posterior (5,9 mil), permanecendo positivo entre 2005-2010, mas com menor volume. Trata-se de uma área de rotatividade, com taxa líquida migratória abaixo de 1%, em módulo, em todos os períodos.

Finalmente, a Nordeste Rio-grandense é a mesorregião com maior ganho populacional nas trocas líquidas do estado no período 2005-2010, com um saldo positivo de 21,2 mil. Este valor é quase o dobro do registrado no período 1986-1991 (11,6 mil), ainda que este patamar tenha sido atingido entre 1995-2000 (saldo positivo de 19,4 mil), com apenas um pequeno aumento no resultado do último Censo. De fato, sua taxa líquida migratória teve uma pequena redução nos dois últimos períodos, passando de 2,28% para 2,14%. Sua atração populacional ocorre em função de ser uma área que gira em torno da indústria automotiva e que tem a maior renda per capita do RS.

Tabela 2

Imigrantes e emigrantes das mesorregiões do RS com as demais do Brasil, incluindo do RS, de data fixa, saldo migratório, taxa líquida migratória, fluxo migratório e índice de eficácia<sup>(1)</sup> das mesorregiões do RS – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Períodos e Mesorregiões	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Taxa migratória (%)	Fluxo migratório	Índice de eficácia
<b>2005-2010</b>						
Noroeste Rio-grandense	57.882	108.629	-50.748	-2,76	166.511	-30,48
Nordeste Rio-grandense	64.702	43.472	21.230	2,14	108.174	19,63
Centro Ocidental Rio-grandense	24.979	34.149	-9.170	-1,81	59.128	-15,51
Centro Oriental Rio-grandense	31.285	29.112	2.173	0,30	60.397	3,60
Metropolitana de Porto Alegre	134.455	137.027	-2.572	-0,06	271.482	-0,95
Sudoeste Rio-grandense	23.463	51.086	-27.623	-4,09	74.549	-37,05
Sudeste Rio-grandense	26.252	33.875	-7.623	-0,89	60.127	-12,68
<b>1995-2000</b>						
Noroeste Rio-grandense	52.547	151.813	-99.266	-5,51	204.360	-48,57
Nordeste Rio-grandense	55.690	36.276	19.414	2,28	91.966	21,11
Centro Ocidental Rio-grandense	27.662	29.017	-1.355	-0,28	56.679	-2,39
Centro Oriental Rio-grandense	34.893	28.967	5.926	0,88	63.860	9,28
Metropolitana de Porto Alegre	182.923	117.177	65.746	1,64	300.100	21,91
Sudoeste Rio-grandense	25.808	45.694	-19.886	-2,93	71.502	-27,81
Sudeste Rio-grandense	24.877	34.281	-9.404	-1,15	59.158	-15,90
<b>1986-1991</b>						
Noroeste Rio-grandense	52.779	167.374	-114.597	-6,56	220.153	-52,05
Nordeste Rio-grandense	47.165	35.579	11.586	1,63	82.744	14,00
Centro Ocidental Rio-grandense	26.831	31.000	-4.169	-0,96	57.831	-7,21
Centro Oriental Rio-grandense	31.867	34.279	-2.412	-0,40	66.146	-3,65
Metropolitana de Porto Alegre	205.236	101.312	103.924	3,07	306.548	33,90
Sudoeste Rio-grandense	28.467	40.450	-11.983	-1,92	68.917	-17,39
Sudeste Rio-grandense	22.059	27.402	-5.343	-0,72	49.461	-10,80

Fonte: Censo Demográfico (1993, 2000, 2010).

Nota: Elaboração própria.

Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros.

(1) Inclui outras mesorregiões do RS e resto do Brasil.



## MIGRAÇÕES INTRAESTADUAIS ENTRE AS MESORREGIÕES NO RIO GRANDE DO SUL

A análise das migrações entre as mesorregiões no estado representa uma tentativa de compreender os fenômenos econômicos e sociais que influenciam os movimentos populacionais. No anexo desse trabalho, constam as matrizes de migrações entre as mesorregiões do RS para os períodos 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. Especificamente para o período 2005-2010, o Mapa 2 apresenta os fluxos migratórios ocorridos entre as mesorregiões.

O número de pessoas que trocaram de mesorregião dentro do estado diminuiu. No período 1986-91, migraram 302,6 mil pessoas, passando para 294,4 mil em 1995-2000, e para 261,4 mil em 2005-2010. Apesar disso, permaneceu a tendência de deslocamento das mesorregiões com maior participação da agropecuária no PIB (Sudoeste e Noroeste) para as com maior PIB per capita e industrializadas (Metropolitana de Porto Alegre e Nordeste). Entretanto, cabe ressaltar que há diferenças expressivas nas tendências dos saldos migratórios internos dessas mesorregiões ao longo dos três períodos. A Tabela 3 apresenta um resumo dos saldos migratórios e das taxas líquidas migratórias entre as mesorregiões gaúchas.

A Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, principalmente por ser a de maior população (além de conter a capital), apresentou fluxo migratório (imigrantes + emigrantes) elevado com todas as demais mesorregiões em todos os períodos analisados. Em 2005-2010, esse fluxo foi de 153,2 mil pessoas. Embora o saldo migratório dessa mesorregião com todo o Brasil seja negativo (conforme apresentado na Seção 3), somente com as mesorregiões do RS ele é positivo, sendo o maior nos três períodos analisados, porém decrescente: era de 91,9 mil em 1986-1991, passando para 66,3 mil em 1995-2000 e caindo para 26,2 mil em 2005-2010. Em 1986-1991, era a mesorregião com a maior taxa líquida migratória interna (saldo migratório sobre a população), de 2,71%. Em 2005-2010, a taxa líquida foi de apenas 0,59%. Como pode ser visualizado no Mapa 2, no último período, ganhou população, principalmente das mesorregiões com maior participação da agropecuária no PIB: Noroeste e Sudoeste.

Em sentido oposto, a região da serra (Mesorregião Nordeste) – com maior PIB per capita e a mais industrializada – obteve saldos migratórios internos crescentes: de 10,5 mil em 1986-1991, para 17,1 mil em 1995-2000, e 22,6 mil no último censo. Entre os três períodos, sua taxa líquida migratória interna subiu de 1,48% para 2,27% (tornando-se a maior do RS). De forma semelhante à Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, a região serrana obteve ganho populacional devido, principalmente, às trocas realizadas com as mesorregiões Sudoeste e Noroeste.

A Mesorregião Noroeste rio-grandense (de elevada participação da agricultura em seu PIB) historicamente perde população por migração interna. Contudo, assim como ocorre nas trocas com todo o Brasil (ver Seção 3), essa perda com as demais mesorregiões do RS tem apresentado tendência de redução. Sua taxa líquida migratória foi de -4,8% em 1986-1991, passando para -3,8% em 1995-2000 e alcançando -1,4% em 2005-2010, deixando de ser a

menor do estado nesse último período. Suas principais perdas por migração foram para a Região Metropolitana de Porto Alegre e para a Nordeste.

**Tabela 3**

**Número de imigrantes e emigrantes de data fixa entre as mesorregiões do Rio Grande do Sul, saldos migratórios e taxas líquidas migratórias – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010**

Períodos e mesorregiões	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Taxa migratória (%)
<b>2005-2010</b>				
Noroeste Rio-grandense	37.547	62.871	-25.324	-1,38
Nordeste Rio-grandense	49.840	27.257	22.583	2,27
Centro Ocidental Rio-grandense	20.041	23.917	-3.876	-0,77
Centro Oriental Rio-grandense	27.108	23.541	3.567	0,49
Metropolitana de Porto Alegre	89.711	63.538	26.173	0,59
Sudoeste Rio-grandense	18.812	38.908	-20.096	-2,97
Sudeste Rio-grandense	18.358	21.385	-3.027	-0,35
<b>1995-2000</b>				
Noroeste Rio-grandense	32.256	100.763	-68.507	-3,80
Nordeste Rio-grandense	38.487	21.356	17.131	2,01
Centro Ocidental Rio-grandense	22.694	22.577	117	0,02
Centro Oriental Rio-grandense	30.881	24.034	6.847	1,01
Metropolitana de Porto Alegre	130.230	63.943	66.287	1,65
Sudoeste Rio-grandense	21.496	37.190	-15.694	-2,31
Sudeste Rio-grandense	18.377	24.558	-6.181	-0,75
<b>1986-1991</b>				
Noroeste Rio-grandense	30.003	113.171	-83.168	-4,76
Nordeste Rio-grandense	32.797	22.269	10.528	1,48
Centro Ocidental Rio-grandense	22.802	25.448	-2.646	-0,61
Centro Oriental Rio-grandense	26.936	29.529	-2.593	-0,43
Metropolitana de Porto Alegre	148.581	56.663	91.918	2,71
Sudoeste Rio-grandense	23.945	34.330	-10.385	-1,66
Sudeste Rio-grandense	17.540	21.194	-3.654	-0,49

Fonte: Censo Demográfico (1993, 2000, 2010).

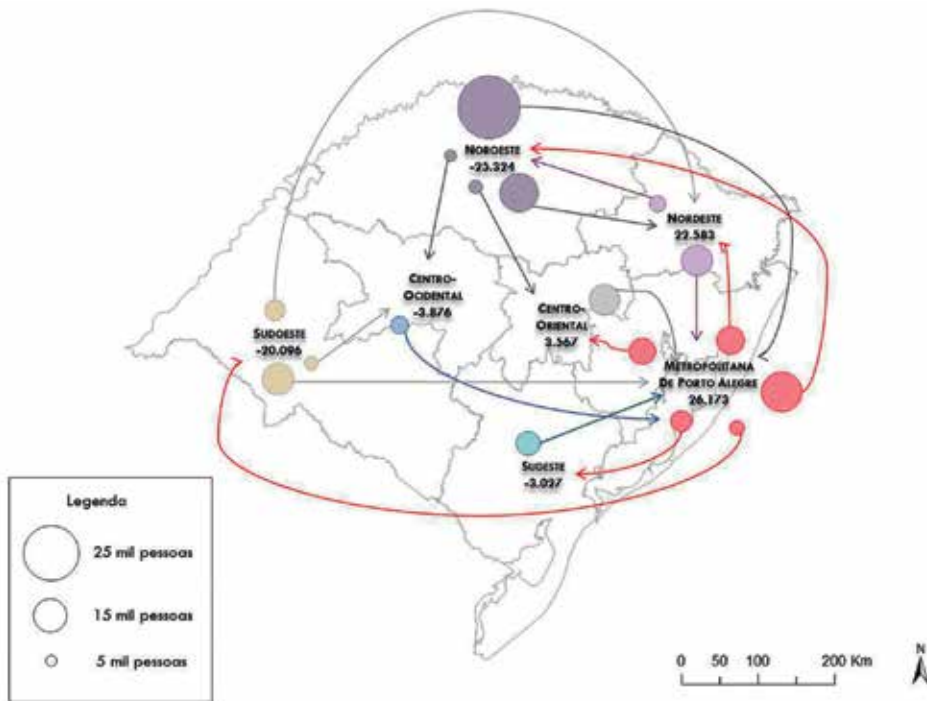
Nota: Elaboração própria.

Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros.

Com tendência inversa está a Mesorregião Sudoeste, em que a perda populacional interna vem aumentando nos períodos (assim como ocorre com suas trocas com todo o Brasil, conforme apresentado na Seção 3). Sua taxa líquida migratória interna foi de -1,7% em 1986-1991, -2,3% em 1995-2000 e -3,0% em 2005-2010 (tornando-se a menor do RS). Nesse último período, seu saldo atingiu o contingente de -20,1 mil pessoas. Sendo a mesorregião com a maior participação da agropecuária no PIB e com o segundo menor PIB per capita, perde população para

as mesorregiões com maior PIB per capita do estado – a Nordeste e a Metropolitana de Porto Alegre –, assim como ocorre com a Noroeste.

As mesorregiões Centro Oriental, Sudeste e Centro Ocidental não tiveram saldo migratório interno expressivo no período 2005-2010, tendo sido, respectivamente, de 3,6 mil, -3,0 mil e -3,9 mil. Essas três mesorregiões perderam população, principalmente, para a Metropolitana de Porto Alegre e Nordeste, como pode ser verificado no Mapa 2. Além disso, cabe destaque que o saldo positivo da Centro Oriental deve-se, principalmente, a ganhos com a Mesorregião Noroeste.



**Figura 2**  
Principais fluxos migratórios entre as mesorregiões do RS e saldos migratórios totais, 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota: Estão representadas as saídas com mais de 5 mil pessoas.

## SALDOS E FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS DAS MESORREGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL

<b>Tabela 4</b>				
<b>Número de imigrantes e emigrantes, saldos migratórios e taxas líquidas migratórias das mesorregiões do Rio Grande do Sul com os demais estados do Brasil – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010</b>				
<b>Períodos e mesorregiões</b>	<b>Imigrantes</b>	<b>Emigrantes</b>	<b>Saldo migratório</b>	<b>Taxa migratória líquida(%)</b>
<b>2005-2010</b>				
Noroeste Rio-grandense	20.336	45.758	-25.422	-1,38
Nordeste Rio-grandense	14.862	16.217	-1.355	-0,14
Centro Ocidental Rio-grandense	4.938	10.232	-5.294	-1,05
Centro Oriental Rio-grandense	4.177	5.571	-1.394	-0,19
Metropolitana de Porto Alegre	44.744	73.488	-28.744	-0,65
Sudoeste Rio-grandense	4.651	12.179	-7.528	-1,11
Sudeste Rio-grandense	7.894	12.490	-4.596	-0,54
<b>1995-2000</b>				
Noroeste Rio-grandense	20.292	51.050	-30.758	-1,71
Nordeste Rio-grandense	17.203	14.920	2.283	0,27
Centro Ocidental Rio-grandense	4.968	6.441	-1.473	-0,30
Centro Oriental Rio-grandense	4.012	4.932	-920	-0,14
Metropolitana de Porto Alegre	52.693	53.233	-540	-0,01
Sudoeste Rio-grandense	4.312	8.506	-4.194	-0,62
Sudeste Rio-grandense	6.500	9.723	-3.223	-0,39
<b>1986-1991</b>				
Noroeste Rio-grandense	22.774	54.203	-31.429	-1,80
Nordeste Rio-grandense	14.368	13.309	1.059	0,15
Centro Ocidental Rio-grandense	4.029	5.553	-1.524	-0,35
Centro Oriental Rio-grandense	4.931	4.750	181	0,03
Metropolitana de Porto Alegre	56.655	44.651	12.004	0,35
Sudoeste Rio-grandense	4.522	6.119	-1.597	-0,26
Sudeste Rio-grandense	4.519	6.209	-1.690	-0,23

Fonte: Censo Demográfico (1993, 2000, 2010).

Nota: Elaboração própria.

Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros

Conforme apresentado na Tabela 1 (Seção 3), o número de pessoas que imigram para o estado reduziu-se de 114,3 mil no Censo 1991 para 102,6 mil no Censo 2010. Por outro lado, o número de emigrantes aumentou no mesmo período (de 138,9 mil para 177,3 mil), o que provocou um crescimento no saldo migratório negativo do Rio Grande do Sul.

Ao acompanhar a evolução dos saldos migratórios e das taxas líquidas migratórias das mesorregiões do RS com os demais estados do Brasil (Tabela 4), verifica-se que, no período 2005-2010, nenhuma das mesorregiões do estado obteve um número de imigrantes superior ao número de emigrantes. Ou seja, todas tiveram saldos migratórios negativos. Enquanto alguns padrões de migração das mesorregiões são semelhantes aos encontrados nas trocas totais (interestadual e intraestadual – Seção 3), outros se mostram bastante divergentes.

A Mesorregião Noroeste Rio-Grandense foi a única que reduziu suas perdas por migrações nas trocas interestaduais entre 1995-2000 e 2005-2010, tanto em saldo quanto na taxa líquida migratória. Contudo, ao passo que nas trocas totais (Seção 3) deixou de ser a mesorregião com taxa líquida migratória mais negativa, nas trocas interestaduais continuou sendo a de maior evasão proporcional.

Nas trocas interestaduais, a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre foi a de maior perda populacional em números absolutos, enquanto que nas trocas intraestaduais (Seção 4), ela foi a de maior ganho populacional em números absolutos. Em outras palavras, a mesorregião com maior população e maior PIB do estado importou pessoas do RS e exportou para os demais estados do Brasil.

A Mesorregião Nordeste, que em 1995-2000 era a única que havia apresentado ganho populacional com os demais estados brasileiros, obteve a menor perda interestadual por migração em 2005-2010. Uma vez que seu saldo interestadual é negativo, pode-se afirmar que a razão pela qual essa mesorregião possui um saldo migratório elevado com todo o Brasil (Seção 3) deve-se somente às suas trocas migratórias com as mesorregiões do RS (Seção 4).

A Mesorregião Sudoeste obteve taxas líquidas migratórias interestaduais mais negativas ao longo dos períodos, assim como suas trocas totais. Também se tornaram mais negativas as taxas de Centro Ocidental, Centro Oriental e Sudeste.

No apêndice deste capítulo estão disponíveis as trocas migratórias do RS e suas mesorregiões com todos os estados brasileiros nos três períodos analisados. Estudando os fluxos migratórios do RS com as macrorregiões do Brasil, destaca-se o fato de que com nenhuma delas o estado apresentou saldo migratório positivo. A relação com a Região Nordeste é a que obteve o menor saldo migratório negativo (-433 pessoas).

A maior parte desta perda populacional foi por conta das trocas migratórias com os estados da Região Sul do Brasil, correspondendo a 64,9 mil, 87% de todo o saldo negativo do RS no Censo 2010. Somente para o estado de Santa Catarina a perda populacional foi de 60,0 mil habitantes, equivalente a 80,7% da perda total. As mesorregiões gaúchas com saldos migratórios mais negativos nas trocas com Santa Catarina foram a Metropolitana de Porto Alegre (-23,1 mil) e a Noroeste Rio-grandense (-18,4 mil).

Dentre as mesorregiões gaúchas, algumas apresentaram ganho populacional por migração em relação a algumas regiões do país, mas, em geral, foram saldos muito pequenos. Destaca-

-se, porém, o ganho da Mesorregião Sudeste em relação ao estado do Rio de Janeiro (1,6 mil pessoas) e da Região Nordeste em relação ao Paraná (0,9 mil pessoas).

A Tabela 5 apresenta, para cada mesorregião do RS, as três UFs com menor saldo migratório e as três com maior saldo migratório.

Com relação à origem da população imigrante, de acordo com o Censo Demográfico (2010), quase a metade era proveniente da Região Sul do Brasil (48,5 mil), seguida pelos imigrantes da Região Sudeste (27,3 mil, mais da metade dessa população vinda de São Paulo). Por outro lado, nos períodos 1986-1991 e 2005-2010, o percentual de imigrantes da Região Sul do país diminuiu de 58,5% para 47,7%, enquanto o da Região Sudeste aumentou de 22,1% para 26,8%. Também cresceu o percentual de migrantes oriundos da Região Nordeste, de 5,5% para 10,4%.

Somente o estado de Santa Catarina foi responsável por 31,2% do total dos imigrantes do RS no período 2005-2010, muito em função da proximidade geográfica. Nota-se que as mesorregiões que mais receberam imigrantes de SC são justamente as que ficam na porção norte do Rio Grande do Sul, sendo esse estado responsável por cerca de 40% dos imigrantes no Nordeste e Noroeste gaúcho.

As únicas mesorregiões que não receberam migrantes com maior proporção do Sul são a Sudoeste Rio-grandense e a Sudeste Rio-grandense. Nelas é maior o número de pessoas oriundas do Sudeste, sendo a maioria do Rio de Janeiro. Possibilidades para este fato residem na maior distância geográfica dessas mesorregiões com o estado de Santa Catarina e na existência da região portuária de Rio Grande, localizada na mesorregião Sudeste Rio-grandense, onde os imigrantes do Sudeste do país chegam a 49%.

No que tange às emigrações, há um fluxo populacional similar ao das imigrações, com ainda maior intensidade para os estados da Região Sul e Sudeste do país, em especial para Santa Catarina, que concentra 52% dos emigrantes gaúchos. Mas, ao contrário do que ocorre com os imigrantes, o percentual de emigrantes para o Sul aumentou nos períodos 1986-1991 e 2005-2010, passando de 53% (71,8 mil pessoas) para 64% (113,4 mil pessoas). Por outro lado, há uma diminuição do número de emigrantes para o Centro-Oeste do país (terceiro maior destino) no mesmo período, de 18% para 9%. Outra diferença, em relação aos imigrantes, são duas exceções: o número de emigrantes das mesorregiões do sul do estado (Sudeste e Sudoeste) não foi maior para a Região Sudeste do Brasil do que para a Região Sul do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar, com base nos dados analisados, os movimentos migratórios no estado do Rio Grande do Sul, bem como atentar para as tendências de deslocamentos da população no território. A perda de população relacionada às migrações passou de 24,6 mil no Censo 1991 para 74,7 mil no Censo 2010. Nesse mesmo período, o número de pessoas que imigram

para o estado reduziu-se de 114,3 mil para 102,6 mil, e o número de emigrantes aumentou de 138,9 mil para 177,3 mil. Destaca-se que o RS possui saldo migratório negativo desde a década de 70.

No período 2005-2010, com nenhuma macrorregião do país o Rio Grande do Sul apresentou saldo migratório positivo. De todo o saldo migratório negativo, 87,3% ocorreu nas trocas com a Região Sul (o estado de Santa Catarina obteve 80,7% da perda populacional do RS por migração). A segunda maior perda foi para a Macrorregião Centro-Oeste (7,7%). Em comparação com os dados do Censo de 1991, houve um aumento do fluxo migratório para o Sudeste e uma diminuição para o Centro-Oeste.

Cinco mesorregiões do estado tiveram saldo migratório negativo, enquanto apenas duas obtiveram ganho populacional. As que mais perderam população em números absolutos foram as mesorregiões Noroeste Rio-grandense (-50,7 mil) e Sudoeste Rio-grandense (-27,6 mil), enquanto as que obtiveram saldo migratório positivo foram a Nordeste Rio-grandense (21,2 mil) e a Centro Oriental Rio-grandense (2,2 mil) – exatamente as duas mesorregiões com maior participação da indústria no PIB.

Ao analisar as tendências entre os três últimos censos, verificam-se algumas diferenças: embora a Mesorregião Noroeste permaneça sendo a com saldo migratório mais negativo, sua tendência é de decréscimo a cada Censo, tendo deixado de ser a mesorregião com taxa líquida migratória mais negativa. Em sentido inverso, a Mesorregião Sudoeste vem aumentando suas perdas por migração, tornando-se a de taxa líquida migratória mais negativa.

Destaca-se, também, a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, de maior população e maior PIB no estado, mas que passou por um processo de redução do fluxo migratório total, não tendo apresentado, no último Censo, ganho populacional por migração. Seu saldo migratório era de 103,9 mil no período 1986-1991 e de 65,7 mil no período 1995-2000, tendo atingido valor ligeiramente negativo (-2,6 mil) no período 2005-2010.

Verificando-se somente os movimentos populacionais entre as mesorregiões gaúchas (intra-estaduais), percebe-se uma diminuição do fluxo migratório nos três períodos, de 302,6 mil pessoas em 1986-1991, passando para 294,4 mil em 1995-2000 e para 261,4 mil em 2005-2010. Apesar disso, ainda há a tendência de deslocamento das mesorregiões com maior participação da agropecuária no PIB (Sudoeste e Noroeste) para as com maior PIB per capita e industrializadas (Metropolitana de Porto Alegre e Nordeste).

Nas trocas interestaduais, destaca-se a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, que, ao contrário do que registrou nas trocas internas no estado, obtendo o saldo migratório mais positivo, foi a mesorregião com saldo migratório mais negativo no período 2005-2010 nas trocas externas (uma perda de 28,7 mil pessoas). Ou seja, ela recebeu população do RS e perdeu para outros estados. Destaca-se, também, o ganho da Mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul em relação ao Sudeste do país (1,2 mil pessoas), principalmente com o estado do Rio de Janeiro (1,6 mil pessoas).

## REFERÊNCIAS

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

ETCHEVERRY, Daniel. *Identidade não é documento: narrativas de ruptura e continuidade nas migrações contemporâneas*. 2007. 173 f. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HAGEN-ZANKER, Jessica. *Why do people migrate? a review of the theoretical literature*. Maastricht: Maastricht Graduate School of Governance, 2008. (Working Paper).

JARDIM, Maria de Lourdes; BARCELLOS, Tanya Maria Macedo de. Migrações no Rio Grande do Sul. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 121, p. 133-147, jul./dez. 2011.

KOUCHER, Ademir Barbosa. *Migrações internas no Rio Grande do Sul: os novos cenários da desconcentração espacial urbano-regional*. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MAMMARELLA, Rosetta et al. *O estado do Rio Grande do Sul e sua Região Metropolitana no Censo 2010*. Porto Alegre: Observatório das Metrópoles, 2013.

MAPAS FEE. Disponível em: <<http://mapas.fee.tche.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

QUEIROZ, Silvana Nunes de; SANTOS, José Márcio dos. Principais alterações nos saldos migratórios brasileiros: uma análise por estados e regiões. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 14., 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: ANPEC, 2009. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2009/gerados/forum2009\\_artigos.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2009/gerados/forum2009_artigos.asp)>. Acesso em: 11 fev. 2014.



**Apêndice 1****Matriz de migrações entre as mesorregiões do Rio Grande do Sul – 2005-2010,  
1995-2000 e 1986-1991**

<b>Período e mesorregião do RS</b>	<b>Noroeste</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Centro Ocidental</b>	<b>Centro Oriental</b>	<b>Metropolitana de Porto Alegre</b>	<b>Sudoeste</b>	<b>Sudeste</b>
<b>2005-2010</b>							
Noroeste	-	17.589	5.280	6.331	28.323	3.599	1.749
Nordeste	7.500	-	944	2.470	14.041	1.120	1.182
Centro Ocidental	3.993	3.630	-	2.787	8.052	4.294	1.161
Centro Oriental	2.505	3.418	2.036	-	13.882	611	1.089
Metropolitana de Porto Alegre	18.338	12.615	4.543	11.943	-	6.519	9.580
Sudoeste	3.481	9.307	6.028	2.047	14.448	-	3.597
Sudeste	1.730	3.281	1.210	1.530	10.965	2.669	-
<b>Total</b>	<b>37.547</b>	<b>49.840</b>	<b>20.041</b>	<b>27.108</b>	<b>89.711</b>	<b>18.812</b>	<b>18.358</b>
<b>1995-2000</b>							
Noroeste	-	19.988	6.911	7.546	57.437	5.183	3.698
Nordeste	5.161	-	813	1.624	12.477	704	577
Centro Ocidental	3.426	1.326	-	2.775	9.670	4.246	1.134
Centro Oriental	2.222	2.749	1.811	-	15.481	671	1.100
Metropolitana de Porto Alegre	16.125	10.759	5.066	16.027	-	7.480	8.486
Sudoeste	3.764	1.851	6.872	1.285	20.036	-	3.382
Sudeste	1.558	1.814	1.221	1.624	15.129	3.212	-
<b>Total</b>	<b>32.256</b>	<b>38.487</b>	<b>22.694</b>	<b>30.881</b>	<b>130.230</b>	<b>21.496</b>	<b>18.377</b>
<b>1986-1991</b>							
Noroeste	-	17.262	6.990	8.092	70.945	7.217	2.665
Nordeste	5.646	-	636	1.786	13.245	575	381
Centro Ocidental	4.519	1.430	-	1.916	10.921	5.405	1.257
Centro Oriental	2.099	2.638	1.934	-	21.114	916	828
Metropolitana de Porto Alegre	13.561	8.973	5.892	12.063	-	7.460	8.714
Sudoeste	3.269	1.607	6.166	1.297	18.296	-	3.695
Sudeste	909	887	1.184	1.782	14.060	2.372	-
<b>Total</b>	<b>30.003</b>	<b>32.797</b>	<b>22.802</b>	<b>26.936</b>	<b>148.581</b>	<b>23.945</b>	<b>17.540</b>

Fonte: Censo Demográfico (1993, 2000, 2010).

(Continua)

Apêndice 2 Distribuição do número absoluto e percentual de imigrantes interestaduais de data fixa por unidade da federação brasileira de origem e mesorregiões do RS de destino – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010																
Período e mesorregião do RS	Mesorregião do Rio Grande do Sul												TOTAL DO RS			
	Noroeste			Nordeste			Centro Ocidental		Centro Oriental		Metropolitana de Porto Alegre		Sudoeste		Sudeste	
	N	%		N	%		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	2005-2010															
Rondônia	89	0,4	60	0,4	1,2	37	0,9	368	0,8	31	0,7	11	0,1	656	0,6	
Acre	40	0,2	13	0,1	0,5	0	0,0	56	0,1	14	0,3	0	0,0	149	0,1	
Amazonas	102	0,5	123	0,8	3,2	0	0,0	476	1,1	76	1,6	115	1,5	1.051	1,0	
Roraima	60	0,3	41	0,3	1,7	14	0,3	85	0,2	12	0,3	0	0,0	297	0,3	
Pará	219	1,1	200	1,3	8,3	100	2,4	411	0,9	129	2,8	116	1,5	1.587	1,6	
Amapá	7	0,0	0	0,0	0,0	17	0,4	50	0,1	0	0,0	20	0,3	94	0,1	
Tocantins	117	0,6	36	0,2	1,8	42	1,0	87	0,2	80	1,7	12	0,2	464	0,5	
Maranhão	271	1,3	183	1,2	1,3	31	0,7	254	0,6	101	2,2	11	0,1	913	0,9	
Piauí	118	0,6	210	1,4	0,0	0	0,0	332	0,7	0	0,0	35	0,4	695	0,7	
Ceará	229	1,1	373	2,5	0,7	100	2,4	1.552	3,5	157	3,4	126	1,6	2.573	2,5	
Rio Grande do Norte	65	0,3	58	0,4	1,2	9	0,2	446	1,0	23	0,5	247	3,1	905	0,9	
Paraíba	83	0,4	98	0,7	0,4	73	1,7	476	1,1	96	2,1	16	0,2	864	0,9	
Paraná	68	0,3	104	0,7	1,5	178	4,3	694	1,6	29	0,6	86	1,1	1.232	1,2	
Alagoas	25	0,1	46	0,3	0,3	0	0,0	186	0,4	0	0,0	8	0,1	278	0,3	
Sergipe	32	0,2	45	0,3	0,0	0	0,0	241	0,5	0	0,0	0	0,0	318	0,3	
Bahia	438	2,2	451	3,0	2,4	108	2,6	1.303	2,9	175	3,8	238	3,0	2.830	2,8	
Minas Gerais	397	2,0	777	5,2	5,7	283	6,8	1.798	4,0	122	2,6	116	1,5	3.774	3,7	
Espírito Santo	87	0,4	97	0,7	0,3	21	0,5	338	0,8	69	1,5	34	0,4	660	0,6	

(Continuação)

Período e mesorregião do RS		Mesorregião do Rio Grande do Sul												TOTAL DO RS					
		Nordeste			Centro Ocidental			Centro Oriental			Metropolitana de Porto Alegre			Sudoeste			Sudeste		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Rio de Janeiro	641	3,2	134	0,9	250	5,1	109	2,6	3.737	8,4	753	16,2	2.763	35,0	8.387	8,3			
São Paulo	2.021	9,9	1.648	11,1	651	13,2	478	11,4	8.124	18,2	579	12,5	954	12,1	14.455	14,2			
Paraná	3.944	19,4	3.536	23,8	556	11,3	835	20,0	6.634	14,8	434	9,3	812	10,3	16.751	16,5			
Santa Catarina	7.645	37,6	6.033	40,6	843	17,1	1.322	31,6	13.357	29,9	1.023	22,0	1.478	18,7	31.701	31,2			
Mato Grosso do Sul	848	4,2	94	0,6	459	9,3	173	4,1	706	1,6	311	6,7	257	3,3	2.848	2,8			
Mato Grosso	2.005	9,9	169	1,1	162	3,3	121	2,9	1.033	2,3	118	2,5	111	1,4	3.719	3,7			
Goiás	598	2,9	246	1,7	143	2,9	33	0,8	624	1,4	56	1,2	132	1,7	1.832	1,8			
Distrito Federal	186	0,9	88	0,6	367	7,4	93	2,2	1.377	3,1	262	5,6	193	2,4	2.566	2,5			
<b>1995-2000</b>																			
Rondônia	211	1,0	105	0,6	61	1,2	91	2,3	516	1,0	74	1,7	47	0,7	1.105	1,0			
Acre	51	0,3	6	0,0	0	0,0	0	0,0	36	0,1	0	0,0	7	0,1	100	0,1			
Amazonas	132	0,7	79	0,5	244	4,9	10	0,2	411	0,8	166	3,8	109	1,7	1.151	1,0			
Roraima	53	0,3	26	0,2	58	1,2	0	0,0	40	0,1	47	1,1	8	0,1	232	0,2			
Pará	34	0,2	156	0,9	129	2,6	57	1,4	695	1,3	140	3,2	87	1,3	1.298	1,2			
Amapá	65	0,3	0	0,0	64	1,3	0	0,0	45	0,1	42	1,0	51	0,8	267	0,2			
Tocantins	315	1,6	0	0,0	26	0,5	16	0,4	120	0,2	91	2,1	80	1,2	648	0,6			
Maranhão	154	0,8	139	0,8	11	0,2	4	0,1	393	0,7	17	0,4	6	0,1	724	0,7			
Piauí	158	0,8	18	0,1	15	0,3	8	0,2	212	0,4	63	1,5	11	0,2	485	0,4			
Ceará	157	0,8	126	0,7	178	3,6	90	2,2	856	1,6	138	3,2	126	1,9	1.671	1,5			
Rio Grande do Norte	117	0,6	63	0,4	108	2,2	0	0,0	348	0,7	59	1,4	90	1,4	785	0,7			
Paraíba	129	0,6	8	0,0	23	0,5	7	0,2	282	0,5	155	3,6	28	0,4	632	0,6			
Pernambuco	111	0,5	76	0,4	145	2,9	11	0,3	845	1,6	92	2,1	55	0,8	1.335	1,2			
Alagoas	0	0,0	132	0,8	0	0,0	13	0,3	162	0,3	0	0,0	0	0,0	307	0,3			

(Continuação)

Período e mesorregião do RS		Mesorregião do Rio Grande do Sul																		TOTAL DO RS						
		Noroeste			Nordeste			Centro Ocidental			Centro Oriental			Metropolitana de Porto Alegre			Sudoeste			Sudeste						
		N		%	N		%	N		%	N		%	N		%	N		%	N		%	N		%	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Sergipe	25	0,1	79	0,5	17	0,3	31	0,8	74	0,1	0	0,0	18	0,3	244	0,2										
Bahia	354	1,7	195	1,1	35	0,7	73	1,8	1.281	2,4	82	1,9	30	0,5	2.050	1,9										
Minas Gerais	403	2,0	258	1,5	272	5,5	73	1,8	1.606	3,0	367	8,5	137	2,1	3.116	2,8										
Espírito Santo	110	0,5	104	0,6	79	1,6	41	1,0	432	0,8	0	0,0	21	0,3	787	0,7										
Rio de Janeiro	891	4,4	416	2,4	491	9,9	210	5,2	3.459	6,6	531	12,3	2.194	33,8	8.192	7,4										
São Paulo	1.738	8,6	1.254	7,3	688	13,8	524	13,1	8.723	16,6	606	14,0	883	13,6	14.416	13,1										
Paraná	4.363	21,5	4.346	25,3	768	15,5	737	18,4	9.433	17,9	474	11,0	898	13,8	21.019	19,1										
Santa Catarina	7.447	36,7	8.582	49,9	903	18,2	1.671	41,7	19.766	37,5	737	17,1	1.106	17,0	40.212	36,6										
Mato Grosso do Sul	1.054	5,2	483	2,8	250	5,0	203	5,1	814	1,5	140	3,2	219	3,4	3.163	2,9										
Mato Grosso	1.098	5,4	441	2,6	177	3,6	98	2,4	784	1,5	89	2,1	50	0,8	2.737	2,5										
Goiás	774	3,8	83	0,5	39	0,8	16	0,4	419	0,8	52	1,2	82	1,3	1.465	1,3										
Distrito Federal	347	1,7	29	0,2	189	3,8	25	0,6	937	1,8	152	3,5	156	2,4	1.835	1,7										
<b>1986-1991</b>																										
Rondônia	324	1,4	87	0,6	76	1,5	86	1,7	396	0,7	81	1,8	22	0,5	1.072	1,0										
Acre	78	0,3	0	0,0	0	0,0	45	0,9	89	0,2	45	1,0	0	0,0	257	0,2										
Amazonas	73	0,3	127	0,9	96	1,9	37	0,8	324	0,6	65	1,4	10	0,2	732	0,7										
Roraima	16	0,1	13	0,1	164	3,3	0	0,0	117	0,2	7	0,2	0	0,0	317	0,3										
Para	268	1,2	63	0,4	119	2,4	58	1,2	477	0,8	162	3,6	56	1,2	1.203	1,1										
Amapá	0	0,0	7	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	0,0										
Tocantins	447	2,0	52	0,4	23	0,5	0	0,0	0	0,0	22	0,5	35	0,8	579	0,5										
Maranhão	177	0,8	53	0,4	29	0,6	10	0,2	310	0,5	0	0,0	19	0,4	598	0,5										
Piauí	19	0,1	11	0,1	0	0,0	0	0,0	78	0,1	0	0,0	13	0,3	121	0,1										
Ceará	74	0,3	78	0,5	93	1,9	0	0,0	812	1,4	67	1,5	97	2,1	1.221	1,1										
Rio Grande do Norte	34	0,1	16	0,1	29	0,6	4	0,1	163	0,3	89	2,0	12	0,3	347	0,3										

(Conclusão)

Período e mesorregião do RS		Mesorregião do Rio Grande do Sul												TOTAL DO RS				
		Noroeste		Nordeste		Centro Ocidental		Centro Oriental		Metropolitana de Porto Alegre		Sudoeste				Sudeste		
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%			N	%	N
Paraíba	30	0,1	0	0,0	51	1,0	0	0,0	0	0,0	330	0,6	0	0,0	0	0,0	411	0,4
Pernambuco	217	1,0	42	0,3	65	1,3	37	0,8	263	0,5	41	0,9	118	2,6	783	0,7	833	0,8
Alegoas	74	0,3	25	0,2	10	0,2	0	0,0	202	0,4	0	0,0	63	1,4	374	0,3	448	0,4
Sergipe	8	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	286	0,5	0	0,0	24	0,5	318	0,3	326	0,3
Bahia	292	1,3	251	1,7	42	0,8	10	0,2	1.306	2,3	15	0,3	113	2,5	2.029	1,8	2.321	2,1
Minas Gerais	520	2,3	257	1,8	62	1,2	140	2,8	1.156	2,0	84	1,9	172	3,8	2.391	2,1	2.913	2,6
Espírito Santo	25	0,1	9	0,1	39	0,8	56	1,1	369	0,7	29	0,6	23	0,5	550	0,5	608	0,5
Rio de Janeiro	668	2,9	453	3,2	455	9,2	176	3,6	4.389	7,7	786	17,4	1.465	32,4	8.392	7,5	9.257	8,3
São Paulo	1.009	4,4	926	6,4	651	13,1	690	14,0	8.458	14,9	774	17,1	862	19,1	13.370	12,0	14.372	12,8
Paraná	5.246	23,0	3.176	22,1	947	19,1	1.060	21,5	14.182	25,0	819	18,1	631	14,0	26.061	23,3	28.663	25,8
Santa Catarina	8.018	35,2	7.911	55,1	492	9,9	2.096	42,5	19.641	34,7	640	14,2	511	11,3	39.309	35,2	43.220	38,7
Mato Grosso do Sul	1.257	5,5	436	3,0	89	1,8	136	2,8	752	1,3	116	2,6	90	2,0	2.876	2,6	3.166	2,8
Mato Grosso	2.585	11,3	282	2,0	138	2,8	114	2,3	1.057	1,9	111	2,5	27	0,6	4.314	3,9	4.796	4,3
Goiás	951	4,2	73	0,5	123	2,5	106	2,1	328	0,6	138	3,1	84	1,9	1.803	1,6	2.017	1,8
Distrito Federal	366	1,6	17	0,1	237	4,8	71	1,4	1.169	2,1	429	9,5	73	1,6	2.362	2,1	2.728	2,4

Fonte: Censo Demográfico (1993, 2000, 2010).

(Continua)

Período e unidade da federação	MESORREGIÃO DO RIO GRANDE DO SUL																	
	Noroeste		Nordeste		Centro Ocidental		Centro Oriental		Metropolitana de Porto Alegre		Sudoeste		Sudeste		Total de RS			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
	2005-2010																	
Rondônia	300	0,70	586	3,60	122	1,20	85	1,50	205	0,30	72	0,60	29	0,20	1.399	0,80		
Acre	69	0,20	93	0,60	0	0,00	0	0,00	20	0,00	24	0,20	14	0,10	220	0,10		
Amazonas	132	0,30	207	1,30	195	1,90	25	0,40	575	0,80	215	1,80	174	1,40	1.523	0,90		
Roraima	101	0,20	14	0,10	37	0,40	16	0,30	115	0,20	70	0,60	19	0,20	372	0,20		
Pará	313	0,70	165	1,00	353	3,40	50	0,90	395	0,50	77	0,60	183	1,50	1.536	0,90		
Amapá	4	0,00	10	0,10	0	0,00	0	0,00	45	0,10	0	0,00	31	0,20	90	0,10		
Tocantins	289	0,60	21	0,10	4	0,00	0	0,00	241	0,30	90	0,70	0	0,00	645	0,40		
Maranhão	215	0,50	122	0,80	8	0,10	0	0,00	378	0,50	13	0,10	29	0,20	765	0,40		
Piauí	99	0,20	142	0,90	0	0,00	26	0,50	447	0,60	3	0,00	8	0,10	725	0,40		
Ceará	294	0,60	173	1,10	73	0,70	51	0,90	989	1,30	104	0,90	89	0,70	1.773	1,00		
Rio Grande do Norte	108	0,20	8	0,00	83	0,80	0	0,00	441	0,60	21	0,20	97	0,80	758	0,40		
Paraíba	10	0,00	109	0,70	115	1,10	89	1,60	443	0,60	81	0,70	32	0,30	879	0,50		
Pernambuco	62	0,10	203	1,30	222	2,20	39	0,70	1.029	1,40	48	0,40	134	1,10	1.737	1,00		
Alagoas	29	0,10	9	0,10	0	0,00	13	0,20	325	0,40	46	0,40	45	0,40	467	0,30		
Sergipe	54	0,10	163	1,00	0	0,00	80	1,40	156	0,20	69	0,60	0	0,00	522	0,30		
Bahia	914	2,00	299	1,80	167	1,60	188	3,40	1.486	2,00	194	1,60	167	1,30	3.415	1,90		
Minas Gerais	800	1,70	343	2,10	227	2,20	160	2,90	1.654	2,30	251	2,10	241	1,90	3.676	2,10		
Espírito Santo	70	0,20	86	0,50	72	0,70	9	0,20	476	0,60	116	1,00	61	0,50	890	0,50		

(Continuação)

Período e unidade da federação		MESORREGIÃO DO RIO GRANDE DO SUL																		Total de RS													
		Nordeste			Centro Ocidental			Centro Oriental			Metropolitana de Porto Alegre			Sudoeste			Sudeste			N	%	N	%										
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%														
Rio de Janeiro	744	1,60	208	1,30	629	6,10	137	2,50	3.998	5,40	483	4,00	1.191	9,50	7.390	4,20	2.512	5,50	1.373	8,50	743	7,30	485	8,70	10.364	14,10	405	3,30	1.182	9,50	17.064	9,70	
São Paulo	5.786	12,60	2.611	16,10	1.076	10,50	610	10,90	8.284	11,30	1.675	13,80	1.640	13,10	21.682	12,30	26.065	57,00	8.041	49,60	4.968	48,60	2.947	52,90	7.068	58,00	6.107	48,90	91.698	52,10			
Santa Catarina	1.186	2,60	311	1,90	432	4,20	114	2,00	994	1,40	542	4,50	246	2,00	3.825	2,20	3.744	8,20	408	2,50	325	3,20	219	3,90	821	1,10	224	1,80	121	1,00	5.862	3,30	
Mato Grosso do Sul	1.350	3,00	299	1,80	86	0,80	77	1,40	883	1,20	162	1,30	127	1,00	2.984	1,70	508	1,10	213	1,30	295	2,90	151	2,70	2.222	3,00	126	1,00	523	4,20	4.038	2,30	
Distrito Federal	485	1,00	66	0,40	88	1,40	33	0,70	562	1,10	49	0,60	61	0,60	1.344	0,90	45	0,10	0	0,00	0	0,00	20	0,00	119	1,40	38	0,40	222	0,10			
Rondônia	138	0,30	53	0,40	182	2,80	45	0,90	486	0,90	204	2,40	114	1,20	1.222	0,80	89	0,20	54	0,40	111	1,70	48	1,00	103	0,20	120	1,40	9	0,10	534	0,40	
Pará	412	0,80	207	1,40	416	6,50	48	1,00	684	1,30	266	3,10	45	0,50	2.078	1,40	33	0,10	0	0,00	0	0,00	54	0,10	91	1,10	32	0,30	210	0,10			
Amapá	395	0,80	210	1,40	37	0,60	0	0,00	74	0,10	183	2,20	80	0,80	979	0,70	426	0,80	62	0,40	48	0,70	89	1,80	348	0,70	23	0,30	0	0,00	996	0,70	
Tocantins	235	0,50	37	0,20	16	0,20	121	2,50	242	0,50	85	1,00	22	0,20	758	0,50	203	0,40	705	4,70	19	0,30	10	0,20	1.341	2,50	103	1,20	209	2,10	2.590	1,70	
Ceará	86	0,20	48	0,30	5	0,10	0	0,00	362	0,70	154	1,80	183	1,90	838	0,60	148	0,30	71	0,50	16	0,20	0	0,00	266	0,50	19	0,20	84	0,90	604	0,40	
Rio Grande do Norte	217	0,40	324	2,20	19	0,30	18	0,40	657	1,20	49	0,60	84	0,90	1.368	0,90	75	0,10	26	0,20	0	0,00	0	0,00	269	0,50	19	0,20	0	0,00	389	0,30	
Paraíba	75	0,10	26	0,20	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00																	
Pernambuco																																	
Alagoas																																	

(Continuação)

Período e unidade da federação		MESORREGIÃO DO RIO GRANDE DO SUL																		Total de RS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
		Noroeste		Nordeste		Centro Ocidental		Centro Oriental		Metropolitana de Porto Alegre		Sudoeste		Sudeste		Total de RS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
		1986-1991		1995-2000		2005-2010		1986-1991		1995-2000		2005-2010		1986-1991		1995-2000		2005-2010																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Sergipe	32	0,10	17	0,10	16	0,20	0	0,00	170	0,30	47	0,60	86	0,90	368	0,20	Bahia	1.036	2,00	540	3,60	117	1,80	52	1,10	1.497	2,80	62	0,70	200	2,10	3.504	2,40	Minas Gerais	1.150	2,30	319	2,10	93	1,40	123	2,50	1.143	2,10	522	6,10	351	3,60	3.701	2,50	Espírito Santo	327	0,60	85	0,60	0	0,00	60	1,20	278	0,50	39	0,50	20	0,20	809	0,50	Rio de Janeiro	1.296	2,50	288	1,90	299	4,60	439	8,90	3.262	6,10	777	9,10	1.058	10,90	7.419	5,00	São Paulo	4.450	8,70	2.163	14,50	722	11,20	1.031	20,90	7.358	13,80	1.048	12,30	850	8,70	17.622	11,80	Paraná	8.303	16,30	2.642	17,70	1.000	15,50	933	18,90	7.334	13,80	979	11,50	1.919	19,70	23.110	15,50	Santa Catarina	20.159	39,50	5.694	38,20	2.087	32,40	1.378	27,90	22.654	42,60	2.221	26,10	3.282	33,80	57.475	38,60	Mato Grosso do Sul	1.920	3,80	238	1,60	335	5,20	119	2,40	936	1,80	431	5,10	218	2,20	4.197	2,80	Mato Grosso	6.522	12,80	519	3,50	143	2,20	128	2,60	999	1,90	252	3,00	270	2,80	8.833	5,90	Goiás	1.909	3,70	345	2,30	205	3,20	108	2,20	892	1,70	145	1,70	94	1,00	3.698	2,50	Distrito Federal	959	1,90	207	1,40	467	7,30	149	3,00	1.242	2,30	499	5,90	414	4,30	3.937	2,60	1986-1991																				Rondônia	794	1,50	103	0,80	51	0,90	101	2,10	359	0,80	176	2,90	12	0,20	1.596	1,20	Acre	135	0,20	13	0,10	0	0,00	0	0,00	83	0,20	0	0,00	15	0,20	246	0,20	Amazonas	88	0,20	79	0,60	86	1,50	47	1,00	546	1,20	132	2,20	28	0,50	1.006	0,70	Roraima	58	0,10	5	0,00	24	0,40	0	0,00	123	0,30	45	0,70	0	0,00	255	0,20	Pará	248	0,50	133	1,00	120	2,20	121	2,50	596	1,30	33	0,50	62	1,00	1.313	1,00	Amapá	0	0,00	0	0,00	50	0,90	0	0,00	56	0,10	5	0,10	5	0,10	116	0,10	Tocantins	379	0,70	24	0,20	72	1,30	150	3,20	262	0,60	231	3,80	74	1,20	1.192	0,90	Maranhão	129	0,20	16	0,10	47	0,80	0	0,00	220	0,50	0	0,00	0	0,00	412	0,30	Piauí	15	0,00	11	0,10	6	0,10	12	0,30	8	0,00	13	0,20	4	0,10	69	0,10	Ceará	69	0,10	106	0,80	58	1,00	16	0,30	381	0,90	132	2,20	104	1,70	866	0,60	Rio Grande do Norte	90	0,20	89	0,70	62	1,10	10	0,20	139	0,30	93	1,50	4	0,10	487	0,40
1986-1991																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
Rondônia	794	1,50	103	0,80	51	0,90	101	2,10	359	0,80	176	2,90	12	0,20	1.596	1,20	Acre	135	0,20	13	0,10	0	0,00	0	0,00	83	0,20	0	0,00	15	0,20	246	0,20	Amazonas	88	0,20	79	0,60	86	1,50	47	1,00	546	1,20	132	2,20	28	0,50	1.006	0,70	Roraima	58	0,10	5	0,00	24	0,40	0	0,00	123	0,30	45	0,70	0	0,00	255	0,20	Pará	248	0,50	133	1,00	120	2,20	121	2,50	596	1,30	33	0,50	62	1,00	1.313	1,00	Amapá	0	0,00	0	0,00	50	0,90	0	0,00	56	0,10	5	0,10	5	0,10	116	0,10	Tocantins	379	0,70	24	0,20	72	1,30	150	3,20	262	0,60	231	3,80	74	1,20	1.192	0,90	Maranhão	129	0,20	16	0,10	47	0,80	0	0,00	220	0,50	0	0,00	0	0,00	412	0,30	Piauí	15	0,00	11	0,10	6	0,10	12	0,30	8	0,00	13	0,20	4	0,10	69	0,10	Ceará	69	0,10	106	0,80	58	1,00	16	0,30	381	0,90	132	2,20	104	1,70	866	0,60	Rio Grande do Norte	90	0,20	89	0,70	62	1,10	10	0,20	139	0,30	93	1,50	4	0,10	487	0,40																																																																																																																																																																																																																																



(Conclusão)

Período e unidade da federação		MESORREGIÃO DO RIO GRANDE DO SUL																		Total de RS											
		Nordeste			Centro Ocidental			Centro Oriental			Metropolitana de Porto Alegre			Sudoeste			Sudeste			N	%	%									
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%												
Paraíba	91	0,20	9	0,10	47	0,80	0	0,00	227	0,50	24	0,40	21	0,30	419	0,30	124	0,20	256	1,90	20	0,40	689	1,50	72	1,20	49	0,80	1.230	0,90	
Pernambuco	289	0,50	126	0,90	0	0,00	22	0,50	385	0,90	0	0,00	0	0,00	822	0,60	32	0,10	4	0,00	30	0,50	184	0,40	25	0,40	0	0,00	275	0,20	
Sergipe	1.290	2,40	119	0,90	123	2,20	24	0,50	1.004	2,20	84	1,40	72	1,20	2.716	2,00	705	1,30	289	2,20	171	3,10	211	4,40	221	3,60	280	4,50	3.293	2,40	
Bahia	115	0,20	32	0,20	43	0,80	52	1,10	579	1,30	27	0,40	152	2,40	1.000	0,70	765	1,40	252	1,90	65	1,40	3.297	7,40	514	8,40	519	8,40	5.968	4,40	
Espírito Santo	2.626	4,80	3.423	25,70	710	12,80	779	16,40	6.289	14,10	1.013	16,60	713	11,50	15.553	11,50	13.391	24,70	2.454	18,40	897	16,20	658	13,90	6.548	14,70	711	11,60	26.025	19,30	
São Paulo	18.218	33,60	4.219	31,70	1.263	22,70	1.770	37,30	17.042	38,20	1.087	17,80	2.133	34,40	45.732	33,90	3.978	7,30	480	3,60	460	8,30	148	3,10	1.050	2,40	632	10,30	6.920	5,10	
Santa Catarina	7.952	14,70	680	5,10	281	5,10	336	7,10	1.367	3,10	369	6,00	174	2,80	11.159	8,30	2.061	3,80	338	2,50	181	3,30	105	2,20	611	4,10	139	2,20	3.685	2,70	
Mato Grosso do Sul	561	1,00	49	0,40	195	3,50	103	2,20	1.190	2,70	230	3,80	111	1,80	2.439	1,80	Distrito Federal														

Fonte: Censo Demográfico (1993, 2000, 2010).



## PERFIL DOS MIGRANTES DO RIO GRANDE DO SUL E SUAS MESORREGIÕES NO PERÍODO 2005-2010: HIPÓTESES PARA AS MOTIVAÇÕES DO DESLOCAMENTO

*Marilene Dias Bandeira\**  
*Pedro Tonon Zuanazzi\*\**  
*Mariana Recena Aydos\*\*\**  
*Marilyn Agranonik\*\*\*\**  
*Vinicius Rauber e Souza\*\*\*\*\**

Neste artigo foram analisadas as taxas de entrada e saída de pessoas do estado do Rio Grande do Sul (fluxos migratórios interestaduais), segundo suas mesorregiões, a partir de algumas características socio-demográficas, como renda, idade, sexo e escolaridade. Estes dados, obtidos do Censo Demográfico de 2010, segundo a migração de data fixa (local de residência cinco anos antes do Censo), permitem observar o fenômeno migratório no Rio Grande do Sul e fazer uma aproximação preliminar para a sua compreensão a partir das características socio-demográficas dos emigrantes, imigrantes e não migrantes.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A MIGRAÇÃO NO BRASIL

Até a década de 1970, a migração interna no Brasil via-se explicada, sobretudo, pelas abordagens neoclássica e estruturalista da migração. A primeira concentra-se na decisão individual ou familiar de migrar como um cálculo racional de custos e benefícios (PORTES, 2008). A segunda compõe-se de teorias econômicas que se baseiam em diferenças geográficas estruturais e transferência de mão de obra (BRITO, 2009). Ambas correntes se basearam em reformulações das teorias de atração e repulsão, buscando o entendimento das migrações a partir de fatores sociais, econômicos e políticos que estimulariam o deslocamento (SOARES, 2002).

\* Mestre em Demografia pela Universidade de Londres e graduada em Estatística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Técnica da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) e professora adjunta do Departamento de Estatística da UFRGS. mariband@fee.tche.br

\*\* Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutorando em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisador da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE). pedro@fee.tche.br

\*\*\* Mestre em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora na Faculdade Senac Porto Alegre. mariana.aydos@gmail.com

\*\*\*\* Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente e mestre em Epidemiologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). marilyn.agranonik@gmail.com

\*\*\*\*\* Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e especialista em Saúde do Trabalhador pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). vinirauber@hotmail.com

As teorias neoclássicas embasam suas análises a partir de uma perspectiva macro, que vê a causa das migrações nas desigualdades geográficas de demanda de oferta e trabalho, manifestadas nas diferenças salariais. Ou de uma perspectiva micro, que toma como foco o indivíduo racional e sua decisão de retorno positivo com a migração (SOARES, 2002). Os novos economistas colocam a ênfase nas estratégias familiares da migração como forma de superar desigualdades econômicas no local de origem. As decisões são familiares, motivadas pela necessidade de redução de riscos e constrangimentos, partindo do conceito de privação relativa. Neste aspecto, para que a migração ocorra, não é necessário que haja uma diferença salarial entre origem e destino (MASSEY et al., 1993, 1998; PORTES, 2008).

Segundo Brito (2009, p. 3), “[...] a migração, para essas teorias, [...] é positiva e necessária para o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade, assim como delimita uma estratégia ‘racional’ para a melhoria de vida do migrante e da família que o acompanha”. Portanto, a decisão de migrar seria tomada a partir de um cálculo racional baseado em uma perspectiva de renda ao longo da vida, sendo uma das características para se atingir este objetivo ser jovem, isto é, estar entrando no mercado de trabalho, disposto a enfrentar os custos econômicos, e também os sociais e psicológicos, envolvidos no processo migratório, sem uma compensação imediata, mas com uma previsão de melhoria de vida em longo prazo.

Do ponto de vista histórico-estrutural, utiliza-se como explicação o contexto das desigualdades regionais do país, sendo que até a década de 1970 os principais determinantes dos fluxos migratórios podiam ser apreendidos através das mudanças na estrutura agrária e no desempenho econômico das cidades de cada região. Esse processo, embora com seu período mais acentuado na década de 1970, já convivía com uma desconcentração da atividade econômica (PACHECO; PATARRA, 1997). Singer (1980), um dos principais expoentes dessa abordagem no Brasil, buscou demonstrar como as migrações são sempre historicamente condicionadas, e o que as impulsiona, em um primeiro momento, são questões estruturais (desigualdades regionais). Para o autor, o processo de industrialização capitalista leva às desigualdades regionais, e estas são o motor das migrações internas.

As características do padrão migratório brasileiro até a década de 1980 eram simpáticas ao encaixe destas teorias (BRITO, 2009), que denotam uma racionalidade na decisão de emigrar. Contudo, nem todos os migrantes atingiam o “sucesso” do empreendimento migratório, uma vez que o processo de integração social foi seletivo (BRITO, 2009). Essas teorias foram, portanto, acompanhadas de conceitos de seletividade migratória, que defendiam que os migrantes seriam mais aptos do que os não migrantes (GAMA; MACHADO, 2013). Assim, os emigrantes seriam uma parcela positivamente selecionada com condições para efetuar a migração, isto é, teriam maior capacidade para arcar com os custos da mudança (GAMA; MACHADO, 2013). Também tratando como seletividade migratória, Martine (1980) desenvolveu sua teoria incluindo as características dos imigrados na região de destino. Sendo assim, além da seletividade para sair da área de origem, haveria também uma força de seletividade no local de destino, onde

só permaneceria o imigrante com as qualificações necessárias para sua inserção no mercado de trabalho do local – deixando aos demais o caminho da reemigração.

A partir da década de 1980, foram observadas importantes transformações nos espaços de migração no Brasil, apresentando dinâmicas intrarregionais diversificadas (PACHECO; PATARRA, 1997). Até a década de 1970, os fluxos migratórios no Brasil eram de longa distância, acompanhando a expansão agrícola nos estados do Centro-Oeste e Norte e também a destinação massiva de população para as grandes cidades, sobretudo para a Região Sudeste, acompanhando e alimentando o processo de urbanização e metropolização do Brasil. Nas décadas de 1980 e 1990, observou-se uma redução nos fluxos migratórios de longa distância para as fronteiras agrícolas, uma manutenção dos estados do Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), mas também de Goiás e Distrito Federal, como canalizadores dos fluxos de longa distância, uma importante migração de retorno para os estados nordestinos e o surgimento de novas dinâmicas migratórias entre e intrarregiões (BAENINGER, 2008). Oliveira e Simões (2004) apontam que as mudanças nas escalas produtivas, com o regional ligado ao internacional (internacionalização diminuindo a integração com o nacional), influenciaram fortemente os deslocamentos populacionais a partir da década de 1980. Estas transformações são reflexo, entre outros aspectos, da reestruturação produtiva e da mudança na forma de ocupação das fronteiras. Esta foi uma década de inflexão, marcada pelo surgimento de novas territorialidades e modalidades ampliadas de movimento populacional (PATARRA, 2003). Essas mudanças no padrão migratório estão relacionadas com a maior complexidade das relações entre migração e dinâmica econômico-regional, e se observa a partir deste período uma intensificação dos fluxos populacionais urbano-urbano.

A partir da década de 1990, pode-se perceber também a inversão de tendências migratórias anteriores, como a de deslocamento para áreas de fronteira. A dinâmica da migração interna neste período reflete as novas especificidades e tendências do processo de distribuição espacial, com outras direções de deslocamento aparecendo com importância.

Segundo Cunha e Baeninger (2007), as décadas de 1980 e 1990 podem ser caracterizadas pelos seguintes aspectos: a) redução no ritmo de crescimento metropolitano; b) aumento das migrações de curta distância; c) maior importância da migração de retorno; d) esgotamento da migração para as fronteiras agrícolas; e e) diminuição do ímpeto das migrações inter-regionais.

Nas próximas seções, traça-se o perfil da migração total no Rio Grande do Sul e os perfis para cada uma das sete mesorregiões do estado (Metropolitana de Porto Alegre, Noroeste Rio-grandense, Nordeste Rio-grandense, Centro Ocidental Rio-grandense, Centro Oriental Rio-grandense, Sudoeste Rio-grandense e Sudeste Rio-grandense), em especial através do Censo Demográfico de 2010, atentando para as novas configurações no padrão migratório gaúcho.

#### O PERFIL DA MIGRAÇÃO INTERESTADUAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Em 2010, o Rio Grande do Sul tinha uma população composta por 10.693.929 habitantes, predominantemente urbana (85,1%), segundo dados do Censo Demográfico do IBGE. A popu-

lação feminina apresentou supremacia sobre a masculina, com uma razão de 94,8 homens para cada 100 mulheres. A estrutura etária contava com 29% da população com menos de 20 anos de idade, enquanto 9% apresentavam 65 anos ou mais. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais atingiu 4,53%. O estado teve o quinto maior PIB per capita do Brasil em 2010, de R\$ 23.606, valor ultrapassado apenas pelo Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. O setor de serviços representava 62,1% da produção total, seguido pela indústria, com 29,2%, e pela agropecuária, com participação de 8,7%. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) no ano de 2010, indicador sintético que visa medir o grau de desenvolvimento, elaborado pela FEE e inspirado no IDH, foi de 0,727.

O estado está subdividido em sete mesorregiões, representadas no Mapa 1, que serão analisadas individualmente na sequência do artigo.



**Mapa 1**  
**Mesorregiões geográficas (IBGE) – Rio Grande Sul – 2010**

Fonte: Cartografia IBGE.

Nota: Elaborado pelo NERU/FEE.

A análise dos fluxos migratórios interestaduais do Rio Grande do Sul (baseando-se no local de residência cinco anos antes da pesquisa), de acordo com os três últimos censos demográficos (Tabela 1), indica que o estado vem sofrendo uma perda populacional crescente devido ao componente migratório: no período 1986-1991, o saldo migratório foi de -24,56 mil pessoas, enquanto que entre 2005-2010, foi de -74,7 mil pessoas, com a taxa líquida migratória da população de 5 anos ou mais indo de -0,30% para -0,74%. Apesar de essa taxa ainda ser pequena, é relevante a análise dos movimentos populacionais, pois ao se considerarem unidades geográficas menores, ou grupos populacionais com determinado perfil, o padrão migratório

pode se modificar bastante. Utilizando variáveis socioeconômicas, o perfil da população que se desloca pode ajudar a criar hipóteses sobre a motivação da migração.

**Tabela 1**  
**Imigrantes e emigrantes interestaduais de data fixa, saldo migratório, taxa líquida migratória, fluxo migratório e índice de eficácia – Rio Grande do Sul – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010**

Períodos	Imigrantes <sup>(1)</sup>	Emigrantes	Saldo migratório	Taxa líquida migratória (%)	Fluxo migratório	Índice de eficácia migratória
2005-2010	102.613	177.263	-74.650	-0,74	279.876	-0,27
1995-2000	113.395	152.890	-39.495	-0,42	266.284	-0,15
1986-1991	114.295	138.854	-24.559	-0,30	253.150	-0,10

Fonte: Censo Demográfico (1993, 2000, 2010).

Nota: (1) Não foram contabilizados os imigrantes com UF de origem não especificada e os estrangeiros.

A análise do perfil dos migrantes e não migrantes, que será agora apresentada, baseou-se nos dados de migração de data fixa apenas para o Censo 2010, isto é, o local de residência cinco anos antes da pesquisa (31 de julho de 2005). Foram consideradas para a análise do perfil as variáveis sexo, idade, renda familiar per capita e escolaridade, para todo o estado e para cada uma das mesorregiões. Para caracterizar a idade, foram utilizadas algumas faixas etárias (menos de 20 anos, de 20 a 34 anos, de 35 a 64 anos, e 65 anos ou mais), assim como a estrutura etária em quinquênios e por sexo. A escolaridade foi analisada somente para as pessoas de 18 anos ou mais, a partir de três classificações: alta, média e baixa. A escolaridade alta inclui as pessoas com ensino superior completo (de qualquer idade) e as pessoas com idades de 18 a 24 anos que estivessem frequentando o ensino superior. A escolaridade média corresponde às pessoas com ensino médio completo (de qualquer idade) e superior incompleto (com mais de 25 anos). Por fim, de escolaridade baixa foram consideradas as pessoas sem ensino médio completo (de qualquer idade). A renda tomada como base foi a domiciliar per capita, apresentada em seis faixas de valor. Esses dados foram considerados para a população que havia emigrado (saído) do estado no período, para os que haviam imigrado (entrado) para o estado, e para a população que não migrou no período, isto é, aqueles que residiam no RS em 2005 e 2010.

A razão entre o número de emigrantes e o de imigrantes para ambos os sexos foi de 1,73, indicando que o contingente de emigrantes é 73% maior que o de imigrantes, independentemente do sexo do indivíduo (Tabela 2). Nota-se que a razão emigrantes/imigrantes para todas as categorias socioeconômicas analisadas é maior que um, isto é, em qualquer perfil houve maior número de emigrantes do que imigrantes. A maior razão encontra-se entre a população de 65 anos ou mais (1,98), e a menor, de 1,37, entre aqueles de renda mais baixa, que são os moradores em residências cuja renda domiciliar per capita é inferior a R\$ 102,5. Ainda com relação à renda, há uma tendência de aumento na razão emigrante/imigrante com a melhora desse indicador, pois há 37% mais emigrantes que imigrantes na faixa de menor renda (abaixo de R\$ 102,5 per capita), enquanto há 84% mais emigrantes que imigrantes na população de maior renda (mais de R\$ 2.520 per capita).

Tabela 2

Imigrantes e emigrantes interestaduais de data fixa, residentes não migrantes, saldo migratório, razão emigrantes/imigrantes, fluxo migratório relativo à população e taxa líquida migratória Rio Grande do Sul – 2005-2010

Característica	Emigrantes	%	Imigrantes	%	Residentes não migrantes	Saldo migratório	Razão emigrantes/imigrantes	(Emigrantes + imigrantes) / população	Taxa líquida migratória
<b>Sexo</b>									
Masculino	90.206	50,9%	52.146	50,8%	48,5%	-38.060	1,73	2,92%	-0,78%
Feminino	87.058	49,1%	50.467	49,2%	51,5%	-36.591	1,73	2,66%	-0,71%
<b>Idade</b>									
5 a 19	40.953	23,1%	25.842	25,2%	24,5%	-15.111	1,58	2,71%	-0,61%
20 a 34	75.034	42,3%	42.164	41,1%	25,4%	-32.870	1,78	4,55%	-1,28%
35 a 64	54.972	31,0%	31.413	30,6%	40,1%	-23.559	1,75	2,15%	-0,59%
65 ou mais	6.307	3,6%	3.193	3,1%	10,0%	-3.114	1,98	0,96%	-0,31%
<b>Escolaridade (18 anos ou mais)</b>									
Baixa	54.128	40,6%	31.019	41,6%	65,3%	-23.109	1,74	1,73%	-0,47%
Média	40.573	30,4%	21.927	29,4%	21,4%	-18.646	1,85	3,85%	-1,15%
Alta	38.645	29,0%	21.665	29,0%	13,3%	-16.980	1,78	5,94%	-1,67%
<b>Rendimento domiciliar per capita</b>									
Menos de R\$102,5	5.822	3,3%	4.247	4,2%	5,2%	-1.575	1,37	1,92%	-0,30%
De R\$102,5 a menos de R\$205	7.809	4,4%	5.019	5,0%	8,7%	-2.790	1,56	1,48%	-0,32%
De R\$205 a menos de R\$510	38.739	22,1%	24.764	24,5%	33,2%	-13.975	1,56	1,92%	-0,42%
De R\$510 a menos de R\$1020	51.295	29,2%	27.887	27,6%	29,8%	-23.408	1,84	2,66%	-0,79%
De R\$1020 a menos de R\$2520	46.089	26,2%	25.075	24,8%	17,1%	-21.014	1,84	4,14%	-1,22%
A partir de R\$2520	25.929	14,8%	14.083	13,9%	6,0%	-11.846	1,84	6,59%	-1,95%

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota 1: Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros.

Nota 2: As estatísticas são referentes à população com 5 anos ou mais.

Os dados sobre o perfil dos migrantes no Rio Grande do Sul indicam uma pequena predominância de pessoas do sexo masculino (50,9% dos emigrantes e 50,8% dos imigrantes), mostrando um perfil diferenciado dos migrantes em relação aos residentes do estado não migrantes, entre os quais o número de mulheres supera o de homens (51,5% de mulheres).



O perfil etário da migração mostra que mais de 40% dos imigrantes e emigrantes tinham, em 2010, entre 20 e 34 anos de idade. Isto implica dizer que eles realizaram o deslocamento entre as idades de 15 e 34 anos. A taxa líquida migratória nesta faixa etária é de -1,28%. Na pirâmide etária dos imigrantes, emigrantes e não migrantes (Gráfico 1), é possível observar essa diferença de estrutura etária entre os migrantes e os não migrantes. Há um pico do processo migratório na faixa etária dos 20 aos 34 anos, com uma maior proporção de mulheres na faixa dos 20 aos 24 anos saindo do que entrando no estado. Em comparação com a população que não migrou neste período, nota-se claramente que o perfil dos migrantes é composto por jovens de ambos os sexos.

A análise do sexo em conjunto com a idade corrobora as pesquisas de perfil dos migrantes, que apontam para uma regularidade da migração de homens jovens. Neste caminho, tanto enfoques estruturalistas quanto neoclássicos, que tendem a colocar o foco da migração no trabalho, indicam esse perfil de homens jovens, que, por estarem no processo de entrada do mercado de trabalho, estariam mais sujeitos a migrar (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005). Contudo, observa-se que a diferença em relação ao sexo feminino já não é tão grande, o que pode apontar para uma tendência, já observada nas migrações internacionais, de haver cada vez mais mulheres como protagonistas do processo migratório.

A migração nas faixas etárias mais jovens (menos de 19 anos) pode indicar o acompanhamento dos pais no deslocamento. Os dados do Censo não permitem inferir as motivações do deslocamento, mas o perfil auxilia no fortalecimento de hipóteses sobre a migração. Em 2001, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) trouxe a questão da motivação para migrar e apontou que, no Brasil, o maior motivo para o deslocamento era o acompanhamento familiar (51%), isto é, os cônjuges e filhos seguindo o provedor da família em seu destino. O trabalho foi a segunda principal motivação, com 23%, seguido pela migração por motivos de saúde, estudo, moradia e outros, que somavam 26% (OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005).

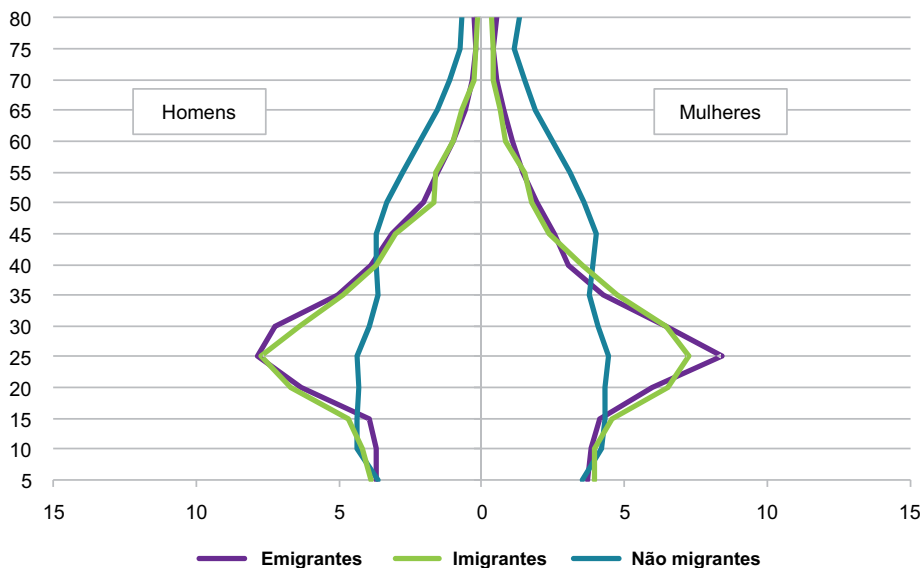


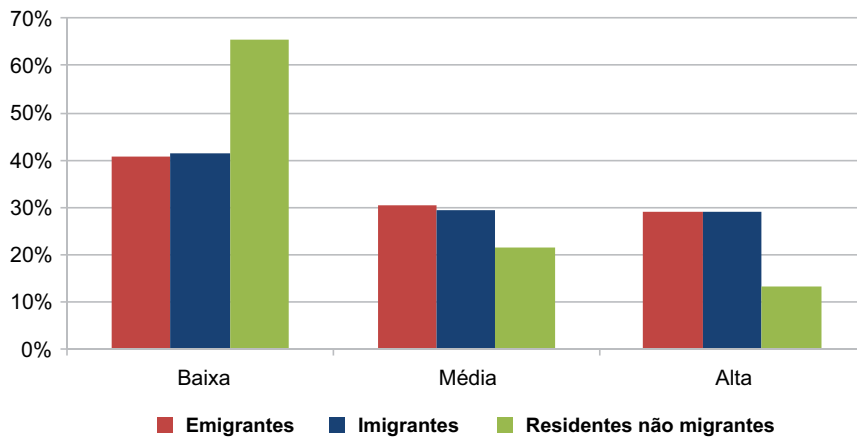
Gráfico 1

Pirâmide etária dos imigrantes, emigrantes e não-migrantes – Rio Grande do Sul – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota: Os valores de idade representam o limite inferior de faixas etárias quinquenais.

Com relação à escolaridade, observa-se uma diferença importante entre a população migrante e a não migrante. A escolaridade alta atinge 29% dos migrantes, enquanto entre a população não migrante este índice fica em 13,3%. A escolaridade média também é mais significativa entre os migrantes, representando 30,4% dos emigrantes e 29,4% dos imigrantes, sendo de 21,4% entre os não migrantes. No nível de escolaridade baixa, os percentuais de emigrantes e imigrantes ficam em torno de 40%, enquanto que para os não migrantes esse índice atinge 65%. Assim, constata-se que, em termos absolutos, o volume de migração entre os de escolaridade baixa é maior que o entre os demais níveis. As taxas migratórias líquidas de acordo com a escolaridade representam esta diferença, sendo de -0,47% para a escolaridade baixa, -1,15% para escolaridade média e -1,67% para escolaridade alta. Esses dados apoiam as teorias de seletividade migratória, que indicam que os emigrantes são positivamente selecionados em relação à população de origem, isto é, têm um nível de escolaridade proporcionalmente maior do que o dos habitantes do local de origem. O mesmo pode ser observado entre os imigrantes, que também apresentam características positivamente selecionadas em relação à população residente. O que se pode observar no Gráfico 2 é essa relação diretamente proporcional: quanto maior a escolaridade, maior a proporção de emigrantes e imigrantes.

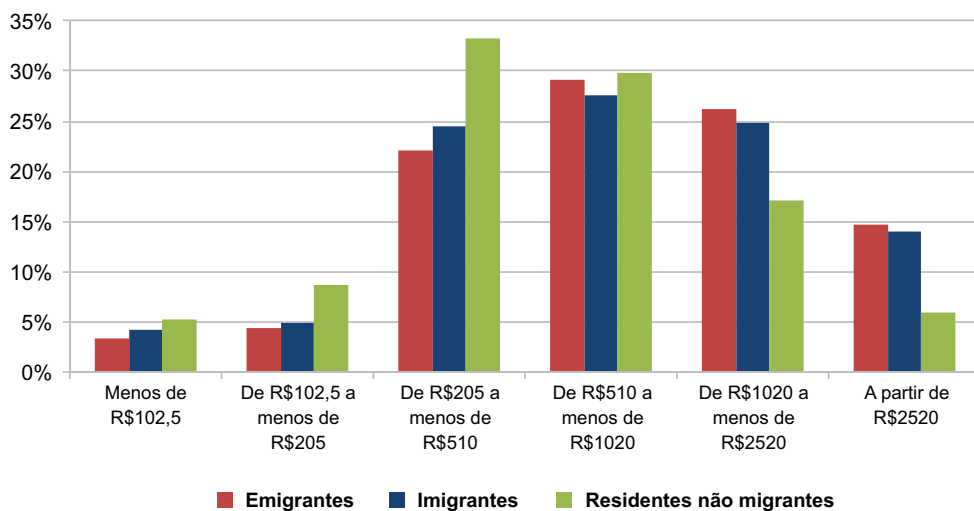


**Gráfico 2**  
Percentual dos emigrantes, imigrantes e não migrantes, por nível de escolaridade das pessoas com 18 anos ou mais – Rio Grande do Sul – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

A renda é outro fator importante a ser analisado. No Rio Grande do Sul, observou-se que 14,8% da população emigrante e 13,9% dos imigrantes estavam na faixa de rendimento domiciliar mais alta (acima de R\$ 2.520 per capita), comparados com 6,0% da população não migrante na mesma faixa. O segundo estrato mais alto (renda per capita de R\$ 1.020 até R\$ 2.519,99) também apresentou um diferencial importante entre as pessoas que realizaram o deslocamento no período (26,2% dos emigrantes e 24,8% dos imigrantes) e as que não realizaram (17,1% dos não migrantes). Estes dados vão se invertendo conforme a renda familiar per capita diminui, como é possível observar no Gráfico 3. A taxa líquida migratória para a faixa de renda familiar per capita mais baixa (menos de R\$ 105,2) é de -0,30% e chega a -1,22% e -1,95% nas faixas de renda mais altas.

Somada aos dados de escolaridade, a renda também indica uma seleção positiva dos emigrantes. Assim, emigram aqueles que têm maior renda e escolaridade, isto é, mais recursos para arcar com os custos do deslocamento (GAMA; MACHADO, 2013). E no destino, os imigrantes que permanecem são aqueles com maiores condições, que provavelmente conseguiram uma inserção no mercado de trabalho local, sendo uma possibilidade também uma seletividade de “sobrevivência” da migração, isto é, aqueles com maiores condições são os que ficam no destino (MARTINE, 1980).



**Gráfico 3**

Percentual dos emigrantes, imigrantes e não migrantes, por faixa de renda domiciliar per capita Rio Grande do Sul – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

## PERFIL DOS MIGRANTES DAS MESORREGIÕES DO ESTADO COM TODAS AS MESORREGIÕES DO BRASIL, INCLUINDO O RS

Nessa seção será analisado o perfil dos migrantes das mesorregiões do estado com todas as demais mesorregiões do Brasil (incluindo as demais mesorregiões do próprio RS), também usando a informação de data fixa do Censo Demográfico de 2010. De acordo com a Tabela 3, verifica-se que no período 2005-2010 somente em duas mesorregiões gaúchas o número de imigrantes superou o de emigrantes. Para a Mesorregião Nordeste, o saldo migratório foi de 21.230 pessoas, e para a Mesorregião Centro Oriental, o acréscimo de população devido à componente migratória foi de 2.173 pessoas. Em termos relativos, também a Mesorregião Nordeste foi mais afetada pelo saldo, pois a sua taxa migratória líquida, que relaciona o saldo migratório com a população de 5 anos ou mais em 2010, foi de 2,14%, enquanto que na Centro Oriental foi de somente 0,30%. Nas demais regiões onde o saldo migratório é negativo, ressaltam-se as perdas de 50.748 pessoas na Mesorregião Noroeste Rio-grandense e de 27.623 indivíduos na Mesorregião Sudoeste Rio-grandense. Porém, em termos relativos, esse contingente representa uma taxa migratória líquida com maior peso na Mesorregião Sudoeste, de -4,09%, enquanto que, na primeira, essa taxa é de -2,76%.

**Tabela 3**  
**Imigrantes, emigrantes, saldo migratório, taxa líquida migratória, fluxo migratório e índice de eficácia das mesorregiões – Rio Grande do Sul – 2005-2010**

Períodos e mesorregiões	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Taxa líquida migratória (%)	Fluxo migratório	Índice de eficácia (%)
<b>2005 -2010</b>						
Noroeste Rio-grandense	57.882	108.629	-50.748	-2,76	166.511	-30,48
Nordeste Rio-grandense	64.702	43.472	21.230	2,14	108.174	19,63
Centro Ocidental Rio-grandense	24.979	34.149	-9.170	-1,81	59.128	-15,51
Centro Oriental Rio-grandense	31.285	29.112	2.173	0,30	60.397	3,60
Metropolitana de Porto Alegre	134.455	137.027	-2.572	-0,06	271.482	-0,95
Sudoeste Rio-grandense	23.463	51.086	-27.623	-4,09	74.549	-37,05
Sudeste Rio-grandense	26.252	33.875	-7.623	-0,89	60.127	-12,68

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota 1: Inclui outras mesorregiões do RS e do Brasil.

Nota 2: Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros.

### *Perfil dos migrantes da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre*

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre possuía 4,7 milhões de habitantes. É a mais populosa dentre as mesorregiões do estado, totalizando 44% da população gaúcha, mas com apenas 11,1% da área do estado. É formada pela capital, Porto Alegre, seu entorno e o litoral norte. Apresenta supremacia da população feminina, tendo uma razão de 93,3 homens para cada 100 mulheres (excedente feminino na ordem de 165 mil pessoas), a maior disparidade entre o volume populacional por sexo dentre todas as mesorregiões.

A distribuição etária é composta por 30% das pessoas abaixo de 20 anos, à semelhança do verificado para o estado, possuindo, porém, uma proporção menor de população na faixa etária de 55 anos ou mais (8,4%), a mais baixa entre as mesorregiões. A taxa de urbanização é a mais alta do estado – quase 94% da população da região vivia em áreas urbanas, de acordo com o Censo de 2010 –, tendo a maior densidade demográfica: 159 habitantes por km<sup>2</sup>. Segundo estimativas da FEE, possuía quase metade (49%) do PIB do Rio Grande do Sul em 2010, sendo o setor de serviços responsável por cerca de dois terços da produção total, seguido pela indústria, com um terço. O setor agropecuário tem uma participação próxima a zero.

Na indústria, cabe destaque para o refino de petróleo e a indústria de transformação. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), indicador sintético que visa medir o grau de desenvolvimento, elaborado pela FEE e inspirado no IDH, foi de 0,735 em 2010, superior ao do estado (0,727), sendo o segundo maior, superado apenas pelo da Mesorregião Nordeste.

A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais era de 3,48%, a segunda mais baixa dentre as mesorregiões gaúchas.

Embora tenha alguns dos melhores indicadores do estado, a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre apresentou no Censo de 2010 um saldo migratório de -2,5 mil pessoas, indicando uma diminuição da capacidade de atrair e de reter migrantes nas últimas três décadas. De fato, esse saldo vem se reduzindo: passou de 104 mil no período 1986-1991 para cerca de 66 mil em 1995-2000, conforme o estudo *Uma Análise do Fluxo Migratório no Rio Grande do Sul e suas Mesorregiões*, que consta nesta publicação. Pacheco e Patarra (1997) apontam que a menor atratividade ou capacidade de retenção de migrantes pelas regiões metropolitanas deve-se à desconcentração da atividade econômica e também a uma instabilidade crônica, representada pela flutuação do nível de atividade e pela diminuição da capacidade de absorção do mercado de trabalho.

Apesar disso, a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre continua sendo a principal área econômica do estado e apresentou o maior movimento migratório no período 2005-2010 em termos absolutos: cerca de 270 mil pessoas emigraram ou imigraram para essa região. Porém, quando se analisa esse fluxo migratório em relação à respectiva população de 5 anos ou mais, segundo o Censo 2010, essa mesorregião é a de menor percentual (5,72%) dentre todas. A taxa líquida migratória em 2010 também foi a menor, tendo um percentual próximo de zero (-0,06%) e indicando que, apesar de esses fluxos terem altos valores, eles se equivalem e ainda representam uma parcela insignificante da população da mesorregião (Tabela 4).

Para a população feminina, a quantidade de emigrantes foi menor do que a de imigrantes (98 para cada 100), ao passo que a população masculina apresentou razão inversa: 107 emigrantes para cada 100 imigrantes. Assim sendo, o saldo migratório da população masculina foi negativo (-4,3 mil pessoas), e o das mulheres, positivo (1,7 mil). Contudo, como essa mesorregião é bastante populosa, os respectivos saldos por sexo no período tiveram participações baixas se comparados com a população aferida pelo Censo 2010: -0,20% e 0,07%, respectivamente.

**Tabela 4**  
**Imigrantes e emigrantes de data fixa, residentes não migrantes, saldo migratório, razão emigrantes/imigrantes, fluxo migratório relativo à população e taxa líquida migratória**  
**Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre em relação à todas as mesorregiões do Brasil**  
**2005-2010**

Característica	Emigrantes	%	Imigrantes	%	Residentes não migrantes	Saldo migratório	Razão emigrantes/imigrantes	(Emigrantes + imigrantes) / população	Taxa líquida migratória
<b>Sexo</b>									
Masculino	69.832	51,0%	65.552	48,8%	48,1%	-4.280	1,07	6,33%	-0,20%
Feminino	67.196	49,0%	68.903	51,2%	51,9%	1.707	0,98	5,90%	0,07%
<b>Idade</b>									
5 a 19	34.592	25,2%	43.347	34,4%	24,5%	8.755	0,80	7,06%	0,79%
20 a 34	51.796	37,8%	48.390	38,4%	26,4%	-3.406	1,07	8,41%	-0,29%
35 a 64	45.510	33,2%	29.430	23,3%	39,9%	-16.080	1,55	4,28%	-0,92%
65 ou mais	5.130	3,7%	4.882	3,9%	9,1%	-248	1,05	2,51%	-0,06%
<b>Escolaridade (18 anos ou mais)</b>									
Baixa	47.847	47,1%	48.098	47,9%	61,3%	251	0,99	4,74%	0,01%
Média	28.527	28,1%	24.559	24,5%	24,4%	-3.968	1,16	6,56%	-0,49%
Alta	25.237	24,8%	27.781	27,7%	14,3%	2.544	0,91	10,88%	0,52%
<b>Rendimento domiciliar per capita</b>									
Menos de R\$102,5	7.059	5,2%	5.706	4,3%	4,5%	-1.353	1,24	6,36%	-0,67%
De R\$102,5 a menos de R\$205	11.040	8,1%	7.818	5,9%	7,6%	-3.222	1,41	5,63%	-0,96%
De R\$205 a menos de R\$510	35.431	26,1%	36.664	27,7%	31,9%	1.233	0,97	5,13%	0,09%
De R\$510 a menos de R\$1020	35.582	26,2%	35.660	26,9%	30,2%	78	1,00	5,36%	0,01%
De R\$1020 a menos de R\$2520	27.729	20,5%	29.207	22,0%	18,0%	1.478	0,95	7,09%	0,18%
A partir de R\$2520	18.711	13,8%	17.497	13,2%	7,7%	-1.214	1,07	10,46%	-0,35%

Fonte: Censo Demográfico (2010).

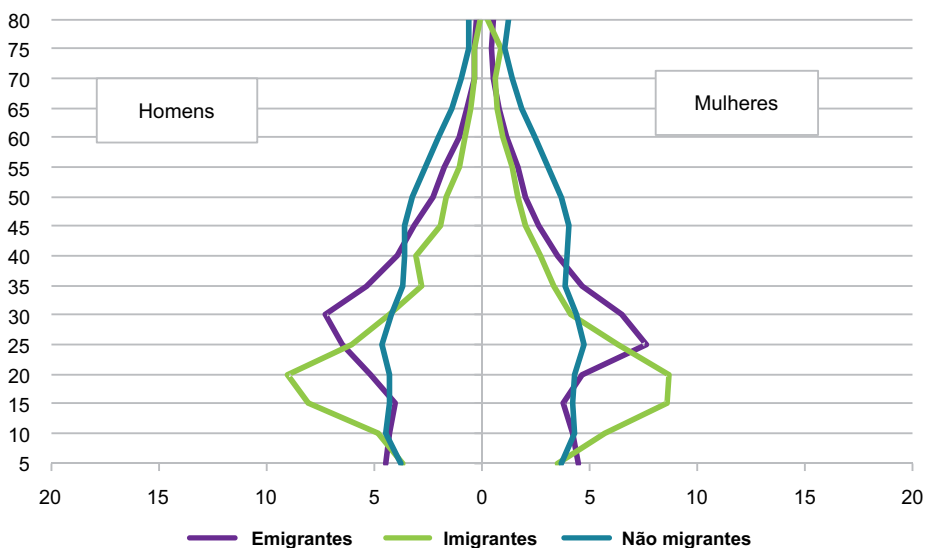
Nota 1: Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros.

Nota 2: As estatísticas são referentes à população com 5 anos ou mais.

Considerando-se as faixas etárias, observa-se um saldo migratório positivo entre os mais jovens (até 19 anos), que representavam 34,4% da população que entrou na mesorregião entre 2005 e 2010. A taxa líquida migratória nesta faixa etária foi de 0,79%. Este dado indica o acompanhamento dos pais, mas o diferencial provavelmente se deve à entrada de jovens em busca de formação educacional, uma vez que a mesorregião abriga a maior universidade do estado (UFRGS), além de outras importantes instituições de ensino superior.

Na estrutura etária (Gráfico 4), pode-se notar a diferença nas idades ao imigrar e emigrar para esta mesorregião, mostrando que as pessoas entram um pouco mais jovens (imigrantes) e saem um pouco mais velhas (emigrantes). É interessante observar que, na estrutura de emigração, há um pequeno diferencial entre mulheres e homens, indicando que as primeiras emigram um pouco antes. Há um grande contingente proporcional tanto de imigrantes quanto de emigrantes na faixa dos 20 aos 34 anos, em conformidade com as teorias migratórias anteriormente mencionadas, mas a taxa líquida migratória nesta faixa etária é de -0,29%. No estrato dos 35 aos 64 anos, há uma grande relevância da emigração, representando 33,2% do total de emigrantes e uma taxa líquida migratória de -0,92%. Os dados para essa faixa etária podem indicar a reemigração, de retorno ou não.

Os idosos, de 65 anos ou mais, ganharam população por migração, mas em pequena proporção, sendo que o saldo nesse grupo de idade foi de -248 pessoas, com a taxa líquida migratória mais próxima de zero (-0,06%).



**Gráfico 4**

**Pirâmide etária dos imigrantes, emigrantes e não-migrantes na Mesorregião Metropolitana Porto Alegre – 2005-2010**

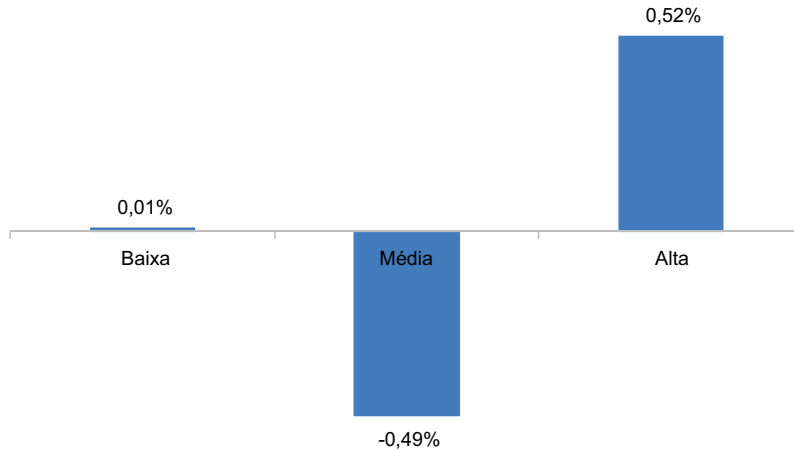
Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota: Os valores de idade representam o limite inferior de faixas etárias quinquenais.

A análise por escolaridade dos migrantes na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre revela a mesma tendência observada nas migrações em geral, de que os migrantes têm proporcionalmente escolaridade mais alta do que os não migrantes. Contudo, para essa mesorregião, este diferencial é um pouco mais baixo do que para o estado, apresentando taxas líquidas migratórias que mostram menos impacto na população: quase nula (0,01%) para escolaridade baixa, -0,49% para média, e 0,52% para alta (Gráfico 5). Essas taxas apontam que a proporção



de pessoas com escolaridade média deixando a região é mais significativa do que as demais (é a única com saldo migratório negativo).



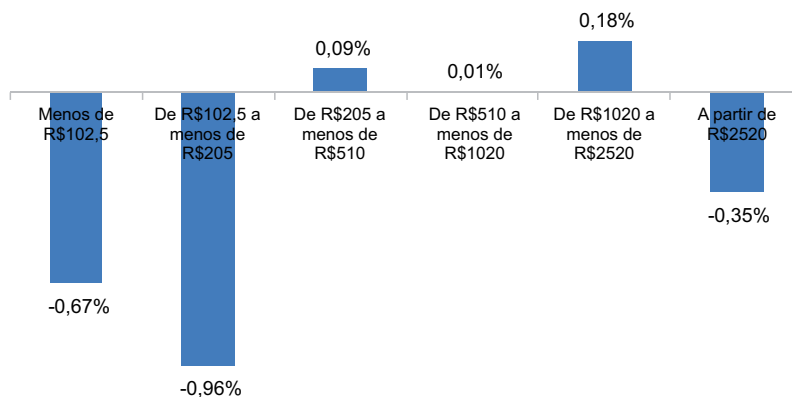
**Gráfico 5**  
Taxa líquida migratória por escolaridade – Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre  
2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

A Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre possui um saldo migratório negativo entre as duas faixas de renda mais baixas da população e a mais alta, essa última sendo menos representativa em termos relativos (Gráfico 6). Nas duas faixas de renda intermediárias, há um pequeno saldo migratório positivo, mas a sua participação na população de cada categoria de renda apresenta valores próximos de zero.

Os dados de renda, complementando os de escolaridade, também indicam a seletividade dos migrantes, que possuem proporcionalmente maior renda que os não migrantes (Tabela 4).

MIGRAÇÕES INTERNAS NOS DECÊNIOS  
1990 E 2000 EM UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
SELECIONADAS: MUDANÇAS E CONTINUIDADES



**Gráfico 6**  
Taxa líquida migratória por faixas de renda – Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

### *Perfil dos migrantes da Mesorregião Noroeste Rio-grandense*

A Mesorregião Noroeste Rio-grandense possui a segunda maior população do estado, representando 18,2% do total, e é também a segunda com menor proporção de população urbana: em torno de 71% dos residentes. É uma das mesorregiões com maior equilíbrio entre o número de homens e mulheres: 96,7 homens para cada 100 mulheres, tendo mais de 10% de sua população com 65 anos ou mais. Enquanto os municípios do extremo norte (junto ao Rio Uruguai) são formados principalmente por pequenas propriedades familiares, o sul dessa região se caracteriza pela produção em escala de soja e milho. Após a Mesorregião Metropolitana, é a que mais contribui para o PIB estadual, em torno de 15%. No entanto, o PIB per capita é 13% inferior ao do estado. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é uma das mais altas dentre as mesorregiões, mais de 6%. A agropecuária é um setor importante, sendo sua participação no PIB da mesorregião de 19%, duas vezes superior à sua proporção no PIB do RS, a segunda maior por mesorregião no estado. A indústria tem participação inferior a 20% no PIB. O Idese é igual ao do estado: 0,727. Passo Fundo é seu principal município.

A mesorregião apresentou a maior perda populacional por migração, com saldo migratório negativo de quase 51 mil pessoas, sendo a segunda com maior importância quando se analisa a taxa líquida migratória (-2,76%). Essa perda tem se mantido relativamente estável em números absolutos: no período 1986-1991, foi de cerca de 115 mil pessoas; em 1995-2000, em torno de 100 mil pessoas; e no período 2005-2010, aproximadamente 109 mil pessoas, conforme o texto *Uma Análise do Fluxo Migratório no Rio Grande do Sul e suas Mesorregiões*, que consta nesta publicação. Por ser uma região onde importante parcela de população reside na zona rural, tendo uma economia agrícola, há um reforço na tendência a que o volume de

população emigrante seja maior que o da imigrante. Dentre as demais mesorregiões, só tem fluxo de pessoas inferior ao da Mesorregião Metropolitana no período 2005-2010.

Tabela 5 Imigrantes e emigrantes de data fixa, residentes não migrantes, saldo migratório, razão emigrantes/imigrantes, fluxo migratório relativo à população e taxa líquida migratória Mesorregião Noroeste em relação à todas as mesorregiões do Brasil – 2005-2010									
Característica	Emigrantes	%	Imigrantes	%	Residentes não migrantes	Saldo migratório	Razão emigrantes/imigrantes	(Emigrantes + imigrantes) / população	Taxa líquida migratória
<b>Sexo</b>									
Masculino	53.169	48,9%	29.201	50,4%	49,0%	-23.968	1,82	9,15%	-2,66%
Feminino	55.463	51,1%	28.682	49,6%	51,0%	-26.781	1,93	9,00%	-2,86%
<b>Idade</b>									
5 a 19	27.815	25,6%	16.050	27,7%	24,2%	-11.765	1,73	9,84%	-2,64%
20 a 34	47.605	43,8%	22.635	39,1%	23,3%	-24.970	2,10	16,09%	-5,72%
35 a 64	28.432	26,2%	17.305	29,9%	41,3%	-11.127	1,64	6,09%	-1,48%
65 ou mais	4.779	4,4%	1.893	3,3%	11,2%	-2.886	2,52	3,31%	-1,43%
<b>Escolaridade (18 anos ou mais)</b>									
Baixa	42.408	53,7%	23.870	57,5%	70,6%	-18.538	1,78	6,82%	-1,91%
Média	17.621	22,3%	9.870	23,8%	17,4%	-7.751	1,79	11,28%	-3,18%
Alta	18.951	24,0%	7.758	18,7%	12,0%	-11.193	2,44	15,81%	-6,62%
<b>Rendimento domiciliar per capita</b>									
Menos de R\$102,5	4.881	4,5%	3.589	6,3%	5,9%	-1.292	1,36	7,83%	-1,19%
De R\$102,5 a menos de R\$205	6.375	5,9%	6.298	11,0%	9,2%	-77	1,01	7,51%	-0,05%
De R\$205 a menos de R\$510	30.872	28,8%	18.943	33,1%	35,2%	-11.929	1,63	7,75%	-1,86%
De R\$510 a menos de R\$1020	34.033	31,7%	15.298	26,7%	30,1%	-18.735	2,22	8,98%	-3,41%
De R\$1020 a menos de R\$2520	22.930	21,4%	9.131	16,0%	15,3%	-13.799	2,51	11,43%	-4,92%
A partir de R\$2520	8.262	7,7%	3.953	6,9%	4,2%	-4.309	2,09	15,55%	-5,49%

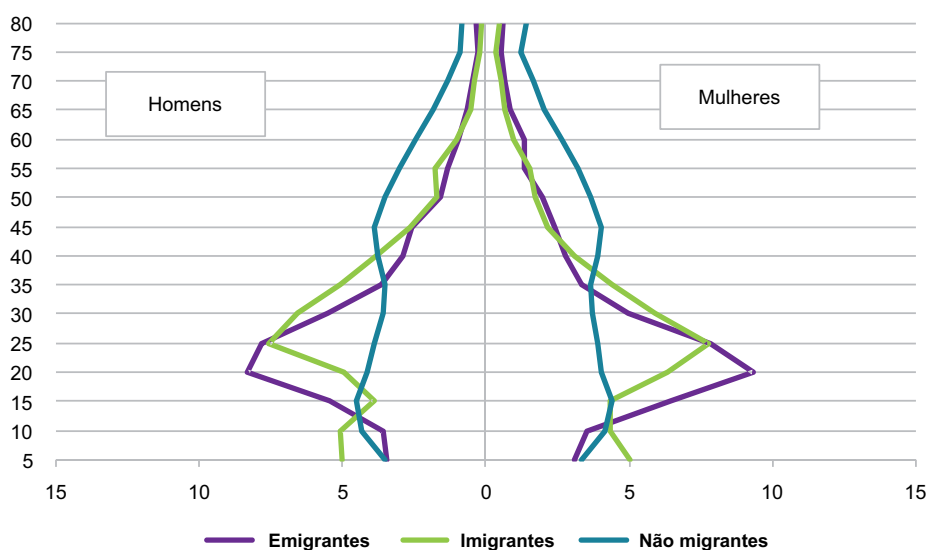
Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota 1: Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros.

Nota 2: As estatísticas são referentes à população com 5 anos ou mais.

Essa mesorregião perde população por saldo migratório em todas as faixas etárias, principalmente entre 20 e 34 anos e acima de 65 anos, nas quais há, respectivamente, 2,1 e 2,5 vezes mais emigrantes do que imigrantes. Sua perda populacional na faixa etária de 20 a 34 anos, somente no último quinquênio da década 2000, representou 5,7% da população dessa faixa em 2010. Nessa região, não há uma diferença elevada entre o comportamento

migratório dos sexos, sendo ambos presentes na exportação de população. Há uma ligeira predominância da emigração feminina (51,1%), que, como se pode observar na estrutura etária, emigra em maior volume na faixa dos 15 aos 19 anos, enquanto a emigração masculina apresenta-se mais distribuída, migrando entre os 15 e 24 anos. A partir da estrutura etária (Gráfico 7), pode-se perceber que a população que sai da mesorregião é mais concentrada nas faixas etárias mais jovens, com o pico começando entre 15 e 20 anos (considerando que a pessoa pode ter migrado até cinco anos antes da data da pesquisa), enquanto a população que imigra para a região o faz, principalmente, entre os 20 e 25 anos.

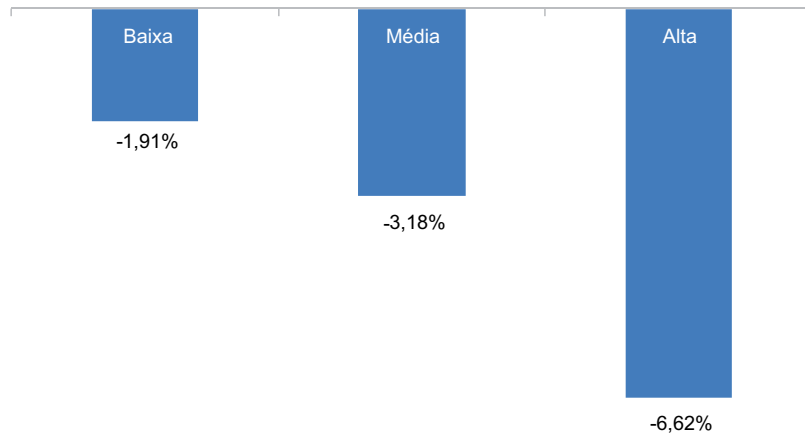


**Gráfico 7**  
Pirâmide etária dos imigrantes, emigrantes e não-migrantes na Mesorregião Noroeste 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota: Os valores de idade representam o limite inferior de faixas etárias quinquenais.

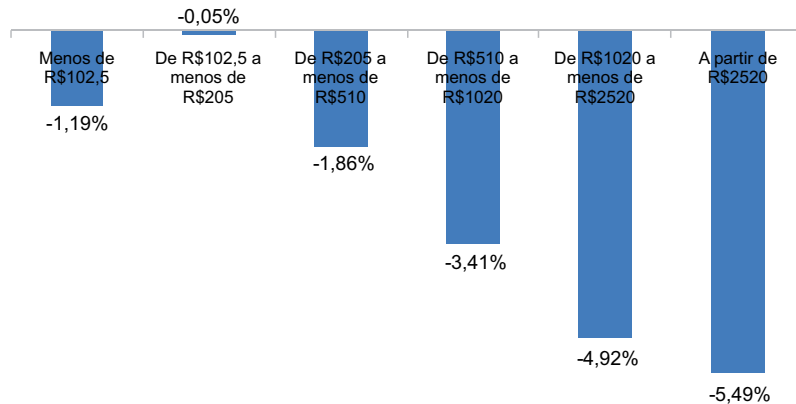
Com relação aos níveis de escolaridade, observa-se a mesma preponderância de migrantes com, proporcionalmente, mais escolaridade do que os não migrantes. Nesta região, o impacto da maior escolaridade é acentuado, sobretudo nas perdas migratórias. Há 2,4 vezes mais pessoas com escolaridade alta saindo do que entrando na mesorregião. As taxas líquidas migratórias (Gráfico 8) apontam para este impacto na população, com taxas negativas mais intensas conforme a escolaridade aumenta: -1,91% com nível baixo; -3,18% com nível médio; e -6,62% com nível alto de escolaridade.



**Gráfico 8**  
Taxa líquida migratória por escolaridade – Mesorregião Noroeste – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Em termos de renda domiciliar per capita, a Mesorregião Noroeste possui um saldo migratório negativo em todas as faixas, mas especialmente entre as mais altas, nas quais a participação negativa do saldo em relação à população nas respectivas faixas de renda em 2010 cresceu: de -1,86% para a faixa de R\$ 205 a menos de R\$ 510, passando para -3,41% na faixa seguinte e chegando a -4,92% e -5,49% nas faixas de renda domiciliar per capita mais altas.



**Gráfico 9**  
Taxa líquida migratória por faixas de renda – Mesorregião Noroeste – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Esta tendência de maior saldo negativo para a população de maior renda e escolaridade pode ser explicada, em grande parte, pela característica agrícola da região, que historicamente é expulsora de população de alta escolaridade e renda.

### *Perfil dos migrantes da Mesorregião Nordeste*

A Mesorregião Nordeste Rio-grandense abrange a serra gaúcha e os altos de cima da serra. Em 2010, foi a terceira com maior contribuição ao PIB estadual (12%), ao passo que sua população representava apenas 9,9%. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é a menor dentre as mesorregiões (3,4%), e ela tem o maior valor de Idese (0,773), além de apresentar a maior razão entre sexos: há 97,7 homens para cada 100 mulheres. É a segunda mesorregião com menor proporção de pessoas com 65 anos ou mais (8,6%) e a com maior renda per capita, equivalente a cerca de R\$ 29 mil, valor esse 24% maior que o PIB per capita do Rio Grande do Sul. A indústria corresponde a 40% do seu PIB, maior percentual dentre as mesorregiões, tendo a fabricação de caminhões e ônibus e a de peças e acessórios para veículos automotores uma forte participação. Seu principal município é Caxias do Sul.

A Mesorregião Nordeste Rio-grandense apresentou o maior saldo migratório dentre as mesorregiões gaúchas no período 2005-2010 (21,2 mil pessoas), valor um pouco acima do encontrado na década anterior, que ficou em torno de 19 mil pessoas, sendo quase duas vezes o saldo migratório do período 1986-1991, de 11,6 mil pessoas. A taxa líquida migratória, de acordo com os dados do Censo de 2010, teve uma pequena redução em relação ao Censo anterior, atingindo 2,14%, sendo a maior dentre as mesorregiões gaúchas, de acordo com o texto *Uma Análise do Fluxo Migratório no Rio Grande do Sul e suas Mesorregiões*, que consta nesta publicação. Em termos absolutos do número de imigrantes, só perde para a Mesorregião Metropolitana.

**Tabela 6**  
**Imigrantes e emigrantes de data fixa, residentes não migrantes, saldo migratório, razão emigrantes/imigrantes, fluxo migratório relativo à população e taxa líquida migratória**  
**Mesorregião Nordeste em relação à todas as mesorregiões do Brasil – 2005-2010**

Característica	Emigrantes	%	Imigrantes	%	Residentes não migrantes	Saldo migratório	Razão emigrantes/imigrantes	(Emigrantes + imigrantes) / população	Taxa líquida migratória
<b>Sexo</b>									
Masculino	22.209	51,1%	32.823	50,7%	49,2%	10.614	0,68	11,24%	2,17%
Feminino	21.261	48,9%	31.878	49,3%	50,8%	10.617	0,67	10,56%	2,11%
<b>Idade</b>									
5 a 19	10.534	24,2%	17.104	26,4%	22,8%	6.570	0,62	12,10%	2,88%
20 a 34	18.306	42,1%	30.561	47,2%	26,1%	12.255	0,60	17,92%	4,49%
35 a 64	12.843	29,5%	15.471	23,9%	41,6%	2.628	0,83	7,05%	0,65%
65 ou mais	1.788	4,1%	1.567	2,4%	9,6%	-221	1,14	3,72%	-0,24%
<b>Escolaridade (18 anos ou mais)</b>									
Baixa	16.430	50,5%	27.298	59,5%	63,6%	10.868	0,60	9,09%	2,26%
Média	8.621	26,5%	11.306	24,7%	22,4%	2.685	0,76	11,65%	1,57%
Alta	7.485	23,0%	7.259	15,8%	13,9%	-226	1,03	13,82%	-0,21%
<b>Rendimento domiciliar per capita</b>									
Menos de R\$102,5	1.803	4,2%	2.045	3,2%	2,9%	242	0,88	13,17%	0,83%
De R\$102,5 a menos de R\$205	3.246	7,6%	3.538	5,5%	4,3%	292	0,92	15,73%	0,68%
De R\$205 a menos de R\$510	11.686	27,3%	18.298	28,5%	24,6%	6.612	0,64	12,17%	2,68%
De R\$510 a menos de R\$1020	12.362	28,9%	23.986	37,3%	36,1%	11.624	0,52	10,14%	3,24%
De R\$1020 a menos de R\$2520	9.150	21,4%	12.766	19,9%	25,5%	3.616	0,72	8,80%	1,45%
A partir de R\$2520	4.494	10,5%	3.655	5,7%	6,5%	-839	1,23	12,75%	-1,31%

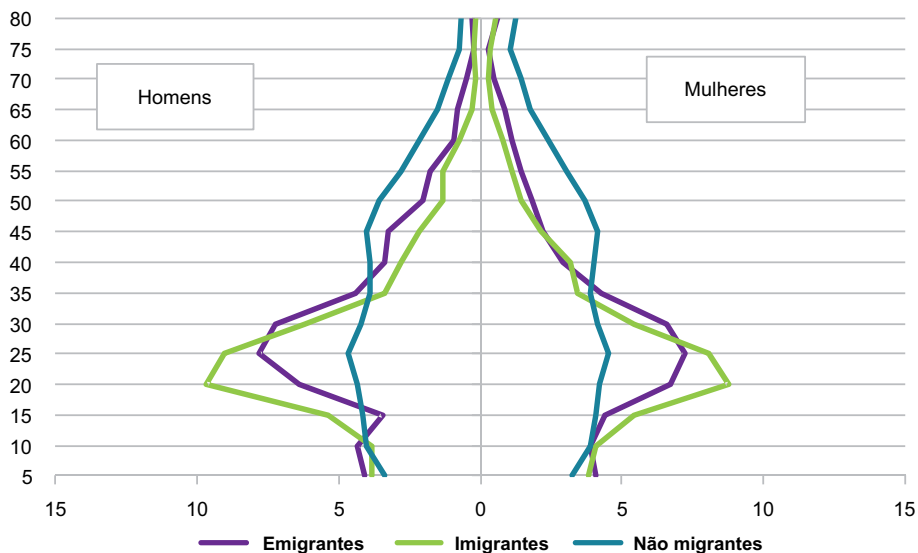
Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota 1: Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros.

Nota 2: As estatísticas são referentes à população com 5 anos ou mais.

A mesorregião possui saldo migratório positivo em todas as faixas de idade, exceto na de 65 anos ou mais, na qual ocorreram 14% mais emigrações do que imigrações no período em análise. Destaca-se, em movimento inverso, a faixa etária de 20 a 34 anos, na qual a quantidade de emigrantes foi 60% menor do que a de imigrantes, tendo o seu saldo migratório representado 4,49% da população dessa idade em 2010. A estrutura etária (Gráfico 10) indica que os imigrantes chegam à mesorregião com idade na faixa de 15

a 24 anos, um pouco mais jovens do que os emigrantes, que estão mais distribuídos na faixa de 20 a 29 anos.



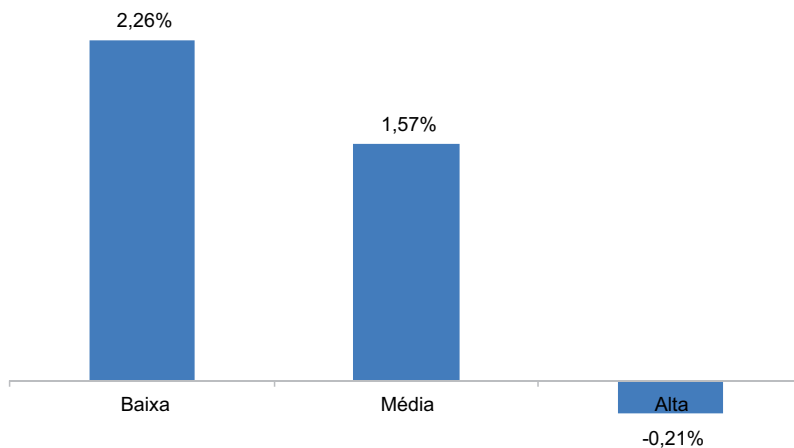
**Gráfico 10**  
**Pirâmide etária dos imigrantes, emigrantes e não- migrantes na Mesorregião Nordeste 2005-2010**

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota: Os valores de idade representam o limite inferior de faixas etárias quinquenais.

Com relação à escolaridade, embora a mesorregião apresente taxas positivas de migração geral, percebe-se que a perda populacional está mais concentrada entre as pessoas com escolaridade alta, com impacto de -0,21% da população (Gráfico 11). O maior ganho populacional está no estrato de escolaridade baixa (2,26%) e média (1,57%). A região perde, portanto, pessoas mais escolarizadas do que ganha. Ainda assim, é possível notar que, proporcionalmente, tanto os emigrantes quanto os imigrantes são mais escolarizados do que a população não migrante.

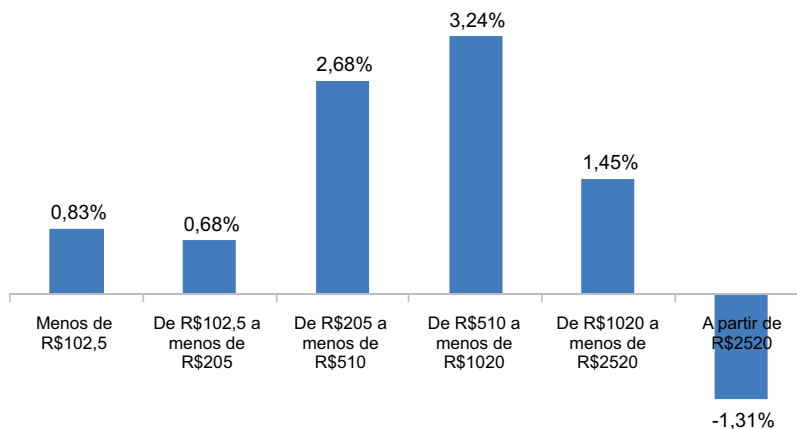




**Gráfico 11**  
Taxa líquida migratória por escolaridade – Mesorregião Nordeste – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Essa região apresenta saldo migratório positivo para todas as faixas de renda, exceto para a de maior ganho (Gráfico 12). A participação do saldo em relação à população total de 2010 é maior nas faixas intermediárias de renda, chegando a 3,24% no estrato de R\$ 510 a menos de R\$ 1.020.



**Gráfico 12**  
Taxa líquida migratória por faixas de renda – Mesorregião Nordeste – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

É provável que a mesorregião atraia mais jovens trabalhadores de menor escolaridade do que pessoas de mais idade e de maior renda e escolaridade em decorrência da procura por trabalho na indústria caxiense.

### *Perfil dos migrantes da Mesorregião Centro Ocidental*

A Centro Ocidental é a mesorregião com a menor população, aproximadamente 537 mil pessoas, segundo o Censo Demográfico de 2010, equivalentes a 5% dos habitantes do estado naquele ano. Sua participação no total do PIB é de 3,4%, possuindo o menor PIB per capita dentre todas as mesorregiões, de R\$ 16 mil, valor 32% inferior ao do estado. A agropecuária tem um peso importante no seu PIB (17%), o que representa cerca do dobro da participação desse setor no PIB do estado. O Idese foi de 0,696 em 2010, valor que representa o terceiro pior das mesorregiões gaúchas nesse indicador. É a mesorregião gaúcha com maior proporção de pessoas com 65 anos ou mais: 10,7%. Destacam-se o cultivo de cereais para grãos e criação de bovinos como setores importantes em sua renda. Seu principal município é Santa Maria.

A Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense apresentou um saldo migratório negativo, entre 1986-1991, de -4,2 mil pessoas, aumentando um pouco em 1995-2000, mas ainda negativo, na ordem de 1,4 mil pessoas, segundo o estudo *Uma Análise do Fluxo Migratório no Rio Grande do Sul e suas Mesorregiões*, que consta nesta publicação. De acordo com o Censo de 2010, seu saldo migratório foi de -9,2 mil pessoas, com taxa migratória líquida de -1,81%, indicadores que colocam a mesorregião como a terceira em perdas populacionais devido à emigração.

**Tabela 7**  
**Imigrantes e emigrantes de data fixa, residentes não migrantes, saldo migratório, razão emigrantes/imigrantes, fluxo migratório relativo à população e taxa líquida migratória Mesorregião Centro Ocidental em relação à todas as mesorregiões do Brasil – 2005-2010**

Característica	Emigrantes	%	Imigrantes	%	Residentes não migrantes	Saldo migratório	Razão emigrantes/imigrantes	(Emigrantes + imigrantes) / população	Taxa líquida migratória
<b>Sexo</b>									
Masculino	16.730	49,0%	12.294	49,2%	48,3%	-4.436	1,36	11,85%	-1,81%
Feminino	17.420	51,0%	12.685	50,8%	51,7%	-4.735	1,37	11,52%	-1,81%
<b>Idade</b>									
5 a 19	6.657	19,5%	6.815	27,3%	23,8%	158	0,98	11,11%	0,13%
20 a 34	17.755	52,0%	9.415	37,7%	23,9%	-8.340	1,89	21,82%	-6,70%
35 a 64	8.497	24,9%	7.707	30,9%	40,6%	-790	1,10	7,97%	-0,39%
65 ou mais	1.242	3,6%	1.042	4,2%	11,7%	-200	1,19	3,99%	-0,35%
<b>Escolaridade (18 anos ou mais)</b>									
Baixa	9.526	36,1%	7.421	41,7%	64,7%	-2.105	1,28	6,93%	-0,86%
Média	7.125	27,0%	4.692	26,3%	20,2%	-2.433	1,52	15,03%	-3,09%
Alta	9.757	36,9%	5.703	32,0%	15,1%	-4.054	1,71	25,33%	-6,64%
<b>Rendimento domiciliar per capita</b>									
Menos de R\$102,5	1.588	4,7%	1.544	6,3%	6,0%	-44	1,03	10,42%	-0,15%
De R\$102,5 a menos de R\$205	1.886	5,6%	2.037	8,3%	11,2%	151	0,93	7,05%	0,27%
De R\$205 a menos de R\$510	6.438	19,0%	6.480	26,3%	35,4%	42	0,99	7,33%	0,02%
De R\$510 a menos de R\$1020	9.395	27,8%	6.343	25,7%	25,5%	-3.052	1,48	12,24%	-2,37%
De R\$1020 a menos de R\$2520	9.126	27,0%	5.810	23,6%	16,0%	-3.316	1,57	18,09%	-4,02%
A partir de R\$2520	5.364	15,9%	2.433	9,9%	5,9%	-2.931	2,20	25,43%	-9,56%

Fonte: Censo Demográfico (2010).

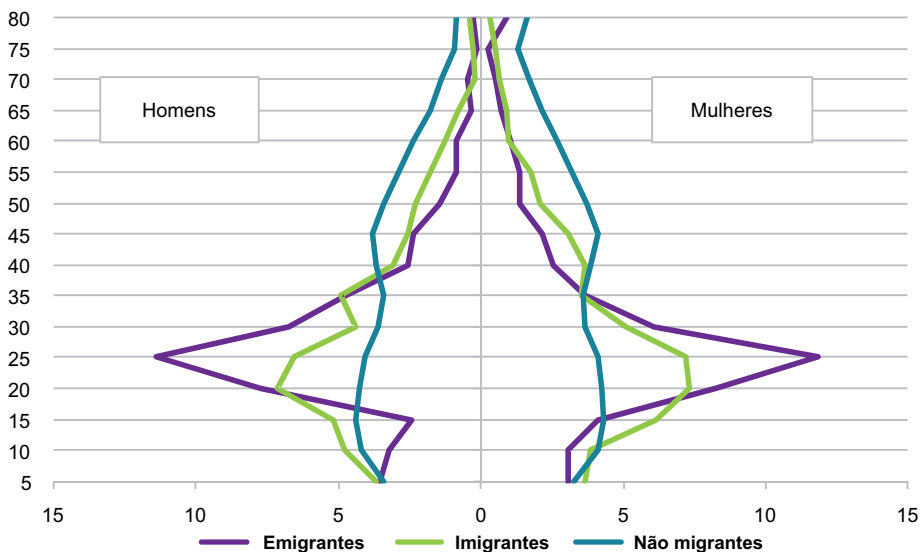
Nota 1: Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros.

Nota 2: As estatísticas são referentes à população com 5 anos ou mais.

A única faixa de idade na qual a migração não representa um impacto negativo na população é a de pessoas com menos de 19 anos. A maior perda populacional ocorre entre as pessoas de 20 a 34 anos, representando um impacto na população da ordem de -6,70% (taxa migratória líquida). Nas demais faixas, o peso é negativo, mas próximo de zero.

A estrutura etária da população não migrante (Gráfico 13) apresenta-se já mais envelhecida (é a mesorregião com maior número de idosos), e se pode perceber a perda migratória

entre os mais jovens, com a estrutura etária dos emigrantes apresentando um fluxo bem estabelecido na faixa dos 20 aos 24 anos. É significativa a concentração da saída de homens e mulheres nesta faixa etária. Já a estrutura etária dos imigrantes, também predominantemente jovem, encontra-se mais distribuída entre as faixas de 15 aos 24 anos para mulheres e de 15 aos 34 para homens.

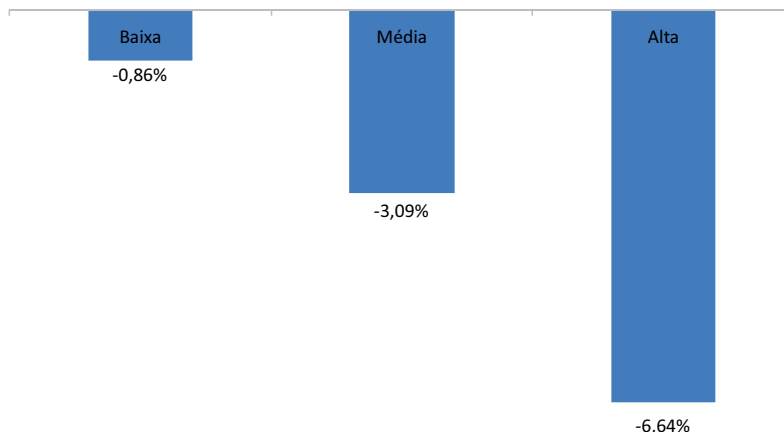


**Gráfico 13**  
 Pirâmide etária dos imigrantes, emigrantes e não- migrantes na Mesorregião Centro Ocidental 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota: Os valores de idade representam o limite inferior de faixas etárias quinquenais.

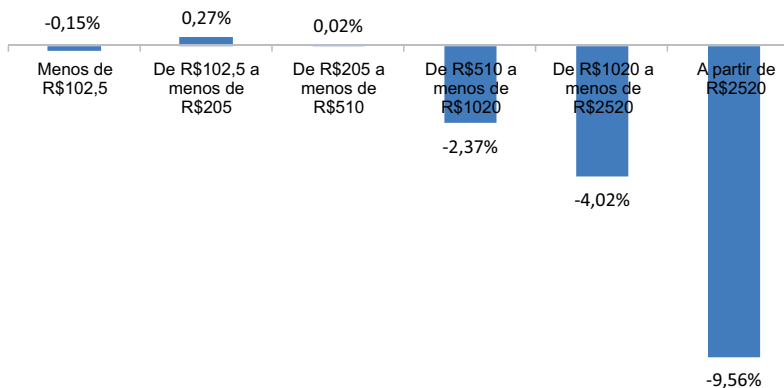
Os dados de escolaridade exibem taxas líquidas negativas em todos os níveis, mas mostram um peso maior da saída de população com escolaridade média, na ordem de -3,09%, e alta, com taxa de -6,64% (Gráfico 14). O impacto se mostra também pela razão entre emigração e imigração: saem 1,74 vezes mais pessoas de escolaridade alta do que entram (Tabela 7). Pode-se notar a seleção positiva das pessoas que realizaram algum deslocamento em relação à população não migrante: 36,9% dos emigrantes e 32% dos imigrantes tinham escolaridade alta, ante apenas 15% da população não migrante.



**Gráfico 14**  
Taxa líquida migratória por escolaridade – Mesorregião Centro Ocidental – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Essa mesorregião possui um saldo migratório próximo a zero nas três faixas com menor renda. Nas de renda mais alta, apresenta saldo migratório negativo mais significativo, oscilando em torno de 3 mil pessoas. A participação do saldo em relação à faixa de renda (taxa migratória líquida) (Gráfico 15) cresce com o aumento da variável: passa de -2,37%, na faixa de R\$ 500 a menos de R\$ 1.020; para -4,02%, na faixa logo acima; e alcança -9,56% da população de renda mais alta. Ou seja, a mesorregião com menor participação no PIB é a que mais expulsa, proporcionalmente, as populações de maiores rendas.



**Gráfico 15**  
Taxa líquida migratória por faixa de renda – Mesorregião Centro Ocidental – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

### *Perfil dos migrantes da Mesorregião Centro Oriental*

A Centro Oriental é a mesorregião com menor área (17,2 mil km<sup>2</sup>), representando cerca de 6% do território do Rio Grande do Sul, e possui a segunda maior densidade demográfica, com 45,30 habitantes por km<sup>2</sup>. Tem a menor taxa de urbanização (apenas 69,8% de sua população reside na zona urbana), e o PIB per capita, assim como o Idese, é semelhante ao do estado. Seus percentuais de participação da indústria e agropecuária no PIB (35% e 13%, respectivamente) são maiores do que as proporções desses setores no estado. Fumo e fabricação de cigarro possuem importância na região. Seu principal município é Santa Cruz do Sul.

Na Mesorregião Centro Oriental Rio-grandense, o saldo migratório foi negativo entre 1986-1991 (-2,4 mil), passou a ser positivo no período 1995-2000 (5,9 mil), e em 2005-2010, continuou positivo, porém em menor escala, com 2,2 mil pessoas, conforme constatado no texto *Uma Análise do Fluxo Migratório no Rio Grande do Sul e suas Mesorregiões*, divulgado nesta publicação. Esse contingente representa uma taxa líquida migratória de apenas 0,30%.

**Tabela 8**  
**Imigrantes e emigrantes de data fixa, residentes não migrantes, saldo migratório, razão emigrantes/imigrantes, fluxo migratório relativo à população e taxa líquida migratória Mesorregião Centro Oriental em relação à todas as mesorregiões do Brasil – 2005-2010**

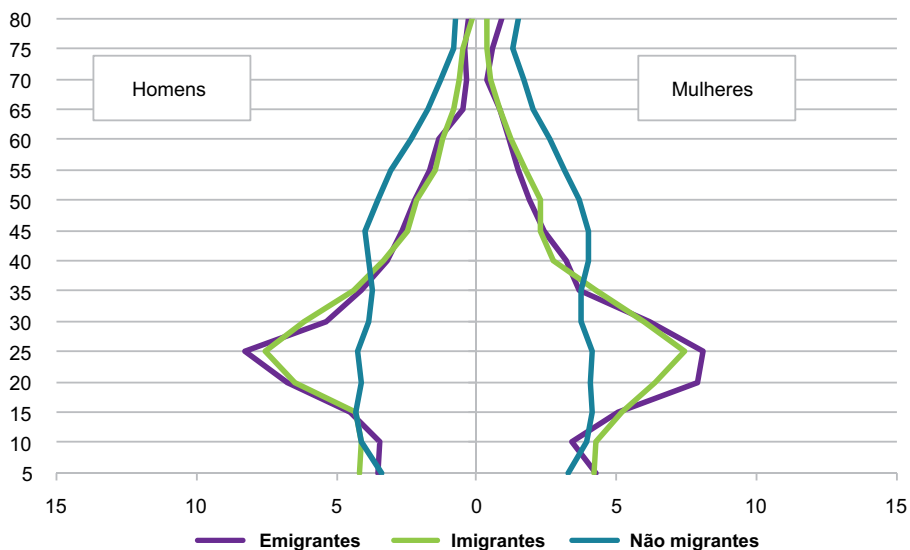
Característica	Emigrantes	%	Imigrantes	%	Residentes não migrantes	Saldo migratório	Razão emigrantes/imigrantes	(Emigrantes + imigrantes) / população	Taxa líquida migratória
<b>Sexo</b>									
Masculino	14.132	48,5%	15.611	49,9%	49,1%	1.479	0,91	8,24%	0,41%
Feminino	14.980	51,5%	15.675	50,1%	50,9%	695	0,96	8,19%	0,19%
<b>Idade</b>									
5 a 19	7.051	24,2%	8.216	26,3%	23,1%	1.165	0,86	8,94%	0,68%
20 a 34	12.390	42,6%	12.508	40,0%	24,2%	118	0,99	13,61%	0,06%
35 a 64	8.423	28,9%	9.290	29,7%	41,5%	867	0,91	5,87%	0,29%
65 ou mais	1.247	4,3%	1.271	4,1%	11,1%	24	0,98	3,16%	0,03%
<b>Escolaridade (18 anos ou mais)</b>									
Baixa	11.025	51,1%	13.496	59,3%	72,4%	2.471	0,82	6,08%	0,61%
Média	5.499	25,5%	5.218	22,9%	17,5%	-281	1,05	10,75%	-0,28%
Alta	5.038	23,4%	4.047	17,8%	10,1%	-991	1,24	15,58%	-1,70%
<b>Rendimento domiciliar per capita</b>									
Menos de R\$102,5	1.375	4,8%	1.392	4,5%	4,7%	17	0,99	8,02%	0,05%
De R\$102,5 a menos de R\$205	2.240	7,9%	2.634	8,6%	7,5%	394	0,85	8,83%	0,71%
De R\$205 a menos de R\$510	7.061	24,8%	10.248	33,3%	33,7%	3.187	0,69	7,04%	1,30%
De R\$510 a menos de R\$1020	8.567	30,0%	9.235	30,0%	33,4%	668	0,93	7,31%	0,27%
De R\$1020 a menos de R\$2520	6.297	22,1%	5.108	16,6%	16,9%	-1.189	1,23	9,24%	-0,96%
A partir de R\$2520	2.983	10,5%	2.171	7,1%	3,8%	-812	1,37	17,98%	-2,83%

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota 1: Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros.

Nota 2: As estatísticas são referentes à população com 5 anos ou mais.

O ganho por migração ocorreu em quase todas as faixas etárias quinquenais (Gráfico 16), mas com impacto na população próximo de zero. A estrutura etária mostra que os imigrantes e emigrantes se deslocam quando jovens, entre os 15 e 30 anos, com maior intensidade dos 20 aos 24 anos, a única faixa que apresenta um saldo ligeiramente negativo.



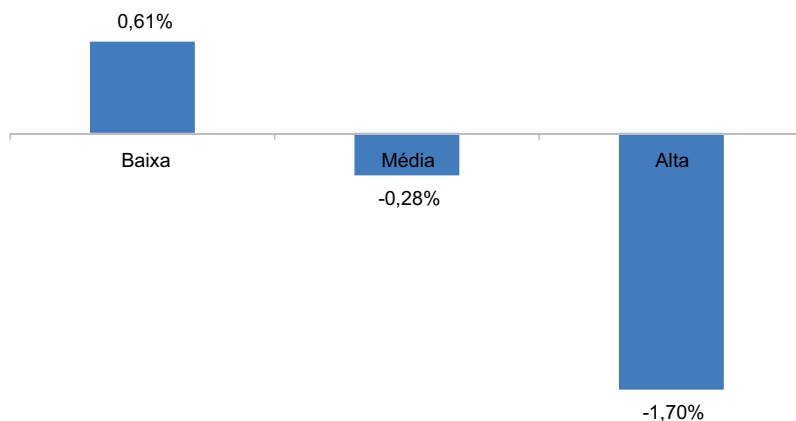
**Gráfico 16**  
 Pirâmide etária dos imigrantes, emigrantes e não-migrantes na Mesorregião Centro Oriental 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota: Os valores de idade representam o limite inferior de faixas etárias quinquenais.

A análise das informações sobre educação mostra que o ganho populacional é impactado, sobretudo, pela população com baixa escolaridade, enquanto a perda está relacionada mais à população com alta escolaridade. A taxa líquida migratória (Gráfico 17) para a população de escolaridade baixa foi de 0,61%, passando a ter quase nenhuma influência entre os de escolaridade média (-0,28%) e impacto negativo na população de escolaridade alta (-1,70%).

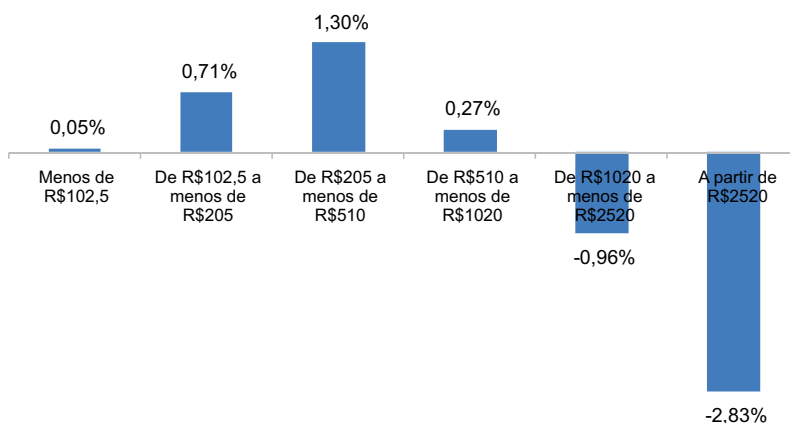




**Gráfico 17**  
Taxa líquida migratória por escolaridade – Mesorregião Centro Oriental – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Ao se analisar o comportamento para as diferentes faixas de renda, percebe-se que, quanto menor é o rendimento, maior é o ganho populacional, provavelmente relacionado aos empregos na produção de fumo e na indústria de fabricação de cigarros, que não oferecem salários muito altos. A Mesorregião Centro Oriental possui saldo migratório negativo nas duas faixas de renda mais elevadas: em termos relativos, -0,96% e -2,83% em relação à população total de 2010 nas respectivas categorias (Gráfico 18).



**Gráfico 18**  
Taxa líquida migratória por faixa de renda – Mesorregião Centro Oriental – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

### *Perfil dos migrantes da Mesorregião Sudoeste*

A Mesorregião Sudoeste faz fronteira com a Argentina e o Uruguai e possui a menor densidade demográfica do estado: apenas 11,53 habitantes por km<sup>2</sup>, frente os 39,77 do Rio Grande do Sul. É a segunda maior mesorregião em área, representando 23,3% do total do estado, enquanto que sua população equivale a menos de 7% do total do estado. É a terceira pior em termos de analfabetismo – 5,85% da população de 15 anos ou mais é considerada analfabeta – e apresenta a maior proporção de população abaixo de 20 anos – 31,6%, de acordo com o Censo de 2010. O Idese é o menor do estado e igual ao da Mesorregião Sudeste: 0,675. Possui o segundo menor PIB per capita, de apenas R\$ 17,5 mil por ano, valor 26% inferior à média do estado. Dentre todas as mesorregiões é a que apresenta maior participação da agropecuária no PIB (24%), tendo a produção de arroz e o rebanho de bovinos um papel relevante. Uruguaiana e Bagé são seus principais municípios.

A Mesorregião Sudoeste Rio-grandense vem tendo perdas populacionais crescentes na comparação entre os três últimos censos demográficos: seu saldo migratório foi de -12 mil entre 1986-1991, passando para -19,9 mil em 1995-2000, e chegando a -27,6 mil em 2005-2010, de acordo com o estudo *Uma Análise do Fluxo Migratório no Rio Grande do Sul e suas Mesorregiões*, que consta nesta publicação. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, em termos absolutos, é a terceira com maior número de emigrantes (51,1 mil), porém, em termos relativos, é a mesorregião com a menor taxa migratória líquida (-4,09%), ou seja, tem o maior impacto de perda populacional com a emigração.

Depois da Noroeste, a Sudoeste Rio-Grandense é a mesorregião gaúcha que apresenta a maior evasão populacional, sendo seu saldo migratório quase 10% superior para as mulheres (-14.452) na comparação com os homens (-13.170). A relação entre o número de emigrantes e o de imigrantes é 2,3 vezes para as mulheres e quase 2,1 para os homens, valores superiores aos de todas as mesorregiões analisadas.

**Tabela 9**  
**Imigrantes e emigrantes de data fixa, residentes não migrantes, saldo migratório, razão emigrantes/imigrantes, fluxo migratório relativo à população e taxa líquida migratória Mesorregião Sudoeste em relação à todas as mesorregiões do Brasil – 2005-2010**

Característica	Emigrantes	%	Imigrantes	%	Residentes não migrantes	Saldo migratório	Razão emigrantes/imigrantes	(Emigrantes + imigrantes) / população	Taxa líquida migratória
<b>Sexo</b>									
Masculino	25.356	49,6%	12.186	51,9%	48,5%	-13.170	2,08	11,43%	-4,01%
Feminino	25.729	50,4%	11.277	48,1%	51,5%	-14.452	2,28	10,65%	-4,16%
<b>Idade</b>									
5 a 19	13.112	25,7%	6.064	25,8%	26,9%	-7.048	2,16	10,54%	-3,88%
20 a 34	22.524	44,1%	9.718	41,4%	22,7%	-12.806	2,32	20,43%	-8,12%
35 a 64	13.540	26,5%	6.728	28,7%	39,6%	-6.812	2,01	7,65%	-2,57%
65 ou mais	1.909	3,7%	954	4,1%	10,8%	-955	2,00	4,01%	-1,34%
<b>Escolaridade (18 anos ou mais)</b>									
Baixa	19.366	53,2%	7.644	45,0%	69,8%	-11.722	2,53	7,91%	-3,43%
Média	10.669	29,3%	4.591	27,0%	19,9%	-6.078	2,32	15,31%	-6,10%
Alta	6.383	17,5%	4.742	27,9%	10,3%	-1.641	1,35	20,69%	-3,05%
<b>Rendimento domiciliar per capita</b>									
Menos de R\$102,5	1.937	3,8%	2.348	10,2%	8,2%	411	0,82	7,72%	0,74%
De R\$102,5 a menos de R\$205	3.956	7,8%	2.583	11,2%	15,5%	-1.373	1,53	6,34%	-1,33%
De R\$205 a menos de R\$510	15.886	31,4%	5.522	23,9%	41,1%	-10.364	2,88	7,86%	-3,80%
De R\$510 a menos de R\$1020	15.840	31,4%	5.429	23,5%	21,9%	-10.411	2,92	14,39%	-7,04%
De R\$1020 a menos de R\$2520	10.076	19,9%	4.871	21,1%	10,0%	-5.205	2,07	21,45%	-7,47%
A partir de R\$2520	2.830	5,6%	2.375	10,3%	3,4%	-455	1,19	21,53%	-1,88%

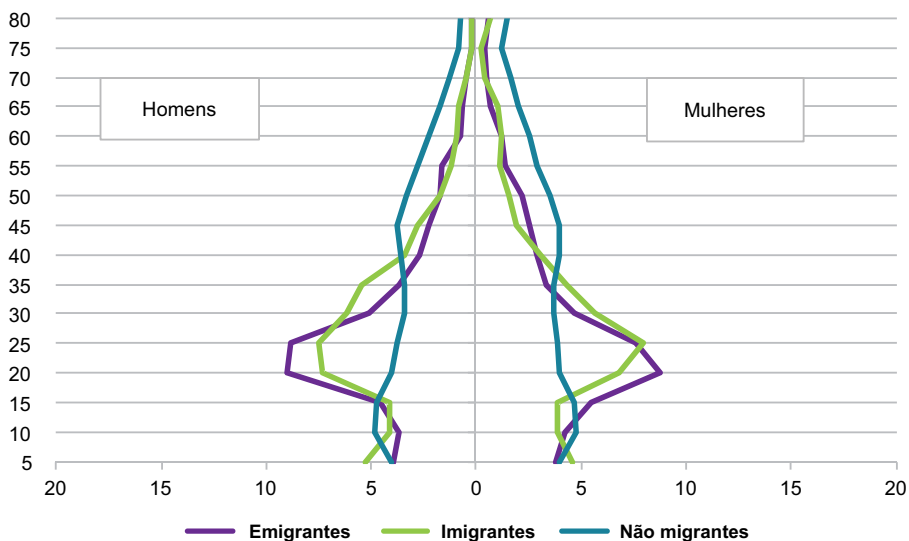
Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota 1: Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros.

Nota 2: As estatísticas são referentes à população com 5 anos ou mais.

Essa mesorregião, de menor densidade demográfica e menor PIB per capita do estado, perde população por saldo migratório em todas as faixas etárias, apresentando, em cada uma, pelo menos duas vezes mais emigrantes do que imigrantes. Destaca-se a evasão entre os jovens: o impacto na população nesta faixa etária foi de -8,12% (taxa líquida migratória), sendo a razão entre emigrantes e imigrantes de 2,32. Observando-se as estruturas etárias dos migrantes e não migrantes (Gráfico 19), nota-se o efeito da alta emigração de jovens entre a população não migrante. Também é possível observar que os homens que saem da

mesorregião o fazem predominantemente dos 15 aos 24 anos, enquanto os que chegam apresentam uma estrutura mais distribuída até os 34 anos.

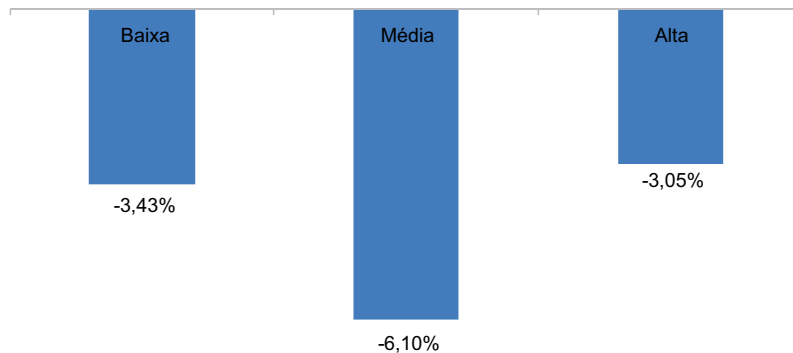


**Gráfico 19**  
Pirâmide etária dos imigrantes, emigrantes e não- migrantes na Mesorregião Sudoeste 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota: Os valores de idade representam o limite inferior de faixas etárias quinquenais.

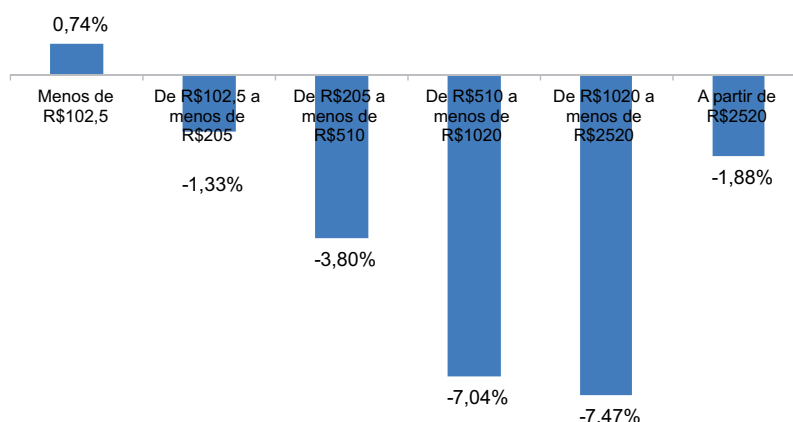
A Mesorregião Sudoeste apresentou perda migratória concentrada na população de escolaridade média, com impacto de -6,20% na população total com esta escolaridade (gráfico 20). Foi também observada perda migratória nas faixas populacionais com baixa e alta escolaridade, mas em menor intensidade: -3,43% e -3,05%, respectivamente. Este é um perfil diferenciado das outras mesorregiões, que apresentam perdas mais acentuadas na população de alta escolaridade, e ocorre, possivelmente, pelas primeiras Instituições de Ensino Superior Públicas da região datarem do final da década de 2000, ainda não tendo formado pessoas de alta escolaridade que pudessem emigrar.



**Gráfico 20**  
Taxa líquida migratória por escolaridade – Mesorregião Sudeste – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Os saldos migratórios são negativos em todas as faixas de renda, exceto na camada mais baixa, na qual o balanço registra 411 pessoas. Isto ocorre, possivelmente, porque as grandes extensões territoriais dificultam a evasão para áreas próximas, e a economia predominantemente agrícola fixa a parcela mais pobre da população na terra. As principais perdas ocorrem nas duas faixas de renda intermediária (de R\$ 205 a R\$ 1.020), com evasão em torno de 10 mil pessoas, representando, respectivamente, -3,80% e -7,04% da população em 2010 (Gráfico 21). Nesses estratos, o número de emigrantes é quase três vezes maior do que o de imigrantes. A faixa de renda de R\$ 1.020 a menos de R\$ 2.520, apesar de apresentar um saldo negativo de 5.205 pessoas, teve uma perda relativa de 7,47% da população deste estrato em 2010. Esses dois últimos índices são os de maior perda proporcional no Rio Grande do Sul.



**Gráfico 21**  
Taxa líquida migratória por faixa de renda – Mesorregião Sudeste – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

### *Perfil dos migrantes da Mesorregião Sudeste*

A Mesorregião Sudeste representa 8,5% da população do estado e 7,1% do PIB gaúcho. Tem papel importante na sua indústria a fabricação de óleos vegetais e o beneficiamento de arroz, mas se deve destacar também o polo naval de Rio Grande, com um grande potencial de desenvolvimento para a região na década de 2010. O PIB per capita é 18% inferior ao do estado, e o Idese, junto com o da Sudoeste, é o mais baixo dentre as mesorregiões gaúchas. Seu principal município é Pelotas.

A Mesorregião Sudeste Rio-grandense apresentou, nos três últimos censos, um saldo migratório negativo relativamente pequeno em termos absolutos, que variou de -5,3 mil, em 1986-1991, para -9,4 mil, em 1995-2000, e -7,6 mil, em 2005-2010, conforme o texto *Uma Análise do Fluxo Migratório no Rio Grande do Sul e suas Mesorregiões*, que consta nesta publicação. De acordo com o último Censo Demográfico, sua taxa líquida migratória foi de -0,89%.

**Tabela 10**  
**Imigrantes e emigrantes de data fixa, residentes não migrantes, saldo migratório, razão emigrantes/imigrantes, fluxo migratório relativo à população e taxa líquida migratória Mesorregião Sudeste em relação à todas as mesorregiões do Brasil – 2005-2010**

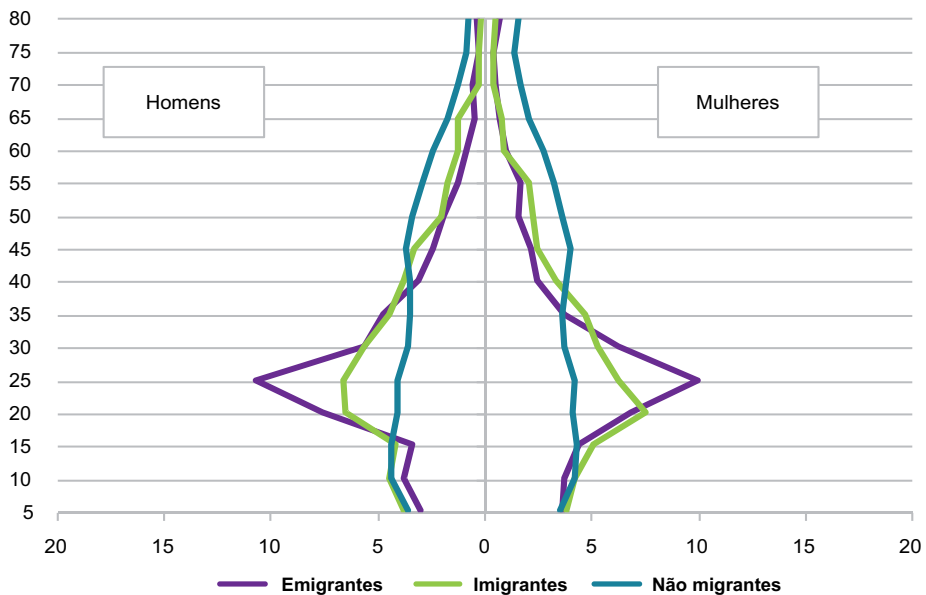
Característica	Emigrantes	%	Imigrantes	%	Residentes não migrantes	Saldo migratório	Razão emigrantes/imigrantes	(Emigrantes + imigrantes) / população	Taxa líquida migratória
<b>Sexo</b>									
Masculino	17.108	50,5%	13.131	50,0%	48,3%	-3.977	1,30	7,29%	-0,96%
Feminino	16.766	49,5%	13.121	50,0%	51,7%	-3.645	1,28	6,74%	-0,82%
<b>Idade</b>									
5 a 19	7.469	22,0%	6.701	25,5%	24,4%	-768	1,11	6,77%	-0,37%
20 a 34	15.954	47,1%	9.969	38,0%	23,8%	-5.985	1,60	12,46%	-2,88%
35 a 64	9.096	26,9%	8.485	32,3%	40,5%	-611	1,07	5,09%	-0,18%
65 ou mais	1.355	4,0%	1.101	4,2%	11,4%	-254	1,23	2,57%	-0,27%
<b>Escolaridade (18 anos ou mais)</b>									
Baixa	11.426	44,9%	7.574	38,2%	70,4%	-3.852	1,51	4,20%	-0,85%
Média	6.480	25,5%	5.901	29,8%	18,2%	-579	1,10	10,22%	-0,48%
Alta	7.548	29,7%	6.349	32,0%	11,4%	-1.199	1,19	17,69%	-1,53%
<b>Rendimento domiciliar per capita</b>									
Menos de R\$102,5	1.538	4,6%	2.074	8,0%	7,6%	536	0,74	5,56%	0,83%
De R\$102,5 a menos de R\$205	1.313	3,9%	2.413	9,3%	12,4%	1.100	0,54	3,54%	1,04%
De R\$205 a menos de R\$510	8.927	26,7%	6.444	24,7%	38,0%	-2.483	1,39	4,78%	-0,77%
De R\$510 a menos de R\$1020	9.698	29,0%	6.535	25,1%	25,4%	-3.163	1,48	7,48%	-1,46%
De R\$1020 a menos de R\$2520	8.029	24,0%	5.741	22,0%	12,7%	-2.288	1,40	12,37%	-2,06%
A partir de R\$2520	3.962	11,8%	2.850	10,9%	3,8%	-1.112	1,39	19,63%	-3,20%

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota 1: Não foram contabilizados os imigrantes com município de origem não especificado e os estrangeiros.

Nota 2: As estatísticas são referentes à população com 5 anos ou mais.

Dentre as mesorregiões que apresentam saldo migratório negativo, a Sudeste Rio-grandense é a de menor contingente, ressaltando que o saldo dos homens (-3.977) é quase 10% superior ao das mulheres (-3.645). Não há diferença entre os sexos na razão entre o número de emigrantes e imigrantes, que fica em torno de 1,3. Em termos de faixas etárias, também há certa homogeneidade, diferenciando-se apenas a população de 20 a 34 anos, camada na qual há 60% mais emigrantes que imigrantes. Como se pode observar na pirâmide etária (Gráfico 22), há um pico de saída de jovens entre 20 e 24 anos dos dois sexos. Já a emigração aponta para uma entrada mais homogênea de homens entre 15 e 34 anos, e de mulheres com pico entre os 15 e 19 anos.



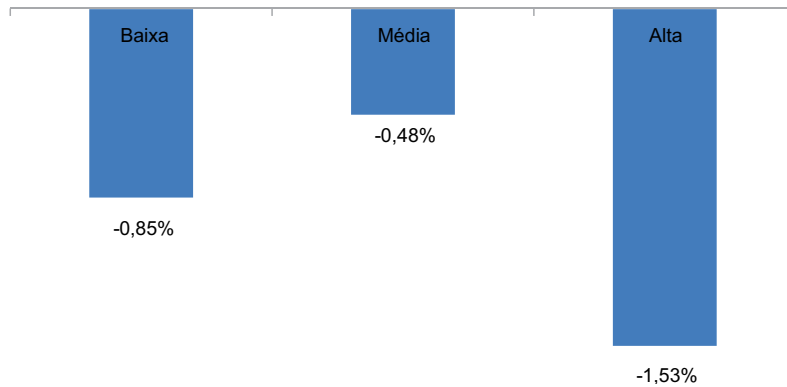
**Gráfico 22**  
 Pirâmide etária dos imigrantes, emigrantes e não- migrantes na Mesorregião Sudeste  
 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Nota: Os valores de idade representam o limite inferior de faixas etárias quinquenais.

Em relação à escolaridade, a Mesorregião Sudeste apresenta um caráter de seletividade migratória bem marcante. Enquanto apenas 11,4% da população não migrante tinha nível alto de escolaridade, este índice era de 29,7% e 32% para os emigrantes e imigrantes, respectivamente. Outro dado interessante é que a população que imigrava para a região apresentava índices de escolaridade mais altos do que os que saíam da região. O maior impacto, como apontam as taxas líquidas migratórias (Gráfico 23), foi na população de escolaridade alta, com perda de 1,53%.

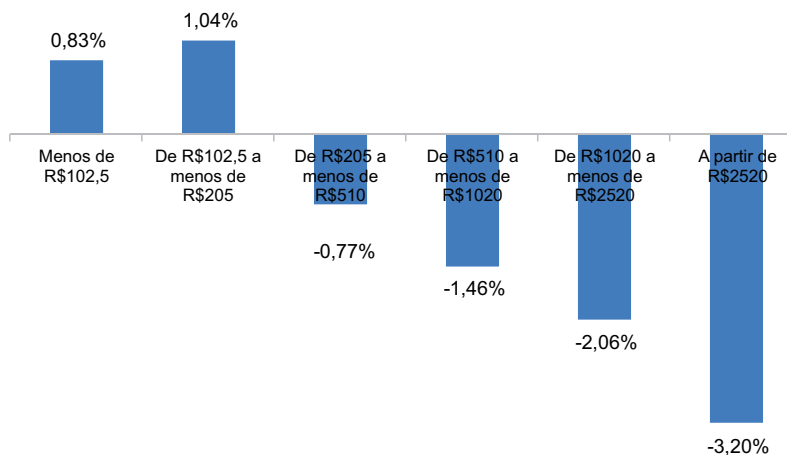




**Gráfico 23**  
Taxa líquida migratória por escolaridade – Mesorregião Sudeste – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Essa região apresenta saldos negativos para todas as faixas de renda domiciliar per capita analisadas, exceto para as duas de níveis mais baixos. A maior perda populacional está na faixa de renda de R\$ 510 a menos de R\$ 1.020 per capita, com número em torno de 3 mil pessoas, tendo essa categoria quase 50% mais emigrantes que imigrantes. Também significativa é a razão entre o número de emigrantes e imigrantes nas demais faixas de renda, com 1,4 emigrante para cada imigrante. A perda populacional foi mais expressiva na faixa de renda de R\$ 2.520 ou mais, representando mais de 3% da respectiva população em 2010 (Gráfico 24).



**Gráfico 24**  
Taxa líquida migratória por faixa de renda – Mesorregião Sudeste – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2010).

Conforme apresentado no artigo *Uma Análise do Fluxo Migratório no Rio Grande do Sul e suas Mesorregiões*, que consta nesta publicação, a mesorregião não possui um deslocamento interno expressivo. As suas migrações são principalmente interestaduais, grande parte devido ao Porto de Rio Grande, que permite uma troca direta com outros estados, principalmente do Sudeste do país. A região portuária também explica o maior fluxo de pessoas do sexo masculino, tradicionalmente mais envolvidas neste tipo de trabalho do que a população feminina. Além disso, ela é caracterizada pela economia agrícola. Com tudo isso, os custos para a migração da população mais pobre são maiores do que para as camadas com maior renda, tendendo a manter as pessoas de menor renda e escolaridade no trabalho no campo e permitindo às camadas de maior renda e escolaridade uma maior facilidade de deslocamento.

## CONCLUSÃO

Estudos apontam que os migrantes têm características diferentes do restante da população, isto é, seu perfil sociodemográfico difere do padrão da população não migrante, sendo que jovens e jovens adultos e homens com maior escolaridade e renda são mais propensos a migrar (GAMA; MACHADO, 2013). Comparando-se os fluxos migratórios totais (emigrantes mais imigrantes) em relação à população que não realizou deslocamento no período de 2005 a 2010 no estado do Rio Grande do Sul, encontrou-se um perfil condizente com as teorias de seletividade, que apontam que os migrantes, para realizar o deslocamento (selecionados entre os que ficam e os que reemigram), teriam melhores indicadores socioeconômicos.

O Rio Grande do Sul, que obteve taxa líquida migratória negativa de -0,74% no Censo 2010, apresentou um fluxo migratório interestadual mais expressivo entre as pessoas de maior escolaridade e renda. Quanto à variável idade, a maior concentração está na faixa de 20 aos 34 anos. Em relação ao sexo, os homens migraram num nível um pouco acima do das mulheres no período considerado. A pirâmide etária com diferencial entre migrantes e não migrantes nas faixas mais jovens confirma as teorias da migração como uma ação mais provável entre jovens e jovens adultos entrando no mercado de trabalho.

Na análise de migração das mesorregiões do Rio Grande do Sul em relação às demais mesorregiões do Brasil, destaca-se que, enquanto que a Metropolitana de Porto Alegre e a Nordeste tiveram o maior volume de imigrantes em uma faixa etária mais jovem que os emigrantes, nas mesorregiões Noroeste e Sudoeste, de saldos migratórios mais negativos, aconteceu o oposto (a emigração ocorreu entre pessoas mais novas que a imigração).

A Mesorregião Nordeste, que ganha população por migração, com uma taxa líquida migratória de 2,14%, tem esse índice concentrado principalmente entre as pessoas de baixa renda (2,26%). Dentre aqueles de alta renda, a taxa é ligeiramente negativa (-0,21%). Uma vez que essa mesorregião é a de maior participação da indústria no PIB, uma possibilidade é que a oferta de empregos na indústria atraia com mais intensidade os trabalhadores de baixa escolaridade.

A Mesorregião Noroeste, de saldo migratório com maior perda (-50.748) e segunda taxa líquida migratória mais negativa (-2,76%), perde população principalmente entre as pessoas de alta escolaridade e renda, segundo o Censo 2010, o que torna o problema migratório ainda maior. Nesses grupos, a taxa líquida migratória foi de -6,62% e -5,49%, respectivamente.

A Mesorregião Sudoeste, com menor taxa líquida migratória (-4,09%), perde população principalmente no grupo de escolaridade média (-6,10%) e renda domiciliar per capita entre R\$ 1.020 e R\$ 2.520, de acordo com o Censo 2010 (-7,47%).

A Mesorregião Centro-Occidental, cujo principal município é Santa Maria, uma cidade universitária, perde população principalmente na faixa etária dos 25 aos 29 anos, de alta escolaridade e de alta renda, segundo o Censo 2010, podendo indicar um retorno de jovens profissionais universitários.

Estes dados são importantes, sobretudo, ao se considerar que eles indicam o perfil de pessoas que o estado e suas mesorregiões estão, de forma geral, perdendo por migração, uma vez que tanto para o estado como um todo, quanto para cinco das sete mesorregiões analisadas, o número de emigrantes foi maior do que o de imigrantes.

## REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: AS DESIGUALDADES SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL, 16., 2008, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2008.p.1-21.

BRITO, Fausto Reynaldo Alves de. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios recentes. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 6., 2009, Belo Horizonte, MG. *Anais...* Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR; FACE; UFMG, 2009. p.1-25.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana. Las migraciones internas en el Brasil cotermporáneo. *Notas de Población*, Santiago, v. 32, n. 82, 2007.

GAMA, Luiz Carlos Day; MACHADO, Ana Flávia. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41., 2013, Niterói, RJ. *Anais...* Niterói, RJ: ANPEC, 2013.p.1-25.

MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, Helio (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 949-974.

MASSEY, Douglas et al. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, New York, v. 19, n. 3, p. 431-466, Sept. 1993.

\_\_\_\_\_. *Worlds in motion, understanding: international migration at the end of the millennium*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1998.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; SIMÕES, André Geraldo. Deslocamentos populacionais no Brasil:

uma análise dos Censos Demográficos de 1991 a 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2004, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno para o Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 134-143, 2005.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide Lopes. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA, Neide Lopes et al. (Org.). *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

PATARRA, Neide Lopes. *Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços*. Rio de Janeiro: ENCE, 2003. v. 7, p. 1-55. (Textos para discussão Ence)

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

PORTES, Alejandro. *Migration and social change: some conceptual reflections*. [Oxford, UK]: Oxford University, Jul. 2008.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Helio (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

SOARES, Weber. *Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. 2002. Tese (Doutorado em Demografia)-Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. 360 p.

# PARTE IV

SESP

98

*Série Estudos e Pesquisas*

# DINÂMICA POPULACIONAL NO DISTRITO FEDERAL



## EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL DESDE A SUA CRIAÇÃO EM 1956

*Mirna Augusto de Oliveira\**

### INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a evolução populacional do Distrito Federal (DF) desde a sua construção, no final dos anos 1950. Naquele momento, e durante algumas décadas, as migrações ditaram o perfil demográfico da região e deram forma fundamentalmente a seu padrão etário e de distribuição por sexo. Com o transcorrer do tempo, o peso da imigração na dinâmica populacional do DF passa a ser menos decisivo, à medida que a população de naturais cresce exponencialmente, porém nunca deixou de constituir uma variável relevante. Para a análise, o quadro populacional do DF foi construído a partir da disponibilidade de algumas informações censitárias para as décadas que cobrem toda a sua existência, desde a inauguração da nova capital, com a divulgação dos dados do Censo Experimental de Brasília realizado em maio de 1959, até o censo de 2010.

Desde épocas remotas, muito anteriores ao surgimento da demografia, os deslocamentos populacionais são fatos correntes nas sociedades, ora motivados por razões espontâneas ora por questão de sobrevivência. Os primeiros estudos sobre o assunto de que se tem conhecimento aconteceram no Reino Unido, no final do século XIX, dadas as questões suscitadas pelos resultados do Censo Demográfico de 1871 que identificaram intenso movimento de entrada de pessoas para aquela região. Especulações para explicar tal fenômeno levaram ao estudo das leis que regem a migração (RAVENSTEIN, 1885).

A migração, diferentemente das demais variáveis demográficas – fecundidade e mortalidade, imprime de forma mais imediata mudanças na estrutura etária da população, tanto na região de origem como na de destino, haja vista a propensão dos mais jovens a migrar.

Um estudo sobre migração pode ter abordagens as mais diferenciadas, pois diversos fatores interferem na decisão de migrar. A transferência da capital do país – anteriormente situada no estado do Rio de Janeiro, então denominado Estado da Guanabara – para o Planalto Central e, conseqüentemente, as obras da construção de Brasília, se constituíram, no final da década de 1950, em fator de atração, por excelência, para aqueles mais determinados, podendo

\* Especialista em Demografia Aplicada ao Planejamento pela Universidade de Brasília (UnB) e graduada em Geografia. Pesquisadora da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan – DF).

configurar-se tanto em migração espontânea pela busca de trabalho, ou compulsória pela transferência dos servidores públicos federais.

Muitos são os quesitos específicos referentes à migração constantes dos censos demográficos. Entretanto, alguns foram aqui selecionados, tendo como ponto de partida a unidade da Federação de naturalidade do imigrante, uma vez que a população do DF foi composta, inicial e basicamente, de imigrantes. Vale ressaltar que as variáveis selecionadas para análise neste estudo referem-se aos residentes na sua totalidade, os quais, quando pertinente, foram diferenciados em naturais e migrantes.

A evolução da população e da migração foi focalizada a partir de volumes, taxas de crescimento, estruturas etárias e distribuição por sexo, unidades federativas brasileiras de naturalidade dos imigrantes e tempo de residência destes no DF.

## EVOLUÇÃO E CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE

O Distrito Federal foi criado pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. No dia 2 de outubro, às 11h40 min, o presidente Juscelino Kubistchek desembarcou no Planalto Central para o seu “primeiro contato físico com a terra que havia sido escolhida para abrigar a futura capital” (JUSCELINO KUBISTCHEK, 1978).

Os anos que antecederam a construção de Brasília foram marcados por fatos históricos pitorescos, desconhecidos, em sua maioria, daqueles que imigraram após a inauguração da capital em 21 de abril de 1960. Experiências inéditas foram vivenciadas no dia a dia dos que edificaram a cidade, que se tornou terra natal das gerações que a adotaram e daqueles que ali nasceram.

Independente dos poucos milhares de goianos moradores das áreas remanescentes dos três municípios formadores de Brasília (Planaltina, Formosa e Luziânia), a primeira leva de imigrantes, em número de 42, partiu de Araxá (MG) em 18 de outubro de 1956, aportando em terras candangas, dias depois, com a missão de erguer o “palácio de tábuas”, o Catetinho, futura residência do presidente Juscelino Kubistchek e símbolo do início da construção da nova capital do Brasil.

O comboio era composto de operários da construção civil tais como: bombeiro hidráulico, mecânico, soldador, encanador, carpinteiro, marceneiro, carreteiro, etc., além de tratores, motor gerador, caminhões, camionetes, jipes, e todo o arsenal necessário. Assim, a construção do Catetinho ocorreu entre os dias 22 e 31 de outubro de 1956 e, em 10 de novembro se deu sua inauguração (FREITAS, 2011).

Estima-se que, à época, os habitantes não superavam seis mil pessoas, as quais se espalhavam pela extensa área rural, pelo núcleo urbano de Planaltina e povoado de Brazlândia (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959).



Em 20 de julho de 1957, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) procedeu à primeira contagem populacional do DF, indicando a presença de 12.283 habitantes. A população aumentava de forma acelerada em decorrência do extraordinário afluxo de imigrantes em busca das oportunidades oferecidas pela indústria da construção civil. A taxa média geométrica de crescimento alcançou 8,3% ao mês, no intervalo de nove meses, correspondendo a um incremento de cerca de 700 pessoas/mês. Os movimentos migratórios em direção a Brasília se sucediam a passos rápidos, enquanto a população se avolumava de forma intensa.

Em 1958, novos números foram contabilizados na contagem ocorrida em 13 de março, pelo IBGE, totalizando 28.804 habitantes, dos quais parcela estimada de 4.500 pessoas vivia na zona rural. A taxa de crescimento do período foi de 11,2% ao mês, com uma variação percentual de 135% no intervalo de oito meses. A cada novo levantamento, a população era acrescida de um volume mais expressivo de pessoas, dado o intenso movimento de imigrantes provenientes de todas as regiões do país.

Conforme relatos históricos, a imigração nordestina para Brasília atingiu o seu apogeu em 19 de março de 1958, em decorrência da desesperança pela chegada das chuvas, na região, o que resultou em grande migração de nordestinos diante da catastrófica seca que lá se instalou na região, sendo o Dia de São José, declarado o dia D da migração nordestina. Assim anunciou a manchete do jornal Folha da Manhã, de São Paulo, em 20 de março: “Perdida a esperança de ‘inverno’, deverá iniciar-se agora a retirada em massa de populações nordestinas” (FREITAS, 2011).

O Censo Experimental realizado em 17 de maio de 1959 trouxe informações mais reveladoras, considerando-se que novos quesitos foram investigados em razão do avançado processo de ocupação do território e edificação do plano piloto. O censo indicou que o quantitativo populacional já alcançava 64.314 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1 População residente total e por sexo e taxa geométrica de crescimento anual – Distrito Federal 1959/2010						
Ano	Total	Taxa geométrica de crescimento anual (%)	Sexo (nº e distribuição %)			
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1959	64.314	-	42.332	21.982	65,8	34,2
1960	140.164	7,34	87.202	52.962	62,2	37,8
1970	537.492	14,39	270.389	267.103	50,3	49,7
1980	1.176.908	8,15	573.710	603.198	48,7	51,3
1991	1.601.094	2,84	768.550	832.544	48,0	52,0
2000	2.051.146	2,79	981.356	1.069.790	47,8	52,2
2010	2.570.160	2,28	1.228.880	1.341.280	47,8	52,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1959), Censo Demográfico (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2011).

Se migrar é uma vocação para jovens, o movimento migratório para Brasília não fugiu à regra, sendo ainda mais impulsionado, por um lado, pelas oportunidades de trabalho na construção civil e, por outro, pela transferência de servidores públicos para a nova capital. Assim, tem-se que 43% da população contabilizada à época tinha idade entre 15 e 29 anos, aumentando essa proporção para 58,5%, se considerado o segmento de 15 a 39 anos (Tabela A1)<sup>1</sup>. Os menores de 15 anos tinham a segunda maior participação, 30%, e os idosos (mais de 60 anos), uma proporção residual, 1,1%.

Como não poderia deixar de acontecer numa cidade em construção, em 1959 os residentes, imigrantes ou não, eram predominantemente do sexo masculino e representavam 65,8% da população. Nas faixas etárias de maior atividade produtiva, de 15 a 39 anos, dos quase 38 mil habitantes 73% eram homens e apenas 27%, mulheres. Entre os menores de 15 anos o número de meninos e meninas praticamente se equiparava, sinalizando um contingente populacional associado a famílias estabelecidas na região.

Alguns indicadores demográficos complementam a compreensão do retrato populacional de Brasília nos primórdios de sua formação. A razão de sexo à época era da ordem de 192,6 homens para cada grupo de 100 mulheres (Tabela 2). A razão de dependência era relativamente baixa (44,2), pois os segmentos jovens e adultos apresentavam-se bastante elevados em relação à população infantil e aos idosos. De forma similar, o índice de envelhecimento, de 3,8 pessoas acima de 60 anos para cada grupo de 100 menores de 15 anos, evidenciava os extremos opostos.

**Tabela 2**

**Razão de dependência, índice de envelhecimento e razão de sexo da população residente Distrito Federal – 1959/2010**

Ano	Razão de dependência			Índice de envelhecimento	Razão de sexo
	Total	Jovens	Idosos		
1959	44,2	43,3	0,8	3,8	192,6
1960	47,0	46,2	0,8	3,9	164,7
1970	77,2	75,1	2,1	5,1	101,2
1980	65,2	62,5	2,7	7,4	95,1
1991	57,0	53,2	3,8	11,8	92,3
2000	46,5	41,6	4,8	18,8	91,7
2010	40,1	33,2	7,0	32,5	91,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1959), Censo Demográfico (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2011).

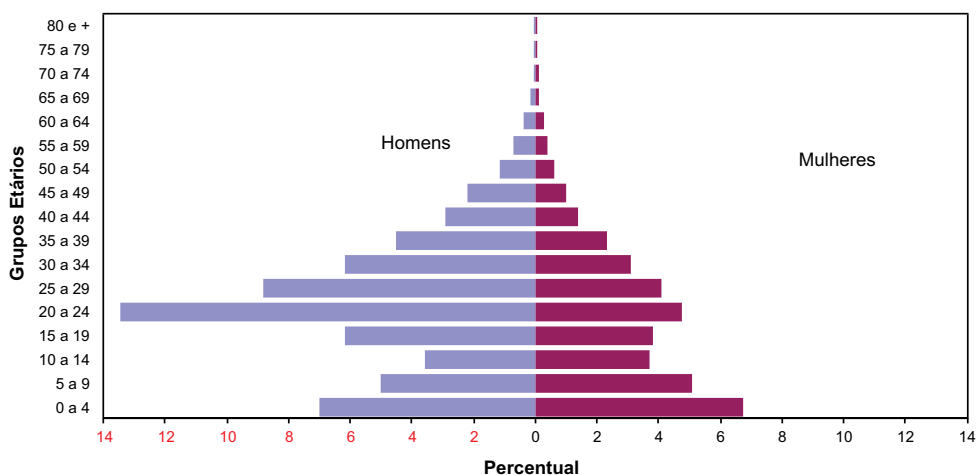
Nota: Dados elaborados pela Codeplan.

Uma vez inaugurada Brasília, a 21 de abril de 1960, e transcorridos 16 meses do Censo Experimental, o IBGE realizou o primeiro Censo Oficial do Distrito Federal, cuja data de referência

<sup>1</sup> Os dados analisados neste tópico referentes à população residente no DF segundo grupos etários e sexo, para todos os anos censitários de 1959 a 2010, encontram-se na Tabela A1 do Apêndice.

foi 1º de setembro de 1960, a exemplo dos levantamentos realizados nas demais unidades da Federação.

Naquele ano foram contabilizadas 140.164 pessoas residindo no novo DF e, em relação à contagem anterior, a população cresceu o equivalente a 4.700 pessoas/mês, expressando uma taxa média geométrica de crescimento demográfico da ordem de 79,4% ao ano. Da população total, 62,2% eram homens e 37,8%, mulheres, mas o indicador de razão de sexo havia declinado para 164,7 homens para cada grupo de 100 mulheres. A maior parcela da população permanecia sendo a de 15 a 39 anos de idade, 57,1%, mas os grupos mais jovens (menores de 15 anos) já representavam 31,4% da população. A pirâmide etária da população expressava nitidamente esses processos: base larga, forte presença de população em idades produtivas e predominância de pessoas do sexo masculino (Gráfico 1).



**Gráfico 1**  
**Pirâmide Etária da População – Distrito Federal – 1960**

Fonte: Censo Demográfico (1960).

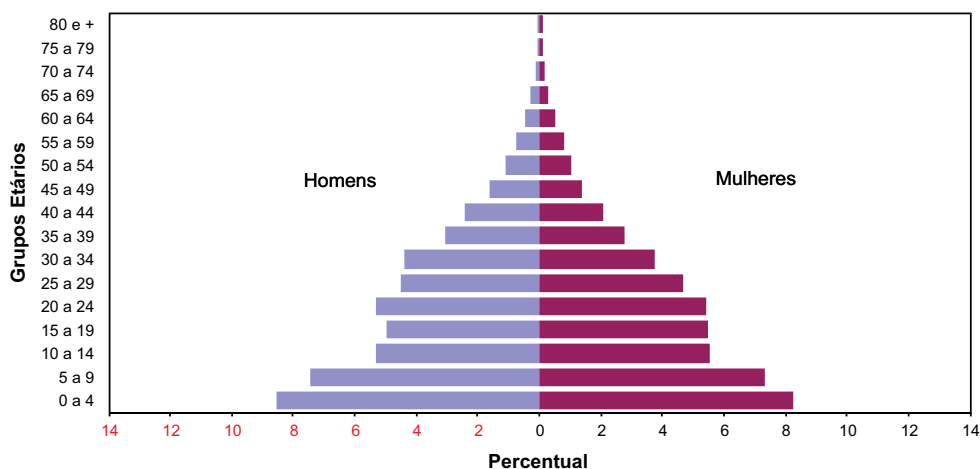
Na comparação entre o Censo Experimental de Brasília realizado em 1959 e o Censo de 1960, é interessante observar que, a despeito do marcante predomínio de homens em relação às mulheres, em particular nas idades intermediárias, ocorre uma sintomática redução nos diferenciais por sexo, sinalizando um incremento mais expressivo da população imigrante feminina em comparação à masculina, nessas idades. Em outros termos, em 1959 os homens entre 15 e 49 anos representavam 48% da população total do DF, e as mulheres, 18%. Cerca de um ano e quatro meses depois, o percentual de homens desse segmento etário havia declinado para 44% e o de mulheres alcançava 21%. Esses dados sugerem um quadro em que, inicialmente, os homens, solteiros ou casados, imigravam em peso para Brasília em resposta às demandas para as tarefas da construção da cidade. Os casados, provavelmente, vinham sozinhos em um primeiro momento e, em seguida, traziam suas companheiras. Além disso,

muitas mulheres se transferiram para a região, atraídas pelas oportunidades de emprego em atividades de serviços em geral, como, por exemplo, trabalhos domésticos.

O censo de 1970 apontou que, uma vez instalada a nova capital e decorridos dez anos entre os dois censos demográficos, diminuiu o ritmo de crescimento observado no início da construção, registrando, no período, uma taxa intercensitária de 14,4% ao ano, ainda assim, consideravelmente elevada. A população se aproximava dos 540 mil habitantes, sendo que homens e mulheres participavam com uma diferença de apenas 0,6 p.p. a favor do sexo masculino.

A participação feminina aumentou em 11,9 p.p., e a razão de sexo da população total já se revelava bastante equilibrada. Merece destaque o fato de que, nos grupos etários intermediários (de 15 a 59 anos), nos quais o número de homens superava em dobro ou em triplo o de mulheres nos primeiros anos da construção de Brasília, dez anos depois evidenciavam volumes bem mais próximos, com razões de sexo oscilando em torno de 100 homens para cada 100 mulheres.

As mudanças nas relações de equilíbrio entre os sexos aparecem claramente no formato da pirâmide etária de 1970 (Gráfico 2). Seu desenho revelava um formato de base larga, refletindo elevados níveis de fecundidade e expressivos contingentes em idade ativa. Em decorrência dessas proporções, a razão de dependência elevou-se substancialmente, atingindo 77,2, ou seja, em média, 77 crianças e idosos eram dependentes economicamente de cada grupo de 100 pessoas em idade produtiva segundo o censo de 1970.



**Gráfico 2**  
**Pirâmide Etária da População – Distrito Federal – 1970**

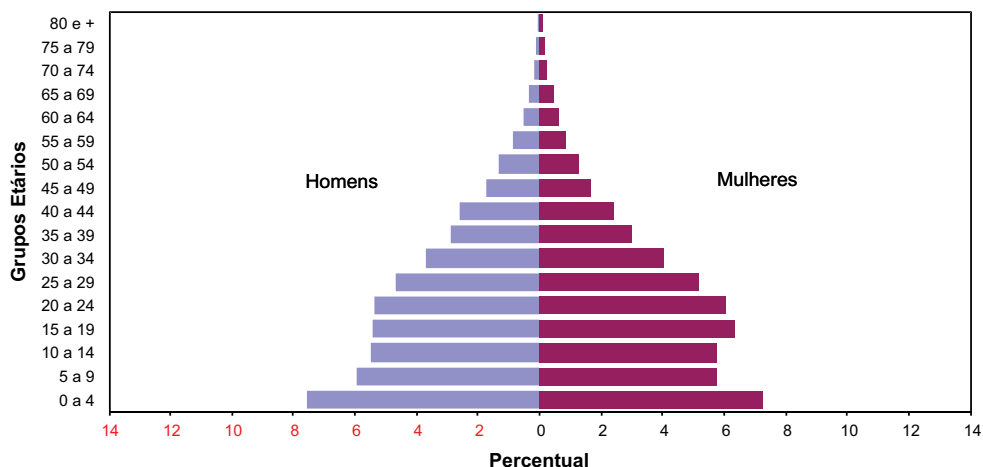
Fonte: Censo Demográfico (1970).

Como era de se esperar, o ritmo de crescimento da população do Distrito Federal manteve sua tendência de declínio entre 1970 e 1980, situando-se na média de 8,2% ao ano. A construção

civil deixou de ser o principal foco das migrações para o DF, mas a década representava a continuidade e a consolidação da transferência dos órgãos públicos que ali se estabeleceriam. A população mais do que dobrou, atingindo 1.176.908 habitantes. Os homens deixaram de ser maioria e as mulheres constituíram mais de 51% da população residente.

A razão de sexo de 95,1 homens para cada 100 mulheres, observada em 1980, sinalizava o início de uma era na qual o sexo feminino passou a ser maioria em praticamente todas as faixas etárias, à exceção das crianças menores de 10 anos e dos homens nas idades de 40 a 54 anos. Essa predominância masculina provavelmente se associava ao fato de que parte desse segmento etário de pessoas adultas residentes no DF em 1980 era composta pelas gerações de imigrantes da década de 1960, formadas principalmente por homens. À medida que a imigração feminina passou a prevalecer ao longo dos anos, as mulheres tenderam a superar o número de homens na maioria das idades.

A pirâmide etária para 1980 reflete essas especificidades e, de forma geral, sinaliza a continuidade do processo de declínio da fecundidade, visível por meio do estreitamento da base (exceto no grupo de 0 a 4 anos) e alargamento nas faixas de jovens e adultos (Gráfico 3). O índice de envelhecimento, que em 1960 era de 3,9 idosos para cada grupo de 100 crianças abaixo de 15 anos, praticamente dobrou 20 anos depois – foi para 7,4 pelo censo de 2000.



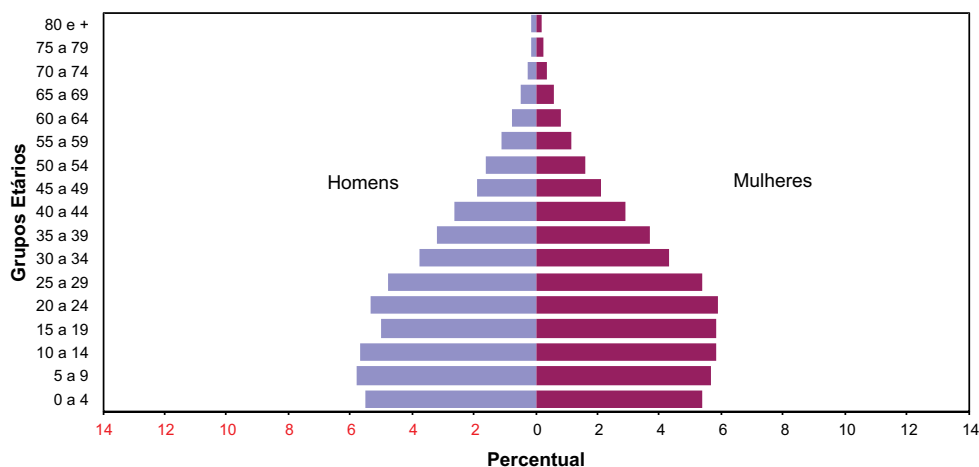
**Gráfico 3**  
**Pirâmide Etária da População – Distrito Federal – 1980**

Fonte: Censo Demográfico (1980).

Diferentemente das contagens anteriores, o censo demográfico no Brasil que, oficialmente, deveria realizar-se em 1990, somente aconteceu em 1991, provocando descontinuidade das séries estatísticas produzidas pelo IBGE. Assim, no espaço entre 1980 e 2000, dois recenseamentos foram realizados em intervalos descontínuos de 11 e nove anos.

Projeções de população elaboradas pelo IBGE para o período de 1980-2050 previam para o DF, em 1990, uma população de 1.587.015 habitantes. O Censo Demográfico de 1991 registrou 1.601.094 pessoas, variação pouco expressiva, próxima, portanto, do estimado. Assim, o ritmo de crescimento da população entre 1980 e 1991 foi de 2,8% a.a., bem abaixo do registrado no decênio precedente (8,2% a. a.), refletindo um arrefecimento expressivo da grande imigração das décadas anteriores e o aumento da importância do crescimento natural da população residente.

As mulheres, então soberanas no DF, representavam 52% e já eram maioria em praticamente todas as idades, exceto entre as crianças menores de 10 anos. A razão de sexo total alcançava 92,3 homens para cada 100 mulheres residentes no DF; a proporção de crianças e idosos dependentes economicamente do segmento em idade ativa era menor (razão de dependência de 57), em comparação com as décadas anteriores, e o índice de envelhecimento continuava crescendo, atingindo 11,8 idosos para cada 100 crianças abaixo de 15 anos. A despeito dessa ascensão, a população do DF ainda era essencialmente jovem, pois 56% dos residentes tinham menos de 25 anos de idade. Contudo, a pirâmide etária revelava, para 1991, um formato bem menos triangular, com visível estreitamento dos grupos etários inferiores – em decorrência da redução da fecundidade e alargamento da cúspide (Gráfico 4).



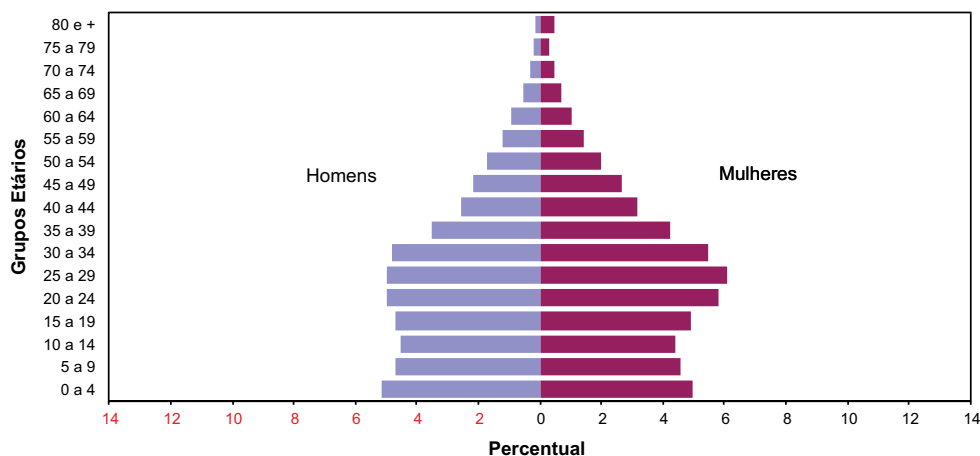
**Gráfico 4**  
**Pirâmide Etária da População – Distrito Federal – 1991**

Fonte: Censo Demográfico (1991).

Retomada a data oficial de levantamento censitário, em setembro do ano 2000 foi realizado o censo demográfico o qual, decorrido o intervalo de nove anos em relação ao anterior, excepcionalmente marcou a última década do século pela efetivação de dois recenseamentos.

O ritmo de crescimento da população nos anos 1990 manteve basicamente o mesmo patamar da década anterior (2,8% a.a.) os residentes no DF somavam 2.051.146 pessoas, número quase 15 vezes maior do que o contabilizado 30 anos antes, em 1960.

A razão de sexo equiparava-se à registrada pelo censo de 1991 – 92 homens para cada 100 mulheres –, e a razão de dependência mostrava-se mais favorável do que as precedentes, apontando menos de 47 crianças e idosos como dependentes do segmento etário adulto. O índice de envelhecimento – de 18,8 idosos para cada grupo de 100 crianças e jovens – cresceu sete p.p em relação a 1991, confirmando cenário previsto de paulatino aumento da proporção de idosos na população de 2000 (Gráfico 5).



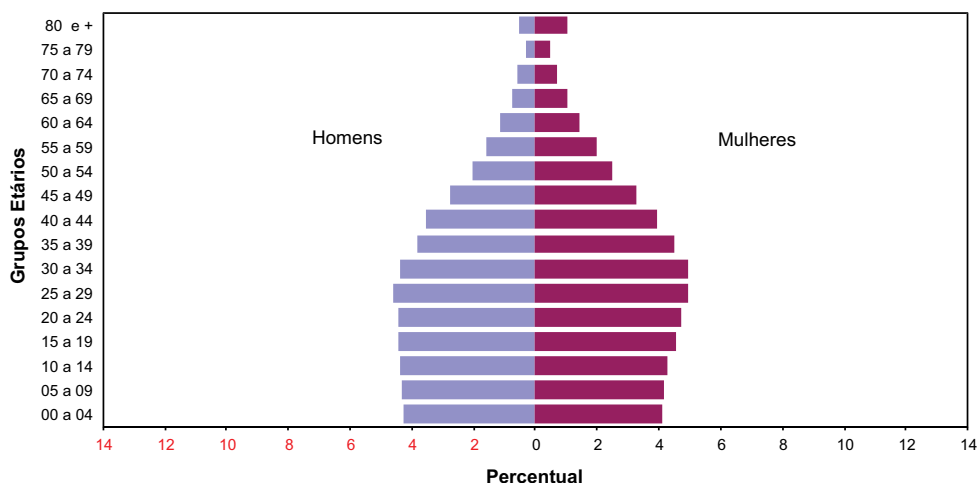
**Gráfico 5**  
**Pirâmide Etária da População – Distrito Federal – 2000**

Fonte: Censo Demográfico (2000).

Passadas cinco décadas desde sua criação, o censo demográfico de 2010 revelou para Brasília uma face de geração cinquentenária e mais amadurecida, com um volume populacional de 2.570.160 habitantes. Recuando no tempo, aos idos de outubro de 1956, paralelamente à chegada dos primeiros imigrantes, uma nova era se iniciava para recepcionar os primeiros filhos de brasilienses que começavam a ser gerados. Assim, os primogênitos de Brasília, em 2010, se incluíam na faixa de idade em torno de 55 anos de idade.

A intensidade do crescimento populacional retomou uma tendência de descenso e, no intervalo intercensitário, a taxa geométrica de crescimento declinou para 2,3% ao ano. Como em 2000, homens e mulheres se distribuíam na mesma proporção, 47,8% e 52,2%. A tendência ao envelhecimento populacional permaneceu inexorável e, em 2010, para cada 100 crianças abaixo de 15 anos, Brasília apresentava 33 idosos residentes. A pirâmide etária de 2010 evidencia claramente esse processo (Gráfico 6). Cerca de 30% dos moradores do DF concentravam-se nas faixas de 20 a 34 anos. As mulheres eram maioria em todas as idades a partir dos

15 anos, ampliando sua supremacia numérica à medida que a idade avançava. O censo de 2010 apontava que ao atingir os 80 anos, o sexo feminino era superior ao masculino em 73%.



**Gráfico 6**  
**Pirâmide Etária da População – Distrito Federal – 2010**

Fonte: Censo Demográfico (2011).

As mudanças nas características demográficas da população do DF nos últimos 50 anos, desde a sua criação, em 1956, foram expressivas e aceleradas, confirmando a importância da transferência da capital nacional para a vasta região central do país, até então de baixa densidade populacional.

Em 1959, com as obras de construção de Brasília já em andamento, a população residente era da ordem de 64 mil habitantes e, cinco décadas depois, em 2010, atingira 2,570 milhões de pessoas. Uma variação de pouco menos de quatro mil por cento.

A razão de sexo, que em 1959 era de 192 homens para cada grupo de 100 mulheres, apresentou uma redução firme e continuada ao longo do tempo e, em 2010, revelava a supremacia numérica das mulheres na população – 91,6 homens para cada 100 mulheres.

A composição etária predominantemente jovem e a reduzida participação de idosos, em 1959, se revelavam por meio de um índice de envelhecimento de apenas 3,8 pessoas acima de 60 anos para cada grupo de 100 menores de 15 anos. Já para 2010 essa relação era de 32,5, sinalizando um processo de envelhecimento acelerado da estrutura etária da população do DF, fundamentalmente definido em decorrência do grande declínio da fecundidade observado no conjunto da população brasileira a partir de meados dos anos 1960.



Em termos agregados segundo os grandes grupos etários, proporcionalmente à redução sofrida pelos segmentos menores de 15 anos, a partir da década de 1970, aumentava a participação das pessoas entre 15 e 59 anos de idade e do grupo de 60 anos e mais (Tabela 3).

<b>Tabela 3</b>									
<b>Participação da população residente, por sexo e grandes grupos etários – Distrito Federal 1959/2010</b>									
(Em %)									
<b>Grupos etários</b>	<b>1959</b>			<b>1960</b>			<b>1970</b>		
	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
0-14 anos	30,1	51,1	48,9	31,4	50,2	49,8	42,4	50,2	49,8
15-59 anos	68,8	72,4	27,6	67,4	68,0	32,0	55,4	50,6	49,4
60 anos e +	1,1	55,4	44,6	1,2	51,4	48,6	2,2	46,0	54,0
<b>Grupos etários</b>	<b>1980</b>			<b>1991</b>			<b>2000</b>		
	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
0-14 anos	37,8	50,2	49,8	33,9	50,2	49,8	28,4	50,4	49,6
15-59 anos	59,4	48,1	51,9	62,1	47,0	53,0	66,2	47,0	53,0
60 anos e +	2,8	44,1	55,9	4,0	44,5	55,5	5,3	44,4	55,6
<b>Grupos etários</b>	<b>2010</b>								
	<b>Total</b>			<b>Homens</b>			<b>Mulheres</b>		
0-14 anos	23,7			50,7			49,3		
15-59 anos	68,6			47,4			52,6		
60 anos e +	7,7			43,0			57,0		

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1959).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan; Núcleo de Estudos Populacionais – NEP.

Entre 1970 e 2010, o peso do segmento de idades intermediárias cresceu 13,2 p.p., passando de 55,4% para 68,6%. A proporção de idosos, por seu turno, aumentou mais de três vezes – de 2,2% para 7,7%.

É evidente que as enormes transformações no perfil demográfico do DF, observadas desde sua criação, decorrem dos efeitos sinérgicos da evolução apresentada ao longo do período pelas variáveis fecundidade, mortalidade e migração. No entanto, dadas as suas características de formação, os fluxos imigratórios desempenharam um papel fundamental em sua dinâmica populacional.

## POPULAÇÃO NATURAL E DE IMIGRANTES DO DISTRITO FEDERAL

Predominantemente imigrante, a população de Brasília aumentava de forma rápida e contínua em sua fase de construção, atraída pelas condições favoráveis de emprego e de um futuro auspicioso na terra prometida.

Anteriormente à realização do Censo Experimental em 1959 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959), algumas contagens populacionais foram efetivadas, e cada momento revelava a intensidade do afluxo de imigrantes que, em acelerado ritmo, produzia elevadas taxas de crescimento. Brasília tornou-se a *terra mãe* que acolhia a todos os filhos procedentes dos diferentes cantos do país.

O Censo Experimental revelou que, em 1959, os naturais do DF representavam apenas 11,4% de sua população total, enquanto os imigrantes estrangeiros, naturalizados ou não, eram pouco representativos e só alcançavam 1,9% (Tabela 4). Como naturais do DF, vale lembrar, são aqui considerados inclusive parcela de prováveis não migrantes residentes na região anteriormente.

Tabela 4 População total, naturais, imigrantes brasileiros e estrangeiros naturalizados ou não Distrito Federal – 1959/2010				
Ano	População total	Naturais DF	Imigrantes brasileiros	Estrangeiros naturalizados ou não
<b>Número</b>				
1959 <sup>(1)</sup>	64.314	7.361	55.737	1.216
1960	140.164	5.918	131.167	3.079
1970	537.492	118.740	414.168	4.584
1980	1.176.908	373.044	794.408	9.456
1991	1.601.094	662.258	931.149	7.687
2000	2.051.146	956.843	1.087.343	6.960
<b>Distribuição (%)</b>				
1959	100,0	11,4	86,7	1,9
1960	100,0	4,2	93,6	2,2
1970	100,0	22,1	77,1	0,9
1980	100,0	31,7	67,5	0,8
1991	100,0	41,4	58,2	0,5
2000	100,0	46,6	53,0	0,3
2010	100,0	53,8	45,8	0,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1959), Censo Demográfico (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2011).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan.

(1) Em 1959, o dado inclui cerca de 80% dos moradores de Planaltina, Brazlândia e área rural anteriores à construção de Brasília.

O processo de ocupação após a inauguração, em 21 de abril de 1960, continuou em franca expansão. Se inicialmente o povoamento ocorreu pela entrada, em massa, dos “candangos” construtores da cidade, a partir de então foi consolidado principalmente pela contínua trans-

ferência de servidores públicos dos órgãos federais para a nova capital da República, que passavam a compor a estrutura governamental estabelecida, já em ritmo de mudança definitiva.

Os imigrantes convergiam a Brasília de forma cada vez mais intensa, e o Censo de 1960 constatou que eles já ultrapassavam a casa dos 134 mil residentes, de forma que, em relação à contagem de 1959, a taxa de crescimento desse contingente foi de 5,4% ao mês. Na sua totalidade, os imigrantes passaram a representar 95,8% em relação aos residentes, que somavam 140.164 pessoas.

As pessoas que, em 1960, declararam ter nascido no DF representavam 4,2% de toda a população. A diferença em relação a 1959 está na informação de antigos moradores da região, que se autodeclararam, no Censo Experimental, naturais do DF.

A década de 1960 sinalizou mudanças significativas para Brasília, não só quanto às características demográficas de sua população, mas também em relação às atividades econômicas desenvolvidas e ao perfil da mão de obra do migrante. Os nascidos no DF quintuplicaram sua participação na população total, passando de 4,2% em 1960, para 22,1% em 1970. A população, entretanto, ainda era composta basicamente por imigrantes, os quais representavam 78% dos habitantes.

A parcela de imigrantes na composição populacional do DF mostrava redução a cada década. No entanto, pelo censo de 1980, mantinha-se ainda bastante significativa, com 68,3% de não naturais no total de seus habitantes, enquanto os naturais continuavam representando pouco menos de 1/3 dos residentes.

Os dados censitários de 1991 corroboravam a participação em declínio dos imigrantes na população do DF, haja vista a redução de 9,6 p.p. no intervalo dos 11 anos intercensitários. Os naturais, que em 1980 participavam com 31,7%, deram um salto quantitativo para 41,4%.

Paralelamente ao crescimento do número de nascidos no DF ocorria uma retração na participação dos imigrantes que, segundo o censo de 2000, embora ainda se constituíssem maioria (53,3%), sinalizavam tendência histórica de redução, da ordem de 5 p.p.

O censo de 2010 revelou que, após mais de meio século desde o início da construção de Brasília, os imigrantes, que naquela época constituíam quase a totalidade da população local, declinaram na representatividade para 46,2%. Os naturais do Distrito Federal, portanto, já representavam maioria na população residente. Em relação a 2000, a variação foi de 7,2%.

Pelo seu caráter eminentemente administrativo, Brasília continua exercendo poder de atração imigratória por motivos outros que não a garantia de um emprego na construção civil. Assim, as pessoas que aportaram mais recentemente no DF têm perfil diferenciado daquelas das primeiras décadas, não só pelas mudanças e/ou alterações ocorridas nas diferentes atividades desenvolvidas, como também pela abertura a novas oportunidades de empregos nos órgãos públicos federais.

No ano de 1959, o Censo Experimental (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959) apontou que os imigrantes brasileiros moradores de Brasília eram, na maioria, naturais das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste do país, representados, em ordem decrescente, pelos estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia (Tabela 5).

**Tabela 5**  
**Imigrantes residentes no Distrito Federal segundo a UF de naturalidade – 1959/2010**  
(Em mil)

Regiões	1959	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Norte</b>	<b>298</b>	<b>1.286</b>	<b>5.528</b>	<b>12.896</b>	<b>25.172</b>	<b>39.937</b>	<b>47.885</b>
Rondônia	6	12	214	504	996	1.565	1.972
Acre	6	73	507	951	1.096	1.118	1.598
Amazonas	30	323	1.261	2.753	2.851	3.829	4.968
Roraima	3	-	112	328	484	846	724
Pará	220	870	3.267	7.878	11.408	14.666	16.936
Amapá	33	8	167	482	527	640	1.019
Tocantins	-	-	-	-	7.810	17.273	20.668
<b>Nordeste</b>	<b>15.565</b>	<b>58.092</b>	<b>168.714</b>	<b>363.138</b>	<b>467.518</b>	<b>572.204</b>	<b>603.386</b>
Maranhão	446	2.372	13.007	46.726	63.365	98.754	120.251
Piauí	2.051	6.207	25.294	62.065	91.970	118.929	130.694
Ceará	3.166	12.549	30.674	71.686	88.836	95.040	90.103
Rio Grande Norte	1.000	3.836	11.610	23.677	26.058	26.158	24.697
Paraíba	2.227	9.129	25.780	48.636	60.559	63.440	54.908
Pernambuco	2.299	7.801	20.359	33.789	38.051	39.543	39.145
Alagoas	225	1.454	3.139	5.036	4.838	5.520	7.098
Sergipe	216	1.191	2.841	4.237	4.038	4.061	4.826
Bahia	3.935	13.553	36.010	67.286	89.803	120.759	131.665
<b>Sudeste</b>	<b>17.932</b>	<b>43.057</b>	<b>157.965</b>	<b>269.337</b>	<b>277.409</b>	<b>294.411</b>	<b>322.052</b>
Minas Gerais	9.019	24.529	102.008	170.801	181.401	192.792	199.942
Espírito Santo	251	1.517	5.509	7.755	6.589	6.677	7.330
Rio de Janeiro	3.959	10.096	35.250	61.933	58.304	56.677	64.707
São Paulo	4.703	6.915	15.198	28.848	31.115	38.265	50.073
SUL	992	2.777	8.553	20.134	23.995	30.196	38.716
Paraná	768	986	3.189	6.007	7.661	10.517	11.567
Santa Catarina	108	790	1.831	2.760	2.842	3.665	5.458
Rio Grande do Sul	116	1.001	3.533	11.367	13.492	16.014	21.691
<b>Centro-Oeste</b>	<b>22.088</b>	<b>25.955</b>	<b>73.408</b>	<b>128.903</b>	<b>137.055</b>	<b>150.595</b>	<b>165.711</b>
Mato Grosso do Sul	-	-	-	3.154	3.117	3.833	5.393
Mato Grosso	574	1.216	3.448	3.703	4.104	5.644	6.570
Goiás	21.514	24.739	69.960	122.046	129.834	141.118	153.748
Exterior	78	3.079	4.584	9.456	7.687	6.960	8.595
<b>Total</b>	<b>56.953</b>	<b>134.246</b>	<b>418.752</b>	<b>803.864</b>	<b>938.836</b>	<b>1.094.303</b>	<b>1.186.345</b>

Fonte: Censo Demográfico (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2011).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan; NEP.

Para 1960, os dados do censo relativos à imigração para o DF apontaram que, em algumas regiões de origem, esse movimento se intensificou. O Nordeste passou à liderança, diferentemente da contagem anterior, acompanhado do Sudeste e do Centro-Oeste. Os residentes no DF naturais da Região Norte, segundo o censo do IBGE, não atingiam 1% dos imigrantes.

Por unidade da Federação, os imigrantes dos estados de Goiás e Minas Gerais ocupavam lugar de destaque, ambos em torno de 18%, seguidos da Bahia e do Ceará, com 10,1% e 9,3%, respectivamente. Os naturais do Rio de Janeiro somavam 7,5% dos imigrantes, enquanto os do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina eram pouco representativos.

A situação para 1970 continuava semelhante quanto à origem dos migrantes. As regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste se consolidaram, nesta ordem, como as principais emissoras de migrantes para Brasília. Por sua vez, Minas Gerais (24,4%) e Goiás (16,7%) representavam, quanto à naturalidade dos imigrantes, as unidades da Federação com maior contingente, seguidos da Bahia e do Rio de Janeiro com participações bem próximas, 8,6% e 8,4%, respectivamente.

Na década de 1980, mudanças foram registradas no *ranking* das unidades federativas, quando o Ceará passou à terceira posição, antes ocupada pela Bahia, atrás somente de Minas Gerais e Goiás.

Pelo censo de 1991, o recorde de imigrantes continuava centrado nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste como lugares de procedência, entretanto, a imigração de nordestinos se intensificou, passando a constituir a metade de todos os naturais de outras unidades federativas brasileiras que transferiram residência para o DF. Os estados de Minas Gerais e de Goiás continuavam como principais quanto ao local de nascimento dos imigrantes. No Nordeste, no entanto, o Piauí, que passou à primeira posição, encontrava-se basicamente no nível dos estados da Bahia e do Ceará, cada um desses participando com percentuais acima de 9,5%.

O recenseamento de 2000, último realizado no século XX, apontou continuidade quanto às regiões líderes na exportação de imigrantes para o DF, com expressivo destaque para os nordestinos. O *ranking* entre os estados do Nordeste se alternava a cada década, com a Bahia à frente no último levantamento.

Passados dez anos, o primeiro censo do século XXI, realizado em 2010, apontou um recuo de 1,4 p.p. na participação do Nordeste como região de origem dos imigrantes, se comparado à década anterior; as demais regiões mantiveram, praticamente, a mesma participação.

Os naturais do Sul do país, para os quais o DF nunca se constituiu num foco de atração em todas as décadas analisadas, participaram de forma pouco expressiva na composição dos imigrantes estabelecidos nesta UF. Verifica-se, entretanto, que essa contribuição cresceu de forma lenta e pouco perceptível e, entre os dois últimos censos, teve uma variação positiva de 0,5 p.p..

Reflexo das políticas sociais vigentes, o governo do DF propunha-se, desde a década anterior, a erradicar as ocupações ilegais que se proliferavam e a atender à demanda por habitações populares, promovendo a concessão de lotes à população de baixa renda, o que em muito

atraiu imigrantes de menor poder aquisitivo provenientes de várias partes do país. Ainda assim, no ano oficial do cinquentenário de Brasília, os dados do IBGE mostraram que os imigrantes já não eram maioria, representando em torno de 46,2% da população residente.

#### TEMPO DE RESIDÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL

Para a contextualização da dinâmica da imigração por tempo de moradia, os dados das tabelas 6 e 7 mostram a distribuição da população de não naturais do DF, por tempo de residência segundo cada ano do censo, e apontam a intensidade com que os imigrantes se aventuravam para a região em busca de novas chances de trabalho, independentemente de onde partiam ou dos planos de ali fixarem moradia ou, ainda, de retornarem para as suas regiões, uma vez estruturados financeiramente. Para 1959, considerou-se o fato de que a construção de Brasília ocorreu a partir da segunda metade da década de 1950 e, portanto, o registro foi dimensionado em meses.

Os números da Tabela 6 indicam que as correntes migratórias se intensificaram a partir de maio de 1957, transcorridos já alguns meses do início da construção e, provavelmente, dissipados os temores de que a nova capital não se concretizasse. Iniciado o ano de 1959 e transcorrido um ano da inauguração da nova capital, a imigração aumentou, as entradas se avolumaram, registrando, nos primeiros seis meses do ano, participação de 43,2%.

Tabela 6 Pessoas não naturais por tempo de residência – Distrito Federal – 1959		
Tempo (Em meses)	Imigrantes	
	Absolutos	%
Até 3	13.977	24,5
De 4 a 6	10.625	18,7
De 7 a 9	5.826	10,2
De 10 a 12	8.923	15,7
De 13 a 18	6.839	12,0
De 19 a 24	7.093	12,5
25 e mais meses	3.669	6,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1959).

<b>Tabela 7</b>						
<b>Pessoas não naturais por tempo de residência – Distrito Federal – 1960/2010</b>						
<b>Tempo de residência</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Número</b>						
Menos de 1 ano	72.660	52.531	75.437	50.504	41.238	68.259
de 1 a 5 anos	58.321	165.830	250.397	194.565	233.243	219.218
6 a 9 anos	<sup>(1)</sup> 1.194	<sup>(1)</sup> 155.904	149.436	96.118	128.590	125.195
10 anos ou mais	<sup>(2)</sup> 2.067	<sup>(2)</sup> 43.034	328.595	597.657	691.232	775.471
<b>Total</b>	<b>134.242</b>	<b>417.300</b>	<b>803.864</b>	<b>938.844</b>	<b>1.094.303</b>	<b>1.188.143</b>
<b>Distribuição (%)</b>						
Menos de 1 ano	54,1	12,6	9,4	5,4	3,8	5,7
de 1 a 5 anos	43,4	39,7	31,1	20,7	21,3	18,5
6 a 9 anos	0,9	37,4	18,6	10,2	11,8	10,5
10 anos ou mais	1,5	10,3	40,9	63,7	63,2	65,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2011).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan.

(1) inclui imigrantes de 6 a 10 anos de residência;

(2) inclui imigrantes com 11 anos e mais de residência.

Os homens formavam a grande maioria dos jovens migrantes, abertos a novas experiências de vida, como se estabelecer no mercado de trabalho e a constituir novas ou futuras famílias. Todas as condicionantes favoreciam a que, nas décadas que se avizinhavam, se atribuisse o crescimento populacional do DF não só à migração, como também ao crescimento vegetativo, pelas futuras gerações que já se enumeravam a cada ano.

Uma vez inaugurada Brasília, em 21 de abril de 1960, os fluxos imigratórios foram engrossados pela transferência dos servidores de órgãos federais, ministérios, autarquias, etc., migrantes esses com perfis mais qualificados, empossados nos cargos da administração pública.

Os dados para 1960 confirmaram que 54,1% dos imigrantes residiam há menos de um ano no DF, período que precedeu a sua inauguração e se constituiu como *marco zero* de uma nova era. Revelaram ainda que 43,4% dos imigrantes tinham entre um e cinco anos de residência em Brasília, o que demonstra que, uma vez assinado o decreto de transferência da capital, em meados de outubro de 1956, muitas pessoas embarcaram na grande odisséia de incertezas chamada Brasília.

De acordo com o censo de 1970, houve expressiva redução do número de não naturais com menos de um ano de residência no DF – 12,6% – contra 54,1%, em 1960. Era também expressivo o percentual daqueles cujo tempo de moradia variava de seis a dez anos, 37,4%, localizando-se num tempo mais próximo ao ano de 1960.

Observa-se, a cada década, retração contínua e lenta dos não naturais residentes há menos de um ano no DF, com queda de 3,2 p.p. entre 1980 e 1970. Ainda nesse decênio, a maior

afluência de imigrantes foi registrada nos primeiros cinco anos, com participação relativa de 40,5%, percentual semelhante ao daqueles que já residiam há dez ou mais anos (40,9%).

Comparativamente às décadas anteriores, os dados de 1991 evidenciaram desaceleração no número de pessoas não nascidas no DF que se declararam residentes há menos de dez anos, com declínio substancial do grupo residente há menos de um ano. O grupo residente de um a nove anos, segundo declarado no censo de 1991, sofreu redução próxima a 19 p.p. em relação ao de 1980. Como contrapartida, 63,7% dos não naturais residiam no DF há dez ou mais anos.

Segundo o censo de 2000, somente 3,8% da população total do DF era de não naturais com menos de um ano de residência. No entanto, em comparação com o registrado no censo de 1991, cresceram os percentuais de não nativos residentes no intervalo de um a nove anos; 0,6 p.p. no caso do intervalo de um a cinco anos, e 1,6 p.p., de seis a nove anos. O percentual de não naturais residindo no DF há dez ou mais anos permaneceu no mesmo patamar, 63,2%.

Para o ano de 2010, cinquentenário de Brasília, os dados do IBGE apontaram que os imigrantes já não constituíam maioria na população residente, representando em torno de 46,2% dos moradores. Desses imigrantes, 65,3% viviam há mais de dez anos no DF, enquanto 24,2%, inclusive os residentes há menos de um ano, eram considerados migrantes recentes em função do tempo de moradia de até cinco anos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de Brasília se constituiu num fenômeno demográfico que provocou intensos deslocamentos populacionais, e essa forte imigração, em conjunto com as demais componentes fecundidade e mortalidade, interferiu na composição e na estrutura etária da população, provocando mudanças substanciais.

O período que antecedeu a inauguração de Brasília, entre outubro de 1956 e 21 de abril de 1960, portanto ainda na década de 50, revelou características únicas particularmente quanto ao perfil do imigrante. Nada teria tamanha significância não fossem as obras da construção civil, mola propulsora do desbravamento do interior do Brasil nos anos 1950.

Merecem registro algumas particularidades. Os imigrantes eram jovens e em sua maioria do sexo masculino; o nível de escolaridade desses imigrantes era incipiente dada a pouca exigência de qualificação para preenchimento de vagas no mercado de trabalho; predominavam os imigrantes nascidos no Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste; a seca nordestina se tornou um forte fator de expulsão de imigrantes para o DF, entre outros.

No Centro-Oeste, Goiás respondia pela maior expulsão de migrantes para o DF, decrescendo à medida que os anos avançavam. Em 1960, 18,4% dos imigrantes do DF eram goianos. A partir de 1990, a participação caiu para 13,8% e, em 2010, limitou-se a 13%. Por outro lado, Goiás foi também, em todo o período, o maior receptor de migrantes nascidos no DF.



A década de 1960 se constituiu no marco da inauguração da nova capital e da continuidade das obras de construção da cidade. A migração continuava intensa e com características mais diferenciadas. A geração de empregos pela transferência dos primeiros órgãos públicos e servidores impulsionava o crescimento do setor terciário. A consequente intensificação da imigração de nativos do Sudeste deveu-se ao fato de a grande maioria dos órgãos públicos estar situada no Rio de Janeiro. Minas Gerais, por sua vez, há várias décadas fornecia fluxos de migrantes com destino a várias regiões do país, incluindo Brasília. No caso dos fluxos de naturais de São Paulo, um fato de relevante contribuição foi a transferência de imigrantes japoneses, a convite do governo brasileiro, para ocuparem as áreas de arrendamento da antiga Fundação Zoobotânica, destinadas à produção de hortifrutigranjeiros para abastecimento do mercado local (COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 1999).

Transcorridas cinco décadas, algumas considerações podem ser feitas. Brasília atravessou um processo de evolução e crescimento populacional que deixou, de certa forma, a marca distinta dos anos iniciais de povoamento.

O perfil dos que atualmente buscam Brasília é bem diferenciado, tendo em vista que o foco de atração também é outro. Enquanto àquela época predominava o setor secundário, quase na totalidade formado pela construção civil, atualmente o terciário, com a oferta de empregos para concursados nos órgãos públicos, determina de alguma forma a intensidade do movimento de entrada de migrantes. Os migrantes continuam jovens e as mulheres competem pelo mercado de trabalho em igualdade com os homens. O nível de escolaridade é, também, motivo determinante na seleção de migrantes.

Enquanto em 1960 a população era praticamente toda formada por não naturais, neste início de século XXI os nascidos no DF representam maioria e, provavelmente, o primogênito de Brasília deve ter em torno de 55 anos de idade.

Brasília continua reduto de imigrantes com núcleos familiares de características regionais perceptíveis e berço de gerações de jovens brasilienses. Brasília tem hoje uma geração de netos.

## REFERÊNCIAS

CENSO DEMOGRÁFICO 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. *Migração e trabalho: a (re) construção de Brasília*. Brasília: Codeplan, 1999. 478 p. (Cadernos de demografia, 13).

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. *Indicadores de desigualdade social no Distrito Federal*. Brasília: CODEPLAN, 2007. 55 p. (Demografia em foco, 1).

FREITAS, C. Como nasce uma cidade. *Correio Braziliense*, 2011/2012. Disponível em: <<http://www2.correiobraziliense.com.br/comonasce>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo experimental de Brasília: população e habitação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

KUBISTCHEK, Juscelino. *50 Anos em 5 – 1978*. VOL III.

OLIVEIRA, M. A. de. Distribuição espacial da população no Distrito Federal: características dos movimentos migratórios inter-regionais. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 5. 2007, Campinas, SP. [Anais...] Campinas, SP: ABEP, 2007.

RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. *Journal of the Statistical Society*, London, v. 47(pt. 1): Jun. 1885, p. 167-227.

RIGOTTI, J. I. R.; ZAHREDDINE, D. O processo de envelhecimento populacional em Belo Horizonte: análise e mapeamento dos anos 1991 e 2000. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. 2006, Caxambu, MG. [Anais...] Caxambu, MG: ABEP, 2006.

## GLOSSÁRIO

- **Emigração** – toda saída de pessoas de um local de origem para uma determinada região geográfica de destino com o propósito de fixar moradia. Todo emigrante é imigrante em relação à região de destino.
- **Imigração** – entrada de pessoas em uma determinada região geográfica com a intenção de fixar moradia. Todo imigrante é emigrante em relação à sua região de origem.
- **Índice de envelhecimento ou índice do idoso** – relação entre a população com 60 anos ou mais de idade e a população menor de 15 anos, multiplicada por 100. Mede o número de pessoas idosas em uma população, para cada grupo de 100 pessoas jovens.
- **Migração** – toda mobilidade de pessoas que ocorre no espaço geográfico entre distintos lugares, quando um indivíduo se fixa em determinado território (ONU).
- **População Economicamente Ativa** – engloba as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estejam empregadas ou procurando emprego.
- **População em Idade Ativa** – população de 10 anos ou mais.
- **População idosa** – pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Art. 1º, Lei nº 10.741, de 2003, do Estatuto do Idoso.
- **População Potencialmente Ativa** – segundo os demógrafos refere-se às pessoas de 15 a 64 anos que, em princípio, estão inseridas no mercado de trabalho.
- **Razão de dependência de idosos** – relação entre a população acima de 65 anos e a População Potencialmente Ativa (total de pessoas de 15 a 64 anos), multiplicado por 100.
- **Razão de dependência de jovens** – relação entre a população menor de 15 anos e a População Potencialmente Ativa (total de pessoas de 15 a 64 anos), multiplicado por 100.
- **Razão de dependência total** – relação entre a população dependente (menores de 15 anos + pessoas com idades acima de 65 anos) e a População Potencialmente Ativa (total de pessoas de 15 a 64 anos), multiplicado por 100.
- **Razão de sexo** – relação entre o total de homens e o total de mulheres, multiplicado por 100.

(Continua)

Tabela A1 População residente, por sexo e grupos etários – Distrito Federal – 1959/2010									
Grupos etários	1959			1960			1970		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Número</b>									
0 a 4	8.430	4.280	4.150	19.374	9.904	9.470	90.266	45.922	44.344
5 a 9	6.255	3.221	3.034	14.322	7.101	7.221	79.265	39.938	39.327
10 a 14	4.647	2.372	2.275	10.328	5.079	5.249	58.329	28.418	29.911
15 a 19	7.156	4.684	2.472	14.195	8.732	5.463	56.128	26.608	29.520
20 a 24	11.797	9.046	2.751	25.486	18.824	6.662	57.573	28.508	29.065
25 a 29	8.643	6.359	2.284	17.974	12.250	5.724	49.276	24.223	25.053
30 a 34	5.828	4.290	1.538	12.833	8.499	4.334	43.834	23.545	20.289
35 a 39	4.175	2.960	1.215	9.561	6.257	3.304	31.576	16.534	15.042
40 a 44	2.792	2.018	774	5.923	4.004	1.919	23.950	12.920	11.030
45 a 49	1.982	1.408	574	4.416	3.032	1.384	16.004	8.569	7.435
50 a 54	1.161	804	357	2.458	1.616	842	11.361	5.769	5.592
55 a 59	723	488	235	1.597	1.032	565	8.288	4.074	4.214
60 a 64	356	226	130	895	510	385	5.295	2.525	2.770
65 a 69	164	79	85	360	195	165	3.082	1.464	1.618
70 a 74	113	52	61	229	92	137	1.585	713	872
75 a 79	49	23	26	106	30	76	844	346	498
80 e +	43	22	21	107	45	62	836	313	523
<b>Total</b>	<b>64.314</b>	<b>42.332</b>	<b>21.982</b>	<b>140.164</b>	<b>87.202</b>	<b>52.962</b>	<b>537.492</b>	<b>270.389</b>	<b>267.103</b>
<b>Distribuição</b>									
0 a 4	100,0	50,8	49,2	100,0	51,1	48,9	100,0	50,9	49,1
5 a 9	100,0	51,5	48,5	100,0	49,6	50,4	100,0	50,4	49,6
10 a 14	100,0	51,0	49,0	100,0	49,2	50,8	100,0	48,7	51,3
15 a 19	100,0	65,5	34,5	100,0	61,5	38,5	100,0	47,4	52,6
20 a 24	100,0	76,7	23,3	100,0	73,9	26,1	100,0	49,5	50,5
25 a 29	100,0	73,6	26,4	100,0	68,2	31,8	100,0	49,2	50,8
30 a 34	100,0	73,6	26,4	100,0	66,2	33,8	100,0	53,7	46,3
35 a 39	100,0	70,9	29,1	100,0	65,4	34,6	100,0	52,4	47,6
40 a 44	100,0	72,3	27,7	100,0	67,6	32,4	100,0	53,9	46,1
45 a 49	100,0	71,0	29,0	100,0	68,7	31,3	100,0	53,5	46,5
50 a 54	100,0	69,3	30,7	100,0	65,7	34,3	100,0	50,8	49,2
55 a 59	100,0	67,5	32,5	100,0	64,6	35,4	100,0	49,2	50,8
60 a 64	100,0	63,5	36,5	100,0	57,0	43,0	100,0	47,7	52,3
65 a 69	100,0	48,2	51,8	100,0	54,2	45,8	100,0	47,5	52,5
70 a 74	100,0	46,0	54,0	100,0	40,2	59,8	100,0	45,0	55,0
75 a 79	100,0	46,9	53,1	100,0	28,3	71,7	100,0	41,0	59,0
80 e +	100,0	51,2	48,8	100,0	42,1	57,9	100,0	37,4	62,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>65,8</b>	<b>34,2</b>	<b>100,0</b>	<b>62,2</b>	<b>37,8</b>	<b>100,0</b>	<b>50,3</b>	<b>49,7</b>

(Continuação)

<b>Tabela A1</b>									
<b>População residente, por sexo e grupos etários – Distrito Federal – 1959/2010</b>									
<b>Grupos etários</b>	<b>1959</b>			<b>1960</b>			<b>1970</b>		
	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Número</b>									
0 a 4	174.322	88.752	85.570	174.832	88.496	86.336	201.527	102.629	98.898
5 a 9	138.053	69.804	68.249	183.421	92.955	90.466	190.877	96.131	94.746
10 a 14	132.724	64.714	68.010	184.199	91.055	93.144	190.675	95.349	95.326
15 a 19	138.935	64.058	74.877	173.738	80.098	93.640	225.337	107.553	117.784
20 a 24	134.341	63.069	71.272	179.545	85.046	94.499	233.884	110.797	123.087
25 a 29	115.771	54.823	60.948	162.734	76.198	86.536	202.754	96.084	106.670
30 a 34	90.908	43.575	47.333	129.216	59.789	69.427	181.064	85.380	95.684
35 a 39	69.378	33.804	35.574	110.199	50.953	59.246	157.119	72.940	84.179
40 a 44	58.983	30.650	28.333	87.756	41.619	46.137	125.508	57.887	67.621
45 a 49	39.965	20.541	19.424	64.592	30.725	33.867	101.899	46.990	54.909
50 a 54	30.648	15.529	15.119	51.087	25.734	25.353	77.297	35.933	41.364
55 a 59	20.074	9.927	10.147	35.569	17.301	18.268	53.567	24.967	28.600
60 a 64	13.514	6.322	7.192	25.334	12.043	13.291	42.112	19.995	22.117
65 a 69	9.553	4.237	5.316	16.914	7.748	9.166	26.979	12.188	14.791
70 a 74	5.014	2.114	2.900	10.066	4.257	5.809	18.710	8.223	10.487
75 a 79	2.872	1.145	1.727	6.660	2.615	4.045	11.115	4.559	6.556
80 e +	1.853	646	1.207	5.232	1.918	3.314	10.722	3.751	6.971
<b>Total</b>	<b>1.176.908</b>	<b>573.710</b>	<b>603.198</b>	<b>1.601.094</b>	<b>768.550</b>	<b>832.544</b>	<b>2.051.146</b>	<b>981.356</b>	<b>1.069.790</b>
<b>Distribuição</b>									
0 a 4	100,0	50,9	49,1	100,0	50,6	49,4	100,0	50,9	49,1
5 a 9	100,0	50,6	49,4	100,0	50,7	49,3	100,0	50,4	49,6
10 a 14	100,0	48,8	51,2	100,0	49,4	50,6	100,0	50,0	50,0
15 a 19	100,0	46,1	53,9	100,0	46,1	53,9	100,0	47,7	52,3
20 a 24	100,0	46,9	53,1	100,0	47,4	52,6	100,0	47,4	52,6
25 a 29	100,0	47,4	52,6	100,0	46,8	53,2	100,0	47,4	52,6
30 a 34	100,0	47,9	52,1	100,0	46,3	53,7	100,0	47,2	52,8
35 a 39	100,0	48,7	51,3	100,0	46,2	53,8	100,0	46,4	53,6
40 a 44	100,0	52,0	48,0	100,0	47,4	52,6	100,0	46,1	53,9
45 a 49	100,0	51,4	48,6	100,0	47,6	52,4	100,0	46,1	53,9
50 a 54	100,0	50,7	49,3	100,0	50,4	49,6	100,0	46,5	53,5
55 a 59	100,0	49,5	50,5	100,0	48,6	51,4	100,0	46,6	53,4
60 a 64	100,0	46,8	53,2	100,0	47,5	52,5	100,0	47,5	52,5
65 a 69	100,0	44,4	55,6	100,0	45,8	54,2	100,0	45,2	54,8
70 a 74	100,0	42,2	57,8	100,0	42,3	57,7	100,0	43,9	56,1
75 a 79	100,0	39,9	60,1	100,0	39,3	60,7	100,0	41,0	59,0
80 e +	100,0	34,9	65,1	100,0	36,7	63,3	100,0	35,0	65,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>48,7</b>	<b>51,3</b>	<b>100,0</b>	<b>48,0</b>	<b>52,0</b>	<b>100,0</b>	<b>47,8</b>	<b>52,2</b>

(Conclusão)

<b>Tabela A1</b>			
<b>População residente, por sexo e grupos etários – Distrito Federal – 1959/2010</b>			
<b>Grupos etários</b>	<b>2010</b>		
	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Número</b>			
0 a 4	189.080	95.938	93.142
5 a 9	200.704	101.824	98.880
10 a 14	218.709	110.597	108.112
15 a 19	220.745	108.791	111.954
20 a 24	245.793	120.373	125.420
25 a 29	268.432	127.512	140.920
30 a 34	252.798	118.507	134.291
35 a 39	212.719	100.047	112.672
40 a 44	187.760	88.786	98.974
45 a 49	157.093	72.525	84.568
50 a 54	123.137	55.965	67.172
55 a 59	95.577	43.033	52.544
60 a 64	69.967	30.889	39.078
65 a 69	48.075	21.160	26.915
70 a 74	35.652	15.759	19.893
75 a 79	21.297	8.885	12.412
80 e +	22.622	8.289	14.333
<b>Total</b>	<b>2.570.160</b>	<b>1.228.880</b>	<b>1.341.280</b>
<b>Distribuição</b>			
0 a 4	100,0	50,7	49,3
5 a 9	100,0	50,7	49,3
10 a 14	100,0	50,6	49,4
15 a 19	100,0	49,3	50,7
20 a 24	100,0	49,0	51,0
25 a 29	100,0	47,5	52,5
30 a 34	100,0	46,9	53,1
35 a 39	100,0	47,0	53,0
40 a 44	100,0	47,3	52,7
45 a 49	100,0	46,2	53,8
50 a 54	100,0	45,4	54,6
55 a 59	100,0	45,0	55,0
60 a 64	100,0	44,1	55,9
65 a 69	100,0	44,0	56,0
70 a 74	100,0	44,2	55,8
75 a 79	100,0	41,7	58,3
80 e +	100,0	36,6	63,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>47,8</b>	<b>52,2</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1959), Censo Demográfico (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2011).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan.

## A DINÂMICA MIGRATÓRIA NA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA (AMB) ENTRE 1991 E 2010

*Lucilene Dias Cordeiro\**  
*Mônica de Oliveira Marques França\*\**

### INTRODUÇÃO

A migração já não é a principal componente demográfica da população do Distrito Federal, como no passado, embora tenha expressão significativa na composição populacional na sua área limítrofe. O Distrito Federal vem reduzindo forças na capacidade de atração e retenção populacional, provavelmente devido ao elevado custo de vida, principalmente no que se refere à moradia. Em decorrência de problemas relacionados à habitação, devido aos altos custos imobiliários, observa-se um processo de periferização, traduzido pelo forte crescimento populacional nos municípios goianos limítrofes. Esses imigrantes possuem uma relação de dependência com o Distrito Federal, seja por trabalho, serviços de saúde ou educação. Nesse processo, verifica-se a migração de pessoas para os municípios mais próximos, como os que compõem Periferia Metropolitana de Brasília<sup>1</sup>.

O estudo pretende analisar o fluxo migratório entre o Distrito Federal e a Periferia Metropolitana de Brasília, avaliar a migração entre os municípios que a compõem e verificar a evolução desses movimentos considerando os anos censitários de 1991, 2000 e 2010.

### MÉTODOS

Neste trabalho, considerou-se migrante o indivíduo que morava, na data do recenseamento, num local, no Brasil, diferente daquele em que morava exatamente cinco anos antes. Essa pergunta de data fixa<sup>2</sup> foi introduzida pelo Censo Demográfico do ano de 1991 – período a partir do qual se pôde contar com a relativa estabilização das divisões do território nacional.

\* Mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduada em Estatística pela Universidade de Brasília (UNB). Demógrafa do Núcleo de Estudos Populacionais (NEP) na Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). lucilene.cordeiro@codeplan.df.gov.br

\*\* Socióloga. Coordenadora do Núcleo de Estudos Populacionais (NEP) na Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). monica.franca@codeplan.df.gov.br

<sup>1</sup> Neste estudo, os municípios que fazem parte da Periferia Metropolitana de Brasília (PMB) são Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás

<sup>2</sup> Os migrantes de data fixa são aqueles indivíduos que, em uma determinada data – no caso, 1º de setembro de 1986 (Censo Demográfico 1994) e 1º de agosto de 1995 e 2005 (Censos demográficos 2004 e 2012, respectivamente) –, residiam em localidade diferente da que residiam na data de referência do Censo.

O estudo foi realizado com base nos dados censitários para Goiás, Distrito Federal e municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB) a partir de 1991, com informações referentes ao migrante de data fixa que permitiram uma análise quanto à migração entre os municípios que compõem a AMB.

Considerou-se como Área Metropolitana de Brasília o Distrito Federal e 11 municípios goianos: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Dentre esses municípios, quatro foram criados a partir de 1990, como é o caso de Cidade Ocidental, emancipado do município de Luziânia, do qual também se desmembraram Novo Gama e Valparaíso de Goiás em 1995. Neste mesmo ano também foi criado o município de Águas Lindas de Goiás, a partir de Santo Antônio do Descoberto.

O estado de Goiás foi desagregado em dois grupos: um considerando os municípios que compõem a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB), e o outro com os demais municípios do estado (Figura 1).



**Figura 1**  
**Municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMP)**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Malha municipal de 2010.  
Nota: Elaborado pela Codeplan, 2013.



Para a análise foram construídas matrizes de migração para os anos de 1991, 2000 e 2010 a partir dos dados censitários.

Região origem	Região destino			Emigrantes
	A	B	C	
A	$n_{11}$	$n_{12}$	$n_{13}$	$n_{1.}$
B	$n_{21}$	$n_{22}$	$n_{23}$	$n_{2.}$
B	$n_{31}$	$n_{32}$	$n_{33}$	$n_{3.}$
Imigrantes	$n_{.1}$	$n_{.2}$	$n_{.3}$	N

**Quadro 1**  
Dados de migração de data fixa – origem X destino

Fonte: Rigotti (2000).

Nas análises sobre os movimentos migratórios entre a AMB e o estado de Goiás, desconsideraram-se os deslocamentos intra-PMB, ou seja, os movimentos entre os municípios pertencentes à Periferia Metropolitana de Brasília, que foram observados em separado.

## RESULTADOS

### Evolução do saldo migratório

Ao se analisar a evolução dos saldos migratórios, o Distrito Federal mostrou redução das forças de atração e da capacidade de retenção. Os dados censitários indicam que o Distrito Federal deixou de ser eminentemente receptor. De fato, verificaram-se comportamentos distintos entre o Distrito Federal e Goiás. Em 1991, o saldo migratório de Goiás foi 2,4 vezes maior que o do Distrito Federal. Em 2000, esse comportamento persistiu, acentuando-se esse diferencial, que passou para 8,6. Em 2010, o saldo migratório de Goiás foi 14,8 vezes maior que o do Distrito Federal (Tabela 1).

Entre os imigrantes do Distrito Federal, a maior participação foi de nordestinos, enquanto que, na PMB, a parcela maior teve origem na Região Centro-Oeste<sup>3</sup>, chegando a percentuais próximos a 60% em todos os anos censitários. Vale ressaltar que o DF apresentou a maior participação em todos os períodos aqui estudados (Gráfico 1).

Os resultados mostraram ainda que alguns municípios que compõem a área metropolitana de Brasília tiveram o volume de emigrantes em 2010 aumentado quando comparado com os dados de 2000. Particularmente Águas Lindas de Goiás e Valparaíso do Goiás saltaram de 304 para 6.959, e de 1.877 para 7.149 pessoas, respectivamente (Tabela 1).

<sup>3</sup> MT, MS e DF.

**Tabela 1**  
**População\*, imigrantes, emigrantes e saldo migratório de data fixa segundo o Distrito Federal, a periferia metropolitana, demais municípios de Goiás – 1986-1991, 2005-2010 e 2005-2010**

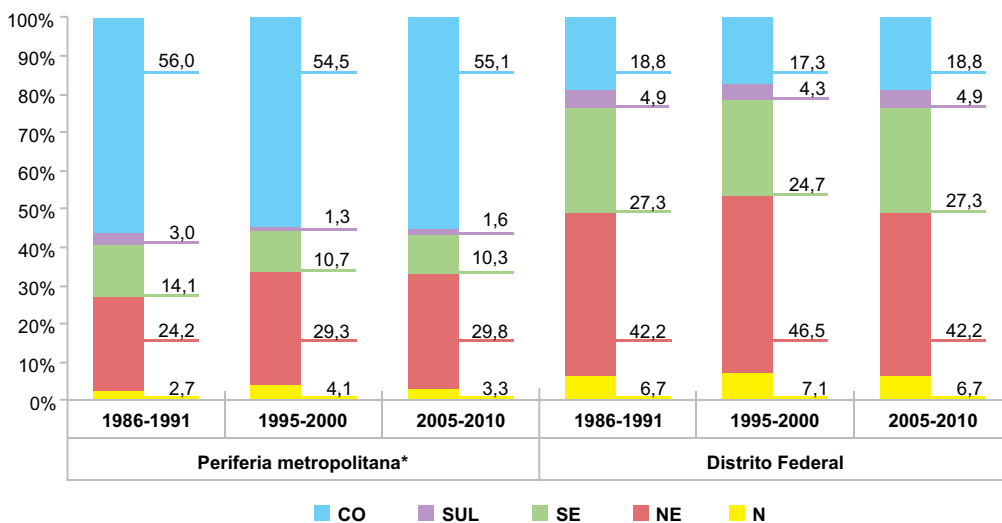
Áreas	1986-1991			1995-2000			2005-2010			Saldo migratório (Imigrante - Emigrante)		
	População 1991*	Imigrantes	Emigrantes	População 2000*	Imigrantes	Emigrantes	População 2010*	Imigrantes	Emigrantes	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Distrito Federal	1.426.208	193.701	143.674	1.849.619	213.403	188.577	2.380.989	190.042	175.870	50.027	24.826	14.172
Águas Lindas de Goiás	-	-	-	89.145	50.674	152	143.552	29.068	4.745	-	50.522	24.323
Alexânia	14.636	1.278	819	18.139	1.296	620	21.913	1.330	795	459	676	535
Cidade Ocidental	-	-	-	35.507	9.801	1.145	50.838	8.334	1.196	-	8.656	7.138
Cristalina	21.886	3.568	1.860	30.053	3.714	1.711	42.453	4.962	1.450	1.708	2.003	3.512
Formosa	55.006	5.753	3.787	70.094	5.274	3.580	92.101	4.795	3.273	1.966	1.694	1.522
Luziânia	179.524	53.794	3.625	123.002	24.911	3.623	158.997	14.902	4.044	50.169	21.288	10.858
Novo Gama	-	-	-	64.169	15.963	1.637	85.850	11.008	1.704	-	14.326	9.304
Padre Bernardo	14.364	1.777	1.033	18.889	2.744	766	25.281	3.360	813	744	1.978	2.547
Planaltina	34.509	11.113	1.221	63.385	12.561	3.494	74.266	6.956	3.176	9.892	9.067	3.780
Santo Antônio do Descoberto	30.467	11.230	444	44.785	9.886	1.759	57.313	5.987	1.690	10.786	8.127	4.297
Valparaíso de Goiás	-	-	-	83.022	23.813	343	120.971	23.631	4.479	-	23.470	19.152
PMB**	350.392	88.512	12.790	640.190	160.638	18.828	873.484	114.335	27.364	75.722	141.810	86.971
Demais municípios de Goiás**	3.223.969	179.548	134.227	3.851.206	212.064	140.986	4.691.901	249.598	127.109	45.321	71.078	122.489
Goiás	3.574.361	268.060	147.017	4.491.396	372.702	159.814	5.565.385	363.933	154.473	121.043	212.888	209.460

Fonte: Censo Demográfico (1994, 2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

\* População de 5 anos e mais de idade.

\*\* Excluir a migração intra-estadual.



**Gráfico 1**

**Distribuição de imigrantes de data fixa do Distrito Federal e periferia metropolitana segundo região de origem – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010**

Fonte: Censo Demográfico (1994, 2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

\*Imigrantes oriundos do MT, MS e DF.

## Evolução dos movimentos migratórios na Área Metropolitana de Brasília

As tendências dos saldos migratórios para o Distrito Federal, municípios da periferia metropolitana e demais municípios do estado de Goiás apontaram comportamentos diferenciados nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. No Distrito Federal, o movimento foi decrescente, enquanto, em Goiás, foi ascendente. Quanto à periferia da AMB, o Gráfico 2 mostra forte crescimento do saldo no período 1995-2000 em relação a 1986-1991 e queda entre 2005-2010 em comparação ao quinquênio anterior.

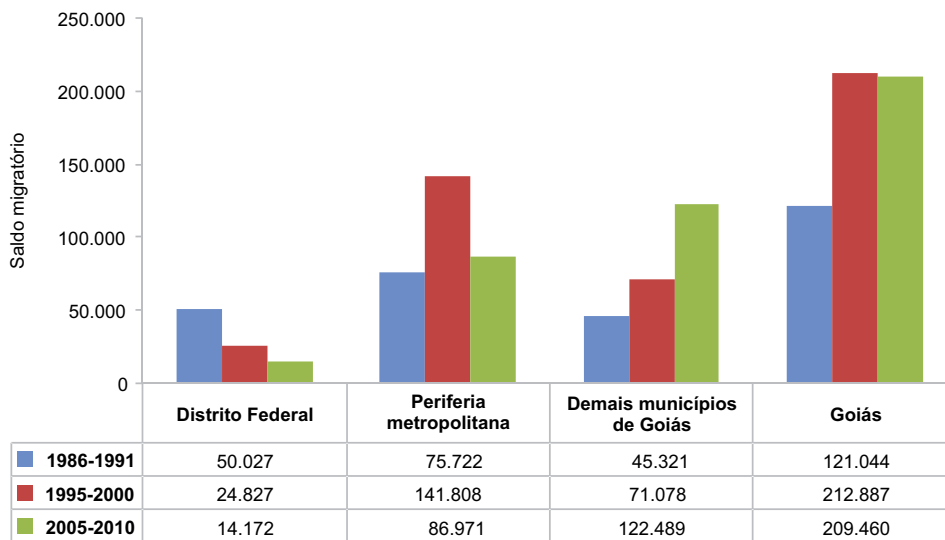
Ao se comparar o DF e a periferia metropolitana, os resultados apontaram que o saldo da PMB foi 1,5 vez maior que o do DF em 1991, diferença que aumentou ao longo das décadas, chegando a ser 6,1 vezes maior em 2010.

A periferia metropolitana apresentou ganhos consideráveis entre 1986-1991 e 1995-2000, tendo o saldo migratório aumentado 87,3% nesse período. Entre 1995-2000 e 2005-2010, verificou-se uma inversão, já que o saldo migratório reduziu-se em 38,7%. Por outro lado, os demais municípios de Goiás exibiram aumento do saldo em todos os anos considerados (Tabela 1 e Gráfico 2).

Em 1991, houve pouca diferença entre o saldo migratório do Distrito Federal (50.027) e o dos demais municípios de Goiás (45.231). Em 2000, esse quadro mudou: nos demais municípios, o saldo foi 2,9 vezes maior. Em 2010, a diferença se acentuou: o valor encontrado nesses municípios foi 8,6 vezes maior que o verificado no DF (Tabela 1 e Gráfico 2).

O Distrito Federal teve redução do saldo migratório em todo o período analisado, chegando a uma queda de 42,9% entre 1995-2000 e 2005-2010 (Tabela 1 e Gráfico 2).

Goiás apresentou-se como grande polo atrativo nos quinquênios estudados, principalmente os municípios da PMB, para onde se dirigiram aproximadamente 30% dos imigrantes de data fixa (Tabela 1 e Gráfico 2).

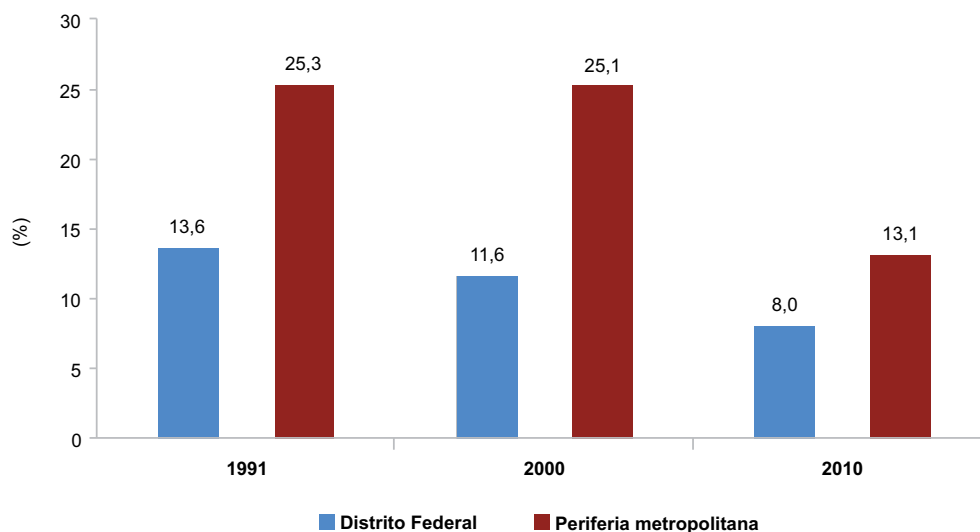


**Gráfico 2**  
Saldo migratório de data fixa do Distrito Federal, da periferia metropolitana e dos demais municípios de Goiás – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (1994, 2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

Em 1991, os imigrantes no quinquênio anterior representaram 13,6% da população total do Distrito Federal, passando para 8% em 2010. Na periferia metropolitana, o peso dos imigrantes no volume populacional foi reduzido a 48,2% entre 1991 e 2010, indicando que essa área também vem diminuindo sua capacidade de atração populacional (Gráfico 3).



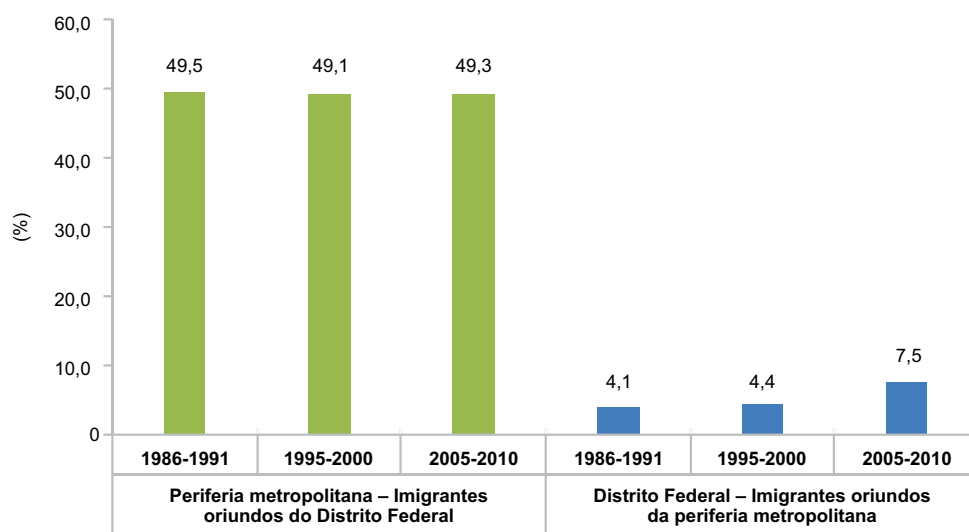
**Gráfico 3**  
Participação de imigrantes de data fixa no total da população\* do Distrito Federal e periferia metropolitana – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (1994, 2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

\*População de 5 anos e mais de idade.

Os dados censitários apontaram que aproximadamente metade dos imigrantes da periferia metropolitana era proveniente do Distrito Federal em todos os anos analisados. Entre os imigrantes do DF, a participação da periferia foi bem menor, tendo em 2010 representado pouco mais de 7% (Gráfico 4).



**Gráfico 4**

**Participação da periferia metropolitana no total dos imigrantes de data fixa do DF e do DF no total de imigrantes de data fixa da periferia metropolitana – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010**

Fonte: Censo Demográfico (1994, 2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

\*População de 5 anos e mais de idade.

Das pessoas que foram para o Distrito Federal e declararam como último local de residência um dos municípios da periferia da AMB verificou-se que, entre 1986-1991, 32,5% saíram de Luziânia, e 26,5%, de Formosa. No quinquênio 1995-2000, os imigrantes deixaram de ser majoritariamente desses municípios, destacando-se também Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Novo Gama. Entre 2005-2010, sobressaíram-se os municípios de Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás, que, criados em 1995, até então tinham participação pouco expressiva no contingente de imigrantes do Distrito Federal. Luziânia e Formosa mantiveram a importância dentre os migrantes para o DF, mas com menor participação (Tabela 2).

**Tabela 2**  
**Imigrantes de data fixa do Distrito Federal segundo município da periferia metropolitana de origem – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010**

Periferia metropolitana	1986-1991		1995-2000		2000-2010	
	Imigrante	%	Imigrante	%	Imigrante	%
Águas Lindas de Goiás	-	-	19	0,2	2.582	18,0
Alexânia	606	7,7	409	4,3	310	2,2
Cidade Ocidental	-	-	735	7,8	462	3,2
Cristalina	537	6,8	492	5,2	387	2,7
Formosa	2.098	26,5	1.725	18,3	1.865	13,0
Luziânia	2.576	32,5	1.716	18,2	1.694	11,8
Novo Gama	-	-	1.033	11,0	953	6,6
Padre Bernardo	904	11,4	640	6,8	583	4,1
Planaltina	771	9,7	1.488	15,8	1.964	13,7
Santo Antônio do Descoberto	430	5,4	1.100	11,7	934	6,5
Valparaíso de Goiás	-	-	60	0,6	2.602	18,1
<b>Total</b>	<b>7.922</b>	<b>100,0</b>	<b>9.417</b>	<b>100,0</b>	<b>14.336</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (1994, 2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

Considerando-se o destino dos que saíram do Distrito Federal para algum dos municípios da periferia metropolitana, observou-se que, no quinquênio 1986-1991, 64,7% foram para Luziânia. No período seguinte, Luziânia perdeu a sua força atrativa para Águas Lindas de Goiás (38,7%) e Valparaíso de Goiás, que apareceu em terceiro lugar, com 12,7%. Entre 2005-2010, Águas Lindas de Goiás continuou a exercer forte atração sobre a população que saiu do Distrito Federal, assim como Valparaíso de Goiás. Nesse período, do total de emigrantes do Distrito Federal que foram para a PMB, 49% dirigiram-se para esses dois municípios (Tabela 3).

**Tabela 3**  
Emigrantes de data fixa do Distrito Federal segundo município da AMB de destino – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Periferia metropolitana	1991		2000		2010	
	Emigrante	%	Emigrante	%	Emigrante	%
Águas Lindas de Goiás	-	-	33.440	38,7	15.830	25,5
Alexânia	732	1,5	607	0,7	837	1,3
Cidade Ocidental	-	-	5.449	6,3	5.427	8,7
Cristalina	545	1,1	783	0,9	1.021	1,6
Formosa	1.813	3,7	2.161	2,5	1.951	3,1
Luziânia	31.459	64,7	11.828	13,7	6.059	9,8
Novo Gama	-	-	8.476	9,8	6.785	10,9
Padre Bernardo	1.037	2,1	1.832	2,1	2.352	3,8
Planaltina	6.735	13,8	5.994	6,9	3.774	6,1
Santo Antônio do Descoberto	6.324	13,0	4.813	5,6	3.444	5,5
Valparaíso de Goiás	-	-	10.942	12,7	14.616	23,5
<b>Total</b>	<b>48.645</b>	<b>100,0</b>	<b>86.324</b>	<b>100,0</b>	<b>62.095</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (1994, 2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

### Movimentos migratórios entre municípios da periferia metropolitana

Os movimentos migratórios entre os municípios que compõem a periferia da AMB se intensificaram ao longo dos anos. Entre 2005-2010, 13.087 pessoas migraram de um município para outro, volume 4,5 vezes maior que o observado entre 1986-1991. No entanto, ao se analisar o saldo migratório, percebeu-se que, em 1991, apenas Cristalina, Formosa e Padre Bernardo perderam população para outro município da periferia da AMB, apresentando saldo migratório negativo. Entre 1995-2000, o quadro mudou, ou seja, apenas os municípios de Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Padre Bernardo tiveram saldo positivo. Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás concentraram os saldos migratórios positivos (Tabela 4).

Chama a atenção o comportamento de Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás entre 1995-2000 e 2005-2010. Enquanto no primeiro houve uma redução de 46,6% no saldo migratório, no outro ocorreu um aumento de 32,7%. Há que se considerar o fato de que esses municípios foram criados a partir de Santo Antônio do Descoberto e de Luziânia, respectivamente, o que pode explicar os saldos negativos apresentados principalmente por Luziânia, que mais cedeu população para a criação de novos municípios.



**Tabela 4**  
Saldo migratório de data fixa entre os municípios da periferia metropolitana – 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

Periferia metropolitana	Imigrantes (I)			Emigrantes (E)			Saldo migratório Intra AMB (I-E)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Águas Lindas de Goiás	0	1.229	1.769	0	98	1.166	0	1.131	604
Alexânia	242	202	63	184	448	290	57	-246	-226
Cidade Ocidental	0	817	1.433	0	931	892	0	-113	541
Cristalina	228	751	532	244	359	357	-16	392	175
Formosa	346	564	646	674	923	879	-328	-359	-233
Luziânia	1.020	2.021	2.294	429	2.122	2.986	591	-100	-692
Novo Gama	0	1.066	1.075	0	1.043	2.015	0	23	-940
Padre Bernardo	79	269	219	310	236	487	-231	33	-268
Planaltina	560	552	700	463	1.270	876	98	-718	-176
Santo Antônio do Descoberto	540	330	690	483	896	633	57	-566	57
Valparaíso de Goiás	0	2.471	3.667	0	1.197	1.976	0	1.274	1.691
<b>Total</b>	<b>3.016</b>	<b>10.272</b>	<b>13.087</b>	<b>2.788</b>	<b>9.520</b>	<b>12.555</b>			

Fonte: Censo Demográfico (1994, 2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

### Evolução dos fluxos dos imigrantes dos municípios da periferia metropolitana

Considerou-se aqui o fluxo migratório dos municípios da periferia da AMB em relação ao Distrito Federal e demais áreas do país, a fim de examinar a origem dos migrantes para esses municípios. Desse modo, foi possível formar um panorama quanto ao papel da migração na conformação populacional dos municípios pertencentes à Área Metropolitana de Brasília.

Em 2000, do total de imigrantes de Águas Lindas de Goiás, 61,2% eram oriundos do DF, e no quinquênio 2005-2010, esse percentual ainda era elevado, próximo a 50%. A perda populacional da capital do país para os municípios que compõem a periferia da AMB apontou um processo de periferização (Tabela 5).

Entre 1995-2000, esse percentual passou para 48,0%, o que representou uma redução de 21,6% na participação do Distrito Federal no volume de imigrantes de Águas Lindas de Goiás. Em contrapartida, os imigrantes procedentes das demais áreas do país aumentaram a sua participação em 27,7%.

Esses resultados mostraram que, na criação de Águas Lindas de Goiás, sua população foi formada basicamente por imigrantes provenientes do Distrito Federal (Tabela 5).

Os dados evidenciaram um arrefecimento dessa tendência no quinquênio 2005-2010, uma vez que esses municípios passaram a atrair pessoas de outras áreas do país, reduzindo o peso

das que saíram do DF. Ainda assim, o Distrito Federal mantém uma participação expressiva (Tabela 5).

**Tabela 5**

**Distribuição percentual dos imigrantes de data fixa dos municípios da periferia metropolitana, dos demais municípios de Goiás e do Distrito Federal, segundo localidade de origem 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010**

Áreas de destino	1991				2000				2010			
	Periferia metropolitana	Distrito Federal	Unidades da Federação exceto AMB e DF*	Total	Periferia metropolitana	Distrito Federal	Unidades da Federação exceto AMB e DF*	Total	Periferia metropolitana	Distrito Federal	Unidades da Federação exceto AMB e DF*	Total
Distrito Federal	4,1	-	95,9	100,0	4,4	-	95,6	100,0	7,5	-	92,5	100,0
Águas Lindas de Goiás	-	-	-	-	2,2	61,2	36,6	100,0	5,4	48,0	46,7	100,0
Alexânia	10,4	31,5	58,1	100,0	9,5	28,7	61,8	100,0	3,3	43,5	53,2	100,0
Cidade Ocidental	-	-	-	-	7,4	49,6	43,0	100,0	13,9	52,5	33,7	100,0
Cristalina	4,9	11,8	83,3	100,0	13,5	14,1	72,5	100,0	8,3	16,0	75,7	100,0
Formosa	4,2	21,8	74,0	100,0	6,8	26,0	67,2	100,0	8,6	26,1	65,2	100,0
Luziânia	1,8	54,2	44,0	100,0	6,8	40,0	53,2	100,0	12,4	32,7	54,9	100,0
Novo Gama	-	-	-	-	6,0	47,9	46,1	100,0	8,4	52,9	38,7	100,0
Padre Bernardo	3,4	44,4	52,2	100,0	7,7	52,8	39,5	100,0	5,1	54,9	40,0	100,0
Planaltina	4,3	52,0	43,6	100,0	3,8	41,7	54,4	100,0	8,2	44,4	47,4	100,0
Santo Antônio do Descoberto	4,2	49,7	46,1	100,0	3,1	45,2	51,7	100,0	9,5	47,3	43,2	100,0
Valparaíso de Goiás	-	-	-	-	8,7	38,3	53,0	100,0	12,9	51,2	35,9	100,0
Demais municípios de Goiás	3,9	9,8	86,3	100,0	3,4	8,4	88,2	100,0	3,8	7,9	88,3	100,0
<b>PMB</b>	<b>0,0</b>	<b>48,0</b>	<b>49,0</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>	<b>46,4</b>	<b>48,1</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>	<b>44,6</b>	<b>45,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Demográfico (1994, 2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

\* Inclui MT, MS e demais municípios de Goiás.

\*\* Inclui Distrito Federal e demais municípios do estado de Goiás.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a migração da Área Metropolitana de Brasília (AMB) para investigar a origem dos fluxos migratórios de data fixa dos municípios limítrofes em relação ao Distrito Federal e demais áreas do país, nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.

A migração já não é a principal componente demográfica do DF, como no passado. Dentre os imigrantes de data fixa do Distrito Federal, a maior participação tem sido de nordestinos. Já na periferia da AMB, a origem mais expressiva é o Distrito Federal.

Enquanto o saldo migratório do Distrito Federal é decrescente, os municípios de Goiás apresentaram comportamento ascendente.

Vale ressaltar que o decréscimo da participação de pessoas oriundas do Distrito Federal no ritmo do crescimento populacional da periferia metropolitana não diminuiu a importância da emigração do DF na sua composição populacional.

No quinquênio 2005-2010, 14 mil pessoas entraram no Distrito Federal vindas da periferia metropolitana de Brasília. Por outro lado, 62 mil pessoas fizeram movimento contrário.

A perda populacional da capital do país para os municípios que compõem a PMB no ano 2000 pressupõe que ocorreu um processo de periferização do DF à época. Sendo assim, as alterações observadas nos fluxos migratórios suscitam uma série de questões que certamente merecem ser analisadas com mais detalhes. Como, por exemplo, quais características econômicas e sociais podem ser típicas de cada um desses municípios.

## REFERÊNCIAS

CENSO DEMOGRÁFICO 1991: Distrito Federal e Goiás, microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: Distrito Federal e Goiás, microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010: Distrito Federal e Goiás, microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

FRANÇA, Mônica. *Comportamento dos saldos migratórios no Distrito Federal 1992-2007*. Brasília, DF: Codeplan, 2010.

RIGOTTI, Jose Irineu Rangel. Estimativas de saldos e fluxos migratórios a partir do Censo Demográfico de 1991: uma aplicação para as mesorregiões de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos da População*. [S.l.], v. 17, n. 1/2, p. 119-140, 2000.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales et al. A utopia à realidade: uma análise dos fluxos migratórios para o Aglomerado Urbano de Brasília. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. [Anais...] Caxambu, MG: ABEP, 2006.



## PERFIL DOS MIGRANTES DE DATA FIXA NO DISTRITO FEDERAL

*Mônica de Oliveira Marques França\**  
*Lucilene Dias Cordeiro\*\**

### INTRODUÇÃO

Brasília, capital do Brasil, foi criada no momento em que o país passava por mudanças com novas explorações territoriais em escala nacional. Um exemplo foi a expansão agrícola da Região Centro-Oeste, da qual Brasília fazia parte. A ideia da transferência da capital do país para a área central, desenvolvida durante várias gerações, materializava-se, tendo como pano de fundo as transformações de ordem social, econômica e institucional pelas quais passava o país. Segundo Ferreira e Paviani (1973), Brasília surgiu em um país em fase de modernização, na qual persistia a antiga ideia de povoar o interior, como também aumentavam as preocupações a respeito da organização do espaço, tendo em vista o rápido crescimento das cidades.

Fluxos populacionais, dos mais diversos locais do país, em direção ao Distrito Federal surgiam num contexto específico para a construção de Brasília, tornando-a uma localidade constituída exclusivamente por imigrantes. Apenas 50 anos depois, o Censo de 2010 apontava que os naturais representavam maioria na população residente.

O perfil do imigrante, neste trabalho, é fundamental para acrescentar informações ao conteúdo das análises dos fenômenos migratórios nas mudanças na estrutura social e também na organização das atividades econômicas. Desta forma, o objetivo é analisar as características dos imigrantes do Distrito Federal com 18 anos e mais de idade, por origem e destino, sexo, faixa etária, nível de escolaridade, renda e ocupação por setor de atividade e comparar tais informações com a situação dos emigrantes.

Considerou-se migrante de data fixa aquele indivíduo que morava no município no ano do Censo e que cinco anos antes residia em localidade diferente daquela declarada na data de referência dos censos de 2000 e 2010. A opção pelo corte de pessoas de 18 anos e mais de idade se adapta ao intuito de avaliar a renda, ocupação por setor de atividade e níveis de escolaridade dos migrantes.

\* Socióloga. Coordenadora do Núcleo de Estudos Populacionais (NEP) na Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). monica.franca@codeplan.df.gov.br. monica.franca@codeplan.df.gov.br

\*\* Mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduada em Estatística pela Universidade de Brasília (UNB). Demógrafa do Núcleo de Estudos Populacionais (NEP) na Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). lucilene.cordeiro@codeplan.df.gov.br

Desse modo, foi possível formar um panorama da migração, o perfil dos migrantes e o seu papel na conformação demográfica do Distrito Federal.

### **Origem e destino de pessoas de 18 anos e mais no Distrito Federal – 1995-2000 e 2005-2010**

O Distrito Federal continua atraindo migrantes, mas já não resta dúvida quanto à redução da sua força atrativa desde sua construção.

Os cartogramas a seguir mostram o volume de pessoas que deixaram seus estados rumo ao DF, assim como o das pessoas do DF que partiram em direção às outras unidades da Federação, nos períodos 1995-2000 e 2005-2010. Dessa forma, foram construídos fluxos migratórios representados pelas trocas populacionais do Distrito Federal com os demais estados brasileiros (Mapas 1, 2, 3 e 4).

Em 2010, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, São Paulo e Rio de Janeiro foram os mais participativos, nesta ordem. Vale ressaltar que os dados censitários desde a década de 90 até o Censo de 2010 mostraram que os estados de Minas Gerais e Goiás foram os que mais mandaram população para o DF, o que pode ser justificado, em parte, pela proximidade territorial, principalmente no caso de Goiás (Tabela 1).

A maioria dos estados da Região Norte, por sua vez, contribuiu com menos de 1% do fluxo para o DF, diferentemente daqueles da Região Nordeste, que participaram com percentuais entre 2% a 11%, sendo Bahia, Maranhão e Piauí os que mais contribuíram (Tabela 1). Quando analisada a população do Distrito Federal rumo às unidades da Federação, 46,7% dos emigrantes foram para Goiás; 8,1%, para Minas Gerais; e 6,6%, para São Paulo (Tabela 1).

Mapa 1 – 1995-2005



Mapa 2 – 2005-2010



#### Mapas 1 e 2

#### População imigrante de data fixa, de 18 anos e mais de idade – Distrito Federal

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

Mapa 3 – 1995-2005



Mapa 4 – 2005-2010

**Mapas 3 e 4****População emigrante de data fixa, de 18 anos e mais de idade – Distrito Federal**

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

Nos períodos 1995-2000 e 2005-2010, observou-se que o Distrito Federal apresentou saldos migratórios<sup>1</sup> positivos nas trocas entre imigrantes e emigrantes praticamente com todas as unidades da Federação, à exceção de Goiás (Mapas 5 e 6 e Tabela 1).

Destaca-se que o DF recebeu imigrantes de todos os estados brasileiros e perdeu população praticamente apenas para Goiás. Com este estado, o saldo entre 1995-2000 foi negativo em 48 mil pessoas, e no quinquênio seguinte, negativo em 34 mil (Tabela 1).

Vale ressaltar que uma parcela significativa dos emigrantes do DF dirigiu-se para os municípios goianos que fazem parte da periferia metropolitana de Brasília, limítrofes do quadrilátero do DF<sup>2</sup>. Conforme o estudo sobre a *Dinâmica Migratória na Área Metropolitana de Brasília*<sup>3</sup>, que consta nesta publicação, do total de imigrantes do estado de Goiás no quinquênio 2005-2010, 32,7% (126.005) foram para esses municípios limítrofes. No Censo de 2000, a porcentagem foi de 44,4% (175.678). Esse estudo apontou mudanças na migração nas últimas décadas no Distrito Federal, entre elas o acentuado processo de periferização em direção aos municípios

<sup>1</sup> O saldo migratório (SM) constitui, para determinado período, o resultado da diferença entre imigrantes e emigrantes de data fixa. “O SM mede a contribuição das migrações ao crescimento populacional do período” (CARVALHO; RIGOTTI, 1998).

<sup>2</sup> Considerou-se como área metropolitana de Brasília (AMB) o Distrito Federal e 11 municípios goianos: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

<sup>3</sup> CORDEIRO, Lucilene Dias e FRANÇA, Mônica O.M. Dinâmica migratória na Área Metropolitana de Brasília, 2014. (ARTIGO DA PUBLICAÇÃO).

limitrofes ao DF. Chama-se a atenção para tal fenômeno, que é problemático em termos sociais. Os dados apontam que a maioria das pessoas envolvidas nesse processo era de baixa renda, gerando uma desigualdade socioespacial na área metropolitana de Brasília.

Mapa 5 – 1995-2005



Mapa 6 – 2005-2010



#### Mapas 5 e 6

Saldo migratório de data fixa da população de 18 anos e mais de idade do Distrito Federal segundo as unidades da Federação

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

A Tabela 1 mostra que não houve grandes mudanças nos fluxos migratórios interestaduais de data fixa entre o segundo quinquênio dos anos 1990 e o mesmo período dos anos 2000 quanto à participação regional. Ou seja, as regiões Nordeste e Sudeste continuaram sendo as que mais enviaram população para o DF, diferentemente do que ocorreu quando a análise foi focada nas unidades da Federação. No entanto, observou-se que a participação proporcional no total de imigrantes para o Distrito Federal oriundos dos estados nordestinos decresceu, principalmente dos estados da Paraíba e Pernambuco. Na Região Sul ocorreu o contrário.

Do total de emigrantes, houve aumento em termos proporcionais de saída de população do Distrito Federal para quase todos os estados brasileiros, à exceção do Ceará e de Goiás, que, embora continuasse sendo a principal área de destino dos emigrantes do DF, teve seu poder de atração reduzido em 8,2 pontos percentuais.



**Tabela 1**  
População migrante de data fixa com 18 anos e mais e saldo migratório, segundo Unidade da Federação – Distrito Federal – 1995-2000 e 2005-2010

Unidade da Federação	População migrante				Saldo migratório	
	1995-2000		2005-2010		1995-2000	2005-2010
	Imigrantes	Emigrantes	Imigrantes	Emigrantes		
<b>Total</b>	<b>162.677</b>	<b>134.768</b>	<b>154.560</b>	<b>127.930</b>	<b>27.910</b>	<b>26.628</b>
Rôndônia	744	391	735	331	352	403
Acre	278	61	419	203	217	216
Amazonas	903	816	1.251	857	87	395
Roraima	133	196	285	320	-62	-35
Pará	4.864	1.432	3.434	1.605	3.432	1.830
Amapá	139	118	433	190	21	243
Tocantins	3.914	2.331	3.755	3.292	1.583	463
<b>Norte</b>	<b>10.975</b>	<b>5.346</b>	<b>10.312</b>	<b>6.797</b>	<b>5.630</b>	<b>3.515</b>
Maranhão	17.816	2.913	15.720	4.439	14.902	11.281
Piauí	16.073	4.834	14.746	5.229	11.240	9.517
Ceará	7.976	5.116	7.317	3.670	2.861	3.647
Rio Grande do Norte	2.704	1.996	2.371	1.827	708	545
Paraíba	5.348	2.614	2.970	2.566	2.734	404
Pernambuco	4.359	1.828	3.016	2.041	2.531	974
Alagoas	890	403	965	499	487	466
Sergipe	585	293	985	996	292	-11
Bahia	18.601	4.891	16.956	5.897	13.710	11.059
<b>Nordeste</b>	<b>74.352</b>	<b>24.887</b>	<b>65.045</b>	<b>27.163</b>	<b>49.465</b>	<b>37.882</b>
Minas Gerais	20.562	10.691	21.212	10.406	9.871	10.807
Espirito Santo	1.379	1.424	1.115	1.358	-44	-243
Rio de Janeiro	9.427	5.713	9.704	6.368	3.714	3.336
São Paulo	9.905	7.231	10.987	8.466	2.674	2.521
<b>Sudeste</b>	<b>41.273</b>	<b>25.059</b>	<b>43.019</b>	<b>26.597</b>	<b>16.215</b>	<b>16.421</b>
Paraná	2.526	1.324	2.380	2.069	1.202	310
Santa Catarina	1.210	1.085	2.239	1.663	124	576
Rio Grande do Sul	3.203	1.419	3.336	2.118	1.783	1.217
<b>Sul</b>	<b>6.939</b>	<b>3.829</b>	<b>7.955</b>	<b>5.851</b>	<b>3.109</b>	<b>2.103</b>
Mato Grosso do Sul	1.266	580	828	663	685	164
Mato Grosso	1.944	1.112	1.760	1.098	831	663
Goiás	25.928	73.953	25.641	59.761	-48.025	-34.120
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-
<b>Centro Oeste</b>	<b>29.137</b>	<b>75.646</b>	<b>28.229</b>	<b>61.522</b>	<b>-46.509</b>	<b>-33.293</b>

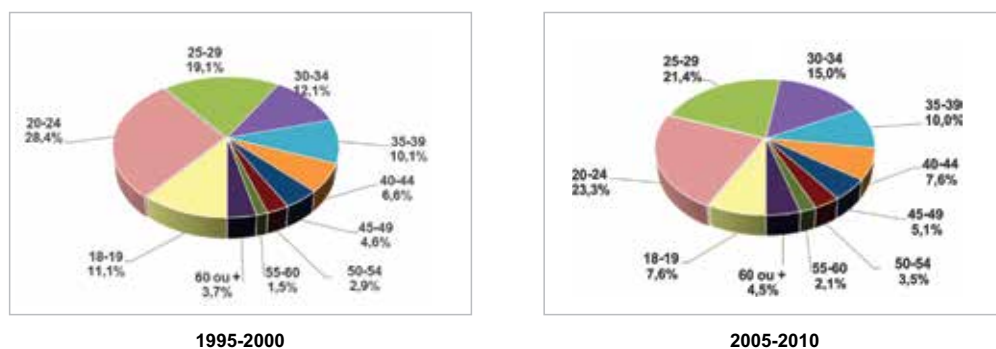
Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

## Estrutura etária dos migrantes, saldo migratório e taxa líquida de migração da população com 18 anos e mais do Distrito Federal nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010

Os dados mostraram que os migrantes (imigrantes e emigrantes) do Distrito Federal apresentaram perfil jovem nos quinquênios estudados. No primeiro, 1995-2000, 162.678 imigrantes declararam ter 18 anos ou mais. Desse total, 58,6% tinham idades entre 18 e 29 anos, sendo que 28,4% concentravam-se nas idades de 20 a 24 anos. Os jovens com idades de 18 e 19 anos representavam 11,1% (Tabela 2 e Gráfico 1).

No quinquênio seguinte (2005-2010), a participação de imigrantes até os 24 anos caiu 8,6 pontos percentuais, mas ainda assim manteve-se acima da metade do volume dos imigrantes no período. A participação dos imigrantes jovens de 18 e 19 anos diminuiu proporcionalmente 31,6% entre os quinquênios. Outra faixa de idade que apresentou redução entre os períodos estudados foi entre 35 e 39 anos (1,3%). A participação dos demais grupos etários aumentou (Gráfico 1 e Tabela 2).



**Gráfico 1**  
Distribuição percentual dos imigrantes de data fixa de 18 anos e mais de idade, segundo grupos de idade – Distrito Federal – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

**Tabela 2**  
População, imigrantes, emigrantes, saldo migratório e taxa líquida de migração de data fixa para pessoas de 18 anos de idade, segundo sexo e grupos etários – Distrito Federal 2000-2005 e 2005-2010

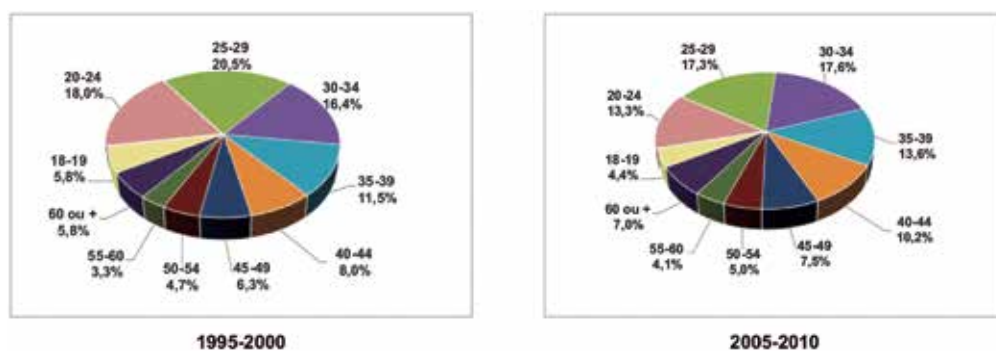
Grupos de idade	1995-2000				2005-2010				TLM (por mil hab.)	
	População	Imigrante	Emigrante	Saldo migratório	População	Imigrante	Emigrante	Saldo migratório	1995-2000	2005-2010
<b>Homen</b>										
18-19	46.584	7.550	3.481	4.069	43.813	5.616	2.711	2.905	87,3	66,3
20-24	110.797	20.092	9.957	10.135	120.373	17.450	7.913	9.537	91,5	79,2
25-29	96.084	13.855	13.440	415	127.512	15.170	10.124	5.046	4,3	39,6
30-34	85.380	9.534	11.208	-1.674	118.507	11.408	10.382	1.026	-19,6	8,7
35-39	72.940	8.148	7.383	765	100.047	7.705	8.536	-831	10,5	-8,3
40-44	57.887	5.386	5.210	176	88.786	5.925	6.693	-768	3,0	-8,7
45-49	46.990	4.051	4.552	-501	72.525	4.093	4.810	-717	-10,7	-9,9
50-54	35.933	2.373	3.417	-1.044	55.965	2.521	3.187	-666	-29,1	-11,9
55-60	24.967	1.027	2.414	-1.387	43.033	1.584	2.702	-1.118	-55,6	-26,0
60 ou +	48.716	2.389	4.059	-1.670	84.982	2.524	4.469	-1.945	-34,3	-22,9
<b>Total</b>	<b>626.278</b>	<b>74.405</b>	<b>65.121</b>	<b>9.284</b>	<b>855.543</b>	<b>73.996</b>	<b>61.527</b>	<b>12.469</b>	<b>14,8</b>	<b>14,6</b>
<b>Mulher</b>										
18-19	51.491	10.570	4.270	6.300	45.330	6.157	2.915	3.242	122,4	71,5
20-24	123.087	26.124	14.259	11.865	125.420	18.612	9.076	9.536	96,4	76,0
25-29	106.670	17.166	14.148	3.018	140.920	17.908	11.993	5.915	28,3	42,0
30-34	95.684	10.140	10.838	-698	134.291	11.704	12.112	-408	-7,3	-3,0
35-39	84.179	8.258	8.050	208	112.672	7.678	8.893	-1.215	2,5	-10,8
40-44	67.621	5.353	5.524	-171	98.974	5.824	6.370	-546	-2,5	-5,5
45-49	54.909	3.384	3.885	-501	84.568	3.747	4.787	-1.040	-9,1	-12,3
50-54	41.364	2.270	2.929	-659	67.172	2.851	3.221	-370	-15,9	-5,5
55-60	28.600	1.340	1.968	-628	52.544	1.712	2.496	-784	-22,0	-14,9
60 ou +	60.922	3.668	3.776	-108	112.631	4.371	4.540	-169	-1,8	-1,5
<b>Total</b>	<b>714.527</b>	<b>88.273</b>	<b>69.647</b>	<b>18.626</b>	<b>974.522</b>	<b>80.564</b>	<b>66.403</b>	<b>14.161</b>	<b>26,1</b>	<b>14,5</b>
<b>Total</b>										
18-19	98.075	18.120	7.751	10.369	89.143	11.773	5.626	6.147	105,7	69,0
20-24	233.884	46.216	24.216	22.000	245.793	36.062	16.989	19.073	94,1	77,6
25-29	202.754	31.021	27.588	3.433	268.432	33.078	22.117	10.961	16,9	40,8
30-34	181.064	19.674	22.046	-2.372	252.798	23.112	22.494	618	-13,1	2,4
35-39	157.119	16.406	15.433	973	212.719	15.383	17.429	-2.046	6,2	-9,6
40-44	125.508	10.739	10.734	5	187.760	11.749	13.063	-1.314	0,0	-7,0
45-49	101.899	7.435	8.437	-1.002	157.093	7.840	9.597	-1.757	-9,8	-11,2
50-54	77.297	4.643	6.346	-1.703	123.137	5.372	6.408	-1.036	-22,0	-8,4
55-60	53.567	2.367	4.382	-2.015	95.577	3.296	5.198	-1.902	-37,6	-19,9
60 ou +	109.638	6.057	7.835	-1.778	197.613	6.895	9.009	-2.114	-16,2	-10,7
<b>Total</b>	<b>1.340.805</b>	<b>162.678</b>	<b>134.768</b>	<b>27.910</b>	<b>1.830.065</b>	<b>154.560</b>	<b>127.930</b>	<b>26.630</b>	<b>20,8</b>	<b>14,6</b>

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

No primeiro quinquênio, os emigrantes com 18 anos e mais totalizaram 134.768 pessoas. Dessas, 44,2% declararam idades entre 18 e 29 anos, sendo 5,8% de jovens emigrantes de 18 e 19 anos. A maior concentração (20,5%) foi verificada na faixa etária de 25 a 29 anos (Tabela 2 e Gráfico 2).

No período 2005-2010, os emigrantes de 18 anos e mais totalizaram 127.930. Entre os quinquênios estudados, observou-se diminuição proporcional desses emigrantes entre 18 e 29 anos e aumento nas idades posteriores. A maior redução (-26,1%) deu-se entre os jovens de 20 a 24 anos. Por outro lado, o maior aumento proporcional de emigrantes (28,2%) ocorreu na faixa etária de 40 a 44 anos (Tabela 2 e Gráfico 2).



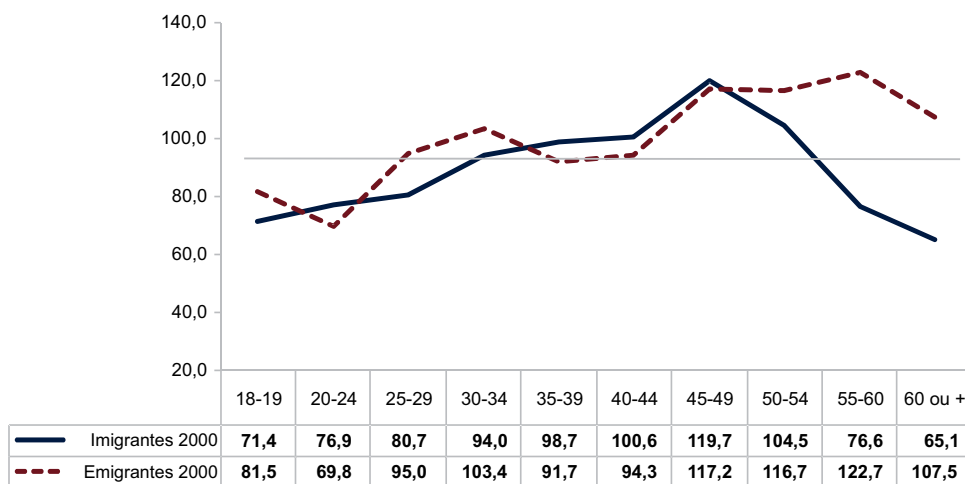
**Gráfico 2**

Distribuição percentual dos emigrantes de data fixa de 18 anos e mais de idade, segundo grupos de idade – Distrito Federal – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

Entre 1995-2000, considerando a distribuição por sexo, verificou-se que mais da metade dos migrantes do DF eram mulheres: 54,3% dos imigrantes e 51,7% dos emigrantes. Nesse período, ao se analisar a razão de sexo por grupos de idade, que indica o número de homens para cada 100 mulheres, verificou-se, nos imigrantes, maior participação masculina nas idades entre 40 e 54 anos, destacando-se a faixa entre 45 e 49 anos, na qual, para cada 100 mulheres, havia 119,7 homens. Entre os emigrantes, a maior participação masculina se deu nas idades de 55 a 60 anos, tendo uma razão de sexo de 122,7. Já entre as mulheres que saíram do DF, destacaram-se as mais jovens, com idades entre 18 e 24 anos. Cabe ressaltar que a maior predominância feminina ocorreu entre os imigrantes com idade acima dos 60 anos (100 mulheres para 65,1 homens) (Gráfico 3).

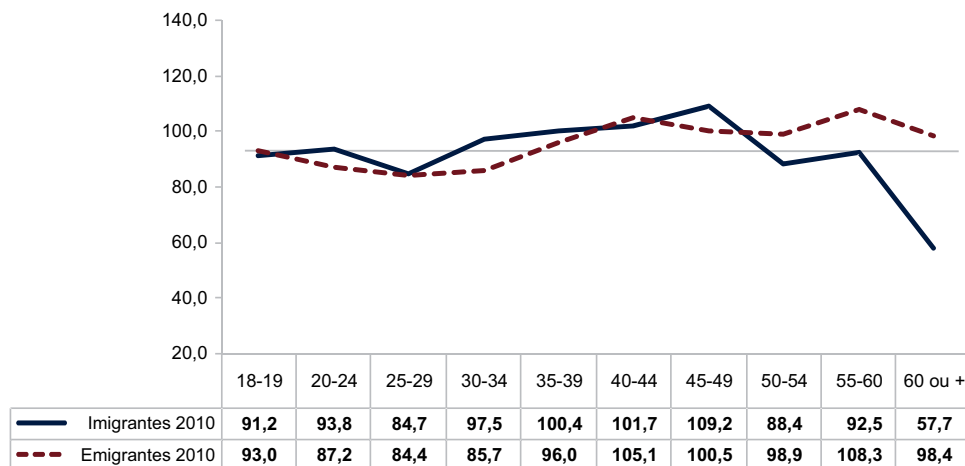


**Gráfico 3**

Razões de sexo de imigrantes e de emigrantes de data fixa de 18 anos e mais de idade, segundo grupos etários – Distrito Federal – 1995-2000

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).  
Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

No quinquênio seguinte, 2005-2010, a participação masculina entre os imigrantes diminuiu, destacando-se também a faixa de 45 a 49 anos, na qual, para cada 100 mulheres, havia 109,2 homens. Entre os que saíram do DF, a maior participação masculina se deu na faixa de idade de 55 a 60 anos, na qual a razão de sexo foi de 108,3. Já a maior predominância feminina foi na faixa de 25 a 29 anos: para cada 100 mulheres havia apenas 84,4 homens (Gráfico 4).

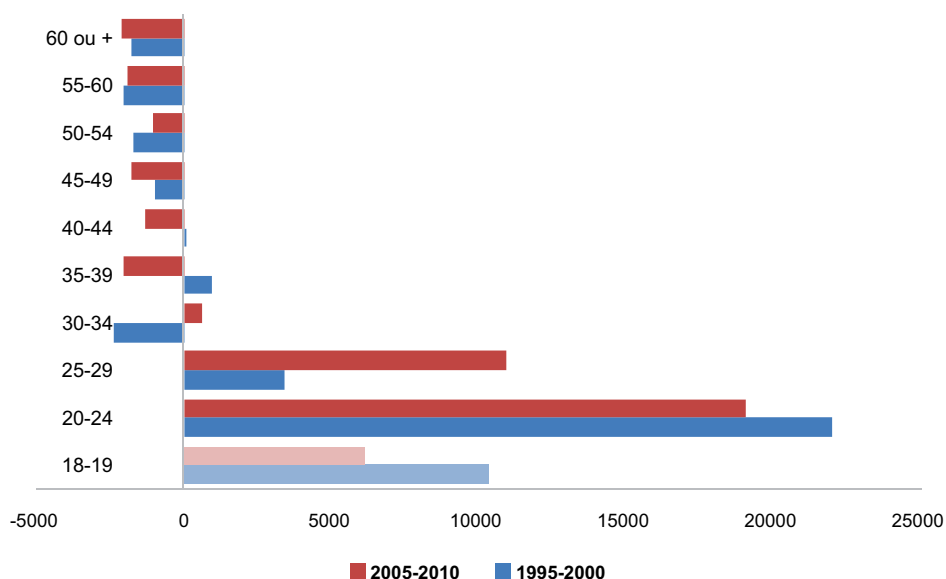


**Gráfico 4**

Razões de sexo de imigrantes e de emigrantes de data fixa de 18 anos e mais de idade, segundo grupos etários – Distrito Federal – 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).  
Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

O saldo migratório do grupo estudado diminuiu 4,6% entre os quinquênios 1995-2000 e 2005-2010. No primeiro quinquênio, o DF atraiu mais pessoas entre 18 e 29 anos do que expulsou. Na faixa de 30 a 34 anos, o quadro mudou, uma vez que o saldo foi negativo (-2.372), retomando o saldo positivo nas idades de 35 a 44 anos. A partir dos 45 anos, houve uma inversão nessa tendência, já que os saldos passaram a ser negativos. Entre 2005-2010, o saldo também foi positivo entre os 18 e 34 anos, passando a negativo nas idades seguintes (Tabela 2 e Gráfico 5).

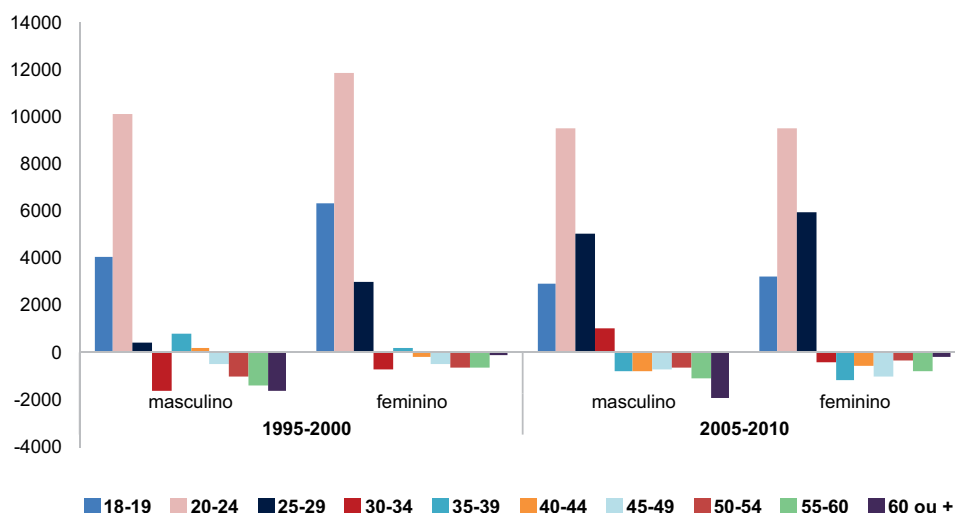


**Gráfico 5**  
Saldo migratório de data fixa da população de 18 anos e mais de idade – Distrito Federal  
1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

É interessante considerar os diferenciais por sexo dos saldos migratórios. No período 1995-2000, nas idades entre 18 e 29 anos, o saldo foi positivo para homens e mulheres. Chama a atenção a diferença na faixa entre 25 e 29 anos, na qual o saldo masculino foi bem menor que o feminino. Já a partir dos 45 anos, a tendência se inverte, e os saldos passam a ser negativos para ambos os sexos, sendo maior (em módulo) entre os homens. No quinquênio 2005-2010, observou-se comportamento praticamente semelhante entre homens e mulheres. Até os 34 anos, o saldo foi positivo para os homens e, entre as mulheres, até os 29 anos (Tabela 2 e Gráfico 6).



**Gráfico 6**  
Saldo migratório segundo sexo e grupos de idades de data fixa de 18 anos e mais de idade  
Distrito Federal – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

### Taxa líquida de migração

A taxa líquida de migração (TLM) é resultado da razão entre o SM e a população observada no final do período. Segundo Carvalho e Rigotti (1988, p. 9), esse cálculo dá a “[...] proporção da população observada no segundo censo resultante do processo migratório, quando a taxa for positiva, e a proporção em que a população seria acrescida na ausência de migração, se negativa”.

Na análise do DF, as TLM ilustram o impacto das migrações em relação ao volume populacional. Mesmo sendo positivo em ambos os períodos estudados, o peso da migração na população do Distrito Federal reduziu-se, uma vez que a taxa líquida de migração passou de 20,8 por mil para 14,6 por mil habitantes. No entanto, ao se observarem as TLM por sexo, verificou-se que elas foram mais elevadas entre as mulheres no primeiro período, equiparando-se à masculina no quinquênio seguinte. De fato, a diminuição foi mais acentuada entre as mulheres. Enquanto entre os homens houve pouca variação entre os quinquênios estudados (14,8 por mil (1995-2000) e 14,6 por mil habitantes (2005-2010), entre as mulheres a proporção da população decorrente da migração diminuiu, sendo que a TLM passou de 26,1 para 14,5 por mil mulheres (Tabela 2 e Gráfico 7).

Considerando-se os grupos de idade, as taxas líquidas de migração, como era esperado, foram positivas entre a população jovem, principalmente dos 18 aos 29 anos de idade. No quinquênio 1995-2000, a maior taxa para os homens foi no grupo etário de 20 a 24 anos (91,5 por mil). Já para as mulheres, a maior TLM se deu entre os 18 e 19 anos, que, apesar de ser um

intervalo de idade menor, teve taxa de 122,4 por mil. As TLM negativas foram maiores nas idades de 55 a 60 anos, tanto para os homens (-55,6%) quanto para as mulheres (-22,0%) (Tabela 2 e Gráfico 7).

No período seguinte, as TLM reduziram-se em quase todas as faixas de idade. No entanto, entre os homens, a faixa etária de 30 a 34 anos destacou-se por ser a que teve maior aumento de participação dos migrantes na composição da população desse grupo etário. Entre os homens, a TLM passou de negativa (-19,6 por mil no período 1995-2000) para 8,7 por mil habitantes. A partir desse grupo etário, as TLM passaram a ser negativas. Entre as mulheres, foram negativas a partir dos 30 anos de idade (Tabela 2 e Gráfico 7).

Deve-se observar que, mesmo apresentando taxas líquidas negativas entre os quinquênios, em algumas faixas de idade houve redução, mostrando uma “recuperação” da participação dos imigrantes na composição populacional do DF no período 2005-2010. Na faixa de 30 a 34 anos, a TLM passou de -13,1 para 2,4 por mil. No caso dos homens dessa faixa, o resultado foi mais expressivo, uma vez que, a TLM passou de um valor negativo (-19,6 por mil) para positivo (8,7 por mil), mostrando o aumento do peso dos imigrantes desse grupo na população (Tabela 2 e Gráfico 7).

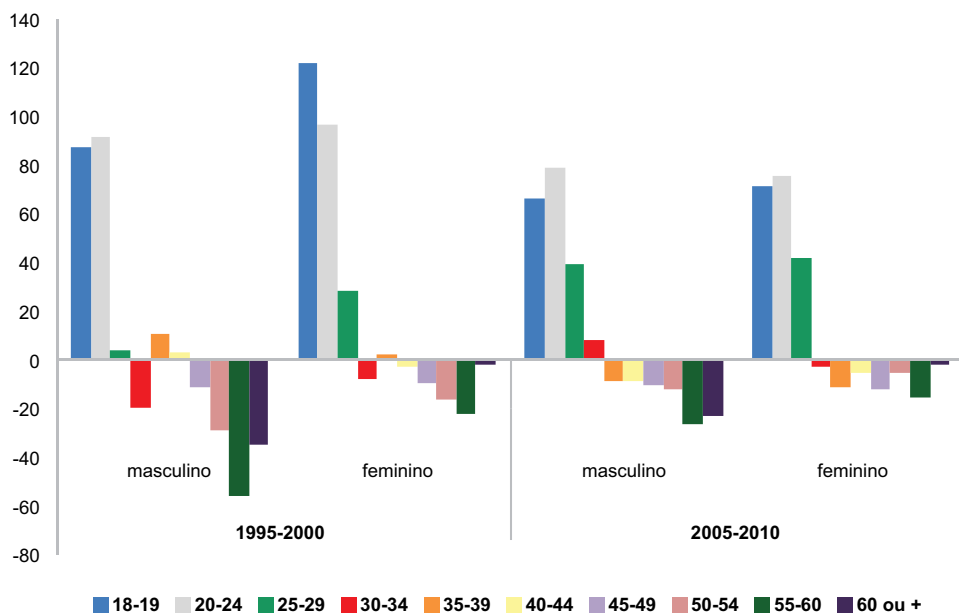


Gráfico 7

Taxas líquidas de migração (TLM) segundo sexo e faixas de idade – Distrito Federal  
1995-2000 e 2005-2010

(por mil)

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.



## Nível de escolaridade

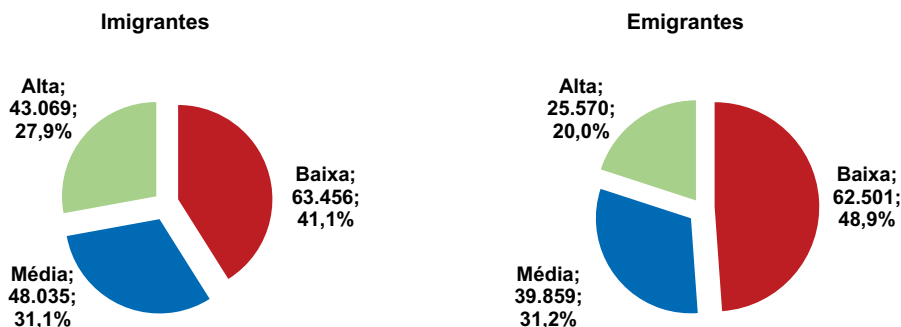
Nesse tópico, foram comparados os níveis de escolaridade dos imigrantes e emigrantes com 18 anos e mais de idade. Para classificar o grau de instrução dos migrantes do Distrito Federal, consideraram-se três níveis de educação: baixa, média e alta. A categoria baixa inclui os migrantes com mais de 18 anos sem instrução, com ensino fundamental incompleto, fundamental completo ou ensino médio incompleto. Na média estão as pessoas desse segmento etário com nível de ensino médio completo e pessoas com 25 anos ou mais de idade com ensino superior incompleto. Enquadram-se na categoria alta os migrantes com ensino superior completo e também as pessoas de 18 a 24 anos que frequentavam curso superior, levando-se em conta que este grupo, a princípio, estava na idade adequada para o ensino superior (Quadro 1).

Baixa	Média	Alta
Até o fundamental incompleto	Ensino médio completo	Superior completo
Fundamental completo	Pessoas com 25 anos ou mais de idade com ensino superior incompleto	Pessoas de 18 a 24 anos frequentando curso superior
Ensino médio incompleto		

**Quadro 1**  
Nível de escolaridade dos migrantes de data fixa de 18 anos e mais de idade – Distrito Federal 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: IPEA, 2013.

Os gráficos abaixo mostram que os imigrantes tiveram menor percentual de pessoas com baixa escolaridade e maior com alta em relação aos emigrantes. No Distrito Federal, a participação dos imigrantes com alta escolaridade foi oito pontos percentuais maior em relação aos emigrantes. A média de escolaridade teve praticamente a mesma participação para os dois grupos (Gráfico 8).



**Gráfico 8**

**Escolaridade dos imigrantes e emigrantes de data fixa com 18 anos e mais de idade do Distrito Federal – 2005-2010**

Fonte: Censo Demográfico (2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

No balanço entre os níveis de educação cujos recortes foram aqui definidos, a alta escolaridade apresentou maiores saldos positivos. Provavelmente, esse fenômeno se relacione com os concursos públicos, que são um grande atrativo e absorvem mão de obra com maior qualificação. No Distrito Federal, a imigração de alta escolaridade, nesse caso, é considerada como efeito positivo da migração para o DF. Esse incremento populacional com alta escolaridade pode vir a contribuir para que o Distrito Federal apresente melhores indicadores em educação quando se comparam os saldos apresentados para os três níveis.

A baixa escolaridade teve o menor saldo entre os três níveis aqui apresentados. Embora no total de imigrantes o DF tenha recebido proporcionalmente mais gente de baixa escolaridade, cabe destacar que a expulsão é maior que a absorção de população dessa categoria. Pode-se considerar tal fenômeno como um processo de periferização. Nos dois períodos aqui estudados, os dados apontam a maior perda de pessoas com baixa escolaridade para o Goiás (Tabela 3). Esse processo também pode ser explicado como uma migração de retorno. Para Rigotti, (2006), há grande evidência de que a migração de retorno é um fenômeno essencial para se entender um complexo ciclo de redistribuição espacial da população brasileira, pelo menos daquela de menor nível de escolaridade. O migrante menos qualificado tem mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho local, o que aumenta sua chance de retorno.

A elevação proporcional de imigrantes com escolaridade alta apareceu claramente quando se compararam as duas décadas no Distrito Federal. Os resultados do Censo de 2010 reforçaram mudanças no perfil educacional em relação ao Censo de 2000 (Gráfico 9).

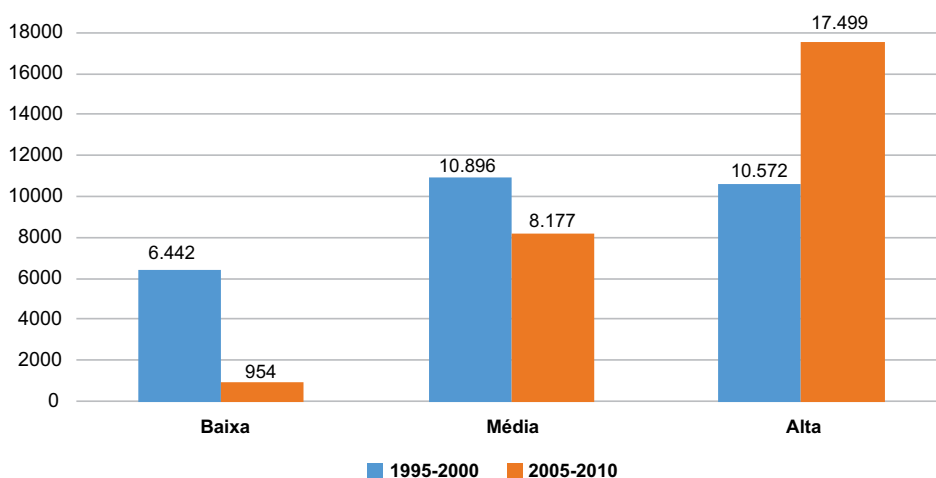
Considerando-se os saldos entre os dois censos (2000/2010), percebeu-se que, para os migrantes de baixa escolaridade, houve uma redução proporcional de 84,5%, enquanto que para aqueles com alta escolaridade ocorreu um aumento de 73,5%. Esse fato, portanto, reforça a grande capacidade de o DF atrair população com alta escolaridade, uma vez que o nível alto

apresentou acréscimo do saldo entre os dois censos: 2000 e 2010. Os imigrantes com média escolaridade reduziram-se em 21,4% (Gráfico 9).

Vale ressaltar que os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo foram os que mais contribuíram com imigrantes de alta escolaridade nos dois períodos (1995-2000 e 2005-2010). Os imigrantes com média escolaridade, em 2000, vieram de Minas Gerais, Bahia e Maranhão. Já em 2010, tiveram origem na Bahia, seguida do Maranhão e do Piauí (Tabela 3).

Maranhão, Bahia e Piauí foram as UF que mais mandaram população de baixa escolaridade para o Distrito Federal, embora tenham apresentado redução significativa no quinquênio 2005-2010.

Analisando-se especificamente o fluxo entre o Distrito Federal e Goiás, notou-se que o saldo só foi positivo para a alta escolaridade. Os dados mostraram que o Distrito Federal perdeu para Goiás pessoas com média e baixa escolaridade.



**Gráfico 9**  
Saldos dos migrantes de data fixa com 18 anos e mais de idade, segundo nível de escolaridade  
Distrito Federal – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

**Tabela 3**  
**Saldo do nível de escolaridade dos migrantes de data fixa com 18 anos e mais de idade, segundo unidade da federação – Distrito Federal – 1995-2000 e 2005-2010**

Unidades da Federação	Saldo por nível de escolaridade					
	Alta		Média		Baixa	
	1995-2000	2005-2010	1995-2000	2005-2010	1995-2000	2005-2010
Saldo Total	10.572	17.499	10.896	8.177	6.442	954
Rôndônia	121	191	62	58	169	154
Acre	53	128	117	39	46	49
Amazonas	268	482	-39	-71	-142	-17
Roraima	-27	-94	12	28	-48	30
Pará	419	363	621	657	2.392	810
Amapá	-2	65	1	49	22	129
Tocantins	-20	151	121	100	1.481	211
Maranhão	297	998	2.674	3.715	11.932	6.568
Piauí	174	806	1.430	3.034	9.635	5.677
Ceará	183	996	424	1.251	2.254	1.401
Rio Grande do Norte	153	248	-141	-160	697	457
Paraíba	484	-229	415	90	1.835	543
Pernambuco	425	45	460	-37	1.647	967
Alagoas	137	109	128	116	222	241
Sergipe	58	71	75	-139	159	57
Bahia	501	1.095	2.931	4.031	10.277	5.933
Minas Gerais	2.095	5.193	3.146	2.872	4.629	2.741
Espírito Santo	-126	-162	-43	0	125	-80
Rio de Janeiro	1.555	1.926	1.416	819	742	592
São Paulo	1.779	1.837	867	1.466	29	-782
Paraná	287	425	248	-32	667	-83
Santa Catarina	199	254	-56	28	-19	295
Rio Grande do Sul	770	593	684	380	330	245
Mato Gross do Sul	289	87	275	33	122	44
Mato Grosso	248	391	209	304	375	-32
Goiás	252	1.532	-5.142	-10.454	-43.135	-25.198

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

## Renda dos migrantes do Distrito Federal

Para tornar os resultados comparáveis da renda dos migrantes com 18 anos e mais de idade entre os censos de 2000 e 2010, a renda em valor nominal de 2000 foi ajustada em classes de rendimentos em salários mínimos, considerando o valor real de 2010.

No período 1995-2000, 34,9% dos imigrantes com 18 anos e mais ocupados declararam ter renda de até um salário mínimo. Entre 2005-2010, essa participação reduziu-se para 23,7%. Nesse período, dentre as demais faixas de renda consideradas, observou-se queda apenas

entre os que receberam de dois a cinco SM (5,9%). A proporção de imigrantes com renda acima de cinco SM aumentou no período. Dos que tiveram ganhos entre cinco e dez SM, houve um aumento proporcional de 30,9%, e entre os que declararam receber acima de 20 SM, a participação passou de 2,5% para 4,9% (Tabela 4).

**Tabela 4**  
**Imigrantes, emigrantes e saldo migratório da população de data fixa de 18 anos e mais de idade, segundo classe de rendimento – Distrito Federal – 1995-2000 e 2005-2010**

Grupos de idade	Imigrantes				Emigrantes				Saldo migratório		Variação SM(%)
	1995-2000		2005-2010		1995-2000		2005-2010		1995-2000	2005-2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	N	
até 1 SM	37.946	34,9	26.507	23,7	26.955	35,4	24.055	28,9	10.991	2.451	-77,7
+1a2SM	31.080	28,6	37.799	33,9	24.324	32,0	25.747	30,9	6.755	12.053	78,4
+2a5SM	17.585	16,2	17.004	15,2	14.361	18,9	16.831	20,2	3.224	173	-94,6
+5a10SM	10.355	9,5	13.922	12,5	5.474	7,2	8.090	9,7	4.880	5.832	19,5
+10a20SM	9.016	8,3	10.893	9,8	3.628	4,8	5.543	6,7	5.388	5.350	-0,7
+20SM	2.695	2,5	5.495	4,9	1.302	1,7	2.941	3,5	1.394	2.554	83,2
<b>Total</b>	<b>108.677</b>	<b>100,0</b>	<b>111.620</b>	<b>100,0</b>	<b>76.045</b>	<b>100,0</b>	<b>83.207</b>	<b>100,0</b>	<b>32.632</b>	<b>28.413</b>	<b>-12,9</b>

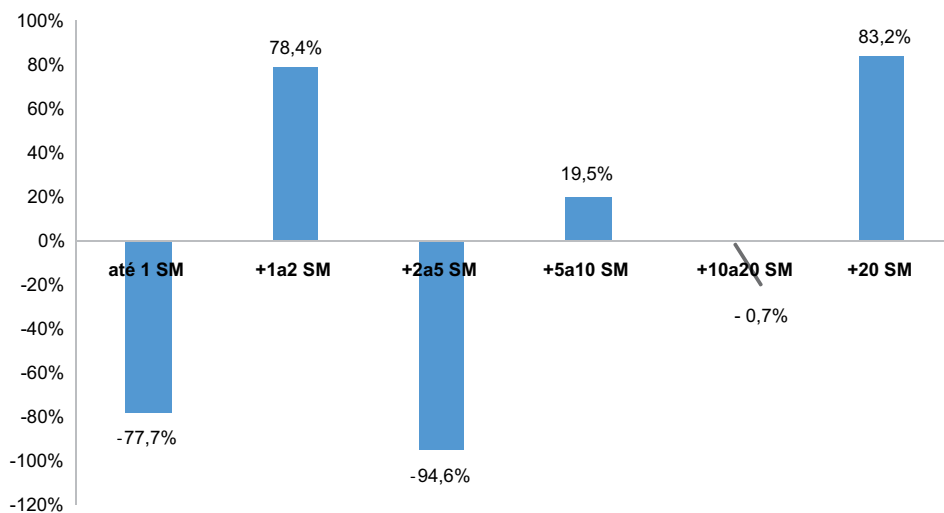
Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

Entre os emigrantes, também observou-se maior participação dos que declararam ganhos até dois SM, em ambos os períodos estudados. No entanto, as duas faixas de renda neste intervalo apresentaram redução em sua participação entre os quinquênios. Entre os que declararam ganhos de até um SM, a diminuição proporcional foi maior: 18,4%, passando de 35,4% para 28,9%. Para os que tiveram ganhos na faixa de um a dois SM, a redução observada foi de 3,3%. No outro extremo, enquanto em 2000 apenas 1,7 % dos que saíram do DF declararam ganhos acima de 20 salários mínimos, em 2010, esse percentual passou para 3,5% (Tabela 4).

A análise do saldo migratório por classe de rendimento revela que, entre 1995-2000 e 2005-2010, o ganho nas trocas populacionais foi marcado pela melhoria na condição dos migrantes: a participação dos que ganhavam cinco ou mais salários mínimos passou de 35,7% do total do saldo, em 1995-2000, para 48,3%, no período seguinte (Tabela 4 e Gráfico 10).

MIGRAÇÕES INTERNAS NOS DECÊNIOS  
1990 e 2000 EM UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
SELECIONADAS: MUDANÇAS E CONTINUIDADES



**Gráfico 10**

Variação percentual do saldo migratório segundo classes de renda (em salários mínimos)  
Distrito Federal – 1995-2000 e 2005-2010

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

## RENDA X EDUCAÇÃO

Conforme os dados censitários de 2000 e 2010, observou-se que, entre os migrantes, a renda e a escolaridade eram diretamente proporcionais, uma vez que, quanto menor a renda, menor a escolaridade e vice-versa. No primeiro período analisado, 87,0% dos imigrantes e 85,5% dos emigrantes com renda de até um salário mínimo tinham baixa escolaridade. No período 2005-2010, essa relação se manteve: 64,6% dos imigrantes e 68,6% dos emigrantes encontravam-se nos grupos com a mais baixa renda e a menor escolaridade (Tabela 5).

Considerando-se os migrantes com renda superior a 20 SM, o Censo Demográfico de 2000 mostrou que 77,7% dos imigrantes e 69,2% dos emigrantes encontravam-se no grupo com alta escolaridade. No Censo de 2010, os altos percentuais permaneceram, ou seja, 86,3% dos imigrantes e 88,6% dos emigrantes com renda acima dos 20 SM estavam no grupo de alta escolaridade (Tabela 5).

**Tabela 5**  
**Imigrantes e emigrantes de data fixa por nível educacional segundo classes de renda (em salários mínimos) – Distrito Federal**  
**1995-2000 e 2005-2010**

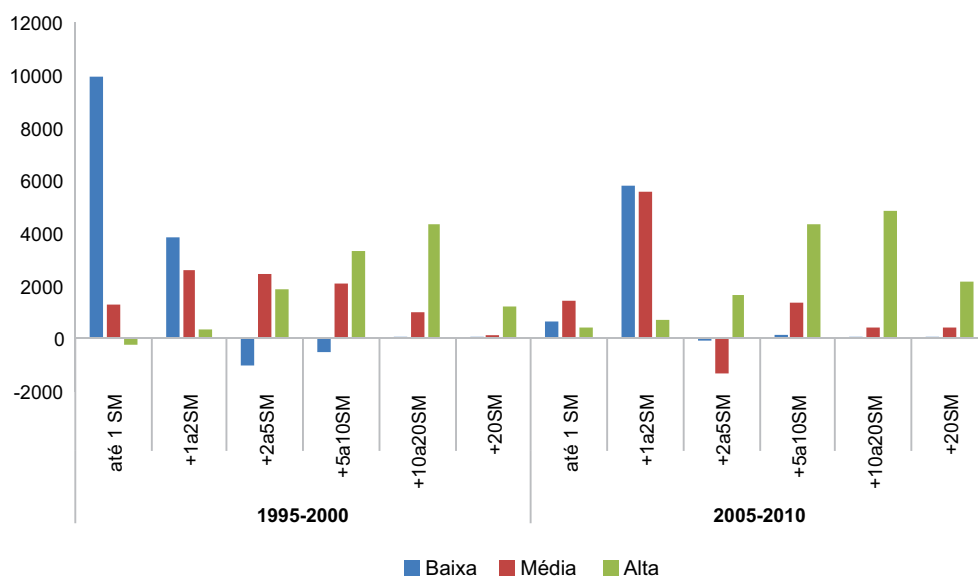
Nível de escolaridade	1995-2000					2005-2010							
	até 1 SM	+1a2SM	+2a5SM	+5a10 SM	+10a20SM	+20SM	até 1 SM	+1a2SM	+2a5 SM	+5a10SM	+10a20SM	+20SM	
<b>Imigrante</b>													
Baixa	N	33.014	22.548	6.496	939	420	172	17.114	19.978	5.225	1.197	286	132
	(%)	87,0	72,6	36,9	9,1	4,7	6,4	64,6	52,9	30,7	8,6	2,6	2,4
Média	N	4.493	7.321	7.557	4.320	1.903	429	7.721	14.843	6.486	3.954	1.232	623
	(%)	11,8	23,6	43,0	41,7	21,1	15,9	29,1	39,3	38,1	28,4	11,3	11,3
Alta	N	439	1.210	3.532	5.096	6.693	2.095	1.671	2.979	5.293	8.770	9.375	4.740
	(%)	1,2	3,9	20,1	49,2	74,2	77,7	6,3	7,9	31,1	63,0	86,1	86,3
Total	N	37.946	31.079	17.585	10.355	9.016	2.696	26.507	37.799	17.004	13.922	10.893	5.495
	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Emigrante</b>													
Baixa	N	23.060	18.703	7.560	1.460	384	92	16.496	14.192	5.312	1.081	218	126
	(%)	85,5	76,9	52,6	26,7	10,6	7,1	68,6	55,1	31,6	13,4	3,9	4,3
Média	N	3.193	4.715	5.125	2.209	890	309	6.274	9.243	7.843	2.598	818	209
	(%)	11,8	19,4	35,7	40,4	24,5	23,8	26,1	35,9	46,6	32,1	14,7	7,1
Alta	N	704	906	1.676	1.805	2.354	900	1.286	2.312	3.676	4.411	4.508	2.606
	(%)	2,6	3,7	11,7	33,0	64,9	69,2	5,3	9,0	21,8	54,5	81,3	88,6
Total	N	26.957	24.324	14.361	5.474	3.628	1.301	24.055	25.747	16.831	8.090	5.543	2.941
	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Saldo migratório</b>													
Baixa		9.954	3.845	-1.064	-521	36	80	618	5.786	-87	117	68	6
Média		1.300	2.606	2.432	2.111	1.013	120	1.448	5.600	-1.357	1.356	415	413
Alta		-265	304	1.856	3.291	4.339	1.195	385	666	1.617	4.360	4.867	2.135
Total		10.989	6.755	3.224	4.881	5.388	1.395	2.451	12.053	173	5.832	5.350	2.554

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/INEP.

Considerando-se o saldo migratório, observou-se que, no primeiro quinquênio, o maior saldo foi da população com baixa escolaridade com renda de até um SM (9.954), representando 80,7% do volume total nesse nível educacional. O saldo da população com média escolaridade (9.952) foi mais distribuído entre as faixas de renda de um a dez SM, sendo 27,2% entre aqueles com um e dois SM; 25,4% entre dois e cinco SM; e 22,0% na faixa de cinco a dez SM. Já no saldo daqueles com alta escolaridade, que totalizou 10.720 pessoas, destacaram-se os com ganhos de dez a 20 SM, cuja participação foi de 40,5% (saldo de 4.339) (Tabela 5 e Gráfico 11).

No período seguinte, verificou-se uma mudança no perfil de renda segundo o nível educacional: no saldo dos com baixa escolaridade (6.508), 88,9% declararam ganhos entre um e dois SM. Essa classe de renda também se destacou no saldo dos com média escolaridade: 71,1%. No saldo dos com alta escolaridade (14.030), a maior concentração foi verificada na classe de dez a 20 SM, mesmo ocorrendo uma diminuição de participação relativamente à verificada no censo anterior. Cabe ressaltar que, apesar da manutenção desse padrão em 2010, a participação das pessoas com baixa escolaridade foi reduzida em todas as classes de renda, para imigrantes e emigrantes, fato contrastado pelo aumento da participação das pessoas com alta escolaridade, principalmente entre aqueles com maior renda (cinco ou mais SM) (Tabela 5 e Gráfico 11).



**Gráfico 11**  
Saldo migratório de data fixa por níveis de escolaridade segundo classes de renda  
Distrito Federal – 1995-2000 e 2005-2010

(em salários mínimos)

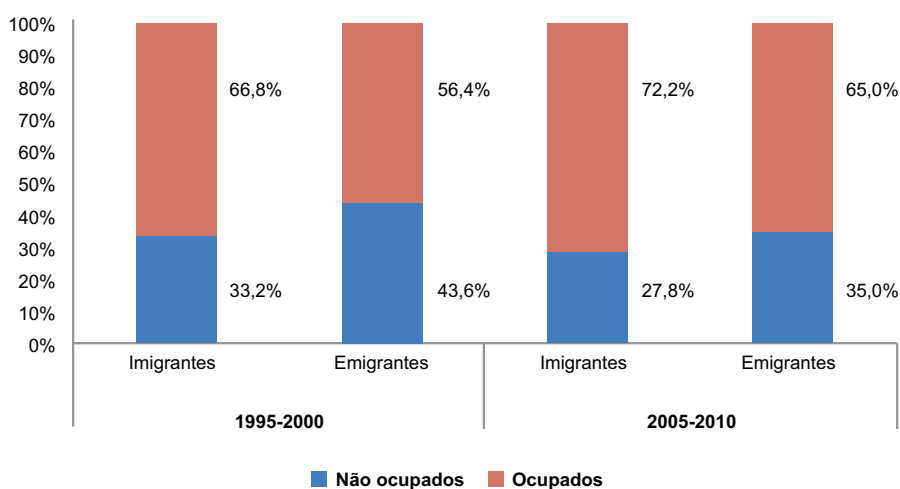
Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.



### Condição e setor de atividade no quinquênio 2005-2010

A respeito da condição de atividade dos migrantes de 18 anos e mais de idade, para os quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, os resultados mostraram predominância de migrantes ocupados, estivessem eles entrando ou saindo do DF. Entre 1995-2000, a participação de imigrantes com 18 anos ou mais ocupados foi o dobro da dos não ocupados, enquanto que, entre os emigrantes, essa parcela foi 1,3 vezes maior que o percentual de não ocupados. No quinquênio seguinte (2005-2010), os diferenciais aumentaram: foram 2,6% dos imigrantes e 1,9% dos emigrantes ocupados a mais do que os não ocupados (Gráfico 12).



**Gráfico 12**

Distribuição percentual dos migrantes com 18 anos e mais, segundo condição de ocupação Distrito Federal – 1995-2000 e 2005-2010

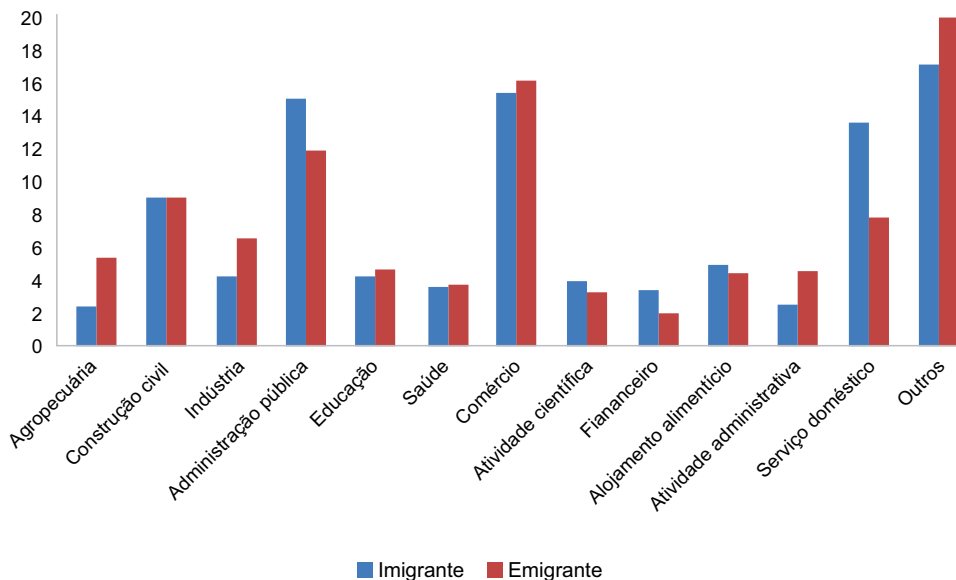
Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

Analisando os ocupados por setor de atividade, notou-se que os migrantes estavam mais inseridos, principalmente, no comércio, na administração pública e na construção civil. Percebeu-se que, na administração pública, o imigrante teve participação significativa, o que já era o esperado, uma vez que o emprego público exerce forte poder de atração de pessoas para o Distrito Federal. Cabe ressaltar que, ao mesmo tempo em que atrai pessoas para este setor, o DF responde por 12,0% dos emigrantes (Gráfico 13).

A absorção do imigrante no trabalho doméstico no período 2005-2010 foi de 13,6%, enquanto para aqueles que saíram do DF, foi de 7,9%. Cabe destacar que, embora o DF receba pessoas para a administração pública – que, possivelmente, exige maior escolaridade –, também mostrou forte atração de imigrantes para o setor de serviços domésticos. Provavelmente, a população que estava ocupada nesse setor possuía baixa ou média escolaridade (Gráfico 13).

Na construção civil, os imigrantes e emigrantes do Distrito Federal praticamente tiveram a mesma participação (Gráfico 13).



**Gráfico 13**

**Distribuição percentual da ocupação por setor de atividade dos migrantes de 18 anos e mais de idade, de data fixa, do Distrito Federal – 2005-2010)**

Fonte: Censo Demográfico (2004, 2012).

Nota 1: Dados elaborados pela Codeplan/Dieps/NEP.

Nota 2: Agricultura inclui toda a seção A da CNAE; Construção Civil, Seção F; Indústria, Seção C; Adm. Pública, Seção O; Educação, Seção P; Saúde, Seção Q; Comércio, Seção G; Atividades Profissionais, Científica e Técnica, Seção M; Financeiro, Seção K; Alojamento Alimentício, I; Atividade Administrativa, Seção N; Serviços Doméstico, Seção T; Outros incluem as seções da CNAE: B; D; E; H; J; L; R; S; U E V.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou arrefecimento do processo migratório do Distrito Federal. Os dados analisados para os períodos 1995-2000 e 2005-2010 indicam que os movimentos migratórios mantiveram a mesma tendência para as grandes regiões, embora tenha havido uma inversão do fluxo no nível estadual. O Nordeste e o Sudeste do país ainda apresentaram, proporcionalmente, maiores participações de imigrantes no Distrito Federal.

Outro ponto a ser destacado é o peso dos migrantes entre 18 e 24 anos na composição da população do DF em ambos os períodos estudados, e o fato de o peso dos migrantes do grupo etário de 25 a 29 anos ter triplicado.

Sobre as características dos migrantes, ao se comparar o nível educacional para os dois momentos, observou-se elevação do saldo migratório de pessoas com alto nível educacional e queda significativa naquelas com baixa escolaridade. A alta escolaridade se destacou com o

maior saldo em relação aos outros níveis educacionais. No Distrito Federal, chamou a atenção o fato de ter aumentado o saldo migratório positivo de pessoas que recebem mais de 20 SM e caído o saldo das que recebem menos de um SM. Quanto à ocupação dos imigrantes por setor de atividade, percebeu-se maior concentração na administração pública, comércio e serviços domésticos.

Os resultados apontaram para a relação direta entre educação e renda, na medida em que os migrantes com maior escolaridade encontravam-se nas classes de renda mais elevadas e vice-versa. Os dados também mostraram que o Distrito Federal, possivelmente devido à sua peculiaridade de oferta de empregos basicamente no serviço público, que, a princípio, exige maior qualificação, acabou por atrair pessoas com maior nível de escolaridade.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, J.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Brasília, v. 15, n. 2, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: Distrito Federal e Goiás, microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010: Distrito Federal e Goiás, microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. *A dinâmica migratória na Área Metropolitana de Brasília: AMB entre 1991 e 2010*. Brasília: Codeplan; Seplan; GDF, fev. 2013. (Demografia em foco, 6) Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioecon%C3%B4micas/Demografia/Demografia%20em%20Foco%206%20A%20Din%C3%A2mica%20Migrat%C3%B3ria%20na%20C3%81rea%20Metropolitana%20de%20Bras%C3%ADlia%20-%20AMB%20entre%201991%20e%202010.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

CORDEIRO, L. D. *O perfil educacional por status migratório no Distrito Federal nas décadas de 70 e 80*. 1997. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Minas Gerais/CEDEPLAR, Belo Horizonte, MG, 1997.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *A migração como fator de distribuição de pessoas com alta Escolaridade no território brasileiro*. Brasília. 2013 (Série Brasil em Desenvolvimento, v. 3).

RIGOTTI, J. I. R. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 251, 2006.

SACHSIDA, A. et al. *Perfil do migrante brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2009. 39 p. (Texto para discussão, 1410).







SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS  
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA



ISBN 978-85-81210-13-1

